



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição N° 915

Terça-feira - 24 de Janeiro de 2012

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Água Doce.....	1
Antônio Carlos	1
Arroio Trinta.....	2
Biguaçu	3
Braço do Trombudo	5
Caçador.....	11
Camboriú.....	14
Campo Alegre	15
Canoinhas.....	19
Capinzal	20
Catanduvas.....	41
Chapadão do Lageado	72
Concórdia	72
Cordilheira Alta	73
Coronel Martins.....	74
Ermo	74
Forquilha.....	75
Fraiburgo.....	75
Garopaba.....	119
Garuva	120
Gaspar	129
Guaramirim.....	134
Herval do Oeste	134
Imbituba	137
Irineópolis	138
Itapoá	138
Joaçaba.....	139
Lages	142
Leoberto Leal.....	142
Lindóia do Sul	142
Luzerna	143
Macieira.....	144
Massaranduba.....	144
Meleiro	146
Navegantes.....	146
Paulo Lopes	149
Pinheiro Preto	149
Rio do Sul.....	149
Salto Veloso.....	151
Santa Terezinha do Progresso	152
São Bento do Sul.....	153
São Lourenço do Oeste.....	156
São Pedro de Alcântara.....	159
Schroeder	195
Timbó	198
Turvo	221
Vidal Ramos.....	221
Videira.....	222

Associações

AMAUC.....	236
EGEM	241

Consórcios

AGIR	242
ARIS	245
CIGA	246
CINCO.....	247
CIS/AMUNESC.....	247
Consórcio Lambari.....	256

Água Doce

PREFEITURA

Portaria 030/2012

PORTARIA N° 030 de 16 de janeiro de 2012
"DESISTENCIAS DE CONCURSO PÚBLICO."

Nelci Fátima Trento Bortolini, Prefeita de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em II alínea a da lei orgânica do Município e Lei complementar nº 015/98 demais normas legais,

RESOLVE:

Artigo 1º Deferir o pedido de desistência do concurso público 014/2009, de Nilson José da Silva referente ao cargo de Motorista convocado em 09/01/2012 conforme requerimento anexo.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo para 12/01/2012.

Prefeitura de Água Doce, 16 de Janeiro de 2012

CLAIR ANTÔNIO GEMELLI

Prefeito em exercício

EDNA VIEIRA BISSANI

Diretor RH.

Antônio Carlos

PREFEITURA

Decreto N° 007/2012

DECRETO N° 007/2012

Abre Crédito Adicional Suplementar - Excesso de Arrecadação no

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

João Romão - Presidente • Edinando Brustolin - Diretor Executivo

Emerson Souto - Gerente de Tecnologias da Informação • Guilherme Noronha e Wendel F. R. da Silva - Diagramadores

Rua Santos Saraiva, nº 1546, Estreito - CEP 88070-101 - Florianópolis / Santa Catarina - Fone/Fax (48) 3221 8800

diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Orçamento Programa 2012.

GERALDO PAULI, Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei nº. 1370/11 de 12 de Dezembro de 2011.

DECRETA:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 185.032,92 para as seguintes dotações orçamentárias:

04 - SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA

04.01 - SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA

04.01.12.365.0002.1.006-4.4.90.00.00.00.00 - Aplicações Diretas 185.032,92

Artigo 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial e/ou total das seguintes dotações orçamentárias:

Subtrair excesso de arrecadação 185.032,92.

Artigo 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Antônio Carlos, em 20 de Janeiro de 2012.

GERALDO PAULI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto na Secretaria da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 20 de Janeiro de 2012.

MAURO CEZAR DA SILVEIRA

Secretário de Administração e Finanças

Decreto Nº 008/2012

DECRETO Nº 008/2012

Abre Crédito Adicional Suplementar - Superávit Financeiro no Orçamento Programa 2012.

GERALDO PAULI, Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei nº. 1370/11 de 12 de Dezembro de 2011.

DECRETA:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 19.406,48 para as seguintes dotações orçamentárias:

05 - SECRETARIA DE SAUDE E ASSISTENCIA SOCIAL

05.03 - FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

05.03.08.244.0006.1.038-4.4.90.00.00.00.00 - Aplicações Diretas 19.406,48

Artigo 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial e/ou total das seguintes dotações orçamentárias:

Subtrair superávit financeiro 19.406,48.

Artigo 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Antônio Carlos, em 23 de Janeiro de 2012.

GERALDO PAULI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto na Secretaria da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 23 de Janeiro de 2012.

MAURO CEZAR DA SILVEIRA

Secretário de Administração e Finanças

Aviso de Licitação Nº 011/2012

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório: nº. 011/2012; Modalidade: Pregão Presencial nº. 010/2012; Tipo: Menor Preço Por Item - Registro de Preço; Objeto: prestação/fornecimento de serviços de fisioterapia (profissional e equipamentos), para atendimento dos munícipes, encaminhados pela Secretária de Saúde do município de Antônio Carlos, de acordo com os quantitativos e especificações constantes no anexo I, conforme descrito no edital; Abertura: dia 06/02/2012 as 14:00 (quatorze) horas.

Obtenção dos Editais e informações, no setor de licitações da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, Praça Anchieta nº. 10, Centro, Antônio Carlos, SC, das 7:30 as 11:30 e das 13:00 às 17:00 horas. Fone (48) 3272-1123. Ou no site www.antoniocarlos.sc.gov.br.

Antônio Carlos, 23 de Janeiro de 2012.

GERALDO PAULI

Prefeito Municipal

Arroio Trinta

PREFEITURA

Pregão Presencial Nº 0001/2012.

AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Arroio Trinta, Estado de Santa Catarina, através do Fundo Municipal de Saúde, torna público, para o conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação, conforme descrição abaixo:

Modalidade: Pregão Presencial nº 0001/2012.

Tipo: Menor preço unitário.

Objeto: Contratação de Serviços de Laboratório para Realização de Exames, aos Municípios Usuários do SUS (Sistema Único de Saúde) do Município de Arroio Trinta.

Regimento: Lei 10.520 de 17 de julho de 2002, Lei 8.666 de 21 de junho de 1993, Consolidada.

Entrega dos Envelopes: Até às 08:45h do dia 07/02/2012.

Abertura dos Envelopes: Às 09:00h do dia 07/02/2012.

Retirada do Edital: O Edital poderá ser consultado e obtido junto ao Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal, sito a Rua XV de Novembro, 26, de Segunda a Sexta feira, no horário normal de Expediente.

Informações e esclarecimentos no endereço acima ou pelo fone/fax: (0xx 49) 35356000.

Arroio Trinta - SC, 23 de janeiro de 2012.

GLOTILDE CASALETTI SARTORI

Gestora do Fundo Municipal de Saúde

Tomada de Preços Nº 0001/2012.

AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Arroio Trinta, Estado de Santa Catarina, torna público, para o conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação, conforme descrição abaixo:

Modalidade: Tomada de Preços nº 0001/2012.

Tipo: Menor Preço Global.

Objeto: PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM CONCRETO BETUMINOSO



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

USINADO A QUENTE (CBUQ), ADEQUAÇÃO AO SISTEMA DE DRENAGEM PLUVIAL E SINALIZAÇÃO HORIZONTAL DA RUA FELIX ANTÔNIO SPRICIGO COM 1.523,13 M², RUA MADALENA M. NÓRDIO COM 393,92 M², RUA GERMANO PAGANINI COM 445,52 M², RUA VERGÍLIO BIAVA COM 2.203,53 M², RUA VEREADOR IVO POSSATO COM 722,80 M², RUA PRESIDENTE CASTELO BRANCO COM 591,84 M² E RUA FLORIANÓPOLIS COM 2.654,05 M², SENDO UMA ÁREA TOTAL A PAVIMENTAR DE 8.534,79M², DE ACORDO COM O CONTRATO DE FINANCIAMENTO BADESC CIDADES Nº 2011010300 DE 10/06/2011.

Regimento: Lei 8.666 de 21 de junho de 1993, consolidada.

Entrega dos Envelopes: Até às 09:30h do dia 10/02/2011.

Abertura dos Envelopes: Às 10:00h do dia 10/02/2011.

Retirada do Edital: O Edital poderá ser consultado e obtido junto ao Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal, sito a Rua XV de Novembro, 26, de Segunda a Sexta feira, no horário normal de Expediente.

Informações e esclarecimentos no endereço acima ou pelo fone/fax: (0xx 49) 35356000.

Arroio Trinta - SC, 20 de janeiro de 2012.

CLAUDIO SPRÍCIGO

Prefeito Municipal

Tomada de Preços Nº 0002/2012.

AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Arroio Trinta, Estado de Santa Catarina, torna público, para o conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação, conforme descrição abaixo:

Modalidade: Tomada de Preços nº 0002/2012.

Tipo: Menor Preço Global.

Objeto: PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE (CBUQ), ADEQUAÇÃO AO SISTEMA DE DRENAGEM PLUVIAL E SINALIZAÇÃO HORIZONTAL DA RUA FRANCISCO NAVA COM 1.011,44M², RUA AGOSTINHO SPRÍCIGO COM 1.150,03M², RUA JACOB CASALETTI COM 2.202,64M² E RUA JOAQUIM LOCATELLI COM 661,74M², SENDO UMA ÁREA TOTAL A PAVIMENTAR DE 5.025,85M², DE ACORDO COM O PROCESSO Nº ER09122411-5, CONVÊNIO Nº 14864 2011-4 DE 31.10.2011 E NOTA DE EMPENHO GLOBAL Nº 531/2011 DE 31.10.2011

Regimento: Lei 8.666 de 21 de junho de 1993, consolidada.

Entrega dos Envelopes: Até às 14:00h do dia 10/02/2011.

Abertura dos Envelopes: Às 14:30h do dia 10/02/2011.

Retirada do Edital: O Edital poderá ser consultado e obtido junto ao Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal, sito a Rua XV de Novembro, 26, de Segunda a Sexta feira, no horário normal de Expediente.

Informações e esclarecimentos no endereço acima ou pelo fone/fax: (0xx 49) 35356000.

Arroio Trinta - SC, 20 de janeiro de 2012.

CLAUDIO SPRÍCIGO

Prefeito Municipal

Biguaçu

PREFEITURA

Aviso de Pregão (Presencial) 008/2012- PMB

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

GERÊNCIA DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS

AVISO DE PREGÃO (PRESENCIAL) 008/2012- PMB

OBJETO: aquisição de material de limpeza para uso na Secretaria Municipal de Educação, Centros de Educação Infantil e nas escolas da rede municipal de ensino, referente ao ano de 2012.

Recebimento dos documentos de habilitação e propostas até as 13:30 horas, do dia 14 fevereiro, 2012, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

ABERTURA DO ENVELOPE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA: Às 14:00 horas, do dia 14 fevereiro, 2012, no Setor de Licitações desta Prefeitura

Local para obtenção do edital: Setor de Licitação da PMB, mediante a apresentação de um CD ou pen-drive.

Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48- 3279-8010, 8020 e 8048.

Biguaçu, 20 de janeiro de 2012.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

Aviso de Pregão (Presencial) 010/2012- PMB

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

GERÊNCIA DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS

AVISO DE PREGÃO (PRESENCIAL) 010/2012- PMB

OBJETO: aquisição de fogão industrial para o refeitório junto a Secretaria de Obras.

Recebimento dos documentos de habilitação e propostas até as 15:30 horas, do dia 16 fevereiro, 2012, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

ABERTURA DO ENVELOPE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA: Às 16:00 horas, do dia 16 fevereiro, 2012, no Setor de Licitações desta Prefeitura

Local para obtenção do edital: Setor de Licitação da PMB, mediante a apresentação de um CD ou pen-drive.

Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48- 3279-8010, 8020 e 8048.

Biguaçu, 20 de janeiro de 2012.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

Aviso de Pregão (Presencial) 011/2012- PMB

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

GERÊNCIA DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS

AVISO DE PREGÃO (PRESENCIAL) 011/2012- PMB

OBJETO: aquisição de pranchas de eucalipto para manutenção de pontes e trapiches de madeira.

Recebimento dos documentos de habilitação e propostas até as 13:30 horas, do dia 16 fevereiro, 2012, no Setor de Licitações

desta Prefeitura.

ABERTURA DO ENVELOPE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA: Às 14:00 horas, do dia 16 fevereiro, 2012, no Setor de Licitações desta Prefeitura

Local para obtenção do edital: Setor de Licitação da PMB, mediante a apresentação de um CD ou pen-drive.

Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48- 3279-8010, 8020 e 8048.

Biguaçu, 20 de janeiro de 2012.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

Aviso de Pregão (Presencial) 013/2012- PMB

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

GERÊNCIA DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS

AVISO DE PREGÃO (PRESENCIAL) 013/2012- PMB

OBJETO: contratação de empresa especializada para prestação de serviço de fornecimento de passagens aéreas, destinadas ao transporte de servidores quando em viagens oficiais a serviço do município de Biguaçu promovidas pelas secretarias desta municipalidade.

Recebimento dos documentos de habilitação e propostas até as 17:00 horas, do dia 8 fevereiro, 2012, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

ABERTURA DO ENVELOPE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA: Às 17:30 horas, do dia 8 fevereiro, 2012, no Setor de Licitações desta Prefeitura

Local para obtenção do edital: Setor de Licitação da PMB, mediante a apresentação de um CD ou pen-drive.

Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48- 3279-8010, 8020 e 8048.

Biguaçu, 20 de janeiro de 2012.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

Aviso de Pregão (Presencial) 282/2011- PMB

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

GERÊNCIA DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS

AVISO DE PREGÃO (PRESENCIAL) 282/2011- PMB

OBJETO: aquisição de um servidor para a instalação do software AKER para o setor de tecnologia da informação.

Recebimento dos documentos de habilitação e propostas até as 15:30 horas, do dia 15 fevereiro, 2012, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

ABERTURA DO ENVELOPE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA: Às 16:00 horas, do dia 15 fevereiro, 2012, no Setor de Licitações desta Prefeitura

Local para obtenção do edital: Setor de Licitação da PMB, mediante a apresentação de um CD ou pen-drive.

Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48- 3279-8010, 8020 e 8048.

Biguaçu, 20 de janeiro de 2012.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

Aviso de Pregão (Presencial) 296/2011- PMB

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

GERÊNCIA DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS

AVISO DE PREGÃO (PRESENCIAL) 296/2011- PMB

OBJETO: aquisição de uniformes a serem utilizados pelas merendeiras dos CEIMs e escolas municipais.

Recebimento dos documentos de habilitação e propostas até as 13:30 horas, do dia 15 fevereiro, 2012, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

ABERTURA DO ENVELOPE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA: Às 14:00 horas, do dia 15 fevereiro, 2012, no Setor de Licitações desta Prefeitura

Local para obtenção do edital: Setor de Licitação da PMB, mediante a apresentação de um CD ou pen-drive.

Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48- 3279-8010, 8020 e 8048.

Biguaçu, 20 de janeiro de 2012.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

Aviso de Pregão Eletrônico Nº 17/2012- FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE SAÚDE

SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 17/2012- FMS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE ENFERMAGEM PARA USO DAS UNIDADES DE SAÚDE E PRONTO-ATENDIMENTO DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 14:00 do dia 03/02/2012, no endereço eletrônico - www.bll.org.br, horário de Brasília- DF.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: das 14:00h do dia 25/01/2012 às 13:58 do dia 03/02/2012.

LOCAL PARA OBTENÇÃO DO EDITAL: No endereço eletrônico do provedor do pregão eletrônico- Bolsa de Licitações e Leilões - www.bll.org.br.

Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48-3243-1040.

Biguaçu, 20 de janeiro de 2012.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

LEANDRO ADRIANO DE BARROS - POR DELEGAÇÃO

Secretário Municipal de Saúde.

Aviso de Pregão Presencial Nº 37/2012- FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE SAÚDE

SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 37/2012- FMS

OBJETO: SERVIÇO DE SONORIZAÇÃO PARA EVENTOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE BIGUAÇU.

DATA DE ABERTURA DA DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA DE PREÇOS: 14:00 horas do dia 03/02/2012.

LOCAL PARA OBTENÇÃO DO EDITAL: Setor de Licitação da Secretaria Municipal de Saúde, mediante a apresentação de um CD ou Pen-drive, ou no endereço eletrônico: www.bigua.sc.gov.br

Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48-3039-8500.

Biguaçu, 20 de janeiro de 2012.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

LEANDRO ADRIANO DE BARROS - POR DELEGAÇÃO
Secretário Municipal de Saúde.

Revogação de Licitação PP 145/2011- FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE SAÚDE

SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

REVOGAÇÃO DE LICITAÇÃO PP 145/2011- FMS

Revoga-se o Processo nº 145/2011, Pregão Presencial, cujo objeto era a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de radiologia para a Unidade de Pronto-Atendimento do Município de Biguaçu, em virtude da licitação ter sido deserta.

Biguaçu, 17 de janeiro de 2012.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

LEANDRO ADRIANO DE BARROS - POR DELEGAÇÃO
Secretário Municipal de Saúde.

Revogação de Licitação PP 30/2012- FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE SAÚDE

SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

REVOGAÇÃO DE LICITAÇÃO PP 30/2012- FMS

Revoga-se o Processo nº 30/2012, Pregão Presencial, cujo objeto era a aquisição de ambulância para a Unidade de Pronto Atendimento do Município de Biguaçu, em virtude da licitação ter sido deserta.

Biguaçu, 18 de janeiro de 2012.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

LEANDRO ADRIANO DE BARROS - POR DELEGAÇÃO
Secretário Municipal de Saúde.

Braço do Trombudo

PREFEITURA

Decreto 003/2012

DECRETO 003/2012 20.01.2012

SUPLEMENTA DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

Vilberto Muller Schovinder, Prefeito Municipal de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, baseado na Lei, 0700/2011 de 21.12.2011.

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um crédito adicional, suplementar no valor de R\$ 65.300,00 (sessenta e cinco mil e trezentos reais), destinado a suplementar a seguinte dotação do orçamento vigente:

01.01 - Secretaria da Cultura do Turismo e Lazer

13.392.0130.1.022 - Reforma e Melhorias no Antigo Hotel Serril

4490.00.00.00.00.00.0.3.0000.0 - Aplicações Diretas R\$ 65.300,00

Art. 2º. Utilizar-se-á como fonte de recursos, o superávit financeiro do exercício de 2011.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade á publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008.

Braço do Trombudo, em 20 de janeiro de 2012.

VILBERTO MULLER SCHOVINDER

Prefeito Municipal

Ata registro preço 22/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 1/5

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 22/2011

Número do Registro de Preços: 22/2011 Data do Registro: 21/10/2011 Válido até: 21/10/2012

Objeto da Compra: Aquisição de mobiliários em geral e utensílios domésticos para diversas Secretarias do município.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Cadeira de refeição para bebê. Assento e encosto em laminado plástico, fácil higienização. Pedana de apoio para os pés. Cinto de segurança em cinco pontos. Bandeja sobreposta para facilitar remoção para higienização. Permite aproximação da mesa de refeição. Super compacta. Estrutura tubular (aço). Tecido laminado plástico (100%PVC). Dimensão aproximadamente 720x1000x580. (8509)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	GALZERANO	0	234,8000	1
			SUPER-AR LTDA ME (8858)	GALZERANO	0	235,0000	2
			TODT COMERCIAL LTDA-ME (8645)	Galzerano	0	235,2000	3
			BAGATOLI COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA ME (8622)	GALZERANO	0	240,0000	4
2	Carrinho de bebê - carro berço, com capota retrátil confeccionada em tecido emborrachado. Acolchoado em tecido removível e lavável. Bandeja do bebê removível. Cinto de segurança. Cesto porta - objetos. Encosto reclinável em quatro posições. Quatro rodas dianteiras giratórias. Quatro rodas traseiras fixas com duplo sistema de freios. Altura 100 cm. Comprimento: 82 cm e largura de 51 cm. Ideal para bebês até 17 kg (8510)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	GALZERANO	0	370,4000	1
			SUPER-AR LTDA ME (8858)	GALZERANO	0	371,4000	2
			TODT COMERCIAL LTDA-ME (8645)	Galzerano	0	372,4000	3
			BAGATOLI COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA ME (8622)	GALZERANO	0	380,0000	4
3	Colchão para berço espuma de poliuretano, tecido 50% algodão, 50%, poliéster e laminado de PVC espessura 0,10 (10x0, 60x1, 30). (8511)	UND	BAGATOLI COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA ME (8622)	ORTOBOM	0	83,7750	1
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	gazin	0	83,9000	2
			DOMPEL INFORMÁTICA E EQUIP. PARA ESCRITORIO LTDA (8897)	DOMPEL	0	85,0000	3
			SUPER-AR LTDA ME (8858)	ORTOBOM	0	85,0000	4
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	ORTOBOM	0	85,0000	5
4	Forno elétrico: 45litros, com 1700 w de potência 1000 w resistência inferior e 700 w na superior. Forno interno autolimpante. Cor branca. Grelha deslizante. Luz indicadora de funcionamento. Cor branca. Função grill/dourador. Dimensão (LxAxP) 50x34x50cm. (8512)	UND	SUPER-AR LTDA ME (8858)	BRASLAR	0	437,3333	1
			TODT COMERCIAL LTDA-ME (8645)	Nardelli	0	438,0000	2
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	NARDELLI	0	450,0000	3
			BAGATOLI COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA ME (8622)	BRASLAR	0	450,0000	4
5	Purificador de água - Filtro central 1.000 lts/horas, altura de no mínimo 1,00m, chapa inox 1 mm, peso no mínimo de 60kg com instalação completa após relógio de água e antes da caixa da água. Garantia de no mínimo 2 anos. (8513)	UND	BAGATOLI COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA ME (8622)	EUROPA	0	1.499,4286	1
			SUPER-AR LTDA ME (8858)	ACQUA MAIS	0	1.499,7143	2
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	REDRAU	0	1.500,0000	3
6	Mesa 120x68x74 padrão 25 mm na cor ovo/cinza, conexão 68x68 padrão 25 mm na cor ovo/cinza. Teclado retrátil 60x40 na cor ovo/cinza, suporte para CPU na cor ovo/cinza, gaveteiro fixo três gavetas na cor ovo/cinza e pé para conexão. (8514)	UND	TODT COMERCIAL LTDA-ME (8645)	Inamoveis	0	764,4000	1
			BAGATOLI COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA ME (8622)	LUNASA	0	780,0000	2
			DOMPEL INFORMÁTICA E EQUIP. PARA ESCRITORIO LTDA (8897)	DOMPEL	0	780,0000	3
			SUPER-AR LTDA ME (8858)	PETHIPLEX	0	780,0000	4
7	Cadeira giratória, tipo secretária em tecido, na cor bege. (8515)	UND	TODT COMERCIAL LTDA-ME (8645)	Stauflex	0	243,0000	1
			SUPER-AR LTDA ME (8858)	PETHIPLEX	0	244,0000	2
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	martiflex	0	247,5000	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 2/5

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 22/2011

Número do Registro de Preços: 22/2011 Data do Registro: 21/10/2011 Válido até: 21/10/2012

Objeto da Compra: Aquisição de mobiliários em geral e utensílios domésticos para diversas Secretarias do município.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
8	Cadeira tipo secretária executiva cor preta, giratória a gás, em couro, espuma injetada anatômicamente com densidade de 45 a 50 kg m³ e espessura média de 45/50mm, estrutura metálica com capa na cor preta, mecanismo de regulagem Sistema Back System, braços tipo digitador com regulagem de altura e acabamento em polipropileno injetado de alta resistência com alma de aço, rodízio nylon, largura total de 59 cm, altura total de 104cm e profundidade total de 59 cm. (8516)	UND	BAGATOLI COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA ME (8622)	PETHIFLEX	0	250,0000	4
			DOMPEL INFORMÁTICA E EQUIP. PARA ESCRITORIO LTDA (8897)	DOMPEL	0	250,0000	5
			DOMPEL INFORMÁTICA E EQUIP. PARA ESCRITORIO LTDA (8897)	DOMPEL	0	449,5000	1
9	Arquivo de aço com 03 gavetas, para pasta suspensa, confeccionada em chapa de aço, altura 1,00 m, largura 0,470 e profundidade de 0,60m. (8518)	UND	BAGATOLI COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA ME (8622)	PETHIFLEX	0	450,0000	2
			SUPER-AR LTDA ME (8858)	PETHIFLEX	0	450,0000	3
			DOMPEL INFORMÁTICA E EQUIP. PARA ESCRITORIO LTDA (8897)	RCH	0	329,5000	1
10	Ar condicionado 7.500 btus reverso c/controle, 220 v, tipo janela, ciclo quente e frio, termostato, ventilação, desumidificação, timer, sleep, selo procel A, vazão de 420m³/h, de cor branco, voltagem 220 v. (8519)	UND	BAGATOLI COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA ME (8622)	LUNASA	0	330,0000	2
			SUPER-AR LTDA ME (8858)	LUNASA	0	330,0000	3
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	Ig	0	939,5000	1
11	Fogão a gás 4 bocas, acendimento automático, cor branca e forno autolimpante (8520)	UND	SUPER-AR LTDA ME (8858)	SPRINGER	0	940,0000	2
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	CONSUL	0	950,0000	3
			BAGATOLI COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA ME (8622)	ELECTROLUX	0	950,0000	4
12	Mesa medindo 200x90x80cm com dois bancos cada mesa medindo 200x45x45cm, fabricados em MDF standard de 15 mm engrossados para 3 cm, pés com sapatas niveladoras em PVC com haste de metal, na cor tabaco. (8521)	UND	SUPER-AR LTDA ME (8858)	BRASLAR	0	369,5000	1
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	MULLER	0	370,0000	2
			BAGATOLI COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA ME (8622)	BRASLAR	0	370,0000	3
13	Balcão recepção, medindo 254x115x80cm. Porta vasculante para passagem mede 80x80x3cm. Fechamento assim uma parede de 3,34 metros. Móvel em MDF standart de 15 mm, cor tabaco, gavetas com corrediça telescópica reforçada carga máxima 40 kg, total de 6 gavetas. Portas de correr com sistema AL 1535 para maior deslizamentos. Total de 3 portas medindo 85x90cm. Tampo em granito verde bahia de 4 cm de espessura com acabamento reto. Tampo lateral com dobradiça em MDF 3cm para passagem. Fundo do móvel em MDF de 15mm. (8522)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	esmaltec	0	370,0000	4
			DOMPEL INFORMÁTICA E EQUIP. PARA ESCRITORIO LTDA (8897)	DOMPEL	0	933,5000	1
			RUBELIS MOVEIS SOB MEDIDA LTDA ME (8898)	Rubelis	0	936,0000	2
			TODT COMERCIAL LTDA-ME (8645)	Inamoveis	0	950,6000	3
			SUPER-AR LTDA ME (8858)	PETHIFLEX	0	970,0000	4
			DOMPEL INFORMÁTICA E EQUIP. PARA ESCRITORIO LTDA (8897)	DOMPEL	0	4.350,0000	1
			SUPER-AR LTDA ME (8858)	MOVEIS CRIS	0	4.370,0000	2
			RUBELIS MOVEIS SOB MEDIDA LTDA ME (8898)	Rubelis	0	4.390,0000	3
			BAGATOLI COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA ME (8622)	KOLÇAVA	0	4.400,0000	4
			TODT COMERCIAL LTDA-ME (8645)	Escobrinq	0	4.400,0000	5

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 3/5

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 22/2011

Número do Registro de Preços: 22/2011 Data do Registro: 21/10/2011 Válido até: 21/10/2012

Objeto da Compra: Aquisição de mobiliários em geral e utensílios domésticos para diversas Secretarias do município.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
14	Prateleiras - 3 (três) armários medindo 250x190x80cm, totalizando 7,5 metros de armários, pés de madeira, móvel em compensado naval de 18mm com reforço de madeira por baixo, armário sem portas e sem fundo, na cor tabaco. (8523)	UND	RUBELIS MOVEIS SOB MEDIDA LTDA ME (8898)	Rubelis	0	4.588,0000	1
			DOMPEL INFORMÁTICA E EQUIP. PARA ESCRITORIO LTDA (8897)	DOMPEL	0	4.600,0000	2
			TODT COMERCIAL LTDA-ME (8645)	Escobrinq	0	4.600,0000	3
15	Mesa 120x68x74 padrão 25 mm na cor tabaco, conexão 68x68 padrão 25 mm na cor tabaco. Teclado retrátil 60x40 na cor tabaco, suporte para CPU na cor tabaco, gaveteiro fixo três gavetas na cor tabaco e pé para conexão. (8524)	UND	TODT COMERCIAL LTDA-ME (8645)	Inamoveis	0	764,4000	1
			DOMPEL INFORMÁTICA E EQUIP. PARA ESCRITORIO LTDA (8897)	DOMPEL	0	780,0000	2
			BAGATOLI COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA ME (8622)	LUNASA	0	780,0000	3
			SUPER-AR LTDA ME (8858)	PETHIPLEX	0	780,0000	4
16	Mesa com 03 gavetas com chave, comprimento 1,10, tampo 25 mm, bordas arredondadas, largura 67 cm de cor tabaco. (8525)	UND	TODT COMERCIAL LTDA-ME (8645)	Inamoveis	0	377,3000	1
			BAGATOLI COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA ME (8622)	LUNASA	0	380,0000	2
			DOMPEL INFORMÁTICA E EQUIP. PARA ESCRITORIO LTDA (8897)	DOMPEL	0	385,0000	3
			SUPER-AR LTDA ME (8858)	PETHIPLEX	0	385,0000	4
17	Cortinas para 2 (duas) janelas medindo 2,00m largura x 1,80m altura: compreendendo 15,00 m de voal liso branco, 8,40m de forro branco, 10,00 m de voal amassado branco, 8 m tubo (ferro revestido em PVC) branco, 02 pares suporte duplo médio PVC branco, 52 arcolas médias PVC branco e 104 ganchos PVC branco. (8526)	01	BAGATOLI COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA ME (8622)	CORETX	0	848,7909	1
			SUPER-AR LTDA ME (8858)	DECORATIVA	0	850,0000	2
18	Cortinas para 4 (quatro) janelas medindo 1,45m largura x 1,80m de altura: compreendendo 17,00m de voal liso branco, 8,40 de forro branco, 16,20m de voal amassado branco, 11,60m tubo (ferro revestido em PVC) branco, 04 pares suporte duplo médio PVC branco, 74 argolas médias PVC branca, 148 ganchos PVC branco. (8527)	01	BAGATOLI COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA ME (8622)	CORTEX	0	1.148,3642	1
			SUPER-AR LTDA ME (8858)	DECORATIVA	0	1.150,0000	2
19	Cortinas para 2 (duas) janelas medindo 1,45m largura x 1,50 m de altura + 1 (uma) janela medindo 1,25m largura x 1,50 de altura que compreende: 7,50m de voal liso branco, 5,50m de forro branco, 12,00m de voal amassado branco, 8,70m de tubo (ferro revestido em PVC) branco, 03 pares de suporte duplo médio PVC branco, 52 argolas médias PVC branco, 104 ganchos PVC branco. (8528)	01	BAGATOLI COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA ME (8622)	CORTEX	0	828,8193	1
			SUPER-AR LTDA ME (8858)	DECORATIVA	0	830,0000	2
20	Cortinas p/ 2 (duas) janelas medindo 1,35m x 1,50 de largura compreendendo: 7,20m de voal liso branco, 3,60m de forro branco, 6,20m de voal amassado branco, 5,40m de tubo (ferro revestido em PVC) branco, 02 pares de suporte duplo médio PVC branco, 34 Argolas médias PVC branco, 68 ganchos PVC branco. (8529)	01	BAGATOLI COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA ME (8622)	CORTEX	0	499,2888	1
			SUPER-AR LTDA ME (8858)	DECORATIVA	0	500,0000	2
21	Cortina 1 (uma) janela medindo 1,40m largura x 1,50m de altura compreendendo: 3,00m de renda branca com bando branco, 01 par suporte duplo médio PVC branco, 2,80m tubo (ferro revestido em PVC) branco. (8530)	01	BAGATOLI COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA ME (8622)	CORTEX	0	184,7368	1
			SUPER-AR LTDA ME (8858)	DECORATIVA	0	185,0000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 4/5

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 22/2011

Número do Registro de Preços: 22/2011 Data do Registro: 21/10/2011 Válido até: 21/10/2012

Objeto da Compra: Aquisição de mobiliários em geral e utensílios domésticos para diversas Secretarias do município.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
22	Armários para biblioteca - móvel em MDF Standard nas cores tabaco: 1) um armário medindo 261x300x30cm com nichos de 40x40cm entre prateleiras. 2) um armário medindo 300x300x30cm com nichos de 30x30cm entre prateleiras. 3) um armário medindo 340x300x30cm com nichos de 30x30cm entre prateleiras. 4) dois armários medindo 90x300x30cm com nichos de 30x30cm entre prateleiras. 5) um armário medindo 120x59x30cm com nichos de 30x30cm entre prateleiras, em cima janela. Acabamento em fita PVC de alta durabilidade. Fundo em eucaplac branco para maior durabilidade. Pés em madeira com acabamento em MDF na frente. Sapatas em PVC com haste de metal para ajuste dos pés. (8531)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	pank	0	8.650,0000	1
			RUBELIS MOVEIS SOB MEDIDA LTDA ME (8898)	Rubelis	0	8.690,0000	2
			BAGATOLI COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA ME (8622)	KOLÇAVA	0	9.300,0000	3
			DOMPEL INFORMÁTICA E EQUIP. PARA ESCRITORIO LTDA (8897)	DOMPEL	0	9.300,0000	4
			TODT COMERCIAL LTDA-ME (8645)	Escobrinq	0	9.300,0000	5
			SUPER-AR LTDA ME (8858)	MOVEIS CRIS	0	9.300,0000	6
23	Armário medindo 394x90x50cm na parte de baixo e 394x140x35cm na parte de cima, totalizando assim um armário de 394x230x50cm. Móvel em MDF standard na cor tabaco. Contém oito portas de abrir com dobradiça caneco 35mm com amortecedor a gás. Puxadores em alumínio polido. Pés de madeira com acabamento frontal em MDF. Sapatas niveladoras no pés para melhor nivelamento do móvel. Fundo do móvel em eucaplac para maior durabilidade. (8532)	UND	RUBELIS MOVEIS SOB MEDIDA LTDA ME (8898)	Rubelis	0	3.050,0000	1
			DOMPEL INFORMÁTICA E EQUIP. PARA ESCRITORIO LTDA (8897)	DOMPEL	0	3.070,0000	2
			TODT COMERCIAL LTDA-ME (8645)	Escobrinq	0	3.070,0000	3
			SUPER-AR LTDA ME (8858)	MOVEIS CRIS	0	3.070,0000	4
24	Painel com prateleiras. Painel mede 180x90x30cm as prateleiras medem 170x25x3cm, em MDF standard na cor tabaco. (8533)	UND	RUBELIS MOVEIS SOB MEDIDA LTDA ME (8898)	Rubelis	0	599,5000	1
			DOMPEL INFORMÁTICA E EQUIP. PARA ESCRITORIO LTDA (8897)	DOMPEL	0	610,0000	2
			TODT COMERCIAL LTDA-ME (8645)	Escobrinq	0	610,0000	3
			SUPER-AR LTDA ME (8858)	MOVEIS CRIS	0	610,0000	4
25	BEBEDOURO DE GALÃO P/USO DE MESA- REFRIGERADO PARA GALÃO DE 10L OU 20L, SISTEMA ELETRÔNICO DE REFRIGERAÇÃO, CAPACIDADE DE REFRIGERAÇÃO DO APARELHO 0.7 LITROS H, DUAS TORNEIRAS RESITENTES, BANDEJA COLETORA DE ÁGUA REMOVÍVEL. (8536)	UND	SUPER-AR LTDA ME (8858)	LIBELL	0	309,0000	1
			BAGATOLI COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA ME (8622)	LIBELL	0	310,0000	2
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	LIBELL	0	310,0000	3
			DOMPEL INFORMÁTICA E EQUIP. PARA ESCRITORIO LTDA (8897)	MASTER FRIO	0	310,0000	4
26	Mesa em L, móvel em MDF Standard nas cores tabaco, tampo de vidro medindo 200x65x1cm incolor lapidado e polido reto. Gaveteiro com 4 gavetas com corredeiras telescópicas carga máxima de 40kg. Suporte teclado retrátil com corredeira telescópica carga máxima de 40kg. Puxadores em alumínio polido. Espaçadores em alumínio polido de 10cm de altura por 2 polegadas de diâmetro para o tampo de vidro. Porta com dobradiça caneco 35mm com amortecedor a gás. Mesa em L mede 200x200x80x50cm (LXL formando assim 2 encostadas fazendo um L. (8537)	TON	RUBELIS MOVEIS SOB MEDIDA LTDA ME (8898)	Rubelis	0	1.325,0000	1
			DOMPEL INFORMÁTICA E EQUIP. PARA ESCRITORIO LTDA (8897)	DOMPEL	0	1.350,0000	2
			TODT COMERCIAL LTDA-ME (8645)	Escobrinq	0	1.350,0000	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 5/5

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 22/2011

Número do Registro de Preços: 22/2011 Data do Registro: 21/10/2011 Válido até: 21/10/2012

Objeto da Compra: Aquisição de mobiliários em geral e utensílios domésticos para diversas Secretarias do município.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
27	Armário Multi-uso, móvel em MDF Standar na cor tabaco medindo 351x245x60cm. Móvel com 03 (três) portas de correr em perfil de alumínio com MDF. Sistema de correr ducasoft com trilhos em alumínio. Puxador em alumínio já embutido na porta. 02 (duas) varas de cabide em alumínio. Pés do móvel em madeira com fechamento em MDF. (8538)	UND	SUPER-AR LTDA ME (8858)	PETHIPLEX	0	1.350,0000	4
			RUBELIS MOVEIS SOB MEDIDA LTDA ME (8898)	Rubelis	0	3.918,1200	1
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	pank	0	3.990,0000	2
			DOMPEL INFORMÁTICA E EQUIP. PARA ESCRITORIO LTDA (8897)	DOMPEL	0	4.000,0000	3
			TODT COMERCIAL LTDA-ME (8645)	Escobrinq	0	4.000,0000	4
28	Condicionador de ar split ciclo reverso (quente/frio) 9.000 btus sistema especial de tripla filtragem retem até 99% de fungos e bactérias. Display de temperatura digital. Controle remoto com display em cristal liquido com instalação. (8541)	UND	SUPER-AR LTDA ME (8858)	MOVEIS CRIS	0	4.000,0000	5
			SUPER-AR LTDA ME (8858)	SPRINGER ADMIRAL	0	1.663,5000	1
			TODT COMERCIAL LTDA-ME (8645)	Eletrolux	0	1.666,0000	2
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	Ig	0	1.683,0000	3
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	ELECTROLUX	0	1.700,0000	4
29	Refrigerador frost free com no minimo 346 litros branco 2 portas, sistema frost free, porta condimento removivel, cesto porta- ovos, compartimento de congelamento rápido, gavetão transparente porta legumes, prateleira para garrafas de 2,5l. (8542)	UND	TODT COMERCIAL LTDA-ME (8645)	Eletrolux	0	1.856,0000	1
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	ELECTROLUX	0	1.859,0000	2
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	consul	0	1.881,0000	3

BRACO DO TROMBUDO , 21 de Outubro de 2011.

Caçador

PREFEITURA

Decreto nº 5128

DECRETO nº 5.128, de 18 de janeiro de 2012.

Nomeia Fiscal da obra de Construção da Creche do Alto Bonito.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado o Servidor Público Municipal WALMIR RIGO, ocupante do cargo de carreira de Arquiteto Urbanista, CREA 087550/0, como Fiscal da obra de construção da "Creche do Alto Bonito", objeto do Edital nº 85/2011, Concorrência 03/2011, Contrato nº 147, datado de 28/12/2011.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 18 de janeiro de 2012.

IMAR ROCHA

Prefeito Municipal.

Portaria Nº 21.312

PORTARIA nº. 21.312, de 18 de janeiro de 2012.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 231 e seguintes, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

Art. 1º - INSTAURAR Sindicância Administrativa a fim de apurar o furto de quatro pneus 175/70 R13, marca Goodwear, das dependências do almoxarifado da Central da Prefeitura Municipal, ocorrido entre a noite do dia 09/10/2011 e a madrugada do dia 10/10/11, sendo que se encontrava trabalhando como vigia o servidor José Ferreira, conforme consta na Comunicação Interna nº. 321/2011 da Procuradoria Geral do Município, e demais documentos que acompanham.

Parágrafo único. A Comissão Sindicante tem poderes de ampla e irrestrita investigação, inclusive de fatos novos que surjam no decorrer do procedimento, e deverá, se possível, apontar as irregularidades, os envolvidos bem como suas responsabilidades, e a obrigação de ressarcimento aos cofres públicos.

Art. 2º - DESIGNAR com base no art. 224, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/04 - Estatuto dos Servidores Públicos Civis Municipais de Caçador, os Servidores Públicos Municipais: LUCIANA MARIA BARBOSA DE OLIVEIRA, ocupante do cargo de Professora, designada como Coordenadora de Processos Administrativos Disciplinares e Sindicâncias; VANDERLEY DE LIMA, ocupante do cargo de Mecânico, lotado junto a Secretaria Municipal de Infra-Estrutura, e JOSÉ VOLNI PALHANO, ocupante do cargo de Motorista de Caminhão, lotado na Secretaria de Infra-Estrutura; para sob a presidência da primeira, compor, na condição de membros, a Comissão de Sindicância Administrativa nº. 01/2012, e serem secretariados por ANDRÉA LUCY CARNEIRO, ocupante do cargo de Assessora de Secretário, que prestará o compromisso de bem e fielmente desenvolver os trabalhos junto à Comissão. .

Art. 3º - A Comissão tem o prazo de 30 (trinta) dias para conclusão dos trabalhos, a contar da publicação da portaria, podendo o referido prazo ser automaticamente prorrogado pelo mesmo período, sem prejuízo dos trabalhos, quando as circunstâncias o exigirem, em conformidade com o disposto no art. 223 da Lei Complementar nº 056 de 20/12/2004- Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Caçador.

Art. 4º- Providencie a Comissão as provas que julgar necessárias para a completa apuração dos fatos, respeitando-se a ampla defesa e o contraditório.

Art. 5º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 18 de janeiro de 2012.

IMAR ROCHA

Prefeito Municipal.

DARCI RIBEIRO

Secretário Municipal De Infra-Estrutura.

Aviso Licitação PR 04-2012 SAÚDE

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

AVISO DE LICITAÇÃO

Solicitar este Edital pelo e-mail: licitacoes.saude@cacador.sc.gov.br

EDITAL: Pregão Presencial nº 04/2012 - FMS

TIPO: Menor Preço Por Item

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE MONITOR DE TEATRO E DE ARTESANATO PARA O CAPS II

ENTREGA DOS ENVELOPES: 14:00 Horas do Dia 08/02/2012.

ABERTURA DOS ENVELOPES: 14:05 Horas do Dia 08/02/2012.

Maiores Informações e o Edital Completo poderão ser obtidos na Coord. de Licitações e Contratos do Fundo Municipal de Saúde, Site Rua Brasília, 1.111, e-mail: licitacoes.saude@cacador.sc.gov.br, das 13:00 às 19:00 horas ou pelo site www.cacador.sc.gov.br

Caçador, 20 de janeiro de 2012.

DINAMAR APARECIDA GOMES

Secretária Municipal de Saúde

Aviso Licitação PR 05-2012 SAÚDE

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

AVISO DE LICITAÇÃO

Solicitar este Edital pelo e-mail: licitacoes.saude@cacador.sc.gov.br

EDITAL: Pregão Presencial nº 05/2012 - FMS

TIPO: Menor Preço Por LOTE

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL ODONTOLÓGICO

ENTREGA DOS ENVELOPES: 14:00 Horas do Dia 09/02/2012.

ABERTURA DOS ENVELOPES: 14:05 Horas do Dia 09/02/2012.

Maiores Informações e o Edital Completo poderão ser obtidos na Coord. de Licitações e Contratos do Fundo Municipal de Saúde, Site Rua Brasília, 1.111, e-mail: licitacoes.saude@cacador.sc.gov.br, das 13:00 às 19:00 horas ou pelo site www.cacador.sc.gov.br

Caçador, 20 de janeiro de 2012.

DINAMAR APARECIDA GOMES

Secretária Municipal de Saúde

Aviso Licitação TP 01-2012 SAÚDE

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

AVISO DE LICITAÇÃO

Solicitar este Edital pelo e-mail: licitacoes.saude@cacador.sc.gov.br

EDITAL: Tomada de Preços nº 01/2012 - FMS

TIPO: Menor Preço

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SEGUROS TOTAL E CONTRA TERCEIROS DE VEÍCULOS PERTENCENTES AO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

ENTREGA DOS ENVELOPES: 16:00 Horas do Dia 10/02/2012.

ABERTURA DOS ENVELOPES: 16:05 Horas do Dia 10/02/2012.

Maiores Informações e o Edital Completo poderão ser obtidos na Coord. de Licitações e Contratos do Fundo Municipal de Saúde, Sítio Rua Brasília, 1.111, e-mail: licitacoes.saude@cacador.sc.gov.br, das 13:00 às 19:00 horas ou pelo site www.cacador.sc.gov.br

Caçador, 20 de janeiro de 2012.

DINAMAR APARECIDA GOMES

Secretária Municipal de Saúde

Editais SEMEC 03/12

EDITAL SEMEC/Nº 03/2012

O Prefeito Municipal de Caçador, no uso de suas atribuições legais, fixa data e estabelece os procedimentos para o Processo Seletivo aos ocupantes dos cargos de Professor do AEE – Atendimento Educacional Especializado e Laboratório de Informática do quadro do Magistério Público Municipal, de conformidade com a Lei Orgânica do Município de Caçador, de 05 de abril de 1990, nos termos do art. 79, inciso VIII e das Diretrizes do MEC: Nota Técnica 011/2010, Resolução 04/2010 e Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.

1. DA SELEÇÃO

1.1. Poderão participar dos procedimentos de que trata o presente Edital, o servidor efetivo no cargo de Professor no quadro do Magistério Público Municipal de Caçador, sendo candidato habilitado em curso de nível superior de duração plena na área de pedagogia para inscrições de Professor do AEE – Atendimento Educacional Especializado e habilitado em curso de nível superior de duração plena na área da Educação para inscrições de Professor de Laboratório de Informática.

2. REQUISITOS**2.1. DOS CRITÉRIOS GERAIS**

- 2.1.1. Ser brasileiro ou naturalizado;
- 2.1.2. Ter dezoito anos de idade;
- 2.1.3. Estar quite com as obrigações militares;
- 2.1.4. Estar em gozo dos direitos políticos;
- 2.1.5. Ser servidor efetivo da Rede Municipal de Ensino.

2.2. DOS CRITÉRIOS PARA AS SALAS AEE – Atendimento Educacional Especializado.

- 2.2.1. Possuir curso de libras de no mínimo 60 horas.
- 2.2.2. Possuir curso de Braille de no mínimo 40 horas.

2.3. DOS CRITÉRIOS PARA AS SALAS DE INFORMÁTICA

- 2.3.1. Possuir 60 horas de curso na área de Informática Básica, cursado a partir do ano de 2000.

3. DAS INSCRIÇÕES

3.1. Ficam abertas as inscrições para a seleção de professores que atuarão nas Salas de Atendimento Educacional Especializado e Laboratórios de Informática para o ano letivo de 2012, no dia 25 de janeiro de 2012 das 8h às 11h, das 14h às 17h na Secretaria

Municipal de Educação, Rua Curitibaanos nº 600.

3.2.. O requerimento de inscrição será disponibilizado na Secretaria Municipal de Educação e pelo site www.cacador.sc.gov.br

3.3. Após o preenchimento do requerimento de inscrição, o candidato deverá revisar, assinar e anexar os documentos solicitados no item 5 deste edital e entregar na Secretaria Municipal de Educação onde receberá comprovante de inscrição.

3.4. É de exclusiva responsabilidade do candidato o correto preenchimento do requerimento de inscrição e as informações ali prestadas, dispondo à Comissão o direito de excluir do certame aquele que não preencher o formulário de forma completa e correta, bem como fornecer dados inverídicos ou falsos.

3.5. Não serão aceitos documentos para serem anexados após a entrega do formulário de inscrição pelo candidato.

3.6. O candidato poderá inscrever-se para uma única opção de atuação, com carga horária variável de 20 a 40 horas semanais, conforme a vaga oferecida, não podendo ultrapassar o limite de 40 horas semanais por força do parágrafo 3º, do art. 36, da Lei Complementar nº 07 de 27/12/99 – Plano de Carreira e Remuneração dos Profissionais da Educação do Município de Caçador.

4. DOS DOCUMENTOS

No ato da inscrição deverão ser entregues fotocópias dos seguintes documentos, sob pena de indeferimento:

4.1. Documentos pessoais: Carteira de Identidade, CPF, comprovante de Habilitação Profissional.

4.2. Certificado de horas de aperfeiçoamento e/ou atualização de cursos com carga horária mínima de 20 horas ou 20h/aula, na área específica da inscrição, cursados no período de 2010 e 2011, sendo limitado a 300 horas de curso.

4.3. Diploma ou certificado de pós-graduação, mestrado ou doutorado, devidamente registrado, com efeitos somente de contagem de pontos para titulação.

4.4. Declaração de tempo de serviço, expresso o período inicial e final em dias, meses e anos, prestados ao Município de Caçador expedido por autoridade competente da Secretaria Municipal de Caçador segue:

4.4.1. O tempo de serviço deverá ser computado até o dia 20/12/2011.

4.4.2. As fotocópias apresentadas no ato da inscrição deverão ser acompanhadas dos documentos originais ou deverão ser autenticadas.

5. DA CLASSIFICAÇÃO

5.1. A classificação dar-se-á ao candidato que obtiver maior número de pontos na somatória de tempo de serviço, cursos de especialização e cursos de capacitação;

5.2. A contagem de pontos obedecerá aos seguintes critérios:

- a. 1,0 (um) ponto por mês de efetivo exercício, no Magistério Público Municipal de Caçador.
- b. 1,0 (um) ponto para cada quarenta horas de curso de aperfeiçoamento ou atualização apresentado, sendo que certificados com carga horária inferior a 20h ou 20h/aula não serão aceitos.
- c. No cálculo de pontos por tempo de serviço, computar-se-á a fração de 15 dias ou mais como 1 (um) mês.

5.3. A titulação será pontuada conforme o quadro abaixo:

Pontos por Título	Título
50 (cinquenta)	Pós-graduação em Séries Iniciais/Educação Infantil, Psicopedagogia, Didática, Mídias na Educação, Atendimento Educacional Especializado e Educação Especial.
25 (vinte e cinco)	Pós-graduação em área Geral da Educação
100 (cem)	Mestrado em área Geral da Educação
150 (cento e cinquenta)	Doutorado em área Geral da Educação

5.4. Em caso de empate terá preferência o candidato que:

- Possuir maior tempo de serviço no Magistério Público Municipal de Caçador.
- Possuir maior número de horas de aperfeiçoamento e títulos na área ou disciplina que pretende atuar;
- Possuir maior idade;
- Possuir o maior número de filhos ou dependentes;
- Vencedor de um sorteio realizado em ato público.
- Persistindo o empate, será realizado sorteio público para definir o vencedor.

6. DO RESULTADO

As listas de classificação serão publicadas no órgão oficial da imprensa local, e divulgadas no Mural Público da Prefeitura Municipal de Caçador, da Secretaria de Educação e na página virtual da Prefeitura Municipal de Caçador/SC (www.cacador.sc.gov.br), até o dia 26/01/2012.

7. DOS RECURSOS

7.1. O candidato poderá entrar com o pedido de reconsideração (Recurso), junto a Secretaria Municipal de Educação de Caçador - SME, endereçado à Comissão de Concurso Interno, no prazo de 02 (dois) dias, a contar da publicação, no horário das 08h às 11h e das 14h às 17h.

7.2. O recurso de reconsideração deverá ser feito por escrito, com identificação completa do candidato, com indicação fundamentada/motivação do pedido, e deverá ser assinado pelo candidato, ou por Procurador legalmente constituído através de Procuração por Instrumento Público e/ou Procuração com Firma Reconhecida em Cartório, e protocolado junto a Secretaria Municipal de Educação situada à Rua Curitibaanos, nº 600, em Caçador - SC, até o dia 31/01/2012, às 17 h.

7.3. Não serão aceitos recursos coletivos.

7.4. Caberá à Comissão de Concurso Interno responder aos recursos.

7.5. A homologação do resultado final será divulgada no mural público da Prefeitura de Caçador, na Secretaria Municipal de Educação e na página virtual/home page da Prefeitura Municipal de Caçador/SC (www.cacador.sc.gov.br), no dia 01/02/2012.

8. DA ESCOLHA DE VAGAS

8.1. A escolha das vagas será realizada no Salão Nobre da Secretaria Municipal de Educação, situada na Rua Curitibaanos, nº 600 - Centro, Caçador /SC, 02 de fevereiro de 2012 às 17 horas.

8.2. A escolha de vagas deverá ser efetuada pelo próprio candidato, não podendo ser realizada por meio de procuração.

8.3. Para escolha de vagas o candidato deverá apresentar documento de identidade com fotografia, o protocolo de inscrição, e original do diploma.

8.4. A chamada dos candidatos obedecerá à ordem de classificação.

8.5. O candidato classificado que não escolher vaga por motivo diverso, passará para o final da listagem classificatória e somente poderá escolher outra vaga depois de esgotada a primeira chamada.

8.6. Na escolha de vagas é de responsabilidade do candidato observar a compatibilidade de horários, turnos, distância e transporte

entre os locais de trabalho.

Este Edital entra em vigor na sua data de publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, 20 de janeiro de 2012.

IMAR ROCHA

Prefeito Municipal

PROFESSOR DE LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA

NOME:		
ESCOLA DE EFETIVAÇÃO:		
TURNO:		
TEMPO DE SERVIÇO: DIA(S)	ANO (S)	MÊS (ES)
GRADUAÇÃO:		
PONTUAÇÃO	PONTOS	
PÓS-GRADUAÇÃO:		
PÓS-GRADUAÇÃO:		
MESTRADO:		
DOUTORADO:		
CURSOS DE CAPACITAÇÃO - TOTAL DE HORAS:		
TOTAL DE PONTOS		

CAÇADOR, ____/01/2012.

ASSINATURA DO CANDIDATO

PROFESSOR DE A.E.E

ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO

NOME:		
ESCOLA DE EFETIVAÇÃO:		
TURNO:		
TEMPO DE SERVIÇO: DIA(S)	ANO (S)	MÊS (ES)
GRADUAÇÃO:		
PONTUAÇÃO	PONTOS	
PÓS-GRADUAÇÃO:		
PÓS-GRADUAÇÃO:		
MESTRADO:		
DOUTORADO:		

CURSOS DE CAPACITAÇÃO - TOTAL DE HORAS:	
TOTAL DE PONTOS	

CAÇADOR, ____/01/2012.

ASSINATURA DO CANDIDATO

Camboriú

PREFEITURA

Decreto Nº. 1.402/2012

DECRETO Nº 1.402/2011

Delega competência aos Secretários Municipais de Camboriú para concessão de horas extras e férias aos servidores públicos municipais e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e pelo inciso VII, do artigo 79, da Lei Orgânica Municipal;

CONSIDERANDO que compete ao Chefe do Poder Executivo Municipal dispor sobre a organização e funcionamento da administração municipal;

CONSIDERANDO a necessidade de atribuir aos Secretários Municipais a responsabilidade solidária para a concessão de horas extras e férias aos Servidores Públicos Municipais;

CONSIDERANDO que a realização de horas extras deve se dar em situações atípicas ou excepcionais, devendo o Secretário Municipal de cada pasta levar em consideração a carga horária normal de sua equipe para que fique justificada e motivada a necessidade;

CONSIDERANDO que a concessão de férias se dará no período concessivo, exceto aos professores em efetivo exercício em sala de aula, a serem gozadas nos recessos escolares;

CONSIDERANDO o que preceitua o artigo 103, inciso IV e artigo 124 da Lei Municipal nº 990 de 27 de agosto de 1993 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais);

DECRETA:

Art. 1º Fica delegada aos Secretários Municipais a competência para concessão e pagamento de horas extras, devendo estas serem previamente justificadas e planejadas, bem como de férias, no exercício subsequente ao período aquisitivo, aos Servidores Públicos Municipais de sua pasta.

Art. 2º Fica a Secretaria Municipal de Administração, por meio do Departamento de Gestão de Pessoas, encarregada de proceder às anotações que se façam necessárias ao cumprimento do disposto no artigo 1º, bem como ao rigoroso acompanhamento de sua execução.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor da data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,

Em, 02 de janeiro de 2012.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

Publicado no Mural Público Municipal e Registrado no Livro de Publicações Na data supra

JOHN LENON TEODORO
Secretário de Administração

DL 07/12 - FME

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

DISPENSA LICITATÓRIA Nº. 007/2012 - FME

Data: 23/01/2012

Objeto: LOCAÇÃO DE IMÓVEL (GALPÃO 248M2) SITUADO Á RUA RUFINO OLEGÁRIO Nº217, BAIRRO CEDRO PARA ABRIGAR A SEDE DO DEPARTAMENTO DE TRANSPORTE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA.

Valor total R\$24.000,00 (Vinte e Quatro Mil Reais)

Secretaria: Secretaria Municipal de Educação.

Contratada: AMILTON MARTINS MOZERLE

Embasamento legal: artigo 24, inciso "X", da lei Federal 8666/1993.

Camboriú SC, 23 de Janeiro de 2012.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

PR 06/12 - FME

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 006/2012-FME

OBJETO: AQUISIÇÃO DE PRODUTOS DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS (MENOS PERECÍVEIS, CARNES), PARA O PREPARO DA MERENDA FORNECIDA AOS 15 (QUINZE) CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL E 17 (DEZESSETE) ESCOLAS DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ. TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR LOTE.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002 e Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciará às 10:00 horas do dia 03 (três) de Fevereiro de 2012, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: www.cidadedecamboriu.sc.gov.br.

Camboriú, 23 de Janeiro de 2011.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

Campo Alegre

PREFEITURA

Decreto Nº 6.825 de 23 de Janeiro de 2012

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 6.825 DE 23 DE JANEIRO DE 2012

DISPÕE SOBRE CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial a Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002, em seus Artigos 299 e 300 e Inciso VIII e Artigo 314 em seus Parágrafos 1º e 2º; e suas alterações;

DECRETA:

Art.1º) Fica contratada a Srª. CRISTINA APARECIDA DA SILVA, para exercer o cargo de Nutricionista, Registro no Sistema Sob nº 954982, lotada na Secretaria Municipal de Educação, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, vencimentos Nível 6 Sub-Nível 61, Referência A, no valor de R\$ 2.372,59 (dois mil, trezentos e setenta e dois reais, cinquenta e nove centavos), mensais.

Parágrafo único: A contratação de que trata o caput deste artigo será pelo período de 23 de janeiro de 2012 à 23 de julho de 2012, ou até que haja Concurso Público Municipal e Convocação do candidato aprovado e posse do mesmo.

Art.2º) A presente Contratação, dá-se em razão da classificação da Srª. CRISTINA APARECIDA DA SILVA, aprovada em 2º lugar no Processo Seletivo Simplificado nº 011/2011, homologado pelo Decreto 6.793 em data de 02 de janeiro de 2012.

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 23 de janeiro de 2012.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Registrado e publicado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 23/01/2012

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR

Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 8.820 de 03 de Janeiro de 2012

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 8.820 DE 03 DE JANEIRO DE 2012

ALTERA DISPOSIÇÕES DO ART. 2º DA PORTARIA Nº 8.798 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2011.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 71, Inciso VIII da Lei Orgânica Municipal; RESOLVE:

Art.1º) Alterar as disposições do Art. 2º da Portaria nº 8.798 de 22 de dezembro de 2011, o qual passa a ter a seguinte redação:

Art.2º) O Servidor gozará as férias no período de 27 de dezembro de 2011 à 14 de janeiro de 2012, segundo opção sua já requerida

junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 22 de dezembro de 2011.

Art.3º) Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Município de Campo Alegre/SC, 03 de janeiro de 2012.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 03/01/2012

JOSÉ LUIS SILVA

Chefe de Gabinete Interino

Portaria Nº 8.823 de 04 de Janeiro de 2012

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 8.823 DE 04 DE JANEIRO DE 2012

ALTERA DISPOSIÇÕES DOS ARTIGOS 1º E 2º DA PORTARIA Nº 8.687 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2011.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 71, Inciso VIII da Lei Orgânica Municipal; RESOLVE:

Art.1º) Alterar as disposições dos Artigos 1º e 2º da Portaria nº 8.687 de 20 de dezembro de 2011, os quais passam a ter a seguinte redação:

Art.1º) Conceder 20 (vinte) dias de férias a Chefe do Serviço de Ensino Fundamental, MARIA MAURENE OTTVAGEN MAY, Matrícula Funcional nº 000082, Registro no Sistema sob nº 295130, referente ao período aquisitivo 15 de janeiro de 2011 a 15 de janeiro de 2012 pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A Chefe gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2011 à 14 de janeiro de 2012, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 20 de dezembro de 2011.

Art.3º) Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Município de Campo Alegre/SC, 04 de janeiro de 2012.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 04/01/2012

JOSÉ LUIS SILVA

Chefe de Gabinete Interino

Portaria Nº 8.853 de 23 de Janeiro de 2012

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 8.853 DE 23 DE JANEIRO DE 2012

ALTERA DISPOSIÇÕES DO ART. 1º DA PORTARIA Nº 8.552 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2011.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 71, Inciso VIII da Lei Orgânica Municipal; RESOLVE:

Art.1º) Alterar as disposições do Art. 1º da Portaria nº 8.552 de 14 de dezembro de 2011, o qual passa a ter a seguinte redação:

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2011 á 04 de janeiro de 2012, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 14 de dezembro de 2011.

Art.3º) Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Município de Campo Alegre/SC, 23 de janeiro de 2012.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 23/01/2012

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR

Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 8.854 de 23 de Janeiro de 2012

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 8.854 DE 23 DE JANEIRO DE 2012

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 20 (vinte) dias de férias ao Agente Operacional - RENATO RONSKA, Matrícula Funcional nº 000405, Registro no Sistema sob nº 954255, referente ao período aquisitivo: 15 de abril de 2010 a 14 de abril de 2011, pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) O Assessor gozará as férias no período de 23 de janeiro de 2012 á 11 de fevereiro de 2012, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 23 de janeiro de 2012.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:

23/01/2012

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR

Chefe de Gabinete do Prefeito

Pregão (presencial) Nº 17/2012

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE-SC

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO (presencial) Nº 17/2012

O objeto da licitação consiste na aquisição de material didático pedagógico para os Ensino Fundamental e Ensino Infantil e material de expediente para Secretaria de Educação.

LOTE 01					
Item	Qtde	Unid	Descrição	Valor Unitário Estimado	Valor Total Estimado
01	08	Rolo	Barbante cru, 04 fios rolo com 82 m	5,00	40,00
02	30	unid	Cola branca escolar, a base de pva, 1000 gramas, lavável, não tóxica, indústria nacional	8,40	252,00
03	01	caixa	Caneta esferográfica ponta 1.0 mm, azul, caixa com 50 unidades (da industria nacional)	35,00	35,00
04	11	caixa	Clips galvanizados 2/0 - caixa com 500g	6,50	71,50
05	09	caixa	Clips galvanizados 4/0 - caixa com 500g	6,50	58,50
06	130	rolo	Fita adesiva marrom de papel de 25mm x 50m scotch, 1ª linha	10,99	1.428,70
07	10	Rolo	Fita durex 45mm x 50m	1,99	19,90
08	110	rolo	Fita durex 12mm x 50m	0,65	71,50
09	31	caixa	Gliter, uso decorativo, 03g - Caixa com 12 uni	8,00	248,00
10	120	caixa	Giz para quadro negro - branco	1,40	168,00
11	120	caixa	Giz para quadro negro - colorido	1,99	238,80
12	80	unid	Marcador para quadro branco	5,20	416,00
13	120	unid	Pincel atômico ponta grossa, cor preta	2,30	276,00
14	72	unid	Pincel atômico ponta grossa, cor verde	2,30	165,60
15	103	unid	Pincel atômico ponta grossa, cor azul	2,30	236,90
16	55	unid	Pincel atômico ponta grossa, cor vermelha	2,30	126,50
17	300	Pote	Tinta guache escolar, composição: pigmentos atóxicos, água, espessante, carga inerte, conservantes tipo benzotiazol, Pote com 250ml	2,20	660,00
TOTAL DO LOTE 01					4.512,90
LOTE 02					
Item	Qtde	Unid	Descrição	Valor Unitário Estimado	Valor Total Estimado
18	600	Folha	Cartolina branca	0,50	300,00
19	400	Folha	Cartolina colorida - diversas cores	0,55	220,00
20	900	Folha	Papel dupla face - diversas cores - maior quantidade nas cores primárias	0,60	540,00

21	900	Folha	Papel cartão - diversas cores - maior quantidade nas cores primárias	0,65	585,00
22	800	Unid	Papel crepom - diversas cores - maior quantidade nas cores primárias	0,55	440,00
23	210	Folha	Papel camurça - diversas cores - maior quantidade nas cores primárias	0,50	105,00
24	200	Folha	Papel lustroso - diversas cores - maior quantidade nas cores primárias	0,40	80,00
25	11	Rolo	Papel adesivo contact, largura 45cm, transparente, rolo com 25m	36,00	396,00
26	16	Rolo	Papel Kraft pardo, 60 cm de largura x 100m	40,00	640,00
27	15	Unid	Placa de isopor 15mm	3,50	52,50
28	160	Unid	Refil cola quente - fino	0,40	640,00
29	80	Unid	Refil cola quente - grosso	0,65	52,00
TOTAL DO LOTE 02					4.050,50

LOTE 03

Item	Qtde	Unid	Descrição	Valor Unitário Estimado	Valor Total Estimado
30	04	Unid	Cartucho 9351, novo, original do fabricante da impressora.	40,00	160,00
31	04	Unid	Cartucho 9352, novo, original do fabricante da impressora.	52,00	208,00
32	01	Unid	Cartucho n.40, novo, original do fabricante da impressora	65,00	65,00
33	01	Unid	Cartucho n.41, novo, original do fabricante da impressora	91,80	91,80
34	01	Unid	Cartucho n.74, novo, original do fabricante da impressora	52,00	52,00
35	01	Unid	Cartucho n.75, novo, original do fabricante da impressora	59,00	59,00
TOTAL DO LOTE 03					635,80

LOTE 04

Item	Qtde	Unid	Descrição	Valor Unitário Estimado	Valor Total Estimado
36	34	caixa	Papel A4 reciclado 100% pós-consumo, 210x297 mm, 75g/m, caixa com 10 resmas	125,00	4.250,00
37	11	Caixa	Papel multiuso branco A4 210x297 mm, 75g/m, caixa com 10 resmas	125,00	1.375,00
TOTAL DO LOTE 04					5.625,000

- Critério julgamento: MENOR PREÇO UNITÁRIO POR LOTE DATA, HORÁRIO E LOCAL PARA A ENTREGA DOS ENVELOPES COM A DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTAS: ATÉ AS 13 HORAS E 45 MINUTOS, DO DIA 06/02/2012, NO PROTOCOLO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE, sito a Rua Cel. Bueno Franco, 292, em Campo Alegre-SC.

- DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

Entidade: 1 - Prefeitura Municipal de Campo Alegre; Órgão: 05.00 - Secretaria Municipal de Educação; Unidade: 05.03 - Serviço Educação Infantil; Função: 12 - Educação; Subfunção: 365 - Educação Infantil; Programa: 11 - Educação Infantil; Projeto: 2.106 - Manutenção e Coordenação das Atividades da Educação infantil; Elemento de Despesa: 3.90.30.00.00.00.00 - Material de Consumo; Recurso: 0.1.0118 - Receitas Impostos e Tranf. De Impostos

(código reduzido: 97);

Entidade: 1 - Prefeitura Municipal de Campo Alegre; Órgão: 05.00 - Secretaria Municipal de Educação; Unidade: 05.02 - Serviço Ensino Fundamental; Função: 12 - Educação; Subfunção: 361 - Ensino Fundamental; Programa: 10 - Ensino Fundamental; Projeto: 2.105 - Manutenção e Coordenação das Atividades do Ensino Fundamental; Elemento de Despesa: 3.90.30.00.00.00.00 - Material de Consumo; Recurso: 0.1.0118 - Receitas Impostos e Tranf. De Impostos (código reduzido: 79);

- Qualquer informação, alteração, anulação, revogação ou complemento ao edital será disponibilizado no site do Município (www.campoalegre.sc.gov.br), e é de total responsabilidade da empresa participante a verificação no mesmo.

- Para obter cópia deste Edital e anexos, os interessados deverão acessar o site www.campoalegre.sc.gov.br, no ícone "Licitação" / "Pregão" 17/2012".

- A entrega dos envelopes no Serviço de Protocolo do Município é de total responsabilidade da empresa licitante, excluindo a responsabilidade do Município em receber os envelopes via Correios ou por outro meio, assim como de controlar a tramitação dos documentos até o Serviço de Protocolo do Município.

Campo Alegre, 23 de janeiro de 2012.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Termo de Concessão de Direito de Uso de Bem Imóvel Público Municipal.

TERMO DE CONCESSÃO DE DIREITO DE USO DE BEM IMÓVEL PÚBLICO MUNICIPAL.

Pelo presente Termo de Concessão, que entre si celebram, de um lado o MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 83.102.749/0001-77, com sede a Rua Cel. Bueno Franco, 292, Centro, Município de Campo Alegre-SC, neste ato representada por sua Prefeito Municipal, Sr. VILMAR GROSSKOPF, doravante denominado CONCEDENTE, e de outro lado a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE FRAGOSOS, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.328.916/0001-38, estabelecida à Rua Francisco Drancka, nº 23, Distrito de Fragosos, no Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, neste ato representada pela sua Presidente, Senhora MARIA IRIS CASTILHO FROEHNER, CPF/MF nº 808.373.109-97 doravante denominada CONCESSIONÁRIA, tem entre si, certo e ajustado, nos termos do Artigo 102 e Parágrafo 3º da Lei Orgânica Municipal e, Lei Municipal nº 3.743 de 10 de agosto de 2011.

Cláusula Primeira - Do Objeto:

O Objeto do presente Termo é a Concessão, através de Direito de Uso do seguinte Bem Imóvel Público = 02 (zero dois) Salas de Aula; 02 (zero dois) Banheiros; 01 (zero um) Cozinha, situado na Rua Francisco Drancka, nº 23 no Distrito de Fragosos, Município de Campo Alegre/SC, com a seguinte descrição:

Cláusula Segunda - Da Finalidade:

São finalidades da Concessionária:

a) Congregar os Moradores do Distrito de Fragosos;

b) Estimular o espírito de solidariedade e cooperação, entre os moradores no sentido de melhorar as condições de vida da população do bairro;

c) Orientar e organizar movimentos comunitários de saúde, educação, lazer, assistência social, cultural, desportivos, religiosos e reivindicatórios e outros que pela sua origem e características sejam legítimos e justos;

d) Colaborar com os órgãos públicos em tudo o que vier a melhorar os interesses do bairro, sejam obras ou quaisquer outras melhorias fiscalizando e integrando a população a zelar pelas mesmas envolvendo também as crianças neste trabalho.

Cláusula Terceira - Do Prazo:

O Prazo do presente Termo de Permissão será de 10 (dez) anos, contados da vigência da Lei Municipal nº 3.743 de 10 de agosto de 2011.

Cláusula Quarta - Da Utilização das instalações Úteis:

A utilização das instalações concedidas, dar-se-á com a exclusiva, utilização apenas dos espaços necessários, para o atendimento, realização de reuniões, palestras, seminários, cursos, treinamentos, e eventos afins.

Cláusula Quinta - Das Obrigações da Concedente:

Compete ao Concedente as seguintes obrigações:

a) Disponibilizar o Bem Imóvel descrito na Cláusula Primeira deste Termo de Concessão;

b) Fiscalizar a qualquer tempo e sem prévio aviso, o uso dos imóveis concedidos, verificando se as atividades desenvolvidas pela Concessionária se estão compatíveis com as Cláusulas deste Termo de Concessão.

Cláusula Sexta - Das Obrigações da Concessionária
Associação Comunitária de Fragosos:

Compete a Concessionária - as seguintes obrigações:

a) Preservação e manutenção das instalações do Bem Imóvel;

b) Responsabilidade quanto ao vínculo empregatício de pessoal que por ventura trabalhará para as Concessionárias;

c) Responsabilidade perante terceiros em razão de quaisquer danos provocados por acidente, ainda que fortuitamente;

d) Utilizar as instalações exclusivamente dentro dos fins declinados no presente Termo de Concessão;

Cláusula oitava - da Responsabilidade Patrimonial:

É vedado ao CONCESSIONÁRIO autorizar terceiros a utilizar o Bem Imóvel descrito na Cláusula Primeira, respondendo, em qualquer hipótese, por quaisquer danos que venham a ocorrer enquanto os mesmos estiverem sob sua guarda e utilização.

Cláusula Nona - Da Inexistência de Vínculo Trabalhista:

O presente instrumento não enseja a criação de qualquer vínculo trabalhista entre o CONCEDENTE e a CONCESSIONÁRIA.

Cláusula Décima - Da Revogação:

A presente Concessão de Uso do Bem Imóvel descrito na Cláusula Primeira deste Termo de Concessão, poderá ser revogada a qualquer tempo pelo CONCEDENTE, sem direito de indenização para a CONCESSIONÁRIA.

Cláusula Décima Primeira - Da Rescisão:

O presente Termo de Concessão será rescindido, nos termos previstos na Lei Orgânica do Município de Campo Alegre/SC, no Artigo 3º da Lei Municipal nº 3.743 de 10 de agosto de 2011 e nas demais legislações aplicáveis à espécie:

a) ao final do prazo ajustado na cláusula segunda, ou;

b) a qualquer tempo, por descumprimento de suas cláusulas;
Cláusula Décima Segunda - Da Legislação Aplicável:

O presente Termo, rege-se pelas disposições da Lei Orgânica Municipal e, Lei Municipal nº 3.743 de 10 de agosto de 2011 e pelos preceitos de Direito Público pertinentes à matéria.

Cláusula Décima Terceira - Do Foro:

Fica eleito o foro da Comarca de São Bento do Sul/SC.

Cláusula Décima Quarta - Da vigência:

O presente Termo de Concessão terá validade a partir da data de 10 de agosto de 2011, quando da promulgação da Lei Municipal nº 3.743 a qual autorizou a presente Concessão.

E por estarem justos e contratados, as partes firmam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, obrigando-se a cumprir fielmente o que nele ficou convencionado.

Campo Alegre "SC", 10 de agosto de 2011.

Concedente

VILMAR GROSSKOPF

Concessionária

MARIA IRIS CASTILHO FROEHNER

PIERRE ANDRADE DOS SANTOS

Assessor Jurídico

Testemunhas

JOCELI DE SOUZA.

CPF/MF nº. 036.729.179-74

JOSÉ LUIS SILVA.

CPF/MF nº. 304.385.869-72

Termo de Concessão de Direito de Uso de Bem Imóvel Público Municipal

TERMO DE CONCESSÃO DE DIREITO DE USO DE BEM IMÓVEL PÚBLICO MUNICIPAL.

Pelo presente Termo de Concessão, que entre si celebram, de um lado o MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 83.102.749/0001-77, com sede a Rua Cel. Bueno Franco, 292, Centro, Município de Campo Alegre-SC, neste ato representada por sua Prefeita Municipal em Exercício, Srª. ALICE BAYERL GROSSKOPF, doravante denominado CONCEDENTE, e de outro lado a Associação dos Moradores de Cubatão, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 10.485.105/0001-31, estabelecida à Estrada Geral, snº na localidade de Cubatão, no Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, neste ato representada pelo seu Presidente, Senhor VILMAR WOLLNER doravante denominada CONCESSIONÁRIA, tem entre si, certo e ajustado, nos termos do Artigo 102 e Parágrafo 3º da Lei Orgânica Municipal e, Lei Municipal nº 3.781 de 07 de dezembro de 2011.

Cláusula Primeira - Do Objeto:

O Objeto do presente Termo é a Concessão, através de Direito

de Uso de Bem Imóvel Público, situado na localidade de Cubatão, Município de Campo Alegre/SC, com a seguinte descrição:

Cláusula Segunda - Da Finalidade:

São finalidades da Concessionária:

- a) Apoiar a agricultura familiar para o efetivo desenvolvimento rural sustentável;
- b) Buscar a promoção das atividades Agropecuárias como forma de gerar postos de trabalho e agregando renda; certificando-as.
- c) Possibilitar o associativismo e parcerias;
- d) Implementar políticas ambientais efetivas;

Cláusula Terceira - Do Prazo:

O Prazo do presente Termo de Permissão será de 10 (dez) anos, contados da vigência da Lei Municipal nº 3.781 de 07 de dezembro de 2011.

Cláusula Quarta - Da Utilização das instalações Úteis:

A utilização das instalações concedidas, dar-se-á com a exclusiva, utilização apenas dos espaços necessários, para o atendimento, realização de reuniões, palestras, seminários, cursos, treinamentos, e eventos afins.

Cláusula Quinta - Das Obrigações da Concedente:

Compete ao Concedente as seguintes obrigações:

- a) Disponibilizar o Bem Imóvel (Escola Municipal) descritas na Cláusula Primeira deste Termo de Concessão;
- b) Fiscalizar a qualquer tempo e sem prévio aviso, o uso dos imóveis concedidos, verificando se as atividades desenvolvidas pela Concessionária se estão compatíveis com as Cláusulas deste Termo de Concessão.

Cláusula Sexta - Das Obrigações da Concessionária Associação de Moradores de Cubatão.

Compete a Concessionária - as seguintes obrigações:

- a) Preservação e manutenção das instalações do Bem Imóvel;
 - b) Responsabilidade quanto ao vínculo empregatício de pessoal que por ventura trabalhará para as Concessionárias;
 - c) Responsabilidade perante terceiros em razão de quaisquer danos provocados por acidente, ainda que fortuitamente;
 - d) Utilizar as instalações exclusivamente dentro dos fins declinados no presente Termo de Concessão;
- Cláusula Oitava - Da responsabilidade patrimonial:
É vedado ao CONCESSIONÁRIO autorizar terceiros a utilizar o Bem Imóvel descrito na Cláusula Primeira, respondendo, em qualquer hipótese, por quaisquer danos que venham a ocorrer enquanto os mesmos estiverem sob sua guarda e utilização.
- Cláusula Nona - Da inexistência de vínculo trabalhista:
O presente instrumento não enseja a criação de qualquer vínculo trabalhista entre o CONCEDENTE e a CONCESSIONÁRIA.
- Cláusula Décima - Da revogação:
A presente Concessão de Uso do Bem Imóvel, poderá ser revogada a qualquer tempo pelo CONCEDENTE, sem direito de indenização para a CONCESSIONÁRIA.

Cláusula Décima Primeira - Da rescisão:

O presente Termo de Concessão será rescindido, nos termos previstos na Lei Orgânica do Município de Campo Alegre/SC, no Artigo 3º da Lei Municipal nº 3.781 de 07 de dezembro de 2011 e nas demais legislações aplicáveis à espécie:

- a) ao final do prazo ajustado na cláusula segunda, ou;
 - b) a qualquer tempo, por descumprimento de suas cláusulas;
- Cláusula Décima Segunda - Da Legislação Aplicável:

O presente Termo, rege-se pelas disposições da Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal nº 3.781 e pelos preceitos de Direito Público pertinentes à matéria.

Cláusula Décima Terceira - Do Foro:

Fica eleito o foro da Comarca de São Bento do Sul/SC.

Cláusula Décima Quarta - Da vigência:

O presente Termo de Concessão terá validade a partir da data de 07 de dezembro de 2011, quando da promulgação da Lei Municipal nº 3.781 a qual autorizou a presente Concessão.

E por estarem justos e contratados, as partes firmam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, obrigando-se a cumprir fielmente o que nele ficou convencionado.

Campo Alegre "SC", 07 de dezembro de 2011.

Concedente

ALICE BAYERL GROSSKOPF

Concessionária

VILMAR WOLLNER

PIERRE ANDRADE DOS SANTOS

Assessor Jurídico

TESTEMUNHAS

VITALINA BUENO CARDOSO.

CPF/MF nº. 163.099.529-00

JOSÉ LUIS SILVA.

CPF/MF nº. 304.385.869-72

Canoinhas

PREFEITURA

Edital de Pregão Presencial n.º 06/2012.

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º 11/2012

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N.º 06/2012

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 08/02/2012, às 14:05 horas, a abertura das propostas para aquisição de Óleos Lubrificantes, destinados a lubrificação de veículos e máquinas do Município. Informações (47) 3621-7705. Edital disponível no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações.

LEOBERTO WEINERT

Prefeito

Capinzal

PREFEITURA

Pregão Eletrônico Nº 0001/2012

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo licitatório Nº 002/2011

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0001/2012

OBJETO: Aquisição de material de limpeza (sabão em pó) para manutenção da Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes, (Coordenação da Merenda Escolar, Veículos e Motoristas do Transporte Escolar, Bibliotecas Públicas Municipais, Escola de Música, Museu, Escolas do Ensino Fundamental, Creches e Centros Municipais de Educação Infantil e Ginásio de Esportes para o exercício 2012, RECURSOS PRÓPRIOS e SALÁRIO EDUCAÇÃO.

ENTREGA E ABERTURA: através do site <https://cidadecompras.cnm.org.br> Propostas e Documentos até as 08:30 horas, para abertura às 08:35 horas do dia 07/02/2012.

MENOR PREÇO UNITÁRIO

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO PROCESSO LICITATÓRIO:

No endereço <https://cidadecompras.cnm.org.br>

Centro Administrativo Prefeito Silvio Santos, sala de Licitações, RUA CARMELLO ZOCOLLI, 155.

No sítio: www.capinzal.sc.gov.br

HORÁRIO: Das 8:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:30 horas.

TELEFONE No (0__49)3555-8719, FAX No 3555-8744

CAPINZAL, 24 de janeiro de 2012.

PAULO RONALDO WAMES

Pregoeiro

Pregão Presencial Nº 0001/2012.

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo licitatório Nº 001/2012.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0001/2012.

OBJETO: Contratação de empresa especializada com o fornecimento global de mão-de-obra especializada e material elétrico com entrega fracionada, para um período de 11 meses, destinados à manutenção de redes do sistema de iluminação pública do Município de Capinzal, para o ano de 2012, Recursos Próprios.

ENTREGA E ABERTURA: Propostas e Documentos até as 09:00 horas, para abertura às 09:05 horas do dia 06/02/2012.

MENOR PREÇO GLOBAL POR LOTE

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO PROCESSO LICITATÓRIO: Centro Administrativo Prefeito Silvio Santos, sala de Licitações, RUA CARMELLO ZOCOLLI, 155.

No sítio: www.capinzal.sc.gov.br

HORÁRIO: Das 8:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:30 horas.

TELEFONE No (0__49)3555-8719, FAX No 3555-8744

CAPINZAL, 24 de janeiro de 2012.

PAULO RONALDO WAMES

Pregoeiro

RGF 6º BIM 2011

Relatório da Contabilidade Pública. - Anexos da LRF.

+ [www.cplinformatica.com.br] -----
 -----{ 001 }+

Município de CAPINZAL - PODER EXECUTIVO

Relatorio de Gestao Fiscal

Demonstrativo da Despesa Com Pessoal

Orcamentos Fiscal e da Seguridade Social

JANEIRO/2011 A DEZEMBRO/2011

-----+
 LRF, art.55, inciso I, alinea 'a' - Anexo I

Despesa com Pessoal	DESPESAS EXECUTADAS	
	Ultimos 12 Meses	
	LIQUIDADAS	INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NAO-PROCESSADOS
DESPESA BRUTA COM PESSOAL(I)	1.114.074,66	0,00
Pessoal Ativo	1.032.534,90	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	57.986,44	0,00
Outras Desp.de Pess.Dec.de Contr.de Terc.(art.18,\$1oda	22.185,42	0,00
DESPESA NAO COMPUTADAS (art.19,\$1o da LRF)(II)	1.367,90	0,00
Ind.por Demissao e Incent.a Demissao Vol.	0,00	0,00
Decorrentes de Decisao Judicial	1.367,90	0,00
Despesas de Exercicios Anteriores	0,00	0,00
Inativos com recursos vinculados	0,00	0,00
Convocacao Extraordinaria (inciso II do §6odo art.57 da	0,00	0,00
Contribuicoes Patronais	0,00	0,00
TOT.DESP.LIQ.COM PES.P/FINS APUR.LIM.-TDP(IV)=(I-II+III)	1.112.706,76	0,00
RECEITA CORRENTE LIQUIDA - RCL (V)		4.022.628,62
% TOT.DESP.COM PES.PARA FINS DE APUR.DO LIM.-TDP sobre a RCL (IV/V) * 100		27,66%
LIMITE MAXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	54,00%	2.172.219,45
LIMITE PRUDENCIAL (§ unico, art. 22 da LRF)	51,30%	2.063.608,48

TEC.CONTAB.CRC 1SC01781801

BREISSAN DE MORAES

DIRETOR

SIDNEI PENSO

MARIZA

+ [www.cplinformatica.com.br] -----{ 001 }+
 |
 | Município de CAPINZAL CONSOLIDADO |
 | Relatório de Gestão Fiscal |
 | Demonstrativo da Dívida Consolidada |
 | Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social |
 | JANEIRO A DEZEMBRO 2011/3º Quadrimestre |
 +-----

LRF, art.55, inciso I, alínea 'b' - Anexo II

Especificação	PREFEITURA / FUNDOS			
	Saldo do Exercício Anterior	1º Quadrimestre	2º Quadrimestre	3º Quadrimestre
Divida Consolidada (I)	1.847.388,92	1.746.965,09	1.626.630,10	1.557.686,06
Divida Contratual	1.847.388,92	1.746.965,09	1.626.630,10	1.557.686,06
Outras	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo Financeiro (II)	5.119.113,01	7.499.507,89	9.528.977,98	9.136.716,12
Disponibilidade de Caixa	5.138.963,01	7.282.059,71	9.353.106,63	9.136.716,12
Aplicações Financeiras	0,00	100.502,67	66.658,53	0,00
Demais Ativos Financeiros	0,00	116.945,51	109.212,82	0,00
(-) Restos a Pagar	-19.850,00	0,00	0,00	0,00
Divida Consolidada Líquida (III=I-II)	-3.271.724,09	-5.752.542,80	-7.902.347,88	-7.579.030,06
Receita Corrente Líquida - RCL	37.253.989,76	38.988.511,05	41.816.921,92	44.534.524,65
Relação DC/RCL (I/RCL)	4,96	4,48	3,89	3,50
Relação DCL/RCL (III/RCL)	-8,78	-14,75	-18,90	-17,02
Limite Definido por Resolução do Senado Federal 120%	44.704.787,71	46.786.213,26	50.180.306,30	53.441.429,58

TRAJETÓRIA DE AJUSTE DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA EM CADA EXERCÍCIO FINANCEIRO

Exercício Financeiro	2001 3o Quadrimestre			2002 Quadrimestre			2003 Quadrimestre			2004 Quadrimestre		
	DCL	Exced.	Redutor	1o	2o	3o	1o	2o	3o	1o	2o	3o
%da DCL sobre a RCL	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-
%Limite de Endividamento	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-
Exercício Financeiro	2005 Quadrimestre			2006 Quadrimestre			2007 Quadrimestre			2008 Quadrimestre		
	1o	2o	3o	1o	2o	3o	1o	2o	3o	1o	2o	3o
%da DCL sobre a RCL	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-
%Limite de Endividamento	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-
Exercício Financeiro	2009 Quadrimestre			2010 Quadrimestre			2011 Quadrimestre			2012 Quadrimestre		
	1o	2o	3o	1o	2o	3o	1o	2o	3o	1o	2o	3o
%da DCL sobre a RCL	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-
%Limite de Endividamento	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-
Exercício Financeiro	2013 Quadrimestre			2014 Quadrimestre			2015 Quadrimestre			2016 Quadrimestre		
	1o	2o	3o	1o	2o	3o	1o	2o	3o	1o	2o	3o
%da DCL sobre a RCL	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-
%Limite de Endividamento	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-

DIRETOR
SIDNEI PENSO

TÉC.CONTAB.CRC 1SC01781801
MARIZA BRESSAN DE MORAES

+ [www.cplinformatica.com.br] -----{ 001 }+
 | Município de CAPINZAL CONSOLIDADO |
 | Relatório de Gestão Fiscal |
 | Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores |
 | Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social |
 | JANEIRO A DEZEMBRO 2011/3º Quadrimestre |
 +-----+

LRF, art.55, inciso I, alínea 'c' e art.40, § 1º - Anexo III

GARANTIAS	SALDO EXERCIC.	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2011		
	ANTERIOR	1ºQuadrimestre	2ºQuadrimestre	3ºQuadrimestre
INTERNAS (I)	1.847.388,92	1.746.965,09	1.626.630,10	1.557.686,06
DEBITOS DIVERSOS A PAGAR	0,00	0,00	0,00	0,00
ENTIDADES CREDORAS	0,00	0,00	0,00	0,00
OBRIGACOES A PAGAR	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERACOES DE CREDITO	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERACOES DE CREDITO - INTERNA	1.847.388,92	1.746.965,09	1.626.630,10	1.557.686,06
EXTERNAS (II)				
Beneficiários	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (I+II)	1.847.388,92	1.746.965,09	1.626.630,10	1.557.686,06
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	37.253.989,76	38.988.511,05	41.816.921,92	44.534.524,65
% TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL	4,96	4,48	3,89	3,50
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 22%	8.195.877,75	8.577.472,43	9.199.722,82	9.797.595,42

CONTRAGARANTIAS	SALDO EXERCIC.	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2005		
	ANTERIOR	1ºQuadrimestre	2ºQuadrimestre	3ºQuadrimestre
GARANTIAS INTERNAS (I)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aval ou Fiança em operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias	0,00	0,00	0,00	0,00
GARANTIAS EXTERNAS (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aval ou Fiança em operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL CONTRAGARANTIAS (I+II)	0,00	0,00	0,00	0,00

DIRETOR
SIDNEI PENSO

TÉC.CONTAB.CRC 1SC01781801
MARIZA BRESSAN DE MORAES

[www.cplinformatica.com.br]

001

CONSOLIDADO

Município de CAPINZAL
Relatório de Gestão Fiscal
Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
JANEIRO A DEZEMBRO 2011/6º Bimestre

LRF, art.55, inciso III, alínea 'a' - Anexo V

ATIVO	VALOR	PASSIVO	VALOR
DISPONIBILIDADE FINANCEIRA	9.136.716,12	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS	79.243,45
Disponibilidade Financeira	9.136.716,12	Depósitos de Diversas Origens	79.243,45
Caixa	0,00	Restos a Pagar Processados	0,00
Banco	9.136.716,12	Do Exercício	0,00
Contas Movimento	9.136.716,12	De Exercícios Anteriores	0,00
Aplicações Financeiras	0,00	Outras Obrigações Financeiras	0,00
SUBTOTAL	9.136.716,12	SUBTOTAL	79.243,45
INSUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO		SUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO	
EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (I)	0,00	EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (II)	9.057.472,67
TOTAL	9.136.716,12	TOTAL	9.136.716,12
INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (III)			3.992.660,56
SUFICIÊNCIA APÓS INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (IV)=(II-III)			5.064.812,11

REGIME PREVIDENCIÁRIO			
ESPECIFICAÇÃO	VALOR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
DISPONIBILIDADE FINANCEIRA	0,00	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS	0,00
Disponibilidade Financeira	0,00	Depósitos de Diversas Origens	0,00
Caixa	0,00	Restos a Pagar Processados	0,00
Banco	0,00	Do Exercício	0,00
Contas Movimento	0,00	De Exercícios Anteriores	0,00
		Outras Obrigações Financeiras	0,00
SUBTOTAL	0,00	SUBTOTAL	0,00
INSUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO		SUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO	
EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (V)	0,00	EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (VI)	0,00
TOTAL	0,00	TOTAL	0,00
INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO REGIME PREVIDENCIÁRIO (VII)			0,00
SUFICIÊNCIA APÓS INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (VIII)=(VI-VII)			0,00
DEFICIT	0,00	SUPERAVIT	5.064.812,11

DIRETOR
SIDNEI PENSO

TÉC.CONTAB.CRC 1SC01781801
MARIZA BRESSAN DE MORAES



+ [www.cplinformatica.com.br] -----{ 001 }+
 |
 | Município de CAPINZAL | CONSOLIDADO |
 | Relatório de Gestão Fiscal | |
 | Demonstrativo dos Restos a Pagar | |
 | Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social | |
 | JANEIRO A DEZEMBRO 2011/6º Bimestre | |
 +-----+

LRF, art.55, inciso III, alínea 'b' - Anexo VI

PODER/ÓRGÃO	R E S T O S A P A G A R I N S C R I T O S				EMPENHOS	SUFICIENCIA
	-----				CANCELADOS E	ANTES DA
	Liquidados e Não Pagos		Empenhados e Não Liquidados		NÃO INSCRITOS	INSCRIÇÃO EM
	(Processados)		(Não Processados)		POR	RESTOS A PAGAR
	-----				INSUFICIENCIA	NÃO
	Ex. Anteriores	Exerc. Atual	Ex. Anteriores	Exerc. Atual	FINANCEIRA	PROCESSADOS
ADMINISTRAÇÃO DIRETA						
LEGISLATIVO						
CÂMARA MUNICIPAL DE CAPINZAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
EXECUTIVO						
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL	0,00	0,00	1.151.443,08	3.277.187,51	0,00	5.807.216,84
ADMINISTRAÇÃO INDIRETA						
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CAPINZAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	407.989,15
FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE CAPINZAL	0,00	0,00	12.000,00	0,00	0,00	2.043,36
FUNDO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE DE CAPINZ	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.657,63
FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E ADOLESCENTE DE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100.987,03
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES DE CAPINZAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	16.126,63
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CA	0,00	0,00	0,00	136.507,91	0,00	382.507,80
FUNDO MUN.DE REEQUIPAMENTO DO CORPO DE BOMB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	210.120,76
SERVICO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - S	0,00	0,00	563.904,90	578.965,14	0,00	2.206.066,92
Subtotal	0,00	0,00	1.727.347,98	3.992.660,56	0,00	9.136.716,12
TOTAL	0,00	0,00	1.727.347,98	3.992.660,56	0,00	9.136.716,12

F O N T E D E R E C U R S O S	R E S T O S A P A G A R I N S C R I T O S				EMPENHOS	SUFICIENCIA
	-----				CANCELADOS E	ANTES DA
	Liquidados e Não Pagos		Empenhados e Não Liquidados		NÃO INSCRITOS	INSCRIÇÃO EM
	(Processados)		(Não Processados)		POR	RESTOS A PAGAR
	-----				INSUFICIENCIA	NÃO
	Ex. Anteriores	Exerc. Atual	Ex. Anteriores	Exerc. Atual	FINANCEIRA	PROCESSADOS
ADMINISTRAÇÃO	0,00	697.245,20	0,00	20.548,19	0,00	0,00
AGRICULTURA	0,00	0,00	0,00	19.796,00	0,00	0,00
ASSISTÊNCIA SOCIAL	0,00	0,00	0,00	136.507,91	0,00	0,00
COMÉRCIO E SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
COMUNICAÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CULTURA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPORTO E LAZER	0,00	0,00	0,00	222.297,24	0,00	0,00
EDUCAÇÃO	0,00	0,00	0,00	687.399,31	0,00	0,00
ENCARGOS ESPECIAIS	0,00	40.352,45	0,00	0,00	0,00	0,00
GESTÃO AMBIENTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
HABITAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INDÚSTRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
LEGISLATIVA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SANEAMENTO	0,00	2.291.469,90	0,00	1.395.988,03	0,00	0,00
SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SEGURANÇA PÚBLICA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSPORTE	0,00	0,00	0,00	557.143,23	0,00	0,00
URBANISMO	0,00	3.937,54	0,00	952.980,65	0,00	0,00
TOTAL	0,00	3.033.005,09	0,00	3.992.660,56	0,00	0,00

RREO 6º BIM 2011

+ [www.cplinformatica.com.br] -----{ 001 }+
 | Município de CAPINZAL - PODER EXECUTIVO CONSOLIDADO |
 | Relatório de Gestão Fiscal |
 | Demonstrativo da Despesa Com Pessoal |
 | Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social |
 | JANEIRO/2011 A DEZEMBRO/2011 |
 +-----+

LRF, art.55, inciso I, alínea 'a' - Anexo I

DESPESAS EXECUTADAS Últimos 12 Meses		
Despesa com Pessoal	LIQUIDADAS	INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NÃO- PROCESSADOS
DESPESA BRUTA COM PESSOAL(I)	16.084.992,90	0,00
Pessoal Ativo	15.006.804,19	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	582.276,13	0,00
Outras Desp.de Pess.Dec.de Contr.de Terc.(art.18,§1º da	494.544,68	0,00
DESPESA NAO COMPUTADAS (art.19,§1º da LRF)(II)	1.367,90	0,00
Ind.por Demissão e Incent.à Demissão Vol.	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial	1.367,90	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Inativos com recursos vinculados	0,00	0,00
Convocação Extraordinária (inciso II do §6º do art.57 da	0,00	0,00
Contribuições Patronais	0,00	0,00
DESPESA BRUTA COM PESSOAL-LEGISLATIVO(I)	620.152,06	0,00
Pessoal Ativo	620.152,06	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	0,00	0,00
Outras Desp.de Pess.Dec.de Contr.de Terc.(art.18,§1º da	0,00	0,00
DESPESA NAO COMPUTADAS-LEGISLATIVO (art.19,§1º da LRF)(I	0,00	0,00
Ind.por Demissão e Incent.à Demissão Vol.	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Inativos com recursos vinculados	0,00	0,00
Convocação Extraordinária (inciso II do §6º do art.57 da	0,00	0,00
Contribuições Patronais	0,00	0,00
TOT.DESP.LÍQ.COM PES.P/FINS APUR.LIM.-TDP(IV)=(I-II+III)	16.703.777,06	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)		44.534.524,65
% TOT.DESP.COM PES.PARA FINS DE APUR.DO LIM.-TDP sobre a RCL (IV/V) * 100		37,51%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	60,00%	26.720.714,79
LIMITE PRUDENCIAL (§ único, art. 22 da LRF)	57,00%	25.384.679,05

Prefeito Municipal
LEONIR BOARETTO

Contador CRC-SC-016634/0-0
BENJAMIM ARCANGELO BORSOI

Responsável pelo Controle Interno
LUIZ CONTE - Diretor



+ [www.cplinformatica.com.br] -----{ 001 }+

|

| Município de CAPINZAL CONSOLIDADO |

| Relatório Resumido da Execução Orçamentária |

| Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/SubFunção |

| Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social |

| JANEIRO A DEZEMBRO 2011/BIMESTRE NOVEMBRO-DEZEMBRO |

+-----+

LRF. Art.52, inciso II, alínea 'c' - Anexo II

		D O T A Ç Ã O		E M P E N H A D A		L I Q U I D A D A				
DESAPESAS		Inicial	Atualizada	no Bimestre	até Bimestre	no Bimestre	até Bimestre			
Código	FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	(A)	(B)	(C)	(D)	(E)	(F)	%(F)	(F/B)	SALDO
	DESAPESAS(EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(I)	47.529.492,22	49.718.411,63	12.646.916,71	43.295.090,66	9.409.285,12	39.302.430,10	100,00	79,05	10.415.981,53
01	LEGISLATIVA	1.197.600,00	1.055.163,20	166.518,82	1.039.702,74	166.518,82	1.039.702,74	2,65	98,53	15.460,46
01.031	AÇÃO LEGISLATIVA	1.197.600,00	1.055.163,20	166.518,82	1.039.702,74	166.518,82	1.039.702,74	2,65	98,53	15.460,46
	Subtotal	1.197.600,00	1.055.163,20	166.518,82	1.039.702,74	166.518,82	1.039.702,74	2,65	98,53	15.460,46
04	ADMINISTRAÇÃO	6.207.221,61	6.219.955,11	1.228.889,87	5.952.570,31	1.325.201,12	5.932.022,12	15,09	95,37	287.932,99
04.122	ADMINISTRAÇÃO GERAL	6.207.221,61	6.219.955,11	1.228.889,87	5.952.570,31	1.325.201,12	5.932.022,12	15,09	95,37	287.932,99
	Subtotal	7.404.821,61	7.275.118,31	1.395.408,69	6.992.273,05	1.491.719,94	6.971.724,86	17,74	95,83	303.393,45
06	SEGURANÇA PÚBLICA	549.658,00	660.658,00	353.925,58	597.063,13	362.524,14	597.063,13	1,52	90,37	63.594,87
06.181	POLICIAMENTO	214.408,00	154.408,00	28.417,26	117.307,22	37.015,82	117.307,22	0,30	75,97	37.100,78
06.182	DEFESA CIVIL	335.250,00	506.250,00	325.508,32	479.755,91	325.508,32	479.755,91	1,22	94,77	26.494,09
	Subtotal	7.954.479,61	7.935.776,31	1.749.334,27	7.589.336,18	1.854.244,08	7.568.787,99	19,26	95,38	366.988,32
08	ASSISTÊNCIA SOCIAL	777.000,00	973.400,00	308.290,70	789.333,61	180.765,39	652.825,70	1,66	67,07	320.574,30
08.241	ASSISTÊNCIA AO IDOSO	67.480,00	61.380,00	17.612,18	60.718,20	17.612,18	60.718,20	0,15	98,92	661,80
08.243	ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCEN	485.000,00	602.609,12	175.335,76	467.368,57	132.060,56	424.093,37	1,08	70,38	178.515,75
08.244	ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	224.520,00	309.410,88	115.342,76	261.246,84	31.092,65	168.014,13	0,43	54,30	141.396,75
	Subtotal	8.731.479,61	8.909.176,31	2.057.624,97	8.378.669,79	2.035.009,47	8.221.613,69	20,92	92,28	687.562,62
10	SAÚDE	6.156.442,66	7.167.020,46	1.524.942,92	6.881.114,07	1.576.958,07	6.881.114,07	17,51	96,01	285.906,39
10.301	ATENÇÃO BÁSICA	5.174.710,66	6.378.422,30	1.413.467,37	6.126.653,50	1.461.503,84	6.126.653,50	15,59	96,05	251.768,80
10.302	ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIA	37.500,00	10.350,00	1.184,00	7.805,07	1.630,00	7.805,07	0,02	75,41	2.544,93
10.303	SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO	505.501,90	525.501,90	68.747,33	498.684,72	69.246,01	498.684,72	1,27	94,90	26.817,18
10.304	VIGILÂNCIA SANITÁRIA	53.983,84	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.305	VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	63.000,00	21.000,00	6.300,42	16.740,32	6.300,42	16.740,32	0,04	79,72	4.259,68
10.306	ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO	321.746,26	231.746,26	35.243,80	231.230,46	38.277,80	231.230,46	0,59	99,78	515,80
	Subtotal	14.887.922,27	16.076.196,77	3.582.567,89	15.259.783,86	3.611.967,54	15.102.727,76	38,43	93,94	973.469,01
12	EDUCAÇÃO	9.196.491,95	10.216.058,92	2.866.677,11	10.182.979,51	2.272.043,74	9.495.580,20	24,16	92,95	720.478,72
12.361	ENSINO FUNDAMENTAL	7.647.433,69	8.636.635,66	2.537.718,53	8.608.627,99	1.941.746,21	7.928.193,93	20,17	91,80	708.441,73
12.362	ENSINO MÉDIO	15.000,00	23.605,68	7.633,80	23.219,86	7.633,80	23.219,86	0,06	98,37	385,82
12.364	ENSINO SUPERIOR	18.000,00	8.000,00	500,00	5.000,00	500,00	5.000,00	0,01	62,50	3.000,00
12.365	EDUCAÇÃO INFANTIL	1.402.058,26	1.468.717,58	308.824,78	1.467.031,66	304.163,73	1.460.066,41	3,71	99,41	8.651,17
12.366	EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	30.000,00	7.100,00	0,00	7.100,00	0,00	7.100,00	0,02	100,00	0,00
12.367	EDUCAÇÃO ESPECIAL	84.000,00	72.000,00	12.000,00	72.000,00	18.000,00	72.000,00	0,18	100,00	0,00
	Subtotal	24.084.414,22	26.292.255,69	6.449.245,00	25.442.763,37	5.884.011,28	24.598.307,96	62,59	93,56	1.693.947,73
13	CULTURA	439.729,45	335.884,45	62.798,21	324.491,37	62.888,01	324.491,37	0,83	96,61	11.393,08
13.391	PATROMÔNIO HISTÓRICO, ARTÍSTICO E AR	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13.392	DIFUSÃO CULTURAL	429.729,45	335.884,45	62.798,21	324.491,37	62.888,01	324.491,37	0,83	96,61	11.393,08
	Subtotal	24.524.143,67	26.628.140,14	6.512.043,21	25.767.254,74	5.946.899,29	24.922.799,33	63,41	93,60	1.705.340,81
15	URBANISMO	8.378.639,46	9.447.697,91	2.430.647,58	6.663.072,64	1.506.368,68	5.710.091,99	14,53	60,44	3.737.605,92
15.451	INFRA-ESTRUTURA URBANA	470.000,00	579.596,14	399.021,09	449.838,52	2.114,50	52.931,93	0,13	9,13	526.664,21
15.452	SERVIÇOS URBANOS	7.387.610,96	8.291.073,27	1.919.616,26	5.673.503,44	1.384.472,18	5.117.429,38	13,02	61,72	3.173.643,89
15.453	TRANSPORTES COLETIVOS URBANOS	521.028,50	577.028,50	112.010,23	539.730,68	119.782,00	539.730,68	1,37	93,54	37.297,82
	Subtotal	32.902.783,13	36.075.838,05	8.942.690,79	32.430.327,38	7.453.267,97	30.632.891,32	77,94	84,91	5.442.946,73
16	HABITAÇÃO	630.000,00	474.000,00	63.430,78	325.823,31	63.430,78	325.823,31	0,83	68,74	148.176,69
16.482	HABITAÇÃO URBANA	630.000,00	474.000,00	63.430,78	325.823,31	63.430,78	325.823,31	0,83	68,74	148.176,69
	Subtotal	33.532.783,13	36.549.838,05	9.006.121,57	32.756.150,69	7.516.698,75	30.958.714,63	78,77	84,70	5.591.123,42
17	SANEAMENTO	8.398.303,74	6.694.150,33	1.971.652,02	4.546.275,42	928.438,83	3.150.287,39	8,02	47,06	3.543.862,94
17.511	SANEAMENTO BÁSICO RURAL	31.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
17.512	SANEAMENTO BÁSICO URBANO	8.367.303,74	6.694.150,33	1.971.652,02	4.546.275,42	928.438,83	3.150.287,39	8,02	47,06	3.543.862,94
	Subtotal	41.931.086,87	43.243.988,38	10.977.773,59	37.302.426,11	8.445.137,58	34.109.002,02	86,79	78,88	9.134.986,36
18	GESTÃO AMBIENTAL	51.800,00	51.800,00	2.394,84	10.561,37	2.394,84	10.561,37	0,03	20,39	41.238,63

+ [www.cplinformatica.com.br] -----{ 002 }+
 |
 | Município de CAPINZAL CONSOLIDADO |
 | Relatório Resumido da Execução Orçamentária |
 | Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/SubFunção |
 | Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social |
 | JANEIRO A DEZEMBRO 2011/BIMESTRE NOVEMBRO-DEZEMBRO |
 +-----+

LRF. Art.52, inciso II, alínea 'c' - Anexo II

DESPESAS		D O T A Ç Ã O		E M P E N H A D A		L I Q U I D A D A				SALDO
		Inicial	Atualizada	no Bimestre	até Bimestre	no Bimestre	até Bimestre			
Código	FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	(A)	(B)	(C)	(D)	(E)	(F)	%(F)	(F/B)	
18.541	PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL	14.800,00	14.800,00	1.961,67	5.426,76	1.961,67	5.426,76	0,01	36,67	9.373,24
18.543	RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS	30.000,00	30.000,00	433,17	4.924,37	433,17	4.924,37	0,01	16,41	25.075,63
18.544	RECURSOS HÍDRICOS	7.000,00	7.000,00	0,00	210,24	0,00	210,24	0,00	3,00	6.789,76
	Subtotal	41.982.886,87	43.295.788,38	10.980.168,43	37.312.987,48	8.447.532,42	34.119.563,39	86,81	78,81	9.176.224,99
20	AGRICULTURA	750.300,00	758.350,00	90.942,49	496.222,32	96.526,26	476.426,32	1,21	62,82	281.923,68
20.304	VIGILÂNCIA SANITÁRIA	30.000,00	28.250,00	0,00	28.250,00	11.300,00	28.250,00	0,07	100,00	0,00
20.601	PROMOÇÃO DA PRODUÇÃO VEGETAL	612.800,00	642.500,00	85.475,83	394.417,13	77.277,33	374.621,13	0,95	58,31	267.878,87
20.602	PROMOÇÃO DA PRODUÇÃO ANIMAL	19.500,00	7.000,00	0,00	4.105,61	0,00	4.105,61	0,01	58,65	2.894,39
20.604	DEFESA SANITÁRIA ANIMAL	44.000,00	44.000,00	5.466,66	37.457,63	7.948,93	37.457,63	0,10	85,13	6.542,37
20.606	EXTENÇÃO RURAL	44.000,00	36.600,00	0,00	31.991,95	0,00	31.991,95	0,08	87,41	4.608,05
	Subtotal	42.733.186,87	44.054.138,38	11.071.110,92	37.809.209,80	8.544.058,68	34.595.989,71	88,03	78,53	9.458.148,67
22	INDÚSTRIA	20.000,00	55.000,00	12.815,00	34.072,33	20.203,54	34.072,33	0,09	61,95	20.927,67
22.661	PROMOÇÃO INDUSTRIAL	20.000,00	55.000,00	12.815,00	34.072,33	20.203,54	34.072,33	0,09	61,95	20.927,67
	Subtotal	42.753.186,87	44.109.138,38	11.083.925,92	37.843.282,13	8.564.262,22	34.630.062,04	88,11	78,51	9.479.076,34
23	COMÉRCIO E SERVIÇOS	588.000,00	1.030.314,60	326.639,21	1.001.295,08	349.789,35	1.001.295,08	2,55	97,18	29.019,52
23.691	PROMOÇÃO COMERCIAL	228.000,00	380.314,60	98.562,97	352.499,11	100.430,11	352.499,11	0,90	92,69	27.815,49
23.695	TURISMO	360.000,00	650.000,00	228.076,24	648.795,97	249.359,24	648.795,97	1,65	99,81	1.204,03
	Subtotal	43.341.186,87	45.139.452,98	11.410.565,13	38.844.577,21	8.914.051,57	35.631.357,12	90,66	78,94	9.508.095,86
24	COMUNICAÇÕES	22.000,00	22.000,00	466,50	18.172,82	466,50	18.172,82	0,05	82,60	3.827,18
24.722	TELECOMUNICAÇÕES	22.000,00	22.000,00	466,50	18.172,82	466,50	18.172,82	0,05	82,60	3.827,18
	Subtotal	43.363.186,87	45.161.452,98	11.411.031,63	38.862.750,03	8.914.518,07	35.649.529,94	90,71	78,94	9.511.923,04
26	TRANSPORTE	1.865.700,00	2.227.310,00	675.372,42	2.216.283,88	149.040,16	1.659.140,65	4,22	74,49	568.169,35
26.782	TRANSPORTE RODOVIÁRIO	1.865.700,00	2.227.310,00	675.372,42	2.216.283,88	149.040,16	1.659.140,65	4,22	74,49	568.169,35
	Subtotal	45.228.886,87	47.388.762,98	12.086.404,05	41.079.033,91	9.063.558,23	37.308.670,59	94,93	78,73	10.080.092,39
27	DESPORTO E LAZER	565.530,14	590.530,14	270.001,07	565.605,62	48.299,49	343.308,38	0,87	58,14	247.221,76
27.812	DESPORTO COMUNITÁRIO	565.530,14	590.530,14	270.001,07	565.605,62	48.299,49	343.308,38	0,87	58,14	247.221,76
	Subtotal	45.794.417,01	47.979.293,12	12.356.405,12	41.644.639,53	9.111.857,72	37.651.978,97	95,80	78,48	10.327.314,15
28	ENCARGOS ESPECIAIS	1.710.075,21	1.739.118,51	290.511,59	1.650.451,13	297.427,40	1.650.451,13	4,20	94,90	88.667,38
28.122	ADMINISTRAÇÃO GERAL	1.710.075,21	1.739.118,51	290.511,59	1.650.451,13	297.427,40	1.650.451,13	4,20	94,90	88.667,38
	Subtotal	47.504.492,22	49.718.411,63	12.646.916,71	43.295.090,66	9.409.285,12	39.302.430,10	100,00	79,05	10.415.981,53
99	RESERVA DE CONTINGENCIA	25.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
99.999	RESERVA DE CONTINGENCIA	25.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Subtotal	47.529.492,22	49.718.411,63	12.646.916,71	43.295.090,66	9.409.285,12	39.302.430,10	100,00	79,05	10.415.981,53
	DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	TOTAL (III)=(I+II)	47.529.492,22	49.718.411,63	12.646.916,71	43.295.090,66	9.409.285,12	39.302.430,10	100,00	79,05	10.415.981,53

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

DESPESAS		D O T A Ç Ã O		E M P E N H A D A		L I Q U I D A D A				SALDO
		Inicial	Atualizada	no Bimestre	até Bimestre	no Bimestre	até Bimestre			
Código	FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	(A)	(B)	(C)	(D)	(E)	(F)	%(F)	(F/B)	
	DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

Prefeito Municipal
LEONIR BOARETTO

Contador CRC-SC-016634/0-0
BENJAMIM ARCANGELO BORSOI

Responsável pelo Controle Interno
LUIZ CONTE - Diretor



+ [www.cplinformatica.com.br] -----{ 001 }+

	Município de CAPINZAL	CONSOLIDADO
	Relatório Resumido da Execução Orçamentária	
	Demonstrativo da Receita Corrente Líquida	
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	
	JANEIRO/2011 A DEZEMBRO/2011	

+-----+

LRF. Art.53, inciso I, Anexo III

EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES							
ESPECIFICAÇÃO	01/2011	02/2011	03/2011	04/2011	05/2011	06/2011	07/2011
RECEITAS CORRENTES (I)	3.651.089,51	3.604.767,36	3.633.154,60	3.785.652,98	4.896.561,28	3.869.589,59	4.371.216,36
Receita Tributária	86.577,06	160.022,26	160.400,71	265.002,41	805.755,81	239.870,43	241.698,34
IPTU	547,77	0,00	0,00	54.952,37	637.293,96	70.072,47	64.811,60
ISS	33.250,87	80.629,95	84.298,30	85.964,37	94.332,93	81.011,66	96.898,45
ITBI	11.222,87	23.021,42	28.634,64	33.744,77	28.617,66	49.857,74	44.646,85
IRRF	33.586,30	25.813,80	22.867,97	25.884,80	26.157,51	26.143,41	28.178,06
Outras	7.969,25	30.557,09	24.599,80	64.456,10	19.353,75	12.785,15	7.163,38
Receita de Contribuições	55.572,39	54.948,31	52.910,14	60.295,77	54.561,57	56.969,89	54.086,45
Receita Patrimonial	17.734,50	56.212,29	36.873,58	49.757,17	47.813,09	58.089,66	60.503,13
Receita Agropecuária	321,91	2.099,24	2.460,45	4.075,14	13.756,02	9.178,61	13.851,62
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	255.867,59	335.586,10	387.148,03	351.410,74	379.029,29	356.156,46	350.507,82
Transferências Correntes	3.045.504,13	2.823.281,34	2.895.963,96	2.987.619,57	3.526.075,11	3.081.339,07	3.587.122,47
Cota-Parte do FPM	867.995,86	935.138,29	610.477,26	809.185,68	928.775,85	838.285,61	713.109,29
Cota-Parte do ICMS	1.268.209,56	1.125.959,96	1.286.546,81	1.278.733,77	1.249.772,32	1.253.108,13	1.336.018,81
Cota-Parte do IPVA	78.273,17	95.393,01	128.076,47	125.681,14	147.052,16	139.360,30	148.309,61
Cota-Parte do ITR	127,92	182,47	10,00	112,94	139,07	2.187,75	129,83
Transf.da LC 87/1996	7.233,90	7.233,90	7.233,90	7.233,90	7.233,90	7.233,90	7.233,90
Transferência do FUNDEB	454.990,73	421.515,66	435.898,51	458.872,64	469.152,66	458.163,51	447.497,90
Outras Transferências	368.672,99	237.858,05	427.721,01	307.799,50	723.949,15	382.999,87	934.823,13
Demais Receitas Correntes	189.511,93	172.617,82	97.397,73	67.492,18	69.570,39	67.985,47	63.446,53
II-DEDUÇÕES	449.948,05	438.030,62	410.324,48	449.397,92	470.984,11	452.887,74	445.729,22
Contrib.Empregadores e Trab.p/Seg.Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contrib.Plano Seg.Social Servidor	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidor	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Patronal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Financ.entre Regimes Previd.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Deduções de receita para Formação do FUNDEB	449.948,05	438.030,62	410.324,48	449.397,92	470.984,11	452.887,74	445.729,22
Cancelamentos de Restos a Pagar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
IRRF/Outras Deduções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
III-RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (I-II)	3.201.141,46	3.166.736,74	3.222.830,12	3.336.255,06	4.425.577,17	3.416.701,85	3.925.487,14

+ [www.cplinformatica.com.br] -----{ 002 }+

|

| Município de CAPINZAL CONSOLIDADO |

| Relatório Resumido da Execução Orçamentária |

| Demonstrativo da Receita Corrente Líquida |

| Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social |

| JANEIRO/2011 A DEZEMBRO/2011 |

+-----+

LRF. Art.53, inciso I, Anexo III

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES						Previsão	
	08/2011	09/2011	10/2011	11/2011	Mes Atual	TOTAL	Atualizada	
RECEITAS CORRENTES (I)	4.477.752,99	3.766.466,92	5.139.345,98	4.041.134,34	4.744.204,24	49.980.936,15	49.303.689,50	
Receita Tributária	235.815,07	224.275,49	161.770,47	217.245,40	252.541,15	3.050.974,60	2.875.865,61	
IPTU	64.742,88	13.230,70	6.570,86	12.400,88	10.756,43	935.379,92	916.314,33	
ISS	96.292,54	109.995,49	90.781,46	112.911,75	133.532,95	1.099.900,72	848.646,72	
ITBI	34.870,36	66.551,77	26.830,00	47.904,37	24.764,98	420.667,43	206.144,93	
IRRF	29.645,97	27.926,82	30.249,62	29.894,86	50.359,02	356.708,14	308.945,74	
Outras	10.263,32	6.570,71	7.338,53	14.133,54	33.127,77	238.318,39	595.813,89	
Receita de Contribuições	56.508,12	59.453,00	0,00	115.319,31	58.290,74	678.915,69	651.089,50	
Receita Patrimonial	60.969,42	71.001,79	54.609,35	64.510,51	67.223,56	645.298,05	288.165,15	
Receita Agropecuária	11.573,73	14.943,05	10.828,10	10.080,16	12.362,40	105.530,43	47.552,09	
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	619,33	
Receita de Serviços	354.447,15	393.827,31	353.340,49	363.771,10	397.126,61	4.278.218,69	3.870.117,65	
Transferências Correntes	3.684.638,84	2.929.310,82	4.486.263,61	3.197.786,31	3.849.449,25	40.094.354,48	40.233.727,55	
Cota-Parte do FPM	735.584,99	587.240,74	771.886,49	815.527,64	1.371.441,62	9.984.649,32	8.905.053,67	
Cota-Parte do ICMS	1.326.321,37	1.401.110,12	1.416.364,05	1.435.476,64	1.476.364,71	15.853.986,25	14.758.784,72	
Cota-Parte do IPVA	125.054,80	141.607,17	120.809,66	96.819,78	51.336,65	1.397.773,92	1.208.025,00	
Cota-Parte do ITR	173,34	2.782,36	16.665,05	247,01	863,61	23.621,35	52.493,94	
Transf.da LC 87/1996	7.233,90	7.233,90	7.233,90	7.233,90	7.233,90	86.806,80	102.337,87	
Transferência do FUNDEB	455.612,11	469.425,41	492.538,78	490.102,16	507.799,58	5.561.569,65	4.530.800,00	
Outras Transferências	1.034.658,33	319.911,12	1.660.765,68	352.379,18	434.409,18	7.185.947,19	10.676.232,35	
Demais Receitas Correntes	73.800,66	73.655,46	72.533,96	72.421,55	107.210,53	1.127.644,21	1.336.552,62	
II-DEDUÇÕES	443.659,18	432.431,13	472.858,87	476.914,56	503.245,62	5.446.411,50	5.079.726,24	
Contrib.Empregadores e Trab.p/Seg.Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Contrib.Plano Seg.Social Servidor	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Servidor	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Patronal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Compensação Financ.entre Regimes Previd.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	14.332,50	
Deduções de receita para Formação do FUNDEB	443.659,18	432.431,13	472.858,87	476.914,56	503.245,62	5.446.411,50	5.065.393,74	
Cancelamentos de Restos a Pagar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
IRRF/Outras Deduções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
III-RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (I-II)	4.034.093,81	3.334.035,79	4.666.487,11	3.564.219,78	4.240.958,62	44.534.524,65	44.223.963,26	

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

Prefeito Municipal
LEONIR BOARETTO

Contador CRC-SC-016634/0-0
BENJAMIM ARCANGELO BORSOI

Responsável pelo Controle Interno
LUIZ CONTE - Diretor

+ [www.cplinformatica.com.br] -----{ 001 }+
| Município de CAPINZAL CONSOLIDADO |
| Relatório de Gestão Fiscal |
| Demonstrativo das Operações de Crédito |
| Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social |
| JANEIRO A DEZEMBRO 2011/2º Semestre |
+-----+

LRF, art.55, inciso I, alínea 'd' e inciso III, alínea 'c' - Anexo IV

Operações Realizadas	
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	Até o 2º Semestre
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (I)	
Internas	0,00
Oper. de Cred. Int. P/prog. de Moder. da Adminis	0,00
Outras Operacoes de Credito Internas	0,00
Externas	0,00
ANTECIPAÇÃO DE RECEITA (II)	0,00
TOTAL DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (I+II)	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	44.534.524,65
% das Op.de Cred. Int.e Ext.Sobre a RCL	0,00
% das Op.de Cred. por Ant.de Rec Sobre a RCL	0,00
Limite Def.por Resol.do Sen.Federal para as Operações de Crédito Internas e Externas 16%	7.125.523,94
Limite Def.por Resol.do Sen.Federal para as Oper.de Crédito por Antecipação de Rec. 7%	3.117.416,73

DIRETOR
SIDNEI PENSO

TÉC.CONTAB.CRC 1SC01781801
MARIZA BRESSAN DE MORAES

+ [www.cplinformatica.com.br] -----{ 001 }+

| Município de CAPINZAL CONSOLIDADO |

| Relatório Resumido da Execução Orçamentária |

| Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio dos Servidores Públicos |

| Orçamento da Seguridade Social |

| JANEIRO A DEZEMBRO 2011/BIMESTRE NOVEMBRO-DEZEMBRO |

+-----+

LRF. Art.53, inciso II - Anexo V

	Previsão		Receitas Realizadas		Exercício
	Inicial	Atualizada	No Bimestre	Exerc.Atual Até o Bim.	Anterior até o Bimestre
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS					
Total das Receitas Previdenciarias (V=I+II+III+IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

	Dotação		Despesas Liquidadas		Período de
	Inicial	o Exercício	No Bimestre	Exerc.Atual Até o Bim.	Referência Ano Anterior
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS					
Total das Despesas Previdenciarias - RPPS (IX)=(VI+VII+VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Resultado Previdenciário - RPPS (X)=(V-IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
---	------	------	------	------	------

RESERVA ORÇAMENTARIA DO RPPS	Previsão Orçamentária
Valor	0,00

	Período de Referência		
	Mês Anterior(11/2011)	Exercício Anterior(2010)	Exercício Atual(2011)
BENS E DIREITOS DO RPPS			

	Previsão		Receitas Realizadas		Exercício
	Inicial	Atualizada	No Bimestre	Exerc.Atual Até o Bim.	Anterior até o Bimestre
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS					
Total das Receitas Previdenciarias Intra-Orçamentárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

	Dotação		Despesas Liquidadas		Período de
	Inicial	o Exercício	No Bimestre	Exerc.Atual Até o Bim.	Referência Ano Anterior
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIA - RPPS					
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

Prefeito Municipal
LEONIR BOARETTO

Contador CRC-SC-016634/0-0
BENJAMIM ARCANGELO BORSOI

Responsável pelo Controle Interno
LUIZ CONTE - Diretor



+ [www.cplinformatica.com.br] -----{ 001 }+

| Município de CAPINZAL CONSOLIDADO |

| Relatório Resumido da Execução Orçamentária |

| Demonstrativo do Resultado Nominal |

| Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social |

| JANEIRO A DEZEMBRO 2011/BIMESTRE NOVEMBRO-DEZEMBRO |

+-----+

LRF. Art.53, Inciso III - Anexo VI

DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA	Saldo		
	Exercício Anterior (A)	Bimestre Anterior(B)	Bimestre Atual(C)
Divida Consolidada (I)	1.847.388,92	1.566.309,17	1.557.686,06
DEDUÇÕES (II)	5.119.113,01	10.819.514,31	9.136.716,12
Disponibilidade de Caixa Bruta	5.138.963,01	10.819.514,31	9.136.716,12
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos Pagar Processados Exceto Precatórios	-19.850,00	0,00	0,00
Divida Consolidada Líquida (III)=(I-II)	-3.271.724,09	-9.253.205,14	-7.579.030,06
Receita de Privatizações (IV)	0,00	0,00	0,00
Passivos Reconhecidos (V)	0,00	0,00	0,00
Divida Fiscal Líquida (IV)=(III+IV-V)	-3.271.724,09	-9.253.205,14	-7.579.030,06

	Período de Referência	
	No Bimestre (c-b)	Até Bimestre (c-a)
RESULTADO NOMINAL	1.674.175,08	-4.307.305,97

Discriminação da Meta Fiscal	Valor
Meta de Res. Nominal fixada no anexo de metas fiscais da LDO p/ o exercício de referencia	-39.803,43

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

Prefeito Municipal
LEONIR BOARETTO

Contador CRC-SC-016634/0-0
BENJAMIM ARCANGELO BORSOI

Responsável pelo Controle Interno
LUIZ CONTE - Diretor



+ [www.cplinformatica.com.br] -----{ 001 }+
 |
 | Município de CAPINZAL CONSOLIDADO |
 | Relatório Resumido da Execução Orçamentária |
 | Demonstrativo do Resultado Primario |
 | Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social |
 | JANEIRO A DEZEMBRO 2011/BIMESTRE NOVEMBRO-DEZEMBRO |
 +-----+

LRF. Art.53, Inciso III - Anexo VII

RECEITAS PRIMARIAS	Previsão	RECEITAS REALIZADAS		Período de
	Atualizada	No Bimestre	Até o Bimestre	Ref. Ano Anter.
Receitas Primarias Correntes (I)	43.986.620,97	7.677.139,17	43.917.963,86	36.962.298,63
Receita Tributária	2.875.865,61	469.786,55	3.050.974,60	2.851.992,20
IPTU	916.314,33	23.157,31	935.379,92	866.323,14
ISS	848.646,72	246.444,70	1.099.900,72	1.096.734,30
IRRF	308.945,74	80.253,88	356.708,14	317.834,47
ITBI	206.144,93	72.669,35	420.667,43	355.177,08
Outras	595.813,89	47.261,31	238.318,39	215.923,21
Receita de Contribuição	651.089,50	173.610,05	678.915,69	611.185,07
Outras Contribuições	651.089,50	173.610,05	678.915,69	611.185,07
Receita Patrimonial Liquida	36.490,36	3.694,84	28.737,26	39.900,24
Receita Patrimonial	288.165,15	131.734,07	645.298,05	331.591,37
(-) Aplicações Financeiras	251.674,79	128.039,23	616.560,79	291.691,13
Transferências Correntes	35.168.333,81	6.067.075,38	34.647.942,98	28.178.630,90
FPM	7.124.042,94	1.834.451,27	8.072.595,56	6.633.573,57
ICMS	11.807.027,78	2.329.473,23	12.683.189,91	11.136.835,58
Outras Transferências	16.237.263,09	1.903.150,88	13.892.157,51	10.408.221,75
Demais Receitas Correntes	5.254.841,69	962.972,35	5.511.393,33	5.280.590,22
Dívida Ativa	345.672,78	15.645,63	393.650,09	548.727,31
Diversas Receitas Correntes	4.909.168,91	947.326,72	5.117.743,24	4.731.862,91
Receitas de Capital (II)	3.291.196,46	0,00	213.768,04	1.665.101,00
(-) Operações de Crédito (III)	3.200.000,00	0,00	0,00	1.250.000,00
(-) Alienação de Ativos (V)	91.196,46	0,00	183.768,04	325.101,00
Tranferências de Capital	0,00	0,00	30.000,00	90.000,00
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	30.000,00	90.000,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
Rec.Primarias de Cap. VI=II-III-IV-V	0,00	0,00	30.000,00	90.000,00
RECEITAS PRIMARIAS TOTAL (VII)=I+VI	43.986.620,97	7.677.139,17	43.947.963,86	37.052.298,63

DESPESAS PRIMARIAS	Dotação	DESPESAS LIQUIDADAS		Período de
	Atualizada	No Bimestre	Até o Bimestre	Ref. Ano Anter.
Despesas Correntes (VIII)	36.867.660,17	8.052.547,05	35.220.761,57	30.900.318,34
Pessoal e Encargos Sociais	16.834.758,40	3.652.542,91	16.594.425,15	15.262.349,62
Outras Despesas Correntes	19.886.901,77	4.380.695,05	18.493.338,97	15.560.081,77
(-) Juros Encargos da Dívida (IX)	146.000,00	19.309,09	132.997,45	77.886,95
Desp.Primarias Correntes X=VIII-IX	36.721.660,17	8.033.237,96	35.087.764,12	30.822.431,39
Despesas de Capital (XI)	12.850.751,46	1.356.738,07	4.081.668,53	5.213.655,44
Investimentos	12.476.751,46	1.296.327,96	3.740.178,67	4.372.627,93
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Amortização da Dívida (XIV)	374.000,00	60.410,11	341.489,86	841.027,51
(-) Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Aq.deTít.de Capit.já Int.(XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Desp.Prim.de CapitXV=XI-XII-XIII-XIV	12.476.751,46	1.296.327,96	3.740.178,67	4.372.627,93
Reserva de Conting. (XVI)	0,00	0,00	0,00	0,00
DESP.PRIM.TOT. (XVIII)=X+XV+XVI+XVII	49.198.411,63	9.329.565,92	38.827.942,79	35.195.059,32
RESULTADO PRIMARIO (VII-XVIII)	-5.211.790,66	-1.652.426,75	5.120.021,07	1.857.239,31
SALDO DE EXERCICIOS ANTERIORES			1.765.569,41	

Discriminação da Meta Fiscal

Valor

Meta de Res. Primario fixada no anexo de metas fiscais da LDO p/ o exercício de referencia

-2.761.196,46



+ [www.cplinformatica.com.br] -----{ 002 }+
|
| Município de CAPINZAL CONSOLIDADO |
| Relatório Resumido da Execução Orçamentária |
| Demonstrativo do Resultado Primario |
| Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social |
| JANEIRO A DEZEMBRO 2011/BIMESTRE NOVEMBRO-DEZEMBRO |
+-----+

LRF. Art.53, Inciso III - Anexo VII

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

Prefeito Municipal
LEONIR BOARETTO

Contador CRC-SC-016634/0-0
BENJAMIM ARCANGELO BORSOI

Responsável pelo Controle Interno
LUIZ CONTE - Diretor

+ [www.cplinformatica.com.br] -----{ 001 }+
 |
 | Município de CAPINZAL CONSOLIDADO |
 | Relatório Resumido da Execução Orçamentária |
 | Demonstrativo de Restos a Pagar por Poder e Órgão |
 | Orçamento da Seguridade Social |
 | JANEIRO A DEZEMBRO 2011 |
 +-----+

LRF. Art.53, inciso V - Anexo IX

PODER / ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS					RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS				
	Inscritos		Cancelados	Pagos	a Pagar	Inscritos		Cancelados	Pagos	a Pagar
	Exercícios Anteriores	Em 31 de Dez. de 2010				Em 31 de Dez. de 2010				
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)										
EXECUTIVO										
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL										
	19.850,00	0,00	0,00	19.850,00	0,00	1.151.443,08	4.440,28	906.986,36		240.016,44
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CAPINZAL										
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE CAPINZAL										
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12.000,00	0,00	12.000,00		0,00
FUNDO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE DE CAPINZAL										
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E ADOLESCENTE DE CAPINZAL										
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES DE CAPINZAL										
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CAPINZAL										
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
FUNDO MUN.DE REEQUIPAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS DE CAPINZAL										
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
SERVICO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SIMAE - CAPINZAL										
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	563.904,90	54.631,78	509.273,12		0,00
LEGISLATIVO										
CÂMARA MUNICIPAL DE CAPINZAL										
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)										
TOTAL (III)=(I+II)	19.850,00	0,00	0,00	19.850,00	0,00	1.727.347,98	59.072,06	1.428.259,48		240.016,44

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

PODER / ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS					RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS				
	Inscritos		Cancelados	Pagos	a Pagar	Inscritos		Cancelados	Pagos	a Pagar
	Exercícios Anteriores	Em 31 de Dez. de 2010				Em 31 de Dez. de 2010				
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS)										
EXECUTIVO										
LEGISLATIVO										
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

Prefeito Municipal
LEONIR BOARETTO

Contador CRC-SC-016634/0-0
BENJAMIN ARCANGELO BORSOI

Responsável pelo Controle Interno
LUIZ CONTE - Diretor

+ [www.cplinformatica.com.br] -----{ 001 }+

|

| Município de CAPINZAL CONSOLIDADO |

| Relatório Resumido da Execução Orçamentária |

| Demonstrativo das Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital |

| Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social |

| JANEIRO A DEZEMBRO 2011/BIMESTRE NOVEMBRO-DEZEMBRO |

+-----+

LRF. Art.53, §1º, Inciso I - Anexo XI

Receitas	Previsao	Receitas Realizadas		Saldo a
	Atualizada(a)	No Bimestre	Até o Bim.(b)	Realiz.(a-b)
Receitas de Operações de Crédito (A)	3.200.000,00	0,00	0,00	3.200.000,00
Operacoes de Credito	3.200.000,00	0,00	0,00	3.200.000,00
Operacoes de Credito Internas	3.200.000,00	0,00	0,00	3.200.000,00
Operacoes de Credito Internas Contratuais	700.000,00	0,00	0,00	700.000,00
Oper. de Cred. Int. P/prog. de Moder. da Administracao Pub.	700.000,00	0,00	0,00	700.000,00
Outras Operacoes de Credito Internas	2.500.000,00	0,00	0,00	2.500.000,00

Despesas	Dotação	Despesas Liquidadas		Saldo a
	Atualizada(c)	No Bimestre	Até o Bim.(d)	Liquidar(c-d)
Despesas de Capital	12.850.751,46	1.356.738,07	4.081.668,53	8.769.082,93
(-) Incentivo a Contribuinte	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivo Inst.Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (B)	12.850.751,46	1.356.738,07	4.081.668,53	8.769.082,93
--------------------------------	---------------	--------------	--------------	--------------

DIFERENÇA (A)-(B)	-9.650.751,46	-1.356.738,07	-4.081.668,53	-5.569.082,93
-------------------	---------------	---------------	---------------	---------------

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

Prefeito Municipal
LEONIR BOARETTO

Contador CRC-SC-016634/0-0
BENJAMIM ARCANGELO BORSOI

Responsável pelo Controle Interno
LUIZ CONTE - Diretor

+ [www.cplinformatica.com.br] -----{ 001 }+

| Município de CAPINZAL CONSOLIDADO |

| Relatório Resumido da Execução Orçamentária |

| Demonstrativo da Receita de Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos |

| Orçamento da Seguridade Social |

| JANEIRO A DEZEMBRO 2011/BIMESTRE NOVEMBRO-DEZEMBRO |

+-----+

LRF. Art.53, §1º, inciso III - Anexo XIV

	Previsao	Receitas	Saldo
	Atualizada(a)	Realizadas(b)	a Realizar(a-b)
RECEITAS			
Receitas de Capital			
Alienação de Ativos	91.196,46	183.768,04	-92.571,58
Alienacao de Outros Bens Moveis	66.102,75	183.768,04	-117.665,29
Alienacao de Outros Bens Imoveis	25.093,71	0,00	25.093,71
Total	91.196,46	183.768,04	-92.571,58

	Dotação	Despesas	Saldo
	Atualizada(c)	Liquidadas(d)	a Realizar(c-d)
DESPESAS			
APLICAÇÕES DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS	469.659,61	444.165,99	25.493,62
Despesas de Capital	469.659,61	444.165,99	25.493,62
Investimentos	469.659,61	444.165,99	25.493,62
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes do Regime de Previdência	0,00	0,00	0,00
Regime Geral da Previdência Social	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio dos Servidores Públicos	0,00	0,00	0,00
Total	469.659,61	444.165,99	25.493,62

	Exercício Anterior(e)	Do Exercício(f)=(b-d)	Saldo Atual(e+f)
Saldo Financeiro a Aplicar	267.792,15	-260.397,95	7.394,20

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

Prefeito Municipal
LEONIR BOARETTO

Contador CRC-SC-016634/0-0
BENJAMIM ARCANGELO BORSOI

Responsável pelo Controle Interno
LUIZ CONTE - Diretor



[www.cplinformatica.com.br]

001

Município de CAPINZAL

Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

JANEIRO A DEZEMBRO 2011/BIMESTRE NOVEMBRO-DEZEMBRO

LRF, Art.48 - Anexo XVII

Balanço Orcamentário - Receitas	No Bimestre	Até o Bimestre
Previsão Inicial da Receita	0,00	47.529.492,22
Previsão Atualizada da Receita	0,00	47.529.492,22
Receitas Realizadas	7.805.178,40	44.748.292,69
Saldos de Exercícios Anteriores	0,00	1.765.569,41
Déficit Orçamentário	0,00	2.188.919,41

Balanço Orcamentário - Despesas	No Bimestre	Até o Bimestre
Dotação Inicial	0,00	47.529.492,22
Dotação Atualizada	0,00	49.718.411,63
Despesas Empenhadas	12.646.916,71	43.295.090,66
Despesas Liquidadas	9.409.285,12	39.302.430,10
Superávit Orçamentário	0,00	0,00

Despesa por Função/SubFunção	No Bimestre	Até o Bimestre
Despesas Empenhadas	12.646.916,71	43.295.090,66
Despesas Liquidadas	9.409.285,12	39.302.430,10

Receita Corrente Líquida - RCL	Até o Bimestre
Receita Corrente Líquida	44.534.524,65

Receitas/Despesas dos Regimes de Previdência	No Bimestre	Até o Bimestre
Regime Geral de Previdência Social		
Receitas Previdenciárias (I)	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (II)	0,00	0,00
Resultado Previdenciário (I-II)	0,00	0,00
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos		
Receitas Previdenciárias (III)	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (IV)	0,00	0,00
Resultado Previdenciário (III-IV)	0,00	0,00

	Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO(a)	Res.Apur.até o Bimestre(b)	% em Relação a Meta(b/a)
Resultados Nominal e Primário			
Resultado Nominal	-39.803,43	-4.307.305,97	10821,4442
Resultado Primário	-2.761.196,46	5.120.021,07	-185,4276

Movimentação dos Restos a Pagar	Inscrição Can.	Até o Bim.	Pag.Até o Bim.	Saldo
Por Poder e Ministério Público				
Restos a Pagar Processados				
Poder Executivo	0,00	0,00	19.850,00	-19.850,00
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Ministério Público	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Não Processados				
Poder Executivo	1.727.347,98	59.072,06	1.428.259,48	240.016,44
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Ministério Público	0,00	0,00	0,00	0,00

[www.cplinformatica.com.br]

002

Município de CAPINZAL

Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

JANEIRO A DEZEMBRO 2011/BIMESTRE NOVEMBRO-DEZEMBRO

LRF, Art.48 - Anexo XVII

	Limites Constitucionais Anuais		
	Valor Apurado	%Min.a Aplicar	%Aplicado
Despesas com Manut. e Desenv. do Ensino - MDE	Até o Bim.	no Exercício	Até o Bim.
Min Anual de <18%/25%> das Receitas de Impostos em MDE		<25%/18%>	0
Min Anual <60% FUNDEB Rem.Mag.Ens.Fund/Medio-D.Fed/Est.		60%	
Min Anual <60% FUNDEB Rem.Magist.com Ed.Inf.e Ens.Fund.		60%	53,8624
Compl.União FUNDEB Min.10% Total Rec.FUNDEB - União		10%	

Receitas de Operações de Credito e Despesas de Capital	Vlr.Apur.até o Bim.	Saldo a Real.
Receita de Operação de Credito	0,00	3.200.000,00
Despesa de Capital Líquida	4.081.668,53	8.769.082,93

Projeção Atuarial dos Regimes de Prev.	Exerc.em Ref.	10o Exerc.	20o Exerc.	35o Exerc.
Regime Geral de Previdência Social				
Receitas Previdenciarias (I)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciarias (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciario (I-II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio de Prev. Social dos Serv. Públicos				
Receitas Previdenciarias (III)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciarias (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciario (III-IV)	0,00	0,00	0,00	0,00

Receita da Alienação de Ativos e Aplicações dos Recursos	Vlr.Apur.até Bim.	Saldo a Real.
Receita de Cap.Result.da ALienação de Ativos	183.768,04	-92.571,58
Aplicação dos Recursos da ALienação de Ativos	444.165,99	25.493,62

	Limites Constitucionais Anuais		
	Valor Apurado	%Min.a Aplicar	%Aplicado
Despesas com Ações e Serv. Públicos de Saúde	Até o Bim.	no Exercício	Até o Bim.
Desp.Própr.com Ações e Serv.Púb.de Saúde			

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

Prefeito Municipal
LEONIR BOARETTO

Contador CRC-SC-016634/0-0
BENJAMIM ARCANGELO BORSOI

Responsável pelo Controle Interno
LUIZ CONTE - Diretor



Catanduvas

PREFEITURA

Decreto Nº 1.798, de 18 de janeiro de 2012.

DECRETO Nº 1.798, de 18 de janeiro de 2012.

"INSTAURA SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA, DESIGNA COMISSÃO SINDICANTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

GISA APARECIDA GIACOMIN, Prefeita Municipal de Catanduvas-SC, no uso das atribuições legais que lhe confere os incisos II e VIII do art. 103 da Lei Orgânica Municipal, e art. 151 da Lei Complementar Municipal nº 19, de 4 de janeiro de 2002,

CONSIDERANDO, que chegou ao conhecimento da Administração Municipal, através do Boletim de Ocorrência 00244 - 2011 - 001194, datado de 01/11/2011, da Delegacia de Polícia de Catanduvas, constando como vítima a cidadã Maria José da Silva, da ocorrência de furto de dinheiro, quando de seu atendimento no Hospital Municipal no dia 31/10/2011; bem como do Boletim de Ocorrência 00244 - 2011 - 001130, datado de 12/10/2011, da Delegacia de Polícia de Catanduvas, constando como vítima o cidadão Luiz Lopes Lemos, da ocorrência de furto de dinheiro, quando de seu atendimento no Hospital Municipal no dia 12/10/2011. Que além disso, chegou também ao conhecimento da Administração Municipal, que outros pacientes do Hospital também foram vítimas de subtração de dinheiro;

CONSIDERANDO, que o art. 151 da Lei Complementar Municipal nº 19 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, determina que a autoridade que tiver ciência de irregularidades no serviço público é obrigada a promover sua apuração imediata, tomando as demais providências cabíveis;

CONSIDERANDO, que há fortes indícios de envolvimento de servidor ou servidores lotado(s) no Hospital, nos fatos acima relatados, e que o art. 128 da LC 19 prevê que o servidor responde administrativamente pelo exercício irregular de suas atribuições,

DECRETA:

Art. 1º Fica instaurada SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA para apurar responsabilidade pelos fatos ocorridos nas dependências do Hospital Municipal Nª Sª do Perpétuo Socorro de Catanduvas, conforme os registros acima citados.

Art. 2º Fica nomeada Comissão Sindicante, formada pelos seguintes servidores públicos municipais, a seguir relacionados:

- a) Marlene Mingori - Presidente
- b) Marisete Luvison Marcon - Membro
- c) Rosa Aparecida Fabri - Membro

Art. 3º Para realização dos trabalhos, deverá a Comissão acima nomeada utilizar-se de todos os documentos existentes no Hospital, bem como ouvir os servidores públicos lotados, que possam prestar informações úteis, especialmente aqueles que se encontravam trabalhando no momento dos fatos. Também deverá, dentro do possível, ouvir as vítimas e outros pacientes que possam colaborar com a investigação.

Parágrafo único. Cada membro da Comissão deverá assumir as suas funções, laborando com zelo e denodo, mantendo rigoroso sigilo e ética quanto aos documentos hospitalares consultados, a fim de preservar o interesse dos pacientes.

Art. 4º A Comissão terá um prazo de trinta (30) dias para conclusão

dos trabalhos. Emitirá um documento conclusivo, demonstrando o apurado, bem como as providências que julgar convenientes.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Catanduvas(SC), 18 de janeiro de 2012.

GISA APARECIDA GIACOMIN

Prefeita Municipal

CLAUDINEI ANTONIO SELLA

Secretário de Administração e Finanças

Registrado e Publicado nesta data.

Decreto Nº 1.800, de 20 de janeiro de 2012.

DECRETO nº 1.800, de 20 de janeiro de 2012.

"INSTITUI COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES, CONTRATO E AVALIAÇÕES, PARA O EXERCÍCIO DE 2012, NOMEIA SEUS MEMBROS, DESIGNA PREGOEIRA OFICIAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

GISA APARECIDA GIACOMIN, Prefeita Municipal de Catanduvas-SC, no uso das atribuições legais que lhe confere os incisos II e VIII do art. 103 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica instituída a Comissão Permanente de Licitações, Contratos e Avaliações, para o exercício de 2012, composta pelos seguintes membros, sobre a presidência do primeiro:

- I - ALICE PAGANINI - Presidente - CPF nº 058.455.799-02
- II - LEANDRA CAMILA ZENARO BRITO - Membro Titular - CPF nº 008.615.059-64
- III - FERNANDA SU ELEN TIGRE SPADER - Membro Titular - CPF nº 032.950.599-85
- IV - DÉBORA ANDRADE - Membro Titular - CPF 050.236.339-85
- V - CAMILE RENATA JOHANN FERRAZ - Membro Suplente - CPF nº 048.333.889-36
- VI - MARTA ANGELA BORELLA MENEGAT - Membro Suplente - CPF nº 710.974.579-15
- VII - MARLENE MINGORI - Membro Suplente - CPF nº 022.683.089-60

Parágrafo único. A investidura na Comissão ora instituída não poderá exceder a um (1) ano, vedada a recondução da totalidade de seus membros no período subsequente.

Art. 2º Compete à Comissão Municipal Permanente de Licitações, Contratos e Avaliações:

I - Processar, julgar e aprovar o registro cadastral de fornecedores do município, bem como fornecer Certificado de Registro Cadastral;

II - Publicar edital de chamamento para atualização e registro de novos fornecedores, no mínimo uma vez por ano;

III - Processar e julgar os processos licitatórios em todas suas modalidades;

IV - Avaliar, sempre que convocada, os bens móveis e imóveis que compõem o patrimônio público municipal;

V - Avaliar, sempre que convocada, os bens móveis e imóveis de terceiros, desde que haja interesse do município;

VI - Processar e julgar, todos os processos e avaliações necessárias

para o cumprimento da Lei nº 8.666/93 e suas posteriores alterações;

Parágrafo único. Das sessões, a Comissão deverá lavrar ata circunstanciada para cada caso, expondo o objeto do julgamento e as considerações pertinentes.

Art. 3º Para fins de processar e julgar as Licitações da Modalidade Convite, nos termos do § 1º, art. 51, da Lei 8.666/93, a Comissão ora nomeada, excepcionalmente, poderá ser substituída pela servidora ALICE PAGANINI.

Art. 4º Os membros da presente Comissão responderão solidariamente por todos os atos praticados no exercício das atribuições que ora são conferidas.

Art. 5º Fica, ainda, designado para desempenhar as funções de Pregoeira Oficial, a servidora ALICE PAGANINI, com as atribuições previstas na Lei 10.520/02, de 17 de julho de 2002, e normas Municipais pertinentes, tendo como equipe de apoio os demais membros da Comissão Municipal de Licitações.

Parágrafo único. Para os casos de impedimento da Pregoeira Oficial, fica designado como Pregoeira Substituta, a servidora Leandra Camila Zenaro Brito.

Art. 6º Os membros da presente Comissão, bem como a Pregoeira Oficial e Pregoeira Substituta, não farão jus a remuneração adicional, todavia sua participação será considerada como relevante serviço prestado ao Município.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Catanduvas - SC, 20 de janeiro de 2012.

GISA APARECIDA GIACOMIN

Prefeita Municipal

CLAUDINEI ANTONIO SELLA

Secretário de Administração e Finanças

Registrado e Publicado nesta data.

Decreto Nº 1.801, de 20 de janeiro de 2012.

DECRETO Nº 1.801, de 20 de janeiro de 2012.

“NOMEIA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DE VEÍCULOS PERTENCENTES AO MUNICÍPIO DE CATANDUVAS(SC), E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

GISA APARECIDA GIACOMIN, Prefeita Municipal de Catanduvas-SC, no uso das atribuições legais que lhe confere os incisos II e VIII do art. 103 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica formada Comissão de Avaliação de veículos, pertencente ao Município de Catanduvas(SC), formada pelos seguintes membros:

ODAIR JOSÉ GABRIELLI - Presidente

ADEMAR JOÃO NICHETTI - Membro

IVAN CLÁUDIO SACCHET - Membro

DORIVAL RIBEIRO DOS SANTOS - Membro

Art. 2º Terá como atribuição a Comissão, efetuar completa vistoria das condições de manutenção e funcionamento dos veículos abaixo relacionados, e definir seu valor comercial mínimo para fins de alienação:

A) 1 veículo PAS/MICROONIBUS RENAULT/MASTER BUS16 DCI, ano/mod 2007/2008, Diesel, capacidade 16P/114CV, cor branca, placas MEU6047, RENAVAL 948592680;

B) 1 veículo PAS/MICROONIBUS RENAULT/MASTER BUS16 DCI, ano/mod 2008/2008, Diesel, capacidade 16P/114CV, cor branca, placas MFF2573, RENAVAL 959675701;

C) 1 veículo CAR/CAMINHÃO BASCULANTE VW/VW 14.210, ano/mod 1990/1990, Diesel, capacidade 23,00T/210CV, cor branca, placas LZN9365, RENAVAL 552629413.

§ 1º A Comissão deverá elaborar um Laudo para cada veículo, contendo sumariamente a condições de manutenção, conservação e funcionamento, bem como o seu valor comercial mínimo para fins de alienação, contendo data, local e assinatura de todos os membros da Comissão.

§ 2º A Comissão terá um prazo de cinco (5) dias para a conclusão dos trabalhos, com a entrega dos laudos.

Art. 3º Pelo desempenho das atribuições previstas no presente Decreto, os membros da Comissão não serão remunerados, sendo considerado serviço de relevância para o Município.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Catanduvas(SC), 20 de janeiro de 2012.

GISA APARECIDA GIACOMIN

Prefeita Municipal

CLAUDINEI ANTONIO SELLA

Secretário de Administração e Finanças

Registrado e Publicado nesta data.

Aviso de Licitação - Processo Licitatório Nº 0006/2012 - Edital de Pregão Presencial Nº 0005/2012

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0006/2012

EDITAL DE PREGAO PRESENCIAL Nº 0005/2012

Objeto: O objeto da presente licitação consiste na aquisição de gêneros alimentícios, limpeza e higiene visando o desenvolvimento das atividades das Secretarias de Saúde e Assistência Social, bem como os programas Petti - Cras - Creas - e Grupos da Terceira Idade.

Abertura das Propostas: às 09h30 do dia 07 de fevereiro de 2012. Da disponibilização do edital: o edital estará disponível em 25 de janeiro de 2012 no endereço <http://www.catanduvas.sc.gov.br/> e na Prefeitura Municipal de Catanduvas - SC.

Informações: maiores informações, assim como cópia do Edital, poderão ser obtidas no site: www.catanduvas.sc.gov.br e no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Catanduvas - SC, das 8:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:30, de segunda a sexta-feira, ou pelo telefone (049) 3525-1144 ramal 229.

Catanduvas - SC, 23 de janeiro de 2012.

GISA APARECIDA GIACOMIN

Prefeita Municipal.

Relatório de Gestão Fiscal - Segundo Semestre de 2011- Anexo I

+ [www.cplinformatica.com.br] -----{ 001 }+

	Município de CATANDUVAS - PODER EXECUTIVO	CONSOLIDADO
	Relatório de Gestão Fiscal	
	Demonstrativo da Despesa Com Pessoal	
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	
	JANEIRO/2011 A DEZEMBRO/2011	

+-----+

LRF, art.55, inciso I, alínea 'a' - Anexo I

DESPESAS EXECUTADAS Últimos 12 Meses		
Despesa com Pessoal	LIQUIDADAS	INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NÃO- PROCESSADOS
DESPESA BRUTA COM PESSOAL(I)	8.827.022,51	0,00
Pessoal Ativo	8.424.585,99	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	235.895,54	0,00
Outras Desp.de Pess.Dec.de Contr.de Terc.(art.18,§1ºda	5.677,20	0,00
DESPESA NAO COMPUTADAS (art.19,§1º da LRF)(II)	160.863,78	0,00
Ind.por Demissão e Incent.à Demissão Vol.	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial	160.863,78	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Inativos com recursos vinculados	0,00	0,00
Convocação Extraordinária (inciso II do §6ºdo art.57 da	0,00	0,00
Contribuições Patronais	0,00	0,00
TOT.DESP.LÍQ.COM PES.P/FINS APUR.LIM.-TDP(IV)=(I-II+III)	8.666.158,73	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)		18.472.358,00
% TOT.DESP.COM PES.PARA FINS DE APUR.DO LIM.-TDP sobre a RCL (IV/V) * 100		46,91%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	54,00%	9.975.073,32
LIMITE PRUDENCIAL (§ único, art. 22 da LRF)	51,30%	9.476.319,65

PREFEITA MUNICIPAL
GISA APARECIDA GIACOMIN

TÉC. EM CONTABILIDADE
DAVI PECINATO CRC/SC 13.325



Relatório de Gestão Fiscal - Segundo Semestre de 2011- Anexo II

+ [www.cplinformatica.com.br] -----{ 001 }+

| Município de CATANDUVAS CONSOLIDADO |

| Relatório de Gestão Fiscal |

| Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida |

| Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social |

| JANEIRO A DEZEMBRO 2011/2º Semestre |

-----+

LRF, art.55, inciso I, alínea 'b' - Anexo II

PREFEITURA / FUNDOS

Descrição	Sld.Ex.Anterior	S a l d o	
		Até o 1º Sem	Até o 2º Sem
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	-115.059,59	-283.968,44	-1.539.470,31
Divida Contratual	-96.842,79	-47.991,27	-188.943,00
Parcelamento com a União	-18.216,80	-235.977,17	-1.350.527,31
De Contribuições Sociais	-18.216,80	-235.977,17	-1.350.527,31
Previdenciárias (INSS)	-18.216,80	-235.977,17	-1.350.527,31
DEDUÇÕES (II)	619.412,78	301.698,51	1.029.808,85
Ativo Disponível	716.267,63	1.310.248,97	1.982.212,24
(-) Restos a Pagar Processados	-96.854,85	-1.008.550,46	-952.403,39
DÍV. CONSOLID. LÍQUIDA (DCL) (III) = (I-II)	504.353,19	17.730,07	-509.661,46

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	15.855.444,12	26.886.406,50	18.472.358,00
% da DC sobre a RCL	-0,73	-1,06	-8,33
% da DCL sobre a RCL	3,18	0,07	-2,76
LIM.DEF.PELA RESOL.Nro 40, DE 2001, DO SENADO FEDERAL: 120%	19.026.532,94	32.263.687,80	22.166.829,60

TRAJETÓRIA DE AJUSTE DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA EM CADA EXERCÍCIO FINANCEIRO

Exercício Financeiro	2001 3o Quadrimestre			2002 Quadrimestre			2003 Quadrimestre			2004 Quadrimestre		
	DCL	Exced.	Redutor	1o	2o	3o	1o	2o	3o	1o	2o	3o
%da DCL sobre a RCL	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-
%Limite de Endividamento	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-
Exercício Financeiro	2005 Quadrimestre			2006 Quadrimestre			2007 Quadrimestre			2008 Quadrimestre		
	1o	2o	3o	1o	2o	3o	1o	2o	3o	1o	2o	3o
%da DCL sobre a RCL	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-
%Limite de Endividamento	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-
Exercício Financeiro	2009 Quadrimestre			2010 Quadrimestre			2011 Quadrimestre			2012 Quadrimestre		
	1o	2o	3o	1o	2o	3o	1o	2o	3o	1o	2o	3o
%da DCL sobre a RCL	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-
%Limite de Endividamento	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-
Exercício Financeiro	2013 Quadrimestre			2014 Quadrimestre			2015 Quadrimestre			2016 Quadrimestre		
	1o	2o	3o	1o	2o	3o	1o	2o	3o	1o	2o	3o
%da DCL sobre a RCL	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-
%Limite de Endividamento	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-

PREFEITA MUNICIPAL
GISA APARECIDA GIACOMIN

TÉC. EM CONTABILIDADE
DAVI PECINATO CRC/SC 13.325

Relatório de Gestão Fiscal - Segundo Semestre de 2011- Anexo III

+ [www.cplinformatica.com.br] -----{ 001 }+

	Município de CATANDUVAS	CONSOLIDADO
	Relatório de Gestão Fiscal	
	Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores	
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	
	JANEIRO A DEZEMBRO 2011/2º Semestre	

+-----+

LRF, art.55, inciso I, alínea 'c' e art.40, § 1º - Anexo III

GARANTIAS	SALDO EXERCIC.	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2011	
	ANTERIOR	1ºSemestre	2ºSemestre
INTERNAS (I)	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00
EXTERNAS (II)			
Beneficiários	0,00	0,00	0,00
TOTAL (I+II)	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	15.855.444,12	16.949.248,45	18.472.358,00
% TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL	0,00	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 22%	3.488.197,71	3.728.834,66	4.063.918,76

COTNRAGARANTIAS	SALDO EXERCIC.	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2005	
	ANTERIOR	1ºSemestre	2ºSemestre
GARANTIAS INTERNAS (I)	0,00	0,00	0,00
Aval ou Fiança em operações de Crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias	0,00	0,00	0,00
GARANTIAS EXTERNAS (II)	0,00	0,00	0,00
Aval ou Fiança em operações de Crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias	0,00	0,00	0,00
TOTAL CONTRAGARANTIAS (I+II)	0,00	0,00	0,00

 PREFEITA MUNICIPAL
 GISA APARECIDA GIACOMIN

 TÉC. EM CONTABILIDADE
 DAVI PECINATO CRC/SC 13.325

Relatório de Gestão Fiscal - Segundo Semestre de 2011- Anexo IV

```

+ [ www.cplinformatica.com.br ] -----{ 001 }+
|
| Município de CATANDUVAS CONSOLIDADO |
| Relatório de Gestão Fiscal |
| Demonstrativo das Operações de Crédito |
| Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social |
| JANEIRO A DEZEMBRO 2011/2º Semestre |
+-----+

```

LRF, art.55, inciso I, alínea 'd' e inciso III, alínea 'c' - Anexo IV

EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS		Operações Realizadas Até o 2º Semestre
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (I)		
Internas		0,00
Operações de Crédito Internas		0,00
Operações Cred. Internas p/Programa de Educação.		0,00
Externas		0,00
ANTECIPAÇÃO DE RECEITA (II)		0,00
TOTAL DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (I+II)		0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	18.472.358,00	
% das Op.de Cred. Int.e Ext.Sobre a RCL	0,00	
% das Op.de Cred. por Ant.de Rec Sobre a RCL	0,00	
Limite Def.por Resol.do Sen.Federal para as Operações de Crédito Internas e Externas 16%	2.955.577,28	
Limite Def.por Resol.do Sen.Federal para as Oper.de Crédito por Antecipação de Rec. 7%	1.293.065,06	

PREFEITA MUNICIPAL
GISA APARECIDA GIACOMIN

TÉC. EM CONTABILIDADE
DAVI PECINATO CRC/SC 13.325



Relatório de Gestão Fiscal - Segundo Semestre de 2011- Anexo V

[www.cplinformatica.com.br]

001

CONSOLIDADO

Município de CATANDUVAS
 Relatório de Gestão Fiscal
 Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa
 Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
 JANEIRO A DEZEMBRO 2011/6º Bimestre

LRF, art.55, inciso III, alínea 'a' - Anexo V

ATIVO	VALOR	PASSIVO	VALOR
DISPONIBILIDADE FINANCEIRA	2.132.651,59	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS	204.541,17
Disponibilidade Financeira	2.132.651,59	Depósitos de Diversas Origens	204.541,17
Caixa	0,00	Restos a Pagar Processados	0,00
Banco	2.132.651,59	Do Exercício	0,00
Contas Movimento	964.955,64	De Exercícios Anteriores	0,00
Aplicações Financeiras	1.167.695,95	Outras Obrigações Financeiras	0,00
SUBTOTAL	2.132.651,59	SUBTOTAL	204.541,17
INSUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO		SUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO	
EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (I)	0,00	EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (II)	1.928.110,42
TOTAL	2.132.651,59	TOTAL	2.132.651,59
INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (III)			0,00
SUFICIÊNCIA APÓS INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (IV)=(II-III)			1.928.110,42

REGIME PREVIDENCIÁRIO			
ESPECIFICAÇÃO	VALOR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
DISPONIBILIDADE FINANCEIRA	0,00	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS	0,00
Disponibilidade Financeira	0,00	Depósitos de Diversas Origens	0,00
Caixa	0,00	Restos a Pagar Processados	0,00
Banco	0,00	Do Exercício	0,00
Contas Movimento	0,00	De Exercícios Anteriores	0,00
		Outras Obrigações Financeiras	0,00
SUBTOTAL	0,00	SUBTOTAL	0,00
INSUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO		SUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO	
EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (V)	0,00	EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (VI)	0,00
TOTAL	0,00	TOTAL	0,00
INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO REGIME PREVIDENCIÁRIO (VII)			0,00
SUFICIÊNCIA APÓS INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (VIII)=(VI-VII)			0,00
DEFICIT	0,00	SUPERAVID	1.928.110,42

PREFEITA MUNICIPAL
 GISA APARECIDA GIACOMIN

TÉC. EM CONTABILIDADE
 DAVI PECINATO CRC/SC 13.325



Relatório de Gestão Fiscal - Segundo Semestre de 2011- Anexo VI

+ [www.cplinformatica.com.br] -----{ 001 }+

Município de CATANDUVAS CONSOLIDADO

Relatório de Gestão Fiscal

Demonstrativo dos Restos a Pagar

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

JANEIRO A DEZEMBRO 2011/6º Bimestre

+-----+

LRF, art.55, inciso III, alínea 'b' - Anexo VI

PODER/ÓRGÃO	R E S T O S A P A G A R I N S C R I T O S				EMPENHOS	SUFICIENCIA
	-----				CANCELADOS E	ANTES DA
	Liquidados e Não Pagos		Empenhados e Não Liquidados		NÃO INSCRITOS	INSCRIÇÃO EM
	(Processados)		(Não Processados)		POR	RESTOS A PAGAR
	-----				INSUFICIENCIA	NÃO
	Ex. Anteriores	Exerc. Atual	Ex. Anteriores	Exerc. Atual	FINANCEIRA	PROCESSADOS
ADMINISTRAÇÃO DIRETA						
LEGISLATIVO						
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CATANDUVA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
EXECUTIVO						
PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS	53.318,51	0,00	0,00	0,00	0,00	1.806.566,42
ADMINISTRAÇÃO INDIRETA						
FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E D	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	380,17
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	42.612,97	0,00	0,00	0,00	0,00	17.739,48
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CATANDUVAS	923,37	0,00	0,00	0,00	0,00	240.623,68
FUNDO DE REEQUIPAMENTO DO BOMBEIRO - FUNREB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	67.341,84
Subtotal	96.854,85	0,00	0,00	0,00	0,00	2.132.651,59
TOTAL	96.854,85	0,00	0,00	0,00	0,00	2.132.651,59

F O N T E D E R E C U R S O S	R E S T O S A P A G A R I N S C R I T O S				EMPENHOS	SUFICIENCIA
	-----				CANCELADOS E	ANTES DA
	Liquidados e Não Pagos		Empenhados e Não Liquidados		NÃO INSCRITOS	INSCRIÇÃO EM
	(Processados)		(Não Processados)		POR	RESTOS A PAGAR
	-----				INSUFICIENCIA	NÃO
	Ex. Anteriores	Exerc. Atual	Ex. Anteriores	Exerc. Atual	FINANCEIRA	PROCESSADOS
ADMINISTRAÇÃO	0,00	132.945,58	0,00	0,00	0,00	0,00
AGRICULTURA	0,00	23.527,62	0,00	0,00	0,00	0,00
ASSISTÊNCIA SOCIAL	0,00	68.483,76	0,00	0,00	0,00	0,00
COMUNICAÇÕES	0,00	600,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CULTURA	0,00	58.904,68	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPORTO E LAZER	0,00	13.103,43	0,00	0,00	0,00	0,00
EDUCAÇÃO	0,00	139.550,27	0,00	0,00	0,00	0,00
ENCARGOS ESPECIAIS	0,00	1.493,25	0,00	0,00	0,00	0,00
HABITAÇÃO	0,00	45.734,71	0,00	0,00	0,00	0,00
LEGISLATIVA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SANEAMENTO	0,00	41.934,36	0,00	0,00	0,00	0,00
SAÚDE	0,00	322.052,43	0,00	0,00	0,00	0,00
SEGURANÇA PÚBLICA	0,00	2.175,06	0,00	0,00	0,00	0,00
TRABALHO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSPORTE	0,00	45.362,78	0,00	0,00	0,00	0,00
URBANISMO	0,00	47.936,53	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	943.804,46	0,00	0,00	0,00	0,00

PREFEITA MUNICIPAL
GISA APARECIDA GIACOMIN

TÉC. EM CONTABILIDADE
DAVI PECINATO CRC/SC 13.325

Relatório de Gestão Fiscal - Segundo Semestre de 2011- Anexo VII

[www.cplinformatica.com.br]

001

Município de CATANDUVAS

CONSOLIDADO

Relatório de Gestão Fiscal

Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Até o 2º Semestre de 2011

LRF, art.48 - Anexo VII

<u>DESPESA COM PESSOAL</u>	<u>VALOR</u>	<u>% SOBRE A RCL</u>
Tot.da Desp.Líquida com Pessoal nos 12 Ult.Meses	8.666.158,73	46,91
Limite Maximo	9.975.073,32	54,00
Limite Prudencial	9.476.319,65	51,30

<u>DÍVIDA CONSOLIDADA</u>	<u>VALOR</u>	<u>% SOBRE A RCL</u>
Dívida Consolidada Líquida	-509.661,46	-2,76
Limite Definido por Resolucao do Senado Federal	22.166.829,60	120,00

<u>GARANTIAS DE VALORES</u>	<u>VALOR</u>	<u>% SOBRE A RCL</u>
Total da Garantias	0,00	0,00
Limite Definido por Resolucao do Senado Federal	4.063.918,76	22,00

<u>OPERAÇÕES DE CRÉDITO</u>	<u>VALOR</u>	<u>% SOBRE A RCL</u>
Operações de Creditos Internas e Externas	0,00	0,00
Operações de Creditos por Antecipacao de Receita	0,00	0,00
Limite Definido Pelo Senado Federal para		
Operação de Crédito Internas e Externas	2.955.577,28	16,00
Limite Definido Pelo Senado Federal para		
Operação de Crédito por Antec. de Receita	1.293.065,06	7,00

<u>RESTOS A PAGAR</u>	<u>INSCRIÇÃO EM</u>	<u>SUF.ANTES DA</u>
	<u>RESTOS A PAGAR</u>	<u>INSCRIÇÃO EM</u>
	<u>NÃO PROCES.</u>	<u>NÃO PROCES.</u>
Valor Apurado nos Demonstrativos Respectivos	0,00	2.132.651,59

PREFEITA MUNICIPAL
GISA APARECIDA GIACOMIN

TÉC. EM CONTABILIDADE
DAVI PECINATO CRC/SC 13.325

Relatório Resumido da Execução Orçamentária do 6º Bimestre de 2011 - Anexo I RRE

+[CPL]-----{ 001 }+
 |
 | Município de CATANDUVAS | CONSOLIDADO |
 | Relatório Resumido da Execução Orçamentária |
 | Balanço Orçamentário |
 | Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social |
 | JANEIRO A DEZEMBRO 2011/BIMESTRE NOVEMBRO-DEZEMBRO |
 +-----+
 LRF. Art.52, inciso I, alíneas 'a' e 'b' do inciso II e §1º - Anexo I

RECEITAS Categoria Econômica / Fontes	P R E V I S ã O		RECEITAS REALIZADAS				SALDO
	Inicial	p/ o Exercício (a)	Bimestre (b)	% (b/a)	até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS(EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(I)	16.974.240,00	16.974.240,00	4.514.265,87	26,590	19.574.414,11	115,320	-2.600.174,11
RECEITAS CORRENTES	15.334.240,00	15.334.240,00	3.751.553,71	24,470	18.472.358,00	120,460	-3.138.118,00
RECEITA TRIBUTÁRIA	1.456.500,00	1.456.500,00	495.919,13	34,050	2.296.320,37	157,660	-839.820,37
IMPOSTOS	1.145.800,00	1.145.800,00	354.311,79	30,920	1.721.344,01	150,230	-575.544,01
TAXAS	247.700,00	247.700,00	127.190,84	51,350	509.682,58	205,770	-261.982,58
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	63.000,00	63.000,00	14.416,50	22,880	65.293,78	103,640	-2.293,78
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	404.800,00	404.800,00	75.070,45	18,550	442.295,41	109,260	-37.495,41
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	0,00	0,00	0,00	0,000	1.397,65	0,000	-1.397,65
CONTRIBUIÇÕES ECONÔMICAS	404.800,00	404.800,00	75.070,45	18,550	440.897,76	108,920	-36.097,76
RECEITA PATRIMONIAL	55.220,00	55.220,00	18.184,34	32,930	93.429,03	169,190	-38.209,03
RECEITAS IMOBILIÁRIAS	22.600,00	22.600,00	3.304,72	14,620	34.879,87	154,340	-12.279,87
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	32.620,00	32.620,00	14.879,62	45,620	58.549,16	179,490	-25.929,16
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,000	30.000,00	0,000	-30.000,00
Receita da Produção Vegetal	0,00	0,00	0,00	0,000	30.000,00	0,000	-30.000,00
RECEITA DE SERVIÇOS	109.300,00	109.300,00	3.250,47	2,970	15.565,70	14,240	93.734,30
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	13.107.580,00	13.107.580,00	3.121.836,26	23,820	15.360.039,89	117,180	-2.252.459,89
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	12.899.580,00	12.899.580,00	2.817.728,62	21,840	14.659.768,88	113,650	-1.760.188,88
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	208.000,00	208.000,00	304.107,64	146,210	700.271,01	336,670	-492.271,01
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	200.840,00	200.840,00	37.293,06	18,570	234.707,60	116,860	-33.867,60
MULTAS E JUROS DE MORA	57.800,00	57.800,00	14.864,29	25,720	62.921,79	108,860	-5.121,79
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	88.000,00	88.000,00	3.085,78	3,510	58.425,15	66,390	29.574,85
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	42.120,00	42.120,00	19.194,16	45,570	108.384,26	257,320	-66.264,26
RECEITAS DIVERSAS	12.920,00	12.920,00	148,83	1,150	4.976,40	38,520	7.943,60
RECEITAS DE CAPITAL	1.640.000,00	1.640.000,00	762.712,16	46,510	1.102.056,11	67,200	537.943,89
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	30.000,00	30.000,00	0,00	0,000	110.000,00	366,670	-80.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	30.000,00	30.000,00	0,00	0,000	0,00	0,000	30.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	0,00	0,00	0,00	0,000	110.000,00	0,000	-110.000,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	1.610.000,00	1.610.000,00	762.712,16	47,370	992.056,11	61,620	617.943,89
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	0,00	0,00	180.000,00	0,000	185.544,00	0,000	-185.544,00
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	1.610.000,00	1.610.000,00	582.712,16	36,190	806.512,11	50,090	803.487,89
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00
Outras Receitas	0,00	0,00	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00
RECEITAS(INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(II)	0,00	0,00	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III)=(I+II)	16.974.240,00	16.974.240,00	4.514.265,87	100,000	19.574.414,11	100,000	-2.600.174,11
Operações de Crédito - Refinanciamento (IV)	0,00	0,00	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00
Refinanciamento da Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00
Refinanciamento de Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V)=(III+IV)	16.974.240,00	16.974.240,00	4.514.265,87	100,000	19.574.414,11	100,000	-2.600.174,11
DÉFICIT (VI)					0,00		
TOTAL (VII)=(V+VI)	16.974.240,00	16.974.240,00	4.514.265,87		19.574.414,11		
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	0,00	-	-	488.987,97	-	-
(UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	-	0,00	-	-	488.987,97	-	-
Superávit Financeiro	-	0,00	-	-	488.987,97	-	-
Reabertura de Créditos Adicionais	-	0,00	-	-	0,00	-	-

DESPESAS Cat.Econômica/Grupo de Natureza	D O T A Ç Ã O			E M P E N H A D A		L I Q U I D A D A		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR		Saldo a Liquidar
	Inicial	Cred.Adicion.	Atualizada	Bimestre	Exercício	Bimestre	Exercício	NÃO	%	
	(d)	(e)	(f)=(d+e)				(g)	PROCESSADOS	((g+h) /f)	
DESPESAS(EXCETO INTRA-ORÇAM)(VII)	16.974.240,00	4.784.735,88	21.758.975,88	3.740.970,03	19.113.051,74	3.959.163,54	19.113.051,74	0,00	87,84	2.645.924,14
DESPESAS CORRENTES	13.419.940,00	4.423.333,31	17.843.273,31	3.415.879,73	16.947.121,55	3.621.468,14	16.947.121,55	0,00	94,98	896.151,76
Pessoal e Encargos Sociais	7.283.453,00	2.135.349,10	9.418.802,10	2.028.477,39	9.086.476,01	2.028.678,99	9.086.476,01	0,00	96,47	332.326,09
Juros/Encargos da Dívida	100.000,00	143.166,41	243.166,41	34.057,34	243.165,69	34.306,05	243.165,69	0,00	100,00	0,72
Outras despesas Correntes	6.036.487,00	2.144.817,80	8.181.304,80	1.353.345,00	7.617.479,85	1.558.483,10	7.617.479,85	0,00	93,11	563.824,95
DESPESAS DE CAPITAL	3.539.300,00	361.402,57	3.900.702,57	325.090,30	2.165.930,19	337.695,40	2.165.930,19	0,00	55,53	1.734.772,38
Investimentos	3.439.300,00	219.195,87	3.658.495,87	294.682,90	1.923.723,52	307.288,00	1.923.723,52	0,00	52,58	1.734.772,35
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	100.000,00	142.206,70	242.206,70	30.407,40	242.206,67	30.407,40	242.206,67	0,00	100,00	0,03
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	15.000,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00
DESPESAS(INTRA-ORÇAM)(IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS DESP. (X)=(VIII+IX)	16.974.240,00	4.784.735,88	21.758.975,88	3.740.970,03	19.113.051,74	3.959.163,54	19.113.051,74	0,00	87,84	2.645.924,14
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA - REFINANC. (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Refinanciamento da Div. Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Refinanciamento de Outras dividas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REF. (XII)=(X+XI)	16.974.240,00	4.784.735,88	21.758.975,88	3.740.970,03	19.113.051,74	3.959.163,54	19.113.051,74	0,00	87,84	2.645.924,14
SUPERÁVIT (XIII)	-	-	-	-	-	-	461.362,37	-	-	-
TOTAL (XIV)=(XII+XIII)	16.974.240,00	4.784.735,88	21.758.975,88	3.740.970,03	19.113.051,74	4.514.265,87	19.574.414,11	0,00	87,84	2.645.924,14

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	P R E V I S Ã O		RECEITAS REALIZADAS				SALDO
	Inicial	p/ o Exercício	Bimestre	%	até o Bimestre	%	
		(a)	(b)	(b/a)	(c)	(c/a)	(a-c)
	0,00	0,00	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	D O T A Ç Ã O			E M P E N H A D A		L I Q U I D A D A		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR		Saldo a Liquidar
	Inicial	Cred.Adicion.	Atualizada	Bimestre	Exercício	Bimestre	Exercício	NÃO	%	
	(d)	(e)	(f)=(d+e)				(g)	PROCESSADOS	((g+h) /f)	
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

PREFEITA MUNICIPAL
GISA APARECIDA GIACOMINTÉC. EM CONTABILIDADE
DAVI PECINATO CRC/SC 13.325

Relatório Resumido da Execução Orçamentária do 6º Bimestre de 2011 - Anexo II RRE

+ [www.cplinformatica.com.br] -----{ 001 }+
 |
 | Município de CATANDUVAS CONSOLIDADO |
 | Relatório Resumido da Execução Orçamentária |
 | Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/SubFunção |
 | Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social |
 | JANEIRO A DEZEMBRO 2011/BIMESTRE NOVEMBRO-DEZEMBRO |
 +-----+

LRP. Art.52, inciso II, alínea 'c' - Anexo II

		D O T A Ç Ã O		E M P E N H A D A		L I Q U I D A D A				
DESPESAS		Inicial	Atualizada	no Bimestre	até Bimestre	no Bimestre	até Bimestre	% (F)	(F/B)	SALDO
Código	FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	(A)	(B)	(C)	(D)	(E)	(F)			
	DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	16.974.240,00	21.758.975,88	3.740.970,03	19.113.051,74	3.959.163,54	19.113.051,74	100,00	87,84	2.645.924,14
01	LEGISLATIVA	755.200,00	720.200,00	157.936,18	671.190,34	158.186,18	671.190,34	3,51	93,19	49.009,66
01.031	AÇÃO LEGISLATIVA	755.200,00	720.200,00	157.936,18	671.190,34	158.186,18	671.190,34	3,51	93,19	49.009,66
	Subtotal	755.200,00	720.200,00	157.936,18	671.190,34	158.186,18	671.190,34	3,51	93,19	49.009,66
04	ADMINISTRAÇÃO	1.922.975,00	2.207.392,14	411.076,50	2.198.745,76	450.879,26	2.198.745,76	11,50	99,61	8.646,38
04.122	ADMINISTRAÇÃO GERAL	1.922.975,00	2.207.392,14	411.076,50	2.198.745,76	450.879,26	2.198.745,76	11,50	99,61	8.646,38
	Subtotal	2.678.175,00	2.927.592,14	569.012,68	2.869.936,10	609.065,44	2.869.936,10	15,02	98,03	57.656,04
06	SEGURANÇA PÚBLICA	227.200,00	267.762,66	7.193,61	159.276,84	11.674,30	159.276,84	0,83	59,48	108.485,82
06.181	POLICIAMENTO	70.000,00	70.000,00	2.706,43	16.939,66	3.105,51	16.939,66	0,09	24,20	53.060,34
06.182	DEFESA CIVIL	157.200,00	197.762,66	4.487,18	142.337,18	8.568,79	142.337,18	0,74	71,97	55.425,48
	Subtotal	2.905.375,00	3.195.354,80	576.206,29	3.029.212,94	620.739,74	3.029.212,94	15,85	94,80	166.141,86
08	ASSISTÊNCIA SOCIAL	592.850,00	864.253,85	156.887,48	697.780,61	160.169,69	697.780,61	3,65	80,74	166.473,24
08.243	ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCEN	15.650,00	15.650,00	0,00	1.448,24	0,00	1.448,24	0,01	9,25	14.201,76
08.244	ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	577.200,00	848.603,85	156.887,48	696.332,37	160.169,69	696.332,37	3,64	82,06	152.271,48
	Subtotal	3.498.225,00	4.059.608,65	733.093,77	3.726.993,55	780.909,43	3.726.993,55	19,50	91,81	332.615,10
10	SAÚDE	3.667.565,00	4.968.405,05	924.884,67	4.530.558,91	945.831,14	4.530.558,91	23,70	91,19	437.846,14
10.301	ATENÇÃO BÁSICA	3.642.165,00	4.923.704,26	920.101,67	4.499.306,06	941.048,14	4.499.306,06	23,54	91,38	424.398,20
10.304	VIGILÂNCIA SANITÁRIA	7.500,00	26.800,79	2.079,25	26.392,05	2.079,25	26.392,05	0,14	98,47	408,74
10.305	VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	17.900,00	17.900,00	2.703,75	4.860,80	2.703,75	4.860,80	0,03	27,16	13.039,20
	Subtotal	7.165.790,00	9.028.013,70	1.657.978,44	8.257.552,46	1.726.740,57	8.257.552,46	43,20	91,47	770.461,24
11	TRABALHO	255.225,00	168.518,50	0,00	26.365,93	0,00	26.365,93	0,14	15,65	142.152,57
11.334	FOMENTO AO TRABALHO	255.225,00	168.518,50	0,00	26.365,93	0,00	26.365,93	0,14	15,65	142.152,57
	Subtotal	7.421.015,00	9.196.532,20	1.657.978,44	8.283.918,39	1.726.740,57	8.283.918,39	43,34	90,08	912.613,81
12	EDUCAÇÃO	4.445.910,00	5.467.737,81	938.106,82	4.990.093,45	969.517,62	4.990.093,45	26,11	91,26	477.644,36
12.306	ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO	89.300,00	116.463,70	14.281,43	115.538,50	14.281,43	115.538,50	0,60	99,21	925,20
12.361	ENSINO FUNDAMENTAL	4.007.810,00	4.927.474,11	898.606,01	4.460.661,49	930.016,81	4.460.661,49	23,34	90,53	466.812,62
12.364	ENSINO SUPERIOR	80.000,00	150.000,00	23.598,95	149.002,95	23.598,95	149.002,95	0,78	99,34	997,05
12.365	EDUCAÇÃO INFANTIL	255.300,00	268.300,00	513,83	261.803,91	513,83	261.803,91	1,37	97,58	6.496,09
12.366	EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	13.500,00	5.500,00	1.106,60	3.086,60	1.106,60	3.086,60	0,02	56,12	2.413,40
	Subtotal	11.866.925,00	14.664.270,01	2.596.085,26	13.274.011,84	2.696.258,19	13.274.011,84	69,45	90,52	1.390.258,17
13	CULTURA	293.150,00	586.226,00	341.447,74	585.601,87	405.616,04	585.601,87	3,06	99,89	624,13
13.392	DIFUSÃO CULTURAL	293.150,00	586.226,00	341.447,74	585.601,87	405.616,04	585.601,87	3,06	99,89	624,13
	Subtotal	12.160.075,00	15.250.496,01	2.937.533,00	13.859.613,71	3.101.874,23	13.859.613,71	72,51	90,88	1.390.882,30
15	URBANISMO	1.122.950,00	1.209.880,56	127.147,55	859.435,65	127.147,55	859.435,65	4,50	71,03	350.444,91
15.451	INFRA-ESTRUTURA URBANA	608.150,00	725.850,00	55.618,39	375.735,19	55.618,39	375.735,19	1,97	51,76	350.114,81
15.452	SERVIÇOS URBANOS	514.800,00	484.030,56	71.529,16	483.700,46	71.529,16	483.700,46	2,53	99,93	330,10
	Subtotal	13.283.025,00	16.460.376,57	3.064.680,55	14.719.049,36	3.229.021,78	14.719.049,36	77,01	89,42	1.741.327,21
16	HABITAÇÃO	536.675,00	773.888,10	45.616,21	123.673,02	45.616,21	123.673,02	0,65	15,98	650.215,08
16.482	HABITAÇÃO URBANA	536.675,00	773.888,10	45.616,21	123.673,02	45.616,21	123.673,02	0,65	15,98	650.215,08
	Subtotal	13.819.700,00	17.234.264,67	3.110.296,76	14.842.722,38	3.274.637,99	14.842.722,38	77,66	86,12	2.391.542,29
17	SANEAMENTO	360.000,00	498.269,88	100.942,06	489.258,48	100.942,46	489.258,48	2,56	98,19	9.011,40
17.512	SANEAMENTO BÁSICO URBANO	360.000,00	498.269,88	100.942,06	489.258,48	100.942,46	489.258,48	2,56	98,19	9.011,40
	Subtotal	14.179.700,00	17.732.534,55	3.211.238,82	15.331.980,86	3.375.580,45	15.331.980,86	80,22	86,46	2.400.553,69
20	AGRICULTURA	408.600,00	502.047,36	6.153,79	319.737,06	38.049,43	319.737,06	1,67	63,69	182.310,30
20.606	EXTENÇÃO RURAL	408.600,00	502.047,36	6.153,79	319.737,06	38.049,43	319.737,06	1,67	63,69	182.310,30
	Subtotal	14.588.300,00	18.234.581,91	3.217.392,61	15.651.717,92	3.413.629,88	15.651.717,92	81,89	85,84	2.582.863,99
24	COMUNICAÇÕES	20.900,00	20.900,00	607,84	17.678,60	2.955,58	17.678,60	0,09	84,59	3.221,40
24.722	TELECOMUNICAÇÕES	20.900,00	20.900,00	607,84	17.678,60	2.955,58	17.678,60	0,09	84,59	3.221,40
	Subtotal	14.609.200,00	18.255.481,91	3.218.000,45	15.669.396,52	3.416.585,46	15.669.396,52	81,98	85,83	2.586.085,39
26	TRANSPORTE	1.252.940,00	2.033.089,62	326.566,21	2.018.634,77	342.192,59	2.018.634,77	10,56	99,29	14.454,85

+ [www.cplinformatica.com.br] -----{ 002 }+

|

| Município de CATANDUVAS CONSOLIDADO |

| Relatório Resumido da Execução Orçamentária |

| Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/SubFunção |

| Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social |

| JANEIRO A DEZEMBRO 2011/BIMESTRE NOVEMBRO-DEZEMBRO |

+-----+

LRF. Art.52, inciso II, alínea 'c' - Anexo II

DESPESAS		D O T A Ç Ã O		E M P E N H A D A		L I Q U I D A D A				SALDO
		Inicial	Atualizada	no Bimestre	até Bimestre	no Bimestre	até Bimestre	% (F)	(F/B)	
Código	FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	(A)	(B)	(C)	(D)	(E)	(F)			
26.782	TRANSPORTE RODOVIÁRIO	1.252.940,00	2.033.089,62	326.566,21	2.018.634,77	342.192,59	2.018.634,77	10,56	99,29	14.454,85
	Subtotal	15.862.140,00	20.288.571,53	3.544.566,66	17.688.031,29	3.758.778,05	17.688.031,29	92,54	87,18	2.600.540,24
27	DESPORTO E LAZER	267.100,00	224.571,08	23.842,75	200.571,08	27.576,16	200.571,08	1,05	89,31	24.000,00
27.812	DESPORTO COMUNITÁRIO	267.100,00	224.571,08	23.842,75	200.571,08	27.576,16	200.571,08	1,05	89,31	24.000,00
	Subtotal	16.129.240,00	20.513.142,61	3.568.409,41	17.888.602,37	3.786.354,21	17.888.602,37	93,59	87,21	2.624.540,24
28	ENCARGOS ESPECIAIS	830.000,00	1.230.833,27	172.560,62	1.224.449,37	172.809,33	1.224.449,37	6,41	99,48	6.383,90
28.122	ADMINISTRAÇÃO GERAL	630.000,00	745.460,16	108.095,88	739.077,01	108.095,88	739.077,01	3,87	99,14	6.383,15
28.843	SERVIÇO DA DÍVIDA INTERNA	200.000,00	485.373,11	64.464,74	485.372,36	64.713,45	485.372,36	2,54	100,00	0,75
	Subtotal	16.959.240,00	21.743.975,88	3.740.970,03	19.113.051,74	3.959.163,54	19.113.051,74	100,00	87,90	2.630.924,14
99	RESERVA DE CONTINGENCIA	15.000,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00
99.999	RESERVA DE CONTINGENCIA	15.000,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00
	Subtotal	16.974.240,00	21.758.975,88	3.740.970,03	19.113.051,74	3.959.163,54	19.113.051,74	100,00	87,84	2.645.924,14
	DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	TOTAL (III)=(I+II)	16.974.240,00	21.758.975,88	3.740.970,03	19.113.051,74	3.959.163,54	19.113.051,74	100,00	87,84	2.645.924,14

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

DESPESAS		D O T A Ç Ã O		E M P E N H A D A		L I Q U I D A D A				SALDO
		Inicial	Atualizada	no Bimestre	até Bimestre	no Bimestre	até Bimestre	% (F)	(F/B)	
Código	FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	(A)	(B)	(C)	(D)	(E)	(F)			
	DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

PREFEITA MUNICIPAL
GISA APARECIDA GIACOMIN

TÉC. EM CONTABILIDADE
DAVI PECINATO CRC/SC 13.325



Relatório Resumido da Execução Orçamentária do 6º Bimestre de 2011 - Anexo IIB RRE

+ [www.cplinformatica.com.br] -----{ 001 }+
 |
 | Município de CATANDUVAS CONSOLIDADO |
 | Relatório Resumido da Execução Orçamentária |
 | Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/SubFunção |
 | Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social |
 | JANEIRO A DEZEMBRO 2011/BIMESTRE NOVEMBRO-DEZEMBRO |
 +-----

LRF. Art.52, inciso II, alínea 'c' - Anexo II

DESPESAS		D O T A Ç Ã O		E M P E N H A D A		L I Q U I D A D A		Inscritas em	Restos a Pagar		+- ((B+C)/TOTAL(B+C))	
		Inicial	Atualizada	no Bimestre	até Bimestre	no Bimestre	até Bimestre	Não Process.	+- ((b+c)/a)			
Código	FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	(A)	(A)			(B)	(B)	(C)	%	%	(a-(b+c))	SALDO
DESPESAS(EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(I)		16.974.240,00	21.758.975,88	3.740.970,03	19.113.051,74	3.959.163,54	19.113.051,74	0,00	100,00	87,84	2.645.924,14	
01	LEGISLATIVA	755.200,00	720.200,00	157.936,18	671.190,34	158.186,18	671.190,34	0,00	3,51	93,19	49.009,66	
01.031	AÇÃO LEGISLATIVA	755.200,00	720.200,00	157.936,18	671.190,34	158.186,18	671.190,34	0,00	3,51	93,19	49.009,66	
	Subtotal	755.200,00	720.200,00	157.936,18	671.190,34	158.186,18	671.190,34	0,00	3,51	93,19	49.009,66	
04	ADMINISTRAÇÃO	1.922.975,00	2.207.392,14	411.076,50	2.198.745,76	450.879,26	2.198.745,76	0,00	11,50	99,61	8.646,38	
04.122	ADMINISTRAÇÃO GERAL	1.922.975,00	2.207.392,14	411.076,50	2.198.745,76	450.879,26	2.198.745,76	0,00	11,50	99,61	8.646,38	
	Subtotal	2.678.175,00	2.927.592,14	569.012,68	2.869.936,10	609.065,44	2.869.936,10	0,00	15,02	98,03	57.656,04	
06	SEGURANÇA PÚBLICA	227.200,00	267.762,66	7.193,61	159.276,84	11.674,30	159.276,84	0,00	0,83	59,48	108.485,82	
06.181	POLICIAMENTO	70.000,00	70.000,00	2.706,43	16.939,66	3.105,51	16.939,66	0,00	0,09	24,20	53.060,34	
06.182	DEFESA CIVIL	157.200,00	197.762,66	4.487,18	142.337,18	8.568,79	142.337,18	0,00	0,74	71,97	55.425,48	
	Subtotal	2.905.375,00	3.195.354,80	576.206,29	3.029.212,94	620.739,74	3.029.212,94	0,00	15,85	94,80	166.141,86	
08	ASSISTÊNCIA SOCIAL	592.850,00	864.253,85	156.887,48	697.780,61	160.169,69	697.780,61	0,00	3,65	80,74	166.473,24	
08.243	ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	15.650,00	15.650,00	0,00	1.448,24	0,00	1.448,24	0,00	0,01	9,25	14.201,76	
08.244	ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	577.200,00	848.603,85	156.887,48	696.332,37	160.169,69	696.332,37	0,00	3,64	82,06	152.271,48	
	Subtotal	3.498.225,00	4.059.608,65	733.093,77	3.726.993,55	780.909,43	3.726.993,55	0,00	19,50	91,81	332.615,10	
10	SAÚDE	3.667.565,00	4.968.405,05	924.884,67	4.530.558,91	945.831,14	4.530.558,91	0,00	23,70	91,19	437.846,14	
10.301	ATENÇÃO BÁSICA	3.642.165,00	4.923.704,26	920.101,67	4.499.306,06	941.048,14	4.499.306,06	0,00	23,54	91,38	424.398,20	
10.304	VIGILÂNCIA SANITÁRIA	7.500,00	26.800,79	2.079,25	26.392,05	2.079,25	26.392,05	0,00	0,14	98,47	408,74	
10.305	VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	17.900,00	17.900,00	2.703,75	4.860,80	2.703,75	4.860,80	0,00	0,03	27,16	13.039,20	
	Subtotal	7.165.790,00	9.028.013,70	1.657.978,44	8.257.552,46	1.726.740,57	8.257.552,46	0,00	43,20	91,47	770.461,24	
11	TRABALHO	255.225,00	168.518,50	0,00	26.365,93	0,00	26.365,93	0,00	0,14	15,65	142.152,57	
11.334	FOMENTO AO TRABALHO	255.225,00	168.518,50	0,00	26.365,93	0,00	26.365,93	0,00	0,14	15,65	142.152,57	
	Subtotal	7.421.015,00	9.196.532,20	1.657.978,44	8.283.918,39	1.726.740,57	8.283.918,39	0,00	43,34	90,08	912.613,81	
12	EDUCAÇÃO	4.445.910,00	5.467.737,81	938.106,82	4.990.093,45	969.517,62	4.990.093,45	0,00	26,11	91,26	477.644,36	
12.306	ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO	89.300,00	116.463,70	14.281,43	115.538,50	14.281,43	115.538,50	0,00	0,60	99,21	925,20	
12.361	ENSINO FUNDAMENTAL	4.007.810,00	4.927.474,11	898.606,01	4.460.661,49	930.016,81	4.460.661,49	0,00	23,34	90,53	466.812,62	
12.364	ENSINO SUPERIOR	80.000,00	150.000,00	23.598,95	149.002,95	23.598,95	149.002,95	0,00	0,78	99,34	997,05	
12.365	EDUCAÇÃO INFANTIL	255.300,00	268.300,00	513,83	261.803,91	513,83	261.803,91	0,00	1,37	97,58	6.496,09	
12.366	EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	13.500,00	5.500,00	1.106,60	3.086,60	1.106,60	3.086,60	0,00	0,02	56,12	2.413,40	
	Subtotal	11.866.925,00	14.664.270,01	2.596.085,26	13.274.011,84	2.696.258,19	13.274.011,84	0,00	69,45	90,52	1.390.258,17	
13	CULTURA	293.150,00	586.226,00	341.447,74	585.601,87	405.616,04	585.601,87	0,00	3,06	99,89	624,13	
13.392	DIFUSÃO CULTURAL	293.150,00	586.226,00	341.447,74	585.601,87	405.616,04	585.601,87	0,00	3,06	99,89	624,13	
	Subtotal	12.160.075,00	15.250.496,01	2.937.533,00	13.859.613,71	3.101.874,23	13.859.613,71	0,00	72,51	90,88	1.390.882,30	
15	URBANISMO	1.122.950,00	1.209.880,56	127.147,55	859.435,65	127.147,55	859.435,65	0,00	4,50	71,03	350.444,91	
15.451	INFRA-ESTRUTURA URBANA	608.150,00	725.850,00	55.618,39	375.735,19	55.618,39	375.735,19	0,00	1,97	51,76	350.114,81	
15.452	SERVIÇOS URBANOS	514.800,00	484.030,56	71.529,16	483.700,46	71.529,16	483.700,46	0,00	2,53	99,93	330,10	
	Subtotal	13.283.025,00	16.460.376,57	3.064.680,55	14.719.049,36	3.229.021,78	14.719.049,36	0,00	77,01	89,42	1.741.327,21	
16	HABITAÇÃO	536.675,00	773.888,10	45.616,21	123.673,02	45.616,21	123.673,02	0,00	0,65	15,98	650.215,08	
16.482	HABITAÇÃO URBANA	536.675,00	773.888,10	45.616,21	123.673,02	45.616,21	123.673,02	0,00	0,65	15,98	650.215,08	
	Subtotal	13.819.700,00	17.234.264,67	3.110.296,76	14.842.722,38	3.274.637,99	14.842.722,38	0,00	77,66	86,12	2.391.542,29	
17	SANEAMENTO	360.000,00	498.269,88	100.942,06	489.258,48	100.942,46	489.258,48	0,00	2,56	98,19	9.011,40	
17.512	SANEAMENTO BÁSICO URBANO	360.000,00	498.269,88	100.942,06	489.258,48	100.942,46	489.258,48	0,00	2,56	98,19	9.011,40	
	Subtotal	14.179.700,00	17.732.534,55	3.211.238,82	15.331.980,86	3.375.580,45	15.331.980,86	0,00	80,22	86,46	2.400.553,69	
20	AGRICULTURA	408.600,00	502.047,36	6.153,79	319.737,06	38.049,43	319.737,06	0,00	1,67	63,69	182.310,30	
20.606	EXTENÇÃO RURAL	408.600,00	502.047,36	6.153,79	319.737,06	38.049,43	319.737,06	0,00	1,67	63,69	182.310,30	
	Subtotal	14.588.300,00	18.234.581,91	3.217.392,61	15.651.717,92	3.413.629,88	15.651.717,92	0,00	81,89	85,84	2.582.863,99	
24	COMUNICAÇÕES	20.900,00	20.900,00	607,84	17.678,60	2.955,58	17.678,60	0,00	0,09	84,59	3.221,40	
24.722	TELECOMUNICAÇÕES	20.900,00	20.900,00	607,84	17.678,60	2.955,58	17.678,60	0,00	0,09	84,59	3.221,40	

+ [www.cplinformatica.com.br] -----

-----{ 002 }+

Município de CATANDUVAS
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/SubFunção
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
JANEIRO A DEZEMBRO 2011/BIMESTRE NOVEMBRO-DEZEMBRO

CONSOLIDADO

LRF. Art.52, inciso II, alínea 'c' - Anexo II

		D O T A Ç Ã O		E M P E N H A D A		L I Q U I D A D A		Inscritas em		+- ((B+C)/TOTAL(B+C))	
DESPESAS		Inicial	Atualizada	no Bimestre	até Bimestre	no Bimestre	até Bimestre	Restos a Pagar	Não Process.		+ - ((b+c)/a)
Código	FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	(A)				(B)		(C)	%	%	(a-(b+c)) SALDO
	Subtotal	14.609.200,00	18.255.481,91	3.218.000,45	15.669.396,52	3.416.585,46	15.669.396,52	0,00	81,98	85,83	2.586.085,39
26	TRANSPORTE	1.252.940,00	2.033.089,62	326.566,21	2.018.634,77	342.192,59	2.018.634,77	0,00	10,56	99,29	14.454,85
26.782	TRANSPORTE RODOVIÁRIO	1.252.940,00	2.033.089,62	326.566,21	2.018.634,77	342.192,59	2.018.634,77	0,00	10,56	99,29	14.454,85
	Subtotal	15.862.140,00	20.288.571,53	3.544.566,66	17.688.031,29	3.758.778,05	17.688.031,29	0,00	92,54	87,18	2.600.540,24
27	DESPORTO E LAZER	267.100,00	224.571,08	23.842,75	200.571,08	27.576,16	200.571,08	0,00	1,05	89,31	24.000,00
27.812	DESPORTO COMUNITÁRIO	267.100,00	224.571,08	23.842,75	200.571,08	27.576,16	200.571,08	0,00	1,05	89,31	24.000,00
	Subtotal	16.129.240,00	20.513.142,61	3.568.409,41	17.888.602,37	3.786.354,21	17.888.602,37	0,00	93,59	87,21	2.624.540,24
28	ENCARGOS ESPECIAIS	830.000,00	1.230.833,27	172.560,62	1.224.449,37	172.809,33	1.224.449,37	0,00	6,41	99,48	6.383,90
28.122	ADMINISTRAÇÃO GERAL	630.000,00	745.460,16	108.095,88	739.077,01	108.095,88	739.077,01	0,00	3,87	99,14	6.383,15
28.843	SERVIÇO DA DÍVIDA INTERNA	200.000,00	485.373,11	64.464,74	485.372,36	64.713,45	485.372,36	0,00	2,54	100,00	0,75
	Subtotal	16.959.240,00	21.743.975,88	3.740.970,03	19.113.051,74	3.959.163,54	19.113.051,74	0,00	100,00	87,90	2.630.924,14
99	RESERVA DE CONTINGENCIA	15.000,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00
99.999	RESERVA DE CONTINGENCIA	15.000,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00
	Subtotal	16.974.240,00	21.758.975,88	3.740.970,03	19.113.051,74	3.959.163,54	19.113.051,74	0,00	100,00	87,84	2.645.924,14
	DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	TOTAL (III)=(I+II)	16.974.240,00	21.758.975,88	3.740.970,03	19.113.051,74	3.959.163,54	19.113.051,74	0,00	100,00	87,84	2.645.924,14

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

		D O T A Ç Ã O		E M P E N H A D A		L I Q U I D A D A		Inscritas em			
DESPESAS		Inicial	Atualizada	no Bimestre	até Bimestre	no Bimestre	até Bimestre	Restos a Pagar	+- ((B+C)/TOTAL(B+C))		
Código	FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		(A)				(B)	(C)	%	+- ((b+c)/a)	SALDO
	DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

PREFEITA MUNICIPAL
GISA APARECIDA GIACOMIN

TÉC. EM CONTABILIDADE
DAVI PECINATO CRC/SC 13.325

Relatório Resumido da Execução Orçamentária do 6º Bimestre de 2011 - Anexo III RRE

+ [www.cplinformatica.com.br] -----{ 001 }+

	Município de CATANDUVAS	CONSOLIDADO
	Relatório Resumido da Execução Orçamentária	
	Demonstrativo da Receita Corrente Líquida	
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	
	JANEIRO/2011 A DEZEMBRO/2011	

+-----+

LRF. Art.53, inciso I, Anexo III

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES						
	01/2011	02/2011	03/2011	04/2011	05/2011	06/2011	07/2011
RECEITAS CORRENTES (I)	1.507.456,55	1.539.581,88	2.115.334,82	1.633.457,52	1.698.566,41	1.636.361,88	1.624.000,17
Receita Tributária	73.619,63	127.483,55	689.629,56	118.716,31	147.775,38	119.429,80	104.199,01
IPTU	94,38	0,00	459.018,11	27.578,14	22.303,64	4.395,85	2.656,17
ISS	44.584,70	83.783,31	60.983,51	53.043,59	45.704,25	67.990,44	60.314,34
ITBI	11.471,03	5.201,25	10.987,97	6.239,62	23.712,10	13.383,47	14.894,97
IRRF	9.734,78	8.969,06	6.213,30	6.127,07	8.755,90	8.539,19	8.255,37
Outras	7.734,74	29.529,93	152.426,67	25.727,89	47.299,49	25.120,85	18.078,16
Receita de Contribuições	36.231,24	32.285,28	31.751,00	40.239,82	40.976,33	37.207,35	35.067,16
Receita Patrimonial	5.043,28	5.194,46	6.774,19	13.025,90	13.827,01	8.251,37	5.286,21
Receita Agropecuária	0,00	0,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	677,27	1.843,49	800,00	1.163,71	1.891,80	1.876,53	1.057,76
Transferências Correntes	1.381.362,06	1.364.273,36	1.343.004,34	1.444.748,66	1.481.018,82	1.446.610,76	1.457.807,81
Cota-Parte do FPM	433.997,93	467.569,14	305.238,64	404.592,84	464.387,91	419.142,81	352.351,68
Cota-Parte do ICMS	570.290,58	502.742,90	575.247,84	571.698,32	558.635,06	552.412,28	609.260,93
Cota-Parte do IPVA	26.350,17	56.771,46	76.219,22	75.247,22	73.534,28	88.541,84	84.497,00
Cota-Parte do ITR	95,35	14,40	10,06	40,32	0,00	0,00	84,82
Transf.da LC 87/1996	3.255,12	3.255,12	3.255,12	3.255,12	3.255,12	3.255,12	3.255,12
Transferência do FUNDEB	196.729,46	181.811,96	188.015,68	197.925,17	202.359,21	197.619,14	193.018,79
Outras Transferências	150.643,45	152.108,38	195.017,78	191.989,67	178.847,24	185.639,57	215.339,47
Demais Receitas Correntes	10.523,07	8.501,74	13.375,73	15.563,12	13.077,07	22.986,07	20.582,22
II-DEDUÇÕES	209.308,55	208.432,46	193.729,01	213.310,38	221.937,52	214.853,90	212.035,72
Contrib.Empregadores e Trab.p/Seg.Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contrib.Plano Seg.Social Servidor	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidor	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Patronal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Financ.entre Regimes Previd.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Deduções de receita para Formação do FUNDEB	209.308,55	208.432,46	193.729,01	213.310,38	221.937,52	214.853,90	212.035,72
Cancelamentos de Restos a Pagar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
IRRF/Outras Deduções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
III-RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (I-II)	1.298.148,00	1.331.149,42	1.921.605,81	1.420.147,14	1.476.628,89	1.421.507,98	1.411.964,45

+ [www.cplinformatica.com.br] -----{ 002 }+

|

| Município de CATANDUVAS CONSOLIDADO |

| Relatório Resumido da Execução Orçamentária |

| Demonstrativo da Receita Corrente Líquida |

| Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social |

| JANEIRO/2011 A DEZEMBRO/2011 |

+-----+

LRF. Art.53, inciso I, Anexo III

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES						Previsão
	08/2011	09/2011	10/2011	11/2011	Mes Atual	TOTAL	Atualizada
RECEITAS CORRENTES (I)	1.680.318,17	1.567.659,12	1.829.637,07	1.872.682,99	2.340.390,54	21.045.447,12	17.642.200,00
Receita Tributária	119.610,56	112.217,58	187.719,86	190.932,41	304.986,72	2.296.320,37	1.456.500,00
IPTU	4.914,27	2.722,66	3.370,04	7.541,73	3.786,34	538.381,33	430.000,00
ISS	67.275,59	61.658,05	75.008,34	51.862,26	77.054,85	749.263,23	558.600,00
ITBI	23.515,70	15.456,80	12.839,60	30.464,40	46.553,26	214.720,17	70.000,00
IRRF	8.371,06	8.576,97	8.387,63	8.375,04	128.673,91	218.979,28	87.200,00
Outras	15.533,94	23.803,10	88.114,25	92.688,98	48.918,36	574.976,36	310.700,00
Receita de Contribuições	38.185,65	37.516,50	37.764,63	37.115,23	37.955,22	442.295,41	404.800,00
Receita Patrimonial	6.254,44	5.577,51	6.010,32	6.402,01	11.782,33	93.429,03	55.220,00
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	1.050,27	493,06	1.461,34	1.281,58	1.968,89	15.565,70	109.300,00
Transferências Correntes	1.467.144,30	1.391.248,32	1.572.554,50	1.618.461,70	1.964.894,38	17.933.129,01	15.415.540,00
Cota-Parte do FPM	367.792,51	293.620,37	385.943,24	407.763,82	685.720,81	4.988.121,70	4.490.000,00
Cota-Parte do ICMS	592.970,43	629.837,91	629.678,84	656.179,21	659.634,23	7.108.588,53	6.204.500,00
Cota-Parte do IPVA	92.276,58	68.727,00	74.633,32	51.472,17	30.462,94	798.733,20	640.000,00
Cota-Parte do ITR	6.971,32	1.102,84	8.152,77	319,16	53,00	16.844,04	6.700,00
Transf.da LC 87/1996	3.255,12	0,00	0,00	0,00	0,00	26.040,96	43.200,00
Transferência do FUNDEB	196.518,89	202.476,82	212.446,32	211.399,99	219.028,75	2.399.350,18	1.302.000,00
Outras Transferências	207.359,45	195.483,38	261.700,01	291.327,35	369.994,65	2.595.450,40	2.729.140,00
Demais Receitas Correntes	48.072,95	20.606,15	24.126,42	18.490,06	18.803,00	234.707,60	200.840,00
II-DEDUÇÕES	214.806,48	200.653,74	222.501,54	225.779,58	235.740,24	2.573.089,12	2.307.960,00
Contrib.Empregadores e Trab.p/Seg.Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contrib.Plano Seg.Social Servidor	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidor	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Patronal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Financ.entre Regimes Previd.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Deduções de receita para Formação do FUNDEB	214.806,48	200.653,74	222.501,54	225.779,58	235.740,24	2.573.089,12	2.307.960,00
Cancelamentos de Restos a Pagar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
IRRF/Outras Deduções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
III-RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (I-II)	1.465.511,69	1.367.005,38	1.607.135,53	1.646.903,41	2.104.650,30	18.472.358,00	15.334.240,00

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

PREFEITA MUNICIPAL
GISA APARECIDA GIACOMIN

TÉC. EM CONTABILIDADE
DAVI PECINATO CRC/SC 13.325

Relatório Resumido da Execução Orçamentária do 6º Bimestre de 2011 - Anexo IX

+ [www.cplinformatica.com.br] -----{ 001 }+

	Município de CATANDUVAS	CONSOLIDADO
	Relatório Resumido da Execução Orçamentária	
	Demonstrativo de Restos a Pagar por Poder e Órgão	
	Orçamento da Seguridade Social	
	JANEIRO A DEZEMBRO 2011	

+-----+

LRF. Art.53, inciso V - Anexo IX

PODER / ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS					RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS				
	Inscritos		Cancelados	Pagos	a Pagar	Inscritos		Cancelados	Pagos	a Pagar
	Exercícios Anteriores	Em 31 de Dez. de 2010				Em 31 de Dez. de 2010				
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)										
EXECUTIVO										
PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS										
	0,00	53.318,51	0,00	53.318,51	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE CATANDUVAS										
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL										
	0,00	42.612,97	0,00	42.612,97	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CATANDUVAS										
	90,00	833,37	0,00	923,37	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDO DE REEQUIPAMENTO DO BOMBEIRO - FUNREBOM										
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
LEGISLATIVO										
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CATANDUVAS										
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)										
TOTAL (III)=(I+II)	90,00	96.764,85	0,00	96.854,85	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

PODER / ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS					RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS				
	Inscritos		Cancelados	Pagos	a Pagar	Inscritos		Cancelados	Pagos	a Pagar
	Exercícios	Em 31 de Dez.				Em 31 de Dez.				
	Anteriores	de 2010				de 2010				
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS)										
EXECUTIVO										
LEGISLATIVO										
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

PREFEITA MUNICIPAL
GISA APARECIDA GIACOMIN

TÉC. EM CONTABILIDADE
DAVI PECINATO CRC/SC 13.325

Relatório Resumido da Execução Orçamentária do 6º Bimestre de 2011 - Anexo VIIRRE

+ [www.cplinformatica.com.br] -----{ 001 }+	
Município de CATANDUVAS	CONSOLIDADO
Relatório Resumido da Execução Orçamentária	
Demonstrativo do Resultado Primário	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	
JANEIRO A DEZEMBRO 2011/BIMESTRE NOVEMBRO-DEZEMBRO	

LRF. Art.53, Inciso III - Anexo VII

RECEITAS PRIMARIAS	Previsão	RECEITAS REALIZADAS		Período de
	Atualizada	No Bimestre	Até o Bimestre	Ref. Ano Anter.
Receitas Primarias Correntes (I)	15.301.620,00	3.736.674,09	18.413.808,84	15.780.546,57
Receita Tributária	1.456.500,00	495.919,13	2.296.320,37	1.794.302,26
IPTU	430.000,00	11.328,07	538.381,33	467.230,81
ISS	558.600,00	128.917,11	749.263,23	600.107,73
IRRF	87.200,00	137.048,95	218.979,28	223.033,49
ITBI	70.000,00	77.017,66	214.720,17	163.432,81
Outras	310.700,00	141.607,34	574.976,36	340.497,42
Receita de Contribuição	404.800,00	75.070,45	442.295,41	378.889,28
Outras Contribuições	404.800,00	75.070,45	442.295,41	378.889,28
Receita Patrimonial Liquida	22.600,00	3.304,72	34.879,87	33.757,92
Receita Patrimonial	55.220,00	18.184,34	93.429,03	108.655,47
(-) Aplicações Financeiras	32.620,00	14.879,62	58.549,16	74.897,55
Transferências Correntes	13.107.580,00	3.121.836,26	15.360.039,89	13.251.720,14
FPM	3.592.000,00	917.225,65	4.032.935,58	3.315.802,32
ICMS	4.963.600,00	1.052.650,91	5.686.871,95	4.819.805,90
Outras Transferências	4.551.980,00	1.151.959,70	5.640.232,36	5.116.111,92
Demais Receitas Correntes	310.140,00	40.543,53	280.273,30	321.876,97
Dívida Ativa	42.120,00	19.194,16	108.384,26	91.877,38
Diversas Receitas Correntes	268.020,00	21.349,37	171.889,04	229.999,59
Receitas de Capital (II)	1.640.000,00	762.712,16	1.102.056,11	838.717,75
(-) Operações de Crédito (III)	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Alienação de Ativos (V)	30.000,00	0,00	110.000,00	77.000,00
Transferências de Capital	1.610.000,00	762.712,16	992.056,11	761.717,75
Outras Transferências de Capital	1.610.000,00	762.712,16	992.056,11	761.717,75
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
Rec.Primarias de Cap. VI=II-III-IV-V	1.610.000,00	762.712,16	992.056,11	761.717,75
RECEITAS PRIMARIAS TOTAL (VII)=I+VI	16.911.620,00	4.499.386,25	19.405.864,95	16.542.264,32

DESPESAS PRIMARIAS	Dotação	DESPESAS LIQUIDADAS		Período de
	Atualizada	No Bimestre	Até o Bimestre	Ref. Ano Anter.
Despesas Correntes (VIII)	17.843.273,31	3.621.468,14	16.947.121,55	14.156.379,36
Pessoal e Encargos Sociais	9.417.189,30	2.028.275,79	9.084.863,21	7.690.466,31
Outras Despesas Correntes	8.182.917,60	1.558.886,30	7.619.092,65	6.356.431,84
(-) Juros Encargos da Dívida (IX)	243.166,41	34.306,05	243.165,69	109.481,21
Desp.Primarias Correntes X=VIII-IX	17.600.106,90	3.587.162,09	16.703.955,86	14.046.898,15
Despesas de Capital (XI)	3.900.702,57	337.695,40	2.165.930,19	2.469.372,82
Investimentos	3.658.495,87	307.288,00	1.923.723,52	2.316.525,07
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Amortização da Dívida (XIV)	242.206,70	30.407,40	242.206,67	152.847,75
(-) Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Aq.deTít.de Capit.já Int.(XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Desp.Prim.de CapitXV=XI-XII-XIII-XIV	3.658.495,87	307.288,00	1.923.723,52	2.316.525,07
Reserva de Conting. (XVI)	15.000,00	0,00	0,00	0,00
DESP.PRIM.TOT. (XVIII)=X+XV+XVI+XVII	21.273.602,77	3.894.450,09	18.627.679,38	16.363.423,22
RESULTADO PRIMARIO (VII-XVIII)	-4.361.982,77	604.936,16	778.185,57	178.841,10
SALDO DE EXERCICIOS ANTERIORES			488.987,97	

Discriminação da Meta Fiscal

Meta de Res. Primario fixada no anexo de metas fiscais da LDO p/ o exercício de referencia

Valor

122.380,00



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

```
+ [ www.cplinformatica.com.br ] -----{ 002 }+
|
|                               Município de CATANDUVAS                               CONSOLIDADO |
|                               Relatório Resumido da Execução Orçamentária                |
|                               Demonstrativo do Resultado Primario                      |
|                               Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social                 |
|                               JANEIRO A DEZEMBRO 2011/BIMESTRE NOVEMBRO-DEZEMBRO        |
+-----+
```

LRF. Art.53, Inciso III - Anexo VII

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

PREFEITA MUNICIPAL
GISA APARECIDA GIACOMIN

TÉC. EM CONTABILIDADE
DAVI PECINATO CRC/SC 13.325

Relatório Resumido da Execução Orçamentária do 6º Bimestre de 2011 - Anexo VIRRE

+ [www.cplinformatica.com.br] -----{ 001 }+

	Município de CATANDUVAS	CONSOLIDADO
	Relatório Resumido da Execução Orçamentária	
	Demonstrativo do Resultado Nominal	
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	
	JANEIRO A DEZEMBRO 2011/BIMESTRE NOVEMBRO-DEZEMBRO	

+-----+

LRF. Art.53, Inciso III - Anexo VI

DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA	Saldo		
	Exercício Anterior (A)	Bimestre Anterior(B)	Bimestre Atual(C)
Divida Consolidada (I)	115.059,59	253.260,32	1.539.470,31
DEDUÇÕES (II)	619.412,78	1.305.313,19	2.132.651,59
Disponibilidade de Caixa Bruta	716.267,63	1.305.403,19	2.132.651,59
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos Pagar Processados Exceto Precatórios	-96.854,85	-90,00	0,00
Divida Consolidada Líquida (III)=(I-II)	-504.353,19	-1.052.052,87	-593.181,28
Receita de Privatizações (IV)	0,00	0,00	0,00
Passivos Reconhecidos (V)	0,00	0,00	0,00
Divida Fiscal Líquida (IV)=(III+IV-V)	-504.353,19	-1.052.052,87	-593.181,28

	Período de Referencia	
	No Bimestre (c-b)	Até Bimestre (c-a)
RESULTADO NOMINAL	458.871,59	-88.828,09

Discriminação da Meta Fiscal	Valor
Meta de Res. Nominal fixada no anexo de metas fiscais da LDO p/ o exercício de referencia	-300.000,00

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

PREFEITA MUNICIPAL
GISA APARECIDA GIACOMIN

TÉC. EM CONTABILIDADE
DAVI PECINATO CRC/SC 13.325

Relatório Resumido da Execução Orçamentária do 6º Bimestre de 2011 - Anexo VRRE

+ [www.cplinformatica.com.br] -----{ 001 }+
 |
 | Município de CATANDUVAS CONSOLIDADO |
 | Relatório Resumido da Execução Orçamentária |
 | Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio dos Servidores Públicos |
 | Orçamento da Seguridade Social |
 | JANEIRO A DEZEMBRO 2011/BIMESTRE NOVEMBRO-DEZEMBRO |
 +-----+

LRF, Art.53, inciso II - Anexo V

	Previsão	Previsão	Receitas Realizadas		Exercício
	Inicial	Atualizada	No Bimestre	Exerc.Atual Até o Bim.	Anterior até o Bimestre
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS					
Total das Receitas Previdenciarias (V=I+II+III+IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

	Dotação	Dotação p/	Despesas Liquidadas		Período de
	Inicial	o Exercício	No Bimestre	Exerc.Atual Até o Bim.	Referência Ano Anterior
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS					
Total das Despesas Previdenciarias - RPPS (IX)=(VI+VII+VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Resultado Previdenciário - RPPS (X)=(V-IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
---	------	------	------	------	------

RESERVA ORÇAMENTARIA DO RPPS	Previsão Orçamentária
Valor	0,00

	Período de Referencia		
	Mês	Exercício	Exercício
BENS E DIREITOS DO RPPS	Anterior(11/2011)	Anterior(2010)	Atual(2011)

	Previsão	Previsão	Receitas Realizadas		Exercício
	Inicial	Atualizada	No Bimestre	Exerc.Atual Até o Bim.	Anterior até o Bimestre
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS					
Total das Receitas Previdenciarias Intra-Orçamentárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

	Dotação	Dotação p/	Despesas Liquidadas		Período de
	Inicial	o Exercício	No Bimestre	Exerc.Atual Até o Bim.	Referência Ano Anterior
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIA - RPPS					
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

PREFEITA MUNICIPAL
GISA APARECIDA GIACOMIN

TÉC. EM CONTABILIDADE
DAVI PECINATO CRC/SC 13.325

Relatório Resumido da Execução Orçamentária do 6º Bimestre de 2011 - Anexo X I RRE

+ [www.cplinformatica.com.br] -----{ 001 }+

	Município de CATANDUVAS	CONSOLIDADO
	Relatório Resumido da Execução Orçamentária	
	Demonstrativo das Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital	
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	
	JANEIRO A DEZEMBRO 2011/BIMESTRE NOVEMBRO-DEZEMBRO	

+-----+

LRF. Art.53, §1º, Inciso I - Anexo XI

Receitas	Previsao	Receitas Realizadas		Saldo a
	Atualizada(a)	No Bimestre	Até o Bim.(b)	Realiz.(a-b)
Receitas de Operações de Crédito (A)	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações Cred.Internas Contr. Relat.Programa Governo	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações Cred. Internas p/Programa de Educação.	0,00	0,00	0,00	0,00
<hr/>				
Despesas	Dotação	Despesas Liquidadas		Saldo a
	Atualizada(c)	No Bimestre	Até o Bim.(d)	Liquidar(c-d)
Despesas de Capital	3.900.702,57	337.695,40	2.165.930,19	1.734.772,38
(-) Incentivo a Contribuinte	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivo Inst.Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00
<hr/>				
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (B)	3.900.702,57	337.695,40	2.165.930,19	1.734.772,38
<hr/>				
DIFERENÇA (A)-(B)	-3.900.702,57	-337.695,40	-2.165.930,19	-1.734.772,38

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

PREFEITA MUNICIPAL
GISA APARECIDA GIACOMIN

TÉC. EM CONTABILIDADE
DAVI PECINATO CRC/SC 13.325



Relatório Resumido da Execução Orçamentária do 6º Bimestre de 2011 - Anexo X IV RRE

+ [www.cplinformatica.com.br] -----{ 001 }+

| Município de CATANDUVAS CONSOLIDADO |

| Relatório Resumido da Execução Orçamentária |

| Demonstrativo da Receita de Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos |

| Orçamento da Seguridade Social |

| JANEIRO A DEZEMBRO 2011/BIMESTRE NOVEMBRO-DEZEMBRO |

+-----+

LRF. Art.53, §1º, inciso III - Anexo XIV

	Previsao	Receitas	Saldo
RECEITAS	Atualizada(a)	Realizadas(b)	a Realizar(a-b)
Receitas de Capital			
Alienação de Ativos	30.000,00	110.000,00	-80.000,00
Alienação de Veiculos	0,00	0,00	0,00
Alienacao de Veiculos	20.000,00	0,00	20.000,00
Alienacao de Veiculos - rec Vinculados a Saude	0,00	0,00	0,00
Alienacao de Veiculos - rec Vinculados a Educacao	0,00	0,00	0,00
Alienacao de Moveis e Utensilios	5.000,00	0,00	5.000,00
Alienacao de Moveis e Utensilios - rec Vinculados a Saude	0,00	0,00	0,00
Alienacao de Moveis e Utensilios - rec Vinculados a Educacao	0,00	0,00	0,00
Alienacao de Equipamentos	5.000,00	0,00	5.000,00
Alienacao de Equipamentos - rec Vinculados a Saude	0,00	0,00	0,00
Alienacao de Equipamentos - rec Vinculados a Educacao	0,00	0,00	0,00
Alienação de Imóveis Urbanos	0,00	110.000,00	-110.000,00
Total	30.000,00	110.000,00	-80.000,00

	Dotação	Despesas	Saldo
DESPESAS	Atualizada(c)	Liquidadas(d)	a Realizar(c-d)
APLICAÇÕES DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes do Regime de Previdência	0,00	0,00	0,00
Regime Geral da Previdência Social	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio dos Servidores Públicos	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	0,00	0,00

	Exercício Anterior(e)	Do Exercício(f)=(b-d)	Saldo Atual(e+f)
Saldo Financeiro a Aplicar	0,00	110.000,00	110.000,00

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

PREFEITA MUNICIPAL
GISA APARECIDA GIACOMIN

TÉC. EM CONTABILIDADE
DAVI PECINATO CRC/SC 13.325



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

Relatório Resumido da Execução Orçamentária do 6º Bimestre de 2011 - Anexo X RRE

[www.cplinformatica.com.br]

001

Município de CATANDUVAS

CONSOLIDADO

Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

JANEIRO A DEZEMBRO 2011/BIMESTRE NOVEMBRO-DEZEMBRO

RREO - Anexo X(Lei 9.394/96, Art.72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO					
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS(caput art.212 Const)	Previsão	Previsão	Receitas Realizadas		%
	Inicial	Atualizada(a)	No Bim.	Até o Bim.(b)	
					(c)=(b/a)x100
1.0 - RECEITAS DE IMPOSTOS	1.235.060,00	1.235.060,00	392.288,99	1.915.587,64	155,10
1.1 - Receita Resultante do - IPTU	491.060,00	491.060,00	47.731,46	718.502,09	146,32
1.1.1- Imposto Sobre a Propriedade Predial e Ter	430.000,00	430.000,00	11.328,07	538.381,33	125,20
1.1.2- Multas/Juros de Mora do Imp.s/Propr.Terri	18.000,00	18.000,00	2.930,68	7.578,22	42,10
1.1.2- Multas/Juros Mora Divida Ativa do Imp.s/P	2.400,00	2.400,00	0,00	7.265,36	302,72
1.1.3- Receita Divida Ativa Imp.s/Propr.Territ.U	36.000,00	36.000,00	31.853,56	148.309,82	411,97
1.1.4- Receita da Dívida Ativa de Outros Tributo	6.000,00	6.000,00	1.693,57	20.336,10	338,94
1.2 - Receita Resultante do - ITBI	70.000,00	70.000,00	77.017,66	214.720,17	306,74
1.2.1- Imp.S/Transm.Interv.Bens Imóv.e Dir. Reai	70.000,00	70.000,00	77.017,66	214.720,17	306,74
1.3 - Receita Resultante do - ISS	586.800,00	586.800,00	130.490,92	763.386,10	130,09
1.3.1- Imposto Sobre Serviços de Qualquer Nature	558.600,00	558.600,00	128.917,11	749.263,23	134,13
1.3.2- Multas e Juros de Mora do Imposto s/Servi	9.000,00	9.000,00	0,00	15,65	0,17
1.3.2- Multas/Juros Mora Div Ativ Imp.s/ Serv. Q	1.200,00	1.200,00	0,00	213,97	17,83
1.3.3- Receita Divida Ativa Imp. s/ Serviços Qua	18.000,00	18.000,00	1.573,81	13.893,25	77,18
1.4 - Receita Resultante do - IRRF	87.200,00	87.200,00	137.048,95	218.979,28	251,12
1.4.1- Imp.de Renda Retido nas Fontes S/ Rendime	82.000,00	82.000,00	137.048,95	218.979,28	267,05
1.4.1- Imp.de Renda Retido nas Fontes S/ Outros	5.200,00	5.200,00	0,00	0,00	0,00
1.5 - Receita Resultante do - ITR	-1.340,00	-1.340,00	-74,42	-3.368,74	251,40
1.5.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	-1.340,00	-1.340,00	-74,42	-3.368,74	251,40
2.0 - RECEITAS DE TRANSF. CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	11.539.800,00	11.539.800,00	2.519.790,57	13.077.647,43	113,33
2.1 - Cota Parte do FPM	4.490.000,00	4.490.000,00	1.093.484,63	4.988.121,70	111,09
2.1.1- Cota-Parte do Fundo de Participação dos M	4.490.000,00	4.490.000,00	1.093.484,63	4.988.121,70	111,09
2.2- Cota-Parte do ICMS	6.204.500,00	6.204.500,00	1.315.813,44	7.108.588,53	114,57
2.3- Transferencia Financ do ICMS-Deson.-LC 87/96	43.200,00	43.200,00	0,00	26.040,96	60,28
2.4- Cota-Parte do IPI sobre Exportação	155.400,00	155.400,00	28.185,23	139.319,00	89,65
2.5- Cota-Parte do Imposto S/a Propriedade Territo	6.700,00	6.700,00	372,16	16.844,04	251,40
2.6- Cota-Parte do IPVA	640.000,00	640.000,00	81.935,11	798.733,20	124,80
3.0 - TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1.0 + 2.0)	12.774.860,00	12.774.860,00	2.912.079,56	14.993.235,07	117,37
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO					
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	Previsão	Previsão	Receitas Realizadas		%
	Inicial	Atualizada(a)	No Bim.	Até o Bim.(b)	
					(c)=(b/a)x100
5.0 - RECEITAS DE TRANSFERENCIAS DO FNDE	355.300,00	355.300,00	58.685,01	335.952,08	94,55
5.1- Transferência do Salário-Educação	201.500,00	201.500,00	37.139,85	232.957,07	115,61
5.2- Transf.Direta do FNDE ref.Prog. Nac. Alim.Esc	53.300,00	53.300,00	12.084,00	60.420,00	113,36
5.2- Transf Diretas FNDE referente PNATE	100.000,00	100.000,00	9.461,16	42.575,01	42,58
5.2- Outras Transf.Diretas Fundo Nac. Desenv. Educ	500,00	500,00	0,00	0,00	0,00
6.0 - RECEITAS DE TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS	140.000,00	140.000,00	42.379,94	289.352,82	206,68
6.1- Transf. de Convênios dos Estados Dest. a Prog	140.000,00	140.000,00	42.379,94	289.352,82	206,68
9.0 - TOTAL RECEITAS ADICIONAIS P/ FINAN. DO ENSINO	495.300,00	495.300,00	101.064,95	625.304,90	126,25

[www.cplinformatica.com.br]

002

Município de CATANDUVAS

CONSOLIDADO

Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

JANEIRO A DEZEMBRO 2011/BIMESTRE NOVEMBRO-DEZEMBRO

RREO - Anexo X(Lei 9.394/96, Art.72)

R\$ 1,00

FUNDEB					
RECEITAS DO FUNDEB	Previsão		Receitas Realizadas		%
	Inicial	Atualizada(a)	No Bim.	Até o Bim.(b)	(c)=(b/a)x100
10.0 RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	2.307.960,00	2.307.960,00	461.519,82	2.573.089,12	111,49
10.1 Cota-Parte FPM Dest.ao FUNDEB(20% de 2.1.1)	898.000,00	898.000,00	176.258,98	955.186,12	106,37
10.2 Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB(20% de 2.2)	1.240.900,00	1.240.900,00	263.162,53	1.421.716,58	114,57
10.3 ICMS-Desoneração Dest.ao FUNDEB(20% de 2.3)	8.640,00	8.640,00	0,00	5.208,16	60,28
10.4 Cota-Parte IPI-Exp.Dest.ao FUNDEB(20% de 2.4)	31.080,00	31.080,00	5.637,05	27.863,86	89,65
10.5 C-P ITR/ITR Arrec.Dest. FUNDEB(20% de 1.5+2.5)	1.340,00	1.340,00	74,42	3.368,74	251,40
10.6 Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB(20% de 2.6)	128.000,00	128.000,00	16.386,84	159.745,66	124,80
11.0 - RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	2.185.500,00	2.185.500,00	431.042,93	2.407.418,48	110,15
11.1 - Transferencias de Recursos do FUNDEB	2.170.000,00	2.170.000,00	430.428,74	2.399.350,18	110,57
11.3 - Receita de Aplic.Finan.dos Recursos do FUN	15.500,00	15.500,00	614,19	8.068,30	52,05
12.0-RESULTADO LÍQUIDO TRANSF.DO FUNDEB (11.1 - 10.0)	137.960,00	137.960,00	31.091,08	173.738,94	125,93

(SE RESULTADO LÍQUIDO DA TRANSFERENCIA (12.0) FOR POSITIVO, HOVE ACRESCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERENCIAS DO FUNDEB)

(SE RESULTADO LÍQUIDO DA TRANSFERENCIA (12.0) FOR NEGATIVO, HOVE DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERENCIAS DO FUNDEB)

DESPESAS DO FUNDEB	Dotação		Despesas Liquidadas		%
	Inicial	Atualizada(d)	No Bim.	Até o Bim.(e)	(f)=(e/d)x100
13.0 - PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTERIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13.1 - Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13.2 - Com Ensino Fundamental	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.0 - OUTRAS DESPESAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.1 - Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.2 - Com Ensino Fundamental	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
15.0-TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13.0 + 14.0)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB PARA PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO

	Valor
16.0-RESTOS A PAGAR INSC.SEM DISPONIB.FINAN.DE RECURSOS DO FUNDEB	0,00
17.0-DESPESAS CUSTEADAS COM SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR DO FUNDEB	0,00
18.0-TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16.0 + 17.0)	0,00
19.0-MÍNIMO DE 60% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO MAGISTÉRIO COM EDUC.INFANTIL E ENS.FUNDAMENTAL (((13.0-18.0)/11.0) x 100) %	0,00

CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE

	Valor
20.0 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM <EXERCÍCIO ANTERIOR> QUE NÃO FORAM UTILIZADOS	0,00
21.0 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20.0 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2011	0,00

MANUTENÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB

RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	Previsão		Receitas Realizadas		%
	Inicial	Atualizada(a)	No Bim.	Até o Bim.(b)	(c)=(b/a)x100
22.0-IMPOSTOS E TRANSF.DESTINADAS A MDE (25% DE 3.0)	3.193.715,00	3.193.715,00	728.019,89	3.748.308,77	117,37
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	Dotação		Despesas Liquidadas		%
	Inicial	Atualizada(d)	No Bim.	Até o Bim.(e)	(f)=(e/d)x100
23.0 - EDUCAÇÃO INFANTIL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1 - Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2 - Desp.Custeadas com Outros Recursos Impost.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24.0 - ENSINO FUNDAMENTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24.1 - Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24.2 - Desp.Custeadas com Outros Recursos Imposto	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
25.0 - ENSINO MEDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

[www.cplinformatica.com.br]

003

CONSOLIDADO

Município de CATANDUVAS

Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

JANEIRO A DEZEMBRO 2011/BIMESTRE NOVEMBRO-DEZEMBRO

RREO - Anexo X(Lei 9.394/96, Art.72) R\$ 1,00

26.0 - ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27.0 - ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO R	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28.0 - OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29.0-TOTAL DESP.AÇÕES TÍPICAS.MDE(23+24+25+26+27+28)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL

	Valor
30.0-RESULTADO LIQUIDO DAS TRANSFERENCIAS DO FUNDEB =(12)	173.738,94
31.0-DESPESAS CUSTEADAS COM COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO	0,00
32.0-RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50h)	8.068,30
33.0-DESPESAS CUSTEADAS COM SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR DO FUNDEB	0,00
34.0-DESPESAS CUSTEADAS COM SUPERÁVIT FINAN.EXERC.ANTER.OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS	0,00
35.0-RESTOS A PAGAR INSC.NO EXERC.SEM DISPON.FINAN.RECURSOS IMPOSTOS VINC.AO ENSINO	0,00
36.0 CANCELAMENTO NO EXERC.RESTOS A PAGAR, C/DISP.FINAN.RECURSOS IMPOSTOS VINC.ENS.	0,00
37.0 TOTAL DEDUÇÕES CONSIDERADAS P/FINS DE LIMITE CONSTITUC. (30+31+32+33+34+35+36)	165.670,64
38.0 TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE (23+24)-(37)	165.670,64

39.0 MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE ((38.0/3.0)x 100) % 1,10

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE

	Dotação	Dotação	Despesas Liquidadas	%
OUTRAS DESP.CUSTEADAS C/RECEITAS ADICION.P/FINAN.DO ENSINO	Inicial	Atualizada(d)	No Bim. Até o Bim.(e)	(f)=(e/d)x100
	0,00	0,00	0,00	0,00
41.0-DESP.CUSTEADAS CONTRIB.SOCIAL SALÁRIO EDUCAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00
42.0-DESP.CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00
43.0-DESP.CUST.C/OUTRAS RECEITAS P/FINANC.DO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00
44.0-TOTAL OUT.DESP.C/REC.ADC.P/FIN.ENS(40+41+42+43)	0,00	0,00	0,00	0,00
45.0-TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29.0 + 44.0)	0,00	0,00	0,00	0,00

	Saldo	Cancelado
RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPOBILIDADE FINANCEIRA	Até o	em
DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	Bimestre	2010 (g)
46.0-RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00

	VALOR
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS	FUNDEB(b)
47.0-SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010	0,00
48.0- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	-8.068,30
49.0- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	0,00
50.0- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	8.068,30
51.0- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	0,00

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

(1) Limites mínimos a serem cumpridos no encerramento do Exercício

(2) Art.21, Parág.2º, Lei 11.494/2007, até 5% dos Recursos Recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos a complementação da União, recebidos nos termos no parág.1º do art.6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante Abertura de Crédito Adicional.

(3) Caput do art. 212 da CF/1988.

(4) Os valores relativos à parcela dos Restos a Pagar inscritos em disponibilidade financeira vinculados a educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício.

(5) Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito da situação prioritária, conforme LDB, art. II,V.

PREFEITA MUNICIPAL
GISA APARECIDA GIACOMINTÉC. EM CONTABILIDADE
DAVI PECINATO CRC/SC 13.325

DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

Relatório Resumido da Execução Orçamentária do 6º Bimestre de 2011 - Anexo X VI RRE

+ [www.cplinformatica.com.br] -----{ 001 }+

|

| Município de CATANDUVAS CONSOLIDADO |

| Relatório Resumido da Execução Orçamentária |

| Demonstrativo da Receita de Impostos e das Despesas Próprias com Saúde |

| Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social |

| JANEIRO A DEZEMBRO 2011/BIMESTRE NOVEMBRO-DEZEMBRO |

+-----+

ADCT. Art.77 - Anexo XVI

Receitas	Previsão		Receitas Realizadas	
	Inicial	Atualizada(a)	Até o Bim.(b)	%(b/a)
Rec.Liquida de Imp.e Transf.Constit.e Legais (I)	13.325.600,00	13.325.600,00	15.597.724,64	117,05
Impostos	1.145.800,00	1.145.800,00	1.721.344,01	150,23
Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial	430.000,00	430.000,00	538.381,33	125,20
Imp.de Renda Retido nas Fontes S/ Rendimentos do	82.000,00	82.000,00	218.979,28	267,05
Imp.de Renda Retido nas Fontes S/ Outros Rendime	5.200,00	5.200,00	0,00	0,00
Imp.S/Transm.Interv.Bens Imóv.e Dir. Reais ITBI	70.000,00	70.000,00	214.720,17	306,74
Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza	558.600,00	558.600,00	749.263,23	134,13
Receitas de transf. constitucionais e Legais	12.179.800,00	12.179.800,00	13.876.380,63	113,93
da União	11.539.800,00	11.539.800,00	13.077.647,43	113,33
Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municíp	4.490.000,00	4.490.000,00	4.988.121,70	111,09
Cota-Parte do Imposto S/a Propriedade Territori	6.700,00	6.700,00	16.844,04	251,40
Transferencia Financ do ICMS-Deson.-LC 87/96	43.200,00	43.200,00	26.040,96	60,28
Cota-Parte do ICMS	6.204.500,00	6.204.500,00	7.108.588,53	114,57
Cota-Parte do IPVA	640.000,00	640.000,00	798.733,20	124,80
Cota-Parte do IPI sobre Exportação	155.400,00	155.400,00	139.319,00	89,65
do Estado	7.587.100,00	7.587.100,00	8.751.605,27	115,35
Transferencia Financ do ICMS-Deson.-LC 87/96	43.200,00	43.200,00	26.040,96	60,28
Cota-Parte do ICMS	6.204.500,00	6.204.500,00	7.108.588,53	114,57
Cota-Parte do IPVA	1.184.000,00	1.184.000,00	1.477.656,78	124,80
Cota-Parte do IPI sobre Exportação	155.400,00	155.400,00	139.319,00	89,65
Outras Receitas	64.800,00	64.800,00	148.480,58	229,14
(-)Dedução para o Fundef	-2.307.960,00	-2.307.960,00	-2.573.089,12	111,49
Total de Receita de Impostos	11.082.440,00	11.082.440,00	13.173.116,10	118,86

Despesas com Saúde (Por Grupo de Natureza da Despesa)	Dotação		Despesas Liquidadas	
	Inicial	Atualizada(c)	Até o Bim.(d)	%(d/c)
Despesas Correntes	3.510.165,00	4.594.115,70	4.227.295,39	92,02
Pessoal e Encargos Sociais	2.092.565,00	3.047.565,00	2.848.702,71	93,47
Outras Despesas Correntes	1.417.600,00	1.546.550,70	1.378.592,68	89,14
Despesas de Capital	157.400,00	374.289,35	303.263,52	81,02
Investimentos	157.400,00	374.289,35	303.263,52	81,02
Total	3.667.565,00	4.968.405,05	4.530.558,91	91,19

Despesas Próprias com Saúde	Dotação		Despesas Liquidadas	
	Inicial	Atualizada	Até o Bim.(e)	%(e)
Despesas Com Saúde	0,00	0,00	4.530.558,91	0,00
(-) Despesas com Inativos e Pensionistas	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Despesas Custeadas com Recursos Vinculados a S	917.240,00	917.240,00	1.158.918,08	0,00
Recursos do Sistema Unico de Saude - SUS	917.240,00	917.240,00	1.158.918,08	0,00
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Rec.de conv.na saúde não aplic.no exerc.ant.	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Cancelados - Vinculados a Saude	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Incritos sem Disponibilidade de	0,00	0,00	0,00	0,00
Total das Desp.Próprias Com Saúde (V)	0,00	0,00	3.371.640,83	0,00

+ [www.cplinformatica.com.br] -----{ 002 }+

|

| Município de CATANDUVAS CONSOLIDADO |

| Relatório Resumido da Execução Orçamentária |

| Demonstrativo da Receita de Impostos e das Despesas Próprias com Saúde |

| Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social |

| JANEIRO A DEZEMBRO 2011/BIMESTRE NOVEMBRO-DEZEMBRO |

+-----+

ADCT. Art.77 - Anexo XVI

Controle de Restos a Pagar inscritos em exercícios anteriores vinculados à Saúde	Aplic.Min. em 2010(e)	Aplic.Apurada em 2010(F)	RESTOS A PAGAR Insc.em 31 de dez.de 2010	Can.em 2011(g)
RP de Des.Proprias com Acoes e Serv. Publ.de Saude	15,00	23,57	-833,37	0,00
Compensação de Restos a Pagar Cancelados em 2010				0,00

Participação das Despesas Próprias com Saúde na	
Receita de Impostos - Limite Constitucional 15%	21,62

Despesas com Saúde (Por SubFunção)	Dotação		Despesas Liquidadas	
	Inicial	Atualizada	Até o Bim.	%
ATENÇÃO BÁSICA	3.642.165,00	4.923.704,26	4.499.306,06	99,31
VIGILÂNCIA SANITÁRIA	7.500,00	26.800,79	26.392,05	0,58
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	17.900,00	17.900,00	4.860,80	0,11
Total	3.667.565,00	4.968.405,05	4.530.558,91	100,00

(-) Despesas com Inativos e Pensionistas	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Despesas Custeadas com Recursos Vinculados a S	917.240,00	917.240,00	1.158.918,08	0,00
Recursos do Sistema Unico de Saude - SUS	917.240,00	917.240,00	1.158.918,08	0,00
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Rec.de conv.na saúde não aplic.no exerc.ant.	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Cancelador - Vinculados a Saude	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Incritos sem Disponibilidade de	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Prórias com Saúde	3.667.565,00	4.968.405,05	3.371.640,83	100,00

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

PREFEITA MUNICIPAL
GISA APARECIDA GIACOMIN

TÉC. EM CONTABILIDADE
DAVI PECINATO CRC/SC 13.325

Relatório Resumido da Execução Orçamentária do 6º Bimestre de 2011 - Anexo X VII RRE

[www.cplinformatica.com.br]

001

Município de CATANDUVAS

Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

JANEIRO A DEZEMBRO 2011/BIMESTRE NOVEMBRO-DEZEMBRO

LRF, Art.48 - Anexo XVII

Balanço Orcamentário - Receitas	No Bimestre	Até o Bimestre
Previsão Inicial da Receita	0,00	16.974.240,00
Previsão Atualizada da Receita	0,00	16.974.240,00
Receitas Realizadas	4.514.265,87	19.574.414,11
Saldos de Exercícios Anteriores	0,00	488.987,97
Déficit Orçamentário	0,00	4.784.735,88

Balanço Orcamentário - Despesas	No Bimestre	Até o Bimestre
Dotação Inicial	0,00	16.974.240,00
Dotação Atualizada	0,00	21.758.975,88
Despesas Empenhadas	3.740.970,03	19.113.051,74
Despesas Liquidadas	3.959.163,54	19.113.051,74
Superávit Orçamentário	0,00	0,00

Despesa por Função/SubFunção	No Bimestre	Até o Bimestre
Despesas Empenhadas	3.740.970,03	19.113.051,74
Despesas Liquidadas	3.959.163,54	19.113.051,74

Receita Corrente Líquida - RCL	Até o Bimestre
Receita Corrente Líquida	18.472.358,00

Receitas/Despesas dos Regimes de Previdência	No Bimestre	Até o Bimestre
Regime Geral de Previdência Social		
Receitas Previdenciárias (I)	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (II)	0,00	0,00
Resultado Previdenciário (I-II)	0,00	0,00
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos		
Receitas Previdenciárias (III)	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (IV)	0,00	0,00
Resultado Previdenciário (III-IV)	0,00	0,00

Resultados Nominal e Primário	Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO(a)	Res.Apur.até o Bimestre(b)	% em Relação a Meta(b/a)
Resultado Nominal	-300.000,00	-88.828,09	29,6094
Resultado Primário	122.380,00	778.185,57	635,8764

Movimentação dos Restos a Pagar	Inscrição Can.	Até o Bim.	Pag.Até o Bim.	Saldo
Por Poder e Ministério Público				
Restos a Pagar Processados				
Poder Executivo	96.764,85	0,00	96.854,85	-90,00
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Ministério Público	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Não Processados				
Poder Executivo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Ministério Público	0,00	0,00	0,00	0,00

[www.cplinformatica.com.br]

002

Município de CATANDUVAS

Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

JANEIRO A DEZEMBRO 2011/BIMESTRE NOVEMBRO-DEZEMBRO

LRF, Art.48 - Anexo XVII

	Limites Constitucionais Anuais		
	Valor Apurado	%Min.a Aplicar	%Aplicado
Despesas com Manut. e Desenv. do Ensino - MDE	Até o Bim.	no Exercício	Até o Bim.
Min Anual de <18%/25%> das Receitas de Impostos em MDE		<25%/18%>	1,105
Min Anual <60% FUNDEB Rem.Mag.Ens.Fund/Medio-D.Fed/Est.		60%	
Min Anual <60% FUNDEB Rem.Magist.com Ed.Inf.e Ens.Fund.		60%	0
Compl.União FUNDEB Min.10% Total Rec.FUNDEB - União		10%	

Receitas de Operações de Credito e Despesas de Capital	Vlr.Apur.até o Bim.	Saldo a Real.
Receita de Operação de Credito	0,00	0,00
Despesa de Capital Líquida	2.165.930,19	1.734.772,38

Projeção Atuarial dos Regimes de Prev.	Exerc.em Ref.	10o Exerc.	20o Exerc.	35o Exerc.
Regime Geral de Previdência Social				
Receitas Previdenciarias (I)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciarias (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciario (I-II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio de Prev. Social dos Serv. Públicos				
Receitas Previdenciarias (III)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciarias (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciario (III-IV)	0,00	0,00	0,00	0,00

Receita da Alienação de Ativos e Aplicações dos Recursos	Vlr.Apur.até Bim.	Saldo a Real.
Receita de Cap.Result.da ALienação de Ativos	110.000,00	-80.000,00
Aplicação dos Recursos da ALienação de Ativos	0,00	0,00

	Limites Constitucionais Anuais		
	Valor Apurado	%Min.a Aplicar	%Aplicado
Despesas com Ações e Serv. Públicos de Saúde	Até o Bim.	no Exercício	Até o Bim.
Desp.Própr.com Ações e Serv.Púb.de Saúde	3.371.640,83	15,00	21,62

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

PREFEITA MUNICIPAL
GISA APARECIDA GIACOMIN

TÉC. EM CONTABILIDADE
DAVI PECINATO CRC/SC 13.325



Chapadão do Lageado

PREFEITURA

Portaria Nº 023 de 23.01.2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO
P O R T A R I A Nº 023/2012

- CONSIDERANDO a apresentação do Atestado Médico para Gestante;

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o disposto no Artigo 65 da Lei Complementar nº 008 de 23.12.99 e suas alterações,

RESOLVE

Art.1º Conceder Licença Maternidade a servidora VANDERLENE SOTELE SEBOLD, ocupante do Cargo efetivo de Oficial de Nível Médio - 40 horas, na Secretaria Municipal da Saúde, por 120 (cento e vinte) dias, conforme consta em Atestado Médico, pelo período de 23.01.12 a 21.05.12.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO, 23 de janeiro de 2012.
JOSÉ BRAULIO INÁCIO
Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL

Portaria N0052012 de 23/01/2012

Estado de Santa Catarina
Câmara Municipal de Vereadores de Chapadão do Lageado
PORTARIA Nº005/2012 de 23/01/2012.

ARLINDO STEIN, Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Artigo 78, §3º da Lei Complementar Nº008, de 23.12.99:

RESOLVE:
CONCEDER FÉRIAS

A servidora Patrícia Grasielle Monteiro Bertoli, de TRINTA DIAS COM ABONO PECUNIÁRIO DE DEZ DIAS, referente ao período aquisitivo de 2011/2012, ocupante do cargo de ASSESSOR LEGISLATIVO, sendo que serão gozadas no período de 01.02.2012 a 20.02.2012.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara de Vereadores de Chapadão do Lageado, 23 de janeiro de 2012.

ARLINDO STEIN
Presidente

Portaria N006/2012 de 23/01/2012

Estado de Santa Catarina
Câmara Municipal de Vereadores de Chapadão do Lageado
PORTARIA Nº006/2012 de 23/01/2012.

ARLINDO STEIN, Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Artigo 78, § 3º da Lei Complementar Nº 008, de 23.12.99:

RESOLVE:
CONCEDER FÉRIAS

A SERVIDORA Lenir Ramos da Cruz Michels de TRINTA DIAS COM ABONO PECUNIÁRIO DE DEZ DIAS, referente ao período aquisitivo de 2011/2012, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, sendo que serão gozadas no período de 24 de janeiro a 12 de fevereiro de 2012.

Câmara de Vereadores de Chapadão do Lageado 23 de janeiro de 2012.

ARLINDO STEIN
Presidente

Concórdia

PREFEITURA

Portaria Nº 01/2012, de 20 de Janeiro de 2012

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE - FUMDEMA
PORTARIA Nº 01/2012, DE 20 DE JANEIRO DE 2012.

O Prefeito Municipal de Concórdia

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 401, de 27 de abril de 2005, c/c o disposto no art. 1º, II, "1" e VII, da Lei Complementar Federal nº 64, de 18 de maio de 1990 e alterações.

RESOLVE:
Art. 1º Conceder férias ao servidor LEVI ELOI DOS SANTOS, ocupante do cargo de Chefe do Departamento Administrativo, no período de 01 de Fevereiro a 01 de março de 2012, correspondente ao período aquisitivo de 09.02.2011 a 08.02.2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Fundação Municipal de Defesa do Meio Ambiente
EDSON LUIS GONÇALVES
Superintendente da FUMDEMA

Edital de Concorrência para Concessão Nº 1/2012 - PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC
EDITAL DE CONCORRÊNCIA PARA CONCESSÃO
Nº 1/2012 - PMC

Objeto: Seleção de empresa para a outorga de permissão de uso das instalações da sala nº 5 do Quiosque Largo Rio Branco, com a finalidade exclusiva de exploração da mesma como "revistaria".
Forma de julgamento: Maior oferta mensal.

Recebimento das propostas: até as 16h00min do dia 29/02/2012.
Abertura: dia 01/03/2012, às 8h30min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia,

situada à Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo fone (049) 3441-2161.

Concórdia, SC, 23 de janeiro de 2012.
BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Extrato 5º TA Contrato Nº 220/2011 - PMC

Contrato Nº: 220/2011 5º TA 220/2011
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA
Contratada: MATEUS SPRICIGO - ME
Licitação: Tomada de Preço para Obras e Serviços de Engenharia 14/2011
Objeto: Contratação de empresa do ramo de engenharia e/ou construção civil, em regime de empreitada global (material e mão de obra) para execução de obra.
Vigência: Início: 02/01/2012 Término: 12/02/2012

Comunicação Indeferimento de Recurso Pregão Eletrônico Nº 62/2011 - PMC

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA - SC
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 62/2011 - PMC

Objeto: REGISTRO DE PREÇO para possível aquisição durante o exercício de 2012, de Equipamentos de Proteção Individual - EPI's.

COMUNICAÇÃO INDEFERIMENTO DE RECURSO

Em cumprimento ao disposto no artigo 109, § 1º e 4º da Lei nº 8.666/93, e posteriores alterações, a Pregoeira torna público que na data de 20/01/2012 foi INDEFERIDO o recurso administrativo interposto pela licitante MAGGILÁ INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CONFECÇÕES LTDA. De consequência, fica inalterado o julgamento proferido na sessão do dia 30/12/2011, prosseguindo o processo para adjudicação e posterior homologação do objeto licitado. Fica a disposição da licitante se tiver interesse consulta e cópia dos pareceres, os quais devem ser solicitados e retirados junto à diretoria de compras.

Concórdia, SC, 20 de janeiro de 2012.
ELIANE CORREA BASSO
Pregoeira.

Editais de Notificação Salário Educação

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos proveniente do SALÁRIO EDUCAÇÃO, no valor de R\$ 156.755,73 (cento e cinquenta e seis mil setecentos e cinquenta e cinco reais e setenta e três centavos).

Concórdia SC, 23 de janeiro de 2012.
ELENICE EVA ZORTÉA RÉGIO MARQUES
Secretária Municipal de Finanças - Em exercício

Cordilheira Alta

PREFEITURA

Portaria 018/2012

PORTARIA Nº 018/2012, DE 20 DE JANEIRO DE 2011
"DISPÕE SOBRE RETORNO ANTECIPADO DE FÉRIAS DE SERVIDOR PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO, Prefeito Municipal em Exercício de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições Legais, em especial o Art. 70 da Lei Orgânica do Município e Art. 61 e seguintes da Lei Complementar 018/2011:

RESOLVE:

Art. 1º. Determinar ao Servidor Público, Sr. FLARI RAFAEL TRICHES, ocupante do cargo de Contador, lotado na Secretaria Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento, seu retorno antecipado de férias regulamentares, concedidas na Portaria n. 522/2011, referentes ao exercício 2011, ficando com 09 (nove) dias para gozo oportuno.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos desde 23 de janeiro de 2012.

Art. 3º. Revogam as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 20 de janeiro de 2012.
RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO
Prefeito Municipal

CLOVIS FIDELIS GRANDO
Secretario Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

Registrado e publicado em data supra.

FLARI RAFAEL TRICHES Ciente em: ____/____/2012

Portaria 019/2012

PORTARIA Nº 019/2012, DE 20 DE JANEIRO DE 2012
"DISPÕE SOBRE RETORNO ANTECIPADO DE FÉRIAS DE SERVIDOR PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO, Prefeito Municipal em Exercício de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições Legais, em especial o Art. 70 da Lei Orgânica do Município e Art. 61 e seguintes da Lei Complementar 018/2011:

RESOLVE:

Art. 1º. Determinar a Servidora Municipal, Sra. EMANUELLE CELLA TOZZO, ocupante do cargo de Gerente de Administração Financeira, lotada na Secretaria Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento, seu retorno antecipado de férias regulamentares, concedidas na Portaria n. 521/2011, referentes ao exercício 2011, ficando com 08 (oito) dias para gozo oportuno.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos desde 23 de janeiro de 2012.

Art. 3º. Revogam as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 20 de janeiro de 2012.
RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO
Prefeito Municipal

CLOVIS FIDELIS GRANDO
Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

Registrado e publicado em data supra.

EMANUELLE CELLA TOZZO Ciente em: ____/____/____

Portaria 020/2012

PORTARIA N.º 020/2012, DE 23 DE JANEIRO DE 2012
"CONCEDE LICENÇA A SERVIDOR PÚBLICO, PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições Legais, em especial o Art. 70 da Lei Orgânica do Município e o Decreto nº 067/2010:

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder 01 (um) dia de licença para tratamento de saúde, ao Servidor, Sr. EDER PIZZATTO, ocupante do cargo de Motorista, lotado na Secretaria Municipal de Infra-Estrutura, de acordo com atestado médico em anexo.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 23 de janeiro de 2012.
RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO
Prefeito Municipal

CLOVIS FIDELIS GRANDO
Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

Registrada e Publicada em data supra.

Coronel Martins

PREFEITURA

Anexo TC-07/94 - Dados e Texto de Contrato 006 de 11 de Janeiro de 2012

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DE CONTRATO 006 DE 11 DE JANEIRO DE 2012

MÊS/ANO: JANEIRO/2012 NÚMERO CONTRATO: 006/2011

VALOR MENSAL CONTRATO: R\$ 7.800,00 (sete mil e oitocentos reais), sendo dividido em 12(doze) parcelas mensais de 650,00(seiscentos e cinquenta reais).

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 11/01/2012

DESCRIÇÃO: O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços para recarga de toners e manutenção de impressoras da administração e fundos deste município. Conforme segue abaixo:

02 - Impressoras HP Laserjet 1200;
01 - Multifuncional HP laserjet 3055;
02 - Multifuncional Samsung SCX 4200;
01 - Impressora HP laserjet P 1005;
01 - Copiadora Xerox XC 1040;
03 - Impressora HP laserjet 1160;
02 - Multifuncional HP laserjet 3052;
01 - Impressora Lexmark E-120;

01 - Multifuncional Samsung SCX 5530;
01 - Impressora Lexmark E 232;
01 - Multifuncional HP laserjet 3300;
01 - Impressora HP laserjet P 2014.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Dr. Michael Hartmann OAB/SC 14.693

TIPO DE PESSOA (1/2): 2 CNPJ: 07.806.780/0001-00

CONTRATADO: COLOR SUL IMPRESSORAS E SUPRIMENTOS LTDA.

DATA VENCIMENTO CONTRATO: 31/12/2012.

Anexo TC-07/94 - Dados e Texto do PRIMEIRO Termo Aditivo N.º 041/2011 de CONVENIO

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO N.º 041/2011 DE CONVENIO

MÊS/ANO: ABRIL 2011. NÚMERO CONVENIO: 004/2011

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 19/04/2011

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto do presente Termo Aditivo consiste na alteração da Cláusula Quinta do Convenio nº. 022/2011/PMSC nº. 004/2011/Município, de 19 de abril de 2011.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS ALTERAÇÕES DO CONTRATO

A Cláusula Quinta do Convenio nº. 022/2011/PMSC nº. 004/2011/Município, passará a vigorar com a seguinte redação:

CLÁUSULA QUINTA - PRAZO E VIGÊNCIA E REAJUSTE DE PREÇOS

O presente convênio terá validade até a data de 31 de dezembro de 2012, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por indeterminados iguais períodos se assim a Administração desejar.

CLÁUSULA TERCEIRA: Ficam ratificadas as demais Cláusulas do referido convenio.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Dr. Michael Hartmann OAB/SC n. 14.693

TIPO PESSOA (1/2): 2 CPF/CNPJ: 83.931.550/0001-51

CONVENIADO: POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SANTA CATARINA

DATA VENCIMENTO CONVENIO: 31/12/2012

CÓDIGO MOEDA CONTRATADA: R\$.

Ermo

PREFEITURA

Contrato n.º 07/2012

CONTRATO n.º 07/2012

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Ermo

CONTRATADO: Maria do Carmo Santos Gregorini -Me

OBJETO: Aquisição de materiais de copa, cozinha e limpeza p/ serem utilizados na Secr. Adm. Finanças, Secr. Educação, Cultura, Esporte e Turismo e Secr. Obras, Viação, Transp. e Serv. Urbanos durante o exercício de 2012.

PRAZO: 02/01/2012 `à 31/12/2012.

VALOR ESTIMADO: R\$ 41.616,52
Data da assinatura:02/01/2012.

Contrato nº 08/2012

CONTRATO nº 08/2012

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Ermo

CONTRATADO: Livraria e Papelaria JME Ltda Me

OBJETO: Aquisição de materiais de expediente para serem utilizados pela Secr. Adm. Finanças durante o exercício de 2012.

PRAZO: 02/01/2012 `à 31/12/2012.

VALOR ESTIMADO: R\$ 33.205,45

Data da assinatura:02/01/2012.

Contrato nº 15/2012

CONTRATO nº 15/2012

CONTRATANTE: Fundo Municipal de Saúde de Ermo

CONTRATADO: Maria do Carmo Santos Gregorini -Me

OBJETO: Aquisição de materiais de copa, cozinha e limpeza p/ serem utilizados pelo Fundo Municipal de Saúde, durante o exercício de 2012.

PRAZO: 02/01/2012 `à 31/12/2012.

VALOR ESTIMADO: R\$ 11.819,30

Data da assinatura:02/01/2012.

Forquilha

PREFEITURA

Extrato do Termo Aditivo FMA Nº 08/2011

EXTRATO DO TERMO ADITIVO FMA Nº 08/2011

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO FMA Nº 020/2010

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - EPAGRI - EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E EXTENSÃO RURAL.

DO OBJETO - a prestação de serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural pela CONTRATADA, para o Fundo Municipal de Agricultura e Meio Ambiente do Município de Forquilha, durante o exercício de 2012;

DO PRAZO: O contrato FMA 20/2010 terá sua vigência prorrogada de 31/12/2011 para 31/12/2012.

DO VALOR: O valor mensal permanece inalterado , ou seja R\$ 2.151,92 (dois mil cento e cinquenta e um reais e noventa e dois centavos). O valor total do contrato é de R\$ 25.823,04 (vinte e cinco mil oitocentos e vinte e tres reais e quatro centavos) para o ano de 2012.

DO FUNDAMENTO LEGAL - Art.57 da Lei nº 8.666/93.

DATA DA ASSINATURA -21/12/2011.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Extrato do Termo Aditivo PMF Nº 03/2012

EXTRATO DO TERMO ADITIVO PMF Nº 03/2012

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMF Nº. 121/2011

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - CONFER - CONSTRUTORA FERNANDES LTDA

DO OBJETO -Prestação de serviços na pavimentação, obras de arte, drenagem e sinalização da Rua Eugênio Silveira com extensão de 457,12 metros, no Bairro Vila Lourdes, Forquilha/SC, conforme Programa de Mobilidade Urbana, Contrato nº.

0336848-45/2010, obedecendo integralmente às especificações e determinações previstas no memorial descritivo e proposta que, independentemente de transcrição, são partes integrantes deste termo contratual.

DO PRAZO - O presente termo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência do contrato 121/PMF/2011 de 17/01/2012 para 08/05/2012.

DO FUNDAMENTO LEGAL - Art. 57 da Lei nº 8.666/93.

DATA DA ASSINATURA - 06 de janeiro de 2012.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Fraiburgo

PREFEITURA

Decreto Nº 0029/2012

DECRETO Nº 0029, DE 20 DE JANEIRO DE 2012.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com o Art. 16 da Lei Nº 2122, de 07 de Dezembro de 2011;

DECRETA:

Art.1º. Fica aberto no orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Fraiburgo para o exercício de 2012 crédito adicional suplementar no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), nas seguintes dotações:

08.00 - Secretaria de Saúde

08.01 - Fundo Municipal de Saúde

10.301.0017.1.023 - Construção, Ampliação e Reformas de Unidades de Saúde

4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas - Recurso 0.3.0400 (86) R\$ 30.000,00

Total R\$ 30.000,00

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º deste Decreto, correrá à conta do Superávit Financeiro apurado no Balanço Consolidado do Município de Fraiburgo do exercício de 2011, por origem de recurso, em conformidade com o artigo 43, § 1º; inciso I da Lei 4.320/64 e Prejulgado TCE nº. 1794/06.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

FRAIBURGO, 20 DE JANEIRO DE 2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRE LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Decreto Nº 0030/2012

DECRETO Nº 0030, DE 20 DE JANEIRO DE 2012.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com o Art. 16 da

Lei Nº 2122, de 07 de Dezembro de 2011;

DECRETA:

Art.1º. Fica aberto no orçamento da Prefeitura Municipal de Fraiburgo para o exercício de 2012 crédito adicional suplementar no valor de R\$ 23.000,00 (vinte e três mil reais), nas seguintes dotações:

10.00 - Secretaria de Infraestrutura
10.01 - Secretaria de Infraestrutura
15.451.0023.1.032 - Construção de Terminais de Passageiros
4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas - Recurso 0.3.0200 (266) R\$ 23.000,00

Total R\$ 23.000,00

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º deste Decreto, correrá à conta do Superávit Financeiro apurado no Balanço Consolidado do Município de Fraiburgo do exercício de 2011, por origem de recurso, em conformidade com o artigo 43, § 1º; inciso I da Lei 4.320/64 e Prejulgado TCE nº. 1794/06.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.
FRAIBURGO, 20 DE JANEIRO DE 2012.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ANDRE LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Decreto Nº 0031/2012

DECRETO Nº 0031, DE 23 DE JANEIRO DE 2012.
ATRIBUI RESPONSABILIDADES E ESTABELECE PROCEDIMENTOS PARA O CONTROLE DOS BENS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE FRAIBURGO.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 88, 89 e seguintes da Lei Orgânica Municipal bem como a Lei Federal nº 4.320/64 principalmente o no artigo 94 e a necessidade da Administração Municipal organizar e controlar os seus bens patrimoniais;

DECRETA:

Art. 1º. A Secretaria de Administração e Planejamento, através do Departamento Patrimonial, é responsável pelo cadastramento, movimentação, baixa e alienação dos bens públicos municipais.

Art. 2º. Compete ao Departamento Patrimonial:
Manter cadastrados todos os bens públicos municipais no sistema de patrimônio, classificando-os por categorias e alocando-os em órgãos, unidades administrativas e centros de custos da Administração Municipal;
b) Todos os bens públicos municipais deverão ser numerados, mediante registro no sistema de patrimônio, e identificá-los, sempre que possível, através de plaquetas com o respectivo número de registro;
c) Emitir termo de responsabilidade ao responsável da unidade e centro de custo pelo uso dos bens públicos municipais, e providenciar as alterações em função de inclusão de novos itens, de movimentações, baixas e alteração de responsáveis;
d) Promover inventário físico anual ao término de cada exercício ou quando solicitado pelo Chefe do Executivo Municipal, através da comissão especial designada;
e) Efetuar as movimentações no sistema patrimonial dos bens

entre as unidades administrativas, centros de custos e baixa dos bens alienados e inservíveis;

f) Manter sistema atualizado dos bens e permitir a sua consulta a todos os órgãos administrativos.

Art. 3º. Compete ao responsável de cada unidade administrativa municipal:

a) Encaminhar cópia da nota fiscal, concomitante ao seu recebimento, ao Departamento Patrimonial para sua incorporação ao patrimônio municipal;
b) Encaminhar juntamente com a nota fiscal deverá ser encaminhado descrição detalhada do bem e centro de custo que deverá ser alocado;
b) Somente autorizar a utilização do bem, após o seu cadastro no sistema patrimonial e a colocação da respectiva placa de identificação;
c) Zelar e proteger os bens públicos sob sua responsabilidade;
d) Encaminhar o termo de movimentação conforme modelo do Anexo I, ao Departamento Patrimonial sempre que houver movimentação do bem.

Art 4º. Compete a comissão especial:

a) Promover o inventário e avaliação dos bens conforme orientação e prazos estipulados pelo Departamento Patrimonial;
b) Analisar bens inservíveis encaminhados para baixa, e emitir relatório conclusivo a respeito de seu estado de conservação e da inviabilidade de sua recuperação direcionando ao Departamento Patrimonial para providências.

Art 5º. Anualmente devera ser feito atualização dos valores dos bens patrimoniais, bem como ajuste entre o sistema patrimonial e contábil.

Art. 6º. Todos os bens que forem recebidos em doação ou forem doados pela Administração Pública deverão observar todas as disposições constantes deste Decreto.

Art. 7º. A não observância de quaisquer das disposições deste Decreto, sujeita o infrator as penalidades previstas em Lei.

Art. 8º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO
FRAIBURGO, SC., 23 DE JANEIRO DE 2012.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

ANEXO I

TERMO DE MOVIMENTAÇÃO DE BENS

Município de Fraiburgo
Secretaria de Administração e Planejamento
Setor de Patrimônio

TERMO DE MOVIMENTAÇÃO DE BENS PATRIMONIAS - TMBP	Nº
--	----

Unidade Administrativa:	
C Custo	
Responsável:	

Para: Unidade administrativa	
C Custo	

Assunto:	
<input type="checkbox"/> Transferência Definitiva	<input type="checkbox"/> Transferência com prazo determinado ____/____/____
<input type="checkbox"/> Transferência para Conserto	<input type="checkbox"/> Solicitação de Baixa Motivo: _____ _____

Item	Nº Imobilizado	Especificação do Bem

Remetente: Data: ____/____/____ Assinatura/Carimbo	Destinatário: Data: ____/____/____ Assinatura/Carimbo	Visto Setor Patrimônio Data: ____/____/____ Assinatura/Carimbo
---	--	---

Decreto Nº 0032/2012

DECRETO Nº 0032, DE 23 DE JANEIRO DE 2012.

NOMEIA COMISSÃO ESPECIAL PARA REALIZAÇÃO DE AVALIAÇÃO DOS BENS MUNICIPAIS QUE CONSTITUEM O PATRIMÔNIO PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE FRAIBURGO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais; considerando o disposto nos artigos 88, 89 e seguintes da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º. Fica nomeada a Comissão Especial para realização de avaliação dos bens que constituem o patrimônio público do Município de Fraiburgo, que será constituída pelos seguintes membros:

I - Isabel Cristina Beher Scapinello;

II - Luiz Fernando Raldi;

III - Ricardo Schirmer;

IV - Robertson Muniz Parize;

V - Wigand Leonhardt.

Art. 2º. A Comissão Especial terá por competência e atribuição a avaliação de todos os bens móveis e imóveis que constituem o patrimônio público do Município de Fraiburgo, a fim de determinar o seu valor.

Art. 3º. Presidirá a Comissão Especial o servidor Luiz Fernando Raldi e a supervisão ficará a cargo da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento e acompanhamento pela Controladoria Interna do município.

Art. 4º. A Comissão Especial poderá requisitar auxílio de profissionais do quadro de servidores do município, necessários para realização das avaliações de acordo com as especificações de cada bem a ser avaliado, bem como solicitar pareceres técnicos de empresas e profissionais particulares.

Art. 5º. Caberá a Comissão Especial a emissão de laudo de avaliação de cada bem e registro eletrônico em sistema informatizado próprio do município.

Art. 6º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO

FRAIBURGO, SC, 23 DE JANEIRO DE 2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Aviso do Edital de Credenciamento Nº 0001/2012

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO-SC

AVISO DE CREDENCIAMENTO

EDITAL Nº 0001/2012 - PMF

O Município de Fraiburgo, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, torna público que está procedendo ao chamamento público para fins de credenciamento de empresas editoras de jornais, com circulação regional, com abrangência no município de Fraiburgo/SC, para veiculação na forma impressa de publicidade institucional, de utilidade pública, campanhas educativas e outras, nos termos do Decreto Municipal nº 0027, de 19 de janeiro de 2012. Período de Credenciamento: de 20/01/2012 até 31/12/2012. O Edital poderá ser retirado na Prefeitura Municipal de Fraiburgo, na Av. Rio das Antas, 185 ou pelo Site: www.fraiburgo.sc.gov.br. Informações pelo fone (49)3256-3000-Ramais 3023/3039.

Fraiburgo, 20 de janeiro de 2012

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

Aviso do Edital de Credenciamento Nº 0002/2012

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO-SC

AVISO DE CREDENCIAMENTO

EDITAL Nº 0002/2012 - PMF

O Município de Fraiburgo, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, torna público que está procedendo ao chamamento público para fins de credenciamento de emissoras de radiodifusão sonora em frequência modulada (FM) interessadas na prestação de serviços de divulgações institucionais e/ou eventos oficiais deste Município, nos termos do Decreto Municipal nº 0028, de 19 de janeiro de 2012. Período de Credenciamento: de 20/01/2012 até 31/12/2012. O Edital poderá ser retirado na Prefeitura Municipal de Fraiburgo, na Av. Rio das Antas, 185 ou pelo Site: www.fraiburgo.sc.gov.br. Informações pelo fone (49)3256-3000-Ramais 3023/3039.

Fraiburgo, 20 de janeiro de 2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

Aviso do Pregão Presencial Nº 0002/2012- FMS

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0002/2012 - FMS

REGISTRO DE PREÇOS Nº 0001

Objeto: O presente pregão tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para contratação futura de empresa do ramo objetivando a prestação de serviços de transporte de pacientes para o Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), localizado no Parque da Maça em Fraiburgo, a ser utilizado pelo Órgão Gerenciador (Fundo Municipal de Saúde - FMS), durante os meses de fevereiro a maio de 2012. Julgamento: Menor Preço POR LOTE. Entrega/Protocolo dos Envelopes e Credenciamento: Até às 14:15 horas do dia 06/02/2012. Abertura: Às 14:15 horas do mesmo dia. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 - Ramais 3023/3039. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo(SC), 20 de janeiro de 2012.

NILCE PINZ

Secretária Municipal de Saúde

Aviso do Pregão Presencial Nº 0003/2012- RP 0003 - SF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0003/2012- SF

REGISTRO DE PREÇOS Nº 0003/2012

A Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo - SANEFRAI torna público que realizará licitação na modalidade de Pregão Presencial, conforme segue: Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para contratação de empresa do ramo para prestação de serviços de manutenção e conserto de redes de energia elétrica e serviços afins gerais para uso da SANEFRAI, durante o período de fevereiro a agosto de 2012. Entrega/Protocolo dos Envelopes e Credenciamento: Até às 09:15 horas do dia 06/02/2012. Abertura: Às 09:15 horas do mesmo dia. Julgamento: Menor Preço POR LOTE. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 - Ramais 3023/3039. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br.

fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo(SC), 20 de janeiro de 2012.

ADEMIR PEDRO PERIN

Presidente da SANEFRAI

Aviso do Pregão Presencial Nº 0011/2012-PMF RP 0004

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0011/2012 - PMF

REGISTRO DE PREÇOS 0004/2012

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para contratações futuras, de forma parcelada, de um conjunto de máquinas, para prestação de serviços de horas/máquina para corte, carregamento, transporte espalhamento e compactação de terras, durante o período de fevereiro a dezembro de 2012. Julgamento: Menor Preço POR LOTE. Entrega/Protocolo dos Envelopes e Credenciamento: até às 10:15 horas do dia 03/02/2012. Abertura: às 10:15 horas do mesmo dia. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 - Ramais 3023/3039. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo (SC), 23 de janeiro de 2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

Extrato do Edital de Seleção ACT Nº 0002/2012

EXTRATO DE EDITAL DE SELEÇÃO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT Nº. 0002 DE 23 DE JANEIRO DE 2012.

O Prefeito Municipal DE FRAIBURGO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, FAZ SABER que encontram-se abertas as inscrições para o Processo Seletivo para Contratação em Caráter Temporário - ACT, para atender as necessidades temporárias de excepcional interesse público, para a função pública de ENGENHEIRO CIVIL. O preenchimento de vagas será para o ano de 2012, podendo ser prorrogado, em conformidade com a Lei Municipal nº 1220 de 4 de junho de 1997 e suas alterações. As inscrições serão realizadas no período de 24 de janeiro de 2012 a 7 de fevereiro de 2012, das 08:30 as 11:30 horas e das 14:00 às 17:00 horas, em dia de expediente (excetuados sábados, domingos, feriados e pontos facultativos), na Secretaria de Administração e Planejamento, Departamento de Gestão de Pessoal, localizado na Av. Rio das Antas, 185, Centro, Município de Fraiburgo, SC. A íntegra do Edital estará disponível na internet no site "www.fraiburgo.sc.gov.br". Outras informações junto a Prefeitura Municipal de Fraiburgo, pelo fone (49) 3256-3014.

Fraiburgo, 23 de janeiro de 2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Balanço 2011**Santa Catarina****Betha Sistemas****CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO**

Exercício de 2011

Demonstrativo da Receita e Despesa segundo as Categorias Econômicas - Anexo 1
Administração Indireta - CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

Página 1 de 1

Receitas		Despesas	
Títulos	Valor	Títulos	Valor
RECEITAS CORRENTES	1.583.220,70	DESPESAS CORRENTES	1.575.246,39
RECEITA PATRIMONIAL	1.596,14	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	81.909,88
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.581.044,69	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.493.336,51
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	579,87		
		SUPERAVIT	7.974,31
TOTAL	1.583.220,70	TOTAL	1.583.220,70
SUPERAVIT DO ORÇAMENTO CORRENTE	7.974,31		
		SUPERAVIT	7.974,31
TOTAL	1.583.220,70	TOTAL	1.583.220,70

Resumo

RECEITAS CORRENTES	1.583.220,70	DESPESAS CORRENTES	1.575.246,39
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	DESPESAS DE CAPITAL	0,00
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS	0,00	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS	0,00
		SUPERAVIT	7.974,31
TOTAL	1.583.220,70	TOTAL	1.583.220,70

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados, também são consideradas como despesas orçamentárias.

Fraiburgo, 13/01/2012

 Nelmar Pinz
 Presidente

 Moisés Amadeu Patricio
 Contador CRC/SC nº 018341/O-7

 Elói Ronnau
 Diretor Executivo

Betha Sistemas

Exercício de 2011

Página 1 de 1

Santa Catarina**CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO**

Natureza da Despesa segundo as Categorias Econômicas - Anexo 2 - Administração Indireta - CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

Entidade : CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

Órgão: 01 - CONSÓRCIO PÚBLICO

Unidade Orçamentária: 01 - CONSÓRCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econ.
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			1.575.246,39
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			81.909,88
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		81.909,88	
3.1.90.11.00.00.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	63.258,86		
3.1.90.11.01.00.00.00	Vencimentos e Salários	59.111,61		
3.1.90.11.43.00.00.00	13º Salário	4.147,25		
3.1.90.13.00.00.00.00	Obrigacoes Patronais	18.651,02		
3.1.90.13.01.00.00.00	FGTS	4.944,66		
3.1.90.13.02.00.00.00	Contribuições Previdenciárias - INSS	13.706,36		
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			1.493.336,51
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		1.493.336,51	
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	729.219,57		
3.3.90.30.01.00.00.00	Combustíveis e Lubrificantes Automotivos	45.525,20		
3.3.90.30.26.00.00.00	Material Elétrico e Eletrônico	656.600,56		
3.3.90.30.28.00.00.00	Material de Proteção e Segurança	10,00		
3.3.90.30.39.00.00.00	Material para Manutenção de Veículos	25.244,47		
3.3.90.30.42.00.00.00	Ferramentas	396,00		
3.3.90.30.96.00.00.00	Materiais de Consumo - Pagamento Antecipado	1.103,34		
3.3.90.30.99.00.00.00	Outros Materiais de Consumo	340,00		
3.3.90.36.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	3.025,00		
3.3.90.36.15.00.00.00	Locação de Imóveis	3.025,00		
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	761.091,94		
3.3.90.39.08.00.00.00	Manutenção de Software	3.500,00		
3.3.90.39.11.00.00.00	Locação de Softwares	13.064,92		
3.3.90.39.17.00.00.00	Manutenção e Conservação de Máquinas e Equip	9.231,71		
3.3.90.39.41.00.00.00	Fornecimento de Alimentação	9.205,55		
3.3.90.39.58.00.00.00	Serviços de Telecomunicações	2.136,54		
3.3.90.39.63.00.00.00	Serviços Gráficos e Editoriais	4.918,00		
3.3.90.39.74.00.00.00	Frete e Transportes de Encomendas	530,00		
3.3.90.39.80.00.00.00	Hospedagens	5.590,67		
3.3.90.39.81.00.00.00	Serviços Bancários	1.285,95		
3.3.90.39.96.00.00.00	Outros Serviços de Terc Pessoa Jur - Pagto Antec	4.215,38		
3.3.90.39.97.00.00.00	Despesas de Teleprocessamento	3.300,00		
3.3.90.39.99.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	704.113,22		
Total da Unidade:				1.575.246,39
Total do Órgão:				1.575.246,39
Total da Entidade:				1.575.246,39
TOTAL GERAL:				1.575.246,39

Fraiburgo, 20/01/2012

Nelmar Pinz
PresidenteMoisés Amadeu Patricio
Contador CRC/SC nº 018341/O-7Elói Ronnau
Diretor Executivo

Betha Sistemas

Exercício de 2011

Santa Catarina**CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO**

Receita segundo as Categorias Econômicas - Anexo 02 - Administração Indireta - CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
1.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES			1.583.220,70
1.3.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL		1.596,14	
1.3.2.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS		1.596,14	
1.3.2.5.00.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	1.596,14		
1.3.2.5.01.00.00.00.00	Remuneração de Dep Banc de Rec Vinculados	1.596,14		
1.3.2.5.01.99.00.00.00	Remuneração de Outros Dep Banc Recursos Vinculados	1.596,14		
1.3.2.5.01.99.01.00.00	Remuneração Dep. Bancários - Municípios Conso	1.596,14		
1.7.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		1.581.044,69	
1.7.2.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS		1.581.044,69	
1.7.2.3.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DOS MUNICÍPIOS	1.581.044,69		
1.7.2.3.37.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	1.581.044,69		
1.7.2.3.37.05.00.00.00	ARROIO TRINTA	27.423,05		
1.7.2.3.37.05.01.00.00	GRUPO DE PROGRAMA 01	27.423,05		
1.7.2.3.37.05.01.01.00	Manutenção do CINCO	2.040,00		
1.7.2.3.37.05.01.01.33	Outras Despesas Correntes	1.724,21		
1.7.2.3.37.05.01.01.44	Investimentos	315,79		
1.7.2.3.37.05.01.03.00	Iluminação Pública	25.383,05		
1.7.2.3.37.05.01.03.31	Pessoal e Encargos Sociais	1.105,26		
1.7.2.3.37.05.01.03.33	Outras Despesas Correntes	24.277,79		
1.7.2.3.37.09.00.00.00	CAÇADOR	306.739,52		
1.7.2.3.37.09.01.00.00	GRUPO DE PROGRAMA 01	306.739,52		
1.7.2.3.37.09.01.01.00	Manutenção do CINCO	6.120,00		
1.7.2.3.37.09.01.01.33	Outras Despesas Correntes	5.172,63		
1.7.2.3.37.09.01.01.44	Investimentos	947,37		
1.7.2.3.37.09.01.02.00	Serviços de Máquinas	21.200,00		
1.7.2.3.37.09.01.02.31	Pessoal e Encargos Sociais	8.840,00		
1.7.2.3.37.09.01.02.33	Outras Despesas Correntes	11.960,00		
1.7.2.3.37.09.01.02.44	Investimentos	400,00		
1.7.2.3.37.09.01.03.00	Iluminação Pública	279.419,52		
1.7.2.3.37.09.01.03.31	Pessoal e Encargos Sociais	3.315,79		
1.7.2.3.37.09.01.03.33	Outras Despesas Correntes	276.103,73		
1.7.2.3.37.10.00.00.00	CALMON	35.000,00		
1.7.2.3.37.10.01.00.00	GRUPO DE PROGRAMA 01	35.000,00		
1.7.2.3.37.10.01.01.00	Manutenção do CINCO	2.040,00		
1.7.2.3.37.10.01.01.33	Outras Despesas Correntes	1.724,21		
1.7.2.3.37.10.01.01.44	Investimentos	315,79		
1.7.2.3.37.10.01.02.00	Serviços de Máquinas	9.752,00		
1.7.2.3.37.10.01.02.31	Pessoal e Encargos Sociais	2.342,60		
1.7.2.3.37.10.01.02.33	Outras Despesas Correntes	7.197,40		
1.7.2.3.37.10.01.02.44	Investimentos	212,00		
1.7.2.3.37.10.01.03.00	Iluminação Pública	23.208,00		
1.7.2.3.37.10.01.03.31	Pessoal e Encargos Sociais	1.105,26		
1.7.2.3.37.10.01.03.33	Outras Despesas Correntes	22.102,74		
1.7.2.3.37.19.00.00.00	FRAIBURGO	261.312,82		
1.7.2.3.37.19.01.00.00	GRUPO DE PROGRAMA 01	261.312,82		
1.7.2.3.37.19.01.01.00	Manutenção do CINCO	6.119,97		
1.7.2.3.37.19.01.01.33	Outras Despesas Correntes	5.172,60		
1.7.2.3.37.19.01.01.44	Investimentos	947,37		
1.7.2.3.37.19.01.02.00	Serviços de Máquinas	29.900,00		
1.7.2.3.37.19.01.02.31	Pessoal e Encargos Sociais	6.851,00		
1.7.2.3.37.19.01.02.33	Outras Despesas Correntes	22.689,00		
1.7.2.3.37.19.01.02.44	Investimentos	360,00		
1.7.2.3.37.19.01.03.00	Iluminação Pública	225.292,85		
1.7.2.3.37.19.01.03.31	Pessoal e Encargos Sociais	3.315,79		
1.7.2.3.37.19.01.03.33	Outras Despesas Correntes	221.977,06		
1.7.2.3.37.22.00.00.00	IBIAM	37.281,00		
1.7.2.3.37.22.01.00.00	GRUPO DE PROGRAMA 01	37.281,00		
1.7.2.3.37.22.01.01.00	Manutenção do CINCO	2.040,00		
1.7.2.3.37.22.01.01.33	Outras Despesas Correntes	1.724,21		
1.7.2.3.37.22.01.01.44	Investimentos	315,79		
1.7.2.3.37.22.01.02.00	Serviços de Máquinas	20.700,00		

Betha Sistemas

Exercício de 2011

Santa Catarina**CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO**

Receita segundo as Categorias Econômicas - Anexo 02 - Administração Indireta - CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
1.7.2.3.37.22.01.02.31	Pessoal e Encargos Sociais	4.972,50		
1.7.2.3.37.22.01.02.33	Outras Despesas Correntes	15.277,50		
1.7.2.3.37.22.01.02.44	Investimentos	450,00		
1.7.2.3.37.22.01.03.00	Iluminação Pública	14.541,00		
1.7.2.3.37.22.01.03.31	Pessoal e Encargos Sociais	1.105,26		
1.7.2.3.37.22.01.03.33	Outras Despesas Correntes	13.435,74		
1.7.2.3.37.24.00.00.00	IOMERÊ	79.888,80		
1.7.2.3.37.24.01.00.00	GRUPO DE PROGRAMA 01	79.888,80		
1.7.2.3.37.24.01.01.00	Manutenção do CINCO	2.039,91		
1.7.2.3.37.24.01.01.33	Outras Despesas Correntes	1.724,21		
1.7.2.3.37.24.01.01.44	Investimentos	315,70		
1.7.2.3.37.24.01.02.00	Serviços de Máquinas	27.036,00		
1.7.2.3.37.24.01.02.31	Pessoal e Encargos Sociais	7.226,70		
1.7.2.3.37.24.01.02.33	Outras Despesas Correntes	19.155,30		
1.7.2.3.37.24.01.02.44	Investimentos	654,00		
1.7.2.3.37.24.01.03.00	Iluminação Pública	50.812,89		
1.7.2.3.37.24.01.03.31	Pessoal e Encargos Sociais	1.105,26		
1.7.2.3.37.24.01.03.33	Outras Despesas Correntes	49.707,63		
1.7.2.3.37.33.00.00.00	LEBON RÉGIS	43.620,00		
1.7.2.3.37.33.01.00.00	GRUPO DE PROGRAMA 01	43.620,00		
1.7.2.3.37.33.01.01.00	Manutenção do CINCO	2.040,00		
1.7.2.3.37.33.01.01.33	Outras Despesas Correntes	1.724,21		
1.7.2.3.37.33.01.01.44	Investimentos	315,79		
1.7.2.3.37.33.01.03.00	Iluminação Pública	41.580,00		
1.7.2.3.37.33.01.03.31	Pessoal e Encargos Sociais	1.105,26		
1.7.2.3.37.33.01.03.33	Outras Despesas Correntes	40.474,74		
1.7.2.3.37.36.00.00.00	MACIEIRA	43.644,89		
1.7.2.3.37.36.01.00.00	GRUPO DE PROGRAMA 01	43.644,89		
1.7.2.3.37.36.01.01.00	Manutenção do CINCO	2.040,00		
1.7.2.3.37.36.01.01.33	Outras Despesas Correntes	1.724,21		
1.7.2.3.37.36.01.01.44	Investimentos	315,79		
1.7.2.3.37.36.01.02.00	Serviços de Máquinas	18.200,00		
1.7.2.3.37.36.01.02.31	Pessoal e Encargos Sociais	4.420,00		
1.7.2.3.37.36.01.02.33	Outras Despesas Correntes	13.580,00		
1.7.2.3.37.36.01.02.44	Investimentos	200,00		
1.7.2.3.37.36.01.03.00	Iluminação Pública	23.404,89		
1.7.2.3.37.36.01.03.31	Pessoal e Encargos Sociais	1.105,26		
1.7.2.3.37.36.01.03.33	Outras Despesas Correntes	22.299,63		
1.7.2.3.37.38.00.00.00	MATOS COSTA	4.500,00		
1.7.2.3.37.38.01.00.00	GRUPO DE PROGRAMA 01	4.500,00		
1.7.2.3.37.38.01.01.00	Manutenção do CINCO	2.040,00		
1.7.2.3.37.38.01.01.33	Outras Despesas Correntes	1.724,21		
1.7.2.3.37.38.01.01.44	Investimentos	315,79		
1.7.2.3.37.38.01.03.00	Iluminação Pública	2.460,00		
1.7.2.3.37.38.01.03.31	Pessoal e Encargos Sociais	1.105,26		
1.7.2.3.37.38.01.03.33	Outras Despesas Correntes	1.354,74		
1.7.2.3.37.43.00.00.00	PINHEIRO PRETO	52.857,12		
1.7.2.3.37.43.01.00.00	GRUPO DE PROGRAMA 01	52.857,12		
1.7.2.3.37.43.01.01.00	Manutenção do CINCO	2.040,00		
1.7.2.3.37.43.01.01.33	Outras Despesas Correntes	1.724,21		
1.7.2.3.37.43.01.01.44	Investimentos	315,79		
1.7.2.3.37.43.01.02.00	Serviços de Máquinas	20.700,00		
1.7.2.3.37.43.01.02.31	Pessoal e Encargos Sociais	4.972,50		
1.7.2.3.37.43.01.02.33	Outras Despesas Correntes	15.277,50		
1.7.2.3.37.43.01.02.44	Investimentos	450,00		
1.7.2.3.37.43.01.03.00	Iluminação Pública	30.117,12		
1.7.2.3.37.43.01.03.31	Pessoal e Encargos Sociais	1.105,26		
1.7.2.3.37.43.01.03.33	Outras Despesas Correntes	29.011,86		
1.7.2.3.37.49.00.00.00	RIO DAS ANTAS	65.525,55		
1.7.2.3.37.49.01.00.00	GRUPO DE PROGRAMA 01	65.525,55		
1.7.2.3.37.49.01.01.00	Manutenção do CINCO	2.040,00		

Betha Sistemas

Exercício de 2011

Santa Catarina**CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO**

Receita segundo as Categorias Econômicas - Anexo 02 - Administração Indireta - CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
1.7.2.3.37.49.01.01.33	Outras Despesas Correntes	1.724,21		
1.7.2.3.37.49.01.01.44	Investimentos	315,79		
1.7.2.3.37.49.01.02.00	Serviços de Máquinas	18.400,00		
1.7.2.3.37.49.01.02.31	Pessoal e Encargos Sociais	4.420,00		
1.7.2.3.37.49.01.02.33	Outras Despesas Correntes	13.580,00		
1.7.2.3.37.49.01.02.44	Investimentos	400,00		
1.7.2.3.37.49.01.03.00	Iluminação Pública	45.085,55		
1.7.2.3.37.49.01.03.31	Pessoal e Encargos Sociais	1.105,26		
1.7.2.3.37.49.01.03.33	Outras Despesas Correntes	43.980,29		
1.7.2.3.37.50.00.00.00	SALTO VELOSO	35.188,34		
1.7.2.3.37.50.01.00.00	GRUPO DE PROGRAMA 01	35.188,34		
1.7.2.3.37.50.01.01.00	Manutenção do CINCO	2.040,00		
1.7.2.3.37.50.01.01.33	Outras Despesas Correntes	1.724,21		
1.7.2.3.37.50.01.01.44	Investimentos	315,79		
1.7.2.3.37.50.01.02.00	Serviços de Máquinas	12.036,00		
1.7.2.3.37.50.01.02.31	Pessoal e Encargos Sociais	3.911,70		
1.7.2.3.37.50.01.02.33	Outras Despesas Correntes	7.770,30		
1.7.2.3.37.50.01.02.44	Investimentos	354,00		
1.7.2.3.37.50.01.03.00	Iluminação Pública	21.112,34		
1.7.2.3.37.50.01.03.31	Pessoal e Encargos Sociais	1.105,26		
1.7.2.3.37.50.01.03.33	Outras Despesas Correntes	20.007,08		
1.7.2.3.37.54.00.00.00	TANGARÁ	58.135,77		
1.7.2.3.37.54.01.00.00	GRUPO DE PROGRAMA 01	58.135,77		
1.7.2.3.37.54.01.01.00	Manutenção do CINCO	2.040,00		
1.7.2.3.37.54.01.01.33	Outras Despesas Correntes	1.724,21		
1.7.2.3.37.54.01.01.44	Investimentos	315,79		
1.7.2.3.37.54.01.03.00	Iluminação Pública	56.095,77		
1.7.2.3.37.54.01.03.31	Pessoal e Encargos Sociais	1.105,26		
1.7.2.3.37.54.01.03.33	Outras Despesas Correntes	54.990,51		
1.7.2.3.37.55.00.00.00	TIMBÓ GRANDE	7.160,00		
1.7.2.3.37.55.01.00.00	GRUPO DE PROGRAMA 01	7.160,00		
1.7.2.3.37.55.01.01.00	Manutenção do CINCO	1.020,00		
1.7.2.3.37.55.01.01.33	Outras Despesas Correntes	862,08		
1.7.2.3.37.55.01.01.44	Investimentos	157,92		
1.7.2.3.37.55.01.03.00	Iluminação Pública	6.140,00		
1.7.2.3.37.55.01.03.31	Pessoal e Encargos Sociais	552,66		
1.7.2.3.37.55.01.03.33	Outras Despesas Correntes	5.587,34		
1.7.2.3.37.60.00.00.00	VIDEIRA	522.767,83		
1.7.2.3.37.60.01.00.00	GRUPO DE PROGRAMA 01	522.767,83		
1.7.2.3.37.60.01.01.00	Manutenção do CINCO	7.225,28		
1.7.2.3.37.60.01.01.33	Outras Despesas Correntes	5.172,63		
1.7.2.3.37.60.01.01.44	Investimentos	2.052,65		
1.7.2.3.37.60.01.03.00	Iluminação Pública	515.542,55		
1.7.2.3.37.60.01.03.31	Pessoal e Encargos Sociais	2.210,51		
1.7.2.3.37.60.01.03.33	Outras Despesas Correntes	513.332,04		
1.9.0.0.00.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES		579,87	
1.9.1.0.00.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora		418,36	
1.9.1.9.00.00.00.00.00	Multas de Outras Origens	418,36		
1.9.1.9.27.00.00.00.00	Multas e Juros Previstos em Contratos	418,36		
1.9.2.0.00.00.00.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES		161,50	
1.9.2.2.00.00.00.00.00	RESTITUIÇÕES	161,50		
1.9.2.2.99.00.00.00.00	Outras Restituições	161,50		
1.9.9.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DIVERSAS		0,01	
1.9.9.0.99.00.00.00.00	Outras Receitas	0,01		

Total: 1.583.220,70

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

Betha Sistemas

Exercício de 2011

Santa Catarina**CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO**

Receita segundo as Categorias Econômicas - Anexo 02 - Administração Indireta - CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
--------	---------------	---------------	-------	---------------------

Fraiburgo, 13/01/2012

Nelmar Pinz
Presidente

Moisés Amadeu Patricio
Contador CRC/SC nº 018341/O-7

Elói Ronnau
Diretor Executivo

Santa Catarina

Betha Sistemas

Exercício de 2011

Página 1 de 1

CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

Resumo Geral da Despesa - Anexo 2 - Administração Indireta - CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econ.
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			1.575.246,39
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			81.909,88
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		81.909,88	
3.1.90.11.00.00.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	63.258,86		
3.1.90.11.01.00.00.00	Vencimentos e Salários	59.111,61		
3.1.90.11.43.00.00.00	13º Salário	4.147,25		
3.1.90.13.00.00.00.00	Obrigacoes Patronais	18.651,02		
3.1.90.13.01.00.00.00	FGTS	4.944,66		
3.1.90.13.02.00.00.00	Contribuições Previdenciárias - INSS	13.706,36		
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			1.493.336,51
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		1.493.336,51	
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	729.219,57		
3.3.90.30.01.00.00.00	Combustíveis e Lubrificantes Automotivos	45.525,20		
3.3.90.30.26.00.00.00	Material Elétrico e Eletrônico	656.600,56		
3.3.90.30.28.00.00.00	Material de Proteção e Segurança	10,00		
3.3.90.30.39.00.00.00	Material para Manutenção de Veículos	25.244,47		
3.3.90.30.42.00.00.00	Ferramentas	396,00		
3.3.90.30.96.00.00.00	Materiais de Consumo - Pagamento Antecipado	1.103,34		
3.3.90.30.99.00.00.00	Outros Materiais de Consumo	340,00		
3.3.90.36.00.00.00.00	Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Fisica	3.025,00		
3.3.90.36.15.00.00.00	Locação de Imóveis	3.025,00		
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	761.091,94		
3.3.90.39.08.00.00.00	Manutenção de Software	3.500,00		
3.3.90.39.11.00.00.00	Locação de Softwares	13.064,92		
3.3.90.39.17.00.00.00	Manutenção e Conservação de Máquinas e Equip	9.231,71		
3.3.90.39.41.00.00.00	Fornecimento de Alimentação	9.205,55		
3.3.90.39.58.00.00.00	Serviços de Telecomunicações	2.136,54		
3.3.90.39.63.00.00.00	Serviços Gráficos e Editoriais	4.918,00		
3.3.90.39.74.00.00.00	Fretes e Transportes de Encomendas	530,00		
3.3.90.39.80.00.00.00	Hospedagens	5.590,67		
3.3.90.39.81.00.00.00	Serviços Bancários	1.285,95		
3.3.90.39.96.00.00.00	Outros Serviços de Terc Pessoa Jur - Pagto Antec	4.215,38		
3.3.90.39.97.00.00.00	Despesas de Teleprocessamento	3.300,00		
3.3.90.39.99.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	704.113,22		
			Total:	1.575.246,39

Fraiburgo, 20/01/2012

Nelmar Pinz
Presidente

Moisés Amadeu Patricio
Contador CRC/SC nº 018341/O-7

Elói Ronnau
Diretor Executivo

Santa Catarina**CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO**

Programa de Trabalho por Órgão e Unidade Orçamentária - Anexo 06 - Administração Indireta - CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

Betha Sistemas

Exercício de 2011

Página 1 de 3

Entidade :CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

Órgão: 01 - CONSÓRCIO PÚBLICO

Unidade Orçamentária: 01 - CONSÓRCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

Código	Especificação	Operações Especiais	Projetos	Atividades	Total
04	Administração			26.479,59	26.479,59
04.122	Administração Geral			26.479,59	26.479,59
04.122.0001	Desenvolvimento Regional			26.479,59	26.479,59
04.122.0001.2.001	MANUTENÇÃO DO CINCO			26.479,59	26.479,59
04.122.0001.2.002	DESENVOLVIMENTO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA				0,00
13	Cultura				0,00
13.392	Difusão Cultural				0,00
13.392.0001	Desenvolvimento Regional				0,00
13.392.0001.2.003	DESENVOLVIMENTO DA CULTURA				0,00
15	Urbanismo			1.373.262,32	1.373.262,32
15.451	Infra-Estrutura Urbana				0,00
15.451.0001	Desenvolvimento Regional				0,00
15.451.0001.1.002	CONSTRUÇÃO/REFORMA DE OBRAS PÚBLICAS				0,00
15.451.0001.1.003	IMPLANTAÇÃO DE SINALIZAÇÃO VIÁRIA HORIZONTAL E VERTICAL				0,00
15.451.0001.1.004	PAVIMENTAÇÃO E URBANIZAÇÃO DE RUAS, AVENIDAS E LOGRADOUROS				0,00
15.451.0001.2.004	DESENVOLVIMENTO DA INFRAESTRUTURA URBANA				0,00
15.452	Serviços Urbanos			1.373.262,32	1.373.262,32
15.452.0001	Desenvolvimento Regional			1.373.262,32	1.373.262,32
15.452.0001.2.005	DESENVOLVIMENTO DOS SERVIÇOS URBANOS			1.373.262,32	1.373.262,32
20	Agricultura			175.504,48	175.504,48
20.606	Extensão Rural			175.504,48	175.504,48
20.606.0001	Desenvolvimento Regional			175.504,48	175.504,48
20.606.0001.1.006	AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS				0,00
20.606.0001.1.007	CONSTRUÇÃO/REFORMAS DE PONTES E PONTILHÕES				0,00
20.606.0001.1.008	PAVIMENTAÇÃO E RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS RURAIS				0,00
20.606.0001.2.008	DESENVOLVIMENTO DA EXTENSÃO RURAL			175.504,48	175.504,48
23	Comércio e Serviços				0,00
23.691	Promoção Comercial				0,00
23.691.0001	Desenvolvimento Regional				0,00
23.691.0001.1.011	IMPLANTAÇÃO DE SINALIZAÇÃO TURISTICA				0,00
23.691.0001.2.009	DESENVOLVIMENTO DA PROMOÇÃO COMERCIAL				0,00
23.695	Turismo				0,00
23.695.0001	Desenvolvimento Regional				0,00
23.695.0001.2.010	DESENVOLVIMENTO DO TURISMO				0,00
23.695.0001.2.011	DESENVOLVIMENTO DE EVENTOS FEIRAS E EXPOSIÇÕES				0,00
27	Desporto e Lazer				0,00
27.812	Desporto Comunitário				0,00
27.812.0001	Desenvolvimento Regional				0,00
27.812.0001.2.012	DESENVOLVIMENTO DO ESPORTE E LAZER COMUNITÁRIO				0,00



Santa Catarina**CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO**

Programa de Trabalho por Órgão e Unidade Orçamentária - Anexo 06 - Administração Indireta - CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

Betha Sistemas

Exercício de 2011

Página 2 de 3

Entidade :CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

Órgão: 01 - CONSÓRCIO PÚBLICO

Unidade Orçamentária: 02 - ENCARGOS GERAIS DO CINCO

Código	Especificação	Operações Especiais	Projetos	Atividades	Total
28	Encargos Especiais				0,00
28.843	Serviço da Dívida Interna				0,00
28.843.0000	Encargos Especiais				0,00
28.843.0000.0.100	AMORTIZAÇÃO DA DIVIDA INTERNA FUNDADA				0,00
28.846	Outros Encargos Especiais				0,00
28.846.0000	Encargos Especiais				0,00
28.846.0000.0.300	CONTRIBUIÇÃO AO PASEP				0,00
28.846.0000.0.400	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES				0,00
Total:				1.575.246,39	1.575.246,39

Santa Catarina**CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO**

Programa de Trabalho por Órgão e Unidade Orçamentária - Anexo 06 - Administração Indireta - CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

Betha Sistemas

Exercício de 2011

Página 3 de 3

Entidade :CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

Órgão: 99 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

Unidade Orçamentária: 99 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

Código	Especificação	Operações Especiais	Projetos	Atividades	Total
99	Reserva de Contingência				0,00
99.999	Reserva de Contingência				0,00
99.999.0002	Reserva de Contingência				0,00
99.999.0002.9.999	RESERVA DE CONTINGÊNCIA				0,00
Total:					0,00
Total da Entidade:				1.575.246,39	1.575.246,39
TOTAL GERAL:				1.575.246,39	1.575.246,39

Fraiburgo, 13/01/2012

Nelmar Pinz
Presidente

Moisés Amadeu Patricio
Contador CRC/SC nº 018341/O-7

Elói Ronnau
Diretor Executivo

Santa Catarina

Betha Sistemas

Exercício de 2011

CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

Demonstrativo de Funções, Subfunções e Programas por Projetos e Atividades - Anexo 07 - Administração Indireta - CONSORCIO INTEGRADO DO

Página 1 de 2

Código	Especificação	Operações Especiais	Projetos	Atividades	Total
04	Administração			26.479,59	26.479,59
04.122	Administração Geral			26.479,59	26.479,59
04.122.0001	Desenvolvimento Regional			26.479,59	26.479,59
04.122.0001.2.001	MANUTENÇÃO DO CINCO			26.479,59	26.479,59
04.122.0001.2.002	DESENVOLVIMENTO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA				0,00
13	Cultura				0,00
13.392	Difusão Cultural				0,00
13.392.0001	Desenvolvimento Regional				0,00
13.392.0001.2.003	DESENVOLVIMENTO DA CULTURA				0,00
15	Urbanismo			1.373.262,32	1.373.262,32
15.451	Infra-Estrutura Urbana				0,00
15.451.0001	Desenvolvimento Regional				0,00
15.451.0001.1.002	CONSTRUÇÃO/REFORMA DE OBRAS PÚBLICAS				0,00
15.451.0001.1.003	IMPLANTAÇÃO DE SINALIZAÇÃO VIÁRIA HORIZONTAL E VERTICAL				0,00
15.451.0001.1.004	PAVIMENTAÇÃO E URBANIZAÇÃO DE RUAS, AVENIDAS E LOGRADOUROS PÚBLICOS				0,00
15.451.0001.2.004	DESENVOLVIMENTO DA INFRAESTRUTURA URBANA				0,00
15.452	Serviços Urbanos			1.373.262,32	1.373.262,32
15.452.0001	Desenvolvimento Regional			1.373.262,32	1.373.262,32
15.452.0001.2.005	DESENVOLVIMENTO DOS SERVIÇOS URBANOS			1.373.262,32	1.373.262,32
20	Agricultura			175.504,48	175.504,48
20.606	Extensão Rural			175.504,48	175.504,48
20.606.0001	Desenvolvimento Regional			175.504,48	175.504,48
20.606.0001.1.006	AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS				0,00
20.606.0001.1.007	CONSTRUÇÃO/REFORMAS DE PONTES E PONTILHÕES				0,00
20.606.0001.1.008	PAVIMENTAÇÃO E RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS RURAIS				0,00
20.606.0001.2.008	DESENVOLVIMENTO DA EXTENSÃO RURAL			175.504,48	175.504,48
23	Comércio e Serviços				0,00
23.691	Promoção Comercial				0,00
23.691.0001	Desenvolvimento Regional				0,00
23.691.0001.1.011	IMPLANTAÇÃO DE SINALIZAÇÃO TURÍSTICA				0,00
23.691.0001.2.009	DESENVOLVIMENTO DA PROMOÇÃO COMERCIAL				0,00
23.695	Turismo				0,00
23.695.0001	Desenvolvimento Regional				0,00
23.695.0001.2.010	DESENVOLVIMENTO DO TURISMO				0,00
23.695.0001.2.011	DESENVOLVIMENTO DE EVENTOS FEIRAS E EXPOSIÇÕES				0,00

Santa Catarina

Betha Sistemas

Exercício de 2011

CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

Demonstrativo de Funções, Subfunções e Programas por Projetos e Atividades - Anexo 07 - Administração Indireta - CONSORCIO INTEGRADO DO

Página 2 de 2

Código	Especificação	Operações Especiais	Projetos	Atividades	Total
27	Desporto e Lazer				0,00
27.812	Desporto Comunitário				0,00
27.812.0001	Desenvolvimento Regional				0,00
27.812.0001.2.012	DESENVOLVIMENTO DO ESPORTE E LAZER COMUNITÁRIO				0,00
28	Encargos Especiais				0,00
28.843	Serviço da Dívida Interna				0,00
28.843.0000	Encargos Especiais				0,00
28.843.0000.0.100	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA INTERNA FUNDADA				0,00
28.846	Outros Encargos Especiais				0,00
28.846.0000	Encargos Especiais				0,00
28.846.0000.0.300	CONTRIBUIÇÃO AO PASEP				0,00
28.846.0000.0.400	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES				0,00
99	Reserva de Contingência				0,00
99.999	Reserva de Contingência				0,00
99.999.0002	Reserva de Contingência				0,00
99.999.0002.9.999	RESERVA DE CONTINGÊNCIA				0,00
Total:		0,00	0,00	1.575.246,39	1.575.246,39

Fraiburgo, 13/01/2012

Nelmar Pinz
Presidente

Moisés Amadeu Patricio
Contador CRC/SC nº 018341/O-7

Elói Ronnau
Diretor Executivo

Betha Sistemas

Exercício de 2011

Página 1 de 1

Santa Catarina**CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO**

Demonstrativo da Despesa por Funções, Subfunções e Programas Conforme o Vínculo com os Recursos - Anexo 08

Administração Indireta - CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

Código	Especificação	Ordinário	Vinculado	Total
4	Administração	892,90	25.586,69	26.479,59
04.122	Administração Geral	892,90	25.586,69	26.479,59
04.122.0001	Desenvolvimento Regional	892,90	25.586,69	26.479,59
04.122.0001.2.001	MANUTENÇÃO DO CINCO	892,90	25.586,69	26.479,59
15	Urbanismo		1.373.262,32	1.373.262,32
15.452	Serviços Urbanos		1.373.262,32	1.373.262,32
15.452.0001	Desenvolvimento Regional		1.373.262,32	1.373.262,32
15.452.0001.2.005	DESENVOLVIMENTO DOS SERVIÇOS URBANOS		1.373.262,32	1.373.262,32
20	Agricultura	11.137,25	164.367,23	175.504,48
20.606	Extensão Rural	11.137,25	164.367,23	175.504,48
20.606.0001	Desenvolvimento Regional	11.137,25	164.367,23	175.504,48
20.606.0001.2.008	DESENVOLVIMENTO DA EXTENSÃO RURAL	11.137,25	164.367,23	175.504,48
Total:		12.030,15	1.563.216,24	1.575.246,39

Fraiburgo, 13/01/2012

Nelmar Pinz
PresidenteMoisés Amadeu Patricio
Contador CRC/SC nº 018341/O-7Elói Ronnau
Diretor Executivo

Santa Catarina**CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO**

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções - Anexo 9 - Administração Indireta - CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

Betha Sistemas

Exercício de 2011

Página 1 de 5

CÓDIGO	ÓRGÃOS	FUNÇÕES	LEGISLATIVA	JUDICIÁRIA	ESSENCIAL À JUSTIÇA	ADMINISTRAÇÃO	DEFESA NACIONAL	SEGURANÇA PÚBLICA
--------	--------	---------	-------------	------------	---------------------	---------------	-----------------	-------------------

Entidade: CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

1	CONSÓRCIO PÚBLICO					26.479,59		
99	RESERVA DE CONTINGÊNCIA							

Total da Entidade:						26.479,59		
--------------------	--	--	--	--	--	-----------	--	--

Total :						26.479,59		
---------	--	--	--	--	--	-----------	--	--

Santa Catarina**CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO**

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções - Anexo 9 - Administração Indireta - CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

Betha Sistemas

Exercício de 2011

Página 2 de 5

CÓDIGO	ÓRGÃOS	FUNÇÕES	RELAÇÕES EXTERIORES	ASSISTÊNCIA SOCIAL	PREVIDÊNCIA SOCIAL	SAÚDE	TRABALHO	EDUCAÇÃO
--------	--------	---------	------------------------	-----------------------	-----------------------	-------	----------	----------

Entidade: CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

1 CONSÓRCIO PÚBLICO
99 RESERVA DE CONTINGÊNCIA

Total da Entidade:

Total :

Santa Catarina**CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO**

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções - Anexo 9 - Administração Indireta - CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

Betha Sistemas

Exercício de 2011

Página 3 de 5

CÓDIGO	ÓRGÃOS	FUNÇÕES	CULTURA	DIREITOS DA CIDADANIA	URBANISMO	HABITAÇÃO	SANEAMENTO	GESTÃO AMBIENTAL
--------	--------	---------	---------	-----------------------	-----------	-----------	------------	------------------

Entidade: CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

1	CONSÓRCIO PÚBLICO					1.373.262,32		
99	RESERVA DE CONTINGÊNCIA							

Total da Entidade:						1.373.262,32		
--------------------	--	--	--	--	--	--------------	--	--

Total :						1.373.262,32		
---------	--	--	--	--	--	--------------	--	--

Santa Catarina**CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO**

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções - Anexo 9 - Administração Indireta - CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

Betha Sistemas

Exercício de 2011

Página 4 de 5

CÓDIGO	ÓRGÃOS	FUNÇÕES	CIÊNCIA E TECNOLOGIA	AGRICULTURA	ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA	INDÚSTRIA	COMÉRCIO E SERVIÇOS	COMUNICAÇÕES
--------	--------	---------	-------------------------	-------------	------------------------	-----------	------------------------	--------------

Entidade: CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

1	CONSÓRCIO PÚBLICO			175.504,48				
99	RESERVA DE CONTINGÊNCIA							
Total da Entidade:				175.504,48				
Total :				175.504,48				

Santa Catarina**CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO**

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções - Anexo 9 - Administração Indireta - CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

Betha Sistemas

Exercício de 2011

Página 5 de 5

CÓDIGO	ÓRGÃOS	FUNÇÕES	ENERGIA	TRANSPORTES	DESPORTO E LAZER	ENCARGOS ESPECIAIS	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	TOTAL
--------	--------	---------	---------	-------------	------------------	--------------------	-------------------------	-------

Entidade: CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

1	CONSÓRCIO PÚBLICO							1.575.246,39
99	RESERVA DE CONTINGÊNCIA							

Total da Entidade:								1.575.246,39
--------------------	--	--	--	--	--	--	--	--------------

Total :								1.575.246,39
---------	--	--	--	--	--	--	--	--------------

Fraiburgo, 13/01/2012

Nelmar Pinz
Presidente

Moisés Amadeu Patricio
Contador CRC/SC nº 018341/O-7

Elói Ronnau
Diretor Executivo

Santa Catarina

Betha Sistemas

CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

Exercício de 2011

Comparativo da Receita Orçada Com a Arrecadada - Anexo 10 - Administração Indireta - CONSORCIO I
CONTESTADO - CINCO

Página 1 de 5

Títulos	Orçada	Arrecadada	Diferenças	
			Para mais	Para Menos
RECEITAS	1.255.000,00	1.583.220,70	1.240.877,11	912.656,41
RECEITAS CORRENTES	940.100,00	1.583.220,70	1.240.877,11	597.756,41
RECEITA TRIBUTARIA	1.100,00	0,00	0,00	1.100,00
IMPOSTOS	600,00	0,00	0,00	600,00
Impostos s/ o Patrimônio e a Renda	600,00	0,00	0,00	600,00
Imposto s/ Renda e Proventos de Qualquer Natureza	600,00	0,00	0,00	600,00
IRRF s/ os Rendimentos do Trabalho	500,00	0,00	0,00	500,00
IRRF s/ Outros Rendimentos	100,00	0,00	0,00	100,00
TAXAS	500,00	0,00	0,00	500,00
Tx pela Prestacao de Servicos	500,00	0,00	0,00	500,00
Outras Taxas de Prestação de Serviços	500,00	0,00	0,00	500,00
RECEITA PATRIMONIAL	300,00	1.596,14	1.496,14	200,00
RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	300,00	1.596,14	1.496,14	200,00
Remuneração de Depósitos Bancários	300,00	1.596,14	1.496,14	200,00
Remuneração de Dep Banc de Rec Vinculados	200,00	1.596,14	1.496,14	100,00
Remuneração de Outros Dep Banc Recursos Vinculados	200,00	1.596,14	1.496,14	100,00
Remuneração Dep. Bancários - Municípios Consorciad	100,00	1.596,14	1.496,14	0,00
Remuneração de Dep Bancários - Alienação de Bens	100,00	0,00	0,00	100,00
Remuneração de Dep. Banc. de Rec. Não Vinculados	100,00	0,00	0,00	100,00
Remuneração de Outros Dep Recursos Não Vinculados	100,00	0,00	0,00	100,00
RECEITA DE SERVIÇOS	280.800,00	0,00	0,00	280.800,00
Serv. Administrativos	1.500,00	0,00	0,00	1.500,00
Serv. de Venda de Editais	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00
Outros Serv. Administrativos	500,00	0,00	0,00	500,00
Serv. Recreativos e Culturais	500,00	0,00	0,00	500,00
Serv. Consultoria, Assist.Tecnica e Analise Proj.	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00
Serv. Consultoria, Assist.Tecnica e Analise Proj.	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00
Outros Servicos	277.800,00	0,00	0,00	277.800,00
Outros Serviços - Horas Máquinas	277.800,00	0,00	0,00	277.800,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	657.900,00	1.581.044,69	1.238.801,10	315.656,41
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	657.900,00	1.581.044,69	1.238.801,10	315.656,41
TRANSFERÊNCIAS DOS MUNICÍPIOS	657.900,00	1.581.044,69	1.238.801,10	315.656,41
Transferências a Consórcios Públicos	657.900,00	1.581.044,69	1.238.801,10	315.656,41
ARROIO TRINTA	30.000,00	27.423,05	17.277,79	19.854,74
GRUPO DE PROGRAMA 01	30.000,00	27.423,05	17.277,79	19.854,74
Manutenção do CINCO	8.000,00	2.040,00	0,00	5.960,00
Pessoal e Encargos Sociais	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00
Outras Despesas Correntes	4.000,00	1.724,21	0,00	2.275,79
Investimentos	2.000,00	315,79	0,00	1.684,21
Serviços de Máquinas	11.000,00	0,00	0,00	11.000,00
Pessoal e Encargos Sociais	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00
Outras Despesas Correntes	7.000,00	0,00	0,00	7.000,00
Investimentos	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00
Iluminação Pública	11.000,00	25.383,05	17.277,79	2.894,74
Pessoal e Encargos Sociais	2.000,00	1.105,26	0,00	894,74
Outras Despesas Correntes	7.000,00	24.277,79	17.277,79	0,00
Investimentos	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00
CAÇADOR	120.000,00	306.739,52	243.943,73	57.204,21
GRUPO DE PROGRAMA 01	120.000,00	306.739,52	243.943,73	57.204,21
Manutenção do CINCO	26.000,00	6.120,00	0,00	19.880,00
Pessoal e Encargos Sociais	6.000,00	0,00	0,00	6.000,00
Outras Despesas Correntes	14.000,00	5.172,63	0,00	8.827,37
Investimentos	6.000,00	947,37	0,00	5.052,63
Serviços de Máquinas	47.000,00	21.200,00	2.840,00	28.640,00
Pessoal e Encargos Sociais	6.000,00	8.840,00	2.840,00	0,00
Outras Despesas Correntes	35.000,00	11.960,00	0,00	23.040,00
Investimentos	6.000,00	400,00	0,00	5.600,00
Iluminação Pública	47.000,00	279.419,52	241.103,73	8.684,21
Pessoal e Encargos Sociais	6.000,00	3.315,79	0,00	2.684,21
Outras Despesas Correntes	35.000,00	276.103,73	241.103,73	0,00
Investimentos	6.000,00	0,00	0,00	6.000,00
CALMON	30.000,00	35.000,00	15.642,74	10.642,74
GRUPO DE PROGRAMA 01	30.000,00	35.000,00	15.642,74	10.642,74
Manutenção do CINCO	8.000,00	2.040,00	0,00	5.960,00



Santa Catarina

Betha Sistemas

CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

Exercício de 2011

Comparativo da Receita Orçada Com a Arrecadada - Anexo 10 - Administração Indireta - CONSORCIO I
CONTESTADO - CINCO

Página 2 de 5

Títulos	Orçada	Arrecadada	Diferenças	
			Para mais	Para Menos
Pessoal e Encargos Sociais	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00
Outras Despesas Correntes	4.000,00	1.724,21	0,00	2.275,79
Investimentos	2.000,00	315,79	0,00	1.684,21
Serviços de Máquinas	11.000,00	9.752,00	540,00	1.788,00
Pessoal e Encargos Sociais	2.000,00	2.342,60	342,60	0,00
Outras Despesas Correntes	7.000,00	7.197,40	197,40	0,00
Investimentos	2.000,00	212,00	0,00	1.788,00
Iluminação Pública	11.000,00	23.208,00	15.102,74	2.894,74
Pessoal e Encargos Sociais	2.000,00	1.105,26	0,00	894,74
Outras Despesas Correntes	7.000,00	22.102,74	15.102,74	0,00
Investimentos	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00
FRAIBURGO	117.900,00	261.312,82	187.828,06	44.415,24
GRUPO DE PROGRAMA 01	117.900,00	261.312,82	187.828,06	44.415,24
Manutenção do CINCO	23.900,00	6.119,97	0,00	17.780,03
Pessoal e Encargos Sociais	6.000,00	0,00	0,00	6.000,00
Outras Despesas Correntes	11.900,00	5.172,60	0,00	6.727,40
Investimentos	6.000,00	947,37	0,00	5.052,63
Serviços de Máquinas	47.000,00	29.900,00	851,00	17.951,00
Pessoal e Encargos Sociais	6.000,00	6.851,00	851,00	0,00
Outras Despesas Correntes	35.000,00	22.689,00	0,00	12.311,00
Investimentos	6.000,00	360,00	0,00	5.640,00
Iluminação Pública	47.000,00	225.292,85	186.977,06	8.684,21
Pessoal e Encargos Sociais	6.000,00	3.315,79	0,00	2.684,21
Outras Despesas Correntes	35.000,00	221.977,06	186.977,06	0,00
Investimentos	6.000,00	0,00	0,00	6.000,00
BIAM	30.000,00	37.281,00	17.685,74	10.404,74
GRUPO DE PROGRAMA 01	30.000,00	37.281,00	17.685,74	10.404,74
Manutenção do CINCO	8.000,00	2.040,00	0,00	5.960,00
Pessoal e Encargos Sociais	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00
Outras Despesas Correntes	4.000,00	1.724,21	0,00	2.275,79
Investimentos	2.000,00	315,79	0,00	1.684,21
Serviços de Máquinas	11.000,00	20.700,00	11.250,00	1.550,00
Pessoal e Encargos Sociais	2.000,00	4.972,50	2.972,50	0,00
Outras Despesas Correntes	7.000,00	15.277,50	8.277,50	0,00
Investimentos	2.000,00	450,00	0,00	1.550,00
Iluminação Pública	11.000,00	14.541,00	6.435,74	2.894,74
Pessoal e Encargos Sociais	2.000,00	1.105,26	0,00	894,74
Outras Despesas Correntes	7.000,00	13.435,74	6.435,74	0,00
Investimentos	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00
IOMERÊ	30.000,00	79.888,80	60.089,63	10.200,83
GRUPO DE PROGRAMA 01	30.000,00	79.888,80	60.089,63	10.200,83
Manutenção do CINCO	8.000,00	2.039,91	0,00	5.960,09
Pessoal e Encargos Sociais	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00
Outras Despesas Correntes	4.000,00	1.724,21	0,00	2.275,79
Investimentos	2.000,00	315,70	0,00	1.684,30
Serviços de Máquinas	11.000,00	27.036,00	17.382,00	1.346,00
Pessoal e Encargos Sociais	2.000,00	7.226,70	5.226,70	0,00
Outras Despesas Correntes	7.000,00	19.155,30	12.155,30	0,00
Investimentos	2.000,00	654,00	0,00	1.346,00
Iluminação Pública	11.000,00	50.812,89	42.707,63	2.894,74
Pessoal e Encargos Sociais	2.000,00	1.105,26	0,00	894,74
Outras Despesas Correntes	7.000,00	49.707,63	42.707,63	0,00
Investimentos	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00
LEBON RÉGIS	30.000,00	43.620,00	33.474,74	19.854,74
GRUPO DE PROGRAMA 01	30.000,00	43.620,00	33.474,74	19.854,74
Manutenção do CINCO	8.000,00	2.040,00	0,00	5.960,00
Pessoal e Encargos Sociais	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00
Outras Despesas Correntes	4.000,00	1.724,21	0,00	2.275,79
Investimentos	2.000,00	315,79	0,00	1.684,21
Serviços de Máquinas	11.000,00	0,00	0,00	11.000,00
Pessoal e Encargos Sociais	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00
Outras Despesas Correntes	7.000,00	0,00	0,00	7.000,00
Investimentos	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00
Iluminação Pública	11.000,00	41.580,00	33.474,74	2.894,74
Pessoal e Encargos Sociais	2.000,00	1.105,26	0,00	894,74
Outras Despesas Correntes	7.000,00	40.474,74	33.474,74	0,00
Investimentos	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00
MACIEIRA	30.000,00	43.644,89	24.299,63	10.654,74



Santa Catarina

Betha Sistemas

CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

Exercício de 2011

Comparativo da Receita Orçada Com a Arrecadada - Anexo 10 - Administração Indireta - CONSORCIO I
CONTESTADO - CINCO

Página 3 de 5

Títulos	Orçada	Arrecadada	Diferenças	
			Para mais	Para Menos
GRUPO DE PROGRAMA 01	30.000,00	43.644,89	24.299,63	10.654,74
Manutenção do CINCO	8.000,00	2.040,00	0,00	5.960,00
Pessoal e Encargos Sociais	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00
Outras Despesas Correntes	4.000,00	1.724,21	0,00	2.275,79
Investimentos	2.000,00	315,79	0,00	1.684,21
Serviços de Máquinas	11.000,00	18.200,00	9.000,00	1.800,00
Pessoal e Encargos Sociais	2.000,00	4.420,00	2.420,00	0,00
Outras Despesas Correntes	7.000,00	13.580,00	6.580,00	0,00
Investimentos	2.000,00	200,00	0,00	1.800,00
Iluminação Pública	11.000,00	23.404,89	15.299,63	2.894,74
Pessoal e Encargos Sociais	2.000,00	1.105,26	0,00	894,74
Outras Despesas Correntes	7.000,00	22.299,63	15.299,63	0,00
Investimentos	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00
MATOS COSTA	30.000,00	4.500,00	0,00	25.500,00
GRUPO DE PROGRAMA 01	30.000,00	4.500,00	0,00	25.500,00
Manutenção do CINCO	8.000,00	2.040,00	0,00	5.960,00
Pessoal e Encargos Sociais	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00
Outras Despesas Correntes	4.000,00	1.724,21	0,00	2.275,79
Investimentos	2.000,00	315,79	0,00	1.684,21
Serviços de Máquinas	11.000,00	0,00	0,00	11.000,00
Pessoal e Encargos Sociais	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00
Outras Despesas Correntes	7.000,00	0,00	0,00	7.000,00
Investimentos	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00
Iluminação Pública	11.000,00	2.460,00	0,00	8.540,00
Pessoal e Encargos Sociais	2.000,00	1.105,26	0,00	894,74
Outras Despesas Correntes	7.000,00	1.354,74	0,00	5.645,26
Investimentos	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00
PINHEIRO PRETO	30.000,00	52.857,12	33.261,86	10.404,74
GRUPO DE PROGRAMA 01	30.000,00	52.857,12	33.261,86	10.404,74
Manutenção do CINCO	8.000,00	2.040,00	0,00	5.960,00
Pessoal e Encargos Sociais	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00
Outras Despesas Correntes	4.000,00	1.724,21	0,00	2.275,79
Investimentos	2.000,00	315,79	0,00	1.684,21
Serviços de Máquinas	11.000,00	20.700,00	11.250,00	1.550,00
Pessoal e Encargos Sociais	2.000,00	4.972,50	2.972,50	0,00
Outras Despesas Correntes	7.000,00	15.277,50	8.277,50	0,00
Investimentos	2.000,00	450,00	0,00	1.550,00
Iluminação Pública	11.000,00	30.117,12	22.011,86	2.894,74
Pessoal e Encargos Sociais	2.000,00	1.105,26	0,00	894,74
Outras Despesas Correntes	7.000,00	29.011,86	22.011,86	0,00
Investimentos	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00
RIO DAS ANTAS	30.000,00	65.525,55	45.980,29	10.454,74
GRUPO DE PROGRAMA 01	30.000,00	65.525,55	45.980,29	10.454,74
Manutenção do CINCO	8.000,00	2.040,00	0,00	5.960,00
Pessoal e Encargos Sociais	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00
Outras Despesas Correntes	4.000,00	1.724,21	0,00	2.275,79
Investimentos	2.000,00	315,79	0,00	1.684,21
Serviços de Máquinas	11.000,00	18.400,00	9.000,00	1.600,00
Pessoal e Encargos Sociais	2.000,00	4.420,00	2.420,00	0,00
Outras Despesas Correntes	7.000,00	13.580,00	6.580,00	0,00
Investimentos	2.000,00	400,00	0,00	1.600,00
Iluminação Pública	11.000,00	45.085,55	36.980,29	2.894,74
Pessoal e Encargos Sociais	2.000,00	1.105,26	0,00	894,74
Outras Despesas Correntes	7.000,00	43.980,29	36.980,29	0,00
Investimentos	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00
SALTO VELOSO	30.000,00	35.188,34	15.689,08	10.500,74
GRUPO DE PROGRAMA 01	30.000,00	35.188,34	15.689,08	10.500,74
Manutenção do CINCO	8.000,00	2.040,00	0,00	5.960,00
Pessoal e Encargos Sociais	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00
Outras Despesas Correntes	4.000,00	1.724,21	0,00	2.275,79
Investimentos	2.000,00	315,79	0,00	1.684,21
Serviços de Máquinas	11.000,00	12.036,00	2.682,00	1.646,00
Pessoal e Encargos Sociais	2.000,00	3.911,70	1.911,70	0,00
Outras Despesas Correntes	7.000,00	7.770,30	770,30	0,00
Investimentos	2.000,00	354,00	0,00	1.646,00
Iluminação Pública	11.000,00	21.112,34	13.007,08	2.894,74
Pessoal e Encargos Sociais	2.000,00	1.105,26	0,00	894,74
Outras Despesas Correntes	7.000,00	20.007,08	13.007,08	0,00



Santa Catarina

Betha Sistemas

CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

Exercício de 2011

Comparativo da Receita Orçada Com a Arrecadada - Anexo 10 - Administração Indireta - CONSORCIO I
CONTESTADO - CINCO

Página 4 de 5

Títulos	Orçada	Arrecadada	Diferenças	
			Para mais	Para Menos
Investimentos	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00
TANGARÁ	0,00	58.135,77	58.135,77	0,00
GRUPO DE PROGRAMA 01	0,00	58.135,77	58.135,77	0,00
Manutenção do CINCO	0,00	2.040,00	2.040,00	0,00
Outras Despesas Correntes	0,00	1.724,21	1.724,21	0,00
Investimentos	0,00	315,79	315,79	0,00
Iluminação Pública	0,00	56.095,77	56.095,77	0,00
Pessoal e Encargos Sociais	0,00	1.105,26	1.105,26	0,00
Outras Despesas Correntes	0,00	54.990,51	54.990,51	0,00
TIMBÓ GRANDE	0,00	7.160,00	7.160,00	0,00
GRUPO DE PROGRAMA 01	0,00	7.160,00	7.160,00	0,00
Manutenção do CINCO	0,00	1.020,00	1.020,00	0,00
Outras Despesas Correntes	0,00	862,08	862,08	0,00
Investimentos	0,00	157,92	157,92	0,00
Iluminação Pública	0,00	6.140,00	6.140,00	0,00
Pessoal e Encargos Sociais	0,00	552,66	552,66	0,00
Outras Despesas Correntes	0,00	5.587,34	5.587,34	0,00
VIDEIRA	120.000,00	522.767,83	478.332,04	75.564,21
GRUPO DE PROGRAMA 01	120.000,00	522.767,83	478.332,04	75.564,21
Manutenção do CINCO	26.000,00	7.225,28	0,00	18.774,72
Pessoal e Encargos Sociais	6.000,00	0,00	0,00	6.000,00
Outras Despesas Correntes	14.000,00	5.172,63	0,00	8.827,37
Investimentos	6.000,00	2.052,65	0,00	3.947,35
Serviços de Máquinas	47.000,00	0,00	0,00	47.000,00
Pessoal e Encargos Sociais	6.000,00	0,00	0,00	6.000,00
Outras Despesas Correntes	35.000,00	0,00	0,00	35.000,00
Investimentos	6.000,00	0,00	0,00	6.000,00
Iluminação Pública	47.000,00	515.542,55	478.332,04	9.789,49
Pessoal e Encargos Sociais	6.000,00	2.210,51	0,00	3.789,49
Outras Despesas Correntes	35.000,00	513.332,04	478.332,04	0,00
Investimentos	6.000,00	0,00	0,00	6.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	579,87	579,87	0,00
Multas e Juros de Mora	0,00	418,36	418,36	0,00
Multas de Outras Origens	0,00	418,36	418,36	0,00
Multas e Juros Previstos em Contratos	0,00	418,36	418,36	0,00
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	0,00	161,50	161,50	0,00
RESTITUIÇÕES	0,00	161,50	161,50	0,00
Outras Restituições	0,00	161,50	161,50	0,00
RECEITAS DIVERSAS	0,00	0,01	0,01	0,00
Outras Receitas	0,00	0,01	0,01	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	314.900,00	0,00	0,00	314.900,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	300.000,00	0,00	0,00	300.000,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	300.000,00	0,00	0,00	300.000,00
Operações de Crédito Internas - Contratuais	300.000,00	0,00	0,00	300.000,00
Outras Operações de Crédito Internas - Contratuais	300.000,00	0,00	0,00	300.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS	4.900,00	0,00	0,00	4.900,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	4.900,00	0,00	0,00	4.900,00
Alien. de Outros Bens Móveis	4.900,00	0,00	0,00	4.900,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00
Transf. dos Municípios	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00
Transferências a Consórcios Públicos	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00
FRAIBURGO	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00
GRUPO DE PROGRAMA 01	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00
Manutenção do CINCO	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00



Santa Catarina**Betha Sistemas****CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO**

Exercício de 2011

Comparativo da Receita Orçada Com a Arrecadada - Anexo 10 - Administração Indireta - CONSORCIO I
CONTESTADO - CINCO

Página 5 de 5

Títulos	Orçada	Arrecadada	Diferenças	
			Para mais	Para Menos
Investimentos	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00
Totais:	1.255.000,00	1.583.220,70	1.240.877,11	912.656,41

Fraiburgo, 13/01/2012

Nelmar Pinz
Presidente_____
Moisés Amadeu Patrício
Contador CRC/SC nº 018341/O-7_____
Elói Ronnau
Diretor Executivo

Santa Catarina**CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO**

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11

Betha Sistemas

Exercício de 2011

Página 1 de 6

Entidade : CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

Títulos	Autorizada R\$			Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
01 CONSÓRCIO PÚBLICO	2.971.000,00	21.000,00	2.992.000,00	1.575.246,39	1.416.753,61
01.01 CONSÓRCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO	2.920.000,00	21.000,00	2.941.000,00	1.575.246,39	1.365.753,61
0101.04 Administração	107.000,00	0,00	107.000,00	26.479,59	80.520,41
0101.04.122 Administração Geral	107.000,00	0,00	107.000,00	26.479,59	80.520,41
01.01.04.122.0001 Desenvolvimento Regional	107.000,00	0,00	107.000,00	26.479,59	80.520,41
01.01.04.122.0001.2.001 MANUTENÇÃO DO CINCO	55.000,00	0,00	55.000,00	26.479,59	28.520,41
3.1.90.00.00.00.00.00.1200 Aplicacoes Diretas	2.000,00	0,00	2.000,00	0,00	2.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00.1300 Aplicacoes Diretas	5.000,00	0,00	5.000,00	0,00	5.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.1200 Aplicacoes Diretas	2.000,00	0,00	2.000,00	892,90	1.107,10
3.3.90.00.00.00.00.00.1300 Aplicacoes Diretas	34.000,00	0,00	34.000,00	25.586,69	8.413,31
3.3.90.30.28.00.00.00.1300 Material de Proteção e Segurança				10,00	
3.3.90.30.96.00.00.00.1300 Materiais de Consumo - Pagamento Antecipado				1.103,34	
3.3.90.39.08.00.00.00.1300 Manutenção de Software				3.500,00	
3.3.90.39.11.00.00.00.1300 Locação de Softwares				13.064,92	
3.3.90.39.81.00.00.00.1200 Serviços Bancários				300,00	
3.3.90.39.81.00.00.00.1300 Serviços Bancários				985,95	
3.3.90.39.96.00.00.00.1200 Outros Serviços de Terc Pessoa Jur - Pagto Antec				592,90	
3.3.90.39.96.00.00.00.1300 Outros Serviços de Terc Pessoa Jur - Pagto Antec				3.622,48	
3.3.90.39.97.00.00.00.1300 Despesas de Teleprocessamento				3.300,00	
4.4.90.00.00.00.00.00.1200 Aplicacoes Diretas	1.000,00	0,00	1.000,00	0,00	1.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.1292 Aplicacoes Diretas	5.000,00	0,00	5.000,00	0,00	5.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.1300 Aplicacoes Diretas	6.000,00	0,00	6.000,00	0,00	6.000,00
01.01.04.122.0001.2.002 DESENVOLVIMENTO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	52.000,00	0,00	52.000,00	0,00	52.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.1200 Aplicacoes Diretas	8.000,00	0,00	8.000,00	0,00	8.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.1300 Aplicacoes Diretas	30.000,00	0,00	30.000,00	0,00	30.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.1200 Aplicacoes Diretas	2.000,00	0,00	2.000,00	0,00	2.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.1300 Aplicacoes Diretas	12.000,00	0,00	12.000,00	0,00	12.000,00
0101.13 Cultura	30.000,00	0,00	30.000,00	0,00	30.000,00
0101.13.392 Difusão Cultural	30.000,00	0,00	30.000,00	0,00	30.000,00
01.01.13.392.0001 Desenvolvimento Regional	30.000,00	0,00	30.000,00	0,00	30.000,00
01.01.13.392.0001.2.003 DESENVOLVIMENTO DA CULTURA	30.000,00	0,00	30.000,00	0,00	30.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.1200 Aplicacoes Diretas	5.000,00	0,00	5.000,00	0,00	5.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.1300 Aplicacoes Diretas	25.000,00	0,00	25.000,00	0,00	25.000,00

Santa Catarina**CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO**

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11

Betha Sistemas

Exercício de 2011

Página 2 de 6

Entidade : CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

Títulos	Autorizada R\$			Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
01 CONSÓRCIO PÚBLICO	2.971.000,00	21.000,00	2.992.000,00	1.575.246,39	1.416.753,61
01.01 CONSÓRCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO	2.920.000,00	21.000,00	2.941.000,00	1.575.246,39	1.365.753,61
0101.15 Urbanismo	1.881.000,00	21.000,00	1.902.000,00	1.373.262,32	528.737,68
0101.15.451 Infra-Estrutura Urbana	192.000,00	0,00	192.000,00	0,00	192.000,00
01.01.15.451.0001 Desenvolvimento Regional	192.000,00	0,00	192.000,00	0,00	192.000,00
01.01.15.451.0001.1.002 CONSTRUÇÃO/REFORMA DE OBRAS PÚBLICAS	20.000,00	0,00	20.000,00	0,00	20.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.1300 Aplicacoes Diretas	20.000,00	0,00	20.000,00	0,00	20.000,00
01.01.15.451.0001.1.003 IMPLANTAÇÃO DE SINALIZAÇÃO VIÁRIA HORIZONTAL E VERTICAL	20.000,00	0,00	20.000,00	0,00	20.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.1300 Aplicacoes Diretas	20.000,00	0,00	20.000,00	0,00	20.000,00
01.01.15.451.0001.1.004 PAVIMENTAÇÃO E URBANIZAÇÃO DE RUAS, AVENIDAS E LOGRADOUROS	100.000,00	0,00	100.000,00	0,00	100.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.1300 Aplicacoes Diretas	100.000,00	0,00	100.000,00	0,00	100.000,00
01.01.15.451.0001.2.004 DESENVOLVIMENTO DA INFRAESTRUTURA URBANA	52.000,00	0,00	52.000,00	0,00	52.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.1200 Aplicacoes Diretas	8.000,00	0,00	8.000,00	0,00	8.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.1300 Aplicacoes Diretas	40.000,00	0,00	40.000,00	0,00	40.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.1200 Aplicacoes Diretas	2.000,00	0,00	2.000,00	0,00	2.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.1300 Aplicacoes Diretas	2.000,00	0,00	2.000,00	0,00	2.000,00
0101.15.452 Serviços Urbanos	1.689.000,00	21.000,00	1.710.000,00	1.373.262,32	336.737,68
01.01.15.452.0001 Desenvolvimento Regional	1.689.000,00	21.000,00	1.710.000,00	1.373.262,32	336.737,68
01.01.15.452.0001.2.005 DESENVOLVIMENTO DOS SERVIÇOS URBANOS	1.689.000,00	21.000,00	1.710.000,00	1.373.262,32	336.737,68
3.1.90.00.00.00.00.00.1300 Aplicacoes Diretas	0,00	21.000,00	21.000,00	17.302,70	3.697,30
3.1.90.11.01.00.00.00.1300 Vencimentos e Salários				12.284,87	
3.1.90.11.43.00.00.00.1300 13º Salário				1.024,92	
3.1.90.13.01.00.00.00.1300 FGTS				1.064,78	
3.1.90.13.02.00.00.00.1300 Contribuições Previdenciárias - INSS				2.928,13	
3.3.90.00.00.00.00.00.1200 Aplicacoes Diretas	3.000,00	0,00	3.000,00	0,00	3.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.1300 Aplicacoes Diretas	1.683.000,00	0,00	1.683.000,00	1.355.959,62	327.040,38
3.3.90.30.26.00.00.00.1300 Material Elétrico e Eletrônico				656.600,56	
3.3.90.39.58.00.00.00.1300 Serviços de Telecomunicações				2.136,54	
3.3.90.39.63.00.00.00.1300 Serviços Gráficos e Editoriais				1.168,00	
3.3.90.39.99.00.00.00.1300 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				696.054,52	
4.4.90.00.00.00.00.00.1200 Aplicacoes Diretas	1.000,00	0,00	1.000,00	0,00	1.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.1300 Aplicacoes Diretas	2.000,00	0,00	2.000,00	0,00	2.000,00

Santa Catarina**CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO**

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11

Betha Sistemas

Exercício de 2011

Página 3 de 6

Entidade : CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

Títulos	Autorizada R\$			Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
01 CONSÓRCIO PÚBLICO	2.971.000,00	21.000,00	2.992.000,00	1.575.246,39	1.416.753,61
01.01 CONSÓRCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO	2.920.000,00	21.000,00	2.941.000,00	1.575.246,39	1.365.753,61
0101.20 Agricultura	822.000,00	0,00	822.000,00	175.504,48	646.495,52
0101.20.606 Extensão Rural	822.000,00	0,00	822.000,00	175.504,48	646.495,52
01.01.20.606.0001 Desenvolvimento Regional	822.000,00	0,00	822.000,00	175.504,48	646.495,52
01.01.20.606.0001.1.006 AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS	310.000,00	0,00	310.000,00	0,00	310.000,00
4.4.90.00.00.00.00.1290 Aplicacoes Diretas	300.000,00	0,00	300.000,00	0,00	300.000,00
4.4.90.00.00.00.00.1300 Aplicacoes Diretas	10.000,00	0,00	10.000,00	0,00	10.000,00
01.01.20.606.0001.1.007 CONSTRUÇÃO/REFORMAS DE PONTES E PONTILHÕES	25.000,00	0,00	25.000,00	0,00	25.000,00
4.4.90.00.00.00.00.1300 Aplicacoes Diretas	25.000,00	0,00	25.000,00	0,00	25.000,00
01.01.20.606.0001.1.008 PAVIMENTAÇÃO E RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS RURAIS	100.000,00	0,00	100.000,00	0,00	100.000,00
4.4.90.00.00.00.00.1300 Aplicacoes Diretas	100.000,00	0,00	100.000,00	0,00	100.000,00
01.01.20.606.0001.2.008 DESENVOLVIMENTO DA EXTENSÃO RURAL	387.000,00	0,00	387.000,00	175.504,48	211.495,52
3.1.90.00.00.00.00.00.1200 Aplicacoes Diretas	40.000,00	0,00	40.000,00	11.032,45	28.967,55
3.1.90.00.00.00.00.00.1300 Aplicacoes Diretas	55.000,00	0,00	55.000,00	53.574,73	1.425,27
3.1.90.11.01.00.00.00.1200 Vencimentos e Salários				9.494,56	
3.1.90.11.01.00.00.00.1300 Vencimentos e Salários				37.332,18	
3.1.90.11.43.00.00.00.1300 13º Salário				3.122,33	
3.1.90.13.01.00.00.00.1200 FGTS				118,96	
3.1.90.13.01.00.00.00.1300 FGTS				3.760,92	
3.1.90.13.02.00.00.00.1200 Contribuições Previdenciárias - INSS				1.418,93	
3.1.90.13.02.00.00.00.1300 Contribuições Previdenciárias - INSS				9.359,30	
3.3.90.00.00.00.00.00.1200 Aplicacoes Diretas	150.000,00	0,00	150.000,00	104,80	149.895,20
3.3.90.00.00.00.00.00.1300 Aplicacoes Diretas	132.000,00	0,00	132.000,00	110.792,50	21.207,50
3.3.90.30.01.00.00.00.1300 Combustíveis e Lubrificantes Automotivos				45.525,20	
3.3.90.30.39.00.00.00.1200 Material para Manutenção de Veículos				104,80	
3.3.90.30.39.00.00.00.1300 Material para Manutenção de Veículos				25.139,67	
3.3.90.30.42.00.00.00.1300 Ferramentas				396,00	
3.3.90.30.99.00.00.00.1300 Outros Materiais de Consumo				340,00	
3.3.90.36.15.00.00.00.1300 Locação de Imóveis				3.025,00	
3.3.90.39.17.00.00.00.1300 Manutenção e Conservação de Máquinas e Equip				9.231,71	
3.3.90.39.41.00.00.00.1300 Fornecimento de Alimentação				9.205,55	
3.3.90.39.63.00.00.00.1300 Serviços Gráficos e Editoriais				3.750,00	
3.3.90.39.74.00.00.00.1300 Fretes e Transportes de Encomendas				530,00	
3.3.90.39.80.00.00.00.1300 Hospedagens				5.590,67	
3.3.90.39.99.00.00.00.1300 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				8.058,70	

Santa Catarina**CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO**

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11

Betha Sistemas

Exercício de 2011

Página 4 de 6

Entidade : CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

Títulos	Autorizada R\$			Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
01 CONSÓRCIO PÚBLICO	2.971.000,00	21.000,00	2.992.000,00	1.575.246,39	1.416.753,61
01.01 CONSÓRCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO	2.920.000,00	21.000,00	2.941.000,00	1.575.246,39	1.365.753,61
0101.20 Agricultura	822.000,00	0,00	822.000,00	175.504,48	646.495,52
0101.20.606 Extensão Rural	822.000,00	0,00	822.000,00	175.504,48	646.495,52
01.01.20.606.0001 Desenvolvimento Regional	822.000,00	0,00	822.000,00	175.504,48	646.495,52
01.01.20.606.0001.2.008 DESENVOLVIMENTO DA EXTENSÃO RURAL	387.000,00	0,00	387.000,00	175.504,48	211.495,52
4.4.90.00.00.00.00.1200 Aplicacoes Diretas	10.000,00	0,00	10.000,00	0,00	10.000,00
0101.23 Comércio e Serviços	70.000,00	0,00	70.000,00	0,00	70.000,00
0101.23.691 Promoção Comercial	40.000,00	0,00	40.000,00	0,00	40.000,00
01.01.23.691.0001 Desenvolvimento Regional	40.000,00	0,00	40.000,00	0,00	40.000,00
01.01.23.691.0001.1.011 IMPLANTAÇÃO DE SINALIZAÇÃO TURISTICA	20.000,00	0,00	20.000,00	0,00	20.000,00
4.4.90.00.00.00.00.1300 Aplicacoes Diretas	20.000,00	0,00	20.000,00	0,00	20.000,00
01.01.23.691.0001.2.009 DESENVOLVIMENTO DA PROMOÇÃO COMERCIAL	20.000,00	0,00	20.000,00	0,00	20.000,00
3.3.90.00.00.00.00.1200 Aplicacoes Diretas	5.000,00	0,00	5.000,00	0,00	5.000,00
3.3.90.00.00.00.00.1300 Aplicacoes Diretas	15.000,00	0,00	15.000,00	0,00	15.000,00
0101.23.695 Turismo	30.000,00	0,00	30.000,00	0,00	30.000,00
01.01.23.695.0001 Desenvolvimento Regional	30.000,00	0,00	30.000,00	0,00	30.000,00
01.01.23.695.0001.2.010 DESENVOLVIMENTO DO TURISMO	20.000,00	0,00	20.000,00	0,00	20.000,00
3.3.90.00.00.00.00.1200 Aplicacoes Diretas	5.000,00	0,00	5.000,00	0,00	5.000,00
3.3.90.00.00.00.00.1300 Aplicacoes Diretas	15.000,00	0,00	15.000,00	0,00	15.000,00
01.01.23.695.0001.2.011 DESENVOLVIMENTO DE EVENTOS FEIRAS E EXPOSIÇÕES	10.000,00	0,00	10.000,00	0,00	10.000,00
3.3.90.00.00.00.00.1200 Aplicacoes Diretas	5.000,00	0,00	5.000,00	0,00	5.000,00
3.3.90.00.00.00.00.1300 Aplicacoes Diretas	5.000,00	0,00	5.000,00	0,00	5.000,00
0101.27 Desporto e Lazer	10.000,00	0,00	10.000,00	0,00	10.000,00
0101.27.812 Desporto Comunitário	10.000,00	0,00	10.000,00	0,00	10.000,00
01.01.27.812.0001 Desenvolvimento Regional	10.000,00	0,00	10.000,00	0,00	10.000,00
01.01.27.812.0001.2.012 DESENVOLVIMENTO DO ESPORTE E LAZER COMUNITÁRIO	10.000,00	0,00	10.000,00	0,00	10.000,00
3.3.90.00.00.00.00.1200 Aplicacoes Diretas	5.000,00	0,00	5.000,00	0,00	5.000,00
3.3.90.00.00.00.00.1300 Aplicacoes Diretas	5.000,00	0,00	5.000,00	0,00	5.000,00

Santa Catarina**CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO**

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11

Betha Sistemas

Exercício de 2011

Página 5 de 6

Entidade : CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

Títulos	Autorizada R\$			Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
01 CONSÓRCIO PÚBLICO	2.971.000,00	21.000,00	2.992.000,00	1.575.246,39	1.416.753,61
01.02 ENCARGOS GERAIS DO CINCO	51.000,00	0,00	51.000,00	0,00	51.000,00
0102.28 Encargos Especiais	51.000,00	0,00	51.000,00	0,00	51.000,00
0102.28.843 Serviço da Dívida Interna	40.000,00	0,00	40.000,00	0,00	40.000,00
01.02.28.843.0000 Encargos Especiais	40.000,00	0,00	40.000,00	0,00	40.000,00
01.02.28.843.0000.0.100 AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA INTERNA FUNDADA	40.000,00	0,00	40.000,00	0,00	40.000,00
3.2.90.00.00.00.00.00.1200 Aplicacoes Diretas	10.000,00	0,00	10.000,00	0,00	10.000,00
3.2.90.00.00.00.00.00.1300 Aplicacoes Diretas	10.000,00	0,00	10.000,00	0,00	10.000,00
4.6.90.00.00.00.00.00.1200 Aplicacoes Diretas	10.000,00	0,00	10.000,00	0,00	10.000,00
4.6.90.00.00.00.00.00.1300 Aplicacoes Diretas	10.000,00	0,00	10.000,00	0,00	10.000,00
0102.28.846 Outros Encargos Especiais	11.000,00	0,00	11.000,00	0,00	11.000,00
01.02.28.846.0000 Encargos Especiais	11.000,00	0,00	11.000,00	0,00	11.000,00
01.02.28.846.0000.0.300 CONTRIBUIÇÃO AO PASEP	7.000,00	0,00	7.000,00	0,00	7.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.1200 Aplicacoes Diretas	4.000,00	0,00	4.000,00	0,00	4.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.1300 Aplicacoes Diretas	3.000,00	0,00	3.000,00	0,00	3.000,00
01.02.28.846.0000.0.400 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	4.000,00	0,00	4.000,00	0,00	4.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00.1200 Aplicacoes Diretas	1.000,00	0,00	1.000,00	0,00	1.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.1200 Aplicacoes Diretas	1.000,00	0,00	1.000,00	0,00	1.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.1300 Aplicacoes Diretas	2.000,00	0,00	2.000,00	0,00	2.000,00
99 RESERVA DE CONTINGÊNCIA	4.000,00	0,00	4.000,00	0,00	4.000,00
99.99 RESERVA DE CONTINGÊNCIA	4.000,00	0,00	4.000,00	0,00	4.000,00
9999.99 Reserva de Contingência	4.000,00	0,00	4.000,00	0,00	4.000,00
9999.99.999 Reserva de Contingência	4.000,00	0,00	4.000,00	0,00	4.000,00
99.99.99.999.0002 Reserva de Contingência	4.000,00	0,00	4.000,00	0,00	4.000,00
99.99.99.999.0002.9.999 RESERVA DE CONTINGÊNCIA	4.000,00	0,00	4.000,00	0,00	4.000,00
9.9.99.00.00.00.00.00.1200 RESERVA DE CONTINGENCIA	2.000,00	0,00	2.000,00	0,00	2.000,00

Santa Catarina**CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO**

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11

Betha Sistemas

Exercício de 2011

Página 6 de 6

Entidade : CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

Títulos	Autorizada R\$			Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
99 RESERVA DE CONTINGÊNCIA	4.000,00	0,00	4.000,00	0,00	4.000,00
99.99 RESERVA DE CONTINGÊNCIA	4.000,00	0,00	4.000,00	0,00	4.000,00
9999.99 Reserva de Contingência	4.000,00	0,00	4.000,00	0,00	4.000,00
9999.99.999 Reserva de Contingência	4.000,00	0,00	4.000,00	0,00	4.000,00
99.99.99.999.0002 Reserva de Contingência	4.000,00	0,00	4.000,00	0,00	4.000,00
99.99.99.999.0002.9.999 RESERVA DE CONTINGÊNCIA	4.000,00	0,00	4.000,00	0,00	4.000,00
9.9.99.00.00.00.00.00.1300 RESERVA DE CONTINGENCIA	2.000,00	0,00	2.000,00	0,00	2.000,00
Total por Entidade:	2.975.000,00	21.000,00	2.996.000,00	1.575.246,39	1.420.753,61
Total Geral:	2.975.000,00	21.000,00	2.996.000,00	1.575.246,39	1.420.753,61

Fraiburgo, 13/01/2012

Nelmar Pinz
Presidente

Moisés Amadeu Patricio
Contador CRC/SC nº 018341/O-7

Elói Ronnau
Diretor Executivo

Santa Catarina**CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO**Betha Sistemas
Exercício de 2011

Anexo 12 - Balanço Orçamentário

Página: 1/1

Administração Indireta - CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

RECEITA				DESPESA			
TÍTULOS	PREVISÃO	EXECUÇÃO	DIFERENÇA	TÍTULOS	PREVISÃO	EXECUÇÃO	DIFERENÇA
Receitas Correntes	940.100,00	1.583.220,70	-643.120,70	CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO E SUPLEMENT	2.975.000,00	1.557.943,69	1.417.056,31
Receita Tributária	1.100,00	0,00	1.100,00	Despesas Corrente	2.313.000,00	1.557.943,69	755.056,31
Receita Patrimonial	300,00	1.596,14	-1.296,14	Despesas de Capital	662.000,00	0,00	662.000,00
Receita de Serviços	280.800,00	0,00	280.800,00	CRÉDITO ESPECIAL	21.000,00	17.302,70	3.697,30
Transferências Correntes	657.900,00	1.581.044,69	-923.144,69	Despesas Corrente	21.000,00	17.302,70	3.697,30
Outras Receitas Correntes	0,00	579,87	-579,87				
Receitas de Capital	314.900,00	0,00	314.900,00				
Operações de Crédito	300.000,00	0,00	300.000,00				
Alienação de Bens	4.900,00	0,00	4.900,00				
Transferências de Capital	10.000,00	0,00	10.000,00				
SOMA	1.255.000,00	1.583.220,70	-328.220,70	SOMA	2.996.000,00	1.575.246,39	1.420.753,61
DÉFICIT	1.741.000,00	0,00	1.741.000,00	SUPERÁVIT	0,00	7.974,31	-7.974,31
TOTAL	2.996.000,00	1.583.220,70	1.412.779,30	TOTAL	2.996.000,00	1.583.220,70	1.412.779,30

Fraiburgo, 16/01/2012

Nelmar Pinz
PresidenteMoisés Amadeu Patricio
Contador CRC/SC nº 018341/O-7Elói Ronnau
Diretor Executivo

Santa Catarina**CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO**

Anexo 13 - Balanço Financeiro

Betha Sistemas

Exercício de 2011

Página: 1/1

Administração Indireta - CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	R\$	TÍTULOS	R\$
ORÇAMENTÁRIAS	1.583.220,70	ORÇAMENTÁRIAS	1.575.246,39
Receitas	1.583.220,70	Despesas	1.575.246,39
Receitas Correntes	1.583.220,70	Despesas Correntes	1.575.246,39
Receita Patrimonial	1.596,14	Pessoal e Encargos Sociais	81.909,88
Transferências Correntes	1.581.044,69	Outras Despesas Correntes	1.493.336,51
Outras Receitas Correntes	579,87		
EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	62.700,59	EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	60.330,25
Depósitos	60.330,25	Depósitos	60.330,25
Consignações	60.330,25	Consignações	60.330,25
Restos a Pagar	2.370,34	Restos a Pagar	0,00
Obrigações a Pagar	2.370,34	Obrigações a Pagar	0,00
Restos a Pagar Não Processados	2.370,34		
SOMA	1.645.921,29	SOMA	1.635.576,64
SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	18.914,50	SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	29.259,15
Bancos Conta Movimento	18.914,50	Bancos Conta Movimento	29.259,15
TOTAL	1.664.835,79	TOTAL	1.664.835,79

Fraiburgo, 16/01/2012

Nelmar Pinz
PresidenteMoisés Amadeu Patricio
Contador CRC/SC nº 018341/O-7Elói Ronnau
Diretor Executivo

Santa Catarina

Betha Sistemas

CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

Exercício 2011

Anexo 14 - Balanço Patrimonial

Página: 1/1

Administração Indireta - CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

ATIVO	R\$	PASSIVO	R\$
FINANCEIRO	29.259,15	FINANCEIRO	2.370,34
DISPONÍVEL	29.259,15	RESTOS A PAGAR	2.370,34
Bancos Conta Movimento	29.259,15	Obrigações a Pagar	2.370,34
ATIVO REAL	29.259,15	PASSIVO REAL	2.370,34
SALDO PATRIMONIAL	0,00	SALDO PATRIMONIAL	26.888,81
PASSIVO REAL A DESCOBERTO	0,00	ATIVO REAL LÍQUIDO	26.888,81
COMPENSADO	31.259,15	COMPENSADO	31.259,15
Execução da Programação Financeira	29.259,15	Execução da Programação Financeira	29.259,15
Compensações Ativas Diversas	2.000,00	Compensações Passivas Diversas	2.000,00
TOTAL	60.518,30	TOTAL	60.518,30

Fraiburgo, 16/01/2012

Nelmar Pinz

Presidente

Moisés Amadeu Patricio

Contador CRC/SC nº 018341/O-7

Elói Ronnau

Diretor Executivo

Santa Catarina**CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO**

Anexo 15 - Demonstração das Variações Patrimoniais

Administração Indireta - CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

Betha Sistemas

Exercício de 2011

Página: 1/1

VARIAÇÕES ATIVAS		VARIAÇÕES PASSIVAS	
Títulos	Valor R\$	Títulos	Valor R\$
RESULTANTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		RESULTANTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	
Receitas	1.583.220,70	Despesas	1.575.246,39
Receitas Correntes	1.583.220,70	Despesas Correntes	1.575.246,39
Receita Patrimonial	1.596,14	Pessoal e Encargos Sociais	81.909,88
Transferências Correntes	1.581.044,69	Outras despesas correntes	1.493.336,51
Outras Receitas Correntes	579,87		
MUTAÇÕES PATRIMONIAIS		MUTAÇÕES PATRIMONIAIS	
INDEPENDENTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		INDEPENDENTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	
INTERFERÊNCIAS ATIVAS	18.914,50	INTERFERÊNCIAS PASSIVAS	18.914,50
Interferências Ativas	18.914,50	Interferências Passivas	18.914,50
Total das Variações Ativas	1.602.135,20	Total das Variações Passivas	1.594.160,89
RESULTADO PATRIMONIAL		RESULTADO PATRIMONIAL	
		Superávit Verificado	7.974,31
TOTAL GERAL	1.602.135,20	TOTAL GERAL	1.602.135,20

Fraiburgo, 16/01/2012

 Nelmar Pinz
 Presidente

 Moisés Amadeu Patricio
 Contador CRC/SC nº 018341/O-7

 Elói Ronnau
 Diretor Executivo

Santa Catarina

Betha Sistemas

CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

Exercício 2011

Anexo 16 - Demonstração da Dívida Fundada

Página: 1/1

Administração Indireta - CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

Autorizações				Títulos	Saldo Anterior	Movimentação no Exercício		Saldo para o Exercício Seguinte
Leis (Nº e Data)	Nº Contrato	Qtde.	Valor da Emissão (R\$)			Inscrição	Baixa	

Fraiburgo, 16/01/2012

Nelmar Pinz
Presidente

Moisés Amadeu Patricio
Contador CRC/SC nº 018341/O-7

Elói Ronnau
Diretor Executivo

Santa Catarina

Betha Sistemas

CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

Exercício 2011

Anexo 17 - Demonstração da Dívida Flutuante

Página: 1/1

Administração Indireta - CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

Títulos	Saldo Anterior	Movimentação no Exercício		Saldo para o Exercício Seguinte
		Inscrição	Baixa	
DEPÓSITOS				
Consignações	0,00	60.330,25	60.330,25	0,00
SUBTOTAL	0,00	60.330,25	60.330,25	0,00
RESTOS A PAGAR				
Obrigações a Pagar				
Restos a Pagar Não Processados	0,00	2.370,34	0,00	2.370,34
SUBTOTAL	0,00	2.370,34	0,00	2.370,34
TOTAL GERAL	0,00	62.700,59	60.330,25	2.370,34

Fraiburgo, 16/01/2012

Nelmar Pinz
Presidente_____
Moisés Amadeu Patricio
Contador CRC/SC nº 018341/O-7_____
Elói Ronnau
Diretor Executivo

Santa Catarina

Betha Sistemas

CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

Exercício 2011

Balanco da Execução Orçamentária e Financeira - Administração Indireta - CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

A Lei de Meios, para o exercício de 2011 de nº 7/10 de 14 de Outubro de 2010, estimou a receita em 1.255.000,00 e fixou a despesa em 1.255.000,00.

Entretanto, a abertura de créditos adicionais no decorrer do exercício, veio alterar estas cifras, como demonstra o quadro a seguir:

DESPESA FIXADA:		1.255.000,00
+ Créditos Suplementares:	1.752.000,00	
+ Créditos Especiais:	21.000,00	1.773.000,00
- Reduções:		32.000,00
DESPESA AUTORIZADA:		2.996.000,00

Créditos Adicionais:

No exercício considerado, foram autorizados 11 crédito(s) suplementares que somaram R\$ 1.752.000,00, e 1 crédito(s) especiais no valor de R\$ 21.000,00, usados para cobertura dos créditos em referência, os recursos abaixo discriminados, de acordo com o Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Reduções:	32.000,00
Despesa a Maior	1.741.000,00
TOTAL:	1.773.000,00

ANÁLISE DA RECEITA

A Receita Orçamentária efetivamente arrecadada foi de R\$ 1.583.220,70, verificando-se uma arrecadação a maior de R\$ 328.220,70, como demonstramos a seguir:

Receita Prevista	1.255.000,00
Arrecadacao a Maior	328.220,70
Receita Arrecadada	1.583.220,70

O comportamento da Receita do exercício considerado traduz-se como segue:

Títulos	Orçada	Arrecadada	Diferenças
RECEITAS	1.255.000,00	1.583.220,70	328.220,70
RECEITAS CORRENTES	940.100,00	1.583.220,70	643.120,70
RECEITA TRIBUTARIA	1.100,00	0,00	-1.100,00
IMPOSTOS	600,00	0,00	-600,00
TAXAS	500,00	0,00	-500,00
RECEITA PATRIMONIAL	300,00	1.596,14	1.296,14
RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	300,00	1.596,14	1.296,14
RECEITA DE SERVIÇOS	280.800,00	0,00	-280.800,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	657.900,00	1.581.044,69	923.144,69
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	657.900,00	1.581.044,69	923.144,69
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	579,87	579,87
Multas e Juros de Mora	0,00	418,36	418,36
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	0,00	161,50	161,50
RECEITAS DIVERSAS	0,00	0,01	0,01
RECEITAS DE CAPITAL	314.900,00	0,00	-314.900,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	300.000,00	0,00	-300.000,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	300.000,00	0,00	-300.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS	4.900,00	0,00	-4.900,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	4.900,00	0,00	-4.900,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	10.000,00	0,00	-10.000,00
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	10.000,00	0,00	-10.000,00
Totais:	1.255.000,00	1.583.220,70	328.220,70

As transferências Correntes e de Capital da União e do Estado, no montante de R\$ 1.581.044,69 correspondem a 99,8626% do total arrecadado.

O comportamento da receita nos três últimos exercícios foi o seguinte:

Exercícios	Próprias	Transferências	De Capital	Total
2008	0,00	0,00	0,00	0,00
2009	0,00	0,00	0,00	0,00
2010	15.000,00	16.500,00	0,00	31.500,00
2011	2.176,01	1.581.044,69	0,00	1.583.220,70



Santa Catarina

Betha Sistemas

CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

Exercício 2011

Balanco da Execução Orçamentária e Financeira - Administração Indireta - CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

As transferências Correntes e de Capital da União e do Estado, no montante de R\$ 1.581.044,69 correspondem a 99,8626% do total arrecadado.

O comportamento da receita nos três últimos exercícios foi o seguinte:

Exercícios	Próprias	Transferências	De Capital	Total
2008	0,00	0,00	0,00	0,00
2009	0,00	0,00	0,00	0,00
2010	15.000,00	16.500,00	0,00	31.500,00
2011	2.176,01	1.581.044,69	0,00	1.583.220,70

ANÁLISE DA DESPESA

A Despesa inicialmente autorizada pela Lei nº 7/10 foi de R\$ 1.255.000,00.

A Despesa realizada alcançou R\$ 1.575.246,39, importância esta que foi distribuída da seguinte forma:

Títulos	Autorizada R\$	Realizada R\$	Diferenças R\$
DESPESAS CORRENTES	2.334.000,00	1.575.246,39	-758.753,61
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	124.000,00	81.909,88	-42.090,12
JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA	20.000,00	0,00	-20.000,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	2.190.000,00	1.493.336,51	-696.663,49
DESPESAS DE CAPITAL	658.000,00	0,00	-658.000,00
INVESTIMENTOS	638.000,00	0,00	-638.000,00
AMORTIZACAO DA DIVIDA	20.000,00	0,00	-20.000,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	4.000,00	0,00	-4.000,00
RESERVA DE CONTINGENCIA	4.000,00	0,00	-4.000,00
Total	2.996.000,00	1.575.246,39	-1.420.753,61

94,8002 % do total. A maior contratação de dispêndio deu-se em OUTRAS DESPESAS CORRENTES : R\$ 1.493.336,51 , que representa

foi a seguinte: O comportamento da despesa realizada nos últimos três exercícios, destacando-se as despesas correntes das de capital

DESPESAS REALIZADAS			
	Correntes	Capital	Total
2008	0,00	0,00	0,00
2009	0,00	0,00	0,00
2010	12.585,50	0,00	12.585,50
2011	1.575.246,39	0,00	1.575.246,39

Confronto da Receita e Despesa

A execução orçamentária alcançou as seguintes cifras:

DESPESA AUTORIZADA

Créditos Orçamentários	1.255.000,00
Créditos Suplementares:	1.752.000,00
Créditos Especiais:	21.000,00
- Reduções:	32.000,00
Total	2.996.000,00

DESPESA REALIZADA

Orçamentária	1.575.246,39
Despesa a Menor	-1.420.753,61
RECEITA ARRECADADA	1.583.220,70
(-) Receita Prevista	1.255.000,00
RECEITA A MAIOR	328.220,70

Santa Catarina

Betha Sistemas

CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

Exercício 2011

Balanco da Execução Orçamentária e Financeira - Administração Indireta - CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

GESTÃO FINANCEIRA E ECONÔMICA

BALANÇO FINANCEIRO

O Balanço Financeiro constitui-se em peça básica para a demonstração da Gestão Financeira, desenvolvida ao longo de um período, uma vez que conjuga as operações de receita e despesa orçamentária, além daquelas que, por natureza, independem de autorização na Lei de Meios, com os saldos em espécie no início e no fim do exercício.

As operações financeiras se processam conforme Demonstrativo a seguir:

Saldos do início do exercício	18.914,50
RECEITA ARRECADADA	
Orçamentária	1.583.220,70
Interferências Ativas	0,00
EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	
Depósitos	60.330,25
Restos a Pagar	2.370,34
TOTAL	1.664.835,79
DESPESA REALIZADA	
Orçamentária	
Empenhada e Paga	1.572.876,05
Empenhada a Pagar	2.370,34
Interferências Passivas	0,00
EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	
Depósitos	60.330,25
Restos a Pagar	0,00
Saldo em 31/12/2011	29.259,15
TOTAL	1.664.835,79

O saldo acima confere com o saldo constante do Ativo Disponível do Balanço Patrimonial, bem como a existência verificada em 31 de Dezembro de 2011.

BALANÇO PATRIMONIAL

O balanço patrimonial deve expressar qualitativa e quantitativamente o Patrimônio do Município, demonstrando a situação de Bens, Direitos e Obrigações em determinado momento, considerada a origem e aplicação dos recursos à disposição das Aziendas Públicas.

ATIVO FINANCEIRO	
DISPONÍVEL	29.259,15
Total do Ativo Financeiro	29.259,15
PASSIVO FINANCEIRO	
RESTOS A PAGAR	2.370,34
Total do Passivo Financeiro	2.370,34
ATIVO FINANCEIRO LÍQUIDO	26.888,81

Por ser turno, a representação do Patrimônio Permanente deu-se assim:

SALDO PATRIMONIAL (Ativo Real Líquido)

A Dívida Flutuante, no montante de R\$ 2.370,34, encontra-se assim discriminada:

DEPÓSITOS	0,00
RESTOS A PAGAR	2.370,34
TOTAL	2.370,34

O Saldo da Dívida apresenta a seguinte situação em 31/12/2011:

Saldo do Exercício Anterior	0,00
Nova Formação da Dívida	62.700,59 D
(-) Amortização no Exercício	60.330,25 D
Saldo do Exercício de 2011	2.370,34 D



Santa Catarina

Betha Sistemas

CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

Exercício 2011

Balanco da Execução Orçamentária e Financeira - Administração Indireta - CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

As alterações sofridas pelo Patrimônio estão demonstradas no anexo nº 15 (Demonstração das Variações Patrimoniais) e, analisadas, podem ser traduzidas assim:

RECEITA EFETIVA	
RECEITA ORÇAMENTÁRIA (1)	1.583.220,70
INTERFERÊNCIAS ATIVAS (2)	0,00
MUTAÇÕES PATRIMONIAIS (3)	0,00
Total	1.583.220,70
DESPESA EFETIVA	
DESPESA ORÇAMENTÁRIA (4)	1.575.246,39
INTERFERÊNCIAS PASSIVAS (5)	0,00
MUTAÇÕES PATRIMONIAIS (6)	0,00
Total	1.575.246,39
Superávit (7)	7.974,31
INDEPENDENTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	
Variações Ativas	18.914,50
Variações Passivas	18.914,50
Total (8)	0,00
SUPERÁVIT PATRIMONIAL	7.974,31

Foram ressaltados neste relatório os principais aspectos da Gestão Orçamentária, Financeira e Econômica do exercício de 2011, permanecendo este órgão ao inteiro dispor para prestar os esclarecimentos que por ventura se fizerem necessários.

Fraiburgo, 16/01/2012

Nelmar Pinz
Presidente

Moisés Amadeu Patricio
Contador CRC/SC nº 018341/O-7

Elói Ronnau
Diretor Executivo

Garopaba

PREFEITURA

Aviso de Licitação TP003/2012

MUNICÍPIO DE GAROPABA

AVISO DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS Nº. 003/2012

O Município de Garopaba, através da Prefeitura Municipal de Garopaba, torna público que realizará licitação na modalidade TOMADA DE PREÇO, sob regime de empreitada por preço unitário, do tipo MENOR PREÇO GLOBAL, consoante as disposições contidas na Lei nº. 8.666/93, e suas alterações posteriores, Lei Complementar nº. 123/2006, bem como demais legislações pertinentes, objetivando a contratação de empresa especializada para executar obra de drenagem e pavimentação a base de lajota sextavada na Rua Fredolino Hermínio do Nascimento (1.241,20 m²), no bairro Pinguirito, com o fornecimento de materiais e mão de obra, conforme especificações constantes do projeto básico. Os documentos referentes ao CREDENCIAMENTO, e os envelopes nº. 01 DOCUMENTAÇÃO e nº. 02 PROPOSTA serão recebidos no protocolo geral da Prefeitura Municipal de Garopaba, sito a Praça Governador Ivo Silveira, nº. 296, Centro, Garopaba/SC, até as 13h25min do dia 09/02/2012. A sessão se dará a partir das 13h30min do dia 09/02/2012, no endereço acima especificado. O Edital encontra-se a disposição dos interessados, no Setor de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Garopaba, no horário das 13h00min às 18h00min.

Garopaba, 19 de janeiro de 2012.

PAULO SÉRGIO DE ARAUJO

Prefeito Municipal em exercício

Aviso de Licitação TP004/2012

MUNICÍPIO DE GAROPABA

AVISO DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS Nº. 004/2012

O Município de Garopaba, através da Prefeitura Municipal de Garopaba, torna público que realizará licitação na modalidade TOMADA DE PREÇO, sob regime de empreitada por preço unitário, do tipo MENOR PREÇO GLOBAL, consoante as disposições contidas na Lei nº. 8.666/93, e suas alterações posteriores, Lei Complementar nº. 123/2006, bem como demais legislações pertinentes, objetivando a contratação de empresa especializada para executar obra de drenagem e pavimentação a base de lajota sextavada na Rua Viúva Maria Antônia dos Santos 1 (1.675,84 m²), no bairro Pinguirito, com o fornecimento de materiais e mão de obra, conforme especificações constantes do projeto básico. Os documentos referentes ao CREDENCIAMENTO, e os envelopes nº. 01 DOCUMENTAÇÃO e nº. 02 PROPOSTA serão recebidos no protocolo geral da Prefeitura Municipal de Garopaba, sito a Praça Governador Ivo Silveira, nº. 296, Centro, Garopaba/SC, até as 15h25min do dia 09/02/2012. A sessão se dará a partir das 15h30min do dia 09/02/2012, no endereço acima especificado. O Edital encontra-se a disposição dos interessados, no Setor de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Garopaba, no horário das 13h00min às 18h00min.

Garopaba, 19 de janeiro de 2012.

PAULO SÉRGIO DE ARAUJO

Prefeito Municipal em exercício

Extrato de Contrato Nº 15/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº 15/2012 Processo nº 204/2011; Contratante: Prefeitura Municipal de Garopaba; Contratada: J L Construtora Ltda. - ME; CNPJ nº 08.801.232/0001-50; Objeto: contratação de empresa especializada para executar obra de drenagem e pavimentação da Rua Ilha da Madeira (2374,40m²), no bairro Village, com o fornecimento de materiais e mão de obra; Valor: R\$ 189.930,61 (Cento e Oitenta e Nove Mil, Novecentos e Trinta Reais e Sessenta e Um Centavos); Data da Assinatura: 13/01/2012.

Extrato de Contrato Nº 16/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº 16/2012 Processo nº 205/2011; Contratante: Prefeitura Municipal de Garopaba; Contratada: E.F.M Construções Ltda.; CNPJ nº 08.801.232/0001-50; Objeto: Contratação de empresa especializada para executar obra de drenagem e pavimentação da Rua Ilha de São José (1664,10 m²), no bairro Village, com o fornecimento de materiais e mão de obra; Valor: R\$ 105.459,68 (Cento e Cinco Mil, Quatrocentos e Cinquenta Nove Reais e Sessenta e Oito Centavos); Data da Assinatura: 13/01/2012.

Extrato de Contrato Nº 17/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº 17/2012 Processo nº 206/2011; Contratante: Prefeitura Municipal de Garopaba; Contratada: M & L Empreiteira de Mão de Obra Ltda; CNPJ nº 10.789.611/0001-14; Objeto: Contratação de empresa especializada para executar obra de drenagem e pavimentação da Rua Ilha do Corvo (2.677,60 m²), no bairro Village, com o fornecimento de materiais e mão de obra; Valor: R\$ 174.404,17 (Cento e Setenta e Quatro Mil, Quatrocentos e Quatro Reais e Dezessete Centavos); Data da Assinatura: 13/01/2012.

Extrato de Contrato Nº 18/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº 18/2012 Processo nº 207/2011; Contratante: Prefeitura Municipal de Garopaba; Contratada: E.F.M Construções Ltda.; CNPJ nº 08.801.232/0001-50; Objeto: contratação de empresa especializada para executar obra de drenagem e pavimentação da Rua Ilha de São Miguel (1.068,20 m²), no bairro Village, com o fornecimento de materiais e mão de obra; Valor: R\$ 74.753,65 (Setenta e Quatro Mil, Setecentos e Cinquenta e Três Reais e Sessenta e Cinco Centavos); Data da Assinatura: 13/01/2012.

Extrato de Contrato Nº 19/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº 19/2012 Processo nº 239/2011; Contratante: Prefeitura Municipal de Garopaba; Contratada: J L Construtora Ltda. - ME; CNPJ nº 08.801.232/0001-50; Objeto: Contratação de empresa



especializada para executar obra de drenagem e pavimentação nas Ruas: Doutor Elmo Kinseski, Vice Prefeito João Nicomedes Lentz e Enéas Faraco Guimarães; Valor: R\$ 219.012,32 (Duzentos e Dezenove Mil e Doze Reais e Trinta e Dois Centavos); Data da Assinatura: 13/01/2012.

Extrato de Ata de Registro Nº 003/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

AVISO DE EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 03.2012 PMG

Ata nº. 03/2011; Processo nº. 004/2012; Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA; Contratada: FAZENDA ITAPEVA LTDA; Objeto: Registro de Preço para aquisição parcelada, conforme a necessidade, de saibro próprio para trecho de rodagem de vias não pavimentadas. Valor: 300.000,00; Data da Assinatura da Ata: 20/01/2011.

Garuva

PREFEITURA

Lei Nº 1551/2011

LEI Nº. 1551, DE 21 DE OUTUBRO DE 2011

“DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE SUBVENÇÃO PARA A ASSOCIAÇÃO DOS AGRICULTORES DE URUBUQUARA E TRÊS BARRAS”.

JOÃO ROMÃO, Prefeito Municipal de Garuva, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes do Município de Garuva que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a conceder Subvenção Social, no valor total de R\$ 19.779,00 (dezenove mil, setecentos e setenta e nove reais), em parcela única, mediante celebração de Convênio, a Associação dos Agricultores de Urubuquara e Três Barras, CNPJ n. 81.144.479/0001-31, entidade sem fins lucrativos, reconhecida como de Utilidade Pública pela Lei N. 811/94, de 11/08/1994.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão por conta de dotações específicas consignadas no orçamento vigente.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO ROMÃO

Prefeito Municipal

Lei Nº 1553/2011

LEI Nº 1553, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2011.

“INSTITUI O AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO PARA OS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE GARUVA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

JOÃO ROMÃO, Prefeito Municipal de Garuva, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica instituído o Auxílio-alimentação para os servidores ativos, estatutários, CLT, ACT, Conselheiros Tutelares em exercício e comissionados, da Administração direta e indireta do Município

de Garuva.

Art. 2º - O Auxílio-alimentação será concedido, mensalmente, na forma de Cartão Alimentação com crédito carregado em cartão magnético instituído para essa finalidade, ou assemelhado, que permita a compra de gêneros alimentícios, em estabelecimentos conveniados.

Parágrafo Único - O auxílio alimentação será concedido, temporariamente, em pecúnia na folha de pagamento, até a conclusão de processo licitatório para a contratação de empresa, nas formas previstas no caput.

Art. 3º - O valor do Auxílio-alimentação será de R\$ 220,00 (Duzentos e Vinte Reais) para cada servidor a que se destina o benefício.

Parágrafo Único - O valor a que se refere este artigo será atualizado anualmente, no início de cada ano, por meio de decreto do Chefe do Poder Executivo, utilizando o INPC acumulado do respectivo período ou outro índice que o substitua, ocorrendo a primeira atualização em janeiro de 2013.

Art. 4º - O servidor que acumular cargo ou emprego, na forma prevista na Constituição Federal, fará jus à percepção de um único Auxílio-alimentação, mediante termo de opção, podendo ser acumulado se a jornada não ultrapassar a 40 horas semanais.

Art. 5º - O Valor do auxílio alimentação será proporcional a carga horária de cada servidor, sendo o valor máximo para a jornada de 40(quarenta) horas semanais.

Art. 6º - Serão computados, e assim considerados como dias trabalhados, para fins de concessão do Auxílio-alimentação, as seguintes hipóteses:

I - deslocamentos havidos por interesse do serviço público;
II - ausências ao serviço por motivo de doação de sangue, alistamento eleitoral, falecimento do cônjuge, ascendentes e descendentes até o 2º grau, irmãos e sogros; casamento, Júri e outros serviços obrigatórios por lei, pelo prazo determinado em juízo nos termos do art. 108 da Lei Complementar 01/98;
III - afastamento em decorrência de participação em cursos, treinamentos ou similares, por determinação do Município.

Art. 7º - O Auxílio-alimentação tem caráter indenizatório e não será:

I - incorporado ao vencimento, remuneração, provento, para qualquer fim, bem como sobre ele não incidirá vantagem alguma a que faça jus o servidor, vedada, assim, sua utilização, sob qualquer forma, para cálculo simultâneo que importe acréscimo de outra vantagem pecuniária;
II - configurado como rendimento tributável, nem sofrerá incidência de contribuição previdenciária;
III - computado para efeito de cálculo de gratificação natalina e férias ou qualquer outra vantagem.
IV - caracterizado como salário-utilidade ou prestação salarial in natura.

Art. 8º - O Auxílio-alimentação a que se refere esta Lei, somente será concedido e pago mediante a existência de suficiente dotação orçamentária e disponibilidade financeira.

Parágrafo Único - As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta de dotação específica do orçamento dos órgãos onde o servidor estiver exercendo suas funções.

Art. 9º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

Lei Nº 1554/2011

LEI Nº 1554, DE 09 DE NOVEMBRO DE 2011

"DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE SUBVENÇÃO A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA LÍRIO AMARELO".

JOÃO ROMÃO, Prefeito Municipal de Garuva, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a conceder subvenção, no exercício de 2011, no valor de R\$ 5.696,00 (Cinco Mil Seiscentos e Noventa e Seis Reais) para a Associação Comunitária Lírio Amarelo, declarada de Utilidade Pública através da Lei Nº 905/1997.

Parágrafo Único - O repasse será efetuado em parcela única, devendo a entidade prestar contas ao Poder Executivo no prazo de 30 dias após o recebimento da parcela.

Art. 3º - As despesas com a presente lei serão apropriadas em rubrica do orçamento vigente.

Art. 4º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

Lei Nº 1556/2011

LEI Nº 1556, DE 09 DE NOVEMBRO DE 2011

"DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR".

JOÃO ROMÃO, Prefeito Municipal de Garuva, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1o - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), no orçamento do Fundo Municipal de Agricultura de Garuva, na seguinte dotação orçamentária:

13.001.020.605.1036.2082 Manut. do Fundo Municipal de Agricultura 3390 01.00.00 R\$ 40.000,00

Art. 2o - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais) no orçamento da Prefeitura Municipal de Garuva, na seguinte dotação orçamentária:

11.001.020.605.1036.2066 Manut. do Setor de Estratégias Rurais 3390 01.00.00 R\$ 60.000,00

Art. 3º - Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar dos Artigos 1o. e 2º. serão utilizados recursos provenientes do excesso de arrecadação na fonte de recursos ordinários.

Art. 4º - Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

Lei Nº 1557/2011

LEI Nº. 1557, DE 09 DE NOVEMBRO DE 2011

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A DESISTIR DE AÇÃO JUDICIAL".

O Prefeito Municipal DE GARUVA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes do Município de Garuva que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1o - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a desistir da ação de desapropriação judicial que, na Vara Única da Comarca de Garuva, o município promove contra Anna Clotilde Salomão, Mario Jorge Salomão, João Pio, Terezinha Fequia Salomão Pio e Valma Romeiro (autos n. 119.07.001200-5).

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

Lei Nº 1558/2011

LEI Nº 1558, DE 09 DE NOVEMBRO DE 2011

"DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR".

JOÃO ROMÃO, Prefeito Municipal de Garuva, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1o - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 235.000,00 (duzentos e trinta e cinco mil reais), no orçamento da Prefeitura Municipal de Garuva, nas seguintes dotações orçamentárias:

02.001.004.122.1003.2005 Contribuição à Entidades e Associações 3350 01.00.00 R\$ 125.000,00

04.005.028.843.1007.2012 Amort.do princ.e enc.da dívida pública 4690 01.00.00 R\$ 105.000,00

04.005.028.845.1007.2013 Contribuição para formação do PASEP 3390 01.00.00 R\$ 5.000,00

Art. 2º - Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar do Artigo 1o. serão utilizados recursos provenientes do excesso de arrecadação na fonte de recursos ordinários previsto para o exercício de 2011.

Art. 3o - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) no orçamento da Prefeitura Municipal de Garuva, na seguinte dotação orçamentária:

04.005.028.843.1007.2012 Amort.do princ.e enc.da dívida pública 4690 01.00.00 R\$ 100.000,00

Art. 4º - Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar do Artigo 3o. serão utilizados recursos provenientes da anulação da seguinte dotação orçamentária:

04.001.004.122.1003.2007 Manutenção do Depto. de Administração 3390 01.00.00 R\$ 100.000,00

Art. 5º - Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

Lei Nº 1559/2011

LEI Nº 1559, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2011

"DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR".

JOÃO ROMÃO, Prefeito Municipal de Garuva, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 240.337,40 (duzentos e quarenta mil trezentos e trinta e sete reais e quarenta centavos), no orçamento da Prefeitura Municipal de Garuva, nas seguintes dotações orçamentárias:

07.001.012.361.1028.2028 Manutenção do Setor de Educação 3390 01.01.00 R\$ 140.337,40

07.001.012.361.1028.2028 Manutenção do Setor de Educação 4490 01.19.00 R\$ 50.000,00

10.003.015.452.1033.2065 Man. do Setor de Obras e Serv. Públicos 3390 01.00.00 R\$ 50.000,00

Art. 2º - Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar do Artigo 1º. serão utilizados recursos provenientes da anulação das seguintes dotações orçamentárias:

07.001.012.361.1028.2028 Manutenção do Setor de Educação 3390 01.19.00 R\$ 190.337,40

10.001.027.813.1033.1023 Constr. de Parques Infantis e Praças de Esp 4490 01.00.00 R\$ 50.000,00

Art. 3º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 29.000,00 (vinte e nove mil reais) no orçamento do Fundo Municipal de Desenvolvimento Social de Garuva, nas seguintes dotações orçamentárias:

15.001.008.244.1027.2057 Man. de Prot. Básica - Família em Foco 3390 01.52.00 R\$ 29.000,00

Art. 4º - Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar do Artigo 3º. serão utilizados recursos provenientes da anulação das seguintes dotações orçamentárias:

15.001.008.243.1026.2054 Manutenção dos atendimentos no abrigo 3390 01.00.00 R\$ 900,00

15.001.008.243.1026.2054 Manutenção dos atendimentos no abrigo 4490 01.00.00 R\$ 700,00

15.001.008.244.1023.2051 Man.do Progr.de Prom e Prev Des.Social 3190 01.00.00 R\$ 6.700,00

15.001.008.244.1023.2051 Man.do Progr.de Prom e Prev Des.Social 3390 01.00.00 R\$ 550,00

15.001.008.244.1024.2052 Contrat. de Profiss.para atend. do CRAS 3390 01.00.00 R\$ 12.900,00

15.001.008.244.1027.2057 Man. de Prot. Básica - Família em Foco 3390 01.00.00 R\$ 5.000,00

15.001.008.244.1027.2057 Man. de Prot. Básica - Família em Foco 3390 01.50.00 R\$ 450,00

15.001.008.244.1027.2057 Man. de Prot. Básica - Família em Foco 4490 01.00.00 R\$ 750,00

15.001.008.244.1027.2057 Man. de Prot. Básica - Família em Foco 4490 01.50.00 R\$ 1.050,00

Art. 5º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 11.781,00 (onze mil setecentos e oitenta e um reais) no orçamento do Fundo Municipal de Desenvolvimento Social de Garuva, nas seguintes dotações orçamentárias:

15.001.008.243.1026.2054 Manutenção dos atendimentos no abrigo 3390 01.24.55 R\$ 6.237,00

15.001.008.243.1026.2054 Manutenção dos atendimentos no abrigo 4490 01.24.55 R\$ 5.544,00

Art. 6º - Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar do Artigo 5º. serão utilizados recursos provenientes do excesso de arrecadação na receita de convênios com o governo do Estado relativo a Proteção de Alta Complexidade (Assistência Social).

Art. 7º - Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

Lei Nº 1560/2011

LEI Nº.1560, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2011.

"AUTORIZA O MUNICÍPIO A CONCEDER INDENIZAÇÃO A PARTICULARES PELA CONSTRUÇÃO DE EDIFICAÇÃO E BENFEITORIAS NO IMÓVEL QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito Municipal DE GARUVA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes do Município de Garuva que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Município de Garuva autorizado a conceder indenização no valor total de R\$ 116.850,00 (cento e dezesseis mil oitocentos e cinquenta reais), aos herdeiros de Laudelina Schneider, ou a quem de direito, referente às construções e benfeitorias realizadas no "Lote 71", Inscrição Imobiliária n. 24.01.086.0071.001, referente à matrícula n. 32.644 do CRI da 1ª Circunscrição de Joinville (propriedade da Prefeitura Municipal de Garuva), com as seguintes características:

"Um terreno de esquina, frente para a Rua Afonso Pena, medindo 23,70m fundos em ambos os lados medindo 30,00 m, lado direito confrontando com área 3, lado esquerdo com área 1, travessão dos fundos medindo 23,70m, com a Escola Municipal Vicente Vieira". Área do Lote ocupado (conforme cadastro imobiliário): 705,00 m2. Área das construções/benfeitorias (conforme Parecer Técnico da Comissão de Avaliação): 127,80 m2,

Parágrafo Único - O valor estipulado para a indenização foi baseado em Parecer Técnico elaborado pela Comissão Permanente de Avaliação (instituída pela Portaria n. 495/2010).

Art. 2º - Os ocupantes da área descrita no art. 1º disporão de um prazo de 15 (quinze) dias úteis para a desocupação do local, contado a partir do pagamento da indenização.

Art. 3º - As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

07.001-1009-44900-10100

Desap. Terreno - Construção Ampliação e Reforma Escolas Municipais.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

Lei Nº 1561/2011

LEI Nº 1561, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2011

"DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE SUBVENÇÃO A ASSOCIAÇÃO DOS IDOSOS DE GARUVA".

JOÃO ROMÃO, Prefeito Municipal de Garuva, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a conceder subvenção, no exercício de 2011, no valor de R\$ 4.950,00 (Quatro Mil, Novecentos e Cinquenta Reais), para a Associação dos Idosos de Garuva, declarada de Utilidade Pública através da Lei nº 672 de 11 de novembro de 1991.

Art. 2º - Os repasses serão efetuados em uma única parcela, devendo a entidade prestar contas ao Poder Executivo no prazo de 30 dias após o recebimento da parcela.

Art. 3º - As despesas com a presente lei serão apropriadas em rubrica do orçamento vigente.

Art. 4º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

Lei Nº 1562/2011

LEI Nº. 1562, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2011

"DISPÕE SOBRE A ADOÇÃO DO SLOGAN "GARUVA, PARAÍSO DAS ÁGUAS", NO MUNICÍPIO DE GARUVA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

JOÃO ROMÃO, Prefeito Municipal de Garuva, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica adotado como slogan do Município de Garuva, a expressão "Paraíso das Águas", visando ao desenvolvimento sócio econômico, turístico e cultural do Município, que será usada em suas correspondências, selos, papéis, veículos, pórticos, produtos, logomarca, estabelecimentos, eventos, dando-se ampla divulgação.

Parágrafo único- A identidade do município como "Paraíso das Águas", será buscada e fomentada, por ações integradas de todos os segmentos organizados da sociedade.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

Lei Nº 1563/2011

LEI Nº 1563, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2011

"DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR".

JOÃO ROMÃO, Prefeito Municipal de Garuva, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1o - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a

abrir Crédito Adicional

Suplementar na importância de R\$ 16.100,00 (dezesesseis mil e cem reais), no orçamento da Prefeitura Municipal de Garuva, nas seguintes dotações orçamentárias:

05.001.027.812.1031.2019 Manutenção do Setor de Esportes 3390 01.00.00 R\$ 6.000,00

05.004.023.695.1035.2023 Manutenção do Setor de Turismo 3390 01.00.00 R\$ 10.100,00

Art. 2º - Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar do Artigo 1o. serão utilizados recursos provenientes da anulação das seguintes dotações orçamentárias:

05.001.027.812.1031.2019 Manutenção do Setor de Esportes 3190 01.00.00 R\$ 6.000,00

05.004.023.695.1035.2023 Manutenção do Setor de Turismo 3190 01.00.00 R\$ 10.100,00

Art. 3o - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) no orçamento da Prefeitura Municipal de Garuva, na seguinte dotação orçamentária:

05.003.013.392.1029.2021 Manutenção do Setor de Cultura 3390 01.24.55 R\$ 30.000,00

Art. 4º - Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar do Artigo 3o. serão utilizados recursos provenientes do excesso de arrecadação na receita de convênios com o governo do Estado relativo ao Projeto Natal Luz aprovado pela Secretaria de Desenvolvimento Regional de Joinville.

Art. 5o - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 1.668,32 (um mil seiscentos e sessenta e oito reais e trinta e dois centavos), no orçamento da Prefeitura Municipal de Garuva, na seguinte dotação orçamentária:

07.001.012.361.1028.2030 Manutenção de convênios diversos 3390 01.61.00 R\$ 1.668,32

Art. 6º - Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar do Artigo 5o. serão utilizados recursos provenientes do excesso de arrecadação na receita de transferências do FNDE relativo ao PNATE.

Art. 7o - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 11.486,50 (onze mil quatrocentos e oitenta e seis reais e cinquenta centavos), no orçamento da Prefeitura Municipal de Garuva, na seguinte dotação orçamentária:

07.001.012.361.1028.2030 Manutenção de convênios diversos 3390 01.22.55 R\$ 11.486,50

Art. 8º - Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar do Artigo 7o. serão utilizados recursos provenientes do excesso de arrecadação na receita de transferências do Governo do Estado de Santa Catarina relativo ao Transporte Escolar.

Art. 9o - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Garuva, na seguinte dotação orçamentária:

14.001.010.301.1011.2083 Manutenção do Fundo Mun. de Saúde

3390 01.02.00 R\$ 40.000,00
14.001.010.301.1020.2049 Repasse de rec.manut.do CIS/AMU-
NESC 3350 01.02.00 R\$ 10.000,00

Art. 10 - Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar do Artigo 9o. serão utilizados recursos provenientes da anulação da seguinte dotação orçamentária:

14.001.010.301.1012.2041 Manutenção do Progr.Saúde da Família
3190 01.64.02 R\$ 50.000,00

Art. 11 - Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Garuva (SC), 08 de dezembro de 2011.
JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

Lei Nº 1564/2011

LEI Nº 1564, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2011

"DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR".

JOÃO ROMÃO, Prefeito Municipal de Garuva, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1o - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 55.000,00 (cinquenta e cinco mil reais), no orçamento da Prefeitura Municipal de Garuva, na seguinte dotação orçamentária:

07.001.012.361.1028.2030 Manutenção de convênios diversos
3390 01.58.00 R\$ 55.000,00

Art. 2º - Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar do Artigo 1o. serão utilizados recursos provenientes do excesso de arrecadação na cota-parte do Salário Educação.

Art. 3o - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 63.500,00 (sessenta e três mil e quinhentos reais), no orçamento da Prefeitura Municipal de Garuva, nas seguintes dotações orçamentárias:

10.003.015.452.1033.2065 Manut. do Setor de Obras e Serv. Públ
3390 01.17.00 R\$ 46.000,00
02.001.004.122.1001.2002 Manut.e invest.do Gabinete 3390
01.00.00 R\$ 6.900,00
02.001.004.122.1003.2005 Contribuição a entidades e associa-
ções 3350 01.00.00 R\$ 10.600,00

Art. 4o - Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar do Artigo 3o. serão utilizados recursos provenientes da anulação das seguintes dotações orçamentárias:

10.003.015.451.1033.2058 Abertura/retificação de estradas urba-
nas 4490 01.00.00 R\$ 46.000,00
02.002.004.131.1001.2003 Manut.e invest.do Depto. de Comuni-
cação 4490 01.00.00 R\$ 3.000,00
02.003.004.122.1001.2004 Manut.e invest.do Depto.de Control.
Geral 3390 01.00.00 R\$ 3.500,00
02.003.004.122.1001.2004 Manut.e invest.do Depto.de Control.
Geral 4490 01.00.00 R\$ 1.000,00
03.001.002.062.1001.2006 Manut.e invest.da Procuradoria Geral
3390 01.00.00 R\$ 10.000,00

Art. 5o - Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

Lei Nº 1565/2011

LEI Nº 1565 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2011

"AUTORIZA O MUNICÍPIO A CONCEDER INDENIZAÇÃO A PARTICULARES PELA CONSTRUÇÃO DE EDIFICAÇÃO E BENFEITORIAS NO IMÓVEL QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito Municipal DE GARUVA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes do Município de Garuva que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Município de Garuva autorizado a conceder indenização no valor total de R\$ 70.000,00 (setenta mil reais), aos herdeiros de Maria de Lurdes Nascimento, ou a quem de direito, referente às construções e benfeitorias realizadas no "Lote 47", Inscrição Imobiliária n. 24.01.086.0047.001, referente à matrícula n. 32.644 do CRI da 1ª Circunscrição de Joinville (propriedade da Prefeitura Municipal de Garuva), com as seguintes características:

"Um terreno fazendo frente para a Rua Afonso Pena, medindo 16 m fundos lado direito de quem da rua olha, medindo 25,00 metros com as terras da Escola Municipal Vicente Vieira, lado esquerdo medindo 30,00 metros, confrontando com a área ocupada pelos herdeiros de Laudelina Schneider, travessão dos fundos medindo 12,00 metros com terras da Escola Municipal Vicente Vieira, perfazendo uma área de 406,00 metros quadrados. Área das construções/benfeitorias (conforme Parecer Técnico da Comissão de Avaliação): 100,68 m2.

Parágrafo Único - O valor estipulado para a indenização das benfeitorias será de R\$ 70.000,00 (setenta mil reais), valor este resultante de acordo entre as partes, tendo por base as seguintes avaliações:

I - Comissão Permanente de Avaliação da Prefeitura (instituída pela Portaria n. 495/2010): R\$ 63.520,00 (sessenta e três mil e quinhentos e vinte reais);

II - Avaliação realizada a pedido dos herdeiros, por profissional habilitado: R\$ 88.000,00 (oitenta e oito mil reais).

Art. 2º - Os ocupantes da área descrita no art. 1º disporão de um prazo de 15 (quinze) dias úteis para a desocupação do local, contado a partir do pagamento da indenização.

Art. 3º - As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

07.001-1009-44900-10100

Desap. Terreno - Construção Ampliação e Reforma Escolas Municipais.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

Lei Nº 1566/2011

LEI Nº 1566, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2011

"ALTERA ANEXOS I À IV DA LEI Nº 1441/2009, QUE DISPÕE SOBRE O PLANO PLURIANUAL 2010-2013 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

JOÃO ROMÃO, Prefeito Municipal de Garuva, estado de Santa

Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte LEI:

Art. 1º - Ficam alterados os Anexos I, II, III e IV, que fazem parte integrante da Lei Nº 1441/2009, de 20 de agosto de 2009, que "Dispõe sobre o Plano Plurianual para o quadriênio 2010/2013 de Garuva, na forma anexa a presente lei.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

Lei Nº 1567/2011

LEI Nº. 1567, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2011

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ADQUIRIR IMÓVEL POR DESAPROPRIAÇÃO AMIGÁVEL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

João Romão, Prefeito Municipal de Garuva, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes do Município de Garuva que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a adquirir, por desapropriação amigável, com fundamento no artigo 5º, alínea "h", do Decreto-Lei n. 3.365, de 21 de junho de 1941, um imóvel urbano localizado neste município, declarado de utilidade pública pelo Decreto nº 77/2011, medindo 392,41 m² ((trezentos e noventa e dois metros e quarenta e um centímetros quadrados), matriculado sob n. 1.277 no Cartório de Imóveis da Comarca de Garuva/SC, sendo proprietária ESTEVAM IMOBILIÁRIA E INCORPORADORA LTDA, inscrita no CNPJ n. 01.709.218/0001-82, com as seguintes características e confrontações:

"Um imóvel localizado no quadro urbano do município de Garuva, denominado Lote 06 da Quadra 06 do Loteamento Estevam, distante 53,03 metros da esquina da Rua Rui Barbosa com a Rua José Ossowski, fazendo frente ao Sul, com 14,57 metros com a Rua José Ossowski, lado direito ao Leste, com 27,62 metros confrontando com terras da Prefeitura Municipal de Garuva (Matrícula n. 269 do Cartório de Registro de Imóveis de Garuva), fundos ao Norte, com 14,00 metros confrontando com terras da Prefeitura Municipal de Garuva (Matrícula n. 269 do Cartório de Registro de Imóveis de Garuva), lado esquerdo ao Oeste, com 27,33 metros confrontando com o Lote 07, perfazendo uma área total de 392,41 m² (trezentos e noventa e dois metros e quarenta e um centímetros quadrados) - Sem benfeitorias - Situação do Terreno meio de quadra - Topografia Plana - Topologia Firme - Inscrição Imobiliária n.24.01.137.2176.001".

Parágrafo Único - O imóvel foi avaliado pela Comissão Permanente de Avaliações instituída pela Portaria n. 495/2010, de 17/09/2010, em R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), conforme Parecer Técnico de Avaliação de 05/10/2011.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

Lei Nº 1568/2011

LEI Nº. 1568, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2011

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ADQUIRIR IMÓVEL POR DESAPROPRIAÇÃO AMIGÁVEL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

João Romão, Prefeito Municipal de Garuva, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes do Município de Garuva que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a adquirir, por desapropriação amigável, com fundamento no artigo 5º, alínea "m", do Decreto-Lei n. 3.365, de 21 de junho de 1941, uma área de terras de propriedade do senhor Eleusis Brasilico Navarro Vieira, declarada de utilidade pública pelo Decreto n. 49/2011, medindo 214.311,45 m² (Duzentos e quatorze mil trezentos e onze metros e quarenta e cinco centímetros quadrados), cadastrado no INCRA sob n. 801.046.001.015-7, objeto da matrícula n. 29.724 do Cartório de Registro de Imóveis da 1ª Circunscrição da Comarca de Joinville situado na zona rural do município, no lugar denominado Porto Palmital, Estrada Palmital, município de Garuva-SC, com as seguintes características:

"Uma área de terras de cultura, com 214.311,45 m² (duzentos e quatorze mil trezentos e onze metros e quarenta e cinco centímetros quadrados), e com o perímetro total de 2.500 (dois mil e quinhentos metros) lineares, situado no lugar Porto do Palmital, distrito e Município de Garuva-SC, confrontando-se ao Norte com terras de Societê Chimique de Gerland, com 1.000 (hum mil metros); à Leste com terras de João de Souza Vieira, medindo 250,00 (duzentos e cinquenta metros); À Sul com terras de Dorvalino Schatzmann, com 1.000 (hum mil metros) e à Oeste com a Estrada Palmital, medindo 250,00 (duzentos e cinquenta metros)." (Descrição conforme matrícula n. 29.724 do CRI da 1ª Circunscrição de Joinville).

Parágrafo Único - O imóvel expropriado foi avaliado pela Comissão Permanente de Avaliações instituída pela Portaria n. 495/2010, de 17/09/2010, em R\$ 614.159,17 (Seiscentos e Quatorze Mil, Cento e Cinquenta e Reais e Dezessete Centavos), conforme Parecer Técnico de Avaliação de 14/10/2011.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

Lei Nº 1569/2011

LEI Nº 1569, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2011

"DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR".

JOÃO ROMÃO, Prefeito Municipal de Garuva, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), no orçamento da Câmara de Vereadores de Garuva:

01.001.001.031.1002.2001 Manutenção da Câmara de Vereadores
3190 01.00.00 R\$ 40.000,00

Art. 2º - Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar do Artigo 1º. serão utilizados recursos provenientes da anulação das seguintes dotações orçamentárias:

01.001.001.031.1002.2001 Manutenção da Câmara de Vereadores
3390 01.00.00 R\$ 40.000,00

Art. 3º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a

abrir Crédito Adicional

Suplementar na importância de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais) no orçamento da Prefeitura Municipal de Garuva, nas seguintes dotações orçamentárias:

02.001.004.122.1003.2005 Contribuição a entidades e associações 3350 01.00.00 R\$ 5.000,00

04.005.028.845.1007.2013 Contribuição para formação do PASEP 3390 01.00.00 R\$ 20.000,00

Art. 4º - Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar do Artigo 3º, serão utilizados recursos provenientes da anulação da seguinte dotação orçamentária:

02.001.004.122.1001.2002 Manut.e invest.do Gabinete 3190 01.00.00 R\$ 25.000,00

Art. 5º - Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

JOÃO ROMÃO

Prefeito Municipal

Lei Nº 1570/2011

LEI Nº. 1570, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2011

"DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E PROFESSORES - APP ESCOLA MUNICIPAL DUQUE DE CAXIAS "

João Romão, Prefeito Municipal de Garuva, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes do Município de Garuva que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Pais e Professores -APP Escola Municipal Duque de Caxias, inscrita no CNPJ sob nº 03.740.637/0001-02, com sede social na Estrada de Bahararas, s/nº, Garuva - SC.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO ROMÃO

Prefeito Municipal

Lei Nº 1571/2011

LEI Nº 1571, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2011

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ADERIR AO PROGRAMA BADESC CIDADES E TOMAR EMPRESTIMO JUNTO AO BADESC - AGÊNCIA DE FOMENTO DE SANTA CATARINA S/A, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

JOÃO ROMÃO, Prefeito Municipal de Garuva, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a aderir ao Programa BADESC CIDADES.

Art. 2º - A adesão ao Programa BADESC CIDADES propiciará o aporte de recursos ao Município para financiamento de Pavimentação Asfáltica.

Art. 3º - Para atendimento das necessidades financeiras do programa de investimentos mencionados no artigo 2º, fica o Poder Executivo autorizado a tomar empréstimo junto ao BADESC - Agência de Fomento de Santa Catarina S/A, com recursos do Programa BADESC CIDADES, até o montante de R\$ 3.000.000,00 (Três Milhões de Reais).

Parágrafo Único - Em garantia aos empréstimos estabelecidos neste artigo, fica o Poder Executivo autorizado a oferecer a vinculação de quotas partes do ICMS e/ou FPM, até o limite do valor do financiamento.

Art. 4º - Para dar continuidade ao Programa BADESC CIDADES, o Poder Executivo consignará nos projetos de lei orçamentários dos anos subseqüentes, as dotações necessárias a formação do Programa, bem como para cumprimento dos compromissos com encargos dos empréstimos tomados.

Art. 5º - Por conta dos financiamentos estabelecidos no artigo 3º desta Lei, o Município pagará encargos máximos de 9% (nove por cento) ao ano, acrescido da taxa de juros de longo prazo - TJLP, ou, no caso de sua extinção, o indexador que a substituir.

Art. 6º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO ROMÃO

Prefeito Municipal

Lei Nº 1572/2011

LEI Nº 1572, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2011

"DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE SUBVENÇÃO A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DOS MORADORES DO BAIRRO URUBUQUARA".

JOÃO ROMÃO, Prefeito Municipal de Garuva, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a conceder subvenção, no valor de R\$ 5.000,00 (Cinco Mil Reais), para a Associação Comunitária dos Moradores do Bairro Urubuquara, declarada de Utilidade Pública através da Lei nº 870 de 20 de março de 1996.

Art. 2º - Os repasses serão efetuados em 05 (cinco) parcelas de R\$ 1.000,00 (Um Mil Reais), devendo a entidade prestar contas ao Poder Executivo no prazo de 30 dias após o recebimento da parcela.

Art. 3º - As despesas com a presente lei serão apropriadas em rubrica do orçamento vigente.

Art. 4º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO ROMÃO

Prefeito Municipal

Lei Nº 1573/2011

LEI Nº 1573, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2011

"DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR".

JOÃO ROMÃO, Prefeito Municipal de Garuva, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 270.000,00 (duzentos e setenta mil reais), no orçamento da Prefeitura Municipal de Garuva, na seguinte dotação orçamentária:

03.001.002.062.1001.2006 Manut. e invest. da Procuradoria Geral

4490 01.00.00 R\$ 270.000,00

Art. 2o - Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar do Artigo 1o. serão utilizados recursos provenientes da anulação da seguinte dotação orçamentária:

11.001.026.782.1033.1016 Constr. ampl.de estradas munic. rurais
4490 01.00.00 R\$ 242.000,00
12.001.015.452.1042.2075 Coleta e disp. final do lixo domiciliar
3390 01.00.00 R\$ 3.000,00
13.001.020.606.1036.1024 Aquis. de imóvel/Constr. Centro de Conv. 4490 01.00.00 R\$ 25.000,00

Art. 3o - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 11.128,99 (onze mil cento e vinte e oito reais e noventa e nove centavos) no orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Garuva, na seguinte dotação orçamentária:

14.001.010.303.1016.2045 Medicamentos para consumo e distrib
SUS 3390 01.02.00 R\$ 11.128,99

Art. 4o - Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar do Artigo 3o. serão utilizados recursos provenientes da anulação da seguinte dotação orçamentária:

14.001.010.301.1011.2083 Manutenção do Fundo Municipal de Saúde 3390 01.02.00 R\$ 11.128,99

Art. 5o - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 90.000,00 (noventa mil reais) no orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Garuva, nas seguintes dotações orçamentárias:

14.001.010.301.1012.2041 Manut. do Programa Saúde da Família
4490 01.02.00 R\$ 10.000,00
14.001.010.301.1011.2083 Manut. do Fundo Mun de Saúde 4490 01.02.00 R\$ 80.000,00

Art. 6o - Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar do Artigo 5o. serão utilizados recursos provenientes da anulação das seguintes dotações orçamentárias:

01.001.001.031.1002.2001 Manutenção da Câmara de Vereadores
3190 01.00.00 R\$ 17.000,00
01.001.001.031.1002.2001 Manutenção da Câmara de Vereadores
3390 01.00.00 R\$ 40.500,00
01.001.001.031.1002.2001 Manutenção da Câmara de Vereadores
4490 01.00.00 R\$ 32.500,00

Art. 7o - Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Garuva, 21 de dezembro de 2011.

JOÃO ROMÃO

Prefeito Municipal

Lei Nº 1574/2011

LEI Nº 1574, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2011.

"AUTORIZA O CHEFE DO EXECUTIVO MUNICIPAL A CONCEDER ABONO SALARIAL DE NATAL AOS SERVIDORES E EMPREGADOS PÚBLICOS MUNICIPAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito Municipal DE GARUVA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes do Município de Garuva que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a conceder aos seus servidores e empregados públicos, Cargos Comissionados, Contratados em Caráter Temporário, Conselheiros Tutelares e estagiários, um Abono Salarial de Natal no valor de R\$ 200,00 (Duzentos Reais), que será pago em cota única, no mês de dezembro de 2011.

Parágrafo Único - O Abono Salarial de que trata o "caput" não se incorpora aos vencimentos para quaisquer fins de direito. E será pago na integralidade para carga horária de 40h semanais, obedecendo a proporcionalidade nas demais jornadas de Trabalho.

Art. 2º - As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta de dotações específicas do orçamento vigente.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO ROMÃO

Prefeito Municipal

Lei Nº 1575/2011

LEI Nº 1575, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2011

"DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR".

JOÃO ROMÃO, Prefeito Municipal de Garuva, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1o - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional

Suplementar na importância de R\$ 125.000,00 (cento e vinte e cinco mil reais), no orçamento da Prefeitura Municipal de Garuva, na seguinte dotação orçamentária:

07.001.012.365.1030.1010 Construção, Ampl e ref. de Creches Mun. 4490 01.01.00 R\$ 125.000,00

Art. 2o - Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar do Artigo 1o. serão utilizados recursos provenientes da anulação das seguintes dotações orçamentárias:

10.003.015.451.1033.2058 Abertura/retif. de estradas urbanas
4490 01.00.00 R\$ 33.000,00
12.001.015.452.1042.2075 Coleta e disp. final do lixo domiciliar
3390 01.00.00 R\$ 92.000,00

Art. 3o - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional

Suplementar na importância de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), no orçamento da Prefeitura Municipal de Garuva, na seguinte dotação orçamentária:

07.001.012.365.1030.1010 Construção, Ampl e ref. de Creches Mun. 4490 01.01.00 R\$ 80.000,00

Art. 4o - Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar do Artigo 3o. serão utilizados recursos provenientes do excesso de arrecadação na fonte de recursos ordinários do tesouro.

Art. 5o - Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

JOÃO ROMÃO

Prefeito Municipal

Lei Nº 1576/2011

LEI Nº 1576, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2011

"AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ESTIMAR A RECEITA E FIXAR A DESPESA PARA O EXERCÍCIO DE 2012,

E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

JOÃO ROMÃO, Prefeito Municipal de Garuva, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

ART. 1º - O orçamento do município de Garuva para o exercício financeiro de 2012, estima à receita total da Prefeitura e Fundos Municipais em R\$ 36.043.893,01 (Trinta e Seis Milhões, Quarenta e Três Mil, Oitocentos e Noventa e Três Reais e Um Centavo).

ART. 2º - O orçamento da Câmara, Prefeitura e Fundos Municipais para o exercício de 2012 estima a Receita e fixa a Despesa em R\$ 36.043.893,01 (Trinta e Seis Milhões, Quarenta e Três Mil, Oitocentos e Noventa e Três Reais e Um Centavo).

§ 1º - A receita da Prefeitura e Fundos serão realizadas mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor, discriminada nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento.

1. - RECEITAS CORRENTES R\$ 28.713.393,01
- 1.1 - Receitas Tributárias R\$ 3.124.100,00
- 1.2 - Receitas de Contribuições R\$ 596.200,00
- 1.3 - Receitas Patrimoniais R\$ 240.050,00
- 1.4 - Receitas Agropecuárias R\$ 0,00
- 1.5 - Receitas de Serviços R\$ 960.160,00
- 1.6- Transferências Correntes R\$ 26.549.253,01
- 1.7 - Outras Receitas Correntes R\$ 415.410,00
- 1.8 - (-) Deduções da receita corrente R\$ -3.171.780,00

- 2 - RECEITAS DE CAPITAL R\$ 7.330.500,00
- 2.1- Operações de Crédito R\$ 7.000.000,00
- 2.2- Alienação de Bens R\$ 0,00
- 2.3- Transferências de Capital R\$ 330.500,00

TOTAL R\$ 36.043.893,01

§ 2º - A Despesa da Prefeitura será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e natureza econômica.

ART. 3º - Integram a estrutura orçamentária do município os seguintes órgãos:

- 1 CÂMARA DE VEREADORES R\$ 1.262.000,00
- 2 GABINETE DO PREFEITO R\$ 1.512.000,00
- 3 PROCURADORIA GERAL R\$ 543.000,00
- 4 SECR. MUN. ADMINISTRAÇÃO, PLANEJ. E FINANÇAS R\$ 3.467.973,01
- 5 SECR. MUN. ESPORTE, CULTURA E TURISMO R\$ 388.000,00
- 6 SECR. MUN. DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO R\$ 390.000,00
- 7 SECR. MUN. EDUCAÇÃO R\$ 7.841.000,00
- 8 SECR. MUN. SAÚDE R\$ 514.000,00
- 9 SECR. MUN. DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HABIT. R\$ 400.000,00
- 10 SECR. MUN. INFRAESTRUTURA URBANA R\$ 9.733.920,00
- 11 SECR. MUN. ESTRATÉGIAS RURAIS R\$ 1.114.000,00
- 12 SECR. MUN. SANEAMENTO AMBIENTAL R\$ 1.840.000,00
- 18 FUNDO MUN. MEIO AMBIENTE R\$ 65.000,00
- 13 FUNDO MUN. AGRICULTURA R\$ 450.000,00
- 14 FUNDO MUN. SAÚDE R\$ 5.707.000,00
- 15 FUNDO MUN. DESENVOLVIMENTO SOCIAL R\$ 390.000,00
- 16 FUNDO INFANCIA E ADOLESCÊNCIA R\$ 105.000,00
- 17 FUNDO MUN. HABITAÇÃO R\$ 121.000,00
- 19 FUNDO REEQUIP BOMBEIROS R\$ 100.000,00

ART. 4º - Os recursos da Reserva de Contingência são destinados ao atendimento dos passivos contingentes, intempéries, outros riscos e eventos fiscais imprevistos, superávit orçamentário e para

obtenção de resultado primário positivo, conforme abaixo:

UNIDADE GESTORA: PREFEITURA
Reserva de Contingência R\$ 100.000,00

§ 1º - A utilização dos recursos da Reserva de Contingência será feita por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, observado o disposto no art. 5º item III da Lei 101/2000.

§ 2º - Não se efetivando até o dia 15/12/2012 os riscos fiscais relacionados aos eventos abaixo relacionados, ou se efetivando a cobrança da dívida ativa de acordo com o previsto no Orçamento da Receita, os recursos a eles reservados poderão ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal para abertura de créditos adicionais suplementares nas dotações que se tornarem insuficientes ao longo da execução orçamentária, desde que o orçamento para 2012 tenha reservado recursos para:

- I - Processo de desapropriação;
- II - Intempéries;
- III - Fatos não previstos em execução de obras e serviços e campanhas de saúde; ou
- IV - Dívidas judiciais.

ART. 5º - Fica o Executivo Municipal autorizado a remanejar dotações de um elemento de despesa para outro, dentro de cada projeto, atividade ou operações especiais, através de Decreto obedecidos os pressupostos legais desta Lei.

ART. 6º - O Executivo está autorizado, nos termos do Art. 7º da Lei Federal nº 4.320/64, a abrir créditos adicionais suplementares, até o limite de 5% (cinco por cento) da Receita estimada para o orçamento de cada uma das unidades gestoras, utilizando como fontes de recursos, desde que não comprometido.

- I - o excesso ou provável excesso de arrecadação, observada a tendência do exercício;
- II - a anulação de saldos de dotações orçamentárias desde que não comprometidas autorizados através de Lei específica;
- III - superávit financeiro do exercício anterior.

ART. 7º - As despesas por conta de dotações vinculadas a convênios, operações de créditos e outras receitas de realização extraordinária oriundos de transferências voluntárias da União, Estado, operações de crédito, alienação de ativos e outros, só serão executadas ou utilizadas de alguma forma, se estiver assegurado o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitando ainda o montante ingressado ou garantido.

§ 1º - A operação do excesso de arrecadação de que trata o artigo 43, § 3º da Lei 4320/1964 será realizado em cada fonte de recursos identificados nos orçamentos da receita e despesa para fins de abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais, conforme exigência contida nos artigos 8º, parágrafo único e 50, I, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

§ 2º - O Controle da execução orçamentária será realizado de forma a preservar o equilíbrio de caixa para cada uma das fontes de recursos, conforme disposto nos artigos 8º, 42 e 50, I da Lei de Responsabilidade Fiscal.

ART. 8º - Os recursos oriundos de convênios não previstos no orçamento da Receita, ou o seu excesso, poderão ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal como fontes de recursos para abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais, após aprovação de lei específica.

ART. 9º - As receitas de realização extraordinária, oriundas de convênios, operações de crédito e outras, não serão consideradas para efeito de apuração do excesso de arrecadação para fins de

abertura de créditos adicionais suplementares e especiais.

ART. 10 - Durante o exercício de 2012, o Executivo Municipal poderá realizar Operações de Crédito para financiamento de programas priorizados nesta Lei, após aprovação de lei específica incluindo as fontes das referidas operações de créditos.

ART. 11 - Fica o executivo municipal autorizado a firmar convênio com o Governo Federal, Estadual e Municipal, diretamente ou através de seus órgãos da administração direta ou indireta, após aprovação de Lei específica.

ART. 12 - Esta Lei entrará em vigor durante o exercício de 2012, a partir de 1o de janeiro.

Garuva, 26 de dezembro de 2011.

JOÃO ROMÃO

Prefeito Municipal

Lei Nº1555/2011

LEI Nº 1555, DE 09 DE NOVEMBRO DE 2011

"DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR".

JOÃO ROMÃO, Prefeito Municipal de Garuva, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1o - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional

Suplementar na importância de R\$ 1.612.424,63 (um milhão seiscientos e doze mil quatrocentos e vinte e quatro reais e sessenta e três centavos), no orçamento da Prefeitura Municipal de Garuva, nas seguintes dotações orçamentárias:

07.001.012.365.1030.1010 Construção, Ampl e ref. de Creches Mun. 4490 01.62.00 R\$ 1.201.851,88

07.001.012.361.1028.1009 Constr.ampl e ref. de escolas municipais 4490 01.62.00 R\$ 410.572,75

Art. 2º - Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar do Artigo 1o serão utilizados recursos provenientes do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação-FNDE no âmbito do PAC 2 do Governo Federal conforme os Termos de Compromisso PAC201319/2011 e PAC201312/2011.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

JOÃO ROMÃO

Prefeito Municipal

Gaspar

PREFEITURA

Decreto Nº 4.685, de 17 de Janeiro de 2012.

DECRETO Nº 4.685, DE 17 DE JANEIRO DE 2012.

NOMEIA SERVIDOR QUE ESPECIFICA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito do Município de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o artigo 72, da Lei Orgânica do Município, e artigo 10 e seguintes, da Lei Municipal nº. 1.305/91,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados, a partir desta data, conforme habilitação em Concurso Público regido pelo Edital nº. 001/2008, os aprovados para os cargos abaixo especificados, com carga horária e lotação conforme seguem:

NOME	CARGO	C/H	COLOCAÇÃO	LOTAÇÃO
Renilda Ristow	Auxiliar de Enfermagem	30	12º	Secretaria de Saúde
Clara D. Almeida Morais Torres	Médico Pediatra	10	1º	Secretaria de Saúde
Ramon Reinert Censi	Escriturário	40	11º	Secretaria de Saúde

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 17 de janeiro de 2012.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito Municipal

Decreto Nº 4.686, de 17 de Janeiro de 2012.

DECRETO Nº 4.686, DE 17 DE JANEIRO DE 2012.

NOMEIA SERVIDOR QUE ESPECIFICA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito do Município de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o artigo 72, da Lei Orgânica do Município, e artigo 10 e seguintes, da Lei Municipal nº. 1.305/91,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados, a partir desta data, conforme habilitação em Concurso Público regido pelo Edital nº. 001/2008, os aprovados para os cargos abaixo especificados, com carga horária e lotação conforme seguem:

Servidor	Cargo	Carga Horária	Lotação
Lisiani Tolfo	Professora Ed. Infantil	40 horas semanais	Secretaria de Municipal de Educação

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 17 de janeiro de 2012.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito Municipal

Decreto Nº 4.687, de 18 de Janeiro de 2012.

DECRETO Nº 4.687, DE 18 DE JANEIRO DE 2012.

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA, PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO OU AQUISIÇÃO, ÁREA DE TERRAS DE PROPRIEDADE DE SALETE MARIA MOSER.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito do Município de Gaspar, no uso de suas atribuições legais, especialmente as estabelecidas na Lei Orgânica do Município, no art. 72, inciso XXVIII e em conformidade com o art. 5º, alíneas "e" e "i" do Decreto-Lei nº. 3.365, de 21 de junho de 1941,

DECRETA:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública, para fins de desapropriação ou aquisição, por via judicial, ou amigável, nos termos das alíneas "e" e "i" do art. 5º do Dec.-lei 3.365/41, parte de uma área de terras cujo todo encontra-se matriculado no Cartório de Registro de Imóveis de Gaspar sob o nº 4.530, com área total de 26.624,14 m² (vinte e seis mil, seiscientos e vinte e quatro metros e quatorze decímetros quadrados), situado na cidade de Gaspar, na Avenida Dep. Francisco Mastella, Bairro Sete de Setembro, pertencente a

SALETE MARIA MOSER, inscrita no CPF nº 294.411.379-87, contendo as seguintes características: 677,75m² (seiscentos e setenta e sete metros e setenta e cinco décimos quadrados), limitando-se na frente em 89,20 m confrontando com a Avenida Deputado Francisco Mastella; fundos em 92,15 m confrontando com terras de Salette Maria Moser; lado direito em pontiagudo; e lado esquerdo em 15,60 m confrontando com terras da FURB - Universidade Regional de Blumenau.

Parágrafo único. A área descrita no caput deste artigo destinar-se-á à construção da nova ponte.

Art. 2º As despesas decorrentes da aquisição do imóvel acima descrito correrão por conta da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 18 de janeiro de 2012.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito Municipal

Decreto Nº 4.688, de 18 de Janeiro de 2012.

DECRETO Nº 4.688, DE 18 DE JANEIRO DE 2012.

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA, PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO OU AQUISIÇÃO, ÁREA DE TERRAS DE PROPRIEDADE DE OLIMALHAS CONFECÇÕES DE MALHAS LTDA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito do Município de Gaspar, no uso de suas atribuições legais, especialmente as estabelecidas na Lei Orgânica do Município, no art. 72, inciso XXVIII e em conformidade com o art. 5º, alíneas "e" e "i" do Decreto-Lei nº. 3.365, de 21 de junho de 1941,

DECRETA:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública, para fins de desapropriação ou aquisição, por via judicial, ou amigável, nos termos das alíneas "e" e "i" do art. 5º do Dec.-lei 3.365/41, parte de uma área de terras cujo todo encontra-se matriculado no Cartório de Registro de Imóveis de Gaspar sob o nº 11.986, com área total de 24.323,00 m² (vinte e quatro mil, trezentos e vinte e três metros quadrados), situado na cidade de Gaspar, na Rua Agostinho de Oliveira, Bairro Poço Grande, pertencente à OLIMALHAS CONFECÇÕES DE MALHAS LTDA, inscrita no CNPJ nº 78.328.945/0001-24, contendo as seguintes características: 2.785,00 m² (dois mil, setecentos e oitenta e cinco metros quadrados), limitando-se na frente em quatro linhas, a primeira com 35,22 m, a segunda com 44,00 m, a terceira com 60,00 m e a quarta com 32,45 m ambas confrontando com a Rua Agostinho de Oliveira.; fundos em duas linhas, a primeira com 32,50 m e a segunda com 113,00 m confrontando com terras da Olimalhas Confecções e Comércio de Malhas LTDA.; lado direito em 3,20 m confrontando com terras da Olimalhas Confecções e Comércio de Malhas LTDA; e lado esquerdo em 12,75 m confrontando com terras da Prefeitura Municipal de Gaspar.

Parágrafo único. A área descrita no caput deste artigo destinar-se-á à construção da nova ponte.

Art. 2º As despesas decorrentes da aquisição do imóvel acima descrito correrão por conta da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 18 de janeiro de 2012.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito Municipal

Decreto Nº 4.689, de 18 de Janeiro de 2012.

DECRETO Nº 4.689, DE 18 DE JANEIRO DE 2012.

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA, PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO OU AQUISIÇÃO, ÁREA DE TERRAS DE PROPRIEDADE DE INDÚSTRIA DE MALHAS ISENSEE LTDA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito do Município de Gaspar, no uso de suas atribuições legais, especialmente as estabelecidas na Lei Orgânica do Município, no art. 72, inciso XXVIII e em conformidade com o art. 5º, alíneas "e" e "i" do Decreto-Lei nº. 3.365, de 21 de junho de 1941,

DECRETA:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública, para fins de desapropriação ou aquisição, por via judicial, ou amigável, nos termos das alíneas "e" e "i" do art. 5º do Dec.-lei 3.365/41, parte de uma área de terras cujo todo encontra-se matriculado no Cartório de Registro de Imóveis de Gaspar sob o nº 9.396, com área total de 122.110,00 m² (cento e vinte e dois mil, cento e dez metros quadrados), situado na cidade de Gaspar, na Rua Geral Poço Grande, Bairro Lagoa, pertencente à INDÚSTRIA DE MALHAS ISENSEE LTDA, inscrita no CNPJ nº 83.107.714/0001-20, contendo as seguintes características: 1.326,50 m² (um mil, trezentos e vinte e seis metros e cinquenta décimos quadrados), limitando-se na frente em 114,80 m confrontando com terras da Prefeitura Municipal de Gaspar; fundos em 123,40 m confrontando com terras da Indústria de Malhas Isensee LTDA; lado direito em pontiagudo; e lado esquerdo em pontiagudo.

Parágrafo único. A área descrita no caput deste artigo destinar-se-á à construção da nova ponte.

Art. 2º As despesas decorrentes da aquisição do imóvel acima descrito correrão por conta da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 18 de janeiro de 2012.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito Municipal

Decreto Nº 4.690, de 18 de Janeiro de 2012.

DECRETO Nº 4.690, DE 18 DE JANEIRO DE 2012.

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA, PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO OU AQUISIÇÃO, ÁREA DE TERRAS DE PROPRIEDADE DE CELSO BOETTGER.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito do Município de Gaspar, no uso de suas atribuições legais, especialmente as estabelecidas na Lei Orgânica do Município, no art. 72, inciso XXVIII e em conformidade com o art. 5º, alíneas "e" e "i" do Decreto-Lei nº. 3.365, de 21 de junho de 1941,

DECRETA:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública, para fins de desapropriação ou aquisição, por via judicial, ou amigável, nos termos das alíneas "e" e "i" do art. 5º do Dec.-lei 3.365/41, duas partes de uma área de terras cujo todo encontra-se matriculado no Cartório de Registro de Imóveis de Gaspar sob o nº 19.087, com área total de 39.178,02 m² (trinta e nove mil, cento e setenta e oito metros e dois décimos quadrados), situado na cidade de Gaspar, na Rua Geral Poço Grande, Bairro Lagoa, pertencente a CELSO BOETTGER, inscrito no CPF nº 308.361.799-53, contendo as seguintes características:

I - 595,37m² (quinhentos e noventa e cinco metros e trinta e sete décimos quadrados), limitando-se na frente em 44,15 m

confrontando com a Rua Pedro Simon; fundos em 98,10 m confrontando com terras de Celso Boettger; lado direito em 46,45 m confrontando com a Rua Pedro Simon; e lado esquerdo em 17,45 m confrontando com a Rua Pedro Simon;
 II - 12.908,84m² (doze mil, novecentos e oito metros e oitenta e quatro décimos quadrados), limitando-se na frente em 86,60 m confrontando com a Rua Pedro Simon; fundos em 65,40 m confrontando com a Estrada Geral do Poço Grande; lado direito em duas linhas, a primeira com 155,96 m e a segunda com 186,00 m ambas confrontando com terras da Prefeitura Municipal de Gaspar; e lado esquerdo em seis linhas, a primeira em curva com 190,90 m, a segunda com 32,20 m ambas confrontando com terras de Celso Boettger, a terceira com 53,78 m, a quarta com 26,11, a quinta com 37,86 m ambas confrontando com terras da Prefeitura Municipal de Gaspar e a sexta com 27,00 m confrontando com terras de Lorivaldo da Silva.

Parágrafo único. A área descrita no caput deste artigo destinar-se-á à construção da nova ponte.

Art. 2º As despesas decorrentes da aquisição do imóvel acima descrito correrão por conta da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 18 de janeiro de 2012.
 PEDRO CELSO ZUCHI
 Prefeito Municipal

Decreto Nº 4.692 de 18 de Janeiro de 2012.

DECRETO Nº 4.692 DE 18 DE JANEIRO DE 2012.
 EXONERA A PEDIDO DO CARGO EFETIVO DE PSICÓLOGA A SERVIDORA GIOVANA SCHMITT MAES.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72, inciso XXV, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada a pedido, a partir de 23 de janeiro, a servidora GIOVANA SCHMITT MAES., do cargo efetivo de Psicóloga, lotada com 30 horas semanais na Secretaria de Educação, a qual foi nomeada através do Decreto nº 396/1992.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 18 de janeiro de 2012.
 PEDRO CELSO ZUCHI
 Prefeito do Município de Gaspar

Decreto Nº 4.694, de 18 de Janeiro de 2012.

DECRETO Nº 4.694, DE 18 DE JANEIRO DE 2012.
 NOMEIA SERVIDOR QUE ESPECIFICA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito do Município de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o artigo 72, da Lei Orgânica do Município, e artigo 10 e seguintes, da Lei Municipal nº. 1.305/91,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado, a partir desta data, conforme habilitação em Concurso Público regido pelo Edital nº. 001/2008, o aprovado para o cargo abaixo especificado, com carga horária e lotação conforme segue:

Servidor	Cargo	Carga Horária
Simone Ribeiro	Professora Ed. Infantil	40 horas semanais

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 18 de janeiro de 2012.
 PEDRO CELSO ZUCHI
 Prefeito Municipal

Decreto Nº 4.696 de 18 de Janeiro de 2012.

DECRETO Nº 4.696 DE 18 DE JANEIRO DE 2012.
 NOMEIA SUSAN THEISS PARA O CARGO DE DIRETOR TÉCNICO DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES - FME.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado SUSAN THEISS, portadora do CPF nº 004.953.179-42, para exercer o cargo em comissão de Diretor Técnico da Fundação Municipal de Esportes - FME - Nível CC, Ref. 55, com 40 horas semanais, a partir de 23 de janeiro.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 18 de janeiro de 2012.
 PEDRO CELSO ZUCHI
 Prefeito do Município de Gaspar

Decreto Nº 4.700, de 18 de Janeiro de 2012.

DECRETO Nº 4.700, DE 18 DE JANEIRO DE 2012.

NOMEIA SERVIDOR QUE ESPECIFICA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito do Município de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o artigo 72, da Lei Orgânica do Município, e artigo 10 e seguintes, da Lei Municipal nº. 1.305/91,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado, a partir desta data, conforme habilitação em Concurso Público regido pelo Edital nº. 001/2008, o aprovado para o cargo abaixo especificado, com carga horária e lotação conforme segue:

NOME	CARGO	C/H	COLOCAÇÃO	LOTAÇÃO
Maria Aparecida Cachet	Assistente Social	30	26º	Secretaria de Desenvolvimento Social

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 18 de janeiro de 2012.
 PEDRO CELSO ZUCHI
 Prefeito Municipal

Decreto Nº. 4.691, de 18 de Janeiro de 2012

DECRETO Nº. 4.691, DE 18 DE JANEIRO DE 2012.
 TORNA SEM EFEITO A NOMEAÇÃO DE LISIANI TOLFO.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e especialmente as contidas no art. 72, inciso V, da Lei Orgânica do Município de Gaspar e, no art. 219, do Estatuto dos Servidores Públicos

Municipais de Gaspar,

DECRETA:

Art.1º Torna sem efeito a nomeação de LISIANI TOLFO, para exercer o cargo de Professora Educação Infantil, nomeada pelo Decreto nº 4.686 de 17 de janeiro de 2012, em virtude de sua desistência expressamente manifestada.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 18 de janeiro de 2012.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito Municipal

Decreto Nº. 4.695, de 18 de Janeiro de 2012.

DECRETO Nº. 4.695, DE 18 DE JANEIRO DE 2012.

TORNA SEM EFEITO A NOMEAÇÃO DOS CANDIDATOS ABAIXO MENCIONADOS.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e especialmente as contidas no art. 72, inciso V, da Lei Orgânica do Município de Gaspar e, no art. 219, do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Gaspar,

DECRETA:

Art. 1º Torna sem efeito a nomeação dos candidatos, conforme quadro abaixo, em virtude de desistência expressamente manifestada:

CANDIDATO	CARGO	DECRETO DE NOMEAÇÃO
VERA LUCIA REINERT	Professor Ed. Infantil	4.650/2011
LEONILDE AZZOLINI	Professor Ed. Infantil	4.650/2011
LILIANE REGINA HOPPE	Professor Ed. Infantil	4.650/2011
TATIANA ZOZ	Professor Ed. Infantil	4.650/2011
MARILÉA DALLMANN DE ALMEIDA	Professor de Anos Iniciais	4.650/2011

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 18 de janeiro de 2012.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito Municipal

Decreto Nº. 4.697, de 18 de Janeiro de 2012.

DECRETO Nº. 4.697, DE 18 DE JANEIRO DE 2012.

REVOGA DECRETO Nº 4.355/2011 QUE CEDEU A SERVIDORA LEONETE DA SILVA AO GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA, PARA OCUPAR CARGO EM COMISSÃO JUNTO À SECRETARIA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 72 da Lei Orgânica do Município, e de acordo com o artigo 130, I da Lei nº 1.305/91:

RESOLVE:

Art. 1º Revoga, a pedido, o Decreto nº 4.355/2011, que cedeu a servidora LEONETE DA SILVA, ocupante do cargo efetivo de Professora DOC VI, lotada com 20 horas semanais na Secretaria Municipal de Educação, ao Governo do Estado de Santa Catarina, para exercer o cargo em comissão de Assessora da Escola Dom João Becker, pertencente à Secretaria Estadual de Educação, retornando às suas atividades junto a este Município a partir de 08

de fevereiro.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 18 de janeiro de 2012.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

Decreto Nº. 4.698 de 18 de Janeiro de 2012.

DECRETO Nº. 4.698 DE 18 DE JANEIRO DE 2012.

ALTERA CARGA HORÁRIA DO SERVIDOR CLODOALDO OLIVEIRA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Gaspar, em seu artigo 72 e com fundamento na Lei Municipal nº. 1.305, de 09 de outubro de 1991,

DECRETA:

Art. 1º Fica alterada, a partir de 07 de fevereiro de 2012, a carga horária do servidor CLODOALDO OLIVEIRA, Professor de Geografia DOC IV - 6, lotado com 30 horas semanais na EEB Luiz Franzói, para 20 horas semanais.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 18 de janeiro de 2012.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

Decreto Nº. 4.699, de 18 de Janeiro de 2012.

DECRETO Nº. 4.699, DE 18 DE JANEIRO DE 2012.

TORNA SEM EFEITO A NOMEAÇÃO DE LEIZE DIETRICH.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e especialmente as contidas no art. 72, inciso V, da Lei Orgânica do Município de Gaspar e, no art. 219, do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Gaspar,

DECRETA:

Art.1º Torna sem efeito a nomeação de LEIZE DIETRICH, para exercer o cargo de Assistente Social, nomeada pelo Decreto nº 4.670 de 10 de janeiro de 2012, em virtude de sua desistência expressamente manifestada.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 18 de janeiro de 2012.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito Municipal

Portaria Nº 2.640, de 18 de Janeiro de 2012.

P O R T A R I A Nº 2.640, DE 18 DE JANEIRO DE 2012.

CONCEDE A PEDIDO LICENÇA SEM VENCIMENTO À SERVIDORA ROSILENE SILVA DO NASCIMENTO.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas no art. 72, da Lei Orgânica do Município, e com base na Lei 1.305/1991,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder, a pedido, licença sem vencimento à servidora ROSILENE SILVA DO NASCIMENTO, ocupante do cargo em provimento efetivo de Servente/Merendeira, lotada com 40 horas

semanais na Secretaria de Educação, por um período 02 anos, a partir de 01 de fevereiro de 2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 18 de janeiro de 2012.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

Portaria Nº 2.639, de 17 de Janeiro de 2012.

PORTARIA Nº 2.639, DE 17 DE JANEIRO DE 2012.

HOMOLOGA CONCLUSÃO DE ESTÁGIO PROBATÓRIO DOS SERVIDORES QUE ESPECIFICA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas no art. 72, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Homologar, a conclusão de estágio probatório dos servidores abaixo relacionados:

Nome	Cadastro	Cargo	Data Posse	Término Estágio Probatório
Edson Silva	6919	Motorista	01/09/2008	14/09/2011
Eloir Rodrigues Silva	205	Assistente Social (SAMAE)	01/04/2008	25/10/2011
Francisco Luiz Goedert	219	Pedreiro (SAMAE)	10/06/2008	07/06/2011
Gilberto Rodrigo Goedert	234	Motorista/Encanador	14/01/2009	04/01/2012
José Caetano Neves	6943	Agente de Serviços Gerais	21/10/2008	20/10/2011
Marcos Antonio Santiago	222	Motorista (SAMAE)	24/06/2008	11/09/2011
Ricardo Gondoreck	6800	Calceteiro	01/07/2008	27/12/2011
Rosmari Elza Nunes	5494	Professora	22/01/2007	19/01/2010
Scheila Schaefer	227	Técnica em Contabilidade (SAMAE)	01/07/2008	24/06/2011
Suleine Schwanke	6900	Psicóloga	11/08/2008	02/08/2011
Suzana Isaura Soberanski Lemos	5487	Professora	02/01/2007	03/11/2011

Art. 2º Os servidores que obtiveram aprovação ficam por este ato declarados ESTÁVEIS NO SERVIÇO PÚBLICO, nos termos do artigo 41, § 4º, da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 17 de janeiro de 2012.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

Portaria Nº. 2.637 de 17 de Janeiro de 2012.

PORTARIA Nº. 2.637 DE 17 DE JANEIRO DE 2012.

REVOGA A PORTARIA Nº 1.999/09 QUE COLOCOU À DISPOSIÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS A SERVIDORA KÊNIA S. DA SILVA ANDRADE.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas no art. 72, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Revogar a Portaria nº 1.999/09 que colocou à disposição a Secretaria Municipal de Administração e Finanças, a servidora KÊNIA S. DA SILVA ANDRADE, ocupante do cargo efetivo de Técnico em Vigilância Sanitária, nível ATM, lotada com 40 horas semanais na Secretaria Municipal de Saúde, devendo a mesma retomar as atividades no local de origem a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 17 de janeiro de 2012.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

Portaria Nº. 2.638, de 17 de Janeiro de 2012.

PORTARIA Nº. 2.638, DE 17 DE JANEIRO DE 2012.

DETERMINA A INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR PARA APURAR A RESPONSABILIDADE DE VALDIR HESS.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe confere o artigo 72, XXVI, da Lei Orgânica do Município, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.305, de 09 de outubro de 1991, e considerando o teor do Memorando nº. 186/2011, da Secretaria Municipal de Saúde,

RESOLVE:

Art. 1º. Fica instaurado processo administrativo disciplinar para apurar a responsabilidade do servidor municipal VALDIR HESS, matrícula nº. 3954, ocupante do cargo de Escriturário, pelo fato de que, em tese, teria conduta incompatível com o cargo.

Art. 2º. O processo administrativo disciplinar deve ser conduzido pela Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar.

Art. 3º. Caso comprovada a ocorrência do fato denunciado, estará o servidor sujeito à penalização disciplinar, com fundamento nos artigos 146, incisos V, alínea "a", IX e XI da Lei Municipal nº. 1.305, de 09 de outubro de 1991.

Art. 4º O prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão Processante será de 60 (sessenta) dias, a partir da data de publicação desta Portaria, podendo ser prorrogado por igual prazo, quando as circunstâncias o exigirem.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 17 de janeiro de 2012.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito Municipal

Aviso da Tomada de Preços Nº 2/2012

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

Aviso da Tomada de Preços nº 2/2012

O OBJETO é a ampliação e reforma do CDI Cachinhos de Ouro. A ENTREGA dos envelopes contendo os documentos de Habilitação e a Proposta Comercial deverá ocorrer até às 9h do dia 14/02/2012 no Depto. de Compras do Paço Municipal sito a Rua Coronel Aristiliano Ramos, nº 435, Centro, Gaspar/SC. A ABERTURA do certame será dia 14/02/2012 às 9h30min no local anteriormente citado. Os interessados poderão obter a íntegra do Edital no Depto. de Compras do Paço Municipal ou através do site: www.gaspar.sc.gov.br

Gaspar (SC), 23 de janeiro de 2012.

PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito

Aviso do Pregão Presencial Nº 6/2012

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

Aviso do Pregão Presencial nº 6/2012

O OBJETO é a prestação de serviços de telefonia móvel pessoal (SMP). A ENTREGA dos envelopes contendo os documentos de Habilitação e a Proposta Comercial deverá ocorrer até as 9h do dia 07/02/2012, no Depto. de Compras do Paço Municipal sito a Rua Coronel Aristiliano Ramos, nº 435, Centro, Gaspar/SC. A ABERTURA do certame será dia 07/02/2012 às 9h30min no local anteriormente citado. Os interessados poderão obter a íntegra do Edital no Depto. de Compras do Paço Municipal ou através do site: www.gaspar.sc.gov.br

Gaspar (SC), 23 de janeiro de 2012.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

SAMAE**Aviso do Pregão Presencial Nº 2/2012 - SAMAE**

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão nº.2/2012

OBJETO: Registro de preços visando aquisição de gêneros alimentícios e utensílios domésticos em geral.

A ENTREGA DOS ENVELOPES contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços da licitante deverá ocorrer até as 08:45 horas do dia 07/02/2012.

A ABERTURA DOS ENVELOPES ocorrerá no dia 07/02/2012 às 09:00 horas; cuja sessão estará aberta à participação de todos os interessados.

As licitantes interessadas em participar do certame, poderão obter a íntegra do Edital, diariamente, durante o horário de expediente, junto ao Departamento de Compras do SAMAE - Gaspar; ou no site: www.samaegaspar.com.br

Gaspar (SC), em 19 de janeiro de 2012.

LOVÍDIO CARLOS BERTOLDI

Diretor Presidente

Guaramirim**PREFEITURA****Extrato de Contrato - HSA**

ESTADO DE SANTA CATARINA

HOSPITAL MUNICIPAL SANTO ANTÔNIO - GUARAMIRIM

EXTRATO DE CONTRATO

TOMADA DE PREÇO n.º 11/2011

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DO PROJETO DE ALTERAÇÃO E REFORMA DA SUBESTAÇÃO EM CABINE DO HOSPITAL MUNICIPAL SANTO ANTÔNIO, ONDE SERÁ EFETUADA A TROCA DO TRANSFORMADOR EXISTENTE DE 112,50KVA PARA 300KVA E A CONSTRUÇÃO DE UM ABRIGO HORO-SAZONAL

EXTERNO A CABINE, PARA ACOMODAR OS COMPONENTES NECESSÁRIOS A REALIZAÇÃO DA MEDIÇÃO DE ENERGIA, CONFORME PADRÃO CELESC, E O QUADRO DE PROTEÇÃO GERAL
Modalidade de Licitação: TOMADA DE PREÇO n.º 11/2011.

Órgão Gestor: Hospital Municipal Santo Antônio

Fornecedores:

TISSI COM. E INSTALAÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA-ME
Vencedor do item: 01.

Valor: R\$ 102.300,00(cento e dois mil e trezentos reais).

Vigência: Início: 16/12/2011 Término: 16/12/2012.

Guaramirim-SC, 23 de janeiro de 2012

IVO RANGHETI

Gestor

Herval do Oeste**PREFEITURA****Portaria Nº 080/2012**

PORTARIA Nº 080/2012

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Conceder Progressão Funcional de Profissional do Magistério - Progressão por Mérito - Avaliação de Desempenho, à Servidora DIRLEI ZARPELON BETTONI, (Matr. 24) nascida aos 20/01/1968, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Professor, Nível/Referência, 8/B, anexo XI, com regime de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, para o Nível/Referência, 8/C, anexo XI, a partir de 20 de janeiro de 2012, de conformidade com o artigo 22 da Lei Complementar Nº. 286 de 27 de outubro de 2011, Inciso I.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 20 de Janeiro de 2012.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

Portaria Nº 081/2012

PORTARIA Nº 081/2012

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER 20 (vinte) dias de Férias não gozadas, conforme Portaria Nº. 768/2011, à Servidora Neusa Aparecida Campos (Matr. 3062), ocupante do Cargo de Provimento em Comissão de Diretor de Gestão e Administração, Nível - DAS-1, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, referente ao período aquisitivo compreendido entre 28 de julho de 2010 e 27 de julho de 2011, para serem gozadas a partir de 23 de janeiro de 2012 a 11 de fevereiro de 2012.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.



Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 23 de Janeiro de 2012.
NELSON GUINDANI
Prefeito Municipal

Portaria Nº 082/2012
PORTARIA Nº 082/2012

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONVOCAR PARA RETORNO IMEDIATO AO TRABALHO, para fins de superior interesse público, interrompendo o gozo de férias a partir do dia 23 de janeiro de 2012, da servidora Elisete Marisa Peruzzo (Matr. 1277), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Inspetor Educacional, Nível - 6, Referência "D", 20 horas semanais, anexo IX, conforme o disposto nos art. 94 e 97 da Lei Complementar Nº 281/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 23 de Janeiro de 2012.
NELSON GUINDANI
Prefeito Municipal

Portaria Nº 083/2012
PORTARIA Nº 083/2012

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONVOCAR PARA RETORNO IMEDIATO AO TRABALHO, para fins de superior interesse público, interrompendo o gozo de férias a partir do dia 23 de janeiro de 2012, da servidora Mara Terezinha Ribeiro dos Santos Kuhl (Matr. 58), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Professor, Nível - 8, Referência "B", 40 horas semanais, anexo IX, conforme o disposto nos art. 94 e 97 da Lei Complementar Nº 281/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 23 de Janeiro de 2012.
NELSON GUINDANI
Prefeito Municipal

Portaria Nº 084/2012
PORTARIA Nº 084/2012

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONVOCAR PARA RETORNO IMEDIATO AO TRABALHO, para fins de superior interesse público, interrompendo o gozo de férias a partir do dia 23 de janeiro de 2012, da servidora Vanessa Porto Clos (Matr. 3081), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Nutricionista, Nível - 12/1, Referência "A", 40 horas semanais, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, conforme o disposto nos art. 94 e 97 da Lei Complementar Nº 281/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 23 de Janeiro de 2012.
NELSON GUINDANI
Prefeito Municipal

Portaria Nº 085/2012
PORTARIA Nº 085/2012

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONVOCAR PARA RETORNO IMEDIATO AO TRABALHO, para fins de superior interesse público, interrompendo o gozo de férias a partir do dia 23 de janeiro de 2012, da servidora Jiana Gláucia Cella (Matr. 3086), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Psicólogo, Nível - 12/1, Referência "A", 40 horas semanais, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, conforme o disposto nos art. 94 e 97 da Lei Complementar Nº 281/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 23 de Janeiro de 2012.
NELSON GUINDANI
Prefeito Municipal

Portaria Nº 086/2012
PORTARIA Nº 086/2012

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONVOCAR PARA RETORNO IMEDIATO AO TRABALHO, para fins de superior interesse público, interrompendo o gozo de férias a partir do dia 23 de janeiro de 2012, da servidora Janaina Coussou Larrosa (Matr. 2869), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Agente Administrativo, Nível - 7, Referência "A", 40 horas semanais, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, conforme o disposto nos art. 94 e 97 da Lei Complementar Nº 281/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 23 de Janeiro de 2012.
NELSON GUINDANI
Prefeito Municipal

Portaria Nº 087/2012

PORTARIA Nº 087/2012

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Conceder Progressão Funcional de Profissional do Magistério - Progressão por Mérito - Avaliação de Desempenho, à Servidora SILVANA LAZZARINI BULLA, (Matr. 2571) nascida aos 21/01/1975, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Professor, Nível/Referência 6/A, anexo XI, com regime de trabalho de 20 (vinte) horas semanais, para o Nível/Referência 6/B anexo XI, a partir de 23 de janeiro de 2012, de conformidade com o artigo 22 da Lei Complementar Nº. 286 de 27 de outubro de 2011, Inciso I.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 23 de janeiro de 2012.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

Portaria Nº 088/2012

PORTARIA Nº 088/2012

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER Férias Regulamentares, à Servidora Eugenia Bucco (Matr. 1358), ocupante do Cargo Provimento Efetivo de Administrador de Saúde Pública, Nível - 12/1, Referência "D", 40 horas semanais, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, referente ao período aquisitivo compreendido de 16 de dezembro de 2009 a 15 de dezembro de 2010, para serem gozadas a partir de 23 de janeiro de 2012 a 21 de fevereiro de 2012, de conformidade com o que preceitua o art. 94 da Lei Complementar Nº 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 23 de Janeiro de 2012.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

Portaria Nº 089/2012

PORTARIA Nº 089/2012

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER Férias Regulamentares, à Servidora Bernardete S. B. Gungermann (Matr. 548), ocupante do Cargo Provimento Efetivo de Auxiliar de Serviços de Saúde, Nível - 12/1, Referência "D", 40 horas semanais, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, referente ao período aquisitivo compreendido de 01

de novembro de 2010 a 31 de outubro de 2011, para serem gozadas a partir de 23 de janeiro de 2012 a 21 de fevereiro de 2012, de conformidade com o que preceitua o art. 94 da Lei Complementar Nº 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 23 de Janeiro de 2012.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

Tomada de Preços Nº 004/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE HERVAL D'OESTE

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0019/2012

TOMADA DE PREÇOS Nº 004/2012

UNIDADE GESTORA: PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE

TIPO: Menor Preço por Lote

OBJETO

Contratação de empresas especializadas para a execução de pavimentação em paralelepípedos, pavimentação asfáltica e drenagem pluvial; e recapeamento asfáltico em CBUQ em diversas vias públicas do município de Herval d'Oeste com fornecimento de material e mão de obra.

ENTREGA DOS ENVELOPES

Até as 08h30min horas do dia 10/02/2012.

LOCAL DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA

Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste, situada na Rua Nereu Ramos, nº 389, Centro, na cidade de Herval d'Oeste (SC), Sala de Reuniões do Setor de Compras e Licitações.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Lei 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, e demais legislação vigente e pertinente à matéria.

VALOR MÁXIMO ESTIMADO

Para o Lote nº 001 - R\$ 130.791,96

Para o lote nº 002 - R\$ 248.751,32

Para o lote nº 003 - R\$ 1.011.390,78

EDITAL NA ÍNTEGRA

O Edital na íntegra está disponível no site: www.hervaldoeste.sc.gov.br, sem custo adicional, os projetos estão à disposição dos interessados no Setor de Compras e Licitações, situado na Rua Nereu Ramos, nº 389, Centro, na cidade de Herval d'Oeste (SC), ao custo de R\$ 50,00 (cinquenta reais). Outras informações pelo fone (49) 3554 0922.

Herval d'Oeste, 20 de janeiro de 2012.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

Imbituba

PREFEITURA

Portaria DGP/SEAGP N.º 027/2012

PORTARIA DGP/SEAGP N.º 027, de 20 de janeiro de 2012.
Dispõe sobre a demissão de Professor - NASF, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art.1º Demitir a pedido, o abaixo relacionado, aprovado no Processo Seletivo Público Edital - 02/2009, admitido em 23/05/2011, contrato nº 5866, com carga horária de 40 horas semanais, para exercer o cargo/função, conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Demissão
Marcelo Salvador Martins	Professor de Ed. Física - NASF	053.134.479-71	16/01/2012

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 16 de janeiro de 2012, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba SC, 20 de janeiro de 2012.
DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e Publique-se.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

ANDREZA BARCELOS CARVALHO
Diretora de Gestão de Pessoas

Extrato: PMI SEDUCE 25/2009 - A03

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: PMI SEDUCE 25/2009 - A03
Contratada:SOL SOFT'S E LIVROS LTDA
C.N.P.J: 58.560.012/0001-50
Objeto: PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGENCIA DO CONTRATO ORIGINAL ATÉ 31/12/2012.
Valor: R\$ 530.622,01 Prazo: 31/12/2012
Fundamento: Processo nº. 117/2008 Concorrência 12/2008

Imbituba, 30 de dezembro de 2011.
LEDA SUZANA DA S. G. P DE SOUZA
Secretaria Municipal
Contratante

HILDEBRANDO FERNANDES SOUZA
Representante Legal
Contratada

Extrato: PMI SEDUCE 254/2011 - A00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: PMI SEDUCE 254/2011 - A00
Contratada:VILA NOVA COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA.
C.N.P.J: 08.397.388/0001-18
ONDE SE LÊ NO OBJETO: CONFECÇÃO DE UNIFORMES PARA ALUNOS DA REDE MUNICIPAL. DEVE-SE LER: CONSTRUÇÃO DE UMA SALA DE AULA NA CRECHE LAURA PERFEITA NO BAIRRO DE VILA NOVA.
Valor: R\$ 63.403,31 Prazo: 90 dias
Fundamento: Processo nº. 218/2011 Carta Convite 29/2011

Imbituba, 29 de dezembro de 2011.
LEDA SUZANA DA S. G. P DE SOUZA
Secretaria Municipal
Contratante

VILA NOVA COM. DE MAT. DE CONSTRUÇÃO LTDA
Representante Legal
Contratada

Extrato: SEAGP 15/2007 - A/06

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: SEAGP 15/2007 - A/06
Contratada:RBS - ZERO HORA EDITORA JORNALISTICA S/A.
C.N.P.J: 92.821.701/0001-40
Objeto: PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGENCIA DO CONTRATO ORIGINAL ATÉ 31/12/2012.
Fundamento: Processo nº. 134/2006 Pregão 12/2006

Imbituba, 30 de dezembro de 2011.
JOSÉ ROBERTO MARTINS
Prefeito Municipal
Contratante

MARCELO SAMPAIO DALLA MARTHA
Representante Legal
Contratada

Extrato: SEDESTH 38/2011 - A/01

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: SEDESTH 38/2011 - A/01
Contratada:IVENS WOLFF
C.P.F: 889.099.569-68
Objeto: PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGENCIA DO CONTRATO ORIGINAL ATÉ 30/01/2012.
Valor: R\$ 1.980,00 Prazo: 30/01/2012
Fundamento: Processo nº.31/2011 Dispensa 04/2011

Imbituba, 30 de dezembro de 2011.
VALÉRIA FABIANA C. RODRIGUES
Secretária Municipal
Contratante

IVENS WOLFF
Representante Legal
Contratada

Extrato: SEFAZ 2010/170 - A/02

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: SEFAZ 2010/170 - A/02
 Contratada: BETHA SISTEMAS LTDA
 C.N.P.J: 00.456.865/0001-67
 Objeto: PRORROGAÇÃO DO CONTRATO ORIGINAL ATÉ 31/12/2012.
 Valor: R\$ 3.142,51 Prazo: 31/12/2012
 Fundamento: Processo nº. 151/2010 Pregão 74/2010

Imbituba, 30 de dezembro de 2011.
 JOSÉ ROBERTO MARTINS
 Prefeito Municipal
 Contratante

BETHA SISTEMAS
 Representante Legal
 Contratada

Irineópolis

PREFEITURA

Contrato N.º 01/2012 - FMS

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS
 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IRINEÓPOLIS
 ESTADO DE SANTA CATARINA
 CONTRATO Nº. 01/2012

Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Irineópolis
 Contratada: Olos Tecnologia Ltda
 Objeto: Serviços de processamento de dados para o exercício de 2012.
 Valor: R\$ 7.992,00 (sete mil, novecentos e noventa e dois reais).
 Vigência - 01.01.2012 a 31.12.2012
 Base Legal - Lei nº 8.666/93 consolidada, art. 24, inciso II

EDINILSON BRAND
 Responsável Interino pelo Fundo Municipal de Saúde de Irineópolis

Contrato N.º 02/2012 - FMS

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS
 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IRINEÓPOLIS
 ESTADO DE SANTA CATARINA
 CONTRATO Nº. 02/2012

Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Irineópolis
 Contratada: F&F Informática Ltda
 Objeto: Licença de uso por tempo determinado e prestação de serviços de software, para o exercício de 2012.
 Valor: R\$ 4.960,00 (quatro mil, novecentos e sessenta reais).
 Vigência - 06.01.2012 a 31.12.2012
 Base Legal - Lei nº 8.666/93 consolidada, art. 24, inciso II

EDINILSON BRAND
 Responsável Interino pelo Fundo Municipal de Saúde de Irineópolis

HOSPITAL BOM JESUS

Extrato Processo Licitatório N.º 01/2012

Extrato Processo Licitatório N.º 01/2012
 ESTADO DE SANTA CATARINA
 HOSPITAL MUNICIPAL BOM JESUS DE IRINEÓPOLIS
 PROCESSO LICITATÓRIO N.º 01/2012
 CREDENCIAMENTO N.º 01/2012

O Hospital Municipal Bom Jesus de Irineópolis, torna público para conhecimento dos interessados que realizará no período de 26/01/2012 a 26/01/2013, Processo Licitatório na Modalidade Credenciamento, de acordo com a Lei n.º 8.666/93, visando a Prestação de Serviços de Laboratório de Patologia Clínica. O Edital de Licitação encontra-se a disposição dos interessados, no Departamento de Compras e Licitações, no horário das 07:00 às 13:00 hs, sita a Rua Paraná, n.º 168, Centro, Irineópolis SC, Fone 47 36251122, no site www.irineopolis.sc.gov.br

Irineópolis, 23 de janeiro de 2012.
 NILDA EDITE BANHUK GALVÃO
 Presidente do HMBJ

Extrato Processo Licitatório N.º 02/2012

Extrato Processo Licitatório N.º 02/2012
 ESTADO DE SANTA CATARINA
 HOSPITAL MUNICIPAL BOM JESUS DE IRINEÓPOLIS
 PROCESSO LICITATÓRIO N.º 02/2012
 CREDENCIAMENTO N.º 02/2012

O Hospital Municipal Bom Jesus de Irineópolis, torna público para conhecimento dos interessados que realizará no período de 26/01/2012 a 26/01/2013, Processo Licitatório na Modalidade Credenciamento, de acordo com a Lei n.º 8.666/93, visando a Prestação de Serviços especializados de Raio X e Ultrassonografia. O Edital de Licitação encontra-se a disposição dos interessados, no Departamento de Compras e Licitações, no horário das 07:00 às 13:00 hs, sita a Rua Paraná, n.º 168, Centro, Irineópolis SC, Fone 47 36251122, no site www.irineopolis.sc.gov.br

Irineópolis, 23 de janeiro de 2012.
 NILDA EDITE BANHUK GALVÃO
 Presidente do HMBJ

Itapoá

PREFEITURA

Ata de Sessão Pública para Julgamento e Análise de Proposta Técnica - Concorrência 01/2010

ATA DE SESSÃO PÚBLICA PARA JULGAMENTO E ANÁLISE DE PROPOSTA TÉCNICA

Data 23/01/2012 Horário: 09h:00min
 Licitação /Modalidade CONCORRÊNCIA PÚBLICA
 PROCESSO Nº 001/2010
 Nº 114/2010

OBJETO:

Concessão dos serviços públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário na área de concessão, em caráter de exclusividade, obedecida a legislação vigente e as disposições do edital, a ser prestado pela concessionária aos usuários que se localizam na área de concessão, no Município de Itapoá, Estado de Santa

Catarina.

No dia e hora supra mencionados, na nova sede da Prefeitura Municipal, reuniram-se os Membros da Comissão Especial de Licitação, conforme Decreto Municipal nº 1252/2011, exatamente às 09h:00m a fim de julgar e analisar o laudo técnico emitido pela empresa MPB Saneamento Ltda., contratada para a prestação de serviços de consultoria na análise das propostas técnicas dos participantes da licitação em epígrafe, conforme Contrato Administrativo nº17/2011. Iniciada a sessão, fez-se presente o Sr. José Olympio Albrecht Murici, CREA-SC 00301663-6, representante da empresa MPB Saneamento Ltda., com o objetivo de apresentar à CEL, o Laudo de Avaliação das Propostas Técnicas apresentadas à Concorrência Pública 001/2010, auxiliando na deliberação das notas técnicas das licitantes. Depois de realizados todos os apontamentos e observados os critérios para determinação da Nota da Proposta Técnica, nos termos do Anexo III do Edital, por unanimidade dos membros foi achado conforme, chegando ao seguinte resultado classificatório:

EMPRESA	CNPJ/MF	NOTA TÉCNICA
CONSÓRCIO ITAPOÁ: SERRANA ENGENHARIA LTDA	83.073.536/0001-64	975
COMPANHIA DE ÁGUAS DO BRASIL - CAB AMBIENTAL	08.159.965/0001-33	
SANETER CONSTRUTORA LTDA	01.173.630/0001-20	818
SANEAMENTO AMBIENTAL ÁGUAS DO BRASIL S/A	09.266.129/0001-10	880

A sessão foi suspensa pelo prazo necessário à lavratura da presente Ata. Reaberta a sessão a mesma foi lida em voz alta e achada conforme. Para que os licitantes tomem conhecimento do resultado supra, publique-se o resultado para que os mesmos fiquem notificados da abertura do prazo de direito de recurso previsto na Lei 8.666/93 e alterações posteriores. Registre-se que o laudo de julgamento poderá ser retirado junto ao Departamento de Licitações e Contratos, na nova sede administrativa deste município, sita à Rua Mariana Michels Borges, nº 187. Desde logo, é estabelecido o dia 30/01/2012 às 09h:00m para realização da Sessão Pública de abertura dos Envelopes de Proposta Comercial, na sala de reuniões do Departamento de Licitações e Contratos na nova sede administrativa da Prefeitura Municipal. Nada mais havendo digno de nota, nem a tratar, encerrou-se a sessão, indo esta assinada por todos os presentes.

FRANCISCO ROCIVAL BORGES
Presidente

LEANDRO MACHADO DA SILVA
Membro
CARLITO JOAQUIM CUSTÓDIO JÚNIOR
Membro

FERNANDA CRISTINA ROSA
Secretária

RAFAEL VIDA ALMEIDA
Membro

ISABELA RAICK DUTRA POHL
Membro

JACKSON ALVES DE ASSUNÇÃO
Membro

EDSON PROENÇA PEREIRA
Membro

IZABEL CORREIA DA SILVA
Membro

REPRESENTANTE DA MPB ENGENHARIA:
JOSÉ OLYMPIO ALBRECHT MURICI
CREA-SC 00301663-6

Aviso de Análise de Proposta Técnica - Concorrência 01/2010

AVISO DE ANÁLISE DE PROPOSTA TÉCNICA

O Município de Itapoá, através da Comissão Especial de Licitação, torna público, para fins de conhecimento dos interessados, o resultado da análise das Propostas Técnicas apresentadas à Concorrência nº 01/2010, Processo nº 114/2010 objetivando a concessão dos serviços públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário no Município de Itapoá:

EMPRESA	CNPJ/MF	NOTA TÉCNICA
CONSÓRCIO ITAPOÁ: SERRANA ENGENHARIA LTDA	83.073.536/0001-64	975
COMPANHIA DE ÁGUAS DO BRASIL - CAB AMBIENTAL	08.159.965/0001-33	
SANETER CONSTRUTORA LTDA	01.173.630/0001-20	818
SANEAMENTO AMBIENTAL ÁGUAS DO BRASIL S/A	09.266.129/0001-10	880

Cientes os licitantes do resultado supra, ficam os mesmos notificados e aberto o prazo de direito de recurso previsto na Lei 8.666/93 e alterações posteriores. O laudo de julgamento poderá ser retirado junto ao departamento de Licitações e Contratos, na nova sede administrativa deste município, sita à Rua Mariana Michels Borges, nº 187.

Desde logo, é estabelecido o dia 30/01/2012 às 09h:00m para realização da Sessão Pública de abertura dos Envelopes de Proposta Comercial, na sala de reuniões do Departamento de Licitações e Contratos na nova sede administrativa da Prefeitura Municipal.

Itapoá, 23 de janeiro de 2012.
ERVINO SPERANDIO
MUNICÍPIO DE ITAPOÁ/SC
Prefeito Municipal

FRANCISCO ROCIVAL BORGES
PRESIDENTE DA COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO
DECRETO MUNICIPAL Nº 1252/2011

Joaçaba

PREFEITURA

Extrato CC 1/2012/PMJ - PL 11/2012/PMJ
PREFEITURA DE JOAÇABA (SC)
AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 11/2012/PMJ
CONCORRÊNCIA Nº 1/2012/PMJ

Objeto: Contratação de empresa especializada para a execução dos serviços e o fornecimento dos materiais e equipamentos necessários para a pavimentação asfáltica com C.A.U.Q (recapeamento) de parte da Rua Antonio Nunes Varella, Bairro Vila Pedriani, e para a pavimentação asfáltica com C.A.U.Q sobre estrada

vicinal (terra) de parte da Rua Antonio Nunes Varella até a Vila Cordazzo, neste Município. Tipo: Empreitada por Preço Unitário. Forma de Julgamento: Menor preço global. Data da abertura: Dia 27/02/2012, a partir das 15h, na Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, no endereço abaixo citado. Credenciamento e entrega dos envelopes: até as 14h30min, do dia 27/02/2012 no Setor de Protocolo da Prefeitura. Local para aquisição do Edital: Secretaria Municipal de Gestão Administrativa - Setor de Compras e Licitações, situada na Avenida XV de Novembro, 378, Centro, em dias úteis, de segunda à sexta-feira, no horário das 13 às 19 horas ou no site www.joacaba.sc.gov.br, a partir da publicação deste aviso. O edital completo (projetos, orçamento estimativo e memorial descritivo), poderá ser adquirido no Setor de Compras e Licitações, mediante o pagamento de R\$ 30,00 (trinta reais), relativos ao seu custo. Quaisquer informações poderão ser solicitadas junto ao Setor de Compras e Licitações, no endereço citado acima, pelo telefone (049)3527-8805/3527-8828 ou pelo e-mail comprasjba@joacaba.sc.gov.br.

Joaçaba, 23 de janeiro de 2012.

RAFAEL LASKE

Prefeito

Extrato Inexigibilidade 2/2012/FMS - PL 2/2012/FMS

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

AVISO DE INEXIGIBILIDADE Nº 2/2012/FMS

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 2/2012/FMS

O Poder Público Municipal torna pública a Inexigibilidade de Licitação referente à contratação de empresas de transporte coletivo, detentoras de linhas exclusivas (Concessão Pública - DETER), para o fornecimento de passagens destinadas ao vale transporte dos servidores municipais lotados na Secretaria Municipal de Saúde durante o exercício financeiro de 2012. Empresas Contratadas:

EMPRESA JOAÇABENSE DE TRANSPORTE COLETIVO LTDA - EPP				
6.450	un	Passagens Mínimas	2,60	16.770,00
4.600	un	Passagens Máximas	2,80	12.880,00
Total do Fornecedor				29.650,00

ESTRELATUR TRANSPORTE COLETIVO LTDA.				
40.800	un	Vale Transporte	2,40	97.920,00
Total do Fornecedor				97.920,00

TOTAL DA CONTRATAÇÃO 127.570,00

Dotação Orçamentária: Do total previsto nesta inexigibilidade, R\$ 95.667,50 referem-se à despesa orçamentária, custeada pela dotação orçamentária abaixo e o saldo restante, de R\$ 31.892,50 refere-se à despesa extra orçamentária.

2.009 - MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

5 - 3.3.90.00.00.00.00.0.1.0002.0 - Aplicações Diretas

Justificativa: A inexigibilidade de licitação para contratação do objeto acima citado justifica-se por serem as empresas contratadas, as únicas prestadoras de serviços autorizadas a promover o transporte coletivo nestas linhas.

Fundamento legal: Artigo 25, I da Lei nº 8.666/93.

Joaçaba (SC), 23 de janeiro de 2012.

RAFAEL LASKE

MUNICÍPIO DE JOAÇABA/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Extrato PP 3/2012/PMJ - PL 10/2012/PMJ

PREFEITURA DE JOAÇABA (SC)

AVISO DE LICITAÇÃO/PROCESSO LICITATÓRIO Nº 10/2012/PMJ

PREGÃO PRESENCIAL Nº 3/2012/PMJ

Objeto: Aquisição de papel sulfite alcalino A4 destinado à manutenção das atividades de diversas secretarias e setores da Administração Pública Municipal durante o exercício de 2012. Forma de Julgamento: Menor preço por item. Data da abertura: Dia 03/02/2012, a partir das 15h, na sala do Setor de Compras e Licitações - Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, no endereço abaixo citado. Credenciamento e entrega dos envelopes: até as 15h, do dia 03/02/2012. Local para aquisição do Edital: Setor de Compras e Licitações - Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, situado na Avenida XV de Novembro, 378, centro, em dias úteis, de segunda à sexta-feira, no horário das 13 às 19 horas ou no site www.joacaba.sc.gov.br, a partir da publicação deste aviso. Quaisquer informações poderão ser solicitadas junto ao Setor de Compras e Licitações, no endereço citado acima, pelo telefone 049 3527-8805 / 3527-8828 ou pelo e-mail comprasjba@joacaba.sc.gov.br.

Joaçaba, 19 de janeiro de 2012.

RAFAEL LASKE

Prefeito

Extrato PP 5/2012/PMJ - PL 12/2012/PMJ

PREFEITURA DE JOAÇABA (SC)

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 12/2012/PMJ

PREGÃO PRESENCIAL Nº 5/2012/PMJ

Objeto: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de portaria em 01 (um) posto de trabalho com carga horária de 24 (vinte e quatro) horas ininterruptas, junto ao prédio do Novo Terminal Rodoviário Municipal, às margens da BR 282, Joaçaba, SC. Forma de Julgamento: Menor preço mensal por item. Data da abertura: Dia 06/02/2011, a partir das 16h, na sala do Setor de Compras e Licitações - Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, no endereço abaixo citado. Credenciamento e entrega dos envelopes: até as 16h, do dia 06/02/2011. Local para aquisição do Edital: Setor de Compras e Licitações - Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, situado na Avenida XV de Novembro, 378, centro, em dias úteis, de segunda à sexta-feira, no horário das 13 às 19 horas ou no site www.joacaba.sc.gov.br, a partir da publicação deste aviso. Quaisquer informações poderão ser solicitadas junto ao Setor de Compras e Licitações, no endereço citado acima, pelo telefone 049 3527-8805 / 3527-8828 ou pelo e-mail comprasjba@joacaba.sc.gov.br.

Joaçaba, 23 de janeiro de 2012.

RAFAEL LASKE

Prefeito

Extrato Contrato 261/2012/FMS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 261/2012/FMS

PL 02/2012 FMS - IN 02/2012 FMS.

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS.

CONTRATADA: ESTRELATUR TRANSPORTE COLETIVO LTDA

OBJETO: Fornecimento pela CONTRATADA de passagens destinadas ao vale transporte dos servidores municipais lotados na Secretaria Municipal de Saúde durante o exercício financeiro de 2012, de acordo com as especificações e os valores descritos abaixo:

DOTAÇÕES:

2.009 - MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

5 - 3.3.90.00.00.00.00.0.1.0002.0 - Aplicações Diretas
VALOR TOTAL CONTRATADO: R\$ 97.920,00 (noventa e sete mil novecentos e vinte reais).
VIGÊNCIA DO CONTRATO: 31.12.2012
DATA DE ASSINATURA: 23/01/2012.

Extrato Contrato 262/2012/FMS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 262/2012/FMS
PL 02/2012 FMS - IN 02/2012 FMS.

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS.
CONTRATADA: EMPRESA JOAÇABENSE DE TRANSPORTES COLETIVOS LTDA

OBJETO: Fornecimento pela CONTRATADA de passagens destinadas ao vale transporte dos servidores municipais lotados na Secretaria Municipal de Saúde, durante o exercício financeiro de 2012, de acordo com as especificações e os valores descritos abaixo:

DOTAÇÕES:

2.009 - MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

5 - 3.3.90.00.00.00.00.0.1.0002.0 - Aplicações Diretas
VALOR TOTAL CONTRATADO: R\$ 29.650,00 (vinte e nove mil seiscentos e cinquenta reais).

VIGÊNCIA DO CONTRATO: 31.12.2012
DATA DE ASSINATURA: 23/01/2012.

SIMAE

Portaria JHL 10/12

PORTARIA SIMAE. JHL - Nº 10/12 DE 24/01/2012

Elisabet Maria Zanela Sartori Diretora Presidente do SIMAE - Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba e Herval D'Oeste e Luzerna- SC, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Nomear de acordo com a Lei Complementar 76/2003, por Concurso Público, Edital nº 001/2008, na forma do Art. 4º da Lei Complementar nº 193/10 de 06 de setembro de 2010, Laura Uliana, para o Cargo de Auxiliar Administrativo, Padrão-3, Nível-1, Referência-A, Lotado na Diretoria Administrativa, do Quadro de Pessoal desta Autarquia, regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Joaçaba, com vencimentos a partir da data da tomada de Posse.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecendo o disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Joaçaba-SC, 24 de Janeiro de 2012.

ELISABET MARIA ZANELA SARTORI
Diretora Presidente

Diante da necessidade dos serviços e tendo em vista a aprovação em 6º Lugar de Laura Uliana no Concurso Público de que trata o Edital SIMAE JHO n.º 01/2008, para o Cargo de Auxiliar Administrativo de acordo com a Portaria JHO-26/08 de 06/05/2008 e Portaria JHO-29/08 de 14/05/08, que homologa resultado final do Concurso, comunicamos que V.Sª deverá comparecer ao escritório do SIMAE, sito à Rua Tiradentes, 123, em Joaçaba-SC, no prazo de 30 dias a contar da data da publicação desta convocação, para tomar posse no cargo para o qual prestou concurso.

Publicação pregão JHL 0003/2012 - SIMAE

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO
JOAÇABA/HERVAL D'OESTE E LUZERNA
LICITAÇÃO Nº 0003/2012
MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 0003/2012
PROTOCOLO JHL 0018/2012

Encontra-se aberto no SIMAE de Joaçaba, Pregão Presencial 0003/2012 - Licitação 003/2012 TIPO MENOR PREÇO POR ITEM, que trata de:

Objeto: Aquisição de Conjuntos Motor Bomba a ser instalado na Elevatória de Esgoto de Luzerna - EEL 0001 de propriedade do SIMAE.

Da Entrega dos Envelopes: A entrega dos envelopes deverá ser até dia 08/02/2012 às 14:00 horas, na sede do SIMAE, à Rua Tiradentes, 123 em Joaçaba SC.

Da Abertura: A abertura será realizada no dia 08/02/2012 às 14:05 horas, na sede do SIMAE, à Rua Tiradentes, 123 em Joaçaba SC.

Edital: O Edital e anexos encontram-se à disposição dos interessados no endereço Rua Tiradentes, 123 em Joaçaba no horário das 8:00 as 11:00 e das 14:00 as 17:00 horas ou no site www.simae.sc.gov.br, no período de 24/01/2012 a 08/02/2012.

Quaisquer informações poderão ser obtidas no endereço acima ou pelo telefone (49) 3551-8217.

Joaçaba - SC, 24 de Janeiro de 2012.

ELISABET MARIA ZANELA SARTORI
Diretora Presidente do SIMAE.

Lages

PREFEITURA

PP 01 e 02-2012 FME, TP 01 e 02 e PP 08-2012 PML
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES
ESTADO DE SANTA CATARINA
Setor de Licitação
AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: TP 01-2012 PML
OBJETO: Construção de Quadra Poliesportiva Coberta da EMEB Antônio Joaquim Henriques.
ABERTURA: 09/02/2012 às 13:30

MODALIDADE: TP 02-2012 PML
OBJETO: Construção de Quadra Poliesportiva Coberta da EMEB Mutirão.
ABERTURA: 09/02/2012 às 15:30

MODALIDADE: PP 08-2012 PML
OBJETO: Aquisição de Material de Construção.
ABERTURA: 10/02/2012 às 13:30

MODALIDADE: PP 01-2012 FME
OBJETO: Aquisição de Material Esportivo.
ABERTURA: 13/02/2012 às 13:30

MODALIDADE: PP 02-2012 FME
OBJETO: Arbitragem JOCOL.
ABERTURA: 14/02/2012 às 13:30

A retirada dos Editais obter-se-á no Setor de Licitações, ao custo de R\$ 10,00 cada, ou pelo site: www.lages.sc.gov.br, sem ônus. Maiores informações pelo telefone (49) 3221-1169.

Lages, 20 de janeiro de 2012.
ANTÔNIO CESAR ALVES DE ARRUDA
Secretário de Administração

Leoberto Leal

PREFEITURA

Extrato da Tomada de Preços N.º 002/2012 - Processo N.º 014/2012
MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL
Divisão de Licitações e Compras
TOMADA DE PREÇOS N.º 002/2012
PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º 014/2012.

FORMA: Execução Indireta. REGIME: Empreitada por Menor Preço Global. FORMA DE JULGAMENTO: Menor Preço por Lote. Objeto: O objeto do presente certame consiste na seleção de proposta, visando a construção de 01 (uma) ponte na localidade Rio da Furina e reforma de 01 (uma) ponte na localidade de Rio Antinha, município de Leoberto Leal/SC. LEGISLAÇÃO: Lei 8666/93 e suas alterações, Lei Orgânica e o Edital. ABERTURA: Prefeitura Municipal, localizada na Rua Mainolvo Lehmkuhl, 20, Leoberto Leal/SC, às 09:00 (nove horas), do dia 10 de fevereiro de 2012. Cópia do Edital pode ser obtida no endereço acima citado. Informações fone: (48) 3268 1212.

Em 20/01/2012.
JOSÉ JAIR ALEXANDRE
Prefeito Municipal e.e.

Extrato da Tomada de Preços N.º 003/2012 - Processo N.º 015/2012
MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL
Divisão de Licitações e Compras
TOMADA DE PREÇOS N.º 003/2012
PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º 015/2012.

FORMA: Execução Indireta. REGIME: Empreitada por Menor Preço Global. Objeto: O objeto do presente certame consiste na seleção de proposta, visando a construção de 01 (uma) ponte na localidade de Vinte Saltos, município de Leoberto Leal/SC (2ª fase). LEGISLAÇÃO: Lei 8666/93 e suas alterações, Lei Orgânica e o Edital. ABERTURA: Prefeitura Municipal, localizada na Rua Mainolvo Lehmkuhl, 20, Leoberto Leal/SC, às 14h00min (quatorze horas), do dia 10 de fevereiro de 2012. Cópia do Edital pode ser obtida no endereço acima citado. Informações fone: (48) 3268 1212.

Em 20/01/2012
JOSÉ JAIR ALEXANDRE
Prefeito Municipal e.e.

Lindóia do Sul

PREFEITURA

Edital de Carta Convite 03-2012
MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL
Estado de Santa Catarina
EDITAL DE CARTA CONVITE N° 03/2012

PEDRO ARI PARIZOTTO - Prefeito Municipal em Exercício de Lindóia do Sul, SC, torna público que fará realizar, Licitação na modalidade de CARTA CONVITE, do tipo MENOR PREÇO na forma da Lei nº 8.666/93, Lei 12.232/2010, para contratação de prestação de serviços de elaboração de estudo objetivando a revisão da Lei Orgânica Municipal e da Lei de Concessão de Incentivos Econômicos e Fiscais, bem como a realização de ajustes legais do Código Tributário Municipal, no dia 31 de janeiro de 2012, às 16:00 horas, com recebimento dos envelopes de proposta de preços e documentação de habilitação até as 15:45 horas do mesmo dia, no setor de licitações, situada na Rua Tamandaré, 98, junto ao Prédio da Prefeitura Municipal de Lindóia do Sul, SC. Neste mesmo local, no horário de expediente, ou pelo site www.lindoiadosul.sc.gov.br, poderá ser obtido a íntegra do edital, assim como, demais informações pelo telefone (0xx49) 3446.11.77.

Lindóia do Sul - SC, 23 de janeiro de 2012.
PEDRO ARI PARIZOTTO
Prefeito Municipal em Exercício.

Luzerna

PREFEITURA

Extrato Pregão fms.003.2012 - EQUIPAMENTOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA
EDITAL

Pregão Presencial nº 003/2012

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA (SC), por intermédio de seu Gestor, ORLANDO FÁVERO, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL para REGISTRO DE PREÇO.

OBJETO: Aquisição de equipamentos e diversos materiais destinados à manutenção das atividades do Fundo Municipal de Saúde de Luzerna.

REGIMENTO: Lei nº 10.520 de 17/07/2002 e Decreto Municipal nº 708 de 06/01/06, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 de 21/06/1993 e alterações posteriores.

ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 08h do dia 09 de fevereiro de 2012.

ABERTURA DAS PROPOSTAS, CREDENCIAMENTO E SESSÃO DE LANCES: às 08h15min do dia 09 de fevereiro de 2012.

OBTENÇÃO DO EDITAL: pelo site www.luzerna.sc.gov.br

Homologação Final Das Inscrições Para Processo Seletivo Nº 001/2012

EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO FINAL DAS INSCRIÇÕES PARA O PROCESSO SELETIVO DE PROVAS PARA A CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO E FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA, NO MUNICÍPIO DE LUZERNA

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 001/201 de 04 de janeiro de 2012.

A COMISSÃO ESPECIAL DO PROCESSO SELETIVO de provas para a contratação em caráter temporário e formação de cadastro de reserva, no Município de Luzerna, designada pela Portaria nº 001/12 de 02 de janeiro de 2012, torna pública, após prazo recursal, a lista definitiva das INSCRIÇÕES DEFERIDAS dos candidatos:

Emprego Público: MÉDICO PEDIATRA

Nº da Inscrição	Nome Completo do Candidato
Não houve inscrição	

Emprego Público: MÉDICO GENERALISTA

Nº da Inscrição	Nome Completo do Candidato
022	Thais Dias Cortes

Emprego Público: PSICÓLOGO

Nº da Inscrição	Nome Completo do Candidato
002	Erica Tomazi Ribeiro
007	Liliane Deuerling
010	Luciane Frank
014	Leiza Regina Razera
016	Cintia Aparecida Ferri
021	Kátia Cristiane Huther Bof Kangerski
026	Leni Rosane Dallacosta Chiarani
027	Mabel Falavinha Baran
028	Larissa Novelo
029	Daniela Scheuermann
030	Andreia Cazella

Emprego Público: ODONTÓLOGO

Nº da Inscrição	Nome Completo do Candidato
006	Thabita Isis Mascarello
017	Rodolfo Lorenzo da Rosa
018	Jéssica Coradi
020	Ângela Zagonel
032	L-Elli Volpato Oliveira
033	Bruno Reckerlberg

Emprego Público: AUXILIAR DE ODONTOLOGIA

Nº da Inscrição	Nome Completo do Candidato
008	Gabriela Costenaro
009	Divane Welter
011	Monique Bruna Ceron
012	Nelise Aparecida Toigo
013	Adriana Ebert
019	Geovana Francisca Katschor
023	Karina Weise
024	Suely Zarpelon

Emprego Público: ATENDENTE DE FARMÁCIA

Nº da Inscrição	Nome Completo do Candidato
001	Suzana Paloschi
003	Juliana Vanesca Hofstatter
004	Dilmara Aparecida Barbuda Schumacher
005	Natalie Caroline Seidenfus
015	Leandro Antonio Turra
025	Lilian de Andrade dos Santos
031	Cristieli Alves

As PROVAS ESCRITAS serão realizadas na seguinte data, local e horário:

DATA: 29 de janeiro de 2012

LOCAL: Centro de Eventos São João Batista

Rua Frei João, 601 - Luzerna(SC)

HORÁRIO: das 08 às 11 horas.

Luzerna(SC), 23 de janeiro de 2012.

CRISTINA KÜLL

Presidente da Comissão Especial do Processo Seletivo

Ficam homologadas as inscrições, data, local e horário das provas escritas e práticas do PROCESSO SELETIVO de provas para a contratação em caráter temporário e formação de cadastro de reserva, no Município de Luzerna,, Edital nº 001/2012.

Luzerna(SC), 23 de janeiro de 2012.

CARLOS RENATO MARON

Prefeito Municipal em exercício

Macieira

PREFEITURA

Publicação resumida

PUBLICAÇÃO RESUMIDA

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA

Prefeitura Municipal de Macieira. Processo Licitatório nº 0002/2012. Pregão Presencial nº 0001/2012. Contrato Administrativo nº 0004/2012. Objeto: Contratação de empresa com profissional qualificado para fornecimento de peças e mão de obra destinados a recuperação da frota de máquinas pertencentes às Secretarias Municipais de Infra Estrutura e Agricultura, conforme relação de peças, serviços e máquinas especificados no anexo I do Edital. Contratada: MEPITA MECÂNICA PESADA LTDA. Prazo: 31/12/2012. Valor total do Contrato: R\$ 118.523,00.

Macieira, 23 de janeiro de 2012.

IANA SPANHOLLO ABRAÃO

Presidente de Comissão de Licitações

Massaranduba

PREFEITURA

Decreto Nº 2370/2011

DECRETO Nº 2370/2011

MARIO FERNANDO REINKE, Prefeito Municipal de Massaranduba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

RESOLVE:

HOMOLOGAR O RESULTADO DO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2011

Art. 1º - Fica homologado o resultado do Concurso Público Nº 001/2011, com a aprovação dos candidatos abaixo relacionados na classificação constante deste Decreto:

CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR

CARGO: MÉDICO

CLAS.	INSC	NOME
1º	Nº 255	BRUNO RAFAEL RAMOS
2º	Nº 194	WALTER ALVES JUNIOR

CARGO: ADVOGADO

CLAS.	INSC	NOME
1º	Nº 34	PRISCILA CRISTINA KALEF
2º	Nº 57	ROMEU AFONSO BARROS SCHUTZ
3º	Nº 220	JOÃO HENRIQUE PINHEIRO

CARGO: CONTADOR

CLAS.	INSC	NOME
1º	Nº 80	TANIA REGINA MORETTI GOBI

CARGO: VETERINÁRIO

CLAS.	INSC	NOME
1º	Nº 173	MERE LILIAN DE ARAUJO

2º	Nº 219	GRACE HELEN MILBRATZ
3º	Nº 149	VIVIAN BECKER
4º	Nº 168	DIVA THUM
5º	Nº 257	SIMONE CONTERNO

CARGO: PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL

CLAS.	INSC	NOME
1º	Nº 42	JOSIANE CARDOZO KIECKHOEFEL
2º	Nº 98	JANAINA DOERLITZ
3º	Nº 58	ANDREIA KLOSOWSKI JAGIELLO
4º	Nº 07	LEIDE JOANA BACHMANN
5º	Nº 33	ELIANE CRISTINA VOLPI RANGHETTI
6º	Nº 169	BRUNA CARLA MOHR

CARGO: PROFESSOR DE LÍNGUA PORTUGUESA/INGLÊS

CLAS.	INSC	NOME
1º	Nº 267	VERA REGINA SENFF

CARGO: PROFESSOR DE ENSINO RELIGIOSO

CLAS.	INSC	NOME
-------	------	------

CARGOS DE NÍVEL MÉDIO

CARGO: AUXILIAR ADMINISTRATIVO

CLAS.	INSC	NOME
1º	Nº 181	SANDRA PATRICIA MORSCH
2º	Nº 259	CLEISON DANIEL NOVAK
3º	Nº 29	ANDREY RICARDO KRISCHANSKI
4º	Nº 228	CARLOS ALEXANDRE BARUFFI
5º	Nº 113	VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI
6º	Nº 264	EDERSON NEVES GARCIA
7º	Nº 66	ELISETE APARECIDA MELCHIORETTO DA ROCHA

CARGO: FISCAL

CLAS.	INSC	NOME
1º	Nº 63	SIMÃO HENRIQUE JAKOBOWSKI

CARGO: TÉCNICO EM ENFERMAGEM

CLAS.	INSC	NOME
-------	------	------

CARGO: TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES

CLAS.	INSC	NOME
1º	Nº 106	RICARDO PLANCA
2º	Nº 125	JACQUES HILBERT

CARGOS DE NÍVEL FUNDAMENTAL

CARGO: SERVENTE

CLAS.	INSC	NOME
1º	Nº 165	DARLENE KRUGER RODRIGUES
2º	Nº 43	NIEDJA F. DOS SANTOS BAUER
3º	Nº 103	MARIA SALETE VEGINI DERETTI
4º	Nº 15	NADIR SAWULSKI
5º	Nº 237	JULIANA BRYCH BRITO

CARGO: OPERADOR DE TRATOR DE ESTEIRA

CLAS.	INSC	NOME
1º	Nº 118	JUVENCIO CAMPREGHER
2º	Nº 96	JONAS DA SILVA

CARGO: OPERADOR DE MOTONIVELADORA

CLAS.	INSC	NOME
1º	Nº 247	RENATO ANDRZEJEWSKI
2º	Nº 176	GERHARD ROWEDER

CARGO: OPERADOR DE RETROESCAVADEIRA

CLAS.	INSC	NOME
1º	Nº 61	JOACIR DERETTI

CARGO: OPERADOR DE MÁQUINA HIDRÁULICA

CLAS.	INSC	NOME
1º	Nº 111	VALDIR ZAPPELLINI JUNIOR
2º	Nº 60	RICARDO SAPLINSKY OLIVEIRA

CARGO: AUXILIAR DE SERVIÇOS

CLAS.	INSC	NOME
1º	Nº 49	VALDOMIRO EWALDO
2º	Nº 163	LUCIANO DOS SANTOS LIMA
3º	Nº 08	NATAL STRINGARI
4º	Nº 55	DEONISIO DAMANN
5º	Nº 112	IRINEU SCHWAMBACH
6º	Nº 30	LORIVAL NEUMANN
7º	Nº 158	DIEGO MARCELO LAZZARIS
8º	Nº 241	TEREZINHA A. BATISTA DE CANDIDO
9º	Nº 148	MARIO JOÃO ESEQUIEL

CARGO: MESTRE DE OBRAS

CLAS.	INSC	NOME
1º	Nº 28	SERGIO LUIS STRINGARI
2º	Nº 266	JACINTO WENK
3º	Nº 164	FRANK AURELIO CARVALHO RODRIGUES
4º	Nº 115	ANTONIO FRANCISCO GONÇALVES PINHEIRO
5º	Nº 146	RENATO HAMES
6º	Nº 124	CARLOS HENRIQUE MULLER

Art. 2º - O Presente Decreto produzirá seus efeitos a partir de 17 de JANEIRO de 2012.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal De Massaranduba, Em 17 De Janeiro De 2012.

Publicado no expediente na data supra.

MARIO FERNANDO REINKE
Prefeito Municipal

MAURICIO PRAWUTZKI
Secretário de Administração e Finanças

Decreto Nº. 2372 de 17 de Janeiro de 2012
DECRETO Nº. 2372 DE 17 DE JANEIRO DE 2012
Abre Crédito Adicional Suplementar

O Prefeito do Município de Massaranduba (SC), no uso de suas

atribuições e de acordo com a Lei nº 1370 de 17 de Novembro de 2011, DECRETA:

Art.1º. Fica aberto o crédito adicional suplementar no valor de R\$ 490.000.00 (Quatrocentos e noventa mil reais), conforme programa e verba abaixo discriminados:

0500 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTES E TURISMO

0501 - GERÊNCIA DE EDUCAÇÃO

0501.012.365.0122.1053 - Ampliação e Reforma da Rede Física

0501 - 44900000 - Aplicações Diretas

0501 - 12254 - Transferências Convênios da União R\$ 490.000,00

Art. 2º. Os recursos para atender o crédito acima especificado, decorrerão do Excesso de Arrecadação verificado no exercício de 2012.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal De Massaranduba, Em 17 De Janeiro De 2012
MÁRIO FERNANDO REINKE
Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

MAURÍCIO PRAWUTZKI
Secretário de Administração e Finanças

Processo Licitatório Nº. 1/2012

PREFEITURA DE MASSARANDUBA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 1 / 2012 -

PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇOS

Nº. 1 / 2012

A Prefeitura Municipal de Massaranduba, torna público que de acordo com a Lei 10.520 de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, realizará licitação na Modalidade de Pregão Presencial, com adjudicação por item, objetivando o REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de diversos gêneros alimentícios para merenda das Escolas, Pré-Escolares e Centros de Educação Infantil do Município de Massaranduba (SC), ao longo de 12 meses.

ENTREGA DOS ENVELOPES: até as 08:00h do dia 03/02/2012

CREDENCIAMENTO E ABERTURA DAS PROPOSTAS: 08:30h do dia

03/02/2012. INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital e outras informações poderão ser obtidos na Prefeitura Municipal de Massaranduba, situada na Rua 11 de Novembro, 2765 - Centro, das 7:30h

as 11:30h e das 13:00h as 17:00h ou site: www.massaranduba.sc.gov.br.

Massaranduba, 23 de Janeiro de 2012.
MÁRIO FERNANDO REINKE
Prefeito Municipal

Massaranduba, 23 de Janeiro de 2012.

MÁRIO FERNANDO REINKE

Prefeito Municipal

Contrato Aditivo Nº 27/2

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº. 27/2011

CONTRATO ADITIVO Nº 27/2

PREFEITURA DE MASSARANDUBA - ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO: TOMADA DE PREÇO PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº. 31/2011

CONTRATANTE: PREFEITURA DE MASSARANDUBA

CONTRATADO: ROCHA EMPREENDIMENTOS LTDA,

OBJETO: Prorroga-se a vigência do referido contrato, em 90 dias, conforme a liberalidade da Cláusula Sétima do contrato original. Este aditamento de prazo se faz necessário pelas seguintes razões apresentadas pela Secretaria de Planejamento Municipal: tendo

em vista as alterações efetuadas no projeto inicial atrasando o cronograma de execução das obras.

DATA DA VIGENCIA: 05.12.2011 a 04.03.2012.

MÁRIO FERNANDO REINKE

Prefeito Municipal

Contrato Aditivo Nº 58/2

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº. 58/2011

CONTRATO ADITIVO Nº 58/2

PREFEITURA DE MASSARANDUBA - ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO: TOMADA DE PREÇO PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº. 76/2011

CONTRATANTE: PREFEITURA DE MASSARANDUBA

CONTRATADO: ROCHA EMPREENDIMENTOS LTDA,

OBJETO: Prorroga-se a vigência do referido contrato, em 90 dias, conforme a liberalidade da Cláusula Sétima do contrato original. Este aditamento de prazo se faz necessário pelas seguintes razões apresentadas pela Secretaria de Planejamento Municipal: devido as alterações efetuadas no projeto original da obra atrasando o cronograma de execução das obras.

DATA DA VIGENCIA: 31.12.2011 a 30.03.2012

MÁRIO FERNANDO REINKE

Prefeito Municipal

Meleiro

PREFEITURA

Aditivo n.º 003/2011 - Contrato Nº. 031/2009

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

Aditivo n.º 003/2011 (Prorrogação de prazo).

Contrato nº. 031/2009

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

Contratado: EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS

Objeto: Prestação de serviços e venda de produtos postais (venda de selos, caixas de encomendas, envelopes, aerogramas, agendas, cartões de natal, cartões postais, postagem de cartas, SE-DEX, PAC, Impresso Especial, mala Direta, aluguel de caixa postal, confecção de selos personalizados e carimbos comemorativos, postagens de IPTUs e telegramas) à Administração Municipal.

Vigência: Início: 02/01/2012 Término: 31/12/2012.

Data da assinatura: 02 de janeiro de 2012.

Aviso

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

AVISO

O Município de Meleiro/SC comunica que os Relatórios Resumidos da Execução Orçamentários referente ao 6º bimestre de 2011, e os Relatório de Gestão Fiscal do 2º Semestre de 2011, de que trata o Art. 52, 54 e 63 da Lei Complementar 101, de 05 de maio de 2000 (LRF), encontra-se publicado no MURAL PÚBLICO deste Município, localizado na Praça da Matriz e no Prédio da Prefeitura Municipal, conforme Lei Municipal nº 849/2001, ou à disposição dos interessados junto a Secretaria de Administração e Finanças.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Aviso de Chamamento Público Para Atualização De Registro Cadastral

AVISO DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA ATUALIZAÇÃO DE REGISTRO CADASTRAL

O MUNICÍPIO DE MELEIRO, na forma do artigo 34, Parágrafo 1º da Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações subsequentes, convoca as empresas interessadas para atualização ou ingresso no "Registro de Cadastro de Fornecedores", para o exercício de 2012.

Os interessados deverão procurar o Departamento de Compras e Licitações junto a Prefeitura Municipal de Meleiro, sito a Rua Sete de Setembro, 371, Centro, no horário de expediente das 07:00 as 13:00 horas ou para maiores informações pelo telefone (0**48) 537-1110.

Meleiro, 06 de janeiro de 2012.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Errata

ERRATA

A PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO comunica que na publicação do Termo de Homologação da Tomada de Preço nº. 074/2011 na Edição nº. 908, de 13 de janeiro de 2012, onde se lê "O Prefeito Municipal de Meleiro, Jonnei Zanette" leia-se: O Prefeito Municipal em Exercício, Cláudio José Tomazi.

Meleiro, 23 de janeiro de 2012.

CLÁUDIO JOSÉ TOMAZI

Prefeito Municipal em Exercício

Navegantes

PREFEITURA

Portaria de Nomeação

PORTARIA N º 422 DE 10 DE JANEIRO DE 2012

NOMEIA SERVIDORA POR CONCURSO PÚBLICO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I - NOMEAR, pelo concurso público 003/2009, a senhora MAYTÊ ALVES DE ANDRADE POSSAMAI para exercer o cargo de Enfermeira do quadro de servidores efetivos da Municipalidade, com 40 horas semanais, regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 04/01/2012.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação com efeito retroativo a 04/01/2012.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Prefeitura De Navegantes, 10 De Janeiro De 2012.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.



Navegantes, 10 de janeiro de 2012.
JONAS DE SOUZA
Secretário De Administração E Logística

Portaria de Nomeação

PORTARIA N º 423 DE 10 DE JANEIRO DE 2012
NOMEIA SERVIDOR POR CONCURSO PÚBLICO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I - NOMEAR, pelo concurso público 001/2011, o senhor FELIPE DE PAULA MAÇANEIRO para exercer o cargo de Médico ESF do quadro de servidores efetivos da Municipalidade, com 40 horas semanais, regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 02/01/2012.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação com efeito retroativo a 02/01/2012.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Prefeitura De Navegantes, 10 De Janeiro De 2012.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 10 de janeiro de 2012.
JONAS DE SOUZA
Secretário De Administração E Logística

Portaria de Nomeação

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
www.navegantes.sc.gov.br
Rua João Emílio n º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br
Fone/Fax: (047) 3342-9500
PORTARIA N º 3457 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2011
NOMEIA SERVIDORA POR CONCURSO PÚBLICO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I - NOMEAR, pelo concurso público 001/2011, a senhora ALICE ANDRADE DE OLIVEIRA para exercer o cargo de Agente de Serviços Gerais, código QP-TOSG do quadro de servidores efetivos da Municipalidade, com 40 horas semanais, regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 15/12/2011.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação com efeito retroativo a 15/12/2011.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Prefeitura De Navegantes, 16 De Dezembro De 2011.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 16 de dezembro de 2011.

JONAS DE SOUZA
Secretário De Administração E Logística

Portaria de Nomeação

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
www.navegantes.sc.gov.br
Rua João Emílio n º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br
Fone/Fax: (047) 3342-9500
PORTARIA N º 477 DE 18 DE JANEIRO DE 2012
NOMEIA SERVIDORA POR CONCURSO PÚBLICO

O PREFEITO DE NAVEGANTES EM EXERCÍCIO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I - NOMEAR, pelo concurso público 001/2011, a senhora ANDREZA MARY PACHECO BERTOLI para exercer o cargo de Odontóloga Endodontista do quadro de servidores efetivos da Municipalidade, com 40 horas semanais, regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 16/01/2012.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação com efeito retroativo a 16/01/2012.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Prefeitura De Navegantes, 18 De Janeiro De 2012.
EMÍLIO VIEIRA
Prefeito Em Exercício

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 18 de janeiro de 2012.
JONAS DE SOUZA
Secretário De Administração E Logística

Portaria de Nomeação

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
www.navegantes.sc.gov.br
Rua João Emílio n º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br
Fone/Fax: (047) 3342-9500
PORTARIA N º 3477 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2011
NOMEIA SERVIDORA POR CONCURSO PÚBLICO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I - NOMEAR, pelo concurso público 001/2011, a senhora FABIANA

NASCIMENTO para exercer o cargo de Agente de Serviços Gerais, código QP-TOSG do quadro de servidores efetivos da Municipalidade, com 40 horas semanais, regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 22/12/2011.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação com efeito retroativo a 22/12/2011.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Prefeitura De Navegantes, 30 De Dezembro De 2011.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 30 de dezembro de 2011.
JONAS DE SOUZA
Secretário De Administração E Logística

Portaria de Nomeação

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES

www.navegantes.sc.gov.br
Rua João Emílio n º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br
Fone/Fax: (047) 3342-9500
PORTARIA N º 486 DE 20 DE JANEIRO DE 2012
NOMEIA SERVIDORA POR CONCURSO PÚBLICO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I - NOMEAR, pelo concurso público 001/2011, a senhora JOSIANE BONETTI para exercer o cargo de Agente Comunitária de Saúde do quadro de servidores efetivos da Municipalidade, com 40 horas semanais, regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 19/01/2012.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação com efeito retroativo a 19/01/2012.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Prefeitura De Navegantes, 20 De Janeiro De 2012.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 20 de janeiro de 2012.
JONAS DE SOUZA
Secretário De Administração E Logística

Portaria de Nomeação

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES

www.navegantes.sc.gov.br
Rua João Emílio n º 100 - Centro

CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br
Fone/Fax: (047) 3342-9500
PORTARIA N º 475 DE 18 DE JANEIRO DE 2012
NOMEIA SERVIDOR POR CONCURSO PÚBLICO

O PREFEITO DE NAVEGANTES EM EXERCÍCIO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I - NOMEAR, pelo concurso público 001/2011, o senhor JULIANO DE AMORIM BUZANA para exercer o cargo de Enfermeiro ESF do quadro de servidores efetivos da Municipalidade, com 40 horas semanais, regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 05/01/2012.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação com efeito retroativo a 05/01/2012.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Prefeitura De Navegantes, 18 De Janeiro De 2012.
EMÍLIO VIEIRA
Prefeito Em Exercício

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 18 de janeiro de 2012.

JONAS DE SOUZA
Secretário De Administração E Logística

Extrato de Contrato nº 009/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
Contrato Nº.: 009/2012.

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES.
Contratada : BELGA EMPREITEIRA LTDA. CNPJ Nº 81.537.672/0001-32

Valor : 662.112,94 (seiscentos e sessenta e dois mil cento e doze reais e noventa e quatro centavos).

Vigência : Início: 20/01/2012. Término: 16/12/2012.

Licitação : Concorrência p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 135/2011.

Recursos : Dotação: 1.018.4.4.90.00.00.00.00 (99),
1.018.4.4.90.00.00.00.00 (103).

Objeto : CONSTITUI OBJETO DESTES CONTRATO A CONSTRUÇÃO DE UMA CRECHE NA AVENIDA PREFEITO JOSE JUVENAL MAFRA, BAIRRO CENTRO, CONFORME O CONVÊNIO FNDE/MEC, DE ACORDO COM A CONCORRÊNCIA Nº 135/2011.

NAVEGANTES, 20 de Janeiro de 2012.

Aviso de Homologação

CONCORRÊNCIA Nº 135/11PMN
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 135/11
HOMOLOGAÇÃO: 20/01/12

CONTRATADO: BELGA EMPREITEIRA LTDA CNPJ Nº 81.537.672/0001-32

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
OBJETO: CONCORRÊNCIA REFERENTE CONSTRUÇÃO DE UMA CRECHE NA AVENIDA PREFEITO JOSE JUVENAL MAFRA, BAIRRO

CENTRO, CONFORME O CONVÊNIO FNDE/MEC. VALOR DA DESPESA: R\$ 662.112,94 (seiscentos e sessenta e dois mil cento e doze reais e noventa e quatro centavos).

DATA: 20/01/12

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito.

Paulo Lopes

PREFEITURA

Decreto 04-2012

DECRETO 04-2012

Homologa o resultado final do Edital de Processo Seletivo nº 07/2011, para seleção de pessoal em caráter temporário, para atuarem na Secretaria de Saúde do Município de Paulo Lopes.

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito do Município de Paulo Lopes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais:

DECRETA:

Art. 1º - Fica homologado o resultado final do processo Seletivo nº 07/2011 do Município de Paulo Lopes, publicado nesta data, conforme abaixo:

Médico 20h

Classificação - Nome do Candidato(a)

1º lugar - Alice Figueiredo Kikko

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam Revogadas as disposições em contrário.

Paulo Lopes, em 23 de janeiro de 2012.

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no Diário Oficial dos Municípios em 24 de janeiro de 2012.

ZENITA FELICIANO DA SILVA

Secretária Municipal de Administração

Pinheiro Preto

PREFEITURA

Portaria Nº 310, de 29 de Dezembro de 2011

PORTARIA Nº 310, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2011

NOMEIA SERVIDOR PARA EXERCER FUNÇÃO GRATIFICADA QUE ESPECIFICA.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto na Lei Complementar nº 177, de 20 de dezembro de 2011,

RESOLVE:

Art. 1.º Nomear SANDRA REGINA PARAVISI BRESSAN, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Administrativos, para exercer a função gratificada de Coordenador do Sistema de Controle Interno, nível FG-06.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

Rio do Sul

PREFEITURA

Portaria N. 0004/2012

PORTARIA N. 0004/RH

MILTON HOBUS, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º. Colocar a disposição, sem quaisquer prejuízo do cargo ou função que ocupa e da remuneração e dos direitos respectivos, o servidor FABIO DE CAMPOS FREIRE, ocupante do cargo efetivo Engenheiro Civil, nível "H", para exercer, até 21/12/2012, suas atividades junto a Secretaria Municipal de Educação do Município de Rio do Sul, em atenção a solicitação da mesma, através do Memorando nº 011/2012 de 11/01/2012 e deferimento do Secretário Municipal do órgão de origem.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 11 de janeiro de 2012.

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal de Rio do Sul

Jhc

Portaria Nº 0009/2012

PORTARIA Nº. 0009/RH

MILTON HOBUS, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Auxílio Funeral à ERCILDA RENGEL, (Protocolo 131542/2012), em virtude do falecimento ocorrido no dia 08/01/2012, do servidor público municipal, VENDELINO RENGEL, aposentado pelo Fundo de Aposentadoria e Pensões (FAP), de acordo com o Art. 262, da Lei Complementar nº. 207/2010.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 17 de Janeiro de 2011.

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal de Rio do Sul

Vf

Portaria Nº. 0005/2012

PORTARIA Nº. 0005/RH

MILTON HOBUS, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina,

usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art..1º Com fundamento no § 1º. do Art. 50 da Lei Complementar nº 207/2010, fica dispensado do registro de ponto diário o servidor municipal CLOVIS EDUARDO CUCO, ocupante do cargo em comissão de Diretor Comunicação Social, em razão das particularidades afetas ao cargo, conforme os termos do Protocolo nº 131558/2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 13 de janeiro de 2012.

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal de Rio do Sul

Jhc

Pregão Presencial 005/2012

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DEPARTAMENTO DE PROCESSOS LICITATÓRIOS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2012

OBJETO: Aquisição de frutas, verduras, leite e pão francês para atender alunos da rede municipal de ensino, setor de merenda escolar, Secretaria de Educação.

REGIMENTO: Lei Federal 10.520/2002, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 237/2006, de 25 de maio de 2006.

ENTREGA DOS ENVELOPES E ABERTURA DAS PROPOSTAS: Até o dia 03/02/2012, às 08:30h, no endereço abaixo, na Sala de Licitações.

CREDENCIAMENTO E ABERTURA DA SESSÃO DE LANCES: às 10:00h do dia 03/02/2012, no endereço abaixo, na Sala de Licitações.

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital, o Decreto que regulamenta a modalidade e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Pç. 25 de Julho, 01, centro, Departamento de Procedimentos Licitatórios.

Rio do Sul (SC), 23 de janeiro de 2012.

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

Edital Inscrição 03

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE RIO DO SUL

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA

CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Rua Rocha Pombo, 95 - 89 160 000 - RIO DO SUL - SC - Fone: 35254084

Edital Nº _03_/2011

Edital de Abertura de Inscrição para Conselheiro Tutelar

A presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Rio do Sul/SC, Ivanir Schlemper Neves, nos termos da Lei nº 2.497, de 09 de dezembro de 1994, Municipal nº 2.947 de 09/12/94, alterada pela Lei nº 3.278, de 16/06/98, e da Resolução nº28/2009 por sua Comissão de Eleição vem por meio deste tornar -se público abertura das inscrições para concorrer ao pleito de Conselheiro Tutelar, com nova redação.

1 - DAS VAGAS, REMUNERAÇÃO, ATRIBUIÇÃO E MANDATO

- Uma (1) vaga de Conselheiro Tutelar Efetivo o primeiro mais votado será considerado eleito e os demais suplentes seguintes pelas respectivas ordem de votação.

O Conselheiro Tutelar efetivo que estiver no exercício da sua função receberá gratificação do cargo Agente Administrativo nível E, valor de R\$ 1.273,01 quadro de carreira da administração direta do Poder Executivo Municipal.

1.3 As atribuições inerentes a função de Conselheiro Tutelar encontram-se elencadas na Lei Federal n.º 8.069 de 13/07/90 com as modificações introduzidas pela Lei e 12010/09 e Lei Municipal n.º 2947 e Lei Municipal nº 3.278 de 16/06/98.

1.4 O Conselheiro Tutelar no exercício das funções deverá cumprir uma carga horária de 40 horas semanais, incluindo horários de plantões.

1.5 O mandato do Conselheiro Tutelar será até março de 2013 permitida uma recondução por um período de 3 anos.

DAS INSCRIÇÕES DOS CANDIDATOS

Da data, Hora e Local das inscrições

PERÍODO: 03 de janeiro à 03 de fevereiro de 2012.

HORÁRIO: 08:00 às 12:00h

LOCAL: - Secretaria Municipal de Assistência Social e de Habitação/SMASH

Rua Rocha Pombo,95 - Bairro Eugênio Schneider- Rio do Sul.

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE RIO DO SUL

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA

CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Rua Rocha Pombo, 95 - 89 160 000 - RIO DO SUL - SC - Fone: 35254084

2.2 - A inscrição dos candidatos será feita mediante requerimento padronizado endereçado ao Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, acompanhado das provas do preenchimento dos requisitos estabelecidos.

3- DOS REQUISITOS A INSCRIÇÃO

3.1 Serão considerados aptos a concorrerem à eleição para Conselheiro Tutelar, aqueles que preencherem os requisitos que constam na Lei Municipal nº 2497, de 09 de dezembro de 1994 e Regimento Interno do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente-CMDCA.

3.2- Reconhecida idoneidade moral (apresentar certidão negativa de antecedentes criminais, fornecida pelo Cartório Distribuidor da Comarca de Rio do Sul).

3.3 -Idade superior a 21 (vinte e um) anos (apresentar documento de identidade).

3.4- Residir no município (comprovante de residência).

3.5 - Diploma de nível superior em área afim (Serviço Social, Sociologia, Direito, Psicologia, Pedagogia) ou reconhecida experiência no trato com crianças e adolescentes por no mínimo três anos (apresentar certidão ou atestado de entidade governamental ou não governamental que comprove a experiência).

3.6- Fotocópia, acompanhada do original, dos seguintes documentos: Carteira de Identidade, CPF, Título de eleitor (comprovante de votação) e Certificado de Reservista.

3.7 - Os candidatos eleitos (titular e suplente), obrigatoriamente deverão participar de um curso de capacitação a ser ministrado antes do início da função em data a ser definida pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente/CMDCA.

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE RIO DO SUL
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA
CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
Rua Rocha Pombo, 95 - 89 160 000 - RIO DO SUL - SC - Fone:
35254084

4.0 - DOS PRAZOS E PROCEDIMENTOS

4.1 - Fica estabelecido o seguinte calendário para a realização do Pleito;

4.2- Publicação do Edital de convocação da eleição: 20/12/2011;

4.3- Publicação do Edital de abertura de inscrição dos candidatos a membros para Conselheiro Tutelar: 20/12/2011;

4.4 - Inscrição dos Candidatos: 03/01/2012 á 03/02/2012;

4.5- Publicação da relação dos candidatos inscritos, na imprensa local, para eventuais impugnações junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA: 10/02/2012;

4.6- Publicação dos candidatos aptos a participarem do Pleito Eleitoral: 05/03/2012;

4.7- Eleição do Conselho Tutelar, no dia 13 de março de 2012, no horário das 8h às 15h, na câmara municipal de vereadores;

4.8- Proclamação do resultado da eleição, e encaminhamento da publicação dos nomes dos candidatos e o número de votos recebidos: 16/03/2012;

4.9 - Nomeação e posse do Conselho Tutelar: 20/03/2012.

4.10 - O processo eleitoral será operacionalizado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, sob a fiscalização do Ministério Público.

Sendo suas atribuições e competência a saber:

- 1 - Receber inscrições;
- 2 - Fornecer o material necessário para realização do pleito;
- 3 - Decidir sobre impugnações e regularização de candidaturas;
- 4 - Esclarecer e coordenar os demais procedimentos necessários à concretização do processo eleitoral, nos termos da legislação em vigor.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE RIO DO SUL
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA
CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
Rua Rocha Pombo, 95 - 89 160 000 - RIO DO SUL - SC - Fone:
35254084

4.11 - Depois da publicação da lista contendo os nomes dos candidatos inscritos será oferecido prazo de cinco (05) dias, para impugnação junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA. Oferecida impugnação, os autos serão encaminhados ao Ministério Público, que terá o prazo de cinco (5) dias para manifestar-se, decidindo o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente CMDCA em igual prazo. Imediatamente após o julgamento definitivo de eventuais impugnações será publicada a relação dos candidatos aptos a concorrerem ao pleito eleitoral.

4.12 - A divulgação do nome do candidato a membro do Conselho Tutelar deverá obedecer os critérios da Lei eleitoral nº 9.504/97, bem como os da Lei Municipal nº 2947/97, que dispõe sobre a política Municipal de Atendimento dos Direitos da Criança e do Adolescente.

5.0 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

5.1 - A organização e coordenação do evento é de responsabilidade do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, que comunicará os candidatos, no momento da inscrição sobre a data, horário, local e demais esclarecimentos necessários a participação no evento.

5.2- Os Conselheiros Tutelares serão escolhidos pelo processo de eleição, em sufrágio direto e secreto, do qual participará a comunidade, através de todo cidadão apto a votar em Rio do Sul.

5.2.1 Para os fins deste artigo, consideram-se aptos a votar os cidadãos riosulenses com título de eleitor ativo em Rio do Sul.

5.3 - A votação será através de cédulas que serão distribuídas exclusivamente por representantes do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, contendo o nome dos candidatos, local e data de realização do Pleito, sendo todas devidamente rubricadas pelo Presidente.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE RIO DO SUL
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA
CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
Rua Rocha Pombo, 95 - 89 160 000 - RIO DO SUL - SC - Fone:
35254084

5.3.1 - A posição do nome dos candidatos na célula será determinada por sorteio, em reunião do Conselho.

5.4 - Fica vedada a presença de pessoas estranhas ao pleito, no recinto de sua realização, podendo permanecer somente os Conselheiros, representantes do Ministério Público, candidatos, um votante por vez e convidados pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Rio do Sul, 20 de dezembro de 2011.

IVANIR SCHLEMPER NEVES
Presidente do CMDCA

Salto Veloso

PREFEITURA

Portaria Nº. DP00093/2012

PORTARIA Nº. DP00093/2012

PEDRINHO ANSILIERO, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, usando da competência da Legislação em vigor e tendo em vista o que consta a seu pedido:

RESOLVE,

Artigo 1º. Conceder 30 dias de Férias, no período compreendido de 18 de Janeiro de 2012 a 16 de Fevereiro de 2012, totalizando 30 dias de férias ao Servidor NADIR ZANESCO, do quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Artigo 2º. O período de aquisição é de 02/03/2010 a 02/03/2011, correspondente a 30 dias.

Artigo 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 18 de Janeiro de 2012.

PEDRINHO ANSILIERO
Prefeito Municipal

LUCIANA HOELTGEBAUM
Responsável pelo Setor de
Recursos Humanos

Extrato de Inexigibilidade Licitatória Nº 0001/2012

Extrato de Inexigibilidade Licitatória Nº 0001/2012
Modalidade: Inexigibilidade De Licitação
Prefeitura De Salto Veloso - SC

Contratante: Prefeitura Municipal de Salto Veloso - SC
Contratado: Instituto Unibrasil -
SEFE - Sistema Educacional Família e Escola.
Objeto: Aquisição de material didático para a Secretaria Municipal
de Educação.
Base Legal: Processo Licitatório nº 002/2012 -
IL nº 001/2012.
Justificativa: lei de licitações 8.666/93,
" Art. 25.
" É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competi-
ção, em especial:
I - para aquisição de materiais, equipamentos, ou gêneros que só
possam ser fornecidos por
produtor, empresa ou representante comercial exclusivo, vedada a
preferência de marca, devendo
a comprovação de exclusividade ser feita através de atestado for-
necido pelo órgão de registro do
comércio do local em que se realizaria a licitação ou a obra ou o
serviço, pelo Sindicato, Federação
ou Confederação Patronal, ou, ainda, pelas entidades equivalen-
tes;
Valor: R\$ 54.334,64
Vigência: 20/01/12 à 31/12/12
Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

Salto Veloso, 20 de janeiro de 2012.
PEDRINHO ANSILIERO
Prefeito Municipal

Santa Terezinha do Progresso

PREFEITURA

Extrato Edital

O Fundo Municipal de Saúde de Santa Terezinha do Progresso
- SC, localizado na Rua Ernesto Francisco Cardoso, 56, CNPJ:
11.360.515/0001-19, torna público para o conhecimento dos inte-
ressados que está realizando PROCESSO LICITATÓRIO Nº 17/2012
MODALIDADE: Pregão Presencial n. 03/2012, torna público para
o conhecimento dos interessados que está realizando Processo
Licitação para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO
DE SERVIÇOS DE COLETA, TRANSPORTE, TRATAMENTO E DIS-
POSIÇÃO FINAL DE RESÍDUOS DO SERVIÇO DE SAÚDE (LIXO
HOSPITALAR) PROVENIENTES DOS CENTROS DE SAÚDE DO MU-
NICÍPIO. Os envelopes de documentação e proposta de preços
deverão ser entregues até o dia 03/02/2012, até às 14:00 horas,
unto ao Setor de Compras e Licitações do Município. Os quais se-
rão abertos às 14:30 horas, no mesmo dia e endereço já mencio-
nado. Maiores informações, bem como cópia do edital poderão ser
obtidos junto ao Setor de Compras e Licitações do Município, sito
na Avenida Tancredo Neves, 337 ou pelo fone (0xx49) 3657-0001.
Santa Terezinha do Progresso (SC), 20 de Janeiro de 2012.

ITACIR DETOFOL
Prefeito Municipal

Extrato do Contrato 01/2012

Extrato do Contrato 01/2012
Contrato: 01/2012
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TEREZINHA
DO PROGRESSO
CONTRATADA: JOSE CARLOS GNOATTO ME
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA PÚBLICA NO
PERÍMETRO URBANO DO MUNICÍPIO (COLETA DE LIXO),
VALOR R\$: 95.760,00
VIGÊNCIA: 02/01/2012 A 31/12/2012

Extrato do Contrato 01/2012 FMS

Extrato do Contrato 01/2012 FMS
Contrato: 01/2012
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SANTA TERE-
ZINHA DO PROGRESSO
CONTRATADA: ABASTECEDORA SANTA TEREZINHA LTDA
OBJETO: AQUISIÇÃO DE FORMA PARCELADA DE COMBUSTÍVEIS,
SERVIÇOS DE LAVAGEM E CONserto DE PNEUS PARA OS VEICU-
LOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE PARA O EXERCÍCIO
DE 2012.
VALOR R\$: 135.708,00
VIGÊNCIA: 02/01/2012 A 31/12/2012.

Extrato do Contrato 02/2012

Extrato do Contrato 02/2012
Contrato: 02/2012
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TEREZINHA
DO PROGRESSO
CONTRATADA: EDITORA JORNALISTICA NOVOESTE LTDA
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE PUBLICAÇÕES ATRA-
VÉS DE JORNAIS E CONTRATAÇÃO DE ASSINATURAS DE JORNAL
BI-SEMANAL PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.
VALOR R\$: 63.096,00
VIGÊNCIA: 02/01/2012 A 31/12/2012

Extrato do Contrato 03/2012

Extrato do Contrato 03/2012
Contrato: 03/2012
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TEREZINHA
DO PROGRESSO
CONTRATADA: ABASTECEDORA SANTA TEREZINHA LTDA
OBJETO: AQUISIÇÃO E CONTRATAÇÃO DE FORMA PARCELADA
DE COMBUSTÍVEIS, OLEO LUBRIFICANTE E PRESTAÇÃO DE SER-
VIÇOS DE LAVAGEM, LUBRIFICAÇÃO, CONserto DE PNEUS PARA
OS VEÍCULOS E MAQUINAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DURAN-
TE O EXERCÍCIO DE 2012.
VALOR R\$: 65.340,00
VIGÊNCIA: 02/01/2012 A 31/12/2012

Extrato do Contrato 04/2012

Extrato do Contrato 04/2012
Contrato: 04/2012
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TEREZINHA
DO PROGRESSO
CONTRATADA: AUTO POSTO VVS LTDA
OBJETO: AQUISIÇÃO E CONTRATAÇÃO DE FORMA PARCELA-
DA DE COMBUSTÍVEIS, OLEO LUBRIFICANTE E PRESTAÇÃO DE
SERVIÇOS DE LAVAGEM, LUBRIFICAÇÃO, CONserto DE PNEUS
PARA OS VEÍCULOS E MAQUINAS DA PREFEITURA MUNICIPAL

DURANTE O EXERCÍCIO DE 2012.
VALOR R\$: 388.079,00
VIGÊNCIA: 02/01/2012 A 31/12/2012

Extrato do Contrato 04/2012 FMS

Extrato do Contrato 04/2012 FMS

Contrato: 04/2012

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO

CONTRATADA: DAMEDI - DAMBROS COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL ODONTOLÓGICO PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

VALOR R\$: 765,30

VIGÊNCIA: 02/01/2012 A 31/12/2012.

Extrato do Contrato 05/2012

Extrato do Contrato 05/2012

Contrato: 05/2012

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO

CONTRATADA: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA)

OBJETO: Este contrato tem por objeto disciplinar a entrega de recursos pelo Município de Santa Terezinha do Progresso ao CIGA para atendimento do objeto disciplinado no Contrato de Programa nº 06/2010.

VALOR R\$: 2.880,00

VIGÊNCIA: 02/01/2012 A 31/12/2012

Extrato do Contrato 05/2012 FMS

Extrato do Contrato 05/2012 FMS

Contrato: 05/2012

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO

CONTRATADA: ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES LTDA

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL ODONTOLÓGICO PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

VALOR R\$: 51.341,16

VIGÊNCIA: 02/01/2012 A 31/12/2012.

São Bento do Sul

PREFEITURA

Aviso De Homologação Concorrência Pública 422/2011

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL

RESULTADO DE JULGAMENTO

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 422/2011

A Secretaria de Administração torna público o Resultado da Licitação do EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 422/11, tendo como objeto: FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE TERRAPLANAGEM, DRENAGEM PLUVIAL, SINALIZAÇÃO VIÁRIA PARA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DAS RUAS JOÃO BAUM, FERNANDO HUBL, ALEXANDRE FRANKBERGER, MONTE CASTELO, MAFRA E REGINA SCHROEDER, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO, PROJETOS E CONTRATO BADESC CIDADES EM ANEXO, o qual a Comissão após analisar detalhadamente a proposta julgou vencedora a empresa:

CONPLA CONSTRUÇÕES E PLANEJAMENTO LTDA.

São Bento do Sul, 24 de janeiro de 2012.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito

Extrato de Dispensa de Licitação Nº 10/2012 - FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 10/2012

DISPENSA DE LICITAÇÃO

OBJETO: LOCAÇÃO DE DOIS IMÓVEIS COM DOIS PAVIMENTOS CADA, SENDO UM COM ÁREA DE 335,15 M2 E OUTRO COM 179,62 M2, SITUADO NA RUA CAPITÃO ERNESTO NUNES ESQUINA COM A RUA PADRE FIDELIS TOMELIN, CENTRO, EM SÃO BENTO DO SUL, PARA ABRIGAR O CENTRO DE ESPECIALIDADES MÉDICAS E LABORATORIAIS DO MUNICÍPIO, PELO PERÍODO DE 01 DE JANEIRO DE 2010 A 31 DE DEZEMBRO DE 2011.

CONTRATADO: Center Variedades Ltda.

VALOR: R\$103.525,56 (Cento e três mil, quinhentos e vinte e cinco reais, e cinquenta e seis centavos)

São Bento Do Sul, 19 de janeiro de 2012.

JAYME FUCK

Diretor De Suprimentos E Patrimônio

MARCUS MALUF

Presidente Do Fundo Municipal De Saúde

Justificativa de Dispensa de Licitação Nº 10/2012 - FMS

JUSTIFICATIVA

O presente instrumento de justificativa se presta a cumprir o contido no art. 26 a Lei 8.666/93 como antecedente necessário à contratação com dispensa de licitação.

I - Objeto: LOCAÇÃO DE DOIS IMÓVEIS COM DOIS PAVIMENTOS CADA, SENDO UM COM ÁREA DE 335,15 M2 E OUTRO COM 179,62 M2, SITUADO NA RUA CAPITÃO ERNESTO NUNES ESQUINA COM A RUA PADRE FIDELIS TOMELIN, CENTRO, EM SÃO BENTO DO SUL, PARA ABRIGAR O CENTRO DE ESPECIALIDADES MÉDICAS E LABORATORIAIS DO MUNICÍPIO, PELO PERÍODO DE 01 DE JANEIRO DE 2010 A 31 DE DEZEMBRO DE 2011.

II - Contratado: Center Variedades Ltda

III - Caracterização da Situação que justifica a Inexigibilidade de Licitação: a dispensa de licitação para a referida locação se funda no inciso X do art 24 da Lei 8.666/93, e se justifica pelos seguintes motivos:

Os prédios são localizados na área central do Município, sendo de fácil acesso aos usuários e pacientes do Laboratório e do Centro de Especialidades Médicas, e ambos se adequam perfeitamente às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde para o fim a que se pretendem, tanto pela localização geográfica (que condicionou a sua escolha) quanto pelo espaço físico necessário para atender as finalidades precípua da contratação pretendida pelo Fundo Municipal de Saúde que é abrigar os referidos centros médicos, conforme artigo 24, inciso X da Lei 8.666/93.

IV - Razão da Escolha do Fornecedor: A empresa Center Variedades Ltda foi a que ofereceu os prédios para locação na área central que melhor se adequaram às necessidades do Fundo Municipal de Saúde, pelos motivos acima elencados.

V - Justificativa do Preço: o preço contratado para a locação é o praticado no mercado, conforme avaliação prévia do imóvel.

Assim, submeto a presente justificativa à autoridade competente para os fins do art. 26 da Lei 8.666/93.



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

JAYME FUCK
Diretor de Compras

RH. Ratifico a justificativa e determino a publicação no site da Prefeitura e, por extrato, em jornal de circulação local ou estadual, em, no máximo, 05 dias.

MARCUS MALUF
Presidente Do Fundo Municipal De Saúde

Retificação Edital 001/2012 - Concurso Público **RETIFICAÇÃO Nº 01 AO EDITAL 001/2012**

O Prefeito Municipal de São Bento do Sul e os representantes da Fundação Cultural e da Fundação Municipal de Desportos, considerando a necessidade de incluir os cargos de Médico Infectologista, Médico Neurologista, Médico Pediatra e Médico Urologista aos cargos deste concurso, considerando a necessidade de ajustar o cronograma deste processo em razão dos cargos inclusos por este documento, torna público aos candidatos interessados neste Concurso Público, que nesta data foram acrescentadas e retificadas as seguintes informações do Edital 001/2012:

No Anexo 01 do Edital, Cargos da Prefeitura Municipal de São Bento do Sul, Nível de Ensino Superior, acrescenta-se os seguintes cargos:

CÓDIGO - CARGO	CH	VAGAS	SALÁRIOS	PRÉ-REQUISITOS
A3104 - MÉDICO INFECTOLOGISTA	40*	1	R\$ 8.879,99*	Ensino Superior no curso específico com título de especialização e inscrição no órgão de classe da região.
A3105 - MÉDICO NEUROLOGISTA	40*	1	R\$ 8.879,99*	Ensino Superior no curso específico com Título de Especialização e inscrição no órgão de classe da região.
A3106 - MÉDICO PEDIATRA	40*	1	R\$ 8.879,99*	Ensino Superior no curso específico com Título de Especialização e inscrição no órgão de classe da região.
A3108 - MÉDICO UROLOGISTA	40*	1	R\$ 8.879,99*	Ensino Superior no curso específico com Título de Especialização e inscrição no órgão de classe da região.

No Anexo 01 do Edital, Cargos da Prefeitura Municipal de São Bento do Sul, Nível de Ensino Superior, abaixo da tabela de cargos, onde se lê:

* Para os cargos de Médico Clínico Geral, a carga horária contratada será estabelecida conforme a necessidade do Município, podendo está ser de 10 horas, 15 horas, 17,05 horas, 20 horas, 30 horas ou 40 horas, sendo o salário mensal proporcional a carga horária contratada.

Leia-se:

* Para os cargos de Médico Clínico Geral, Médico Infectologista, Médico Neurologista, Médico Pediatra e Médico Urologista, a carga horária contratada será estabelecida conforme a necessidade do Município, podendo está ser de 10 horas, 15 horas, 17,05 horas, 20 horas, 30 horas ou 40 horas, sendo o salário mensal proporcional a carga horária contratada.

No Anexo 02 do Edital, Cargos da Prefeitura Municipal de São Bento do Sul, Nível de Ensino Superior, acrescenta-se os seguintes cargos:

A3104 - MÉDICO INFECTOLOGISTA

Realizar atendimento médico para tratar de doenças infectocontagiosas, promovendo ações necessárias ao tratamento das mesmas; Realizar atendimento médico e ambulatorial de pessoas com suspeita ou diagnóstico de doença contagiosa, independente da faixa etária, prescrevendo o tratamento necessário; Registrar o diagnóstico bem como os apontamentos necessários, junto ao prontuário dos pacientes e/ou formulários próprios para acompanhamento e controle do tratamento; Orientar a população quanto à necessidade e formas de prevenção de doenças infectocontagiosas, através de palestras, participação em programas e/ou consultas individuais; Atender ao público, sempre que necessário prestando informações e outras atividades afins; Participar de juntas médicas, verificando condições de saúde, emitindo laudos e atestados; Zelar pela guarda dos materiais e equipamentos de trabalho; Observar, quanto às atribuições as disposições contidas no Regulamento a que se refere à Lei Federal nº 3268/57; Executar outras atividades compatíveis com a função.

A3105 - MÉDICO NEUROLOGISTA

Efetuar exame neurológico dos pacientes; Diagnóstico topográfico e sindrômico; Realizar orientação e discussão diagnóstica; Interpretar exames complementares; Interpretar exames Neurofisiológicos e neuroimagem; Interpretar exames complementares terapêutico neurológicos; Participar de juntas médicas, verificando condições de saúde, emitindo laudos e atestados; Manter registro dos usuários examinados anotando conclusão de diagnóstico, tratamento e evolução da doença, para efetuar orientações adequadas; Zelar pela guarda dos materiais e equipamentos de trabalho; Observar, quanto às atribuições as disposições contidas no regulamento a que se refere à Lei Federal nº 3268/57; Executar outras atividades compatíveis com a função.

A3106 - MÉDICO PEDIATRA

Prestar assistência médica específica às crianças até a adolescência, examinando-as e prescrevendo cuidados pediátricos ou tratamentos para avaliar e recuperar sua saúde; Examinar a criança auscultando-a executando palpções e percussões, por meio de estetoscópio e de outros aparelhos específicos, para verificar a presença de anomalias e malformações congênitas do recém-nascido, avaliar-lhe as condições de saúde estabelecer diagnóstico; Avaliar o estágio de crescimento e desenvolvimento da criança, comparando-o com padrões normais, para orientar a alimentação, indicar exercícios, vacinação e outros cuidados; Estabelecer o plano médico-terapêutico-profilático, prescrevendo medicação, tratamento e dietas especiais, para solucionar carências alimentares, anorexias desidratação, infecções, parasitoses e prevenir a tuberculose, tétano, difteria, coqueluche e outras doenças; Tratar lesões, doenças ou alterações orgânicas infantis, indicando ou realizando cirurgias, prescrevendo pré-operatório e acompanhando o pós-operatório, para possibilitar a recuperação da saúde; Participar do planejamento, execução e avaliação de planos, programas e projetos de saúde pública, enfocando os aspectos de sua especialidade, para cooperar na promoção, proteção e recuperação da saúde física e mental das crianças; Participar de juntas médicas, verificando condições de saúde, emitindo laudos e atestados; Manter registro dos usuários examinados anotando conclusão de diagnóstico, tratamento, evolução da doença, para efetuar orientações adequadas; Zelar pela guarda dos materiais e equipamentos de trabalho; Observar, quanto às atribuições as disposições contidas no Regulamento a que se refere à Lei Federal nº 3268/57; Executar outras atividades compatíveis com a função.

A3108 - MÉDICO UROLOGISTA

Prestar atendimento a paciente ambulatorial; Realizar avaliações solicitadas pelos outros serviços; Realizar atividades cirúrgicas; Participar de juntas médicas, verificando condições de saúde, emitindo laudos e atestados; Manter registro dos usuários examinados anotando conclusão de diagnóstico, tratamento, evolução da

doença, para efetuar orientações adequadas; Zelar pela guarda dos materiais e equipamentos de trabalho; Observar, quanto às atribuições as disposições contidas no Regulamento a que se refere à Lei Federal nº 3268/57; Executar outras atividades compatíveis com a função.

No Anexo 03 do Edital, Cargos da Prefeitura Municipal de São Bento do Sul, Nível de Ensino Superior, Prova de Conhecimentos Específicos, acrescenta-se as seguintes informações:

A3104 - MÉDICO INFECTOLOGISTA

A3105 - MÉDICO NEUROLOGISTA

A3106 - MÉDICO PEDIATRA

A3108 - MÉDICO UROLOGISTA

Legislação do SUS: Princípios e diretrizes do SUS, o SUS na Constituição Federal, Leis, Conselhos de Saúde, Princípios da Infecção Hospitalar, Conceitos em Infecção Hospitalar, Higienização das mãos, Infecção nosocomial do trato urinário, trato respiratório, sistema vascular, Infecções de feridas cirúrgicas, Isolamentos, Infecções comunitárias do trato respiratório, Infecções urinárias e pielonefrites, Insuficiência cardíaca congestiva, Acidente vascular cerebral, Diabetes mellitus tipo I e II, Cetoacidose diabética, Insuficiência Renal, Hemorragias Digestivas, Pancreatites, Insuficiência Hepática. Doenças cardiovasculares: hipertensão arterial sistêmica, doença coronariana, insuficiência cardíaca, arritmias cardíacas, doenças venosas e arteriais periféricas; Doenças pulmonares: asma brônquica, pneumonias; tuberculose, doenças pulmonares crônicas de natureza obstrutiva e restritiva; Doenças gastroenterológicas: esofagite, gastrite, duodenite, úlcera péptica, síndromes diarreicas, hepatite, pancreatite, litíase biliar, parasitoses intestinais; Doenças renais: insuficiência renal aguda e crônica, síndrome nefrótica, síndrome nefrítica aguda, infecção urinária, nefrolitíase; Doenças endócrinas: diabetes melito, doenças da tireóide, insuficiência adrenal, dislipidemias, obesidade, síndrome metabólica; Doenças do sistema nervoso: infarto e hematoma cerebral, meningites e meningoencefalites, neurocisticercose, epilepsia, cefaléia, coma, vertigem; Doenças psiquiátricas: transtornos do humor, transtornos de pânico e agorafobia, transtorno obsessivo-compulsivo, esquizofrenia; Doenças da pele: infecções cutâneas, eczemas, micoses superficiais, dermatovirose, dermatozoonoses, dermatoses pré-cancerosas e neoplasias malignas; Doenças do sangue: anemias, plaquetopenias, trombocitose, leucemias, leucopenia e agranulocitose, anticoagulação; Doenças infecciosas: doenças sexualmente transmissíveis, toxoplasmose, leptospirose, tétano, dengue, equistossomose mansônica, malária; Doenças reumatológicas: artrites infecciosas, artrite gotosa, artrite reumatóide, doenças do tecido conjuntivo, fibromialgia, osteoporose; Alergia e imunologia: rinite, urticária, alergias alimentares, dermatite atópica, anafilaxia.

No Edital, no item 1.1, onde se lê:

1.1 O Concurso Público destina-se ao provimento das 29 (vinte e nove) vagas existentes atualmente e das que ocorrerem dentro do prazo de validade do Concurso;

Leia-se:

1.1 O Concurso Público destina-se ao provimento das 33 (trinta e três) vagas existentes atualmente e das que ocorrerem dentro do prazo de validade do Concurso;

No Edital, no item 3.1, onde se lê:

3.1 O período das inscrições é das 10h00min do dia 11 de janeiro de 2012 às 16h00min do dia 09 de fevereiro de 2012;

Leia-se:

3.1 O período das inscrições é das 10h00min do dia 11 de janeiro de 2012 às 16h00min do dia 23 de fevereiro de 2012;

No Edital, no item 3.2.2, onde se lê:

3.2.2 É de fundamental importância que o candidato preencha de forma correta todos os dados ali solicitados e até o dia 09 de fevereiro de 2012 efetue o pagamento do boleto bancário, em qualquer banco, casa lotérica ou pela própria Internet, utilizando o código de barras;

Leia-se:

3.2.2 É de fundamental importância que o candidato preencha de forma correta todos os dados ali solicitados e até o dia 23 de fevereiro de 2012 efetue o pagamento do boleto bancário, em qualquer banco, casa lotérica ou pela própria Internet, utilizando o código de barras;

No Edital, no item 3.4.1, onde se lê:

3.4.1 O candidato doador de sangue, deverá efetuar sua inscrição pela Internet e protocolar Pedido de Isenção na Prefeitura Municipal de São Bento do Sul à Rua Jorge Lacerda, 75, Centro, São Bento do Sul-SC no horário de expediente, anexando ao pedido o boleto bancário e a fotocópia autenticada do documento expedido pela entidade coletora, comprovando ter efetuado no mínimo de 3 (três) doações durante o período de 12 (doze) meses que antecederam a data da inscrição neste certame. Tais providências deverão ser tomadas impreterivelmente até as 16h00min do dia 31 de janeiro de 2012;

Leia-se:

3.4.1 O candidato doador de sangue, deverá efetuar sua inscrição pela Internet e protocolar Pedido de Isenção na Prefeitura Municipal de São Bento do Sul à Rua Jorge Lacerda, 75, Centro, São Bento do Sul-SC no horário de expediente, anexando ao pedido o boleto bancário e a fotocópia autenticada do documento expedido pela entidade coletora, comprovando ter efetuado no mínimo de 3 (três) doações durante o período de 12 (doze) meses que antecederam a data da inscrição neste certame. Tais providências deverão ser tomadas impreterivelmente até as 16h00min do dia 06 de fevereiro de 2012;

No Edital, no item 3.4.2, onde se lê:

3.4.2 A partir de 06 de fevereiro de 2012 o candidato que protocolou Pedido de Isenção nos termos do item 3.4.1 deverá consultar na Internet no "site" www.sociesc.org.br/concursos se o seu pedido foi aceito, caso contrário, deverá imprimir uma segunda via do boleto e pagá-lo até o vencimento para manter sua inscrição.

Leia-se:

3.4.2 A partir de 13 de fevereiro de 2012 o candidato que protocolou Pedido de Isenção nos termos do item 3.4.1 deverá consultar na Internet no "site" www.sociesc.org.br/concursos se o seu pedido foi aceito, caso contrário, deverá imprimir uma segunda via do boleto e pagá-lo até o vencimento para manter sua inscrição.

No Edital, no item 3.7, onde se lê:

3.7 O candidato que necessitar de condições especiais para a realização de provas deverá, até o dia 09 de fevereiro de 2012, protocolar na Prefeitura Municipal de São Bento do Sul à Rua Jorge Lacerda, 75, Centro, São Bento do Sul-SC no horário de expediente, requerimento (conforme formulário disponível no site) indicando as condições especiais de prova que necessita e os fundamentos;

Leia-se:

3.7 O candidato que necessitar de condições especiais para a realização de provas deverá, até o dia 23 de fevereiro de 2012, protocolar na Prefeitura Municipal de São Bento do Sul à Rua Jorge Lacerda, 75, Centro, São Bento do Sul-SC no horário de expediente, requerimento (conforme formulário disponível no site) indicando as condições especiais de prova que necessita e os fundamentos;

No Edital, no item 3.10, onde se lê:

3.10 A partir de 13 de fevereiro de 2012, o candidato deverá

conferir, no "site" www.sociesc.org.br/concursos, se a inscrição efetuada pela Internet foi confirmada. Em caso negativo, o candidato deverá entrar em contato com a SOCIESC pelo telefone (47) 3461-0525, para verificar o ocorrido. Tais providências deverão ser tomadas impreterivelmente até as 16h00min do dia 17 de fevereiro de 2012.

Leia-se:

3.10 A partir de 27 de fevereiro de 2012, o candidato deverá conferir, no "site" www.sociesc.org.br/concursos, se a inscrição efetuada pela Internet foi confirmada. Em caso negativo, o candidato deverá entrar em contato com a SOCIESC pelo telefone (47) 3461-0525, para verificar o ocorrido. Tais providências deverão ser tomadas impreterivelmente até as 16h00min do dia 02 de março de 2012.

No Edital, no item 4.4, onde se lê:

4.4 O candidato portador de deficiência deverá protocolar na Prefeitura Municipal de São Bento do Sul à Rua Jorge Lacerda, 75, Centro, São Bento do Sul-SC requerimento (conforme formulário disponível no site) anexando a este o Laudo Médico atestando a espécie e o grau ou nível da deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças - CID, bem como a provável causa da deficiência. Também deverá ser anexada a este laudo uma cópia do comprovante de inscrição. Tais providências deverão ser tomadas impreterivelmente até as 16h00min do dia 09 de fevereiro de 2012;

Leia-se:

4.4 O candidato portador de deficiência deverá protocolar na Prefeitura Municipal de São Bento do Sul à Rua Jorge Lacerda, 75, Centro, São Bento do Sul-SC requerimento (conforme formulário disponível no site) anexando a este o Laudo Médico atestando a espécie e o grau ou nível da deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças - CID, bem como a provável causa da deficiência. Também deverá ser anexada a este laudo uma cópia do comprovante de inscrição. Tais providências deverão ser tomadas impreterivelmente até as 16h00min do dia 23 de fevereiro de 2012;

No Edital, no item 5.1, onde se lê:

5.1 A partir de 22 de fevereiro de 2012, a SOCIESC tornará público, através da fixação em mural na Prefeitura Municipal de São Bento do Sul à Rua Jorge Lacerda, 75, Centro, São Bento do Sul-SC:

Leia-se:

5.1 A partir de 12 de março de 2012, a SOCIESC tornará público, através da fixação em mural na Prefeitura Municipal de São Bento do Sul à Rua Jorge Lacerda, 75, Centro, São Bento do Sul-SC:

No Edital, no item 6.2, onde se lê:

6.2 A data prevista para a realização das provas objetivas é dia 26 de fevereiro de 2012 em horário e local a ser divulgado conforme item 5.1.b deste edital;

Leia-se:

6.2 A data prevista para a realização das provas objetivas é dia 18 de março de 2012 em horário e local a ser divulgado conforme item 5.1.b deste edital;

Esta Retificação entra em vigor na data de sua publicação, sendo o Edital 001/2012 e seus anexos consolidados com as alterações decorrentes desta Retificação.

São Bento do Sul (SC), 23 de janeiro de 2012.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal de São Bento do Sul

PEDRO MACHADO DE BITENCOURT
Presidente da Fundação Cultural

SYLVIO ROBERTO MUNHOZ
Presidente da Fundação Municipal de Desportos

São Lourenço do Oeste

PREFEITURA

Decreto Nº 4.356, de 23 de Janeiro de 2012.

DECRETO Nº 4.356, DE 23 DE JANEIRO DE 2012.

Abre crédito adicional suplementar - superávit financeiro, no orçamento programa de 2012.

O Prefeito Municipal DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e autorização contida na Lei Municipal nº 1.987, de 15/12/2011 e Lei Federal nº 4.320 de 1964, art. 43, §1º, inciso I,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício, crédito adicional suplementar - superávit financeiro, no orçamento vigente, criando-se a modalidade de aplicação e adiciona-se pelo crédito suplementar o valor de R\$ 265.003,84 (duzentos e sessenta e cinco mil, três reais e oitenta e quatro centavos), nas seguintes dotações orçamentárias:

08.00 SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO - SME	
08.01 SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO - SME	
08.01.12.365.4505.2.015.4.4.90.00.00.00.00.00.0.3.0034	146
Aplicação Direta R\$ 105.934,40	
08.01.12.365.4505.2.015.4.4.90.00.00.00.00.00.0.3.0019	147
Aplicação Direta R\$ 34.069,44	

09.00 SEC. MUN. DO DESENVOLVIMENTO URBANO - SDU	
09.01 SEC. MUN. DO DESENVOLVIMENTO URBANO - SDU	
09.01.15.451.4511.2.034.4.4.90.00.00.00.00.00.0.3.0000	148
Aplicação Direta R\$ 125.000,00	

Art. 2º Para atendimento da suplementação que trata o artigo anterior decorrerão a utilização do superávit financeiro do exercício anterior, em conformidade com o que estabelece a Lei Municipal nº 1.987, de 15/12/2011 e Lei Federal nº 4.320/64, art. 43, §1º, inciso I.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste, SC, 23 de janeiro de 2012.

TOMÉ FRANCISCO ETGES

Prefeito Municipal

Decreto Nº 4.357, de 23 de Janeiro de 2012.

DECRETO Nº 4.357, DE 23 DE JANEIRO DE 2012.

Institui o programa Correção de Fluxo da rede municipal de ensino de São Lourenço do Oeste - SC, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso VII, art. 55 da lei Orgânica do Município, com base na Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 e,

CONSIDERANDO a realização de um levantamento de dados



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

quantitativos, de estudantes com mais de 13 e 14 anos de idade que frequentam do 6º (sexto) ao 9º (nono) ano, nas escolas da rede municipal de ensino de São Lourenço do Oeste - SC, constatou-se relevante distorção na idades/séries, entre os alunos das escolas municipais, cuja distorção decorre de inúmeros fatores, entre eles: o grande número de transferências devido à migração das famílias, desestruturação familiar, alunos faltosos, abandono dos estudos por diversos motivos, sendo que estas situações tem como consequência a reprovação;

CONSIDERANDO que há a necessidade de adotar medidas profissionais em relação aos alunos que tem dificuldade em se identificarem nas metodologias tradicionais de ensino e aprendizagem e que não concebem os conteúdos escolares como parte integrante de suas vidas, faz-se necessário oferecer atendimento adequado para a aprendizagem que permita a correção do fluxo idade/série e a recuperação dos saberes que lhes possibilitem o ingresso no Ensino Médio com condições de permanência e aproveitamento;

DECRETA:

Art. 1º Fica instituído o programa Correção de Fluxo nas escolas da Rede Municipal de Ensino de São Lourenço do Oeste - SC.

§ 1º O programa será implantado nas escolas que tenham a necessidade de formação de turmas com alunos que estejam matriculados no Ensino Fundamental com distorção de idade/série.

§ 2º Os alunos com deficiência somente participarão do programa após serem submetidos a estudos com estabelecimento explícito de critérios produzidos pela Fundação Catarinense de Educação Especial.

Art. 2º O programa Correção de Fluxo da Rede Municipal de Ensino tem como objetivos:

I - Corrigir o fluxo idade/série de 100% dos estudantes do Ensino Fundamental;

II - Recuperar os saberes que possibilitem a terminalidade do contingente de estudantes no Ensino Fundamental e ingresso no Ensino Médio com condições de permanência e aproveitamento.

Art. 3º Os Recursos Humanos para o funcionamento do programa Correção de Fluxo serão organizados da seguinte forma:

I - Equipe Técnica Pedagógica, constituída por:

a) Serviços de suporte ao ensino da Secretaria Municipal de Educação;

b) Direção;

c) Orientação e/ou Assistente Técnico Pedagógico da escola.

II - Professor Regente, de Informática e de Educação Física, devendo ser habilitados na sua respectiva área.

§ 1º Constatada a necessidade dos professores regentes terem sua carga horária ampliada, a Secretaria Municipal de Educação poderá alterá-la, para até 40h semanais, sendo 20h para regência e as demais horas para reforço e planejamento.

§ 2º Compete a Equipe Técnica Pedagógica realizar as seguintes funções:

I - Reestruturar o Projeto Político Pedagógico, desenturmando os alunos com distorção idade/série, do contingente de estudantes do 6º ao 9º ano, para enturmá-los em turma de correção de fluxo;

II - Elaborar um diagnóstico dos estudantes que irão frequentar esta classe, frente ao currículo descrito no documento "Orientação Curricular com foco no que ensinar: Conceitos e Conteúdos para a Educação Básica".

III - Organizar novas formas de enturmação para que num período de um ano estes concluam o Ensino Fundamental;

IV - Assegurar o Planejamento coletivo, onde as demais áreas do conhecimento se envolvam e contribuam com textos e materiais que serão à base do trabalho de leitura e escrita desenvolvido com os estudantes, articulando todas as disciplinas inerentes ao Ensino Fundamental;

V - O coordenador pedagógico deve organizar estudos sobre avaliação do processo ensino e aprendizagem auxiliando os professores

em suas necessidades para o sucesso do projeto.

§ 3º As turmas, de que trata o §2º deste artigo, serão compostas por um número mínimo de 12 (doze) alunos e máximo de 25 (vinte e cinco) alunos.

§ 4º Compete ao Professor Regente realizar as seguintes funções: I - atuar diretamente com a turma de correção de fluxo, trabalhando as disciplinas de Português e Matemática, de forma interdisciplinar, abrangendo conceitos básicos das disciplinas que compõe o núcleo comum do Ensino Fundamental.

II - desenvolver, a partir da perspectiva interdisciplinar, com planejamento das aulas por meio Projetos ou Atividades de Aprendizagem que envolva todos os conteúdos curriculares para o Ensino Fundamental.

§ 5º Compete aos professores de Educação Física, realizar a tarefa de trabalhar a disciplina de Educação Física permitindo o desenvolvimento dos elementos motores e que facilitam a compreensão e apropriação do conhecimento.

§ 6º Compete aos professores de Informática, realizar a tarefa de trabalhar para que a disciplina de Informática faça parte de um novo aprendizado, uma nova evolução tecnológica da qual proporcione uma visão mais ampla do conhecimento, no caso do uso da internet, e também essencial para o mercado de trabalho.

Art. 4º A Matriz Curricular será composta por 10 horas de Português, 07 horas de Matemática, 1 hora e 30 minutos de Informática e 01 hora e 30 minutos de Educação Física, totalizando uma carga horária de 20 horas semanais.

Art. 5º Para fins de funcionamento do Programa Correção de Fluxo de São Lourenço do Oeste será disponibilizado:

I - Espaço físico: salas de aula nas escolas em que o programa for implantado;

II - Material didático e pedagógico compreendendo também os recursos tecnológicos disponíveis na escola.

Art. 6º Haverá assessoramento pedagógico que será realizado pela equipe do serviço de Suporte Pedagógico da Secretaria Municipal de Educação, composto pelos setores de Psicologia, Núcleo Tecnológico Municipal - NTM e Ensino.

Parágrafo Único: Haverá acompanhamento semanal do serviço de Orientação Escolar e encontros periódicos com a Equipe Pedagógica da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 7º A avaliação será realizada por todos os envolvidos no processo de ensino aprendizagem, a partir das atividades realizadas e dos objetivos alcançados.

Art. 8º O Conselho de Classe definirá pela conclusão do Ensino Fundamental ou a (re)classificação para a 8ª série/9º ano, do aluno que frequentar o Programa de Correção de Fluxo, de acordo com seu rendimento.

Art. 9º No Histórico Escolar do aluno que frequentar o Programa de Correção de Fluxo constará o número desde Decreto.

Art. 10. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste, SC, 23 de janeiro de 2012.

TOMÉ FRANCISCO ETGES

Prefeito Municipal

Aviso de Licitação 09/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC, ATRAVÉS DO SR. PREFEITO, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará Sessão de Licitação no dia 06/02/2012, às 13:45



horas, no Centro Administrativo no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 09/2012, PREGÃO PRESENCIAL Nº 06/2012 - OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAR SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR, PARA O ANO LETIVO 2012. Informações licitacoes@saolourenco.sc.gov.br.

TOMÉ FRANCISCO ETGES
Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC, ATRAVÉS DO SR. PREFEITO, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará Sessão de Licitação no dia 06/02/2012, às 13:45 horas, no Centro Administrativo no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 09/2012, PREGÃO PRESENCIAL Nº 06/2012 - OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAR SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR, PARA O ANO LETIVO 2012. Informações licitacoes@saolourenco.sc.gov.br.

TOMÉ FRANCISCO ETGES
Prefeito Municipal

Aviso de Licitações 08/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC, ATRAVÉS DO SR. PREFEITO, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará Sessão de Licitação no dia 06/02/2012, às 10:00 horas, no Centro Administrativo no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 08/2012, PREGÃO PRESENCIAL Nº 05/2012 - OBJETO: AQUISIÇÃO DE PÓ DE PEDRA, AREIA INDUSTRIAL, GRANILHA E BRITAS DIVERSAS PARA UTILIZAÇÃO EM DIVERSOS LOCAIS DO MUNICÍPIO. Informações licitacoes@saolourenco.sc.gov.br.

TOMÉ FRANCISCO ETGES
Prefeito Municipal

Extrato de Inexigibilidade de Licitação 06/2012

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE
PROCESSO DE LICITAÇÃO N. 06/2012
MODALIDADE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N. 01/2012

Contratante: MUNICIPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE
CNPJ: 83.021.873/0001-08
Contratada: EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATATINA S.A - EPAGRI
CNPJ: 83.052.191/0001-62
Fundamento Legal: Lei n.8.666/93, art. 25, caput.
Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICO-FINANCEIRO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL PELA EPAGRI S.A, PARA O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE.
Valor Total: R\$ 34.319,00
Vigência: Da data da assinatura do contrato até 31 de dezembro de 2012, podendo ser prorrogado na forma do art. 57, inc. II e § 4º, da Lei 8.666/1993.

São Lourenço do Oeste - SC
TOMÉ FRANCISCO ETGES
Prefeito Municipal

Extrato Edital PS 001-2012 - Professores ACTs

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
EXTRATO DE EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 001/2012

O Prefeito Municipal DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, TORNA PÚBLICO, para o conhecimento dos interessados, que estão abertas, no período de 27 a 30 de janeiro de 2012, as inscrições para o Processo Seletivo, destinado à Admissão em Caráter Temporário de Professores para o ano letivo de 2012, para a educação especial, programa de correção de fluxo (aceleração de estudos) e reforço escolar. As inscrições serão realizadas gratuitamente, na Secretaria Municipal de Educação, localizada na Avenida Brasil, nº 1097, piso superior, Centro Comercial Janczeski, Centro, Município de São Lourenço do Oeste, pelo próprio candidato. Informações e íntegra do Edital, na Secretaria Municipal de Educação de São Lourenço do Oeste/SC, fone (49) 3344-8460 e na internet, no sítio: "www.saolourenco.sc.gov.br".

São Lourenço do Oeste - SC, 23 de janeiro de 2012.
TOMÉ FRANCISCO ETGES
Prefeito Municipal.

São Pedro de Alcântara

PREFEITURA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Município de SAO PEDRO DE ALCANTA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2011/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO I (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	9.525.676,00	9.525.676,00	1.943.615,16	20,40	9.914.420,07	104,08	-388.744,07
RECEITAS CORRENTES	8.530.676,00	8.530.676,00	1.943.615,16	22,78	9.910.492,51	116,17	-1.379.816,51
RECEITA TRIBUTARIA	698.707,00	698.707,00	88.669,08	12,69	740.575,68	105,99	-41.868,68
IMPOSTOS	663.626,00	663.626,00	86.106,02	12,98	698.383,81	105,24	-34.757,81
TAXAS	35.081,00	35.081,00	2.563,06	7,31	42.191,87	120,27	-7.110,87
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	332.897,00	332.897,00	136.338,74	40,96	511.118,12	153,54	-178.221,12
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	182.897,00	182.897,00	84.907,77	46,42	262.697,50	143,63	-79.800,50
CONTRIB P/ CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLIC	150.000,00	150.000,00	51.430,97	34,29	248.420,62	165,61	-98.420,62
RECEITA PATRIMONIAL	253.068,00	253.068,00	98.886,11	39,07	589.014,39	232,75	-335.946,39
RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	253.068,00	253.068,00	98.886,11	39,07	589.014,39	232,75	-335.946,39
RECEITA DE SERVIÇOS	4.237,00	4.237,00	1.366,56	32,25	6.537,36	154,29	-2.300,36
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	6.603.366,49	6.603.366,49	1.577.403,08	23,89	7.904.582,89	119,71	-1.301.216,40
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	6.484.410,49	6.484.410,49	1.553.264,94	23,95	7.727.947,84	119,18	-1.243.537,35
Transf. de Conv.	118.956,00	118.956,00	24.138,14	20,29	176.635,05	148,49	-57.679,05
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	638.400,51	638.400,51	40.951,59	6,41	158.664,07	24,85	479.736,44
Multas e Juros de Mora	294.621,23	294.621,23	1.089,74	0,37	7.215,28	2,45	287.405,95
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	0,00	0,00	87,27	0,00	2.774,28	0,00	-2.774,28
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	296.956,28	296.956,28	3.663,14	1,23	52.662,17	17,73	244.294,11
RECEITAS DIVERSAS	46.823,00	46.823,00	36.111,44	77,12	96.012,34	205,05	-49.189,34
RECEITAS DE CAPITAL	995.000,00	995.000,00	0,00	0,00	3.927,56	0,39	991.072,44
ALIENAÇÃO DE BENS	40.000,00	40.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	40.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	40.000,00	40.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	40.000,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	955.000,00	955.000,00	0,00	0,00	3.927,56	0,41	951.072,44
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	955.000,00	955.000,00	0,00	0,00	3.927,56	0,41	951.072,44
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	280.956,00	280.956,00	126.841,76	45,15	392.889,50	139,84	-111.933,50
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	280.956,00	280.956,00	126.841,76	45,15	392.889,50	139,84	-111.933,50
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	280.956,00	280.956,00	126.841,76	45,15	392.889,50	139,84	-111.933,50
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	280.956,00	280.956,00	126.841,76	45,15	392.889,50	139,84	-111.933,50
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	9.806.632,00	9.806.632,00	2.070.456,92	21,11	10.307.309,57	105,11	-500.677,57
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Município de SAO PEDRO DE ALCANTA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2011/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

Continuação 2/3

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	9.806.632,00	9.806.632,00	2.070.456,92	21,11	10.307.309,57	105,11	-500.677,57
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL VII = (V + VI)	9.806.632,00	9.806.632,00	2.070.456,92	21,11	10.307.309,57	105,11	-500.677,57
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	749.982,42	—	—	676.608,28	—	—
Superávit Financeiro	—	749.982,42	—	—	676.608,28	—	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS EXECUTADAS				SALDO A EXECUTAR (f - (g + h))
						LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (h)	%(g + h) / f)	
				No Bimestre (g)	Até o Bimestre (h)	No Bimestre (i)	Até o Bimestre (g)			
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	9.442.032,00	1.659.980,90	11.102.012,90	2.146.743,21	8.568.749,75	2.019.679,71	8.133.063,41	435.686,34	77,18	2.533.263,15
DESPESAS CORRENTES	6.566.613,75	1.738.270,79	8.304.884,54	1.710.311,02	7.460.736,26	1.893.709,52	7.373.820,69	86.915,57	89,84	844.148,28
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	3.352.963,85	897.636,59	4.250.600,44	1.009.282,75	4.061.953,90	1.015.445,68	4.061.953,90	0,00	95,56	188.646,54
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	3.213.649,90	840.634,20	4.054.284,10	701.028,27	3.398.782,36	878.263,84	3.311.866,79	86.915,57	83,83	655.501,74
DESPESAS DE CAPITAL	2.776.350,25	-45.789,89	2.730.560,36	436.432,19	1.108.013,49	125.970,19	759.242,72	348.770,77	40,58	1.622.546,87
INVESTIMENTOS	2.739.350,25	-51.465,14	2.687.885,11	429.687,61	1.065.339,17	119.225,61	716.568,40	348.770,77	39,63	1.622.545,94
AMORTIZACAO DA DIVIDA	37.000,00	5.675,25	42.675,25	6.744,58	42.674,32	6.744,58	42.674,32	0,00	100,00	0,93
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	99.068,00	-32.500,00	66.568,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	66.568,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	364.600,00	29.999,60	394.599,60	96.006,00	387.250,68	96.485,07	387.250,68	0,00	98,14	7.348,92
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	364.600,00	29.999,60	394.599,60	96.006,00	387.250,68	96.485,07	387.250,68	0,00	98,14	7.348,92

Continua 2/3

Município de SAO PEDRO DE ALCANTA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2011/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

Continuação 3/3

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS EXECUTADAS				SALDO A EXECUTAR (f - (g + h))
				No Bimestre (g)	Até o Bimestre (h)	LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (h)	% ((g + h) / f)	
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	364.600,00	29.999,60	394.599,60	96.006,00	387.250,68	96.485,07	387.250,68	0,00	98,14	7.348,92
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	9.806.632,00	1.689.980,50	11.496.612,50	2.242.749,21	8.956.000,43	2.116.164,78	8.520.314,09	435.686,34	77,90	2.540.612,07
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	9.806.632,00	1.689.980,50	11.496.612,50	2.242.749,21	8.956.000,43	2.116.164,78	8.520.314,09	435.686,34	77,90	2.540.612,07
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	1.351.309,14	—	—	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	9.806.632,00	1.689.980,50	11.496.612,50	2.242.749,21	8.956.000,43	2.116.164,78	10.307.309,57		77,90	2.540.612,07

Nota: O Superávit proveniente do Regime Próprio da Previdência Social - RPPS foi de R\$ 859.259,91

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

. a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

. b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

FONTE: SECRETARIA DE FINANÇAS

Demonstrativo Da Despesa Com Pessoal

MUNICÍPIO DE SAO PEDRO DE ALCANTA - SC - PODER LEGISLATIVO
 PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DE ALCANTARA
 RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO/2011 A DEZEMBRO/2011

RGF – ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
	(a)	(b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	280.376,82	0,00
Pessoal Ativo	280.376,82	0,00
Pessoal Inativo e Pensionista	0,00	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	280.376,82	0,00
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)	280.376,82	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	9.650.859,90	
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100	2,91	
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art.20 da LRF) - 6%	579.051,59	
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art.22 da LRF) - 5,7%	550.099,01	
FONTE: SECRETARIA DE FINANÇAS		

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
 b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força inciso II do art.35 da Lei 4.320/64.

Demonstrativo Da Disponibilidade De Caixa

MUNICÍPIO DE SAO PEDRO DE ALCANTA - SC - PODER LEGISLATIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DE ALCANTARA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2011/SEMESTRE JULHO - DEZEMBRO

RGF - Anexo V (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

R\$ 1,00

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS (b)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (c) = (a - b)
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	0,00	0,00	0,00
Recursos Ordinários	0,03	50,00	(49,97)
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	0,03	50,00	(49,97)
TOTAL (III) = (I + II)	0,03	50,00	(49,97)
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES¹	0,00	0,00	0,00

FONTE: SECRETARIA DE FINANÇAS

Nota: ¹ A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

Demonstrativo Da Dívida Consolidada Líquida

MUNICÍPIO DE SAO PEDRO DE ALCANTA - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2011

RGF – ANEXO II (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA CONSOLIDADA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2011	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	31.975,50	10.035,31	1.081.073,30
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não Pagos	0,00	0,00	0,00
Demais Dívidas	31.975,50	10.035,31	1.081.073,30
DEDUÇÕES (II)	3.317.345,50	3.197.776,70	3.089.056,26
Disponibilidade de Caixa Bruta	2.860.510,84	2.701.912,42	2.618.930,10
Demais Haveres Financeiros	515.283,39	515.283,39	515.283,39
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	58.448,73	19.419,11	45.157,23
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	-3.285.370,00	-3.187.741,39	-2.007.982,96
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	8.227.120,17	9.209.704,75	9.650.859,90
% da DC sobre a RCL [(I) / RCL]	0,39%	0,11%	11,20%
% da DCL sobre a RCL [(III) / RCL]	-39,93%	-34,61%	-20,81%
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120%	9.872.544,20	11.051.645,70	11.581.031,88

<u>DETALHAMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2011	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
DÍVIDA DE PPP	0,00	0,00	0,00
PARCELAMENTO DE DÍVIDAS	0,00	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00
DEMAIS DÍVIDAS CONTRATUAIS	0,00	0,00	0,00

<u>OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2011	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00
DEPÓSITOS	507.179,27	517.243,81	507.052,99
RP NÃO-PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	1.488.427,54	885.113,83	438.120,80
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00

REGIME PREVIDENCIÁRIO

<u>DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2011	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (IV)	3.215.309,44	3.215.309,44	3.688.768,31
Passivo Atuarial	3.215.309,44	3.215.309,44	3.688.768,31
Demais Dívidas - Inclusive precatórios vencidos e não pagos	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (V)	2.695.331,12	3.060.815,95	3.555.883,28
Disponibilidade de Caixa Bruta	97.531,31	41.396,26	380,57
Investimentos	2.597.799,81	3.019.419,69	3.555.502,71
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a pagar processados (exceto precatórios)	0,00	0,00	0,00

MUNICÍPIO DE SAO PEDRO DE ALCANTA - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2011

Continuação 2/2

REGIME PREVIDENCIÁRIO

<u>DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2011	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (VI) = (IV - V)	519.978,32	154.493,49	132.885,03

FONTE: SECRETARIA DE FINANÇAS

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Demonstrativo Da Execução Das Despesas Por Função/Subfunção

Município de SAO PEDRO DE ALCANTA - SC
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A DEZEMBRO 2011/SEMESTRE JULHO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO XIV (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Semestre (b)	SALDO A REALIZAR (c) = (a-b)
RECEITA DE CAPITAL			
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	40.000,00	0,00	40.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	40.000,00	0,00	40.000,00
TOTAL	40.000,00	0,00	40.000,00

DESPESAS (APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Semestre		SALDO A EXECUTAR (g) = (d) - (e+f)
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
Despesas de Capital	5.073,33	5.073,33	0,00	0,00
Investimentos	5.073,33	5.073,33	0,00	0,00
TOTAL	5.073,33	5.073,33	0,00	0,00

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	Em 2010 (h)	Em 2011 (i) = (b) - (e+f)	SALDO ATUAL (j) = (h+i)
	0,00	-5.073,33	-5.073,33

FONTE: SECRETARIA DE FINANÇAS

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

. a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

. b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

Demonstrativo Da Projeção Atuarial Do Regime Próprio De Previdência Dos

Município de SAO PEDRO DE ALCANTA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
**DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS
SERVIDORES**

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL

2010 a 2084

RREO – ANEXO XIII (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c)
2010	168.096,87	83.188,76	84.908,11	2.149.023,13
2011	368.346,41	103.186,43	265.159,98	2.414.183,11
2012	179.748,29	170.841,36	8.906,93	2.423.090,04
2013	168.179,10	172.153,93	-3.974,83	2.419.115,21
2014	159.248,70	159.680,55	-431,85	2.418.683,36
2015	150.725,63	147.917,04	2.808,59	2.421.491,95
2016	142.589,50	136.824,13	5.765,37	2.427.257,32
2017	134.821,09	126.366,85	8.454,24	2.435.711,56
2018	125.808,78	127.012,21	-1.203,43	2.434.508,13
2019	115.677,95	137.677,78	-21.999,83	2.412.508,30
2020	108.387,05	132.332,79	-23.945,74	2.388.562,56
2021	102.302,12	121.583,79	-19.281,67	2.369.280,89
2022	95.373,42	118.760,97	-23.387,55	2.345.893,34
2023	89.888,82	108.740,44	-18.851,62	2.327.041,72
2024	84.172,68	102.446,06	-18.273,38	2.308.768,34
2025	74.682,55	122.982,91	-48.300,36	2.260.467,98
2026	70.229,30	112.410,31	-42.181,01	2.218.286,97
2027	62.377,69	126.151,31	-63.773,62	2.154.513,35
2028	57.561,15	121.876,26	-64.315,11	2.090.198,24
2029	52.563,85	120.575,60	-68.011,75	2.022.186,49
2030	44.257,42	142.732,82	-98.475,40	1.923.711,09
2031	40.687,07	135.492,13	-94.805,06	1.828.906,03
2032	35.003,52	143.805,62	-108.802,10	1.720.103,93
2033	26.117,70	174.681,30	-148.563,60	1.571.540,33
2034	19.774,20	190.267,75	-170.493,55	1.401.046,78
2035	16.295,78	188.608,55	-172.312,77	1.228.734,01
2036	12.974,21	187.412,29	-174.438,08	1.054.295,93
2037	8.587,96	194.536,44	-185.948,48	868.347,45
2038	5.746,00	192.830,32	-187.084,32	681.263,13
2039	4.837,87	179.701,96	-174.864,09	506.399,04
2040	4.251,40	165.698,03	-161.446,63	344.952,41
2041	3.977,10	150.830,86	-146.853,76	198.098,65
2042	2.178,79	147.115,33	-144.936,54	53.162,11
2043	2.042,14	133.554,14	-131.512,00	-78.349,89
2044	1.312,96	124.915,14	-123.602,18	-201.952,07
2045	996,78	114.529,72	-113.532,94	-315.485,01
2046	680,25	105.072,15	-104.391,90	-419.876,91
2047	145,62	97.915,19	-97.769,57	-517.646,48
2048	136,34	88.140,34	-88.004,00	-605.650,48
2049	0,01	79.984,74	-79.984,73	-685.635,21
2050	0,01	71.678,14	-71.678,13	-757.313,34
2051	0,01	64.072,11	-64.072,10	-821.385,44
2052	0,01	57.120,22	-57.120,21	-878.505,65
2053	0,01	50.783,46	-50.783,45	-929.289,10
2054	0,01	45.021,05	-45.021,04	-974.310,14
2055	0,01	39.793,76	-39.793,75	-1.014.103,89
2056	0,01	35.062,88	-35.062,87	-1.049.166,76
2057	0,01	30.793,46	-30.793,45	-1.079.960,21
2058	0,01	26.953,29	-26.953,28	-1.106.913,49
2059	0,01	23.508,23	-23.508,22	-1.130.421,71
2060	0,01	20.425,40	-20.425,39	-1.150.847,10
2061	0,01	17.676,18	-17.676,17	-1.168.523,27
2062	0,01	15.235,36	-15.235,35	-1.183.758,62
2063	0,01	13.076,93	-13.076,92	-1.196.835,54
2064	0,01	11.174,79	-11.174,78	-1.208.010,32
2065	0,01	9.505,71	-9.505,70	-1.217.516,02
2066	0,01	8.047,18	-8.047,17	-1.225.563,19
2067	0,01	6.778,84	-6.778,83	-1.232.342,02
2068	0,01	5.680,84	-5.680,83	-1.238.022,85
2069	0,01	4.734,82	-4.734,81	-1.242.757,66
2070	0,01	3.923,83	-3.923,82	-1.246.681,48
2071	0,01	3.232,09	-3.232,08	-1.249.913,56

Município de SAO PEDRO DE ALCANTA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
**DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS
SERVIDORES**
ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
2010 a 2084

RREO – ANEXO XIII (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d)=(“d” exercício anterior) + (c)
2072	0,01	2.645,49	-2.645,48	-1.252.559,04
2073	0,01	2.150,76	-2.150,75	-1.254.709,79
2074	0,01	1.735,82	-1.735,81	-1.256.445,60
2075	0,01	1.389,86	-1.389,85	-1.257.835,45
2076	0,01	1.103,68	-1.103,67	-1.258.939,12
2077	0,01	868,47	-868,46	-1.259.807,58
2078	0,01	676,72	-676,71	-1.260.484,29
2079	0,01	521,70	-521,69	-1.261.005,98
2080	0,01	397,65	-397,64	-1.261.403,62
2081	0,01	299,35	-299,34	-1.261.702,96
2082	0,01	222,84	-222,83	-1.261.925,79
2083	0,01	163,71	-163,70	-1.262.089,49
2084	0,01	118,89	-118,88	-1.262.208,37

Projeção atuarial elaborada em 13/06/2011 e oficialmente enviada para o Ministério da Previdência Social - MPS.

FONTE: SECRETARIA DE FINANÇAS

Demonstrativo Da Projeção Atuarial Do Regime Próprio De Previdência Dos

Município de SAO PEDRO DE ALCANTA - SC
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS
SERVIDORES
 ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
 2010 a 2084

RREO – ANEXO XIII (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d)=("d" exercício anterior) + (c)
2010	168.096,87	83.188,76	84.908,11	2.149.023,13
2011	368.346,41	103.186,43	265.159,98	2.414.183,11
2012	179.748,29	170.841,36	8.906,93	2.423.090,04
2013	168.179,10	172.153,93	-3.974,83	2.419.115,21
2014	159.248,70	159.680,55	-431,85	2.418.683,36
2015	150.725,63	147.917,04	2.808,59	2.421.491,95
2016	142.589,50	136.824,13	5.765,37	2.427.257,32
2017	134.821,09	126.366,85	8.454,24	2.435.711,56
2018	125.808,78	127.012,21	-1.203,43	2.434.508,13
2019	115.677,95	137.677,78	-21.999,83	2.412.508,30
2020	108.387,05	132.332,79	-23.945,74	2.388.562,56
2021	102.302,12	121.583,79	-19.281,67	2.369.280,89
2022	95.373,42	118.760,97	-23.387,55	2.345.893,34
2023	89.888,82	108.740,44	-18.851,62	2.327.041,72
2024	84.172,68	102.446,06	-18.273,38	2.308.768,34
2025	74.682,55	122.982,91	-48.300,36	2.260.467,98
2026	70.229,30	112.410,31	-42.181,01	2.218.286,97
2027	62.377,69	126.151,31	-63.773,62	2.154.513,35
2028	57.561,15	121.876,26	-64.315,11	2.090.198,24
2029	52.563,85	120.575,60	-68.011,75	2.022.186,49
2030	44.257,42	142.732,82	-98.475,40	1.923.711,09
2031	40.687,07	135.492,13	-94.805,06	1.828.906,03
2032	35.003,52	143.805,62	-108.802,10	1.720.103,93
2033	26.117,70	174.681,30	-148.563,60	1.571.540,33
2034	19.774,20	190.267,75	-170.493,55	1.401.046,78
2035	16.295,78	188.608,55	-172.312,77	1.228.734,01
2036	12.974,21	187.412,29	-174.438,08	1.054.295,93
2037	8.587,96	194.536,44	-185.948,48	868.347,45
2038	5.746,00	192.830,32	-187.084,32	681.263,13
2039	4.837,87	179.701,96	-174.864,09	506.399,04
2040	4.251,40	165.698,03	-161.446,63	344.952,41
2041	3.977,10	150.830,86	-146.853,76	198.098,65
2042	2.178,79	147.115,33	-144.936,54	53.162,11
2043	2.042,14	133.554,14	-131.512,00	-78.349,89
2044	1.312,96	124.915,14	-123.602,18	-201.952,07
2045	996,78	114.529,72	-113.532,94	-315.485,01
2046	680,25	105.072,15	-104.391,90	-419.876,91
2047	145,62	97.915,19	-97.769,57	-517.646,48
2048	136,34	88.140,34	-88.004,00	-605.650,48
2049	0,01	79.984,74	-79.984,73	-685.635,21
2050	0,01	71.678,14	-71.678,13	-757.313,34
2051	0,01	64.072,11	-64.072,10	-821.385,44
2052	0,01	57.120,22	-57.120,21	-878.505,65
2053	0,01	50.783,46	-50.783,45	-929.289,10
2054	0,01	45.021,05	-45.021,04	-974.310,14
2055	0,01	39.793,76	-39.793,75	-1.014.103,89
2056	0,01	35.062,88	-35.062,87	-1.049.166,76
2057	0,01	30.793,46	-30.793,45	-1.079.960,21
2058	0,01	26.953,29	-26.953,28	-1.106.913,49
2059	0,01	23.508,23	-23.508,22	-1.130.421,71
2060	0,01	20.425,40	-20.425,39	-1.150.847,10
2061	0,01	17.676,18	-17.676,17	-1.168.523,27
2062	0,01	15.235,36	-15.235,35	-1.183.758,62
2063	0,01	13.076,93	-13.076,92	-1.196.835,54
2064	0,01	11.174,79	-11.174,78	-1.208.010,32
2065	0,01	9.505,71	-9.505,70	-1.217.516,02
2066	0,01	8.047,18	-8.047,17	-1.225.563,19
2067	0,01	6.778,84	-6.778,83	-1.232.342,02
2068	0,01	5.680,84	-5.680,83	-1.238.022,85
2069	0,01	4.734,82	-4.734,81	-1.242.757,66
2070	0,01	3.923,83	-3.923,82	-1.246.681,48
2071	0,01	3.232,09	-3.232,08	-1.249.913,56



Município de SAO PEDRO DE ALCANTA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
**DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS
SERVIDORES**
ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
2010 a 2084

RREO – ANEXO XIII (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c)
2072	0,01	2.645,49	-2.645,48	-1.252.559,04
2073	0,01	2.150,76	-2.150,75	-1.254.709,79
2074	0,01	1.735,82	-1.735,81	-1.256.445,60
2075	0,01	1.389,86	-1.389,85	-1.257.835,45
2076	0,01	1.103,68	-1.103,67	-1.258.939,12
2077	0,01	868,47	-868,46	-1.259.807,58
2078	0,01	676,72	-676,71	-1.260.484,29
2079	0,01	521,70	-521,69	-1.261.005,98
2080	0,01	397,65	-397,64	-1.261.403,62
2081	0,01	299,35	-299,34	-1.261.702,96
2082	0,01	222,84	-222,83	-1.261.925,79
2083	0,01	163,71	-163,70	-1.262.089,49
2084	0,01	118,89	-118,88	-1.262.208,37

Projeção atuarial elaborada em 13/06/2011 e oficialmente enviada para o Ministério da Previdência Social - MPS.

FONTE: SECRETARIA DE FINANÇAS

Demonstrativo Da Receita Corrente Líquida

Município de SAO PEDRO DE ALCANTA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2011 A DEZEMBRO/2011

RREO – ANEXO III (LRF, Art. 53, inciso I)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES													PREVISÃO ATUALIZADA 2011
	Jan/2011	Fev/2011	Mar/2011	Abr/2011	Mai/2011	Jun/2011	Jul/2011	Ago/2011	Set/2011	Out/2011	Nov/2011	Dez/2011	TOTAL (ÚLT. 12 MES.)	
RECEITAS CORRENTES (I)	849.529,41	923.395,15	786.850,97	1.033.512,84	1.023.559,91	956.024,37	875.857,93	922.412,07	801.626,16	969.919,88	972.175,57	1.231.154,39	11.346.018,65	9.804.410,01
RECEITA TRIBUTARIA	32.097,64	43.914,83	64.492,44	174.225,56	94.853,44	62.811,82	45.330,69	43.782,08	48.246,61	42.151,49	46.483,95	42.185,13	740.575,68	698.707,00
I.P.T.U.	177,88	1.434,39	415,74	134.534,89	61.503,40	19.070,37	6.850,18	5.629,93	4.938,77	724,02	1.583,29	2.821,95	239.684,81	145.694,00
I.S.S.	23.962,73	20.614,50	32.728,94	27.293,19	16.363,30	28.647,01	17.929,97	28.347,88	27.263,18	27.514,51	32.141,26	19.624,99	302.431,46	399.805,00
I.T.B.I.	3.016,80	3.807,53	11.423,24	815,74	6.467,90	4.301,62	6.625,03	1.550,32	3.405,47	5.620,02	3.498,14	2.136,86	52.668,67	48.388,00
I.R.R.F	4.843,99	5.203,06	8.704,67	8.581,95	8.377,81	8.813,83	8.995,33	7.209,24	11.618,11	6.951,35	8.030,99	16.268,54	103.598,87	69.739,00
Outras Receitas Tributárias	96,24	12.855,35	11.219,85	2.999,79	2.141,03	1.978,99	4.930,18	1.044,71	1.021,08	1.341,59	1.230,27	1.332,79	42.191,87	35.081,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	22.787,96	47.688,51	18.935,00	47.305,67	33.774,57	69.630,63	41.110,28	37.535,81	17.567,60	38.443,35	70.339,14	65.999,60	511.118,12	332.897,00
RECEITA PATRIMONIAL	26.026,52	43.140,63	46.886,10	42.261,92	53.277,39	38.137,68	43.352,51	93.733,93	57.621,77	48.039,58	62.972,27	35.913,84	591.364,14	253.068,00
RECEITA AGROPECUARIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	600,00	510,00	510,00	550,80	550,80	815,76	6.537,36	4.237,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	760.081,20	769.607,66	644.403,10	754.667,71	831.356,75	769.279,02	736.879,39	736.754,26	665.659,80	831.952,51	767.136,15	1.069.981,73	9.337.759,28	7.877.100,50
Cota-Parte do F.P.M.	433.997,93	467.569,14	305.238,64	404.592,84	464.387,91	419.142,81	356.554,65	367.792,51	293.620,37	385.943,24	407.763,82	685.720,81	4.992.324,67	4.243.162,00
Cota-Parte do I.C.M.S.	163.574,39	148.083,34	166.945,16	165.945,29	162.215,52	162.655,26	173.364,01	172.121,73	181.783,56	179.229,67	182.743,65	192.507,91	2.051.169,49	1.869.342,00
Cota-Parte do I.P.V.A.	11.301,36	17.880,28	28.848,84	23.723,04	27.438,79	27.233,47	26.583,15	22.560,75	25.562,92	23.770,15	14.911,17	9.316,04	259.129,96	196.133,00
Cota-Parte do ITR.	432,68	120,75	78,96	156,13	8,90	201,77	1.369,65	12,29	5.220,37	8.848,63	408,18	405,78	17.264,09	9.475,00
Transferências da LC 61/1989	3.600,61	3.387,12	2.487,91	3.360,87	2.832,44	3.131,30	3.077,31	3.088,01	2.862,68	4.043,96	3.792,84	4.290,46	39.955,51	39.050,00
Transferências da LC 87/1996	933,54	933,54	933,54	933,54	933,54	933,54	933,54	933,54	933,54	933,54	933,54	933,54	11.202,48	11.508,00
Transferências do FUNDEB	81.080,55	75.073,25	77.634,88	81.726,61	83.557,53	81.600,33	79.700,71	81.145,94	83.606,14	87.722,68	87.288,73	90.440,67	990.578,02	717.833,00
Outras Transferências Correntes	65.160,14	56.560,24	62.235,17	74.229,39	89.982,12	74.380,54	95.296,37	89.099,49	72.070,22	141.460,64	69.294,22	86.366,52	976.135,06	790.597,50
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	8.036,09	18.543,52	11.634,33	14.551,98	9.797,76	15.665,22	8.585,06	10.095,99	12.020,38	8.782,15	24.693,26	16.258,33	158.664,07	638.400,51
DEDUÇÕES (II)	123.180,14	160.942,21	100.906,41	139.539,24	152.008,61	164.126,26	132.894,37	133.721,86	101.996,45	141.527,19	162.972,28	181.343,73	1.695.158,75	1.456.631,01
Contrib. para o Plano de Previdência do Servidor	412,30	33.347,56	0,00	19.797,10	20.445,35	41.466,85	20.518,12	20.420,29	0,00	20.973,58	40.873,98	43.727,23	261.982,36	182.897,00
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB	122.767,84	127.594,65	100.906,41	119.742,14	131.563,26	122.659,41	112.376,25	113.301,57	101.996,45	120.553,61	122.098,30	137.616,50	1.433.176,39	1.273.734,01
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I – II)	726.349,27	762.452,94	685.944,56	893.973,60	871.551,30	791.898,11	742.963,56	788.690,21	699.629,71	828.392,69	809.203,29	1.049.810,66	9.650.859,90	8.347.779,00

FONTE: SECRETARIA DE FINANÇAS

Demonstrativo Das Garantias E Contragarantias De Valores

MUNICÍPIO DE SAO PEDRO DE ALCANTA - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2011

RGF – Anexo III (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)

R\$ 1,00

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2011	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
EXTERNAS (I)			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (II)			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL IV	8.227.120,17	9.209.704,75	9.650.859,90
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL	0,00	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 22%	1.809.966,44	2.026.135,05	2.123.189,18

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2011	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
EXTERNAS (V)			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (VI)			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS VII = (V + VI)	0,00	0,00	0,00

MEDIDAS CORRETIVAS:

FONTE: SECRETARIA DE FINANÇAS

Demonstrativo Das Garantias E Contragarantias De Valores

MUNICÍPIO DE SAO PEDRO DE ALCANTA - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2011

RGF – Anexo III (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)

R\$ 1,00

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2011	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
EXTERNAS (I)			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (II)			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL IV	8.227.120,17	9.209.704,75	9.650.859,90
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL	0,00	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 22%	1.809.966,44	2.026.135,05	2.123.189,18

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2011	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
EXTERNAS (V)			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (VI)			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS VII = (V + VI)	0,00	0,00	0,00

MEDIDAS CORRETIVAS:

FONTE: SECRETARIA DE FINANÇAS

Demonstrativo Das Operações De Crédito

MUNICÍPIO DE SAO PEDRO DE ALCANTA - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2011/SEMESTRE JULHO - DEZEMBRO

RGF – ANEXO IV (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")

R\$ 1,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Semestre de referência	Até o Semestre de referência (a)
SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (I)	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Derivadas de PPP	0,00	0,00
Demais Aquisições Financiadas	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
NÃO SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (II)	0,00	0,00
Parcelamentos de Dívidas	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00
Melhoria da Administração de Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial	0,00	0,00
Programa de Iluminação Pública - RELUZ	0,00	0,00
Amparadas pelo art. 9-N da Resolução nº 2.827/01, do CMN	0,00	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	9.650.859,90	—
OPERAÇÕES VEDADAS (III)	0,00	0,00
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (IV) = (Ia + III)	0,00	0,00
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS E INTERNAS	1.544.137,58	16,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	675.560,19	7,00
TOTAL CONSIDERADO PARA CONTRATAÇÃO DE NOVAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (V) = (IV + IIa)	0,00	0,00

FONTE: SECRETARIA DE FINANÇAS

Demonstrativo Das Parcerias Público-Privadas

Município de SAO PEDRO DE ALCANTA - SC
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A DEZEMBRO 2011/SEMESTRE JULHO - DEZEMBRO

RREO - Anexo XVII (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2011		SALDO TOTAL (c) = (a + b)
		No Semestre	Até o Semestre(b)	

NADA A DECLARAR

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
-----------------	-----------------------	-----------------------	------	------	------	------	------	------	------	------	------

NADA A DECLARAR

SAO PEDRO DE ALCANTA, 19/01/2012

Demonstrativo Das Receitas De Operações De Crédito E Despesas De Capital

Município de SAO PEDRO DE ALCANTA - SC
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A DEZEMBRO 2011/SEMESTRE JULHO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO XI (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)		SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO (I)	0,00	0,00		0,00
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO NÃO EXECUTADO (g)=(d)-(e+f))
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
DESPESAS DE CAPITAL	2.730.560,36	759.242,72	348.770,77	1.622.546,87
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):	2.730.560,36	759.242,72	348.770,77	1.622.546,87
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	-2.730.560,36	-1.108.013,49		-1.622.546,87

FONTE: SECRETARIA DE FINANÇAS

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas.

Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

Demonstrativo Das Receitas De Operações De Crédito E Despesas De Capital

Município de SAO PEDRO DE ALCANTA - SC
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A DEZEMBRO 2011/SEMESTRE JULHO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO XI (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)		SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO (I)	0,00	0,00		0,00
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO NÃO EXECUTADO (g)=(d)-(e+f))
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
DESPESAS DE CAPITAL	2.730.560,36	759.242,72	348.770,77	1.622.546,87
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):	2.730.560,36	759.242,72	348.770,77	1.622.546,87
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	-2.730.560,36	-1.108.013,49		-1.622.546,87

FONTE: SECRETARIA DE FINANÇAS

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas.

Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

Demonstrativo Das Receitas E Despesas Previdenciárias Do Regime Próprio De Previdência Dos Servidores

Município de SÃO PEDRO DE ALCÂNT. - SC
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A DEZEMBRO 2011/SEMESTRE JULHO - DEZEMBRO
 Entidade: INSPA - INST. DE PREV. DE SAO PEDRO DE ALCANTARA

RREO - Anexo V (LRF, Art. 53, inciso II)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Semestre	Até o Semestre/2011	Até o Semestre/2010
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	345.965,00	345.965,00	380.877,41	633.626,15	439.132,08
RECEITAS CORRENTES	345.965,00	345.965,00	380.877,41	638.325,65	439.731,41
Receita de Contribuições dos Segurados	182.897,00	182.897,00	147.228,34	262.697,50	185.618,56
Pessoal Civil	182.897,00	182.897,00	147.228,34	262.697,50	185.618,56
Ativo	182.897,00	182.897,00	146.513,20	261.982,36	185.618,56
Inativo	0,00	0,00	715,14	715,14	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	163.068,00	163.068,00	229.450,77	369.420,40	233.440,76
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	163.068,00	163.068,00	229.450,77	369.420,40	233.440,76
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	4.198,30	6.207,75	20.672,09
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	1.289,73	2.774,28	20.502,49
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	2.908,57	3.433,47	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00	-4.699,50	-599,33
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	280.956,00	280.956,00	218.905,38	392.889,50	283.827,17
RECEITAS CORRENTES	280.956,00	280.956,00	218.905,38	392.889,50	283.827,17
Receita de Contribuições Patronais	280.956,00	280.956,00	218.905,38	392.889,50	283.827,17
Pessoal Civil	280.956,00	280.956,00	218.905,38	392.889,50	283.827,17
Ativo	280.956,00	280.956,00	218.905,38	392.889,50	283.827,17
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Município de SÃO PEDRO DE ALCÂNT. - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2011/SEMESTRE JULHO - DEZEMBRO
Entidade: INSPA - INST. DE PREV. DE SAO PEDRO DE ALCANTARA

Continuação 2/3

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Semestre	Até o Semestre/2011	Até o Semestre/2010
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II)	626.921,00	626.921,00	599.782,79	1.026.515,65	722.959,25

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EXECUTADAS				
			Em 2011		Em 2010		
			LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	LIQUIDADAS Até o Semestre/2010	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
			No Semestre	Até o Semestre/2011			
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV)	620.651,00	620.651,00	105.880,78	169.605,49	0,00	93.089,61	840,00
ADMINISTRAÇÃO	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	24.128,12	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	24.128,12	0,00
Despesas de Capital	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA SOCIAL	570.651,00	570.651,00	105.880,78	169.605,49	0,00	68.961,49	840,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	90.620,56	143.812,59	0,00	68.961,49	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	76.885,44	118.385,54	0,00	45.289,37	0,00
Pensões	0,00	0,00	13.735,12	25.427,05	0,00	23.672,12	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	570.651,00	570.651,00	15.260,22	25.792,90	0,00	0,00	840,00
Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	570.651,00	570.651,00	15.260,22	25.792,90	0,00	0,00	840,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	-	-	-	-	-	-	-
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)	620.651,00	620.651,00	105.880,78	169.605,49	0,00	93.089,61	840,00

RESULTADO PREVIDENCIÁRIO – RPPS (XI) = (VI– X)	6.270,00	6.270,00	493.902,01	856.910,16	629.029,64
--	----------	----------	------------	------------	------------

APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Semestre	Até o Semestre/2011	Até o Semestre/2010
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Formação de Reserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 2/3

Município de SÃO PEDRO DE ALCÂNT. - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2011/SEMESTRE JULHO - DEZEMBRO
Entidade: INSPA - INST. DE PREV. DE SAO PEDRO DE ALCANTARA

Continuação 3/3

APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Semestre	Até o Semestre/2011	Até o Semestre/2010
Plano Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS			PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA		
Valor			6.270,00		

BENS E DIREITOS DO RPPS	NOVEMBRO	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
		2011	2010
Bancos Conta Movimento	88.103,11	380,57	97.531,31
Investimentos	3.365.245,51	3.555.502,71	2.597.799,81

Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- . a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- . b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

Demonstrativo Do Resultado Nominal

Município de SAO PEDRO DE ALCANTA - SC
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A DEZEMBRO 2011/SEMESTRE JULHO - DEZEMBRO

RREO – Anexo VI (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2010 (A)	Em 30 Jun 2011 (B)	Em 31 Dez 2011 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	31.975,50	10.035,31	1.081.073,30
DEDUÇÕES (II)	3.317.345,50	3.197.776,70	3.089.056,26
Disponibilidade de Caixa Bruta	2.860.510,84	2.701.912,42	2.618.930,10
Demais Haveres Financeiros	515.283,39	515.283,39	515.283,39
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	58.448,73	19.419,11	45.157,23
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-3.285.370,00	-3.187.741,39	-2.007.982,96
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	1.054.668,62
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	-3.285.370,00	-3.187.741,39	-3.062.651,58

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Semestre (C - B)	Jan a Dez 2011 (C - A)
VALOR	125.089,81	222.718,42

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	30.705,00

<u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u>			
<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2010 (A)	Em 30 Jun 2011 (B)	Em 31 Dez 2011 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	3.215.309,44	3.215.309,44	3.688.768,31
Passivo Atuarial	3.215.309,44	3.215.309,44	3.688.768,31
DEDUÇÕES (VIII)	2.695.331,12	3.060.815,95	3.555.883,28
Disponibilidade de Caixa Bruta	97.531,31	41.396,26	380,57
Investimentos	2.597.799,81	3.019.419,69	3.555.502,71
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	519.978,32	154.493,49	132.885,03
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	519.978,32	154.493,49	132.885,03

FONTE: SECRETARIA DE FINANÇAS

Demonstrativo Do Resultado Primário

Município de SAO PEDRO DE ALCANTA - SC
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A DEZEMBRO 2011/SEMESTRE JULHO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO VII (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
		No Semestre	Até o Semestre/2011	Até o Semestre/2010
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	8.558.564,00	4.942.474,80	9.714.367,62	8.297.919,12
Receita Tributária	698.707,00	268.179,95	740.575,68	790.179,51
I.P.T.U.	145.694,00	22.548,14	239.684,81	210.500,87
I.S.S.	399.805,00	152.821,79	302.431,46	397.470,81
I.T.B.I.	48.388,00	22.835,84	52.668,67	59.663,19
I.R.R.F.	69.739,00	59.073,56	103.598,87	81.669,73
Outras Receitas Tributárias	35.081,00	10.900,62	42.191,87	40.874,91
Receita de Contribuição	613.853,00	489.901,16	904.007,62	699.406,57
Receitas Previdenciárias	463.853,00	366.133,72	655.587,00	468.846,40
Outras Contribuições	150.000,00	123.767,44	248.420,62	230.560,17
Receita Patrimonial Líquida	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	253.068,00	341.633,90	589.014,39	398.646,78
(-) Aplicações Financeiras	253.068,00	341.633,90	589.014,39	398.646,78
Transferências Correntes	6.603.366,49	4.100.421,16	7.904.582,89	6.636.410,72
F.P.M.	3.394.529,60	2.040.354,38	4.036.297,96	3.313.301,87
I.C.M.S.	1.495.473,60	863.993,39	1.639.529,02	1.402.282,50
Convênios	118.956,00	122.504,29	176.635,05	123.306,35
Outras Transferências Correntes	1.594.407,29	1.073.569,10	2.052.120,86	1.797.520,00
Demais Receitas Correntes	642.637,51	83.972,53	165.201,43	171.922,32
Dívida Ativa	296.956,28	19.840,10	52.662,17	62.024,72
Diversas Receitas Correntes	345.681,23	64.132,43	112.539,26	109.897,60
RECEITAS DE CAPITAL (II)	995.000,00	3.927,56	3.927,56	2.405.173,52
Operações de Crédito (III)	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	40.000,00	0,00	0,00	5.050,00
Transferências de Capital	955.000,00	3.927,56	3.927,56	2.400.123,52
Convênios	955.000,00	3.927,56	3.927,56	2.400.123,52
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	955.000,00	3.927,56	3.927,56	2.400.123,52
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	9.513.564,00	4.946.402,36	9.718.295,18	10.698.042,64

Município de SAO PEDRO DE ALCANTA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2011/SEMESTRE JULHO - DEZEMBRO

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EXECUTADAS				
		EM 2011			EM 2010	
		LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM
		No Bimestre	Até o Bimestre		Até o Bimestre	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
DESPESAS CORRENTES (VIII)	8.699.484,14	4.578.354,90	7.761.071,37	84.376,84	6.290.306,29	80.879,88
Pessoal e Encargos Sociais	4.645.200,04	2.521.115,28	4.449.204,58	0,00	3.814.541,30	1.205,00
Juros e Encargos da Dívida (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	4.054.284,10	2.057.239,62	3.311.866,79	84.376,84	2.475.764,99	79.674,88
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	8.699.484,14	4.578.354,90	7.761.071,37	84.376,84	6.290.306,29	80.879,88
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	2.730.560,36	216.940,41	759.242,72	348.770,77	2.867.428,58	1.403.414,47
Investimentos	2.687.885,11	196.206,28	716.568,40	348.770,77	2.831.112,24	1.403.414,47
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	42.675,25	20.734,13	42.674,32	0,00	36.316,34	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	2.687.885,11	196.206,28	716.568,40	348.770,77	2.831.112,24	1.403.414,47
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	60.298,00	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	60.298,00	-	-	-	-	-

Município de SAO PEDRO DE ALCANTA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2011/SEMESTRE JULHO - DEZEMBRO

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EXECUTADAS				
		EM 2011			EM 2010	
		LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
		No Bimestre	Até o Bimestre		Até o Bimestre	
RESERVA DO RPPS (XVII)	6.270,00	-	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS	6.270,00	-	-	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	11.453.937,25	4.774.561,18	8.477.639,77	433.147,61	9.121.418,53	1.484.294,35
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	-1.940.373,25	171.841,18	807.507,80		92.329,76	
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	676.239,55		0,00	
Superávit Financeiro	-	-	676.239,55		0,00	
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	0,00		0,00	
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL						VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA						-256.068,00

Fonte: SECRETARIA DE FINANÇAS

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

SAO PEDRO DE ALCANTA, 19/01/2012

Demonstrativo Do Resultado Primário

Município de SAO PEDRO DE ALCANTA - SC
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A DEZEMBRO 2011/SEMESTRE JULHO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO VII (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
		No Semestre	Até o Semestre/2011	Até o Semestre/2010
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	8.558.564,00	4.942.474,80	9.714.367,62	8.297.919,12
Receita Tributária	698.707,00	268.179,95	740.575,68	790.179,51
I.P.T.U.	145.694,00	22.548,14	239.684,81	210.500,87
I.S.S.	399.805,00	152.821,79	302.431,46	397.470,81
I.T.B.I.	48.388,00	22.835,84	52.668,67	59.663,19
I.R.R.F.	69.739,00	59.073,56	103.598,87	81.669,73
Outras Receitas Tributárias	35.081,00	10.900,62	42.191,87	40.874,91
Receita de Contribuição	613.853,00	489.901,16	904.007,62	699.406,57
Receitas Previdenciárias	463.853,00	366.133,72	655.587,00	468.846,40
Outras Contribuições	150.000,00	123.767,44	248.420,62	230.560,17
Receita Patrimonial Líquida	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	253.068,00	341.633,90	589.014,39	398.646,78
(-) Aplicações Financeiras	253.068,00	341.633,90	589.014,39	398.646,78
Transferências Correntes	6.603.366,49	4.100.421,16	7.904.582,89	6.636.410,72
F.P.M.	3.394.529,60	2.040.354,38	4.036.297,96	3.313.301,87
I.C.M.S.	1.495.473,60	863.993,39	1.639.529,02	1.402.282,50
Convênios	118.956,00	122.504,29	176.635,05	123.306,35
Outras Transferências Correntes	1.594.407,29	1.073.569,10	2.052.120,86	1.797.520,00
Demais Receitas Correntes	642.637,51	83.972,53	165.201,43	171.922,32
Dívida Ativa	296.956,28	19.840,10	52.662,17	62.024,72
Diversas Receitas Correntes	345.681,23	64.132,43	112.539,26	109.897,60
RECEITAS DE CAPITAL (II)	995.000,00	3.927,56	3.927,56	2.405.173,52
Operações de Crédito (III)	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	40.000,00	0,00	0,00	5.050,00
Transferências de Capital	955.000,00	3.927,56	3.927,56	2.400.123,52
Convênios	955.000,00	3.927,56	3.927,56	2.400.123,52
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	955.000,00	3.927,56	3.927,56	2.400.123,52
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	9.513.564,00	4.946.402,36	9.718.295,18	10.698.042,64

Município de SÃO PEDRO DE ALCANTA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2011/SEMESTRE JULHO - DEZEMBRO

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EXECUTADAS				
		EM 2011			EM 2010	
		LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM
		No Bimestre	Até o Bimestre		Até o Bimestre	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
DESPESAS CORRENTES (VIII)	8.699.484,14	4.578.354,90	7.761.071,37	84.376,84	6.290.306,29	80.879,88
Pessoal e Encargos Sociais	4.645.200,04	2.521.115,28	4.449.204,58	0,00	3.814.541,30	1.205,00
Juros e Encargos da Dívida (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	4.054.284,10	2.057.239,62	3.311.866,79	84.376,84	2.475.764,99	79.674,88
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	8.699.484,14	4.578.354,90	7.761.071,37	84.376,84	6.290.306,29	80.879,88
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	2.730.560,36	216.940,41	759.242,72	348.770,77	2.867.428,58	1.403.414,47
Investimentos	2.687.885,11	196.206,28	716.568,40	348.770,77	2.831.112,24	1.403.414,47
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	42.675,25	20.734,13	42.674,32	0,00	36.316,34	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	2.687.885,11	196.206,28	716.568,40	348.770,77	2.831.112,24	1.403.414,47
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	60.298,00	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	60.298,00	-	-	-	-	-

Município de SAO PEDRO DE ALCANTA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2011/SEMESTRE JULHO - DEZEMBRO

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EXECUTADAS				
		EM 2011			EM 2010	
		LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
		No Bimestre	Até o Bimestre		Até o Bimestre	
RESERVA DO RPPS (XVII)	6.270,00	-	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS	6.270,00	-	-	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	11.453.937,25	4.774.561,18	8.477.639,77	433.147,61	9.121.418,53	1.484.294,35
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	-1.940.373,25	171.841,18	807.507,80		92.329,76	
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	676.239,55		0,00	
Superávit Financeiro	-	-	676.239,55		0,00	
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	0,00		0,00	
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL						VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA						-256.068,00

FONTE: SECRETARIA DE FINANÇAS

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

SAO PEDRO DE ALCANTA, 19/01/2012

Demonstrativo Dos Restos A Pagar

MUNICÍPIO DE SAO PEDRO DE ALCANTA - SC - PODER LEGISLATIVO
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A DEZEMBRO 2011/SEMESTRE JULHO - DEZEMBRO

RGF - ANEXO VI (LRF, art. 55, inciso III, alínea "b")

R\$ 1,00

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	RESTOS A PAGAR					
	Liquidados e Não Pagos		Empenhados e Não Liquidados		DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS(NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	De Exercícios Anteriores	Do Exercício		
Recursos Ordinários	0,00	50,00	0,00	300,00	(49,97)	0,00
TOTAL DE RECURSOS NÃO VINCULADOS(II)	0,00	50,00	0,00	300,00	(49,97)	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	0,00	50,00	0,00	300,00	(49,97)	0,00
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES ¹	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Nota: ¹ A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

Demonstrativo Dos Restos A Pagar Por Poder E Órgão

Município de SAO PEDRO DE ALCANTA - SC
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A DEZEMBRO 2011/SEMESTRE JULHO - DEZEMBRO

RREO - Anexo IX (LRF, art. 53, inciso V)

R\$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS					RP NÃO PROCESSADOS				
	Inscritos		Cancelados	Pagos	A Pagar	Inscritos		Cancelados	Pagos	A Pagar
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2010				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2010			
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	-	58.448,73	230,00	58.218,73	-	4.973,19	1.484.294,35	327.325,82	1.156.968,53	4.973,19
EXECUTIVO										
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	0,00	23.672,85	0,00	23.672,85	0,00	4.973,19	1.463.526,31	322.358,62	1.141.167,69	4.973,19
ENCARGOS GERAIS	0,00	17.333,31	0,00	17.333,31	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
GABINETE DO PREFEITO E DO VICE-PREFEITO	0,00	521,66	0,00	521,66	0,00	0,00	1.980,00	0,00	1.980,00	0,00
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, E DESPORTO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	750,00	0,00	0,00	0,00	750,00
SECRETARIA DA SAUDE E ASSISTENCIA SOCIAL.	0,00	1.188,87	0,00	1.188,87	0,00	0,00	98,02	0,00	98,02	0,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	0,00	2.146,08	0,00	2.146,08	0,00	0,00	6.802,79	2.429,50	4.373,29	0,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS E	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	365,00	0,00	0,00	0,00	365,00
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENT	0,00	106,08	0,00	106,08	0,00	0,00	4.780,09	0,00	4.780,09	0,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, E DESPORTO	0,00	2.032,95	0,00	2.032,95	0,00	1.124,00	120.998,34	64,74	120.933,60	1.124,00
SECRETARIA DE TRANSPORTE OBRAS E SERVIÇ	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	867,00	1.328.420,23	319.850,39	1.008.569,84	867,00
SECRETARIA DE TURISMO E CULTURA	0,00	343,90	0,00	343,90	0,00	1.867,19	446,84	13,99	432,85	1.867,19
FUNDO MUNIC DE SAUDE SAO PEDRO DE ALCANT	0,00	34.775,88	230,00	34.545,88	0,00	0,00	19.928,04	4.967,20	14.960,84	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	0,00	34.775,88	230,00	34.545,88	0,00	0,00	19.928,04	4.967,20	14.960,84	0,00
INSPA - INST. DE PREV. DE SAO PEDRO DE ALCANT	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	840,00	0,00	840,00	0,00
INSPA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	840,00	0,00	840,00	0,00
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL (III) = (I + II):	0,00	58.448,73	230,00	58.218,73	0,00	4.973,19	1.484.294,35	327.325,82	1.156.968,53	4.973,19

FONTE: SECRETARIA DE FINANÇAS

Demonstrativo Simplificado Do Relatório De Gestão Fiscal

MUNICÍPIO DE SAO PEDRO DE ALCANTA - SC - PODER EXECUTIVO
 PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DE ALCANTARA
 RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 Até o 2º Semestre de 2011

L.R.F., Artigo 48 - Anexo VII

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	4.167.094,96	43,18
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	5.211.464,35	54,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	4.950.891,13	51,30
DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	-2.007.982,96	-20,81
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	11.581.031,88	120,00
GARANTIA DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	2.123.189,18	22,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Externas e Internas	0,00	0,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	1.544.137,58	16,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	675.560,19	7,00
RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Apurado nos Demonstrativos Respectivos	432.847,61	1.823.814,14

FONTE: SECRETARIA DE FINANÇAS

Demonstrativo Simplificado Do Relatório De Gestão Fiscal

MUNICÍPIO DE SAO PEDRO DE ALCANTA - SC - PODER LEGISLATIVO
 PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DE ALCANTARA
 RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 Até o 2º Semestre de 2011

L.R.F., Artigo 48 - Anexo VII

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	280.376,82	2,91
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	579.051,59	6,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	550.099,01	5,70
DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	-1.468.347,47	-15,21
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	11.581.031,88	120,00
GARANTIA DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	2.123.189,18	22,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Externas e Internas	0,00	0,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	1.544.137,58	16,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	675.560,19	7,00
RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Apurado nos Demonstrativos Respectivos	300,00	(49,97)

FONTE: SECRETARIA DE FINANÇAS

Demonstrativos Da Receita De Alienação De Ativos E Aplicação De Recursos

Município de SAO PEDRO DE ALCANTA - SC
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A DEZEMBRO 2011/SEMESTRE JULHO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO XIV (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Semestre (b)	SALDO A REALIZAR (c) = (a-b)
RECEITA DE CAPITAL			
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	40.000,00	0,00	40.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	40.000,00	0,00	40.000,00
TOTAL	40.000,00	0,00	40.000,00

DESPESAS (APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Semestre		SALDO A EXECUTAR (g) = (d) - (e+f)
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
Despesas de Capital	5.073,33	5.073,33	0,00	0,00
Investimentos	5.073,33	5.073,33	0,00	0,00
TOTAL	5.073,33	5.073,33	0,00	0,00

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	Em 2010 (h)	Em 2011 (i) = (b) - (e+f)	SALDO ATUAL (j) = (h+i)
	0,00	-5.073,33	-5.073,33

FONTE: SECRETARIA DE FINANÇAS

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

. a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

. b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

Demonstrativo simplificado Do Relatório Resumido Da Execução Orçamentária

Município e São Pedro de Alcântara
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
 ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A DEZEMBRO 2011/SEMESTRE JULHO-DEZEMBRO

LRF, Art. 48 – Anexo XVII

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - RECEITAS	No Semestre	Até o Semestre
Previsão Inicial da Receita	-	9.806.632,00
Previsão Atualizada da Receita	-	9.806.632,00
Receitas Realizadas	5.288.036,26	10.307.309,57
Déficit Orçamentário	0,00	0,00
Saldos de Exercícios Anteriores	0,00	676.239,55
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - DESPESAS	No Semestre	Até o Semestre
Dotação Inicial	-	9.806.632,00
Créditos Adicionais	-	1.689.980,50
Dotação Atualizada		11.496.612,50
Despesas Empenhadas	4.664.258,48	8.953.461,70
Despesas Executadas		
Liquidadas	4.795.295,31	8.520.314,09
Inscritos em Restos a Pagar não Processados		433.147,61
Superávit Orçamentário		1.353.847,87
DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	No Semestre	Até o Semestre
Despesas Empenhadas	4.664.258,48	8.953.461,70
Despesas Executadas	4.795.295,31	8.953.461,70
Liquidadas	4.795.295,31	8.520.314,09
Inscritas em Restos a Pagar não Processados		433.147,61
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL		Até o Semestre
Receita Corrente Líquida		9.650.859,90
RECEITAS/DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	No Semestre	Até o Semestre
Regime Próprio de Previdência Social		
Dos Servidores Públicos		
Receitas Previdenciárias (III)	599.782,79	1.026.515,65
Despesas Previdenciárias (IV)	105.880,78	169.605,49
Resultado Previdenciário (III-IV)	493.902,01	856.910,16
RESULTADO NOMINAL E PRIMÁRIO	Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO	Resultado Apurado até o Semestre
Resultado Nominal	30.705,00	222.718,42 725,35
Resultado Primário	-256.068,00	807.507,80 -315,35
% em relação a meta		

RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTERIO PUBLICO		Cancelamento até o Semestre	Pagamento até o Semestre	Saldo a Pagar
Inscrição				
POR PODER E MINISTERIO PUBLICO				
RESTOS A PAGAR				
PROCESSADOS	58.448,73	230,00	58.218,73	0,00
EXECUTIVO	58.448,73	230,00	58.218,73	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS				
EXECUTIVO	1.489.267,54	327.325,82	1.156.968,53	4.973,19
TOTAL	1.547.716,27	327.555,82	1.215.187,26	4.973,19

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE	Valor apurado até o Semestre	Limites Constitucionais	
		% Mínimo	% Aplicado
Mínimo Anual de 25% dos Impostos na Manutenção e Desenv. do Ensino – MDE	2.598.822,45	25%	31,96%
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração dos Professores do Ensino Infantil e Fundamental	916.133,76	60%	92,48
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL	Valor Apurado até o Semestre	Saldo a Realizar	
Receita de Operação de Crédito	0,00	0,00	
Despesa de Capital Líquida	1.108.013,49	1.622,546,87	
PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDENCIA	2011	2019	2029 2044
Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos			
Receitas Previdenciárias(III)	368.346,41	115.677,95	52.563,85 1.312,96
Despesas Previdenciárias(IV)	103.186,43	137.677,78	120.575,60 124.915,14
Resultado Previdenciário VI (IV-V)	265.159,98	-21.999,83	-68.011,75 -123.602,18
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS	Valor Apurado até o Semestre	Saldo a realizar	
Receita de Capital Resultante da Alienação De Ativos	0,00	40.000,00	
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos	5.703,33	0,00	
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor Apurado até o Semestre	Limite Constitucional	
		% Mínimo	% Aplicado
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	1.382.141,05	15%	16,67%

FONTE: SECRETARIA DE FINANÇAS

São Pedro de Alcântara, 20 de janeiro de 2012.

ERNEI JOSÉ STAHELIN
PREFEITO MUNICIPAL

ANA CLÁUDIA PAULI DE AMORIM
CONTADORA CRC 19.469/SC

Demonstrativo Da Disponibilidade De Caixa
MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA- SC - PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2001/ SEMESTRE JULHO - DEZEMBRO

RGF - Anexo V (LRF, art. 55, inciso III, aliena "a")

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS (b)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LIQUIDA (c) = (a-b)
Assistência Farmacêutica Básica	23.056,68	2.768,68	20.288,00
Atenção Básica	447.515,36	31.274,00	416.241,36
Outros recursos do Fundo Nacional de Saúde	8.526,60	0,00	8.526,60
Taxa Vigilância Sanitária Municipal	5.097,96	0,00	5.097,96
Vigilância em Saúde	39.196,62	0,00	39.196,62
API /Vigilância	6.042,62	0,00	6.042,62
Alienação de Bens destinados a Programas de Saúde	107,64	0,00	107,64
Contribuição Custeio de Iluminação Pública - COSIP	112.299,93	13.859,45	98.440,48
Transporte Escolar Estadual	7.404,39	2.502,83	4.901,56
Transferência Fundeb	32.223,59	1.730,00	30.493,59
Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar - PNATE	322,17	0,00	322,17
Transferência Cide	11.586,38	0,00	11.586,38
Fundo Especial do Petróleo	67.660,31	0,00	67.660,31
Salário-Educação	159.360,97	827,42	158.533,55
Transferência IGD/ Bolsa Família	2.432,01	0,00	2.432,01
Transferência PNAE	5.075,33	629,07	4.446,26
Piso Básico Variável	18.508,88	0,00	18.508,88
Transf. De Convênios - SSP e outros	29.379,57	0,00	29.379,57
Convênio Oktobertanz	28,92	0,00	28,92
TOTAL VINCULADO	975.825,93	54.102,27	921.723,66
Recurso Ordinário 15% SPS	43.300,72	23.314,58	19.986,14
Recurso Ordinário	1.599.325,72	400.887,99	1.198.437,73
TOTAL ORDINÁRIO	1.642.626,44	424.202,57	1.218.423,87
INSPA			
Recursos Vinculados	3.555.883,28	0,00	3.555.883,28

Fonte: Secretaria de Finanças

São Pedro de Alcântara, 20 de janeiro de 2012
ERNEI JOSÉ STAHELIN
Prefeito Municipal

ANA CLÁUDIA PAULI DE AMORIM
Contadora CRC/SC 19.469/SC

Schroeder

PREFEITURA

Aviso de Licitação Carta Convite Nº. 01/2012-PMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-1191 - CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC

e-mail:licitacao@schroeder.sc.gov.br - site:http://www.schroeder.sc.gov.br

AVISO DE LICITAÇÃO CARTA CONVITE Nº. 01/2012-PMS

PROCESSO Nº. 01/2012-PMS

TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

OBJETO: contratação de empresa especializada para de consultoria para execução de serviços de COORDENAÇÃO, SUPERVISÃO, CONTROLE À FISCALIZAÇÃO DE OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA da execução dos trabalhos rodoviários de terraplenagem, pavimentação asfáltica, drenagem, obras de arte correntes, sinalização, obras complementares, nas ruas e trechos identificados, totalizando 5.751m.

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 31 de janeiro de 2012 às 08h45min.

Abertura do Processo: 31 de janeiro de 2012 às 09h.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h. Fone/fax (0xx47)3374-1191 ou pelo e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br.

Schroeder, 24 de janeiro de 2012.

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

Decisão referente ao Pregão Presencial n.º 72/2011-PMS

GABINETE DO PREFEITO

Processo Administrativo Licitatório n.º 156/2011-PMS

Pregão Presencial n.º 72/2011-PMS

Objeto: Aquisição de armários sob medida para a Polícia Militar de Schroeder/SC.

Decisão

Vistos, etc

Considerando o teor do Parecer n.º 001/2012-PROJUR, que pugna pelo recebimento do presente recurso, por tempestivo, bem como as contrarrazões apresentadas e, no mérito, sugere a manutenção do resultado do certame, que teve como vencedora a empresa Marcenaria e Serv. de Mecânica Rieger Ltda. EPP, no âmbito do Pregão Presencial n.º 072/2011, pelas razões nele expostas, utilizando como razões para decidir aquelas traçadas pela Procuradoria Jurídica do Município, no parecer supra identificado, DECIDO pelo conhecimento do presente recurso, por tempestivo e, no mérito, não prover-lhe, tendo em vista que a ausência de marca na proposta da empresa Marcenaria e Serv. de Mecânica Rieger Ltda. EPP não se configura apta a gerar prejuízos à Administração Pública, em face da situação fática apresentada (a empresa licitante é a própria fabricante do material) que pode ser comprovada facilmente pela análise dos autos, sendo que tal análise vem ao encontro do princípio da obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, insculpido no art. 3º da L. 8.666/93.

Homologue-se o certame e adjudique-se o objeto à empresa vencedora.

Base Legal: arts. 3º da Lei n.º 8.666/93. Art. 109, §4º da Lei n.º 8.666/93. Art. 4º, XIX, da Lei n.º 10.520/02

Publique-se. Intimem-se os interessados. Cumpra-se.

Schroeder(SC), 24 de janeiro de 2012.

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

Termo Aditivo Nº. A01/2012 - PMS

TERMO ADITIVO Nº. A01/2012 - PMS

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 188/2011 - PMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3.201, bairro centro, cidade de Schroeder (SC), neste ato representado pelo Ilmo. Prefeito Municipal, o Senhor Felipe Voigt.

CONTRATADA: CONTROLLER TECNOLOGIA E SISTEMAS DE INFORMAÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ sob nº. 04.072.953/0001-16, estabelecida na Rua Major Navarro Lins, nº 692, Bairro Anita Garibaldi, na cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.203-500, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, neste ato representada legalmente pela Senhora Karin Janz, inscrita no CPF sob o nº 184.429.279-72, portadora da Carteira de Identidade no 2/R 1.382.138/SSP/PR.

Considerando o Contrato Administrativo nº. 188/2011-PMS, celebrado em 22 de novembro de 2011, proveniente do Processo nº. 159/2011-PMS, Modalidade Dispensa nº. 52/2011-PMS, para contratação de empresa especializada para cessão de uso de sistemas informatizados integrados para gestão escolar na Rede Municipal de Ensino para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer da Prefeitura Municipal de Schroeder/SC, regido pela Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1.993, e mediante cláusulas e condições a enunciadas e conforme proposta apresentada.

Considerando o pedido de dispensa e sua publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina -DOM/SC, na edição nº 870, página 311, no dia 22 de dezembro de 2011, na qual foi publicada corretamente o valor unitário do item 02 que é de R\$ 477,38, o qual foi ocorrido um erro de digitação no contrato nº 188/2011-PMS, o qual estava com o valor unitário no item 02 de R\$ 447,38, permanecendo os demais valores inalterados.

Considerando a aprovação do aditivo pela autoridade competente, qual seja, o Prefeito Municipal de Schroeder, em comum acordo entra as parte, CONTRATADA e CONTRATANTE, resolve-se:

Cláusula 1ª - Fica a partir deste alterada a Cláusula Primeira - do objeto do contrato, e descrição, no item 02 no valor unitário passando a ser R\$ 477,38 (quatrocentos e setenta e sete reais e trinta e oito centavos).

Item	Descrição	Quantidade	Unidade	Valor unitário R\$	Valor total R\$
------	-----------	------------	---------	--------------------	-----------------

01	Licenças de uso e Implantação do Sistema para uma nova unidade escolar descrita abaixo, da Secretaria de Educação; Capacitação dos servidores da unidade escolar, sendo:				
----	--	--	--	--	--

ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA - Requisitos obrigatórios do Sistema

1 -O Sistema deverá ser acessado inteiramente por internet, sem

emulação de terminais tipo WTS, VPN ou similares

2 - A empresa deverá prover hospedagem do banco de dados e sistema em data center especializado, com controle de incêndio, geradores para falhas de energia elétrica, climatização, protocolos de cópias de segurança e protocolos de segurança contra intrusos. Os custos de hospedagem correrão por conta da empresa.

3 - A empresa deverá disponibilizar central de atendimento via internet, com atendimento normal em horário comercial, com abertura de chamados a qualquer hora do dia ou da noite, mantendo registro histórico dos chamados.

4 - A empresa deverá fornecer Atestado de Capacidade Técnica, emitido por órgão público ou privado, comprovando o atendimento de, pelo menos, uma rede de ensino com características semelhantes à Rede Municipal de Ensino.

5 - O Sistema deverá manter registro de todas as atividades exercidas pelos usuários, de forma que se possa identificar quem realizou qualquer tarefa, e, preferencialmente, se possa restaurar a informação original.

6 - O Sistema deverá ser multi-unidade, com base única, permitindo que cada escola veja apenas os dados referentes a ela e que a Secretaria de Educação acesse, com senha específica, os dados de todas as unidades.

7 - O acesso às áreas do Sistema, seus menus e relatórios deverá ser qualificado por usuário, permitindo a criação de perfis reutilizáveis.

8 - O cadastro de pessoas deverá ser unificado, de forma que uma mesma pessoa, seja ela aluno, responsável, funcionário ou professor, tenha somente uma entrada no cadastro de pessoas.

9 - Os parâmetros curriculares (disciplinas e matrizes curriculares) deverão ser unificados e centralizados, de forma que a mantenedora possa parametrizá-los e aplicá-los para todas as unidades da rede.

Este cadastro deverá permitir o registro das cargas horárias, quantidade de aulas semanais, classificação de Base Nacional Comum e Parte Diversificada, além dos itens da proposta pedagógica para cada disciplina.

10 - Todas as terminologias como nomes de cursos, séries, bimestres, provas finais, recuperação, situações de matrícula, disciplinas, turmas e períodos letivos, devem ser parametrizáveis pelos administradores da Secretaria de Educação.

11 - O Sistema deverá cobrir as modalidades de Educação Infantil, Ensino Fundamental e Educação de Jovens e Adultos, bem como dar suporte a turmas de correção de fluxo e turmas multisseriadas.

12 - O Sistema deverá atender integralmente a geração dos layouts de migração para o EDUCACENSO, sem necessidade de qualquer entrada manual de dados.

13 - Deverá permitir, além do registro de notas de forma numérica, o registro de conceitos e, concomitantemente, o registro de textos de avaliações descritivas para cada matéria ou disciplina.

14 - Deverá permitir o lançamento de notas parciais, como provas e trabalhos, constituintes da média bimestral.

15 - Deverá possuir mecanismo de vinculação automática das disciplinas que pertencem ao professor de turma nos anos iniciais do Ensino Fundamental e na Educação Infantil.

16 - Deverá arredondar, automaticamente, as médias bimestrais finais para valores de 0,5 em 0,5.

17 - Deverá permitir o lançamento de recuperação paralela bimestral, bem como exame de recuperação final, com fórmulas parametrizáveis para o cálculo da média final do aluno e conseqüente aprovação/reprovação.

18 - Deverá disponibilizar área do professor, acessível via internet e em tempo real.

19 - Deverá disponibilizar, na área do professor, a foto dos alunos, a consulta de todas as notas dos alunos, mesmo em outras disciplinas, assim como o lançamento de ocorrências e agenda de provas e trabalhos.

20 - Deverá disponibilizar, na área do professor, a impressão de seus diários de classe e mapas de notas.

21 - Deverá permitir a inclusão de vários períodos letivos dentro

de um mesmo ano calendário, para controle, pro exemplo, de períodos semestrais, com parametrização das datas de início e fim do período letivo, seus recessos e também de cada bimestre.

22 - Deverá controlar, por unidade escolar, o calendário escolar e possibilitar a classificação de dias úteis e letivos, permitindo, por exemplo, que se insiram feriados locais e também sábados letivos, quando for o caso.

23 - Deverá permitir turmas de Ensino Fundamental de 8 e 9 anos simultaneamente com parâmetros curriculares distintos.

24 - Deverá permitir a vinculação de professores para cada disciplina, bem como professores regentes, educadores e auxiliares de educação infantil em cada turma.

25 - Deverá permitir o cadastro dos horários dos turnos de cada unidade escolar, com vinculação destes nas turmas, permitindo que um mesmo turno possa ter um ou mais regimes de horário, por exemplo: "Matutino Ensino Fundamental", Matutino Educação Infantil.

26 - Deverá permitir a definição do Brasão do Município e de logotipo para cada unidade escolar, se for o caso, para a impressão dos documentos do sistema.

27 - Deverá permitir a inclusão de cursos livres, a critério da mantenedora, bem como a criação de turmas de atividade complementar e de atendimento educacional especializado, segundo os critérios do EDUCACENSO.

28 - Deverá permitir a criação de sub-turmas, com classificação de etapa e horário próprios, a fim de suportar o manejo de turmas unificadas, multiseriadas e mistas (Educação Infantil e Ensino Fundamental)

29 - Deverá cobrir todo o processo de reclassificação de alunos, com geração automática dos históricos das séries avançadas.

30 - Deverá emitir, pelo menos, os seguintes documentos:

- . Boletim escolar, conforme modelo fornecido pelo município
- . Histórico escolar
- . Ficha Individual
- . Relatório Final
- . Diário de Classe
- . Mapa de Notas por período
- . Mapa de Notas por disciplina
- . Ficha de Matrícula, com foto do aluno
- . Carteirinha de Estudante, com foto do aluno
- . Certificado de Conclusão do Ensino Fundamental
- . Atestado de Vaga
- . Atestado de Frequência

31 - Os documentos e relatórios impressos deverão ter a opção de imprimir para um ou mais alunos selecionados, uma ou mais turmas selecionadas, ou da escola inteira.

32 - Deverá permitir a configuração de papel, margens e orientação para cada documento impresso, e os documentos que exigirem assinatura deverão possuir mecanismo de seleção da pessoa que os assinará.

33 - Deverá exportar todos os dados dos alunos matriculados para diversos formatos, sendo, pelo menos, texto separado por vírgula (CSV) e texto separado por tabulações.

34 - Deverá migrar, sem custo adicional, as informações do sistema SERIE ESCOLA de Santa Catarina.

35 - Deverá comprovar profissional graduado em Pedagogia em sua equipe

36 - Deverá comprovar profissional com qualificação PMO na equipe de implantação

37 - Deverá comprovar a metodologia de desenvolvimento e acompanhamento de projetos utilizados, comprovando a certificação de pelo menos 3 membros da equipe na metodologia utilizada.

38 - Permite criação de setores e cargos do organograma da unidade escolar

39 - Possui campos para registro de dados funcionais: Matrícula, regime de contratação, data de admissão e portaria.

40 - Permite o registro dos seguintes documentos para qualquer pessoa do sistema (alunos, professores, funcionários e responsáveis:

CPF

RG - com órgão expedidor e data de emissão

Certidão de nascimento/casamento - com número, livro, folha, data de emissão e cartório

Título de eleitor - com número, seção e zona

Carteira Profissional - com número, série, data e UF

PIS/PASEP

NIS

Certificado de Reservista

41 - Permite o registro, para qualquer pessoa no sistema, com cadastros próprios e completos de filiação e cônjuges

42 - Permite o registro, para qualquer pessoa no sistema, de profissão local, endereço e telefone de trabalho

43 - Permite o registro, para qualquer pessoa no sistema, da inscrição imobiliária no município

44 - Permite o registro, para qualquer pessoa no sistema, separado de telefone fixo e celular

45 - Permite o registro, para qualquer pessoa no sistema, de e-mail

46 - Permite o registro dos diversos cursos realizados por docentes e funcionários, com os campos mínimos exigidos pelo EDUCACENSO.

47 - Permite, para alunos, além da filiação, vinculação de outros responsáveis, indicando seu grau de parentesco.

48 - Permite, para alunos, o registro de Colégio/Escola de procedência

49 - Permite, para alunos, o registro de tipo de transporte escolar

50 - Permite, para alunos, o registro de Bolsa Família

51 - Permite, para alunos, o registro de data de matrícula e origem da matrícula, para fins estatísticos.

52 - Permite o controle do fluxo de movimentações dos alunos (transferência, evasão, mudanças de turmas, entre outros), com controle de fechamento de movimento, não permitindo qualquer movimentação ou inclusão de matrículas em períodos já fechados, ou ainda não abertos.

53 - Emite relatórios do fluxo de movimentações por unidade escolar e por rede de ensino.

54 - Permite, para alunos, o registro de atendimento educacional especializado

55 - Permite, para alunos, o registro de informações sócio-econômicas

56 - Permite o controle de espera de vagas.

57 - Controla ocorrência disciplinares e pedagógicas dos alunos

58 - Controla documentos/itens exigidos na matrícula e não entregues pelos alunos

59 - Permite a rematrícula automática dos alunos, ao final do período letivo, promovendo os alunos aprovados e mantendo os reprovados em suas séries originais

60 - Permite a definição, por unidade escolar, dos critérios de promoção dos alunos, indicando, para cada série, para qual curso/série ocorrerá a promoção, possibilitando que, no caso do Ensino Fundamental, por exemplo, se permita a promoção do regime seriado para o regime de anos automaticamente.

61 - Gera, automaticamente, os históricos escolares, ao final de cada período letivo.

62 - Permite pesquisar, por disciplina, alunos com notas em intervalos definidos pelo usuário, permitindo identificar alunos abaixo ou acima da média, demonstrando além da relação nominal dos alunos, seus quantitativos e percentual de incidência nas suas turmas.

63 - Permite o registro diário de faltas, consolidando seus totais mensais, bimestrais e anuais.

64 - Permite o registro dos quadros de horários de cada turma, informando as disciplinas/matérias ofertadas em cada horário, seus professores, totalizando, automaticamente, a partir do calendário escolar, a quantidade de aulas dadas em cada disciplina.

65 - Permite o registro de eventos (passeios, trabalhos, provas, entre outros) por turma ou por unidade escolar.

UNIDADES ESCOLARES A RECEBEREM O SISTEMA

Unidade Escolar - Endereço

01 - EM Profª. Sarita Beck Rezende JI Crescer e Aprender

Rua Dom Pedro, 820, Rio Hern, (47) 3276 3866

02 - EM Prof. Emílio da Silva JI Pingo de Gente

Rua Paulo Janh, 215, Centro, (47) 3374 2251

03 - EM Frida Hein Krause JI Branca de Neve

Rua Marechal Castelo Branco, 8382, Schroeder III, (47) 3273 7023

04 - EM Prof. Santos Tomaselli JI Pequeno Príncipe

Rua Cândido Tomaselli, 884, Tomaselli, (47) 3374 0408

05 - EM Profª. Clarice Lange Jacobi

Rua: Lateral da Rio de Janeiro, Schroeder I, (47) 3374-0721

06 - EM Rui Barbosa

Rua: 23 de março, 3028, Itoupava Açu, (47) 3274 8001

07 - EM Kismara Lislei Walkinir Moreira JI Chapeuzinho Vermelho

Rua 03 de Outubro, 261, Centro, Telefone: (47) 3370 1698

08 - JI Abelhinha Feliz

Rua Erich Frohener, 4013, Schroeder I, (47) 3374-5827

09 - Centro de Educação Infantil Municipal Girassol

Rua Guilherme Zastrow, 36, Centro, (47) 3374-1338

10 - Centro de Educação Infantil Municipal Profª. Cristiane Inês Zerbin

Rua Mario Zerbin, Rio Hern, (47) 3374 5472

11 - Novo Centro de Educação Infantil Municipal (Schroeder I)

Rua Guaramirim, sn, Schroeder I

11(*) EM Castro Alves JI Cantinho Alegre

Rua: Estrada Duas Mamas, 3000, Duas Mamas, (47) 30557707

12(*) EM Profª. Vali Jorck Voigt JI Flor do Campo

Rua Gustavo Streit, 4426, Rancho Bom, (47) 30557795

13(*) EM Profª. Leonete Bauer Walz JI Bondinho Alegre

Rua Marechal Castelo Branco, 11076, Bracinho, (47) 30557887

*OBS: As informações das escolas Multisseriadas 11, 12 e 13 estarão concentradas na Secretaria de Educação. 1 Unidade 500,00 500,00

02 Manutenção mensal e Suporte à utilização do Sistema 12 Mês 477,38 5.728,56

TOTAL R\$ 6.228,56

Cláusula 2ª - Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato nº 188/2011-PMS, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de Termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Schroeder/SC, 23 de janeiro de 2012.

Contratada:

Controller Tecnologia E Sistemas De Informação Ltda

KARIN JANZ

CPF no 184.429.279-72

Contratante:

Prefeitura Municipal De Schroeder

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

TESTEMUNHAS:

1 _____	2ª _____
Nome: Orlando Tecilla	Nome: Marilene Busch
CPF nº. 311.753.079-34	CPF nº. 037.813.699-27

Timbó**PREFEITURA****Errata Carta Convite 009-2012**

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ

EDITAL CARTA CONVITE Nº 0009/2012

ERRATA

O Município de Timbó, vem informar a quem possa interessar que no edital de Carta Convite nº 0009/2012, que visa a contratação de assessoria na área de publicidade, foi publicada erroneamente como sendo prazo de execução do contrato o período de 12 (doze) meses, como sendo janeiro à dezembro de 2012, sendo que o correto considerando a vigência do crédito orçamentário e base de cálculo de valores máximos aceitos é de 11 (onze) meses, no período de fevereiro à dezembro de 2012. Assim sendo publica-se a presente errata a fim de corrigir o equívoco apurado, no sentido de considerar que o prazo constante para execução no edital, contrato e em seus anexos leia-se o prazo como sendo 11 (onze) meses, de Fevereiro a Dezembro de 2012.

As demais condições do edital permanecem inalteradas.

TIMBÓ (SC), 23/01/2012.

THOMAZ H. N. CAMPREGHER.

Diretor de Administração.

Edital De Notificação De Imposição De Penalidade Pelo Cometimento De Infração De Trânsito Nº 098 1239/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 098 1239/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AFM3685	54768224C	6637/2	22/09/2011	R\$ 127,69	230 * IX
AHB5475	54768205C	6599/2	06/09/2011	R\$ 191,53	230 * V
AHB5475	54768206C	5010/0	06/09/2011	R\$ 574,61	162 * I
AHB5475	54768207C	6556/1	06/09/2011	R\$ 191,53	230 * I
AMW6943	54768507C	6912/0	28/09/2011	R\$ 53,20	232
BHB8403	54766889C	5274/1	10/09/2011	R\$ 191,53	175
BHB8403	54766890C	6912/0	10/09/2011	R\$ 53,20	232
GVR1253	54766419C	6556/1	29/09/2011	R\$ 191,53	230 * I
IDH9934	54768360C	6556/1	30/09/2011	R\$ 191,53	230 * I
IEA1195	54768238C	6599/2	26/09/2011	R\$ 191,53	230 * V
IGR6487	54768601C	5169/1	07/09/2011	R\$ 957,69	165
LXA4027	54768674C	6912/0	29/09/2011	R\$ 53,20	232
LXK3461	54766512C	6580/0	13/11/2011	R\$ 191,53	230 * IV
LXU9948	54768495C	6920/0	22/09/2011	R\$ 127,69	233
LZB5219	54766810C	6912/0	26/09/2011	R\$ 53,20	232
LZB5219	54766811C	6653/2	26/09/2011	R\$ 127,69	230 * XI
LZB5219	54768353C	6653/2	23/09/2011	R\$ 127,69	230 * XI
LZX1554	54768333C	6920/0	07/11/2011	R\$ 127,69	233
MAH1797	54768607C	6912/0	17/09/2011	R\$ 53,20	232
MAH1797	54768608C	5169/1	17/09/2011	R\$ 957,69	165
MAH1797	54768609C	5010/0	17/09/2011	R\$ 574,61	162 * I
MAU4126	54768665C	5010/0	18/09/2011	R\$ 574,61	162 * I
MAU4126	54768666C	5061/0	18/09/2011	R\$ 574,61	163 c/c 162 * I
MBU1924	54768602C	5010/0	13/09/2011	R\$ 574,61	162 * I
MEY3989	54766418C	6599/2	29/09/2011	R\$ 191,53	230 * V
MFR7251	54766591C	6556/1	29/09/2011	R\$ 191,53	230 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MIA1835	54766584C	6599/2	12/09/2011	R\$ 191,53	230 * V
MIA1835	54766586C	5010/0	12/09/2011	R\$ 574,61	162 * I
MIK8719	54768227C	5010/0	22/09/2011	R\$ 574,61	162 * I
MIK8719	54768228C	6912/0	22/09/2011	R\$ 53,20	232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 23 DE JANEIRO DE 2012

GILBERTO LUIZ DE AZEVEDO

DELEGADO DE POLICIA

Edital De Notificação De Imposição De Penalidade Pelo Cometimento De Infração De Trânsito Nº 098 1240/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 098 1239/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AFM3685	54768224C	6637/2	22/09/2011	R\$ 127,69	230 * IX
AHB5475	54768205C	6599/2	06/09/2011	R\$ 191,53	230 * V
AHB5475	54768206C	5010/0	06/09/2011	R\$ 574,61	162 * I
AHB5475	54768207C	6556/1	06/09/2011	R\$ 191,53	230 * I
AMW6943	54768507C	6912/0	28/09/2011	R\$ 53,20	232
BHB8403	54766889C	5274/1	10/09/2011	R\$ 191,53	175
BHB8403	54766890C	6912/0	10/09/2011	R\$ 53,20	232
GVR1253	54766419C	6556/1	29/09/2011	R\$ 191,53	230 * I
IDH9934	54768360C	6556/1	30/09/2011	R\$ 191,53	230 * I
IEA1195	54768238C	6599/2	26/09/2011	R\$ 191,53	230 * V
IGR6487	54768601C	5169/1	07/09/2011	R\$ 957,69	165
LXA4027	54768674C	6912/0	29/09/2011	R\$ 53,20	232
LXK3461	54766512C	6580/0	13/11/2011	R\$ 191,53	230 * IV
LXU9948	54768495C	6920/0	22/09/2011	R\$ 127,69	233
LZB5219	54766810C	6912/0	26/09/2011	R\$ 53,20	232
LZB5219	54766811C	6653/2	26/09/2011	R\$ 127,69	230 * XI
LZB5219	54768353C	6653/2	23/09/2011	R\$ 127,69	230 * XI
LZX1554	54768333C	6920/0	07/11/2011	R\$ 127,69	233
MAH1797	54768607C	6912/0	17/09/2011	R\$ 53,20	232
MAH1797	54768608C	5169/1	17/09/2011	R\$ 957,69	165
MAH1797	54768609C	5010/0	17/09/2011	R\$ 574,61	162 * I
MAU4126	54768665C	5010/0	18/09/2011	R\$ 574,61	162 * I
MAU4126	54768666C	5061/0	18/09/2011	R\$ 574,61	163 c/c 162 * I
MBU1924	54768602C	5010/0	13/09/2011	R\$ 574,61	162 * I
MEY3989	54766418C	6599/2	29/09/2011	R\$ 191,53	230 * V
MFR7251	54766591C	6556/1	29/09/2011	R\$ 191,53	230 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MIA1835	54766584C	6599/2	12/09/2011	R\$ 191,53	230 * V
MIA1835	54766586C	5010/0	12/09/2011	R\$ 574,61	162 * I
MIK8719	54768227C	5010/0	22/09/2011	R\$ 574,61	162 * I
MIK8719	54768228C	6912/0	22/09/2011	R\$ 53,20	232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 23 DE JANEIRO DE 2012

GILBERTO LUIZ DE AZEVEDO

DELEGADO DE POLICIA

Edital De Notificação De Imposição De Penalidade Pelo Cometimento De Infração De Trânsito Nº 756 269/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 4

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 756 269/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ADP1979	8756015260	7455/0	13/09/2011	R\$ 85,12	218 * I
ADP1979	8756015370	7455/0	20/09/2011	R\$ 85,12	218 * I
AEL6577	8756015033	5673/2	06/09/2011	R\$ 85,12	183
AFF5131	8756015240	5673/2	18/09/2011	R\$ 85,12	183
AHO4384	8756015376	5673/2	20/09/2011	R\$ 85,12	183
AIY6983	8756015372	7455/0	20/09/2011	R\$ 85,12	218 * I
AIY6983	8756015679	7455/0	05/10/2011	R\$ 85,12	218 * I
ALT9667	8756015173	5673/2	15/09/2011	R\$ 85,12	183
CGL5470	8756015984	7455/0	20/10/2011	R\$ 85,12	218 * I
CVZ1325	8756015747	7455/0	05/10/2011	R\$ 85,12	218 * I
DLM2341	8756015437	7455/0	24/09/2011	R\$ 85,12	218 * I
DTV8614	8756015443	7455/0	24/09/2011	R\$ 85,12	218 * I
HCA7685	8756014298	7463/0	08/08/2011	R\$ 127,69	218 * II
HSK8799	8756015318	7455/0	18/09/2011	R\$ 85,12	218 * I
HSK8799	8756015325	7455/0	18/09/2011	R\$ 85,12	218 * I
IBO8535	8756016515	7455/0	11/11/2011	R\$ 85,12	218 * I
JNO9884	8756016057	5673/2	21/10/2011	R\$ 85,12	183
KNN9466	8756015564	5673/2	30/09/2011	R\$ 85,12	183
LWS3980	8756014968	6050/3	02/09/2011	R\$ 191,53	208
LWW8275	8756015335	5673/2	20/09/2011	R\$ 85,12	183
LXD4038	8756015621	7455/0	29/09/2011	R\$ 85,12	218 * I
LXK0822	8756014327	5673/2	10/08/2011	R\$ 85,12	183
LXQ6481	8756015798	7455/0	09/10/2011	R\$ 85,12	218 * I
LXS4690	8756015415	5673/2	23/09/2011	R\$ 85,12	183
LXS5679	8756015583	7455/0	02/10/2011	R\$ 85,12	218 * I
LXW1493	8756015064	5673/2	08/09/2011	R\$ 85,12	183

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LYC3877	8756015569	5673/2	27/09/2011	R\$ 85,12	183
LYL4349	8756015341	5673/2	22/09/2011	R\$ 85,12	183
LYL5352	8756015104	5673/2	07/09/2011	R\$ 85,12	183
LYM3733	8756015408	5673/2	19/09/2011	R\$ 85,12	183
LYQ2908	8756015038	5673/2	07/09/2011	R\$ 85,12	183
LZH8092	8756015466	7455/0	19/09/2011	R\$ 85,12	218 * I
LZP8183	8756014278	7455/0	08/08/2011	R\$ 85,12	218 * I
LZS6669	8756015083	7455/0	10/09/2011	R\$ 85,12	218 * I
LZS6669	8756015085	7455/0	10/09/2011	R\$ 85,12	218 * I
LZS6669	8756015221	7455/0	17/09/2011	R\$ 85,12	218 * I
LZS6669	8756015394	7455/0	25/09/2011	R\$ 85,12	218 * I
LZS6669	8756015694	7455/0	07/10/2011	R\$ 85,12	218 * I
LZS9155	8756014214	6050/3	07/08/2011	R\$ 191,53	208
LZT4824	8756014286	7455/0	08/08/2011	R\$ 85,12	218 * I
MAB4087	8756015624	7455/0	30/09/2011	R\$ 85,12	218 * I
MAE7970	8756015713	5673/2	09/10/2011	R\$ 85,12	183
MAL8043	8756014001	7455/0	26/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
MAL9292	8756014426	7455/0	12/08/2011	R\$ 85,12	218 * I
MAM1110	8756015684	7455/0	07/10/2011	R\$ 85,12	218 * I
MAO1150	8756014131	7455/0	01/08/2011	R\$ 85,12	218 * I
MAP0331	8756015124	7455/0	11/09/2011	R\$ 85,12	218 * I
MAW9584	8756015378	7455/0	21/09/2011	R\$ 85,12	218 * I
MBA3923	8756015772	7455/0	08/10/2011	R\$ 85,12	218 * I
MBK3589	8756015721	5673/2	05/10/2011	R\$ 85,12	183
MBM7575	8756015186	5673/2	17/09/2011	R\$ 85,12	183
MBP1915	8756014771	6050/3	22/08/2011	R\$ 191,53	208
MBS7927	8756015634	7463/0	02/10/2011	R\$ 127,69	218 * II
MBU0629	8756015760	7455/0	06/10/2011	R\$ 85,12	218 * I
MBW7539	8756015269	6050/3	18/09/2011	R\$ 191,53	208
MBX5565	8756015139	7455/0	11/09/2011	R\$ 85,12	218 * I
MBZ1306	8756015546	7455/0	02/10/2011	R\$ 85,12	218 * I
MCA1028	8756014501	7455/0	15/08/2011	R\$ 85,12	218 * I
MCJ4179	8756015776	7455/0	08/10/2011	R\$ 85,12	218 * I
MCK3933	8756015387	6050/3	24/09/2011	R\$ 191,53	208
MCK6030	8756015145	7455/0	07/09/2011	R\$ 85,12	218 * I
MCL3316	8756015706	6050/3	04/10/2011	R\$ 191,53	208
MCO9427	8756014996	7455/0	03/09/2011	R\$ 85,12	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MCY9104	8756016450	6050/3	08/11/2011	R\$ 191,53	208
MDC3108	8756015310	7455/0	15/09/2011	R\$ 85,12	218 * I
MDC7501	8756015765	7455/0	08/10/2011	R\$ 85,12	218 * I
MDC9040	8756015338	5673/2	22/09/2011	R\$ 85,12	183
MDD9125	8756015513	6050/3	01/10/2011	R\$ 191,53	208
MDR2724	8756015479	7455/0	25/09/2011	R\$ 85,12	218 * I
MDT3821	8756015672	7455/0	04/10/2011	R\$ 85,12	218 * I
MDV5087	8756015367	6050/3	19/09/2011	R\$ 191,53	208
MDW1677	8756014597	5673/2	20/08/2011	R\$ 85,12	183
MDW6011	8756014846	7455/0	30/08/2011	R\$ 85,12	218 * I
MDY6901	8756015389	7455/0	25/09/2011	R\$ 85,12	218 * I
MDZ5434	8756014424	7455/0	11/08/2011	R\$ 85,12	218 * I
MEE3020	8756015421	7455/0	20/09/2011	R\$ 85,12	218 * I
MEI7524	8756014409	7455/0	12/08/2011	R\$ 85,12	218 * I
MEN0051	8756015626	7455/0	01/10/2011	R\$ 85,12	218 * I
MEN8139	8756015682	7455/0	06/10/2011	R\$ 85,12	218 * I
MEN8139	8756015737	7455/0	05/10/2011	R\$ 85,12	218 * I
MET9279	8756015932	7463/0	14/10/2011	R\$ 127,69	218 * II
MEX4242	8756014637	5673/2	17/08/2011	R\$ 85,12	183
MFA0859	8756015696	7455/0	08/10/2011	R\$ 85,12	218 * I
MFA7713	8756015478	7455/0	24/09/2011	R\$ 85,12	218 * I
MFB2805	8756016582	6050/3	18/11/2011	R\$ 191,53	208
MFF2458	8756014859	7455/0	26/08/2011	R\$ 85,12	218 * I
MFF8802	8756015802	7455/0	08/10/2011	R\$ 85,12	218 * I
MFN5079	8756015382	7463/0	23/09/2011	R\$ 127,69	218 * II
MFY8956	8756015054	5673/2	10/09/2011	R\$ 85,12	183
MGD9002	8756014194	6050/3	06/08/2011	R\$ 191,53	208
MGG0960	8756016287	5673/2	01/11/2011	R\$ 85,12	183
MGI2533	8756014416	7455/0	10/08/2011	R\$ 85,12	218 * I
MGJ7093	8756015388	7455/0	24/09/2011	R\$ 85,12	218 * I
MGM0914	8756014203	7455/0	03/08/2011	R\$ 85,12	218 * I
MGM9613	8756015003	7455/0	02/09/2011	R\$ 85,12	218 * I
MGN1424	8756016493	7455/0	10/11/2011	R\$ 85,12	218 * I
MGR5037	8756015285	7455/0	15/09/2011	R\$ 85,12	218 * I
MHL0677	8756015864	6050/3	14/10/2011	R\$ 191,53	208
MHP6374	8756015055	5673/2	10/09/2011	R\$ 85,12	183
MHT8587	8756015238	5673/2	18/09/2011	R\$ 85,12	183

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MHY9072	8756015278	7463/0	14/09/2011	R\$ 127,69	218 * II
MIG4620	8756016596	7455/0	14/11/2011	R\$ 85,12	218 * I
MIJ1710	8756014751	7455/0	26/08/2011	R\$ 85,12	218 * I
MIQ2869	8756016001	5673/2	20/10/2011	R\$ 85,12	183
MJG2109	8756015785	7455/0	03/10/2011	R\$ 85,12	218 * I
MJS9988	8756015710	5673/2	08/10/2011	R\$ 85,12	183
MLB7812	8756015034	5673/2	06/09/2011	R\$ 85,12	183
MWC0518	8756014008	7463/0	26/07/2011	R\$ 127,69	218 * II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 23 DE JANEIRO DE 2012

FABIANO MARTINS ADRIANO

AUTORIDADE MUN. DE TRÂNSITO

Edital De Notificação Por Autuação Pelo Cometimento De Infração De Trânsito Nº 098 1237/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 4

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 756 269/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ADP1979	8756015260	7455/0	13/09/2011	R\$ 85,12	218 * I
ADP1979	8756015370	7455/0	20/09/2011	R\$ 85,12	218 * I
AEL6577	8756015033	5673/2	06/09/2011	R\$ 85,12	183
AFF5131	8756015240	5673/2	18/09/2011	R\$ 85,12	183
AHO4384	8756015376	5673/2	20/09/2011	R\$ 85,12	183
AIY6983	8756015372	7455/0	20/09/2011	R\$ 85,12	218 * I
AIY6983	8756015679	7455/0	05/10/2011	R\$ 85,12	218 * I
ALT9667	8756015173	5673/2	15/09/2011	R\$ 85,12	183
CGL5470	8756015984	7455/0	20/10/2011	R\$ 85,12	218 * I
CVZ1325	8756015747	7455/0	05/10/2011	R\$ 85,12	218 * I
DLM2341	8756015437	7455/0	24/09/2011	R\$ 85,12	218 * I
DTV8614	8756015443	7455/0	24/09/2011	R\$ 85,12	218 * I
HCA7685	8756014298	7463/0	08/08/2011	R\$ 127,69	218 * II
HSK8799	8756015318	7455/0	18/09/2011	R\$ 85,12	218 * I
HSK8799	8756015325	7455/0	18/09/2011	R\$ 85,12	218 * I
IBO8535	8756016515	7455/0	11/11/2011	R\$ 85,12	218 * I
JNO9884	8756016057	5673/2	21/10/2011	R\$ 85,12	183
KNN9466	8756015564	5673/2	30/09/2011	R\$ 85,12	183
LWS3980	8756014968	6050/3	02/09/2011	R\$ 191,53	208
LWW8275	8756015335	5673/2	20/09/2011	R\$ 85,12	183
LXD4038	8756015621	7455/0	29/09/2011	R\$ 85,12	218 * I
LXK0822	8756014327	5673/2	10/08/2011	R\$ 85,12	183
LXQ6481	8756015798	7455/0	09/10/2011	R\$ 85,12	218 * I
LXS4690	8756015415	5673/2	23/09/2011	R\$ 85,12	183
LXS5679	8756015583	7455/0	02/10/2011	R\$ 85,12	218 * I
LXW1493	8756015064	5673/2	08/09/2011	R\$ 85,12	183

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LYC3877	8756015569	5673/2	27/09/2011	R\$ 85,12	183
LYL4349	8756015341	5673/2	22/09/2011	R\$ 85,12	183
LYL5352	8756015104	5673/2	07/09/2011	R\$ 85,12	183
LYM3733	8756015408	5673/2	19/09/2011	R\$ 85,12	183
LYQ2908	8756015038	5673/2	07/09/2011	R\$ 85,12	183
LZH8092	8756015466	7455/0	19/09/2011	R\$ 85,12	218 * I
LZP8183	8756014278	7455/0	08/08/2011	R\$ 85,12	218 * I
LZS6669	8756015083	7455/0	10/09/2011	R\$ 85,12	218 * I
LZS6669	8756015085	7455/0	10/09/2011	R\$ 85,12	218 * I
LZS6669	8756015221	7455/0	17/09/2011	R\$ 85,12	218 * I
LZS6669	8756015394	7455/0	25/09/2011	R\$ 85,12	218 * I
LZS6669	8756015694	7455/0	07/10/2011	R\$ 85,12	218 * I
LZS9155	8756014214	6050/3	07/08/2011	R\$ 191,53	208
LZT4824	8756014286	7455/0	08/08/2011	R\$ 85,12	218 * I
MAB4087	8756015624	7455/0	30/09/2011	R\$ 85,12	218 * I
MAE7970	8756015713	5673/2	09/10/2011	R\$ 85,12	183
MAL8043	8756014001	7455/0	26/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
MAL9292	8756014426	7455/0	12/08/2011	R\$ 85,12	218 * I
MAM1110	8756015684	7455/0	07/10/2011	R\$ 85,12	218 * I
MAO1150	8756014131	7455/0	01/08/2011	R\$ 85,12	218 * I
MAP0331	8756015124	7455/0	11/09/2011	R\$ 85,12	218 * I
MAW9584	8756015378	7455/0	21/09/2011	R\$ 85,12	218 * I
MBA3923	8756015772	7455/0	08/10/2011	R\$ 85,12	218 * I
MBK3589	8756015721	5673/2	05/10/2011	R\$ 85,12	183
MBM7575	8756015186	5673/2	17/09/2011	R\$ 85,12	183
MBP1915	8756014771	6050/3	22/08/2011	R\$ 191,53	208
MBS7927	8756015634	7463/0	02/10/2011	R\$ 127,69	218 * II
MBU0629	8756015760	7455/0	06/10/2011	R\$ 85,12	218 * I
MBW7539	8756015269	6050/3	18/09/2011	R\$ 191,53	208
MBX5565	8756015139	7455/0	11/09/2011	R\$ 85,12	218 * I
MBZ1306	8756015546	7455/0	02/10/2011	R\$ 85,12	218 * I
MCA1028	8756014501	7455/0	15/08/2011	R\$ 85,12	218 * I
MCJ4179	8756015776	7455/0	08/10/2011	R\$ 85,12	218 * I
MCK3933	8756015387	6050/3	24/09/2011	R\$ 191,53	208
MCK6030	8756015145	7455/0	07/09/2011	R\$ 85,12	218 * I
MCL3316	8756015706	6050/3	04/10/2011	R\$ 191,53	208
MCO9427	8756014996	7455/0	03/09/2011	R\$ 85,12	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MCY9104	8756016450	6050/3	08/11/2011	R\$ 191,53	208
MDC3108	8756015310	7455/0	15/09/2011	R\$ 85,12	218 * I
MDC7501	8756015765	7455/0	08/10/2011	R\$ 85,12	218 * I
MDC9040	8756015338	5673/2	22/09/2011	R\$ 85,12	183
MDD9125	8756015513	6050/3	01/10/2011	R\$ 191,53	208
MDR2724	8756015479	7455/0	25/09/2011	R\$ 85,12	218 * I
MDT3821	8756015672	7455/0	04/10/2011	R\$ 85,12	218 * I
MDV5087	8756015367	6050/3	19/09/2011	R\$ 191,53	208
MDW1677	8756014597	5673/2	20/08/2011	R\$ 85,12	183
MDW6011	8756014846	7455/0	30/08/2011	R\$ 85,12	218 * I
MDY6901	8756015389	7455/0	25/09/2011	R\$ 85,12	218 * I
MDZ5434	8756014424	7455/0	11/08/2011	R\$ 85,12	218 * I
MEE3020	8756015421	7455/0	20/09/2011	R\$ 85,12	218 * I
MEI7524	8756014409	7455/0	12/08/2011	R\$ 85,12	218 * I
MEN0051	8756015626	7455/0	01/10/2011	R\$ 85,12	218 * I
MEN8139	8756015682	7455/0	06/10/2011	R\$ 85,12	218 * I
MEN8139	8756015737	7455/0	05/10/2011	R\$ 85,12	218 * I
MET9279	8756015932	7463/0	14/10/2011	R\$ 127,69	218 * II
MEX4242	8756014637	5673/2	17/08/2011	R\$ 85,12	183
MFA0859	8756015696	7455/0	08/10/2011	R\$ 85,12	218 * I
MFA7713	8756015478	7455/0	24/09/2011	R\$ 85,12	218 * I
MFB2805	8756016582	6050/3	18/11/2011	R\$ 191,53	208
MFF2458	8756014859	7455/0	26/08/2011	R\$ 85,12	218 * I
MFF8802	8756015802	7455/0	08/10/2011	R\$ 85,12	218 * I
MFN5079	8756015382	7463/0	23/09/2011	R\$ 127,69	218 * II
MFY8956	8756015054	5673/2	10/09/2011	R\$ 85,12	183
MGD9002	8756014194	6050/3	06/08/2011	R\$ 191,53	208
MGG0960	8756016287	5673/2	01/11/2011	R\$ 85,12	183
MGI2533	8756014416	7455/0	10/08/2011	R\$ 85,12	218 * I
MGJ7093	8756015388	7455/0	24/09/2011	R\$ 85,12	218 * I
MGM0914	8756014203	7455/0	03/08/2011	R\$ 85,12	218 * I
MGM9613	8756015003	7455/0	02/09/2011	R\$ 85,12	218 * I
MGN1424	8756016493	7455/0	10/11/2011	R\$ 85,12	218 * I
MGR5037	8756015285	7455/0	15/09/2011	R\$ 85,12	218 * I
MHL0677	8756015864	6050/3	14/10/2011	R\$ 191,53	208
MHP6374	8756015055	5673/2	10/09/2011	R\$ 85,12	183
MHT8587	8756015238	5673/2	18/09/2011	R\$ 85,12	183

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MHY9072	8756015278	7463/0	14/09/2011	R\$ 127,69	218 * II
MIG4620	8756016596	7455/0	14/11/2011	R\$ 85,12	218 * I
MIJ1710	8756014751	7455/0	26/08/2011	R\$ 85,12	218 * I
MIQ2869	8756016001	5673/2	20/10/2011	R\$ 85,12	183
MJG2109	8756015785	7455/0	03/10/2011	R\$ 85,12	218 * I
MJS9988	8756015710	5673/2	08/10/2011	R\$ 85,12	183
MLB7812	8756015034	5673/2	06/09/2011	R\$ 85,12	183
MWC0518	8756014008	7463/0	26/07/2011	R\$ 127,69	218 * II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 23 DE JANEIRO DE 2012

FABIANO MARTINS ADRIANO

AUTORIDADE MUN. DE TRÂNSITO

Edital De Notificação Por Autuação Pelo Cometimento De Infração De Trânsito Nº 098 1238/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 4

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 756 269/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ADP1979	8756015260	7455/0	13/09/2011	R\$ 85,12	218 * I
ADP1979	8756015370	7455/0	20/09/2011	R\$ 85,12	218 * I
AEL6577	8756015033	5673/2	06/09/2011	R\$ 85,12	183
AFF5131	8756015240	5673/2	18/09/2011	R\$ 85,12	183
AHO4384	8756015376	5673/2	20/09/2011	R\$ 85,12	183
AIY6983	8756015372	7455/0	20/09/2011	R\$ 85,12	218 * I
AIY6983	8756015679	7455/0	05/10/2011	R\$ 85,12	218 * I
ALT9667	8756015173	5673/2	15/09/2011	R\$ 85,12	183
CGL5470	8756015984	7455/0	20/10/2011	R\$ 85,12	218 * I
CVZ1325	8756015747	7455/0	05/10/2011	R\$ 85,12	218 * I
DLM2341	8756015437	7455/0	24/09/2011	R\$ 85,12	218 * I
DTV8614	8756015443	7455/0	24/09/2011	R\$ 85,12	218 * I
HCA7685	8756014298	7463/0	08/08/2011	R\$ 127,69	218 * II
HSK8799	8756015318	7455/0	18/09/2011	R\$ 85,12	218 * I
HSK8799	8756015325	7455/0	18/09/2011	R\$ 85,12	218 * I
IBO8535	8756016515	7455/0	11/11/2011	R\$ 85,12	218 * I
JNO9884	8756016057	5673/2	21/10/2011	R\$ 85,12	183
KNN9466	8756015564	5673/2	30/09/2011	R\$ 85,12	183
LWS3980	8756014968	6050/3	02/09/2011	R\$ 191,53	208
LWW8275	8756015335	5673/2	20/09/2011	R\$ 85,12	183
LXD4038	8756015621	7455/0	29/09/2011	R\$ 85,12	218 * I
LXK0822	8756014327	5673/2	10/08/2011	R\$ 85,12	183
LXQ6481	8756015798	7455/0	09/10/2011	R\$ 85,12	218 * I
LXS4690	8756015415	5673/2	23/09/2011	R\$ 85,12	183
LXS5679	8756015583	7455/0	02/10/2011	R\$ 85,12	218 * I
LXW1493	8756015064	5673/2	08/09/2011	R\$ 85,12	183

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LYC3877	8756015569	5673/2	27/09/2011	R\$ 85,12	183
LYL4349	8756015341	5673/2	22/09/2011	R\$ 85,12	183
LYL5352	8756015104	5673/2	07/09/2011	R\$ 85,12	183
LYM3733	8756015408	5673/2	19/09/2011	R\$ 85,12	183
LYQ2908	8756015038	5673/2	07/09/2011	R\$ 85,12	183
LZH8092	8756015466	7455/0	19/09/2011	R\$ 85,12	218 * I
LZP8183	8756014278	7455/0	08/08/2011	R\$ 85,12	218 * I
LZS6669	8756015083	7455/0	10/09/2011	R\$ 85,12	218 * I
LZS6669	8756015085	7455/0	10/09/2011	R\$ 85,12	218 * I
LZS6669	8756015221	7455/0	17/09/2011	R\$ 85,12	218 * I
LZS6669	8756015394	7455/0	25/09/2011	R\$ 85,12	218 * I
LZS6669	8756015694	7455/0	07/10/2011	R\$ 85,12	218 * I
LZS9155	8756014214	6050/3	07/08/2011	R\$ 191,53	208
LZT4824	8756014286	7455/0	08/08/2011	R\$ 85,12	218 * I
MAB4087	8756015624	7455/0	30/09/2011	R\$ 85,12	218 * I
MAE7970	8756015713	5673/2	09/10/2011	R\$ 85,12	183
MAL8043	8756014001	7455/0	26/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
MAL9292	8756014426	7455/0	12/08/2011	R\$ 85,12	218 * I
MAM1110	8756015684	7455/0	07/10/2011	R\$ 85,12	218 * I
MAO1150	8756014131	7455/0	01/08/2011	R\$ 85,12	218 * I
MAP0331	8756015124	7455/0	11/09/2011	R\$ 85,12	218 * I
MAW9584	8756015378	7455/0	21/09/2011	R\$ 85,12	218 * I
MBA3923	8756015772	7455/0	08/10/2011	R\$ 85,12	218 * I
MBK3589	8756015721	5673/2	05/10/2011	R\$ 85,12	183
MBM7575	8756015186	5673/2	17/09/2011	R\$ 85,12	183
MBP1915	8756014771	6050/3	22/08/2011	R\$ 191,53	208
MBS7927	8756015634	7463/0	02/10/2011	R\$ 127,69	218 * II
MBU0629	8756015760	7455/0	06/10/2011	R\$ 85,12	218 * I
MBW7539	8756015269	6050/3	18/09/2011	R\$ 191,53	208
MBX5565	8756015139	7455/0	11/09/2011	R\$ 85,12	218 * I
MBZ1306	8756015546	7455/0	02/10/2011	R\$ 85,12	218 * I
MCA1028	8756014501	7455/0	15/08/2011	R\$ 85,12	218 * I
MCJ4179	8756015776	7455/0	08/10/2011	R\$ 85,12	218 * I
MCK3933	8756015387	6050/3	24/09/2011	R\$ 191,53	208
MCK6030	8756015145	7455/0	07/09/2011	R\$ 85,12	218 * I
MCL3316	8756015706	6050/3	04/10/2011	R\$ 191,53	208
MCO9427	8756014996	7455/0	03/09/2011	R\$ 85,12	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MCY9104	8756016450	6050/3	08/11/2011	R\$ 191,53	208
MDC3108	8756015310	7455/0	15/09/2011	R\$ 85,12	218 * I
MDC7501	8756015765	7455/0	08/10/2011	R\$ 85,12	218 * I
MDC9040	8756015338	5673/2	22/09/2011	R\$ 85,12	183
MDD9125	8756015513	6050/3	01/10/2011	R\$ 191,53	208
MDR2724	8756015479	7455/0	25/09/2011	R\$ 85,12	218 * I
MDT3821	8756015672	7455/0	04/10/2011	R\$ 85,12	218 * I
MDV5087	8756015367	6050/3	19/09/2011	R\$ 191,53	208
MDW1677	8756014597	5673/2	20/08/2011	R\$ 85,12	183
MDW6011	8756014846	7455/0	30/08/2011	R\$ 85,12	218 * I
MDY6901	8756015389	7455/0	25/09/2011	R\$ 85,12	218 * I
MDZ5434	8756014424	7455/0	11/08/2011	R\$ 85,12	218 * I
MEE3020	8756015421	7455/0	20/09/2011	R\$ 85,12	218 * I
MEI7524	8756014409	7455/0	12/08/2011	R\$ 85,12	218 * I
MEN0051	8756015626	7455/0	01/10/2011	R\$ 85,12	218 * I
MEN8139	8756015682	7455/0	06/10/2011	R\$ 85,12	218 * I
MEN8139	8756015737	7455/0	05/10/2011	R\$ 85,12	218 * I
MET9279	8756015932	7463/0	14/10/2011	R\$ 127,69	218 * II
MEX4242	8756014637	5673/2	17/08/2011	R\$ 85,12	183
MFA0859	8756015696	7455/0	08/10/2011	R\$ 85,12	218 * I
MFA7713	8756015478	7455/0	24/09/2011	R\$ 85,12	218 * I
MFB2805	8756016582	6050/3	18/11/2011	R\$ 191,53	208
MFF2458	8756014859	7455/0	26/08/2011	R\$ 85,12	218 * I
MFF8802	8756015802	7455/0	08/10/2011	R\$ 85,12	218 * I
MFN5079	8756015382	7463/0	23/09/2011	R\$ 127,69	218 * II
MFY8956	8756015054	5673/2	10/09/2011	R\$ 85,12	183
MGD9002	8756014194	6050/3	06/08/2011	R\$ 191,53	208
MGG0960	8756016287	5673/2	01/11/2011	R\$ 85,12	183
MGI2533	8756014416	7455/0	10/08/2011	R\$ 85,12	218 * I
MGJ7093	8756015388	7455/0	24/09/2011	R\$ 85,12	218 * I
MGM0914	8756014203	7455/0	03/08/2011	R\$ 85,12	218 * I
MGM9613	8756015003	7455/0	02/09/2011	R\$ 85,12	218 * I
MGN1424	8756016493	7455/0	10/11/2011	R\$ 85,12	218 * I
MGR5037	8756015285	7455/0	15/09/2011	R\$ 85,12	218 * I
MHL0677	8756015864	6050/3	14/10/2011	R\$ 191,53	208
MHP6374	8756015055	5673/2	10/09/2011	R\$ 85,12	183
MHT8587	8756015238	5673/2	18/09/2011	R\$ 85,12	183

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MHY9072	8756015278	7463/0	14/09/2011	R\$ 127,69	218 * II
MIG4620	8756016596	7455/0	14/11/2011	R\$ 85,12	218 * I
MIJ1710	8756014751	7455/0	26/08/2011	R\$ 85,12	218 * I
MIQ2869	8756016001	5673/2	20/10/2011	R\$ 85,12	183
MJG2109	8756015785	7455/0	03/10/2011	R\$ 85,12	218 * I
MJS9988	8756015710	5673/2	08/10/2011	R\$ 85,12	183
MLB7812	8756015034	5673/2	06/09/2011	R\$ 85,12	183
MWC0518	8756014008	7463/0	26/07/2011	R\$ 127,69	218 * II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 23 DE JANEIRO DE 2012

FABIANO MARTINS ADRIANO

AUTORIDADE MUN. DE TRÂNSITO

Edital De Notificação Por Autuação Pelo Cometimento De Infração De Trânsito Nº 756 268/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 3

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 756 268/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AIR7313	8756016813	7455/0	18/11/2011	218 * I
ALK6741	8756016842	5673/2	02/12/2011	183
ALK6741	8756016843	6050/3	02/12/2011	208
AWF2911	8756017432	7455/0	27/12/2011	218 * I
DLB9054	8756016833	7463/0	02/12/2011	218 * II
GUV1730	8756017243	7455/0	22/12/2011	218 * I
HQL0074	8756017451	7455/0	27/12/2011	218 * I
IHO5076	8756017372	7455/0	21/12/2011	218 * I
JUG7353	8756016778	7455/0	25/11/2011	218 * I
JZX5559	8756016659	7455/0	22/11/2011	218 * I
KEE0005	8756017317	7455/0	24/12/2011	218 * I
KNN9466	8756017443	7455/0	29/12/2011	218 * I
KRI0575	8756016720	7455/0	22/11/2011	218 * I
LXB4346	8756017334	7455/0	24/12/2011	218 * I
LXF3298	8756016654	5673/2	26/11/2011	183
LXJ7446	8756016900	7455/0	03/12/2011	218 * I
LXS5554	8756016789	7455/0	28/11/2011	218 * I
LXV1518	8756017216	7455/0	22/12/2011	218 * I
LXY2306	8756017298	7463/0	26/12/2011	218 * II
LYL4349	8756017075	7455/0	14/12/2011	218 * I
LYM1969	8756017000	7463/0	07/12/2011	218 * II
LYQ2993	8756016896	7455/0	02/12/2011	218 * I
LYX7377	8756017227	7463/0	22/12/2011	218 * II
LZB5219	8756017261	7455/0	22/12/2011	218 * I
MAP2377	8756016712	6050/3	29/11/2011	208
MAQ5812	8756017353	7463/0	15/12/2011	218 * II

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MAY4621	8756016883	7455/0	04/12/2011	218 * I
MBJ8673	8756017279	7455/0	21/12/2011	218 * I
MBK7955	8756017441	6050/3	01/01/2012	208
MBM1773	8756017308	7455/0	22/12/2011	218 * I
MBO8418	8756017323	7455/0	24/12/2011	218 * I
MBP5948	8756016870	7455/0	03/12/2011	218 * I
MBY5313	8756016782	7455/0	27/11/2011	218 * I
MBY9516	8756017414	5673/2	27/12/2011	183
MCA9809	8756017442	5673/2	02/01/2012	183
MCC0601	8756016904	7455/0	30/11/2011	218 * I
MCS4830	8756016851	5673/2	02/12/2011	183
MCX3879	8756017294	5673/2	24/12/2011	183
MCY9832	8756017429	5673/2	27/12/2011	183
MDH3199	8756016975	7455/0	11/12/2011	218 * I
MDO6655	8756016741	7455/0	23/11/2011	218 * I
MDW1417	8756016658	7455/0	22/11/2011	218 * I
MDY4209	8756017417	7455/0	29/12/2011	218 * I
MEJ3462	8756016979	7455/0	07/12/2011	218 * I
MEM2025	8756017310	7455/0	23/12/2011	218 * I
MEX3370	8756016866	7455/0	02/12/2011	218 * I
MFS6211	8756016868	7455/0	02/12/2011	218 * I
MFV2734	8756017395	7455/0	23/12/2011	218 * I
MGB0376	8756016662	7455/0	24/11/2011	218 * I
MGB0376	8756016864	7455/0	30/11/2011	218 * I
MGB0376	8756016921	7463/0	08/12/2011	218 * II
MGK6457	8756016738	7455/0	27/11/2011	218 * I
MGN1424	8756017309	7455/0	22/12/2011	218 * I
MGN4787	8756017292	7455/0	24/12/2011	218 * I
MGO0454	8756016837	7455/0	02/12/2011	218 * I
MGR2755	8756017277	5673/2	23/12/2011	183
MGV3375	8756016815	7455/0	29/11/2011	218 * I
MHF5000	8756016807	7455/0	18/11/2011	218 * I
MIA5621	8756016803	7455/0	26/11/2011	218 * I
MIB2328	8756016915	7455/0	05/12/2011	218 * I
MIM6180	8756017333	7455/0	19/12/2011	218 * I
MKA7660	8756016983	7455/0	08/12/2011	218 * I
MWE9077	8756017465	7455/0	29/12/2011	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 23 DE JANEIRO DE 2012

FABIANO MARTINS ADRIANO

AUTORIDADE MUN. DE TRÂNSITO

SAMAE**Portaria No SAMAE- 456, de 03 de Janeiro de 2012**

PORTARIA No SAMAE- 456, de 03 de Janeiro de 2012.

Autoriza a contratação de servidores em caráter temporário para o SAMAE.

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 15, inciso V, da Lei Complementar nº. 212, de 21/12/2001, alterada pela Lei Complementar nº. 234, de 12/12/2002, e Considerando-se a necessidade temporária de excepcional interesse público previsto no Inciso VIII do art.2º da Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterado pela Lei nº 2439, de 02/12/2009, e Decreto nº 2386, de 21/06/2011, RESOLVE:

Art.1º CONTRATAR TEMPORARIAMENTE para o cargo abaixo discriminado:

AGENTE DE COLETA E SELEÇÃO DE LIXO		
Nome	CPF	PERÍODO
ADRIANO OLIVEIRA	062415999-09	03/01/2012 a 30/04/2012
FABIANO ALVES DE QUADROS	054223239-12	03/01/2012 a 30/04/2012
FABIO STEUCK	896447199-72	03/01/2012 a 30/04/2012
JHONATAN DE OLIVEIRA OSS EMER	075931619-86	03/01/2012 a 30/04/2012
JOEL OLIVEIRA	074855918-98	03/01/2012 a 30/04/2012
MARCIO PEREIRA DOS SANTOS	040.396.689-28	03/01/2012 a 30/04/2012
MARIO STEFEN	765033139-34	03/01/2012 a 30/04/2012
WALMOR STEFFEN	704930659-20	03/01/2012 a 30/04/2012
MARCOS STEFFEN	765043289-00	18/01/2012 a 30/04/2012

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 03 de Janeiro de 2012; 142º ano de Fundação; 77º ano de Emancipação Política.

WALDIR GIRARDI

Diretor Presidente

Portaria No SAMAE- 457, de 03 de Janeiro de 2012

PORTARIA No SAMAE- 457, de 03 de Janeiro de 2012.

Autoriza a contratação de servidores em caráter temporário para o SAMAE.

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 15, inciso V, da Lei Complementar nº. 212, de 21/12/2001, alterada pela Lei Complementar nº. 234, de 12/12/2002, e Considerando-se a necessidade temporária de excepcional interesse público previsto no Inciso VIII do art.2º da Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterado pela Lei nº 2439, de 02/12/2009, e Decreto nº 2386, de 21/06/2011, RESOLVE:

Art.1º CONTRATAR TEMPORARIAMENTE para o cargo abaixo discriminado:

AUXILIAR OPERACIONAL I		
Nome	CPF	PERÍODO
GRAZIELE BORBA BELARMINO	080720879-59	12/01/12 A 30/03/12
JAINÉ LIARA GIRARDI	085272899-97	09/01/12 A 30/03/12
LIDES SOARES	576240039-53	16/01/12 A 30/03/12
LUIS D S DO NASCIMENTO	004163678-36	17/01/12 A 30/03/12
SILVIA STEFFEN HOELTGEBAUM	05181513956	03/01/12 A 30/03/12

VICTOR COMIS

079175279-80

03/01/12 A 30/03/12

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 03 de Janeiro de 2012; 142º ano de Fundação; 77º ano de Emancipação Política.

WALDIR GIRARDI

Diretor Presidente

Portaria No SAMAE- 460, de 11 de Janeiro de 2012.

PORTARIA No SAMAE- 460, de 11 de Janeiro de 2012.

Altera a data do término do período de contratação dos Servidores lotados no SAMAE

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 15, inciso V, da Lei Complementar nº. 212, de 21/12/2001, alterada pela Lei Complementar nº. 234, de 12/12/2002, e Considerando-se a necessidade temporária de excepcional interesse público prevista no Inciso VIII e do art. 2º da Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterada pela Lei nº 2.300, de 18/05/2006, Decreto nº 1476, de 02/01/2009, ou seja, a substituição de pessoal do SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto, por vacância nos casos de falecimento, aposentadoria, exoneração e demissão, ausência de candidatos em concursos públicos, ou nos casos de licença ou afastamento do exercício do cargo, para coleta, reciclagem, tratamento e disposição final de resíduos sólidos, RESOLVE: ALTERAR A DATA DE TÉRMINO

Do período de contratação dos servidores abaixo relacionados, com base na Lei nº 2.045/98, alterada pela Lei nº. 2.300, de 18/05/2006:

NOME	DATA TÉRMINO
AMADO CASTANHA	29/02/2012
CAMILA TROMBELL	30/03/2012
CARLA ROEDER LACAERDA	30/03/2012
CLENIO CESAR PERES LEAL	30/03/2012
DAYSE DIAS DE OLIVEIRA	30/03/2012
DIETMAR DE BORBA	29/02/2012
EMMERSON CLEITON NARDELLI	30/03/2012
ERENITA DE FATIMA M CASTANHA	29/02/2012
FABIO DALMOLIN	30/03/2012
GILNEI SCHUSTER	30/03/2012
GUSTAVO DUNCHATT ZETTERMANN	28/02/2012
IZOLETE DE SOUZA	30/03/2012
JAIR HAAKE	30/03/2012
JANETE APARECIDA COLARITES	30/03/2012
JANETE BILK	30/03/2012
LUIZ CARLOS BASSANI	30/03/2012
MARCIO CARDOSO	30/03/2012
MARCIO DE BORBA	28/02/2012
VALDECIR ANACLETO CARDOSO	30/03/2012
VANDERLEI DE JESUS	30/03/2012
VANDERLEI GESSNER	30/03/2012

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 11 de Janeiro de 2012; 142º ano de Fundação; 77º ano de Emancipação Política.

WALDIR GIRARDI

Diretor Presidente

Portaria No SAMAE-458, de 06 de Janeiro de 2012.

PORTARIA No SAMAE-458, de 06 de Janeiro de 2012.

Dispensa o Servidor da Função Gratificada na Administração Indireta.

O Diretor Presidente do SAMAE, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 15, inciso V, da LC nº 212/2001, e com fundamento no artigo 37, Incisos V da Constituição Federal, artigo 11, parágrafo 3, da Lei Complementar n.º 01, de 22/10/1993, alterada pela Lei Complementar nº 139, de 02/07/1998, e artigo 13 da Lei Complementar n.º 212, de 21/12/2001, RESOLVE:

DISPENSAR DA FUNÇÃO GRATIFICADA

A Servidora abaixo relacionada, a contar de 02 de Janeiro do ano corrente:

SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

NOME	SÍMBOLO	%	FUNÇÃO
KELI F. CATTONI	FG	30	TESOURARIA

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 06 de Janeiro de 2012; 142º ano de Fundação; 77º ano de Emancipação Política.

WALDIR GIRARDI
Diretor Presidente

Portaria No SAMAE-459, de 06 de Janeiro de 2012.

PORTARIA No SAMAE-459, de 06 de Janeiro de 2012.

Designa a Servidora para exercer Função Gratificada na Administração Indireta.

O Diretor Presidente do SAMAE, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 15, inciso V, da LC nº 212/2001, e com fundamento no artigo 37, Incisos V da Constituição Federal, artigo 11, parágrafo 3, da Lei Complementar n.º 01, de 22/10/1993, alterada pela Lei Complementar nº 139, de 02/07/1998, e artigo 13 da Lei Complementar n.º 212, de 21/12/2001, RESOLVE:

DESIGNAR EM FUNÇÃO GRATIFICADA

A Servidora abaixo relacionada, a contar de 02 de Janeiro de 2012:

NOME	SÍMBOLO	%	FUNÇÃO
LUCIANE ZENKE	FG	30	TESOURARIA

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 06 de Janeiro de 2012; 142º ano de Fundação; 77º ano de Emancipação Política.

WALDIR GIRARDI
Diretor Presidente

Portaria Nº SAMAE - 461, de 12 de Janeiro de 2012.

PORTARIA Nº SAMAE - 461, de 12 de Janeiro de 2012.

Concede de Licença para Tratamento de Saúde ao servidor ZONADIR PATRÍCIO.

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº. 212, de 21/12/2001, alterada pela Lei Complementar nº. 234, de 12/12/2002, com base nos artigos 170 e 172 da Lei Complementar nº 01, regulamentado pelos artigos 35 e 38 da Lei Complementar nº 136, de 02/07/1998 resolve

CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

Ao servidor ZONADIR PATRÍCIO, ocupante do cargo de AUXILIAR ADMINISTRATIVO, sendo:

I. No período 02 a 31 de Janeiro de 2012, a título de auxílio doença.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 12 de Janeiro de 2012.

WALDIR GIRARDI
Diretor Presidente

Portaria Nº SAMAE - 462, de 16 de Janeiro de 2012

PORTARIA Nº SAMAE - 462, de 16 de Janeiro de 2012.

Concede Licença Prêmio convertida em Pecúnia Total a Servidora Efetiva.

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº. 212, de 21/12/2001, alterada pela Lei Complementar nº. 234, de 12/12/2002, com base nos artigos 97 e 101 da Lei Complementar nº 01, de 22/10/1993, RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO CONVERTIDA EM PECÚNIA TOTAL

A servidora,
KELI FRANCIELE CATTONI, ocupante do cargo de AUXILIAR ADMINISTRATIVO, conforme Processo RH 01/2012.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 16 de Janeiro de 2012; 142º ano de Fundação; 77º ano de Emancipação Política.

WALDIR GIRARDI
Diretor Presidente

Portaria Nº. SAMAE- 454, de 02 de Janeiro de 2012

PORTARIA nº. SAMAE- 454, de 02 de Janeiro de 2012.

Concede exoneração aos servidores abaixo contratados para o cargo de AUXILIAR OPERACIONAL I, a contar da data abaixo mencionada.

O Diretor Presidente do SAMAE, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 15, inciso V, da LC nº 212/2001, e com fundamento no artigo 49 da Lei Complementar nº 01, de 22/10/1993; RESOLVE:

CONCEDER EXONERAÇÃO

Aos servidores

ADRIANO OLIVEIRA, contratado para o cargo de Auxiliar Operacional I, do Quadro de Servidores Públicos do SAMAE, o qual foi nomeado pela Portaria nº SAMAE 397, de 01 de Março de 2011, a contar de 02 de Janeiro de 2012;

FABIANO ALVES DE QUADROS, contratado para o cargo de Auxiliar Operacional I, do Quadro de Servidores Públicos do SAMAE, o qual foi nomeado pela Portaria nº SAMAE 444, de 01 de Outubro de 2011, a contar de 02 de Janeiro de 2012;

FABIO STEUCK, contratado para o cargo de Auxiliar Operacional I, do Quadro de Servidores Públicos do SAMAE, o qual foi nomeado pela Portaria nº SAMAE 439, de 01 de Setembro de 2011, a contar de 02 de Janeiro de 2012;

JHONATAN DE OLIVEIRA OSS EMER, contratado para o cargo de Auxiliar Operacional I, do Quadro de Servidores Públicos do SAMAE, o qual foi nomeado pela Portaria nº SAMAE 350, de 01 de Março de 2010, a contar de 02 de Janeiro de 2012;

JOEL OLIVEIRA, contratado para o cargo de Auxiliar Operacional I, do Quadro de Servidores Públicos do SAMAE, o qual foi nomeado pela Portaria nº SAMAE 439, de 01 de Setembro de 2011, a contar de 02 de Janeiro de 2012;

MARCIO PEREIRA DOS SANTOS, contratado para o cargo de Auxiliar Operacional I, do Quadro de Servidores Públicos do SAMAE, o qual foi nomeado pela Portaria nº SAMAE 444, de 03 de Outubro de 2011, a contar de 02 de Janeiro de 2012;

MARIO STEFFEN, contratado para o cargo de Auxiliar Operacional I, do Quadro de Servidores Públicos do SAMAE, o qual foi nomeado pela Portaria nº SAMAE 350, de 01 de Março de 2010, a contar de 02 de Janeiro de 2012;

NEUSA CASTANHA, contratada para o cargo de Auxiliar Operacional I, do Quadro de Servidores Públicos do SAMAE, o qual foi

nomeada pela Portaria nº SAMAE 364, de 30 de Junho de 2010, a contar de 01 de Janeiro de 2012;
SUZANA MORAIS, contratada para o cargo de Auxiliar Operacional I, do Quadro de Servidores Públicos do SAMAE, o qual foi nomeada pela Portaria nº SAMAE 406, de 15 de Abril de 2010, a contar de 01 de Janeiro de 2012;

VERA LUCIA RIBEIRO DOS SANTOS, contratada para o cargo de Auxiliar Operacional I, do Quadro de Servidores Públicos do SAMAE, o qual foi nomeada pela Portaria nº SAMAE 367, de 16 de Agosto de 2010, a contar de 01 de Janeiro de 2012.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 02 de Janeiro de 2012; 142o ano de Fundação; 77o ano de Emancipação Política.

WALDIR GIRARDI
Diretor Presidente

Portaria SAMAE No 455, de 03 de Janeiro de 2012

PORTARIA SAMAE No 455, DE 03 de Janeiro de 2012.

Autoriza Servidor a conduzir veículo oficial, em serviço.

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº. 212, de 21/12/2001, alterada pela Lei Complementar nº. 234, de 12/12/2002, e

Considerando que a Lei 9.503/97 que estatuiu o Código de Trânsito Brasileiro estabelece em seu artigo 257, §3º, que ao condutor caberá a responsabilidade pelas infrações decorrentes de atos praticados na direção do veículo;

Considerando que por força do Pré-Julgado nº 1.216 da lavra do Auditor Evângelo Spyros Diamantaras, onde, em seu teor assenta que "A responsabilidade pelo pagamento das multas de trânsito cabe a quem as cometeu, ou seja, ao motorista, se a infração for inerente à condução do veículo, ou ao responsável pela manutenção e pagamento de taxas, se este deixar de fazê-lo.", RESOLVE: AUTORIZAR A CONDUÇÃO DE VEÍCULO OFICIAL NOS TERMOS QUE SE IMPÕE:

Art. 1º - Fica o Servidor Público abaixo identificado, a contar desta data, autorizada a conduzir veículo oficial de propriedade deste Município, quando no exercício de suas funções necessitar deslocamento e não haja motorista oficial disponível:

SAMAE

NOME	CARGO	Nº CNH / CATEGORIA
VALDECIR ANACLETO CARDOSO	OPERADOR DE MÁQUINA	00847368739/AC

Art. 2º - Fica o servidor desde já cientificado que durante o período em que estiver de posse do veículo é responsável não só por sua conservação, nos termos do artigo 117, inciso VII da LC 01/93, como também por todo ato que venha a executar com o veículo na via pública, respondendo diretamente pelo adimplemento de toda e qualquer despesa que, pela incorreta utilização do veículo, venha ocasionar à administração e/ou terceiros, em especial as penalidades por infrações de trânsito.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 03 de Janeiro de 2012; 142o ano de Fundação; 77o ano de Emancipação Política.

WALDIR GIRARDI

Aviso Pregão Presencial 0006-2012 Aquisição De Materiais Químicos E Reagentes

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ

SAMAE -SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

DE TIMBÓ

AVISO DE PREGÃO Nº 000006/2012

O SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto torna público, de acordo com a Lei nº 8.666/93, que fará realizar Pregão do tipo menor preço unitário objetivando a AQUISIÇÃO DE REAGENTES E PRODUTOS DESTINADO AO LABORATORIO E MATERIAIS QUIMICOS DESTINADOS AO TRATAMENTO DE ÁGUA. O edital encontra-se à disposição dos interessados no Departamento de Licitações, Rua Duque de Caxias, 56 - Centro, Timbó/SC das 08:00 às 12:00 e das 14:00 às 17:00 horas, de segunda a sexta-feira, disponível também na Internet, no seguinte endereço www.timbo.sc.gov.br ou poderão ser solicitados para o e-mail bea-tris@samaetimbo.com.br.

Os envelopes (Habilitação e Propostas) serão recebidos até às 08:40 horas do dia 06 de fevereiro de 2012 na sala de reuniões da Prefeitura Municipal de Timbó, no Departamento de Compras sala nº 1, na Av. Getúlio Vargas, 700, Centro, com participação aberta às proponentes e ao público.

TIMBO (SC), 23/01/2012.

WALDIR GIRARDI
Diretor Presidente

Aviso Retificação Pregão Presencial 0003-2012 Contratação De Hora Máquina

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

SAMAE TIMBÓ

EDITAL DE PREGÃO Nº. 00003/2012

AVISO RETIFICAÇÃO DE EDITAL

O SAMAE DE TIMBÓ, leva ao conhecimento dos interessados que o Edital de Pregão Presencial nº. 00003/2012, do tipo menor preço, que trata da CONTRATAÇÃO DE HORA MÁQUINA RETRO ESCAVADEIRA PARA MANUTENÇÃO DAS REDES DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA (ESCAVAÇÃO E REATERRO DE VALAS, foram acrescidas as seguintes exigências acerca do objeto:

O equipamento deve está em perfeito estado de conservação, possuir no máximo cinco anos de uso e ter todos seus assessorios conforme especificação do fabricante e legislação pertinente; Também deverá possuir o conjunto de conchas da escavadeira (pequena, média e grande) para troca quando necessário; Após a empresa contratada ser acionada a mesma terá uma Hora para se apresentar com o equipamento adequado e operador habilitado, na sede do SAMAE, localizada na Rua Duque de Caxias nº 56, Centro, Timbó ou em local especificado pela mesma; O serviço prestado ao SAMAE não será contínuo devendo ser pago somente as horas comprovadamente trabalhadas.

Permanecem inalteradas as demais características dos itens e as demais condições do edital.

Sendo assim fica prorrogado o prazo para entrega dos envelopes para dia 08/02/2012 às 10h30min e abertura das propostas e etapa de lances para dia 08/02/2012 às 10h45min.

TIMBÓ (SC), 23/01/2012.

WALDIR GIRARDI
Diretor Presidente

Turvo

PREFEITURA

Decreto 03/2012

DECRETO Nº 003/12, de 06 de janeiro de 2012.
SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONALDO CARLESSI, Prefeito Municipal de Turvo/SC, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto no art. 5º da Lei nº 2.108/11 (Lei Orçamentária Anual), de 13/12/2011

DECRETA

Art. 1º. Fica suplementado o crédito orçamentário no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Turvo no valor de R\$ 2.265.000,00 (dois milhões e duzentos e sessenta e cinco mil reais), assim classificados:

06.01 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

12.365.0010.1.018 - CONST. E/OU AMPLIAÇÃO DE SALA DE AULA CRECHE

4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0022.0 (47) - Aplicações Diretas R\$ 400.000,00

13.392.0039.2.015 - MANUTENÇÃO E DIVULGAÇÃO DA CULTURA
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0024.0 (63) - Aplicações Diretas R\$ 85.000,00

07.01 - SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

15.452.0007.1.004 - VIAS URBANAS, PAVIM. PASSEIO PÚBLICO E PRAÇA PÚBLICA

4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0024.0(75) - Aplicações Diretas R\$ 280.000,00

17.512.0057.1.032 - SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO

4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0024.0(77) - Aplicações Diretas R\$ 1.500.000,00

Art. 2º. A execução do disposto no art. 1º correrá à conta do excesso de arrecadação no valor de R\$ 400.000,00 da fonte de recursos de convênios (0022) e no valor de R\$ 1.865.000,00 da fonte de recursos de convênios (0024).

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo(SC), 06 de janeiro de 2012.

RONALDO CARLESSI

Prefeito Municipal

Pub. e registrado o presente Decreto nesta Secretaria na data supra.

NESTOR RECO

Secretário de Adm. e Finanças-designado.

Convenio FMS 01/2012

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO

Fundo Municipal de Saúde

EXTRATO DE CONVENIO

CONVENIO No 001/2012

CONVENIADA: Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Turvo

OBJETO: Execução de forma descentralizada, dos procedimentos de atenção básica (PAB), com prestação de serviços médicos e odontológicos a seus associados.

VALOR: R\$ 10.544,88

VIGÊNCIA: janeiro a dezembro/2012

Convenio PMT 01/2012

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO

EXTRATO DE CONVENIO

CONVENIO No 001/2012

CONVENIADA: Apae - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais

OBJETO: Execução de forma descentralizada, do(s) Programa(s) de Atendimento a Pessoas Portadoras de Deficiência

VALOR: R\$ 12.405,60

VIGÊNCIA: janeiro a dezembro/2012

Convenio PMT 02/2012

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO

CONVENIO No 002/2012

CONVENIADA: Apae - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais

OBJETO: Execução de forma descentralizada, do(s) Programa(s) de Atendimento a Pessoas Portadoras de Deficiência, visando exclusivamente na contratação de pessoal e respectivos encargos sociais.

VALOR: R\$ 35.000,00

VIGÊNCIA: março a dezembro/2012

Vidal Ramos

PREFEITURA

Pregão Registro de Preços Nº. 01/2012 - Pneus Agricultura

Prefeitura de Vidal Ramos

Fundo Desenvolvimento Agropecuário de Vidal Ramos

Setor de Compras

PREGÃO Nº. 01/2012

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº. 01/2012

OBJETO: PNEUS NOVOS CONFORME RELAÇÃO DESTINADOS À REPOSIÇÃO EM VEÍCULOS DA FROTA DO DEPARTAMENTO DA AGRICULTURA DESTA MUNICIPALIDADE. Quantidade apurada por estimativa com previsão de entrega fragmentada de acordo com o consumo, mediante requisição prévia.

REGIMENTO: O Fundo Desenvolvimento Agropecuário de Vidal Ramos, doravante denominada ENTIDADE DE LICITAÇÃO, designada pela PORTARIA Nº. 257/2005 de 26/08/2005, torna público aos interessados, que estará reunida no dia, hora e local abaixo discriminado, a fim de receber, abrir e examinar documentação e propostas de empresas que pretendam participar do PREGÃO PRESENCIAL nº. 01/2012, do tipo MENOR LANCE POR ITEM, tudo de conformidade com as regras estipuladas na Lei nº. 10.520, de 17/07/2002, Decreto nº. 3.555, de 08/08/2000, Decreto nº. 3.693 de 20/12/2000, Decreto nº. 3.784 de 06/04/01, Lei nº. 6.474, de 06/08/2002, Decreto nº. 0199, de 09/06/2003 e legislação correlata aplicando-se, subsidiariamente, a Lei 8.666, de 21/06/93, com suas alterações e demais exigências deste Edital.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS E ABERTURA: Até o dia



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

01/02/2012 às 10:30 min.

LOCAL: Sala de Reuniões da Prefeitura Municipal de Vidal Ramos sita à Avenida Jorge Lacerda, 1180, Centro, Vidal Ramos /SC.

ÁREA RESPONSÁVEL: Departamento de Compras e Licitações

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital, o Decreto que regulamenta a modalidade e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, Avenida Jorge Lacerda nº. 1180, centro, Setor de Compras nos seguintes horários, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 HRS, telefone (47) 3356-1122, email: compras@prefeituravidalramos.com.br.

Prefeito Municipal
NABOR JOSÉ SCHMITZ

Pregão Registro de Preços Nº. 02/2012 - Pneus Saúde

Prefeitura de Vidal Ramos
Fundo Municipal de Saúde de Vidal Ramos
Setor de Compras
PREGÃO Nº. 02/2012
PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº. 02/2012

OBJETO: PNEUS NOVOS CONFORME RELAÇÃO DESTINADOS À REPOSIÇÃO EM VEÍCULOS DA FROTA DO DEPARTAMENTO DE SAÚDE DESTA MUNICIPALIDADE. Quantidade apurada por estimativa com previsão de entrega fragmentada de acordo com o consumo, mediante requisição prévia.

REGIMENTO: O Fundo Municipal de Saúde de Vidal Ramos, doravante denominada ENTIDADE DE LICITAÇÃO, designada pelo PORTARIA Nº. 257/2005 de 26/08/2005, torna público aos interessados, que estará reunida no dia, hora e local abaixo discriminado, a fim de receber, abrir e examinar documentação e propostas de empresas que pretendam participar do PREGÃO PRESENCIAL nº. 02/2012, do tipo MENOR LANCE POR ITEM, tudo de conformidade com as regras estipuladas na Lei nº. 10.520, de 17/07/2002, Decreto nº. 3.555, de 08/08/2000, Decreto nº. 3.693 de 20/12/2000, Decreto nº. 3.784 de 06/04/01, Lei nº. 6.474, de 06/08/2002, Decreto nº. 0199, de 09/06/2003 e legislação correlata aplicando-se, subsidiariamente, a Lei 8.666, de 21/06/93, com suas alterações e demais exigências deste Edital.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Até o dia 01/02/2012, às 10:00 horas

LOCAL: Sala de Reuniões da Prefeitura Municipal de Vidal Ramos sita à Avenida Jorge Lacerda, 1180, Centro, Vidal Ramos /SC.

ÁREA RESPONSÁVEL: Departamento de Compras e Licitações

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital, o Decreto que regulamenta a modalidade e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, Avenida Jorge Lacerda nº. 1180, centro, Setor de Compras nos seguintes horários, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 HRS, telefone (47) 3356-1122, e-mail: compras@prefeituravidalramos.com.br.

Prefeito Municipal
NABOR JOSÉ SCHMITZ

Pregão Registro de Preços Nº. 16/2012 - Pneus Prefeitura

Prefeitura de Vidal Ramos
Prefeitura Municipal de Vidal Ramos

Setor de Compras
PREGÃO Nº. 16/2012
PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº. 16/2012

OBJETO: PNEUS NOVOS CONFORME RELAÇÃO DESTINADOS À REPOSIÇÃO EM VEÍCULOS DA FROTA DO DEPARTAMENTO DE OBRAS E EDUCAÇÃO DESTA MUNICIPALIDADE. Quantidade apurada por estimativa com previsão de entrega fragmentada de acordo com o consumo, mediante requisição prévia.

REGIMENTO: A Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, doravante denominada ENTIDADE DE LICITAÇÃO, designada pelo PORTARIA Nº. 257/2005 de 26/08/2005, torna público aos interessados, que estará reunida no dia, hora e local abaixo discriminado, a fim de receber, abrir e examinar documentação e propostas de empresas que pretendam participar do PREGÃO PRESENCIAL nº. 16/2012, do tipo MENOR LANCE POR ITEM, tudo de conformidade com as regras estipuladas na Lei nº. 10.520, de 17/07/2002, Decreto nº. 3.555, de 08/08/2000, Decreto nº. 3.693 de 20/12/2000, Decreto nº. 3.784 de 06/04/01, Lei nº. 6.474, de 06/08/2002, Decreto nº. 0199, de 09/06/2003 e legislação correlata aplicando-se, subsidiariamente, a Lei 8.666, de 21/06/93, com suas alterações e demais exigências deste Edital.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS e ABERTURA: Até o dia 01/02/2012, às 9:00 horas.

LOCAL: Departamento Administração da Prefeitura Municipal de Vidal Ramos sita à Avenida Jorge Lacerda, 1180, Centro, Vidal Ramos /SC.

ÁREA RESPONSÁVEL: Departamento de Compras e Licitações

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital, o Decreto que regulamenta a modalidade e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, Avenida Jorge Lacerda nº. 1180, centro, Setor de Compras nos seguintes horários, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 HRS, telefone (47) 3356-1122, email: compras@prefeituravidalramos.com.br.

Prefeito Municipal
NABOR JOSÉ SCHMITZ

Videira

PREFEITURA

Resolução Nº 06 do Edital de Processo Seletivo Nº 004/2011

Prefeitura Municipal de Videira
Estado de Santa Catarina
Secretaria Municipal de Educação
RESOLUÇÃO Nº 06

DO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO nº 004/2011

RETIFICA A RESOLUÇÃO 04 DO JULGAMENTO DOS RECURSOS CONTRA A CLASSIFICAÇÃO FINAL E A RESOLUÇÃO 05 DA CLASSIFICAÇÃO FINAL DOS RECURSOS.

O Prefeito Municipal de Videira, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe conferem a Constituição Federal, a Lei Orgânica Municipal e emendas, juntamente com a Comissão de Coordenação e de Fiscalização do Processo Seletivo, de acordo com o Edital de Processo Seletivo nº 004/2011 e suas retificações, com execução técnico-administrativa do Instituto o Barriga Verde, conforme contrato de prestação de serviço n.

423/2011, RESOLVE tornar público o que segue:

Retifica-se a Resolução 04 de Julgamento dos Recursos contra a classificação preliminar a qual deve ser acrescido o seguinte caso devidamente analisado e julgado, recurso que foi apresentado tempestivamente:

	Nº do Candidato	Código do Cargo	Pedido	Resultado
Caso 12	0286	18	A candidata solicita reavaliação dos seus títulos sob a alegação de que sua pós-graduação não foi contabilizada	Procedente: O título de pós-graduação da candidata não foi contabilizado, no entanto, o certificado estava anexo e dentro das normas do edital, altera-se sua pontuação para 1,50.

Tendo em vista a retificação acima, RETIFICA-SE a CLASSIFICAÇÃO FINAL dos candidatos aprovados DO Cargo 18- Professor de Ensino Fundamental Séries Finais de Geografia (Habilitado) conforme consta do anexo I desta resolução, listados em ordem decrescente de classificação, já considerados os critérios de desempate, que passa a vigorar da seguinte forma:

18 – Professor de Ensino Fundamental Séries Finais de Geografia 6º ao 9º ano/série (HABILITADO) – 01 vaga

Nº Inscrição	Nome do Candidato	Português	C. Gerais	Específica	Total da Prova Escrita	NOTA PROVA ESCRITA (Fator de multiplicação = 0,80)	Títulos peso 02	Nota Final	Classificação
000186	Naura Scur	0,000	1,200	4,000	5,200	4,160	1,500	5,660	1º
000667	Neusa Aparecida Gonçalves Lins	0,800	1,600	2,800	5,200	4,160	1,500	5,660	2º
000286	Adriana Aparecida de Oliveira Oliari	0,000	1,200	3,200	4,400	3,520	1,500	5,020	3º
000024	Vanderlei Pires	0,400	0,000	3,600	4,000	3,200	0,500	3,700	4º

Esta resolução será encaminhada ao Prefeito Municipal para que baixe ato oficial de homologação do resultado final com a devida retificação.

Videira, 20 de Janeiro de 2012.
JORGE ANTONIO LOPES OLIVEIRA
Vice- Prefeito na Chefia do Executivo Municipal

Resolução Nº 07 do Edital de Processo Seletivo Nº 004/2011

Prefeitura Municipal de Videira
Estado de Santa Catarina
Secretaria Municipal de Educação
RESOLUÇÃO Nº 07

DO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO nº 004/2011
RETIFICA A CLASSIFICAÇÃO FINAL

O Prefeito Municipal de Videira, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe conferem a Constituição Federal, a Lei Orgânica Municipal e emendas, juntamente com a Comissão de Coordenação e de Fiscalização do Processo Seletivo, de acordo com o Edital de Processo Seletivo nº 004/2011 e suas retificações, com execução técnico-administrativa do Instituto o Barriga Verde, conforme contrato de prestação de serviço n. 423/2011, RESOLVE tornar público o que segue:

1. Atendendo o que estabelece o Edital de Processo Seletivo n. 004/2011, e após julgados os recursos contra a classificação preliminar, RETIFICA-SE a CLASSIFICAÇÃO FINAL dos candidatos

aprovados, tendo em vista equívocos nos critérios de desempate candidatos inscrição 0611, 0704 e 0860.

2. Segue republicada no anexo I desta resolução a classificação final completa com as devidas retificações.

3. A classificação final dos candidatos portadores de deficiência física segue conforme listado abaixo:

Classificação dos Candidatos Portadores de Deficiência Física

Candidato Único

Nº Inscrição	Nome do Candidato	Data Nascimento	Português	C. Gerais	Nota Final	Classificação
000855	Luciani Cristini Gomes (PNE)	09/03/76	2,00	2,00	4,00	1º.

4. Atendendo o que estabelece o Edital e legislação acerca do assunto, a vigésima (20ª) vaga do cargo (20 x 5% = 1,00), será preenchida pelo portador de deficiência, quando for o caso.

5. Esta resolução devidamente retificada será encaminhada ao Prefeito Municipal para que baixe ato oficial de homologação do resultado final.

Videira, 20 de Janeiro de 2012.
JORGE ANTONIO LOPES OLIVEIRA
Vice- Prefeito na Chefia do Executivo Municipal

Município de Videira

Edital de Processo Seletivo - Nº 004/2011 – Magistério **ANEXO I – CLASSIFICAÇÃO FINAL****01 – Auxiliar de Serviços Gerais - 01 vaga**

Nº Inscrição	Nome do Candidato	Data Nascimento	Português	C. Gerais	Nota Final	Classificação
000165	Kelly Serafini	12/08/91	4,50	3,00	7,50	1º.
000526	Luciana Dalves Bevilaqua	10/09/80	3,50	3,50	7,00	2º.
000092	Miriam Rigo Demori	16/05/83	3,50	3,50	7,00	3º.
000519	Albertina de Matos	15/02/51	3,00	4,00	7,00	4º.
000160	Marlise Gorete Pasquali Camargo	04/01/77	2,50	4,50	7,00	5º.
000064	Marilena Calza	24/04/62	4,00	2,50	6,50	6º.
000506	Silvana Aparecida Falchetti Antunes Ribeiro	23/08/76	4,00	2,50	6,50	7º.
000909	Fernanda Melek	29/04/82	4,00	2,50	6,50	8º.
000126	Juliana Rodrigues	09/11/91	4,00	2,50	6,50	9º.
000118	Mairalline Pereira Fragozo	04/01/94	4,00	2,50	6,50	10º.
000235	Salete Bazei Franciscatto	24/04/62	3,50	3,00	6,50	11º.
000323	Salete Boniatti Grassi	03/06/64	3,50	3,00	6,50	12º.
000190	Eliane Bisol	13/12/87	3,50	3,00	6,50	13º.
000370	Jaine Patricio	12/06/92	3,50	3,00	6,50	14º.
000073	Jheniffer Lins Thibes	05/11/92	3,00	3,50	6,50	15º.
000680	Nelci Terezinha Mayer Scheid	16/02/66	2,50	4,00	6,50	16º.
000468	Rosenilda Domingues de Souza	28/07/88	2,50	4,00	6,50	17º.
000758	Angelita Rampon Kramer	24/11/79	4,50	1,50	6,00	18º.
000847	Marly Elenice Zwierewicz	22/06/84	4,00	2,00	6,00	19º.
000855	Luciani Cristini Gomes (PNE)	09/03/76	2,00	2,00	4,00	20º.
000096	Simone Varela	25/11/78	3,50	2,50	6,00	21º.
000199	Camila Osvaldina Ribeiro Pontes	27/05/91	3,50	2,50	6,00	22º.
000269	Ana Paula Lamonatto	27/10/92	3,50	2,50	6,00	23º.
000281	Daniela Fachi de Oliveira	12/03/93	3,50	2,50	6,00	24º.
000288	Marlene Weis Pereira de Jesus	17/11/73	3,00	3,00	6,00	25º.
000184	Kelly Ana Mühlbrandt	28/10/79	3,00	3,00	6,00	26º.
000131	Dirlene Aparecida Thibes Alves Laidnes	05/07/81	3,00	3,00	6,00	27º.
000046	Marizete Pereira da Silva	31/05/86	3,00	3,00	6,00	28º.
000219	Sirlei Maria Tomaz da Silva	07/08/68	2,50	3,50	6,00	29º.
000188	Glacy da Silva Freitas	22/01/70	2,50	3,50	6,00	30º.
000826	Luiza Fátima Deon	22/02/80	2,50	3,50	6,00	31º.
000608	Giseli da Silva	26/03/90	2,50	3,50	6,00	32º.
000796	Micheli Cristina Polli	04/03/94	2,50	3,50	6,00	33º.
000306	Leonida Wuerzius	05/12/65	2,00	4,00	6,00	34º.
000905	Samanta de Souza Bonatto	28/08/79	2,00	4,00	6,00	35º.
000301	Janice Lira	26/01/80	3,50	2,00	5,50	36º.
000878	Soeli Aparecida Corrêa	24/12/71	3,00	2,50	5,50	37º.
000413	Neila do Carmo Lemos	18/08/76	3,00	2,50	5,50	38º.
000023	Carolina Gonçalves	07/02/87	3,00	2,50	5,50	39º.
000434	Ana Carolina Soares dos Santos	13/05/87	3,00	2,50	5,50	40º.
000326	Eveline Cristine Ribeiro	27/03/88	3,00	2,50	5,50	41º.
000262	Ana Carolina Lascoski	09/11/91	3,00	2,50	5,50	42º.
000044	Neiva Perotoni Lopes Duarte	25/04/65	2,50	3,00	5,50	43º.
000238	Rosangela Riberio Alves dos Santos	09/10/73	2,50	3,00	5,50	44º.
000275	Eliane Alves Moreira Betiato	08/10/81	2,50	3,00	5,50	45º.
000034	Eliane de Miranda Girardi	24/08/83	2,50	3,00	5,50	46º.
000116	Cristiane Brancalione	25/03/86	2,50	3,00	5,50	47º.
000517	Adelaide Rossi	12/07/91	2,50	3,00	5,50	48º.
000011	Mayara Natascha Padilha	11/12/91	2,50	3,00	5,50	49º.
000409	Iria Ines Goularte	26/02/61	2,00	3,50	5,50	50º.
000150	Noeli Fatima Botegal Peretti	18/09/64	2,00	3,50	5,50	51º.
000041	Laide Moreira	15/01/69	2,00	3,50	5,50	52º.
000059	Valdete Lucia Franzosi	05/11/76	2,00	3,50	5,50	53º.
000421	Cleila Salete Vink Closs de Moraes	15/04/82	2,00	3,50	5,50	54º.
000241	Elizangela Aparecida Ribeiro	26/05/82	2,00	3,50	5,50	55º.

Edital 04/2011 – PM Videira [RE07] p.2

000240	Clarissa Maria Meisterlin	23/05/86	2,00	3,50	5,50	56°.
000546	Lucia Fernandes	11/06/83	1,50	4,00	5,50	57°.
000317	Dirlei Zuffo	07/06/63	3,50	1,50	5,00	58°.
000490	Cristina Maria Caon Grando	22/06/86	3,50	1,50	5,00	59°.
000169	Delaize Trindade	14/03/89	3,50	1,50	5,00	60°.
000127	Luana Cristina Moreira	01/06/93	3,50	1,50	5,00	61°.
000295	Maria Salete Moriggi	05/10/62	3,00	2,00	5,00	62°.
000829	Martha Schror	09/09/64	3,00	2,00	5,00	63°.
000279	Sandra Roberti Demiciano	02/12/76	3,00	2,00	5,00	64°.
000327	Eliane Rute Andrin Alves	03/02/81	3,00	2,00	5,00	65°.
000352	Debora Honorato Ferreira	18/05/89	3,00	2,00	5,00	66°.
000664	Alessandra de Lima Feltrin	25/09/91	3,00	2,00	5,00	67°.
000624	Terezinha Salete Bavaresco	23/11/53	2,50	2,50	5,00	68°.
000215	Angelita de Fátima Godoi Gris	30/10/68	2,50	2,50	5,00	69°.
000290	Creusa das Chagas	15/07/71	2,50	2,50	5,00	70°.
000108	Fabiani Brezolim	30/11/77	2,50	2,50	5,00	71°.
000192	Elaine Brando	28/06/79	2,50	2,50	5,00	72°.
000282	Edina Cordeiro dos Santos	23/01/80	2,50	2,50	5,00	73°.
000336	Alini Rissi	27/04/82	2,50	2,50	5,00	74°.
000760	Eliane Aparecida Fantin de Assis	18/04/85	2,50	2,50	5,00	75°.
000082	Maria Salte Pin Moreira	20/09/85	2,50	2,50	5,00	76°.
000076	Elisane Benedetti	25/10/86	2,50	2,50	5,00	77°.
000543	Carine Terezinha Rosa	11/08/87	2,50	2,50	5,00	78°.
000861	Patrícia de Oliveira	16/02/91	2,50	2,50	5,00	79°.
000491	Eunice da Aparecida Sales	27/04/95	2,50	2,50	5,00	80°.
000058	Ana Paula Rodrigues	04/12/00	2,50	2,50	5,00	81°.
000109	Leonice Pimel Salgado	02/05/	2,50	2,50	5,00	82°.
000234	Jucilene Maria Favarin	15/03/73	2,00	3,00	5,00	83°.
000060	Viviane Morais Nunes	18/03/75	2,00	3,00	5,00	84°.
000455	Dilonete Libardoni	22/04/75	2,00	3,00	5,00	85°.
000284	Mery Angella Muhlbranodt	22/05/78	2,00	3,00	5,00	86°.
000541	Kelly Aparecida Brancalione	07/04/82	2,00	3,00	5,00	87°.
000569	Larisse Fabíola Bressiani	02/06/82	2,00	3,00	5,00	88°.
000744	Sabrina Roberta Brunetta	28/01/83	2,00	3,00	5,00	89°.
000462	Lucilene Cordeiro dos Santos	27/08/83	2,00	3,00	5,00	90°.
000267	Dulcimar Terezinha Cardoso	06/12/83	2,00	3,00	5,00	91°.
000710	Samia Gabriela dos Santos	07/09/93	2,00	3,00	5,00	92°.
000472	Andreia Patrícia Gomes	14/05/82	1,50	3,50	5,00	93°.
000270	Rosângela Maria Moresco Sonalho	21/05/74	1,00	4,00	5,00	94°.
000810	Jocelia Fernanda Otto	30/01/87	3,50	1,00	4,50	95°.
000170	Vania Aparecida Padilha	19/04/72	3,00	1,50	4,50	96°.
000202	Noéli Ribeiro Pontes	17/06/85	3,00	1,50	4,50	97°.
000495	Maria Aparecida Ribeiro Loss	13/03/60	2,50	2,00	4,50	98°.
000697	Marcia Simone Guzzi Rigo	12/09/72	2,50	2,00	4,50	99°.
000356	Silvana Rodrigues da Silva Muller	09/09/74	2,50	2,00	4,50	100°.
000203	Giovana Motta	08/02/84	2,50	2,00	4,50	101°.
000042	Cristiane Rigo Tomazi	02/09/84	2,50	2,00	4,50	102°.
000630	Josiane Aparecida Zago	20/09/85	2,50	2,00	4,50	103°.
000592	Ana Paula Monari	18/08/87	2,50	2,00	4,50	104°.
000493	Caroline Koslow	09/02/90	2,50	2,00	4,50	105°.
000038	Adriana da Cruz	06/06/93	2,50	2,00	4,50	106°.
000474	Zilda Miranda Alves	10/04/61	2,00	2,50	4,50	107°.
000507	Odete Maria Crotti Testolin	28/09/63	2,00	2,50	4,50	108°.
000077	Marines Gomes	28/02/65	2,00	2,50	4,50	109°.
000274	Glácia Guiomar Pereira	13/10/68	2,00	2,50	4,50	110°.
000110	Maria Antonia Ribeiro dos Santos	14/11/70	2,00	2,50	4,50	111°.
000171	Rosane Aparecida Almeida de Andrade	01/09/72	2,00	2,50	4,50	112°.
000640	Luciana Machado de Quadros Huber	10/05/73	2,00	2,50	4,50	113°.
000586	Jane Medeiros	31/03/74	2,00	2,50	4,50	114°.
000901	Noemi Lanzana	19/10/77	2,00	2,50	4,50	115°.
000193	Márcia Aparecida de Moraes	01/02/82	2,00	2,50	4,50	116°.

000416	Patrícia Fernandes França	27/05/82	2,00	2,50	4,50	117°.
000408	Sonia Rodrigues da Silva	05/12/82	2,00	2,50	4,50	118°.
000103	Jiane Cristina Mussatto	13/05/83	2,00	2,50	4,50	119°.
000879	Tatiane Fantin Menegon	13/08/83	2,00	2,50	4,50	120°.
000751	Marcileia Aparecida Rodrigues dos Santos	04/10/84	2,00	2,50	4,50	121°.
000886	Gislaine Ferreira	29/08/89	2,00	2,50	4,50	122°.
000540	Andressa Guzzi	08/04/94	2,00	2,50	4,50	123°.
000177	Rita Salete Hafner	27/10/53	1,50	3,00	4,50	124°.
000111	Magda Aparecida de Moraes dos Santos	25/03/68	1,50	3,00	4,50	125°.
000634	Elenite Norma Iurkevicz	01/11/72	1,50	3,00	4,50	126°.
000582	Maria Eorella Rissardi Piroli	03/05/79	1,50	3,00	4,50	127°.
000172	Renata dos Anjos	11/02/84	1,50	3,00	4,50	128°.
000015	Angelita Neves de Moraes	06/07/92	1,50	3,00	4,50	129°.
000147	Maristela Conceição Carlesso	28/04/62	1,00	3,50	4,50	130°.
000524	Neusa Gielinski	01/09/88	4,00	0,00	4,00	131°.
000129	Goretti Aparecida de Campos	06/07/71	3,00	1,00	4,00	132°.
000652	Jucimara Aparecida de Souza Borges	12/10/80	3,00	1,00	4,00	133°.
000393	Daniela Aparecida dos Santos Siqueira	01/06/82	3,00	1,00	4,00	134°.
000528	Debora de Paula Miranda	10/06/87	3,00	1,00	4,00	135°.
000204	Kelly Adryana Greef dos Santos	14/07/87	3,00	1,00	4,00	136°.
000119	Stefani Dias Alves Lopes	13/07/92	3,00	1,00	4,00	137°.
000231	Maria Olga Att	02/01/62	2,50	1,50	4,00	138°.
000265	Nadir Aparecida Capote Campos	16/12/67	2,50	1,50	4,00	139°.
000117	Michele Catarina de Souza	20/07/73	2,50	1,50	4,00	140°.
000553	Lucimar Aparecida Mattana Saorin	13/11/73	2,50	1,50	4,00	141°.
000633	Ediana de Oliveira Pinto Domingues	17/10/77	2,50	1,50	4,00	142°.
000486	Eliane Salete Delazzari	07/06/78	2,50	1,50	4,00	143°.
000293	Kalme Ap. Cordeiro	11/03/80	2,50	1,50	4,00	144°.
000128	Ines Rodrigues	24/08/81	2,50	1,50	4,00	145°.
000621	Michele Kós	17/09/81	2,50	1,50	4,00	146°.
000053	Fabiane Suelyn Alves	27/07/82	2,50	1,50	4,00	147°.
000750	Francieli Fernanda dos Santos	15/03/89	2,50	1,50	4,00	148°.
000402	Patrícia Mendes dos Santos	07/03/90	2,50	1,50	4,00	149°.
000093	Matilde Doraci dos Santos	08/05/53	2,00	2,00	4,00	150°.
000696	Ana Marilde Garcia Milan	18/11/61	2,00	2,00	4,00	151°.
000728	Grisilda Liesemberg Bergamo	18/04/64	2,00	2,00	4,00	152°.
000598	Giovani Terezinha dos Santos	14/03/71	2,00	2,00	4,00	153°.
000115	Silmara Ferreira	29/05/72	2,00	2,00	4,00	154°.
000224	Denise Antunes de Meira Barboza Vieira	03/07/79	2,00	2,00	4,00	155°.
000873	Tatiani Marcelino	10/07/81	2,00	2,00	4,00	156°.
000063	Marlei Moreira Cardoso	12/05/83	2,00	2,00	4,00	157°.
000672	Fernanda Leite da Fonseca	20/01/84	2,00	2,00	4,00	158°.
000520	Gesica Pereira Ferreira	02/09/88	2,00	2,00	4,00	159°.
000489	Aline Taruhn Gheller	02/11/88	2,00	2,00	4,00	160°.
000937	Elaine Barbosa dos Santos	04/09/90	2,00	2,00	4,00	161°.
000870	Jessica Thais dos Santos	23/03/92	2,00	2,00	4,00	162°.
000508	Alessandra Martin Batista	17/04/93	2,00	2,00	4,00	163°.
000105	Santina Olga Schneider	09/04/55	1,50	2,50	4,00	164°.
000551	Antonia Miotelli Rissardi	30/07/69	1,50	2,50	4,00	165°.
000280	Marinete Fachi	17/09/69	1,50	2,50	4,00	166°.
000825	Clasilde Pasold Meireles	13/07/82	1,50	2,50	4,00	167°.
000050	Iara Novello Zago Gheller	28/07/82	1,50	2,50	4,00	168°.
000079	Jaqueline Aparecida Medeiros Thibes Rissardi	03/11/86	1,50	2,50	4,00	169°.
000610	Maria Cristina Nunes dos Santos	03/11/87	1,50	2,50	4,00	170°.
000475	Noranei Carmem Loof	02/09/63	1,00	3,00	4,00	171°.
000350	Eliane de Fátima Vaz Machado	18/04/72	2,50	1,00	3,50	172°.
000848	Viviane Borges	29/07/82	2,50	1,00	3,50	173°.
000013	Elizete Antunes Moreira	29/11/82	2,50	1,00	3,50	174°.
000212	Vanessa Alves dos Santos	09/10/83	2,50	1,00	3,50	175°.
000048	Cristiane de Freitas Casagrande	09/10/89	2,50	1,00	3,50	176°.

000198	Doraci Maria de Moraes	06/07/55	2,00	1,50	3,50	177°.
000133	Daluz Nunes da Rosa	04/01/58	2,00	1,50	3,50	178°.
000074	Fátima de Jesus Barbosa	18/04/58	2,00	1,50	3,50	179°.
000213	Katia Regina Masiero	07/03/62	2,00	1,50	3,50	180°.
000305	Senoir Terezinha Ribeiro Pontes	06/07/69	2,00	1,50	3,50	181°.
000441	Alice Aparecida da Rosa	24/09/70	2,00	1,50	3,50	182°.
000144	Terezinha Salette de Lima	18/11/70	2,00	1,50	3,50	183°.
000627	Solange Rissardi Zarpelon	22/06/71	2,00	1,50	3,50	184°.
000028	Miria Fernandes da Rocha	24/06/72	2,00	1,50	3,50	185°.
000925	Viviane Araci de Andrade Fidencio	03/09/75	2,00	1,50	3,50	186°.
000201	Angelita Dal Pizzol	04/12/77	2,00	1,50	3,50	187°.
000914	Loiri de Fátima de Oliveira	07/12/79	2,00	1,50	3,50	188°.
000145	Marisete Dias	23/02/80	2,00	1,50	3,50	189°.
000106	Marli Moreira Cardoso	20/05/80	2,00	1,50	3,50	190°.
000819	Lucimara de Souza Borges	28/12/81	2,00	1,50	3,50	191°.
000807	Hellen Cristina Kunze	27/08/86	2,00	1,50	3,50	192°.
000880	Jaqueline dos Santos de Oliveira	04/01/90	2,00	1,50	3,50	193°.
000403	Cassiani Guedes de Freitas Pereira	04/08/92	2,00	1,50	3,50	194°.
000746	Ana Paula Xavier de Oliveira	07/10/92	2,00	1,50	3,50	195°.
000410	Grotilde Bettoni Amazonas	14/10/53	1,50	2,00	3,50	196°.
000676	Sonia Maria Ribeiro dos Santos	03/06/61	1,50	2,00	3,50	197°.
000175	Nilseia Cossul Epeling	12/05/64	1,50	2,00	3,50	198°.
000479	Julce Maria Mattana Saorin	13/02/69	1,50	2,00	3,50	199°.
000135	Miriam Baseggio	02/08/77	1,50	2,00	3,50	200°.
000714	Cassiane Moraes	11/10/85	1,50	2,00	3,50	201°.
000316	Dayane Deike	01/11/85	1,50	2,00	3,50	202°.
000346	Rosane dos Santos Ribeiro	05/08/87	1,50	2,00	3,50	203°.
000353	Karine Machado	27/01/90	1,50	2,00	3,50	204°.
000244	Rosemari de Barros Silva	19/05/54	1,00	2,50	3,50	205°.
000091	Ivanir Maria Silva Ev	04/02/60	1,00	2,50	3,50	206°.
000437	Rosilene Maria Dall'Agnol	17/06/63	1,00	2,50	3,50	207°.
000142	Misleine Terezinha Polezo Weiss	07/07/79	1,00	2,50	3,50	208°.
000513	Franciely de Fátima Brancalion	18/08/83	1,00	2,50	3,50	209°.
000308	Monica Paula Danielli	29/02/88	1,50	2,00	3,50	210°.
000347	Géssica Aparecida Marques	10/10/89	1,00	2,50	3,50	211°.
000143	Juliana Pinto	06/11/89	1,00	2,50	3,50	212°.
000141	Helen Maira Araldi	08/12/91	1,00	2,50	3,50	213°.
000258	Roseli Alves Pereira Veiga	03/01/80	0,50	3,00	3,50	214°.
000871	Emeline Aparecida Klein	27/09/88	2,50	0,50	3,00	215°.
000176	Lorinês Terezinha Reolon	29/09/65	2,00	1,00	3,00	216°.
000715	Daniela Antunes de Castro	18/01/78	2,00	1,00	3,00	217°.
000342	Solávia Cristina dos Santos Lins	30/07/78	2,00	1,00	3,00	218°.
000318	Viviane Aparecida Grando	20/09/85	2,00	1,00	3,00	219°.
000047	Goreti Daiana Calis Til	19/07/87	2,00	1,00	3,00	220°.
000006	Eliane Antunes Moreira	08/01/88	2,00	1,00	3,00	221°.
000834	Thais Eduarda Pontes	00/00/00	1,50	1,50	3,00	222°.
000367	Carla Marlene Gasparello Rizzolli	12/04/64	1,50	1,50	3,00	223°.
000321	Sirley de Deus de Campos	13/03/67	1,50	1,50	3,00	224°.
000549	Adriana Varela Olivério Di Domênico	16/03/67	1,50	1,50	3,00	225°.
000195	Carla Zemar Ramski Iurkevicz	09/12/76	1,50	1,50	3,00	226°.
000206	Poliana Antunes de Lima	07/08/78	1,50	1,50	3,00	227°.
000194	Noemi da Silva Machado	16/11/79	1,50	1,50	3,00	228°.
000056	Alessandra Silvana Dias	01/07/81	1,50	1,50	3,00	229°.
000259	Célia Aparecida Nunes	26/07/82	1,50	1,50	3,00	230°.
000876	Daiana da Silva Laidnes	31/01/83	1,50	1,50	3,00	231°.
000025	Eunice Daniela Hoier	13/05/83	1,50	1,50	3,00	232°.
000257	Denise dos Santos	18/05/83	1,50	1,50	3,00	233°.
000320	Tatiana Aparecida Moraes	21/07/84	1,50	1,50	3,00	234°.
000816	Francielle dos Santos Att	17/11/84	1,50	1,50	3,00	235°.
000005	Winy Kaiana Klann	27/07/85	1,50	1,50	3,00	236°.
000692	Giane Teixeira de Paula	13/09/88	1,50	1,50	3,00	237°.

000499	Samara Magaldi	27/02/91	1,50	1,50	3,00	238º.
000675	Keila Maria Ribeiro Pontes	22/12/93	1,50	1,50	3,00	239º.
000283	Maria Carmem Cordeiro dos Santos	17/12/52	1,00	2,00	3,00	240º.
000849	Teresa Muller	12/05/63	1,00	2,00	3,00	241º.
000168	Juliana Débora Pereira	11/03/86	1,00	2,00	3,00	242º.
000196	Marciana Ribeiro	09/12/88	1,00	2,00	3,00	243º.
000412	Maria Salete Souza	28/12/53	0,50	2,50	3,00	244º.
000309	Vilmair Olivo Deon	25/03/79	0,50	2,50	3,00	245º.
000753	Olinda Zanini Alves	07/07/65	2,00	0,50	2,50	246º.
000075	Marcia Miranda	26/02/75	2,00	0,50	2,50	247º.
000946	Simone Siqueira	04/04/94	2,00	0,50	2,50	248º.
000782	Gemanir Calis Til	05/12/70	1,50	1,00	2,50	249º.
000217	Ana Lucia Castanheiro dos Santos Schlosser	06/05/72	1,50	1,00	2,50	250º.
000361	Marta Cadore Boeira	23/04/79	1,50	1,00	2,50	251º.
000314	Lucia Correa de Menês Rossi	17/09/83	1,50	1,00	2,50	252º.
000062	Daiane Gonçalves de Quadro	07/10/84	1,50	1,00	2,50	253º.
000252	Idete Marcheti	29/07/60	1,00	1,50	2,50	254º.
000218	Maria Eliz Dias	09/09/64	1,00	1,50	2,50	255º.
000384	Nelci dos Santos da Silva	03/03/68	1,00	1,50	2,50	256º.
000161	Sonia Claudia Domingues de Moraes da Silva	22/06/87	1,00	1,50	2,50	257º.
000164	Laura Silvana Martinez Bello	15/12/60	0,50	2,00	2,50	258º.
000310	Evanir Oliveira de Mattos	24/12/64	0,50	2,00	2,50	259º.
000329	Eliane Rodrigues de Mello	01/12/85	0,50	2,00	2,50	260º.
000095	Natalina Gelinski	22/12/69	1,50	0,50	2,00	-
000740	Ivani do Nascimento Andriolli	23/05/57	1,50	0,50	2,00	-
000411	Janete Francisca Lemos	07/04/58	1,50	0,50	2,00	-
000349	Maribel Maria Carlesso	18/10/72	1,50	0,50	2,00	-
000811	Jaine de Fatima Otto	30/11/93	1,50	0,50	2,00	-
000666	Nelsi Rosa Moura	16/01/62	1,00	1,00	2,00	-
000002	Cenira Pires	07/02/82	1,00	1,00	2,00	-
000191	Marilde Fátima dos Santos Prado	17/06/58	0,50	1,50	2,00	-
000068	Miranda Roberti de Castro	09/07/73	0,50	1,50	2,00	-
000245	Adriana Bresciani	05/12/79	0,50	1,50	2,00	-
000488	Clarice Ramos da Cunha	08/11/82	0,50	1,50	2,00	-
000665	Dorvalina Claudia dos Santos	20/11/85	0,50	1,50	2,00	-
000445	Marília Trevisan	30/05/92	0,50	1,50	2,00	-
000397	Sirlene Pereira Bolzani	09/04/71	0,00	2,00	2,00	-
000069	Anair Pelentir	30/12/57	1,00	0,50	1,50	-
000906	Egner Merluci Gomes de Oliveira	13/02/86	1,00	0,50	1,50	-
000272	Lourdes Maziero	05/11/45	0,50	1,00	1,50	-
000341	Zenilda Alves das Neves	05/05/64	0,50	1,00	1,50	-
000343	Sandra Aparecida de Oliveira	04/09/64	0,00	1,50	1,50	-
000487	Marli Moraes	28/09/73	0,50	1,00	1,50	-
000406	Juvilde Salete Lins	29/03/76	1,00	0,00	1,00	-
000769	Maristela Cecatto Danielewicz	02/12/61	0,00	1,00	1,00	-
000863	Ivone Faber	05/08/62	0,50	0,00	0,50	-
000362	Rosalina da Rosa Serafim	20/01/70	0,00	0,50	0,50	-
000139	Maria Marlene Correa	23/08/63	0,00	0,00	0,00	-
000460	Joceia Rufino	23/02/79	0,00	0,00	0,00	-

02 – Especialista Educacional - 01 vaga

Nº Inscrição	Nome do Candidato	Português	C. Gerais	Específica	Total da Prova Escrita	NOTA PROVA ESCRITA (Fator de	Titulos (peso 02)	Nota Final	Classificação
--------------	-------------------	-----------	-----------	------------	------------------------	------------------------------	-------------------	------------	---------------

Edital 04/2011 – PM Videira [RE07] p.6

						<i>multiplicação = 0,80</i>			
000390	Arielly de Kássia Durli Fonseca	0,400	0,800	4,000	5,200	4,160	1,500	5,660	1º.
000832	Marlene Maboni	0,800	0,400	3,600	4,800	3,840	1,500	5,340	2º.
000369	Fabiana Candido Bonez de Mello	0,800	0,400	4,400	5,600	4,480	0,500	4,980	3º.
000775	Rosangela Maurer Kath	0,400	0,800	2,800	4,000	3,200	1,500	4,700	4º.
000181	Ivanete Rissardi	0,800	1,200	2,000	4,000	3,200	0,500	3,700	5º.

03 - Bibliotecário – CR

Nº Inscrição	Nome do Candidato	Português	C. Gerais	Específica	Total da Prova Escrita	NOTA PROVA ESCRITA (Fator de multiplicação = 0,80)	Titulos peso 02	Nota Final	Classificação
000136	Aline Segalin	0,400	1,200	3,600	5,200	4,160	0	4,160	1º.

04 – Professor de Educação Infantil 0 a 5 anos (HABILITADO) – 01 vaga

Nº Inscrição	Nome do Candidato	Português	C. Gerais	Específica	Total da Prova Escrita	NOTA PROVA ESCRITA (Fator de multiplicação = 0,80)	Titulos peso 02	Nota Final	Classificação
000019	Ivanize Comerlato Gregolon(12/05/76)	0,800	0,800	4,400	6,000	4,800	1,500	6,300	1º.
000324	Lilian Denize Bogoni (06/08/80)	0,800	0,800	4,400	6,000	4,800	1,500	6,300	2º.
000457	Ceres Midding	0,800	1,200	4,000	6,000	4,800	1,500	6,300	3º.
000559	Simone Luiza Manenti Serafini(08/02/80)	0,400	1,200	4,000	5,600	4,480	1,500	5,980	4º.
000858	Patrícia Gonçalves Dias(18/09/85)	0,400	1,200	4,000	5,600	4,480	1,500	5,980	5º.
000636	Sirlei Cristina Zago	0,800	1,600	3,200	5,600	4,480	1,500	5,980	6º.
000379	Renata Miozzo	0,800	1,200	4,800	6,800	5,440	0,500	5,940	7º.
000335	Neiva Dutra Borge	1,200	0,800	3,600	5,600	4,480	1,400	5,880	8º.
000604	Rosimar Pereira da Silva	1,200	0,400	3,600	5,200	4,160	1,500	5,660	9º.
000035	Lourdes Felchicher(15/08/64)	0,400	1,200	3,600	5,200	4,160	1,500	5,660	10º.
000690	Rose Schoffen Pergher(09/01/79)	0,400	1,200	3,600	5,200	4,160	1,500	5,660	11º.
000514	Francieli Zago(15/06/86)	0,400	1,200	3,600	5,200	4,160	1,500	5,660	12º.
000605	Teresinha Lourdes Ceron	1,200	1,200	2,800	5,200	4,160	1,500	5,660	13º.
000555	Maristela Dal'Molin Perosa	0,800	1,600	2,800	5,200	4,160	1,500	5,660	14º.
000566	Josefina Grzegozeski Schneider	1,200	1,200	3,200	5,600	4,480	1,000	5,480	15º.
000599	Gracieli Mezaroba(23/03/81)	0,800	0,400	3,600	4,800	3,840	1,500	5,340	16º.
000544	Ivete Aparecida Galon(09/07/78)	0,800	0,400	3,600	4,800	3,840	1,500	5,340	17º.
000539	Veridiana Zanetti	0,400	0,800	3,600	4,800	3,840	1,500	5,340	18º.
000683	Josiane Francio Miranda	0,800	0,800	3,200	4,800	3,840	1,500	5,340	19º.
000613	Ivana Regina Verza Horn(13/12/75)	0,400	1,200	3,200	4,800	3,840	1,500	5,340	20º.
000132	Márcia Aparecida Ferranti Gemelli(07/01/80)	0,400	1,200	3,200	4,800	3,840	1,500	5,340	21º.
000699	Aline Aparecida da Silva Tedesco	0,800	0,800	3,200	4,800	3,840	1,400	5,240	22º.
000722	Maiuli Keli da Silva	0,000	1,200	4,000	5,200	4,160	1,000	5,160	23º.
000560	Jucione Aparecida José Petry	0,400	1,200	3,600	5,200	4,160	1,000	5,160	24º.
000156	Daniela Gemelli	0,000	1,600	3,200	4,800	3,840	1,300	5,140	25º.
000854	Juliana Nunes	0,400	0,800	5,200	6,400	5,120	0,00	5,120	26º.
000653	Karina Feitosa de Sousa	0,400	0,400	3,600	4,400	3,520	1,500	5,020	27º.
000570	Patricia Fabiula Bresciani	0,000	1,200	3,200	4,400	3,520	1,500	5,020	28º.
000888	Diva Maria Bom Guse	0,400	1,200	2,800	4,400	3,520	1,500	5,020	29º.
000153	Juliana Silva Domingos	0,400	1,600	3,600	5,600	4,480	0,400	4,880	30º.
000788	Geane Cristina Ferreira Mendes	0,400	0,400	3,200	4,000	3,200	1,500	4,700	31º.
000099	Julhana Cristina Mattos	0,000	0,800	3,200	4,000	3,200	1,500	4,700	32º.
000037	Tatiane Ogliari	0,400	0,800	2,800	4,000	3,200	1,500	4,700	33º.
000089	Ivanir Bridi Landsteiner	0,000	1,200	2,800	4,000	3,200	1,500	4,700	34º.
000020	Roseli de Oliveira Dias da Motta	0,800	1,200	2,000	4,000	3,200	1,500	4,700	35º.
000686	Elizéti Zani Frarão	0,800	0,800	3,600	5,200	4,160	0,00	4,660	36º.
000860	Andrea Vicente	0,400	0,400	3,600	4,400	3,520	1,500	4,520	37º.
000581	Lediane Raquel Lunardi de Matos	0,800	0,400	3,200	4,400	3,520	1,000	4,520	38º.
000049	Drieli Finger Moresco	0,000	1,200	2,800	4,000	3,200	1,230	4,430	39º.
000780	Graciela Aparecida Meisterlim(26/05/77)	0,400	0,400	2,800	3,600	2,880	1,500	4,380	40º.
000645	Tatiane Ap. Scuciato Mezarobba(09/01/80)	0,400	0,400	2,800	3,600	2,880	1,500	4,380	41º.
000107	Clarisse de Oliveira	0,800	0,400	2,400	3,600	2,880	1,500	4,380	42º.
000730	Rosangela Soares Rubini	0,400	0,800	2,400	3,600	2,880	1,500	4,380	43º.

000051	Gisele Pontes Boeira	0,000	0,800	4,000	4,800	3,840	0,500	4,340	44°.
000688	Carla Campanharo Bavaresco(19/07/82)	0,400	1,200	3,200	4,800	3,840	0,500	4,340	45°.
000698	Daniella Biscolli Ribeiro(27/11/74)	0,400	1,200	3,200	4,800	3,840	0,500	4,340	46°.
000681	Patricia Carmem Schneider Piccinin	0,400	1,200	3,200	4,800	3,840	0,500	4,340	47°.
000395	Sirlei Leonilde Turco Viece(26/08/67)	0,800	1,200	2,800	4,800	3,840	0,500	4,340	48°.
000822	Pamela Regina Gambato(10/08/85)	0,800	1,200	2,800	4,800	3,840	0,500	4,340	49°.
000928	Fabiane Frenzel	0,800	0,800	3,200	4,800	3,840	0,420	4,260	50°.
000938	Franciele Fátima Weber	0,000	0,400	2,800	3,200	2,560	1,500	4,060	51°.
									52°.
000657	Marcia Patricia Vargas Buyno(12/12/78)	0,400	0,800	3,200	4,400	3,520	0,500	4,020	53°.
000414	Cláudia Medeiros(02/06/79)	0,400	0,800	3,200	4,400	3,520	0,500	4,020	54°.
000617	Gisele Aparecida Carelli	0,000	1,200	3,200	4,400	3,520	0,500	4,020	55°.
000588	Ester Alves Duarte	0,000	1,200	3,600	4,800	3,840	0,500	3,840	56°.
000254	Giovana A. Barros Meira dos Santos	0,000	0,400	2,400	2,800	2,240	1,500	3,740	57°.
000453	Dirlei Fadanni	0,400	0,400	2,000	2,800	2,240	1,500	3,740	58°.
000764	Maria Celia Albuquerque Padilha	0,000	0,800	2,000	2,800	2,240	1,500	3,740	59°.
000018	Claudia Juliana Morales Membrive	0,400	0,800	2,800	4,000	3,200	0,520	3,720	60°.
000354	Marli Holdefer	0,400	0,400	3,600	4,400	3,520	0,00	3,520	61°.
000007	Terezinha Conceição de Moraes Silva	0,400	0,400	3,600	4,400	3,520	0,00	3,520	62°.
000707	Andreia Teresinha Moresco	0,000	0,800	3,600	4,400	3,520	0,00	3,520	63°.
000222	Roseli de Assis Haupt	0,800	0,800	2,800	4,400	3,520	0,00	3,520	64°.
000422	Leli Janaine Cenci	0,400	0,400	2,800	3,600	2,880	0,500	3,380	65°.
000444	Ivanilde Alves de Góis Dallariva	0,000	0,800	2,800	3,600	2,880	0,500	3,380	66°.
000228	Andrea Santos de Oliveira	1,200	0,000	2,400	3,600	2,880	0,00	3,380	67°.
000787	Bernadete Melo Zenere	0,400	0,000	2,800	3,200	2,560	0,00	3,060	68°.
000550	Mari Fatima Gonçalves Schipanski	0,000	0,400	2,800	3,200	2,560	0,500	3,060	69°.
000591	Neuser Bolico Joaquim	0,400	0,400	2,400	3,200	2,560	0,500	3,060	70°.
000239	Maria Gorete Galon Martins	0,000	0,800	2,400	3,200	2,560	0,500	3,060	71°.
000820	Sheila Regiane Staeger Malinoski	0,400	0,000	2,400	2,800	2,240	0,500	2,740	72°.
000294	Janildete Leite dos Santos	0,400	0,400	2,000	2,800	2,240	0,500	2,740	73°.
000735	Mirian Luiza Pellin Bertuol	1,200	0,400	1,200	2,800	2,240	0,500	2,740	74°.
000792	Nilse Pontes Fernandes	0,000	0,400	1,200	1,600	1,280	1,500	2,780	75°.
000277	Sandra Aparecida Barbosa	0,000	0,400	2,800	3,200	2,560	0,00	2,560	76°.
000083	Bernadete Conceição dos Santos	0,400	0,000	2,000	2,400	1,920	0,500	2,420	-
000001	Lenita Aparecida Vicente Bonetti	0,000	0,000	2,800	2,800	2,240	1,500	2,240	-
000641	Giselly Magyar Antunes Rigo	0,000	0,000	2,000	2,000	1,600	0,500	2,100	-

05 – Professor de Educação Infantil 0 a 5 anos (NÃO – HABILITADO) – CR

Nº Inscrição	Nome do Candidato	Português	C. Gerais	Específica	Total da Prova Escrita	NOTA PROVA ESCRITA (Fator de multiplicação = 0,80)	Titulos peso 02	Nota Final	Classificação
000720	Gláucia Perazzoli	0,400	1,200	4,800	6,400	5,120	0,00	5,120	1°.
000368	Miria Aparecida Guzi	0,400	0,400	4,800	5,600	4,480	0,500	4,980	2°.
000081	Eleana Teresinha Koeffer Boesing	0,800	1,200	4,000	6,000	4,800	0,120	4,800	3°.
000850	Sônia Siqueira	0,800	1,200	4,000	6,000	4,800	0,00	4,660	4°.
000478	Aline Mezaroba	0,000	1,200	4,000	5,200	4,160	0,500	4,660	5°.
000521	Enidir Leonor Zanini Padilha	0,800	0,800	3,600	5,200	4,160	0,500	4,660	6°.
000377	Cirlei Verana	0,800	1,200	3,600	5,600	4,480	0,00	4,480	7°.
000376	Amanda Godinho	0,000	1,200	3,600	4,800	3,840	0,500	4,340	8°.
000785	Maria Teresinha Milan	1,200	0,400	3,200	4,800	3,840	0,500	4,340	9°.
000778	Franciele Testolin	0,800	0,800	3,600	5,200	4,160	0,00	4,160	10°.
000039	Simone Gorisch Rosinek	0,800	1,600	2,800	5,200	4,160	0,00	4,160	11°.
000087	Anilde Anzanello De Bortoli	0,000	0,400	4,000	4,400	3,520	0,500	4,020	12°.
000821	Katiane Roberti	0,400	1,200	3,200	4,800	3,840	0,150	3,990	13°.
000895	Sandra Regina dos Santos(22/03/72)	0,800	0,800	3,200	4,800	3,840	0,00	3,840	14°.
000841	Eliane Appi Leite(24/06/80)	0,800	0,800	3,200	4,800	3,840	0,00	3,840	15°.
000232	Janete Batista dos Santos	0,000	1,600	3,200	4,800	3,840	0,00	3,840	16°.
000399	Joceneia Maria Gelinski	0,000	0,800	3,200	4,000	3,200	0,500	3,700	17°.
000425	Derli de Oliveira Corrêa	0,400	1,200	2,400	4,000	3,200	0,500	3,700	18°.
000578	Cassandra Soares Balestieri	0,400	0,400	3,600	4,400	3,520	0,000	3,520	19°.
000794	Josiane de Souza Borges	0,000	0,800	3,600	4,400	3,520	0,00	3,520	20°.

000661	Divonete Thibes Estreme Duarte	0,400	1,200	2,800	4,400	3,520	0,00	3,520	21º.
000556	Marta Fernandes da Rocha	0,400	0,400	2,400	3,200	2,560	0,500	3,060	22º.
000296	Ivone Aparecida Vicente	0,000	0,000	2,800	2,800	2,240	0,500	2,740	23º.
000936	Nilséia Aparecida Lemos	0,400	0,000	2,400	2,800	2,240	0,500	2,740	24º.
000615	Fabiane Jardim	0,000	0,400	2,400	2,800	2,240	0,500	2,740	25º.
000429	Franciele Alves de Gois	0,400	0,000	2,800	3,200	2,560	0,00	2,560	26º.
000912	Silvana Lins Bergamo	0,800	0,400	2,000	3,200	2,560	0,160	2,560	27º.
000122	Juliana Aparecida Martins	0,000	0,800	1,600	2,400	1,920	0,00	1,920	-

06 – Professor de Ensino Fundamental Séries Iniciais 1º ao 5º ano (HABILITADO) – 01 vaga

Nº Inscrição	Nome do Candidato	Português	C. Gerais	Específica	Total da Prova Escrita	NOTA PROVA ESCRITA (Fator de multiplicação = 0,80)	Títulos peso 02	Nota Final	Classificação
000734	Susana Salete da Silva Sommer	1,600	0,800	4,800	7,200	5,760	1,500	7,260	1º.
000568	Marlene de Lima Grutzmann	0,800	2,000	4,000	6,800	5,440	1,500	6,940	2º.
000831	Joice Fatima Borlin Grigolo(31/12/69)	1,200	1,200	4,000	6,400	5,120	1,500	6,620	3º.
000535	Patrícia Faé Mendonça Bennemann	1,200	1,200	4,000	6,400	5,120	1,500	6,620	4º.
000606	Mirte Poli	0,800	2,000	3,600	6,400	5,120	1,500	6,620	5º.
000433	Fernanda Isabel Bom Morando	0,400	1,600	4,800	6,800	5,440	1,000	6,440	6º.
000565	Fernanda de Bortoli	0,400	0,800	5,200	6,400	5,120	1,300	6,420	7º.
000684	Luciane Aparecida de Lima Cordeiro	0,800	0,800	4,400	6,000	4,800	1,500	6,300	8º.
000339	Fernanda Cristina Pozzan	0,000	1,600	4,400	6,000	4,800	1,500	6,300	9º.
000066	Rosângela Zancan	0,400	1,600	4,000	6,000	4,800	1,500	6,300	10º.
000334	Mayara Maria Ariotti	0,800	1,600	3,600	6,000	4,800	1,500	6,300	11º.
000183	Eliane Santos de Souza Mezaroba	1,200	1,600	3,200	6,000	4,800	1,500	6,300	12º.
000374	Bruna Brandalise	1,200	0,400	4,000	5,600	4,480	1,500	5,980	13º.
000877	Josiane Gheller	0,800	0,800	4,000	5,600	4,480	1,500	5,980	14º.
000655	Elisângela Teodoro	0,400	1,200	4,000	5,600	4,480	1,500	5,980	15º.
000851	Adenir Zanotti Vieira de Souza	1,600	0,400	3,600	5,600	4,480	1,500	5,980	16º.
000607	Andréia Gemelli Simioni	0,800	1,200	3,600	5,600	4,480	1,500	5,980	17º.
000542	Sirlei Aparecida Dal Lago Cenci(06/11/67)	1,200	1,200	3,200	5,600	4,480	1,500	5,980	18º.
000436	Silviane Regina Maboni Barichello(18/04/74)	1,200	1,200	3,200	5,600	4,480	1,500	5,980	19º.
000358	Elizabete Maziero(09/04/78)	1,200	1,200	3,200	5,600	4,480	1,500	5,980	20º.
000799	Eliane Ribeiro Prazeres	1,600	1,600	3,600	6,800	5,440	0,500	5,940	21º.
000731	Sandra Rosilene Stoeckle	0,400	1,600	3,200	5,200	4,160	1,500	5,660	22º.
000278	Ivanir Salete Wartha Balbinot(23/09/70)	0,800	1,600	2,800	5,200	4,160	1,500	5,660	23º.
000246	Cláudia Walber Novello(07/05/72)	0,800	1,600	2,800	5,200	4,160	1,500	5,660	24º.
000101	Beatriz Padilha dos Santos	0,000	1,600	4,800	6,400	5,120	0,500	5,620	25º.
000563	Angela Olinda Stirma Demori	0,400	0,800	3,600	4,800	3,840	1,500	5,340	26º.
000828	Monalisa Aparecida Batista	0,000	1,200	3,600	4,800	3,840	1,500	5,340	27º.
000248	Jedeli Taiane Marcheti	0,400	1,200	3,200	4,800	3,840	1,500	5,340	28º.
000561	Tais Crestani	0,800	1,200	2,800	4,800	3,840	1,500	5,340	29º.
000492	Eliza Kozlow Nesi(12/05/76)	0,800	1,600	2,400	4,800	3,840	1,500	5,340	30º.
000307	Teolinda Padilha Schneider Kaul	0,800	1,600	2,400	4,800	3,840	1,500	5,340	31º.
000806	Elaine Aparecida Lesniesky Maus	1,200	1,200	4,000	6,400	5,120	0,200	5,320	32º.
000158	Claudia Raquel da Silva	1,200	0,400	4,400	6,000	4,800	0,500	5,300	33º.
000084	Mariele Ribeiro	0,000	0,400	4,400	4,800	3,840	1,450	5,290	34º.
000338	Flaviane Marafon Balem Canônica	0,000	0,800	3,600	4,400	3,520	1,500	5,020	35º.
000251	Glaci Busanello Ganasini	0,800	0,800	2,800	4,400	3,520	1,500	5,020	36º.
000236	Marli Terezinha Riedi	0,400	0,800	4,400	5,600	4,480	0,500	4,980	37º.
000381	Andrea Juliana Gomes de Oliveira	1,200	1,200	2,400	4,800	3,840	1,000	4,840	38º.
000529	Berenice Peretti	0,000	0,400	3,600	4,000	3,200	1,500	4,700	39º.
000355	Marilene Pereira de Freitas	0,000	0,800	3,200	4,000	3,200	1,500	4,700	40º.
000534	Ilse Maria Koroll Sonego	0,400	0,800	2,800	4,000	3,200	1,500	4,700	41º.
000360	Fernanda Aparecida Ferreira de Deus	0,800	0,000	4,400	5,200	4,160	0,500	4,660	42º.
000031	Kátia Gottselig	0,400	0,800	4,000	5,200	4,160	0,500	4,660	43º.
000298	Elizete Aparecida Ferlin(14/02/96)	0,400	1,200	3,600	5,200	4,160	0,500	4,660	44º.
000685	Ana Maria Setti(15/09/81)	0,400	1,200	3,600	5,200	4,160	0,500	4,660	45º.
000371	Lucimara Aparecida Lentes	1,200	1,200	2,800	5,200	4,160	0,500	4,660	46º.

Edital 04/2011 – PM Videira [RE07] p.9

000230	Jonassa Mezarobba	0,400	1,200	3,600	5,200	4,160	0,400	4,560	47°.
000130	Neli Terezinha Ceron da Rosa	0,000	1,200	3,200	4,400	3,520	1,000	4,520	48°.
000485	Maria Salete Bettega(27/06/57)	0,000	0,800	2,800	3,600	2,880	1,500	4,380	49°.
000602	Sandra de Fátima de Souza(21/02/71)	0,000	0,800	2,800	3,600	2,880	1,500	4,380	50°.
000577	Gisele Trancoso dos Santos	0,400	0,400	4,000	4,800	3,840	0,470	4,310	51°.
000647	Antonia Maria Antunes	0,000	0,800	2,400	3,200	2,560	1,500	4,060	52°.
000477	Adriana Cristina Alves PNE	0,000	1,200	2,000	3,200	2,560	1,300	3,860	53°.
000242	Santina Geni Panazzolo	0,000	0,800	4,000	4,800	3,840	0,00	3,840	54°.
000801	Jaqueline Cristina Schneider da Costa(24/04/68)	0,400	0,800	2,800	4,000	3,200	0,500	3,700	55°.
000451	Gilvaní Ap. Ramos Souza Busanello(02/07/72)	0,400	0,800	2,800	4,000	3,200	0,500	3,700	56°.
000612	Oliveiro Peroza de Mello	0,400	0,800	2,800	4,000	3,200	0,500	3,700	57°.
000364	Ângela Antônia Moresco	0,000	1,200	2,800	4,000	3,200	0,500	3,700	58°.
000163	Ana Carolini Gomes Vanz	0,400	0,800	2,400	3,600	2,880	0,500	3,380	59°.
000948	Dayane Benedetti	0,400	0,400	2,800	3,600	2,880	0,340	3,220	60°.
000921	Márcia B. Schizzi Ribeiro de Deus	0,400	0,800	2,800	4,000	3,200	0,00	3,200	61°.

07 – Professor de Ensino Fundamental Séries Iniciais 1º ao 5º ano (NÃO HABILITADO) – CR

Nº Inscrição	Nome do Candidato	Português	C. Gerais	Específica	Total da Prova Escrita	NOTA PROVA ESCRITA (Fator de multiplicação = 0,80)	Títulos peso 02	Nota Final	Classificação
000654	Giovana Cardoso Patricio	0,000	1,600	4,800	6,400	5,120	0,500	5,620	1°.
000319	Vanusa Aparecida Correa	0,800	0,400	4,400	5,600	4,480	0,500	4,980	2°.
000767	Inês Bavaresco	0,800	1,600	2,800	5,200	4,160	0,500	4,660	3°.
000719	Fernanda Aparecida Scussiato	0,800	0,800	4,000	5,600	4,480	0,00	4,480	4°.
000611	Rosa Cristina Alves de Mello Rech	1,200	1,200	3,200	5,600	4,480	0,00	4,480	5°.
000935	Sandra Luiza Carlesso	1,200	1,600	2,800	5,600	4,480	0,00	4,480	6°.
000154	Arianny Durli Fonseca	0,000	1,200	3,600	4,800	3,840	0,500	4,340	7°.
000927	Adiles Salute Stirma Bevilacqua	1,200	0,800	2,800	4,800	3,840	0,300	4,140	8°.
000014	Sabrina Pessin	0,800	0,800	2,800	4,400	3,520	0,500	4,020	9°.
000889	Melânia F. Sutil de Oliveira de Bairros	0,400	0,400	2,800	3,600	2,880	0,500	3,380	10°.
000910	Eliane Ponte Zamprônio(01/07/77)	0,400	0,800	2,400	3,600	2,880	0,00	2,880	11°.
000922	Silvana de Souza(18/06/78)	0,400	0,800	2,400	3,600	2,880	0,00	2,880	12°.

08 – Professor de Ensino Fundamental Séries Finais Língua Portuguesa 6º ao 9º ano/série (HABILITADO) – 01 vaga

Nº Inscrição	Nome do Candidato	Português	C. Gerais	Específica	Total da Prova Escrita	NOTA PROVA ESCRITA (Fator de multiplicação = 0,80)	Títulos peso 02	Nota Final	Classificação
000538	Vania Regina Frizon	1,600	1,200	2,800	5,600	4,480	1,500	5,980	1°.
000597	Camilo Spinelli	1,600	1,200	3,200	6,000	4,800	1,008	5,808	2°.
000448	Adriana Ramos de Souza Gusi	1,600	0,800	2,800	5,200	4,160	1,500	5,660	3°.
000530	Fabiane Berté	0,800	0,800	4,000	5,600	4,480	1,000	5,480	4°.
000595	Nadia Margarida Martins	0,800	0,000	2,800	3,600	2,880	1,500	4,380	5°.
000587	Nilve Lucia Fantin Gottselig	1,200	1,600	1,600	4,400	3,520	0,00	3,520	6°.
000639	Marceli Jakobczynski Brancher	0,400	0,400	2,000	2,800	2,240	0,500	2,740	7°.

09 – Professor de Ensino Fundamental Séries Finais Língua Portuguesa 6º ao 9º ano/série (NÃO -HABILITADO) – CR

Nº Inscrição	Nome do Candidato	Português	C. Gerais	Específica	Total da Prova Escrita	NOTA PROVA ESCRITA (Fator de multiplicação = 0,80)	Títulos peso 02	Nota Final	Classificação
000943	Taise Marta Pazin	0,400	0,800	3,200	4,400	3,520	0,00	3,520	1°.
000174	Marlova Ramos Mezallira	0,400	0,800	2,800	4,000	3,200	0,000	3,200	2°.

10 – Professor de Ensino Fundamental Séries Finais Matemática 6º ao 9º ano/série (HABILITADO) – 01 vaga

Nº Inscrição	Nome do Candidato	Português	C. Gerais	Específica	Total da Prova Escrita	NOTA PROVA ESCRITA (Fator de multiplicação = 0,80)	Títulos peso 02	Nota Final	Classificação
--------------	-------------------	-----------	-----------	------------	------------------------	--	-----------------	------------	---------------

						multiplicação = 0,80)			
000427	Rafaela Segalin	0,400	1,200	4,800	6,400	5,120	1,500	6,620	1º.
000682	Melita Sônia De Marco Misturini	0,400	1,600	4,400	6,400	5,120	1,500	6,620	2º.
000428	Valdecir Baretta(27/01/62)	0,800	1,200	4,000	6,000	4,800	1,500	6,300	3º.
000152	Daiane Nunes de Oliveira Maurício(21/10/78)	0,800	1,200	4,000	6,000	4,800	1,500	6,300	4º.
000659	Valéria Piacentini Di Domenico	0,800	0,800	4,000	5,600	4,480	1,500	5,980	5º.
000687	Osmarilda Cariolatto Lis	0,400	1,200	4,000	5,600	4,480	1,500	5,980	6º.
000833	Leidi Cristina Knecht	0,800	1,200	3,600	5,600	4,480	1,500	5,980	7º.
000950	Marcia Juçara de Oliveira	1,600	1,200	2,800	5,600	4,480	1,500	5,980	8º.
000859	Ravel Ribeiro	0,000	1,200	4,000	5,200	4,160	1,500	5,660	9º.
000856	Elizabeth Maria Lavratti(23/01/69)	0,800	0,800	3,600	5,200	4,160	1,500	5,660	10º.
000576	Leonice Maria Coito(24/07/74)	0,800	0,800	3,600	5,200	4,160	1,500	5,660	11º.
000651	Valéria Weiss Sommariva	0,800	1,200	2,800	4,800	3,840	1,500	5,340	12º.
000610	Adriana Motter	0,800	0,400	3,200	4,400	3,520	1,000	4,520	13º.

12 – Professor de Educação Infantil e Ensino Fundamental - Educação Física (HABILITADO) – 01 vaga

Nº Inscrição	Nome do Candidato	Português	C. Gerais	Específica	Total da Prova Escrita	NOTA PROVA ESCRITA (Fator de multiplicação = 0,80)	Titulos peso 02	Nota Final	Classificação
000482	Ritchele Pires de Brito	0,800	1,200	4,800	6,800	5,440	1,500	6,940	1º.
000704	Jaqueline Maria Meneguzzi	0,400	0,800	4,800	6,000	4,800	1,500	6,300	2º.
000102	Carla Santin Manenti	0,800	0,800	4,000	5,600	4,480	1,500	5,980	3º.
000864	Carina de Souza Machado	1,200	0,400	3,600	5,200	4,160	1,500	5,660	4º.
000382	Laressa Pazin	0,400	1,200	3,600	5,200	4,160	1,500	5,660	5º.
000497	Gabriele Baran	1,200	0,000	3,600	4,800	3,840	1,500	5,340	6º.
000646	Thaíse Zanotti	0,800	0,400	3,600	4,800	3,840	1,500	5,340	7º.
000372	Luciana Kramer	0,400	1,200	3,200	4,800	3,840	1,500	5,340	8º.
000208	Endy Lucy Muller	0,800	0,800	3,600	5,200	4,160	1,000	5,160	9º.
000635	Ana Claudia Carvalho dos Anjos	0,800	1,200	4,400	6,400	5,120	0,000	5,120	10º.
000297	Sibele Santin	0,400	0,800	3,200	4,400	3,520	1,500	5,020	11º.
000679	Carla Luci Padilha	0,800	0,800	2,800	4,400	3,520	1,500	5,020	12º.
000739	Adalberto Bail de Andrade Segundo	0,400	1,200	4,000	5,600	4,480	0,500	4,980	13º.
000603	Susana Danielewiz Zardo	0,000	0,800	3,200	4,000	3,200	1,500	4,700	14º.
000761	Jose Vilmar Lopes	1,200	0,800	3,600	5,600	4,480	0,00	4,480	15º.
000464	Sérgio Antonio Ozelami	0,800	0,800	2,800	4,400	3,520	0,460	3,980	16º.
000065	João Marcos Locatelli	1,600	0,800	2,400	4,800	3,840	0,120	3,960	17º.
000614	Camila Nodari Stirma	0,800	0,400	2,800	4,000	3,200	0,200	3,400	18º.
000432	Ariela Fantin Cavalli	0,400	0,400	2,800	3,600	2,880	0,500	3,380	19º.
000904	Edson de Souza	0,000	0,800	2,800	3,600	2,880	0,500	3,380	20º.
000285	Juliana Benedetti	0,400	0,400	3,200	4,000	3,200	0,00	3,200	21º.
000366	Alex Bruno Gasparello Rizzolli	0,800	0,400	2,800	4,000	3,200	0,00	3,200	22º.
000765	Merisleny de P. Moraes de Oliveira	0,400	0,000	2,800	3,200	2,560	0,500	3,060	23º.
000748	Edemilson Jair Correa Couto	0,400	0,400	2,800	3,600	2,880	0,00	2,880	24º.
000100	Graziela de Souza Maidana	0,400	0,800	1,600	2,800	2,240	0,00	2,240	-

13 – Professor de Educação Infantil e Ensino Fundamental - Educação Física (NÃO - HABILITADO) – CR

Nº Inscrição	Nome do Candidato	Português	C. Gerais	Específica	Total da Prova Escrita	NOTA PROVA ESCRITA (Fator de multiplicação = 0,80)	Titulos peso 02	Nota Final	Classificação
000430	Marina Elena Buss	0,400	1,200	4,400	6,000	4,800	0,00	4,800	1º.
000590	Damiana Benedetti	0,800	0,800	4,000	5,600	4,480	0,00	4,480	2º.
000080	Ana Paula Mecabó	0,800	1,200	3,600	5,600	4,480	0,00	4,480	3º.
000623	Débora Turmina	0,400	0,000	4,400	4,800	3,840	0,500	4,340	4º.
000220	Sabrina do Amaral	0,800	0,400	3,600	4,800	3,840	0,500	4,340	5º.
000836	Leonice Scapinello	0,800	1,200	3,200	5,200	4,160	0,000	4,160	6º.
000616	Augusto Tiago Corrêa	0,400	0,400	4,000	4,800	3,840	0,280	4,120	7º.
000032	Fabiano Gonçalves Dias	0,400	1,600	2,800	4,800	3,840	0,180	4,020	8º.
000097	José Carlos Chaves	0,400	1,600	2,400	4,400	3,520	0,270	3,790	9º.
000394	Bruna Zanella	0,400	0,400	3,600	4,400	3,520	0,00	3,520	10º.

000919	Roselaine Maciel Martins(20/12/83)	0,400	0,800	3,200	4,400	3,520	0,00	3,520	11º.
000173	Gisele Maria Arenhart(19/01/86)	0,400	0,800	3,200	4,400	3,520	0,00	3,520	12º.
000418	Alysson Woigt	0,400	1,600	2,000	4,000	3,200	0,00	3,200	13º.
000454	Luiz Antonio Deluque	0,000	1,600	2,000	3,600	2,880	0,00	2,880	14º.
000291	Daniela Zago	0,000	0,800	2,400	3,200	2,560	0,00	2,560	15º.

14 – Professor de Ensino Fundamental Séries Finais de Ciências 6º ao 9º ano/série (HABILITADO) – 01 vaga

Nº Inscrição	Nome do Candidato	Português	C. Gerais	Específica	Total da Prova Escrita	NOTA PROVA ESCRITA (Fator de multiplicação = 0,80)	Titulos peso 02	Nota Final	Classificação
000768	Francieli Martini	1,200	1,200	4,400	6,800	5,440	1,500	6,940	1º.
000494	Ednéia Ana Ungaratto	0,400	1,200	4,800	6,400	5,120	1,500	6,620	2º.
000903	Gisele Hauwetter	1,200	0,800	4,400	6,400	5,120	1,500	6,620	3º.
000601	Daisy Nice Ugolini Rigo	0,800	0,400	4,000	5,200	4,160	1,500	5,660	4º.
000473	Maria Cristiane Alves	0,800	1,200	2,800	4,800	3,840	0,160	4,000	5º.

15 – Professor de Ensino Fundamental Séries Finais de Ciências 6º ao 9º ano/série (NÃO - HABILITADO) – CR

Nº Inscrição	Nome do Candidato	Português	C. Gerais	Específica	Total Prova peso 10	Prova com peso 08	Titulos peso 02	Nota Final	Classificação
000786	Simone Pereira Dias	1,200	2,000	3,600	6,800	5,440	0,00	5,440	1º.
000205	Viviane Santin	0,400	0,800	3,200	4,400	3,520	0,340	3,860	2º.
000389	Franceline Amélia de Souza	0,400	0,000	4,400	4,800	3,840	0,00	3,840	3º.

16 – Professor de Ensino Fundamental Séries Finais de Língua Inglesa 6º ao 9º ano/série (HABILITADO) – 01 vaga

Nº Inscrição	Nome do Candidato	Português	C. Gerais	Específica	Total da Prova Escrita	NOTA PROVA ESCRITA (Fator de multiplicação = 0,80)	Titulos peso 02	Nota Final	Classificação
000660	Beatriz Maria de Barba	2,000	2,000	2,800	6,800	5,440	0,000	6,940	1º.
000439	Luciane Balestieri Moura	1,200	1,600	3,600	6,400	5,120	1,500	6,620	2º.
000511	Ana Paula Michelin Menegon	0,800	1,200	2,000	4,000	3,200	1,500	4,700	3º.
000545	Mirian Terezinha Dellani	0,400	1,600	3,200	5,200	4,160	0,500	4,660	4º.
000632	Graziele Ap. Novakoski de Oliveira	0,400	0,800	2,400	3,600	2,880	1,500	2,880	5º.

17 – Professor de Ensino Fundamental Séries Finais de Língua Inglesa 6º ao 9º ano/série (NÃO - HABILITADO) – CR

Nº Inscrição	Nome do Candidato	Português	C. Gerais	Específica	Total da Prova Escrita	NOTA PROVA ESCRITA (Fator de multiplicação = 0,80)	Titulos peso 02	Nota Final	Classificação
000790	Camila Dalmolin	1,600	1,200	4,800	7,600	6,080	0,500	6,580	1º.
000480	Jaqueline Thibes de Barros	0,400	0,800	3,200	4,400	3,520	0,500	6,580	2º.
000166	Fabiane Pivotto Bondan	0,800	1,200	3,200	5,200	4,160	0,00	4,160	3º.

18 – Professor de Ensino Fundamental Séries Finais de Geografia 6º ao 9º ano/série (HABILITADO) – 01 vaga

Nº Inscrição	Nome do Candidato	Português	C. Gerais	Específica	Total da Prova Escrita	NOTA PROVA ESCRITA (Fator de multiplicação = 0,80)	Titulos peso 02	Nota Final	Classificação
000186	Naura Scur	0,000	1,200	4,000	5,200	4,160	1,500	5,660	1º.
000667	Neusa Aparecida Gonçalves Lins	0,800	1,600	2,800	5,200	4,160	1,500	5,660	2º.
000286	Adriana Aparecida de Oliveira Oliari	0,000	1,200	3,200	4,400	3,520	1,500	5,020	3º.
000024	Vanderlei Pires	0,400	0,000	3,600	4,000	3,200	0,500	3,700	4º.

20 – Professor de Ensino Fundamental Séries Finais de História 6º ao 9º ano/série (HABILITADO) – 01 vaga

Nº Inscrição	Nome do Candidato	Português	C. Gerais	Específica	Total da Prova Escrita	NOTA PROVA ESCRITA (Fator de multiplicação = 0,80)	Titulos peso 02	Nota Final	Classificação
000253	Elias Machado	0,800	1,200	3,200	5,200	4,160	0,500	4,660	1º.

21 – Professor de Ensino Fundamental Séries Finais de História 6º ao 9º ano/série (NÃO - HABILITADO) – CR

Nº Inscrição	Nome do Candidato	Português	C. Gerais	Específica	Total da Prova Escrita	NOTA PROVA ESCRITA	Titulos peso 02	Nota Final	Classificação
--------------	-------------------	-----------	-----------	------------	------------------------	--------------------	-----------------	------------	---------------

						(Fator de multiplicação = 0,80)			
000724	Gleici Fatima Lins Maurer	0,400	1,200	3,200	4,800	3,840	0,500	4,340	1º.
000426	Rafael Ascari	0,000	1,600	3,600	5,200	4,160	0,00	4,160	2º.
000388	Sara Trindade Dias	1,200	1,200	2,800	5,200	4,160	0,000	4,160	3º.
000774	Geise Elizana Brandino	0,800	0,800	2,400	4,000	3,200	0,300	3,500	4º.
000531	Silmara Ap. Souza de Camargo Subtil	0,000	0,800	2,000	2,800	2,240	0,500	2,740	5º.

22 – Professor de Ensino Fundamental Séries Finais de Ensino Religioso 6º ao 9º ano/série (HABILITADO) – 01 vaga

Nº Inscrição	Nome do Candidato	Português	C. Gerais	Específica	Total da Prova Escrita	NOTA PROVA ESCRITA (Fator de multiplicação = 0,80)	Titulos peso 02	Nota Final	Classificação
000872	Messias Consoni	0,800	0,800	3,200	4,800	3,840	0,500	4,340	1º.
000840	Doglas Ansiliero	0,800	0,000	2,800	3,600	2,880	0,500	3,380	2º.

23 – Professor de Ensino Fundamental Séries Finais de Ensino Religioso 6º ao 9º ano/série (NÃO -HABILITADO) – CR

Nº Inscrição	Nome do Candidato	Português	C. Gerais	Específica	Total da Prova Escrita	NOTA PROVA ESCRITA (Fator de multiplicação = 0,80)	Titulos peso 02	Nota Final	Classificação
000420	Moacir Canônica Sobrinho	0,800	0,800	4,400	6,000	4,800	0,500	5,300	1º.

24 – Professor de Ensino Fundamental Séries Finais de Artes 6º ao 9º ano/série (HABILITADO) – 01 vaga

Nº Inscrição	Nome do Candidato	Português	C. Gerais	Específica	Total da Prova Escrita	NOTA PROVA ESCRITA (Fator de multiplicação = 0,80)	Titulos peso 02	Nota Final	Classificação
000515	Sueli Perazzoli Trindade	0,400	1,200	4,000	5,600	4,480	1,500	5,980	1º.
000571	Clacir Stieven Araldi	1,200	0,800	3,200	5,200	4,160	1,500	5,660	2º.
000498	Iromar Antonio dos Santos	0,800	0,000	4,000	4,800	3,840	1,500	5,340	3º.
000691	Maria Luiza Deluque de Oliveira	0,400	0,400	3,600	4,400	3,520	0,500	4,020	4º.
000844	Janete Aparecida de Souza Ribeiro	0,400	0,800	2,800	4,000	3,200	0,500	3,700	5º.
000548	Ana Carla Correa da Rocha	0,800	0,000	2,000	2,800	2,240	0,500	2,740	6º.

Videira, 20 de Janeiro de 2012
JORGE ANTONIO LOPES OLIVEIRA
Vice- Prefeito na Chefia do Executivo Municipal

Editais Chamada Pública 01/2012 - PMV
ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VIDEIRA
EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 01/2012 - PMV

O Vice-Prefeito na Chefia do Executivo Municipal de Videira torna público que fará realizar a Chamada Pública nº 01/2012. 1. OBJETO: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA MERENDA ESCOLAR, PARA ALUNOS DE EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA, MATRICULADOS NAS ESCOLAS MUNICIPAIS E CEMEIS - CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DO MUNICÍPIO, VERBA FNDE/PNAE, EM CUMPRIMENTO DA LEI Nº 11.947/2009 E DA RESOLUÇÃO Nº 38/2009 DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. 2. ENTREGA DOS ENVELOPES: Os interessados deverão protocolizar os envelopes contendo a documentação e proposta de preços até às 14:00 horas do dia 05 de Março de 2012, na Avenida Manoel Roque, nº 188, Videira/SC, no Departamento de Protocolo. 3. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital completo está disponível no site www.videira.sc.gov.br ou no Departamento de Licitações, no horário das 08:00 às 11:45 e das 13:30 às 17:45. 4. INFORMAÇÕES: Através dos telefones (49) 3566-9034/3566-9012.

Videira/SC, 19 de Janeiro de 2012.
JORGE ANTONIO LOPES OLIVEIRA
Vice-Prefeito na Chefia do Executivo Municipal

Associações

AMAUC

Estatuto Social Amauc
ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO ALTO URUGUAI CATARINENSE - AMAUC
"ALTERAÇÃO DO ESTATUTO SOCIAL"

TÍTULO I
DA DENOMINAÇÃO, CONSTITUIÇÃO, REPRESENTAÇÃO, SEDE, FORO E DURAÇÃO, OBJETIVOS E FINALIDADES, DIREITOS E DEVERES DOS SÓCIOS.

CAPÍTULO I
DA DENOMINAÇÃO, CONSTITUIÇÃO E REPRESENTAÇÃO

Art. 1º A Associação dos Municípios do Alto Uruguai Catarinense - AMAUC, fundada em 7 de maio de 1976, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, de natureza civil, rege-se pelo presente Estatuto Social, pelo Código Civil e demais disposições legais vigentes.

Art. 2º A AMAUC é constituída pelos municípios de Alto Bela Vista, Arabutã, Arvoredo, Concórdia, Ipira, Ipumirim, Irani, Itá, Jaborá, Lindóia do Sul, Paial, Peritiba, Piratuba, Presidente Castello Branco, Seara e Xavantina, de acordo com as respectivas leis municipais, cuja representação se dá através do Prefeito Municipal.

Parágrafo único. Poderão fazer parte da AMAUC outros municípios limítrofes e os futuros municípios que vierem a ser criados por fusão, incorporação ou desmembramento, mediante lei autorizativa.

CAPÍTULO II
DA SEDE, FORO E DURAÇÃO

Art. 3º A sede situa-se à Rua Atalípio Magarinos, 277, 2º andar, na cidade de Concórdia e o foro é o da Comarca de Concórdia, Estado de Santa Catarina.

Art. 4º A AMAUC terá duração indeterminada.

CAPÍTULO III
DOS OBJETIVOS E FINALIDADES

Art. 5º A AMAUC tem como objetivos promover o associativismo municipalista, o desenvolvimento econômico e social sustentável e integrado da região, bem como atender aos objetivos comuns dos municípios.

Art. 6º A AMAUC tem como finalidades:

I - ampliar, fortalecer e aprimorar a capacidade administrativa, econômica e social dos municípios, prestando-lhes assessoramento e serviços técnicos através de seu corpo técnico nas diversas áreas, especialmente nas seguintes:

- a) administrativa, contábil e jurídica;
- b) informática;
- c) movimento econômico e tributação;
- d) serviço social
- e) arquitetura, engenharia civil e topografia;

II - fomentar, promover e proporcionar meios que viabilizem a modernização das administrações públicas, com a capacitação dos servidores públicos municipais, a eficiência do controle interno, a organização dos serviços e ações junto à comunidade local e regional;

III - atuar conjuntamente com a entidade representativa dos legisladores municipais, na adoção de medidas que concorram para a melhoria das administrações municipais;

IV - reivindicar, apoiar e defender os interesses das administrações municipais, que correspondam com a atuação dos Poderes Executivos e Legislativos, e que importem em melhorar a imagem e a representação política dos agentes públicos locais;

V - propor, coordenar, elaborar estudos, planos, programas e executar medidas que correspondam com a efetiva concretização do desenvolvimento regional, integrado e sustentável;

VI - realizar convênios, acordos, contratos e parcerias de interesse da entidade e dos municípios associados;

VII - promover iniciativas para elevar as condições de bem-estar econômico e social da população nos municípios associados;

VIII - organizar e disponibilizar os meios necessários à realização de eventos, tais como seminários, congressos técnicos, conferências, cursos e capacitações aos funcionários da Associação, servidores públicos e agentes políticos dos municípios associados.

IX - reivindicar, fomentar e tornar possíveis a descentralização dos serviços públicos estaduais e federais, de interesse dos municípios associados;

X - estimular e promover o intercâmbio técnico-administrativo com órgãos e entidades públicas e privadas, para a realização de ações, iniciativas e serviços de interesse das comunidades da região;

XI - representar coletivamente, judicial ou extrajudicial os

municípios associados.

CAPÍTULO IV DOS DIREITOS E DEVERES DOS SÓCIOS

Art. 7º Constituem direitos sociais:

I - beneficiar-se dos serviços prestados pela Associação;

II - participar das Assembleias Gerais e discutir assuntos submetidos à apreciação dos associados;

III - votar e ser votado;

IV - propor medidas que visem atender aos objetivos e interesses dos municípios e ao aprimoramento da Associação.

Art. 8º Constituem deveres sociais:

I - cumprir e fazer cumprir o presente Estatuto;

II - acatar as determinações das Assembleias Gerais;

III - cumprir as obrigações e compromissos contraidos com a Associação;

IV - repassar mensalmente à Associação os valores previstos no Contrato de Rateio;

V - cooperar para a ordem, prestígio e desenvolvimento da Associação;

VI - comparecer às reuniões e Assembleias Gerais.

TÍTULO II

DA ESTRUTURA E ATRIBUIÇÕES

CAPÍTULO I DA ESTRUTURA

Art. 9º A AMAUC tem a seguinte estrutura organizacional:

I - Assembleia Geral

II - Conselho Fiscal;

III - Diretoria Executiva;

IV - Secretaria Executiva;

V - Departamentos Técnicos;

VI - Colegiados Microrregionais;

CAPÍTULO II DAS ATRIBUIÇÕES

SEÇÃO I DA ASSEMBLEIA GERAL

Art. 10. A Assembleia Geral da AMAUC é composta pelos Prefeitos, Vice-Prefeitos ou Presidentes das Câmaras de Vereadores, que estiverem no exercício do cargo de Prefeito.

Art. 11. A Assembleia Geral é o órgão soberano da AMAUC, em suas decisões, proposições e deliberações.

Art. 12. As Assembleias Gerais, Ordinária ou Extraordinária, serão

realizadas na sede da entidade, em qualquer município integrante da Associação ou em outro local conforme for deliberado pelos seus membros ou convocada pela Diretoria Executiva.

§ 1º A Assembleia Geral Ordinária é realizada a cada bimestre e sua convocação se dará na forma de Edital de Convocação com antecedência mínima de 8 (oito) dias.

§ 2º A Assembleia Geral Extraordinária será convocada com antecedência mínima de 5 (cinco) dias, pelo Presidente da Associação ou por iniciativa de no mínimo 1/5 (um quinto) dos associados em dia com suas obrigações estatutárias, por motivos fundamentados e escritos, para tratar de matéria específica.

§ 3º A Assembleia Geral acontecerá em primeira convocação com a presença de no mínimo 50% (cinquenta por cento) dos associados, ou após 30 (trinta) minutos, em segunda convocação, com a presença de no mínimo 1/3 (um terço) dos Associados.

§ 4º Poderão participar da Assembleia Geral, sem direito a voto, os Presidentes e Vice-Presidentes das Câmaras de Vereadores, Vereadores, funcionários da Associação, servidores municipais e demais convidados de interesse dos associados.

Art. 13. A Assembleia Geral será aberta pelo Prefeito anfitrião, salvo se realizado na sede da entidade ou outro local e dirigida pelo Presidente da Associação ou por quem por ele delegado.

Art. 14. O município terá direito a voto, desde que esteja em dia com as contribuições mensais à associação, não podendo registrar atraso em mais de 2 (duas) contribuições mensais.

Art. 15. As deliberações da Assembleia Geral serão tomadas por maioria simples dos associados presentes, com exceção dos casos previstos no parágrafo único do Art. 16 e Art. 48 deste Estatuto.

Art. 16. A Assembleia Geral, para cumprir com suas funções deliberativas, terá as seguintes atribuições:

I - deliberar sobre assuntos relacionados aos objetivos e finalidades da Associação;

II - eleger por votação secreta, ou por aclamação no caso de chapa única, os membros da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal, pelo período de um ano, observando o seguinte:

a) a eleição dos membros da Diretoria Executiva e Conselho Fiscal serão realizadas na primeira quinzena do mês dezembro de cada ano, permitida a re-eleição.

b) para eleição da Diretoria Executiva e Conselho Fiscal do ano em que findar o mandato dos Prefeitos, serão convocados os Prefeitos eleitos para o novo mandato, sendo que somente estes terão direito a voto, observado o que dispõe o Art. 25;

c) a posse, em ambos os casos, dar-se-á automaticamente, a partir do primeiro dia útil de janeiro;

d) as chapas deverão ser apresentadas no momento próprio estabelecido no edital de convocação, feito especificamente para esta finalidade;

e) os membros da Diretoria Executiva e Conselho Fiscal não serão remunerados pelo exercício das funções em seus respectivos cargos.

III - destituir os membros da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal, observado o devido processo legal, o direito ao contraditório, à ampla defesa e o disposto no parágrafo único deste artigo;

IV - aprovar o Regimento Interno, compreendendo a criação ou a extinção dos Departamentos Técnicos, a estrutura organizacional e as atribuições dos funcionários do quadro da associação;

V - fixar anualmente a contribuição financeira dos municípios à AMAUC, através de Contrato de Rateio, para atender as despesas de custeio e de pessoal e a formação do patrimônio da entidade, respeitada a capacidade contributiva de cada município;

VI - homologar a resolução emitida pelo Conselho Fiscal sobre o Relatório Financeiro Trimestral e aplicação de recursos da entidade;

VII - homologar o relatório de Execução Físico-Financeira Anual, o Balanço, o Orçamento e o Plano de Diretrizes e Metas da Associação;

VIII - alterar o Estatuto Social, observado o que dispõe o parágrafo único deste artigo;

IX - apreciar e aprovar, no início de cada Assembleia Geral, a ata da reunião anterior;

X - deliberar sobre outros assuntos de interesse dos municípios, da entidade ou da comunidade microrregional;

XI - apreciar e aprovar a alienação dos bens imóveis da Associação;

XII - homologar a contratação ou a demissão do Secretário Executivo.

Parágrafo único. Para aprovação das deliberações a que se referem os incisos III, VIII e XI, é necessário o voto favorável da maioria absoluta de associados, em Assembleia Extraordinária, especialmente convocada para esse fim.

Art. 17. As deliberações da Assembleia Geral Ordinária ou Extraordinária serão executadas pela Diretoria Executiva ou por determinação desta, pela Secretaria Executiva.

Art. 18. A Assembleia Geral poderá constituir comissões técnicas para estudar, apreciar e fazer proposições sobre planos, programas, serviços, ações e projetos de interesse dos municípios, da entidade e da comunidade regional.

Parágrafo Único. A Assembleia Geral poderá sugerir, emendar e dar parecer às proposições, projetos, planos, programas e estudos apresentados pelas comissões técnicas.

SEÇÃO II DO CONSELHO FISCAL

Art. 19. O Conselho Fiscal é composto de quatro membros efetivos e quatro membros suplentes, eleitos de acordo com o estabelecido no Art.16 do presente Estatuto Social.

Art. 20. São atribuições do Conselho Fiscal:

I - eleger o Presidente entre seus membros;

II - reunir-se ao final de cada trimestre, para analisar e emitir parecer, sobre os Relatórios Financeiros e aplicações dos recursos, em forma de resolução, submetendo-os à homologação da Assembleia Geral.

III - analisar as contas anuais, emitindo parecer em forma de resolução, submetendo-as à homologação da Assembleia Geral.

SEÇÃO III DA DIRETORIA EXECUTIVA

Art. 21. A AMAUC é dirigida por uma Diretoria Executiva, eleita em Assembleia Geral nos termos do Art. 16, cujas atribuições integram o presente Estatuto Social.

Art. 22. A Diretoria Executiva é composta pelos seguintes membros:

I - Um Presidente;

II - Um 1º Vice-Presidente;

III - Um 2º Vice-Presidente;

IV - Um 3º Vice-Presidente;

§ 1º O Presidente será substituído em caso de vaga, falta ou impedimento, pelo 1º Vice-Presidente e assim sucessivamente.

§ 2º Em caso de renúncia da Diretoria Executiva ou impedimento legal, será realizada nova eleição no período de 15 (quinze) dias, para completar o mandato.

§ 3º Durante o eventual período em que os cargos da Diretoria Executiva estiverem vagos, a Presidência será exercida pelo Prefeito mais idoso.

Art. 23. O Presidente da associação é o seu representante legal, ficando autorizado a constituir procuradores ou representantes com o fim específico de defesa dos interesses dos municípios associados e da associação.

Art. 24. O Presidente também é o representante da entidade junto ao Conselho Deliberativo da Federação Catarinense de Municípios - FECAM, podendo delegar atribuições aos demais membros da diretoria.

Art. 25. Somente poderão ser membros da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal, Prefeitos de municípios em dia com as obrigações estatutárias.

Art. 26. A Diretoria Executiva exercerá suas funções com o apoio da Secretaria Executiva, podendo reunir-se sempre que convocada, para discutir, avaliar, propor e homologar as decisões e ações do Presidente da entidade, inclusive sobre a venda de bens móveis, contratação e demissão de funcionários.

Art. 27. Ao Presidente da Associação, entre outras atribuições, compete:

I - presidir as reuniões da Diretoria Executiva e as Assembleias Gerais e manifestar o voto de qualidade;

II - dar posse aos membros do Conselho Fiscal;

III - representar a AMAUC ativa e passivamente, judicial ou extrajudicialmente;

IV - firmar contratos, convênios ou acordos com entidades públicas ou privadas, inclusive com municípios associados, bem como constituir procuradores "ad negotia" e "ad iudicia", podendo esta competência ser delegada parcial ou totalmente ao Secretário Executivo mediante decisão da Diretoria Executiva;

V - administrar e zelar pelo cumprimento das normas do presente Estatuto Social;

VI - encaminhar aos órgãos competentes as reivindicações, estudos, projetos e proposições da associação e dos municípios associados;

VII - contratar e demitir os funcionários da Associação;

VIII - solicitar aos municípios ou outros órgãos, para que estes coloquem à disposição da Associação, servidores e técnicos, para executar projetos, programas e ações de interesse microrregional;

IX - contratar consultorias e empresas de prestação de serviços;

X - estabelecer normas internas através de resoluções, sobre atribuições funcionais, remuneração, vantagens adicionais de salário e outras voltadas ao funcionamento da Associação, sempre observando o regimento interno e o plano de cargos e salários da Associação;

XI - movimentar os recursos financeiros e autorizar pagamentos, com a participação conjunta da Secretaria Executiva;

XII - administrar o patrimônio da Associação, visando à sua formação e manutenção;

XIII - convocar a Assembleia Geral, segundo o estabelecido no Artigo 12, §§ 1º e 2º, deste Estatuto Social;

XIV - receber as proposições dos municípios associados, encaminhando-as à Diretoria Executiva, à Assembleia Geral ou aos órgãos competentes, quando julgadas de interesse dos municípios, da Associação ou da comunidade regional;

XV - executar e divulgar as deliberações da Diretoria Executiva e da Assembleia Geral;

XVI - submeter à apreciação da Assembleia Geral o Regimento Interno que estabelece normas de funcionamento operacional da entidade e o plano de cargos e salários;

XVII - submeter à Assembleia Geral de eleição da nova Diretoria, o Orçamento Anual e o Plano de Diretrizes e Metas da Associação;

XVIII - submeter para apreciação, na primeira Assembleia Geral do ano, o Relatório de Execução Físico-Financeira Anual da associação, referente ao exercício anterior, acompanhado do parecer prévio do Conselho Fiscal;

XIX - colocar à disposição do Conselho Fiscal, da Diretoria Executiva e da Assembleia Geral, quando solicitado, toda a documentação físico-financeira, projetos, programas e relatórios da Associação;

XX - encaminhar o Balancete Financeiro mensal e o relatório de atividades aos municípios associados, servindo os mesmos de Prestação de Contas das contribuições financeiras à entidade;

XXI - propor à Assembleia Geral a criação ou extinção de Departamentos Técnicos.

SEÇÃO IV DA SECRETARIA EXECUTIVA

Art. 28. A Secretaria Executiva, composta por uma equipe técnica de nível superior e médio, é responsável pelos serviços administrativos da Associação, como órgão da Diretoria Executiva.

Art. 29. A Secretaria Executiva é coordenada pelo Secretário Executivo ao qual compete supervisionar, coordenar e executar os serviços relativos ao expediente, contabilidade, administração de pessoal e material e outros que lhe forem conferidos, dentro dos objetivos da Associação.

Parágrafo único. O cargo de Secretário Executivo é de confiança da Diretoria Executiva, observado o disposto no inciso XII do Art. 16, sendo requisitos indispensáveis para o preenchimento do cargo a capacidade técnica, idoneidade e responsabilidade, não podendo recair em pessoas com vínculo político-partidário.

Art. 30. São atribuições do Secretário Executivo:

I - organizar e supervisionar os serviços prestados pela Associação, zelando pela eficiência dos mesmos;

II - despachar os expedientes dirigidos à Associação;

III - promover a arrecadação de recursos financeiros;

IV - autorizar, juntamente com o Presidente, a movimentação de recursos financeiros da Associação;

V - dar divulgação às deliberações da Assembleia Geral com prévia autorização do Presidente da Associação;

VI - providenciar o Balancete Financeiro Mensal e o Relatório de Atividades, bem como a prestação de contas a ser apresentada à Assembleia Geral;

VII - secretariar as reuniões da Diretoria Executiva e a Assembleia Geral da Associação e lavrar as respectivas atas;

VIII - executar outras tarefas que lhe venham a ser atribuídas pelo Presidente;

IX - determinar a prestação de assistência técnica aos municípios associados;

X - solicitar ao Presidente a contratação de técnicos e propor que sejam postos à disposição da AMAUC servidores dos municípios associados;

XI - realizar as compras dentro dos limites do orçamento aprovado pela Diretoria Executiva.

SEÇÃO V DOS DEPARTAMENTOS TÉCNICOS

Art. 31. Os Departamentos Técnicos, previstos no Regimento Interno, são formados por profissionais especializados, com a finalidade de prestar serviços e assessoramento aos Municípios associados, nas áreas mencionadas no Art. 6º, I, deste Estatuto.

Art. 32. A criação ou extinção de Departamento Técnico será submetida à apreciação da Assembleia Geral.

SEÇÃO VI DOS COLEGIADOS MICRORREGIONAIS

Art. 33. Os Colegiados Microrregionais são formados pelos Secretários Municipais das áreas específicas, Assessores, Contadores e Técnicos, sob a coordenação de um de seus membros, com o objetivo de auxiliar às Administrações Municipais e à AMAUC na formulação das políticas, diretrizes e planos de atividades que atendam aos interesses dos municípios.

§ 1º Cada Colegiado terá seus objetivos, funções e normatização em regimento interno, aprovado em Assembleia Geral.

§ 2º Os Colegiados serão assessorados por funcionários da AMAUC.

TÍTULO III

DO PESSOAL, DOS RECURSOS FINANCEIROS, DAS LICITAÇÕES E CONTRATOS, DA CONTABILIDADE E DA PRESTAÇÃO DE CONTAS E DO EXERCÍCIO SOCIAL

CAPÍTULO I DO PESSOAL

Art. 34. Os funcionários contratados serão regidos pela CLT - Consolidação das Leis do Trabalho, e submetidos ao RGPS - Regime Geral da Previdência Social.

Art. 35. A contratação de funcionários será feita através de processo de seleção, devendo o edital ser amplamente divulgado nos meios de comunicação de abrangência regional e levar-se-á em consideração a qualificação técnica, a escolaridade e o número de vagas previstas no quadro da entidade.

Parágrafo único. Excetua-se do processo de seleção o Secretário Executivo, cuja contratação compete à Diretoria Executiva, em conformidade com o que dispõe o parágrafo único do Art. 29, deste Estatuto.

CAPÍTULO II DOS RECURSOS FINANCEIROS, DAS LICITAÇÕES E CONTRATOS, DA CONTABILIDADE, DA PRESTAÇÃO DE CONTAS E DO EXERCÍCIO SOCIAL

Art. 36. Constituem recursos financeiros da AMAUC:

I - receita de contribuições dos municípios associados, estabelecida através de Contrato de Rateio;

II - receita de alienação de seus bens livres;

III - receita de aplicações financeiras e operações de crédito;

IV - receitas de prestação de serviços pela entidade e outras receitas eventuais;

V - receitas especiais e suplementares dos municípios;

VI - receitas de convênios com municípios, Estado e União;

VII - doações e legados;

VIII - os saldos do exercício.

Art. 37. As Licitações e Contratos Administrativos serão realizados mediante cotação prévia de preços, devendo obedecer a Lei nº 8666/93 e legislação correlata.

Art. 38. Os registros contábeis deverão obedecer a forma estabelecida pela Lei 4.320/64, podendo, ainda, ser executado na forma de contabilidade privada.

Art. 39. A prestação de contas, na forma de balanço geral, após parecer do Conselho Fiscal e apreciação pela Assembleia, será encaminhada a todos os municípios associados e ao Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Art. 40. O exercício social coincidirá com o ano civil, para efeitos de Execução do Orçamento, Prestação de Contas e mandato da Diretoria e do Conselho Fiscal.

TÍTULO IV

DO PATRIMÔNIO, DA RETIRADA E DA EXCLUSÃO DOS ASSOCIADOS E DA DISSOLUÇÃO DA ASSOCIAÇÃO

CAPÍTULO I DO PATRIMÔNIO

Art. 41. O patrimônio da Associação é composto:

I - pelos bens móveis, imóveis e direitos que vier a adquirir a qualquer título;

II - títulos e valores de crédito, recursos financeiros disponíveis;

III - pelos bens e direitos que lhe forem transferidos por entidades públicas ou privadas.

Art. 42. Os bens móveis da Associação, para serem alienados, dependem da aprovação da Diretoria Executiva e os bens imóveis da aprovação da Assembleia Geral.

CAPÍTULO II DA RETIRADA DOS ASSOCIADOS

Art. 43. Qualquer município associado poderá retirar-se da Associação mediante a decisão do Chefe do Executivo Municipal, referendada pela respectiva Câmara Municipal de Vereadores.

Parágrafo único. A decisão de afastar-se, no entanto, não exime o município de recolher à AMAUC a importância devida até a data da entrega à Diretoria do ato legislativo que autorizou o respectivo afastamento, constituindo-se a mesma em título executivo extrajudicial.

CAPÍTULO III DA EXCLUSÃO DOS ASSOCIADOS

Art. 44. Será excluído da AMAUC o associado que tenha deixado de incluir no Orçamento Municipal do ano em curso a dotação devida à AMAUC.

Parágrafo único. A exclusão dar-se-á no primeiro dia útil do início do ano fiscal que estiver a descoberto de dotação orçamentária.

Art. 45. Será igualmente excluído da AMAUC o associado que deixar de efetuar o pagamento das parcelas mensais devidas pelo prazo de cento e vinte dias.

Parágrafo único. A exclusão prevista neste artigo não exime o participante do pagamento de débitos decorrentes do tempo em que permaneceu inadimplente, com a devida atualização monetária.

Art. 46. Em qualquer dos casos de exclusão que trata este capítulo serão obedecidos os procedimentos que assegurem o direito da ampla defesa e contraditório, nos termos da lei.

Art. 47. O associado que optou pela retirada ou que foi excluído que queira reingressar à sociedade pagará, a título de luva, um valor equivalente ao de sua contribuição quando associado, com a devida atualização monetária.

CAPÍTULO IV DA DISSOLUÇÃO DA ASSOCIAÇÃO

Art. 48. A AMAUC somente poderá ser dissolvida em Assembleia Geral Extraordinária, especialmente convocada para esse fim, por decisão de dois terços (2/3) dos municípios associados.

Art. 49. Em caso de dissolução da associação, e somente neste, o seu patrimônio reverterá em benefício dos municípios associados, sendo rateados proporcionalmente ao montante dos recursos entregues pelos mesmos à entidade, atendendo-se previamente as

indenizações, liquidações dos passivos existentes e outras exigências legais, trabalhistas e tributárias.

TÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS E DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 50. O Regimento Interno e o Plano de Cargos e Salários da AMAUC serão elaborados após aprovação da presente alteração estatutária, ficando a cargo da Diretoria Executiva a formação de um grupo técnico para esta finalidade, sob a coordenação do Secretário Executivo.

Parágrafo único. O Regimento Interno e o Plano de Cargos e Salários, após análise da Diretoria Executiva, serão submetidos à Assembleia Geral nos termos do presente estatuto.

CAPÍTULO II DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 51. Ressalvadas as exceções expressamente previstas no presente Estatuto, todas as demais deliberações serão tomadas pelo voto da maioria dos presentes.

Art. 52. Os membros da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal não serão remunerados, considerando-se, entretanto, de alta relevância os serviços por eles prestados.

Art. 53. Os municípios participantes da AMAUC respondem subsidiariamente pela Associação.

Parágrafo único. Os membros da Diretoria Executiva não responderão pessoalmente pelas obrigações contraídas com a ciência e em nome da AMAUC, mas assumirão as responsabilidades pelos atos praticados de forma contrária à Lei ou às disposições contidas no presente Estatuto.

Art. 54. A Associação manterá estreita colaboração com a Federação Catarinense de Municípios - FECAM e com as entidades municipalistas nacionais.

Art. 55. É vedado à associação envolver-se em assuntos diversos de seus objetivos e finalidades, especialmente os de natureza político-partidária, prestar serviços técnicos que não sejam de interesse dos municípios associados ou incompatíveis com as finalidades públicas, dentro das suas áreas de atuação.

Art. 56. Os casos omissos ao presente estatuto serão resolvidos pela Diretoria Executiva "ad referendum" da Assembleia Geral.

Art. 57. Esta alteração estatutária entrará em vigor a partir da sua aprovação pela Assembleia Geral e após a inscrição dos atos no Cartório do Registro Civil de Pessoas Jurídicas.

Concórdia - SC; 03 de março de 2011.
LACI GRIGOLO
Presidenta

JOÃO GIRARDI
1º Vice-Presidente

SERGIO LUIZ SCHMITZ
2º Vice-Presidente

ROBERTO KURTZ PEREIRA
Advogado
OAB/SC 22.519

EGEM

Edital Nº 05/2012 - Chamamento inscrição Curso Administração do Tempo

EDITAL Nº 05/2012

CHAMAMENTO PARA INSCRIÇÃO

CURSO SOBRE ADMINISTRAÇÃO DO TEMPO

1. OBJETIVO DO CURSO

Reestruturar a administração do tempo de trabalho como diferencial estratégico; identificar e analisar as percepções sobre processos temporais: individual (self-time), organizacional e estratégico; Construir um plano gerencial de reestruturação e administração do tempo no ambiente organizacional.

2. PÚBLICO-ALVO

Servidores públicos municipais, colaboradores da FECAM, EGEM, CIGA e ARIS e demais interessados.

3. CALENDÁRIO

QUADRO I

Cidade/Local
Florianópolis/SC
Auditório do SENAI
Rodovia SC 401, Nº 3.730
Bairro Saco Grande
Florianópolis/SC
Período das inscrições De 25/01/2012 a 01/03/2012
Vencimento do boleto de cobrança 01/03/2012
Homologação das inscrições 05/03/2012
Período de realização do curso 08 de março de 2012
Carga horária 10 horas/aulas
Quantidade de vagas 60

4. PROCEDIMENTOS PARA INSCRIÇÕES

QUADRO I - Dos Valores

Tipo de inscrição Valor (por inscrição)
Servidores de municípios filiados à FECAM R\$ 100,00
Demais participantes R\$ 200,00

Forma de pagamento: Após a realização da inscrição por meio do site, será gerado um boleto bancário com vencimento para o dia constante no item 3.

Homologação da inscrição: A homologação da inscrição se dá por meio do pagamento do boleto bancário.

Dados para empenho: O boleto será gerado em nome da Escola de Gestão Pública Municipal.
CNPJ: 08.940.383/0001-90. Endereço: Rua Santos Saraiva, 1546.
Estreito - Florianópolis/SC
Telefone: 48 3221- 8800

Nota Fiscal: Após a realização do curso serão enviadas as notas fiscais pelos Correios, juntamente com os certificados de participação emitidos pela EGEM, para o endereço constante no cadastro informado no momento da inscrição no campo: "Dados para a emissão da nota fiscal".

Antes de efetuar o pagamento da taxa de inscrição, os participantes deverão estar cientes e concordar com as seguintes condições:

- a) As despesas com diárias e passagens caso necessite de deslocamento, correrão por conta do participante;
- b) Comprometer-se a frequentar todos os módulos do evento, ficando os organizadores desde já autorizados a cancelar sua inscrição em caso de ausência em um dos módulos, sem obrigação de devolução da taxa de compromisso de inscrição;
- c) No caso do cancelamento de inscrição ocorrer no primeiro dia do evento, será confirmada a inscrição do primeiro candidato da lista de espera automaticamente;
- d) Estar ciente de que no caso de cancelamento de inscrição após a data final para homologação, indicada no Calendário (Item 3 deste Edital), o valor da inscrição não será reembolsado.

5. Direitos de imagem

O participante cede o direito de uso de sua imagem e autoriza a publicação em informativos, relatórios e site da EGEM.

6. PROGRAMAÇÃO

8h30 às 12h Relativando o tempo;
Flexibilizando o tempo;
Estruturando o tempo;
Autoestima e controle do estresse;
Administração do tempo;
Atividade contínua permanente;
Conheça o uso de seu tempo;
13h30 às 17h30 Alternativa de solução;
Procrastinação, o que é, como vencê-la;
Administrar o tempo como fazê-lo;
Análise da rotina;
Como priorizar atividades em relação ao tempo;
Não tenho tempo;
Quando e como dizer "Não";
Desperdiçadores de tempo;

7. PALESTRANTE

JÚLIA PACHECO
ANALISTA E CONSULTORA DE GESTÃO DE PESSOAS NO SENAI - FLORIANÓPOLIS, PSICÓLOGA, COACHING MEMBRO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE COACHING, MBA EM GESTÃO ESTRATÉGICA DE PESSOAS.

DISPOSIÇÕES GERAIS

a) O material do curso será disponibilizado na página da EGEM na internet uma semana após a realização do curso, para que os participantes possam consultá-lo.

b) O curso terá certificado de participação emitido pela Escola de Gestão Pública Municipal - EGEM.

REALIZAÇÃO

Escola de Gestão Pública Municipal - EGEM

Qualquer divulgação e/ou alteração, caso houver, será por meio do portal da EGEM na Internet (www.egem.org.br)

FIQUE ATENTO!

8. ANEXOS

Resolução nº 001/2009

O Presidente da Escola de Gestão Pública Municipal, no uso das atribuições estatutárias, atendendo o disposto no art. 17 do Estatuto Social,

RESOLVE:

Art. 1º As inscrições em cursos, capacitações e eventos realizados pela EGEM deverão ser efetivadas e seu pagamento quitado até 05 (cinco) dias antes da data marcada para a realização de cada evento.

§1º A não efetivação do pagamento acarretará na indisponibilidade de recebimento do material disponibilizado aos participantes, aquele que comparecer ao evento.

§2º A participação dos inscritos com o pagamento em aberto estará condicionada à capacidade física do local, considerada a demanda para o evento.

Art. 2º A EGEM reserva-se o direito de alterar os prazos estabelecidos, de acordo com as especificações de cada curso, capacitação e evento realizado.

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

NORIVAL FIORIN

Prefeito de Luzerna

Presidente da EGEM

Consórcios

AGIR

Resolução Nº 031/2011 - AGIR

RESOLUÇÃO Nº. 031/2011

ESTABELECE OS VALORES DE RATEIO DOS RECURSOS DA AGIR APROVADOS PELA ASSEMBLEIA PARA O EXERCÍCIO DE 2012 E APROVA O CONTRATO DE RATEIO.

SERGIO ALMIR DOS SANTOS, Presidente da Diretoria Executiva da Agência Intermunicipal de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos Municipais do Médio Vale do Itajaí - AGIR, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto, Artigos 20 Inciso VI e 30 Inciso e XI e, de acordo com os demais dispositivos legais aplicáveis:

RESOLVE:

Art. 1º. Ficam aprovados os valores de rateio da Agência Intermunicipal de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos Municipais do Médio Vale do Itajaí - AGIR para o exercício de 2012 e seus respectivos contratos, nos termos das deliberações tomadas na Assembleia Geral Ordinária do dia 22 de setembro de 2011.

Art. 2º. Os valores devidos, a título de rateio, pelos municípios consorciados, nos termos do Artigo 14 e Parágrafos do Estatuto, são os seguintes:

Nº.	Município:	Habitantes:	Cota Mensal R\$	Cota Anual R\$
01	APIÚNA	9.605	631,13	7.573,54
02	ASCURRA	7.419	487,49	5.849,88
03	BENEDITO NOVO	10.331	678,83	8.145,99
04	BLUMENAU	309.214	20.317,94	243.815,24
05	BOTUVERÁ	4.468	293,59	3.523,02
06	DOUTOR PEDRINHO	3.604	236,81	2.841,75
07	GASPAR	57.958	3.808,32	45.699,88
08	GUABIRUBA	18.433	1.211,20	14.534,42
09	INDAIAL	54.794	3.600,42	43.205,07
10	POMERODE	27.772	1.824,85	21.898,22
11	RIO DOS CEDROS	10.280	675,48	8.105,78

12	RODEIO	10.914	717,14	8.605,69
13	TIMBÓ	36.817	2.419,18	29.030,20

Art. 3º. Os depósitos em conta corrente das cotas mensais correspondentes deverão ocorrer até o 5º. (quinto) dia útil de cada mês.

Parágrafo Único. A cota devida referente ao mês de janeiro de 2012 poderá ser quitada juntamente com a cota do mês de fevereiro.

Art. 4º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau (SC), em 19 de dezembro de 2011.

SERGIO ALMIR DOS SANTOS

Presidente da Diretoria Executiva da AGIR

Resolução Nº 032/2011 - AGIR

RESOLUÇÃO Nº. 032/2011

ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA PARA O EXERCÍCIO DE 2012 DA AGÊNCIA INTERMUNICIPAL DE REGULAÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS MUNICIPAIS DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - AGIR

SERGIO ALMIR DOS SANTOS, Presidente da Diretoria Executiva da Agência Intermunicipal de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos Municipais do Médio Vale do Itajaí - AGIR, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto Artigos 20, Inciso VII, Alínea "b" e 30 Inciso XI e, de acordo com os demais dispositivos legais aplicáveis:

RESOLVE:

Art. 1º. Estabelecer o orçamento anual da Agência Intermunicipal de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos Municipais do Médio Vale do Itajaí - AGIR, para o exercício de 2012, estimando a receita e fixando a despesa em R\$ 442.828,68 (quatrocentos e quarenta e dois mil, oitocentos e vinte e oito reais, sessenta e oito centavos).

§ 1º. A receita da AGIR será realizada mediante a arrecadação de transferências dos municípios, rendas e outras receitas correntes, na forma da legislação em vigor, discriminada no quadro abaixo, com os seguintes desdobramentos:

RECEITA ORÇAMENTÁRIA:

Especificação:	Fonte R\$	Total R\$
Receitas Correntes		442.828,68
Transferências Correntes		442.828,68
Transferências Intergovernamentais	442.828,68	
Transferências dos Municípios	442.828,68	
Transferências a Consórcios Públicos	442.828,68	
Transf. Mun. de Apiúna - Manutenção	7.573,54	
Transf. Mun. de Acurra - Manutenção	5.849,88	
Transf. Mun. de B. Novo - Manutenção	8.145,99	
Transf. Mun. de Blumenau - Manutenção	243.815,24	
Transf. Mun. de Botuverá - Manutenção	3.523,02	
Transf. Mun. de Dr. Pedrinho - Manutenção	2.841,75	
Transf. Mun. De Gaspar - Manutenção	45.699,88	
Transf. Mun. de Guabiruba - Manutenção	14.534,42	
Transf. Mun. de Indaial - Manutenção	43.205,07	
Transf. Mun. de Pomerode - Manutenção	21.898,22	
Transf. Mun. de R dos Cedros - Manutenção	8.105,78	
Transf. Mun. de Rodeio - Manutenção	8.605,69	
Transf. Mun. de Timbó - Manutenção	29.030,20	
Total R\$	442.828,68	442.828,68

§ 2º. As despesas de custeio da AGIR serão realizadas obedecendo à legislação em vigor e serão distribuídas da seguinte maneira:

DESPESA ORÇAMENTÁRIA:

Despesas Correntes	R\$ 435.828,68
Pessoal e Encargos	R\$ 342.721,68
Outras Despesas Correntes	R\$ 93.107,00
Despesas de Capital	R\$ 7.000,00
Investimentos	R\$ 7.000,00
Reserva de Contingência	0,00
TOTAL	R\$ 442.828,68

Art. 2º. A Presidência da AGIR fica autorizada a remanejar dotações de um elemento de despesa para outro, dentro de cada projeto, atividade ou operações especiais.

Art. 3º. A Presidência da AGIR está autorizada ainda, nos termos do Artigo 7º. da Lei Federal nº. 4.320/64, a abrir créditos adicionais suplementares, até o limite de 25% da receita estimada para o orçamento de cada uma das unidades gestoras, utilizando como fontes de recursos:

- I - O excesso ou provável excesso de arrecadação, observada a tendência do exercício;
- II - A anulação de saldos de dotações orçamentárias desde que não comprometidas;
- III - Superávit financeiro do exercício anterior;
- IV - A reserva de contingência.

Parágrafo Único. Excluem-se desse limite, os créditos adicionais suplementares decorrentes de leis municipais específicas aprovadas no exercício.

Art. 4º. Esta Resolução entra em vigor na data de 1º. de janeiro de 2012, revogadas as disposições em contrário.

Blumenau (SC), em 19 de dezembro de 2011.

SERGIO ALMIR DOS SANTOS

Presidente da Diretoria Executiva da AGIR

Convocação Assembleia Geral Extraordinária - AGIR

CONVOCAÇÃO:

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

JOÃO PAULO KARAM KLEINÜBING, Presidente da Diretoria Executiva da Agência Intermunicipal de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos Municipais do Médio Vale do Itajaí - AGIR, no uso das atribuições legais e de acordo com o Artigo 17 e Parágrafos e com o Artigo 20 e Incisos do Estatuto Social e, em razão do período de recesso que motivou a convocação da presente Assembleia em caráter extraordinário, CONVOCA todos os associados e consorciados em dia com as suas obrigações estatutárias para a ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA que se realizará no dia 26 de janeiro de 2011, às 08h00min, em primeira (1ª.) convocação com a presença da maioria qualificada e em não havendo o número, em segunda (2ª.) convocação, trinta (30) minutos após, às 08h30min, com a presença da maioria simples dos consorciados.

Local: Rua: Alberto Stein, nº. 466, Auditório do 1º. piso - Bairro: Velha, CEP: 89.036-200, Blumenau, Santa Catarina.

ORDEM DO DIA

- 1 - Leitura e aprovação da ata anterior;
- 2 - Correspondências;

- 3 - Processos Administrativos;
- 4 - Relatório Anual de Atividades 2011;
- 5 - Prestação de Contas 2011;
- 6 - Assuntos Administrativos;
- 7 - Assuntos Gerais.

Blumenau (SC), em 20 de janeiro de 2011.

JOÃO PAULO KARAM KLEINÜBING

Presidente da Diretoria Executiva

Ata Nº 015 de 15/12/2011 - Assembleia Geral Ordinária - AGIR

ATA Nº. 015/2011, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2011 DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DA AGÊNCIA INTERMUNICIPAL DE REGULAÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS MUNICIPAIS DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - AGIR.

Aos quinze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e onze, de acordo com a convocação publicada no Diário Oficial dos Municípios, Edição nº. 877, Página 168, de 31.11.2011, no site e no mural da AGIR, reuniram-se em Assembleia Geral Ordinária os representantes legais do Consórcio, no Auditório Lino Grützmaier, no endereço declinado no edital, nesta cidade de Blumenau, Estado de Santa Catarina, às oito horas e quarenta e cinco minutos em primeira convocação. Sem número legal para a primeira convocação a mesma foi aberta às nove horas e quinze minutos em segunda convocação, depois de verificada a presença dos consorciados em número legal. A Assembleia foi iniciada sob a presidência do senhor Zenor Francisco Sgrott, Prefeito do Município de Botuverá, por ser o membro com maior idade presente, em razão da ausência justificada do senhor Sérgio Almir dos Santos, Presidente da AGIR e Prefeito do Município de Indaial e do senhor Laércio Demerval Schuster Júnior, Vice-Presidente da AGIR e Prefeito do Município de Timbó. Sob a concordância de todos os presentes, nomeou-se a senhora Vanessa Fernanda Schmitt - Diretora Administrativa/Geral Interina da AGIR, para secretariar os trabalhos. A Assembleia contou ainda com a presença do senhor Carlos Alberto Pegoretti, Prefeito do Município de Rodeio, senhor Harry Dallabrida, Vice-Prefeito do Município de Benedito Novo, senhor Fernando Tomaselli, Prefeito do Município de Rio dos Cedros, senhor Orides Kormann, Prefeito do Município de Guabiruba, senhor Hartwig Persuhn, Prefeito do Município de Doutor Pedrinho, senhor Mário Withoeft, Vice-Prefeito do Município de Indaial, senhor Jamir Marcelo Schmidt, Prefeito do Município de Apiúna e senhor Moacir Polidoro, Prefeito do Município de Ascurra, além de várias outras presenças como consta da lista de presença devidamente assinada e arquivada. Os trabalhos da Assembleia Geral Ordinária da AGIR foram iniciados para a apreciação da seguinte Ordem do Dia: 1 - Leitura e aprovação da ata anterior, 2 - Correspondências, 3 - Processos administrativos, 4 - Suplência do Comitê de Regulação, 5 - Aprovação do Plano de Trabalho para 2012, 6 - Eleição Diretoria Executiva e Conselho Fiscal para 2012, 7 - Assuntos Administrativos e 8 - Assuntos Gerais. Iniciados os trabalhos, o senhor Zenor Francisco Sgrott agradeceu a presença de todos, convidando o senhor Heinrich Luiz Pasold - Advogado da AMMVI, para fazer parte da mesa, passando a condução dos trabalhos da Assembleia ao mesmo. Em ato seguinte, referente ao item um da pauta, foi dispensada a leitura da ata da reunião anterior em razão de envio antecipado para apreciação dos consorciados, sendo a mesma aprovada por todos. No seguimento dos trabalhos, para proporcionar ciência aos presentes, o senhor Heinrich Luiz Pasold solicitou à senhora Vanessa Fernanda Schmitt que fizesse a leitura e as respectivas explicações sobre as correspondências recebidas e enviadas pela AGIR de 13.10.11 até 14.12.2011. Prosseguindo, o senhor Heinrich Luiz Pasold informou a todos sobre os processos administrativos em trâmite na AGIR, solicitando novamente à senhora Vanessa Fernanda Schmitt que explanasse sobre suas informações, tais como: número, autor, partes envolvidas, objeto, ações realizadas de 13.10.11 até 14.12.11

e próximas ações. Dando continuidade à pauta, o senhor Heinrich Luiz Pasold apresentou os indicados à suplência do Comitê de Regulação representando a AGIR, quais foram: senhor Carlos César da Silva - Administrador, indicado pelo Consórcio Intermunicipal de Saúde do Médio Vale do Itajaí - CISAMVI e senhor Ayrton Adão Schmitt Júnior - Biólogo, indicado pela AGIR. As indicações foram referendadas por unanimidade pela Assembleia e, igualmente foi determinada abertura de novo edital para suplência do Comitê de Regulação, pois ainda existe uma vaga representando os usuários, ficando à senhora Vanessa Fernanda Schmitt responsável pelo referido edital e pela formação completa do Comitê de Regulação. Quanto ao item cinco, a senhora Vanessa Fernanda Schmitt realizou uma explanação apresentando o Plano de Trabalho para 2012, mesmo o referido Plano tendo sido enviado por e-mail para apreciação e contribuição de todos os consorciados, restando o mesmo aprovado por unanimidade. Adiante, o senhor Heinrich Luiz Pasold informou sobre os cargos a serem eleitos para a Diretoria Executiva e o Conselho Fiscal para 2012, enfatizando ainda que, mesmo o senhor João Paulo Karam Kleinübing não estando presente, este manifestou sua intenção em assumir a presidência da AGIR no próximo ano. Assim, após indicações e discussões acerca dos nomes, ficaram eleitos para o exercício 2012 os seguintes prefeitos/consorciados: Diretoria Executiva - Presidente: senhor João Paulo Karam Kleinübing, Prefeito do Município de Blumenau, Vice-Presidente: senhor Jamir Marcelo Schmidt, Prefeito do Município de Apiúna e Tesoureiro: senhor Zenor Francisco Sgrott, Prefeito do Município de Botuverá; e Conselho Fiscal - Presidente: senhor Orides Kormann, Prefeito do Município de Guabiruba, Titulares: senhor Sérgio Almir dos Santos, Prefeito do Município de Indaial e senhor Fernando Tomaselli, Prefeito do Município de Rio dos Cedros, e Suplentes: senhor Pedro Celso Zuchi, Prefeito do Município de Gaspar, senhor Paulo Maurício Pizzolatti, Prefeito do Município de Pomerode e senhor Moacir Polidoro, Prefeito do Município de Ascurra. Dentro dos assuntos administrativos, o senhor Heinrich Luiz Pasold informa que os municípios de Blumenau e Rio dos Cedros foram notificados por ainda apresentar saldos devedores, bem como aproveitou a oportunidade para agradecer aos demais municípios que colocaram e aos que estão colocando em dia seus repasses financeiros à AGIR. Neste instante a senhora Vanessa Fernanda Schmitt, apresenta aos presentes o folder institucional da AGIR, informando que cada consorciado receberá exemplares para distribuição em seu Município, bem como lembra que serão realizadas visitas em todos os consorciados a partir de janeiro/2012 para apresentação da AGIR e conhecimento dos prestadores. Ainda, informa que o recesso/férias da AGIR coincidirá com as férias da AMMVI, qual seja, de 26.12.2011 à 08.01.2012, totalizando treze dias, com o dia 23.12.2011 sendo decretado ponto facultativo. Nesse contexto, senhor Heinrich Luiz Pasold ressalta que a senhora Vanessa Fernanda Schmitt estará de plantão por todo este período, estando à disposição para toda e qualquer situação ou problema que vier a ocorrer, tendo seus telefones para contato divulgados a todos os consorciados e no site da AGIR. Como último assunto administrativo, o qual seria a indicação para os cargos internos de Diretor Geral, Diretor Técnico, Assessor Jurídico e Ouvidor, fica designado pelos presentes que será tratado com a próxima Diretoria Executiva eleita para o exercício 2012. Como último item da ordem do dia, em assuntos gerais, o senhor Heinrich Luiz Pasold solicita a senhora Vanessa Fernanda Schmitt que apresente aos consorciados o site da AGIR, lançado através do endereço www.agir.sc.gov.br. Nada mais havendo para ser tratado, o senhor Heinrich Luiz Pasold agradeceu a presença de todos, devolvendo os trabalhos ao senhor Zenor Francisco Sgrott, que presidiu os trabalhos, o qual encerrou esta Assembleia Geral Ordinária, determinando que eu Vanessa Fernanda Schmitt, secretária "ad hoc" lavrasse a presente ata que, depois de aprovada pelo Presidente, será assinada e publicada nos termos estatutários.

Zenor Francisco Sgrott
Prefeito do Município de Botuverá

ARIS**Aviso de Licitação - Republicação do Edital Pregão Nº 01/2012**

Aviso de Licitação - Republicação do Edital
Pregão nº 01/2012

A Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento - ARIS, por intermédio de seu Diretor Geral, Sr. Marcos Fey Probst, torna público que fará realizar no dia 06/02/2012, às 15h horas, licitação na modalidade pregão, forma presencial, tipo menor preço, para AQUISIÇÃO DE VEÍCULO, conforme especificações constantes no Termo de Referência - ANEXO I do Edital.

Serão observados os seguintes horários e datas para os procedimentos que seguem:

- Início do recebimento das propostas: 14h30min do dia 06/02/2012;
 - Limite para entrega dos envelopes de proposta e habilitação: 14h55min do dia 06/02/2012;
 - Abertura da sessão pública do pregão: às 15h do dia 06/02/2012.
- Eventuais dúvidas poderão ser esclarecidas da seguinte maneira:
- Telefone/fax: (48) 3248-0263
 - E-mail: diretor@aris.sc.gov.br
 - Site: www.aris.sc.gov.br
 - Endereço: Rua Santos Saraiva, nº 1.546, Bairro Estreito, Florianópolis/SC, CEP 88070-101

Florianópolis 23 de janeiro de 2012.
MARCOS FEY PROBST
Diretor Geral da ARIS

Julgamento de Impugnação - Pregão Presencial Nº 01/2012

JULGAMENTO

Pregão Presencial nº 01/2012

A PONTO UM COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA, por intermédio de seu preposto, interpôs Impugnação ao Edital de Licitação - Pregão Presencial n. 01/2012, com fundamento na necessidade de alteração do Edital com objetivo de ampliação da competitividade.

Houve emissão de parecer jurídico no sentido da procedência do pedido, conforme razões em anexo.

Analisando as razões da Impugnação da PONTO UM COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA e do parecer jurídico emitido pelo Dr. João Luiz Cobalchini, percebe-se que a mudança atenderá aos princípios concernentes à legislação licitatória e ao interesse público.

Assim, julgo procedente a Impugnação ao Edital de Licitação - Pregão Presencial n. 01/2012, apresentada pela PONTO UM COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA, devendo-se ser publicado o edital do Pregão Presencial nº 01/2012 com as seguintes alterações:

ANEXO I - QUADRO DE QUANTITATIVOS E ESPECIFICAÇÕES DO ITEM E CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO**Quadro de Quantitativos e Especificações Mínimas do Item**

ITEM PRODUTO - CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS QUANTIDADE
001 Veículo automotor novo, zero quilômetro, ano/modelo 2012 ou seguintes, tipo automóvel, modelo sedan, destinado ao transporte de pessoas e cargas leves, com as seguintes características mínimas:

- motor bicomcombustível (alcool/gasolina)

- potência a partir de 140 CVNBR (gasolina), 16 válvulas;
- quatro portas laterais;
- capacidade para cinco passageiros, incluindo o motorista
- acionamento elétrico dos vidros das portas dianteiras e traseiras;
- caixa de câmbio manual ou automático;
- freios a disco nas quatro rodas com sistema ABS e controle eletrônico de distribuição de força (EBD);
- air bag duplo;
- ar condicionado, original da fábrica;
- trava elétrica das portas;
- tapetes de borracha;
- direção hidráulica ou elétrica;
- farol de neblina;
- radio AM/FM com CD Player;
- cor branca 01

Destaca-se, outrossim, em decorrência das alterações supramencionadas, que as datas da sessão pública, da entrega dos envelopes e da impugnação ao Edital serão alteradas, nos termos da legislação.

Florianópolis, 23 de janeiro de 2012.

MARCOS FEY PROBST

Diretor Geral da ARIS

PARECER JURÍDICO

Pregão Presencial nº 02/2012

A PONTO UM COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA, através de seu preposto, interpôs, dentro do prazo legal, Impugnação ao Edital de Licitação - Pregão Presencial n. 01/2012, com o escopo de ampliação da competitividade, mais especificamente na alteração da quantidade de cilindradas e cavalos de potência.

I - Consulta

O Diretor Geral da ARIS, Sr. Marcos Fey Probst, solicita elaboração de parecer jurídico a respeito da necessidade de alteração do edital do pregão nº 01/2012, em face de pedido, tempestivamente protocolado, por licitante legítimo, no objetivo da ampliação da competitividade.

II - Parecer

Inicialmente, convém destacar que o escopo primordial da licitação é a obtenção da melhor proposta, mediante a participação do maior número de interessados, conforme ressaltado na própria Lei de Licitações:

Art. 3 - A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivos e dos que lhe são correlatos" grifamos

3.16. Por oportuno, convém reproduzir a lição de Adilson Abreu Dalari:

A doutrina e a jurisprudência indicam que, no tocante à fase de habilitação, como o objetivo desta é verificar se aquelas pessoas que pretendem contratar têm ou não condições para contratar (essa é a essência, isso é o fundamental), interessa para a Administração receber o maior número de proponentes, porque, quanto maior a concorrência, maior será a possibilidade de encontrar condições vantajosas . grifamos

No caso em tela, a requisição de mudança reside na possibilidade

da mudança de especificação contida no termo de referência, anexo I, do Edital do Pregão nº 01/2012, mais especificamente no tocante à quantidade de cilindradas, bem como na quantidade de cavalos que o veículo (objeto da licitação) deve possuir.

Não resta dúvida que a mudança é plenamente viável, visto que, em síntese, ampliará a gama de competição, ou seja, mais veículos, por conseguinte, mais licitantes, poderão participar do presente certame e referida mudança não alterará substancialmente o objeto do procedimento licitatório, atendendo outrossim o interesse público. Todavia, não se pode olvidar que o edital deverá ser republicado, abrindo-se, novamente, o prazo mínimo de intervalo entre a publicação Oficial e a realização da Sessão Pública.

Ressalta-se, contudo, que o presente Edital não é restritivo, vez que possibilita a participação de mais de um interessado, em observância do princípio da competitividade.

Ante o exposto, tem-se que a mudança, nos moldes do requerido, é salutar. Todavia ela não é obrigatória, tornando a decisão de vossa senhoria discricionária, levando-se em conta a conveniência e oportunidade do ato administrativo.

À superior consideração.

JOÃO LUIZ COBALCHINI
Procurador Jurídico da ARIS - OAB/SC nº 31.106

Edital de Convocação do Conselho de Regulação Nº 01/2012

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 01/2012

O Presidente do Conselho de Regulação da Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento (ARIS), Sr. Afonso Veiga Filho, no uso de suas atribuições legais,

Convoca:

Os senhores Conselheiros do Conselho de Regulação da Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento (ARIS) para a reunião extraordinária, com fundamento no artigo 38, § 3º do Decreto/ARIS n. 008/2011, a ser realizada no dia 1º de fevereiro de 2012, na cidade de Florianópolis, com a seguinte ordem do dia:

Data: 1º de fevereiro de 2012
Horário: Início às 09h e término até as 12h
Local: Sede da ARIS (Rua Santos Saraiva, n. 1.546, Estreito, Florianópolis/SC)

Ordem do dia:

- 1) Leitura e aprovação da ata da última reunião realizada;
- 2) Apresentação dos membros do Conselho de Administração e Fiscal - anuênio 2012;
- 3) Apresentação do Plano de Trabalho para o ano de 2012;
- 4) Assuntos Gerais.

Florianópolis, 23 de janeiro de 2012.

CIGA

Dispensa de Licitação Nº 01/2012

ATO DE DISPENSA Nº 01/2012
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 01/2012

OBJETO: Contratação de empresa para fornecimento de e-CNPJ A3 Token USB, com validade de 3 anos.

CONTRATADO: Serasa S.A.

CNPJ: 62.173.620/0001-80

VALOR: R\$ 380,00 (trezentos e oitenta reais)

Florianópolis, 19 de janeiro de 2012.

EDINANDO BRUSTOLIN
Diretor Executivo do CIGA

Extrato Contrato 048 - Rateio - Vitor Meireles

Extrato de Contrato nº 048/2012

Contrato de Rateio - Vitor Meireles

CONTRATANTE: Município de Vitor Meireles

CNPJ: 79.372.520/0001-85

CONTRATO MUNICIPAL Nº: 001/2012

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: Celebração de Contrato de Rateio entre o Município de Vitor Meireles e o Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA) para a entrega de recursos financeiros, em atendimento ao Contrato de Programa nº 007/2011.

PREVISÃO LEGAL: Art. 24, inciso XXVI, da Lei nº 8.666/93 e art. 8º da Lei nº 11.107/05.

JUSTIFICATIVA: Conforme previsto no art. 8º da Lei nº 11.107/05, a definição de valores transferidos pelo Município ao CIGA devem ser definidos em Contrato de Rateio.

VALOR: R\$ 240,00 (duzentos e quarenta reais) por mês.

VIGÊNCIA: O presente contrato entra em vigor na data de sua publicação e vigorará até 31 de dezembro de 2012.

Florianópolis, 02 de janeiro de 2012.

EDINANDO BRUSTOLIN
Diretor Executivo do CIGA

Extrato Contrato 049 - Rateio - Santa Terezinha do Progresso

Extrato de Contrato nº 049/2012

Contrato de Rateio - Santa Terezinha do Progresso

CONTRATANTE: Município de Santa Terezinha do Progresso

CNPJ: 01.612.847/0001-90

CONTRATO MUNICIPAL Nº: 05/2012

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: Celebração de Contrato de Rateio entre o Município de Santa Terezinha do Progresso e o Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA) para a entrega de recursos financeiros, em atendimento ao Contrato de Programa nº 06/2010.

PREVISÃO LEGAL: Art. 24, inciso XXVI, da Lei nº 8.666/93 e art. 8º da Lei nº 11.107/05.

JUSTIFICATIVA: Conforme previsto no art. 8º da Lei nº 11.107/05, a definição de valores transferidos pelo Município ao CIGA devem ser definidos em Contrato de Rateio.

VALOR: R\$ 240,00 (duzentos e quarenta reais) por mês.

VIGÊNCIA: O presente contrato entra em vigor na data de sua publicação e vigorará até 31 de dezembro de 2012.

Florianópolis, 02 de janeiro de 2012.

EDINANDO BRUSTOLIN
Diretor Executivo do CIGA

CINCO**Extrato das Atas de Registro de Preços do PP 0008A/2011**

CONSÓRCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

EXTRATOS DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS PP 0008A/2011

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para eventual aquisição em contratações futuras de tiras para teste de glicose para uso nas Unidades Básicas de Saúde e pacientes de forma parcelada pelos Órgãos Participantes do Consórcio Integrado do Contestado - CINCO: Fraiburgo e Rio das Antas, durante o período de 23 de janeiro a 31 de dezembro de 2012.

FORNECEDOR:

SANTAMED COMÉRCIO DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA ME - Ata nº AT12CINCO40;

SANTAMED COMÉRCIO DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA ME - Ata nº AT12CINCO41;

Regidas pelas Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, pela Resolução nº 13, de 08 de dezembro de 2010, Resolução nº 23, de 14 de abril de 2011 e suas alterações, bem como pela Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores, nos casos omissos. Validade: 23.01.2012 a 31.12.2012. PAL nº: 0015/2011 - CINCO. Pregão Presencial nº: 0008A. Registro de Preços nº: 0012.

Fraiburgo (SC), 23 de janeiro de 2012

NELMAR PINZ

Presidente do CINCO

Prefeito Municipal de Fraiburgo

Extrato do Termo Aditivo n. TA.AT12CINCO014

CONSÓRCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

EXTRATO DO TRIGÉSIMO SEGUNDO TERMO ADITIVO Nº TA.AT12CINCO14

Fornecedor: CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITA-LARES LTDA. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para aquisição em contratações futuras de Medicamentos. Ajustam e contratam o acréscimo na quantidade para o ITEM 35, em conformidade com a Resolução nº 13, de 08 de dezembro de 2010 e com o art. 65, § 1º da Lei nº 8.666/93. Data: 23.01.2012. Validade: 23.01.2012 a 31.01.2012. PAL nº: 0008/2011 - CINCO. Pregão Eletrônico nº: 0004. Registro de Preços nº: 0005.

Fraiburgo (SC), 23 de janeiro de 2012.

NELMAR PINZ

Presidente do CINCO

Prefeito Municipal de Fraiburgo

Extratos de Atas de Registro de Preços do PP 0009/2011

CONSÓRCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

EXTRATOS DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS PP 0009/2011

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para aquisição em contratações futuras, com pedidos parcelados, de pneus, câmaras de ar e protetores, para uso dos Órgãos Participantes do Consórcio Integrado do Contestado - CINCO: Municípios de Arroio Trinta, Fraiburgo, Ibiam, Iomerê, Lebon Régis, Pinheiro Preto, Rio das Antas e Videira, durante o período de janeiro a maio de 2012.

FORNECEDORES:

JOAÇABA PNEUS LTDA - Ata nº AT12CINCO01;

JOAÇABA PNEUS LTDA - Ata nº AT12CINCO02;

JOAÇABA PNEUS LTDA - Ata nº AT12CINCO03;

JOAÇABA PNEUS LTDA - Ata nº AT12CINCO04;

JOAÇABA PNEUS LTDA - Ata nº AT12CINCO05;

JOAÇABA PNEUS LTDA - Ata nº AT12CINCO06;

JOAÇABA PNEUS LTDA - Ata nº AT12CINCO07;

JOAÇABA PNEUS LTDA - Ata nº AT12CINCO08;

J.K. PNEUS LTDA - Ata nº AT12CINCO09;

J.K. PNEUS LTDA - Ata nº AT12CINCO10;

J.K. PNEUS LTDA - Ata nº AT12CINCO11;

J.K. PNEUS LTDA - Ata nº AT12CINCO12;

J.K. PNEUS LTDA - Ata nº AT12CINCO13;

J.K. PNEUS LTDA - Ata nº AT12CINCO14;

J.K. PNEUS LTDA - Ata nº AT12CINCO15;

J.K. PNEUS LTDA - Ata nº AT12CINCO16;

BELLENZIER PNEUS LTDA - Ata nº AT12CINCO17;

BELLENZIER PNEUS LTDA - Ata nº AT12CINCO18;

BELLENZIER PNEUS LTDA - Ata nº AT12CINCO19;

BELLENZIER PNEUS LTDA - Ata nº AT12CINCO20;

BELLENZIER PNEUS LTDA - Ata nº AT12CINCO21;

BELLENZIER PNEUS LTDA - Ata nº AT12CINCO22;

BELLENZIER PNEUS LTDA - Ata nº AT12CINCO23;

BELLENZIER PNEUS LTDA - Ata nº AT12CINCO24;

MODELO PNEUS LTDA - Ata nº AT12CINCO25;

MODELO PNEUS LTDA - Ata nº AT12CINCO26;

MODELO PNEUS LTDA - Ata nº AT12CINCO27;

MODELO PNEUS LTDA - Ata nº AT12CINCO28;

MODELO PNEUS LTDA - Ata nº AT12CINCO29;

MODELO PNEUS LTDA - Ata nº AT12CINCO30;

MODELO PNEUS LTDA - Ata nº AT12CINCO31;

MODELO PNEUS LTDA - Ata nº AT12CINCO32;

COMERCIAL AUTOMOTIVA S.A - Ata nº AT12CINCO33;

COMERCIAL AUTOMOTIVA S.A - Ata nº AT12CINCO34;

COMERCIAL AUTOMOTIVA S.A - Ata nº AT12CINCO35;

COMERCIAL AUTOMOTIVA S.A - Ata nº AT12CINCO36;

COMERCIAL AUTOMOTIVA S.A - Ata nº AT12CINCO37;

COMERCIAL AUTOMOTIVA S.A - Ata nº AT12CINCO38;

COMERCIAL AUTOMOTIVA S.A - Ata nº AT12CINCO39;

Regidas pelas Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, pela Resolução nº 13, de 08 de dezembro de 2010, Resolução nº 23, de 14 de abril de 2011 e suas alterações, bem como pela Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores, nos casos omissos. Validade: 18.01.2012 a 31.05.2012. PAL nº: 0016/2011 - CINCO. Pregão Presencial nº: 0009. Registro de Preços nº: 0013.

Fraiburgo (SC), 20 de janeiro de 2012

NELMAR PINZ

Presidente do CINCO

Prefeito Municipal de Fraiburgo

CIS/AMUNESC**Extratos de Contratos de Programa**

Extrato de Contrato de Programa Nº 01/2012

CONTRATANTE: Município de ARAQUARI

CNPJ: 08.345.495/0001-00

CONTRATADO: Consórcio Intermunicipal de Saúde do Nordeste de Santa Catarina - CIS/AMUNESC

CNPJ: 03.222.337/0001-31

OBJETO: Constitui objeto deste contrato a execução dos serviços públicos de saúde de agendamento e realização de exames em auxílio diagnóstico e consultas médicas, terapias/tratamentos, procedimentos ambulatoriais e cirúrgicos, aquisição e distribuição de medicamentos e treinamentos de pessoal, em gestão associada, pelo CIS/AMUNESC, em favor do CONSORCIADO CONTRATANTE, que poderão ser desenvolvidos em qualquer um dos municípios integrantes CIS/AMUNESC, tendo por critério de escolha do local da realização dos serviços a distância de até duzentos quilômetros

(200 Km) da sede do CIS/AMUNESC.

PREVISÃO LEGAL: Art. 241 da Constituição Federal, Lei n.º 11.107/05, arts. 4.º, inc. XI, e 13, Lei n.º 8.666/93, art. 24, inc. XXVI.

JUSTIFICATIVA: Conforme previsto no Art. 4 e Art. 13 da Lei n.º 11.107/2005, deverão ser constituídas e reguladas por contrato de programa, como condição de sua validade, as obrigações que um ente da Federação constituir para com outro ente da Federação ou para com consórcio público no âmbito de gestão associada em que haja a prestação de serviços públicos ou a transferência total ou parcial.

VALOR: R\$ 11.164,50 (Onze mil, cento e sessenta e quatro reais e cinquenta centavos) por mês, totalizando um repasse anual da ordem de R\$133.974,00 (cento e trinta e três mil e novecentos e setenta e quatro reais).

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2012.

Joinville, 01 de janeiro de 2012.

VILMAR GROSSKOPF

Presidente do CIS/AMUNESC

Extrato de Contrato de Programa Nº 02/2012

CONTRATANTE: Município de BALNEÁRIO BARRA DO SUL

CNPJ: 95.954.509/0001-80

CONTRATADO: Consórcio Intermunicipal de Saúde do Nordeste de Santa Catarina - CIS/AMUNESC

CNPJ: 03.222.337/0001-31

OBJETO: Constitui objeto deste contrato a execução dos serviços públicos de saúde de agendamento e realização de exames em auxílio diagnóstico e consultas médicas, terapias/tratamentos, procedimentos ambulatoriais e cirúrgicos, aquisição e distribuição de medicamentos e treinamentos de pessoal, em gestão associada, pelo CIS/AMUNESC, em favor do CONSORCIADO CONTRATANTE, que poderão ser desenvolvidos em qualquer um dos municípios integrantes CIS/AMUNESC, tendo por critério de escolha do local da realização dos serviços a distância de até duzentos quilômetros (200 Km) da sede do CIS/AMUNESC.

PREVISÃO LEGAL: Art. 241 da Constituição Federal, Lei n.º 11.107/05, arts. 4.º, inc. XI, e 13, Lei n.º 8.666/93, art. 24, inc. XXVI.

JUSTIFICATIVA: Conforme previsto no Art. 4 e Art. 13 da Lei n.º 11.107/2005, deverão ser constituídas e reguladas por contrato de programa, como condição de sua validade, as obrigações que um ente da Federação constituir para com outro ente da Federação ou para com consórcio público no âmbito de gestão associada em que haja a prestação de serviços públicos ou a transferência total ou parcial.

VALOR: R\$7.587,00 (Sete mil, quinhentos e oitenta e sete reais) por mês, totalizando um repasse anual da ordem de R\$91.044,00 (Noventa e um mil e quarenta e quatro reais).

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2012.

Joinville, 01 de janeiro de 2012.

VILMAR GROSSKOPF

Presidente do CIS/AMUNESC

 

Extrato de Contrato de Programa Nº 03/2012

CONTRATANTE: Município de BARRA VELHA

CNPJ: 83.102.830/0001-57

CONTRATADO: Consórcio Intermunicipal de Saúde do Nordeste de Santa Catarina - CIS/AMUNESC

CNPJ: 03.222.337/0001-31

OBJETO: Constitui objeto deste contrato a execução dos serviços públicos de saúde de agendamento e realização de exames em

auxílio diagnóstico e consultas médicas, terapias/tratamentos, procedimentos ambulatoriais e cirúrgicos, aquisição e distribuição de medicamentos e treinamentos de pessoal, em gestão associada, pelo CIS/AMUNESC, em favor do CONSORCIADO CONTRATANTE, que poderão ser desenvolvidos em qualquer um dos municípios integrantes CIS/AMUNESC, tendo por critério de escolha do local da realização dos serviços a distância de até duzentos quilômetros (200 Km) da sede do CIS/AMUNESC.

PREVISÃO LEGAL: Art. 241 da Constituição Federal, Lei n.º 11.107/05, arts. 4.º, inc. XI, e 13, Lei n.º 8.666/93, art. 24, inc. XXVI.

JUSTIFICATIVA: Conforme previsto no Art. 4 e Art. 13 da Lei n.º 11.107/2005, deverão ser constituídas e reguladas por contrato de programa, como condição de sua validade, as obrigações que um ente da Federação constituir para com outro ente da Federação ou para com consórcio público no âmbito de gestão associada em que haja a prestação de serviços públicos ou a transferência total ou parcial.

VALOR: R\$ 20.147,40 (Vinte mil, cento e quarenta e sete reais e quarenta centavos) por mês, totalizando um repasse anual da ordem de R\$241.768,80 (Duzentos e quarenta e um mil, setecentos e sessenta e oito reais e oitenta centavos).

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2012.

Joinville, 01 de janeiro de 2012.

VILMAR GROSSKOPF

Presidente do CIS/AMUNESC

Extrato de Contrato de Programa Nº 04/2012

CONTRATANTE: Município de CAMPO ALEGRE

CNPJ: 83.102.749/0001-77

CONTRATADO: Consórcio Intermunicipal de Saúde do Nordeste de Santa Catarina - CIS/AMUNESC

CNPJ: 03.222.337/0001-31

OBJETO: Constitui objeto deste contrato a execução dos serviços públicos de saúde de agendamento e realização de exames em auxílio diagnóstico e consultas médicas, terapias/tratamentos, procedimentos ambulatoriais e cirúrgicos, aquisição e distribuição de medicamentos e treinamentos de pessoal, em gestão associada, pelo CIS/AMUNESC, em favor do CONSORCIADO CONTRATANTE, que poderão ser desenvolvidos em qualquer um dos municípios integrantes CIS/AMUNESC, tendo por critério de escolha do local da realização dos serviços a distância de até duzentos quilômetros (200 Km) da sede do CIS/AMUNESC.

PREVISÃO LEGAL: Art. 241 da Constituição Federal, Lei n.º 11.107/05, arts. 4.º, inc. XI, e 13, Lei n.º 8.666/93, art. 24, inc. XXVI.

JUSTIFICATIVA: Conforme previsto no Art. 4 e Art. 13 da Lei n.º 11.107/2005, deverão ser constituídas e reguladas por contrato de programa, como condição de sua validade, as obrigações que um ente da Federação constituir para com outro ente da Federação ou para com consórcio público no âmbito de gestão associada em que haja a prestação de serviços públicos ou a transferência total ou parcial.

VALOR: R\$ 10.573,20 (Dez mil, quinhentos e setenta e três reais e vinte centavos) por mês, totalizando um repasse anual da ordem de R\$126.878,40 (Cento e vinte e seis mil, oitocentos e setenta e oito reais e quarenta centavos).

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2012.

Joinville, 01 de janeiro de 2012.

VILMAR GROSSKOPF

Presidente do CIS/AMUNESC

 

Extrato de Contrato de Programa Nº 05/2012

CONTRATANTE: Município de CORUPÁ

CNPJ: 83.102.467/0001-70

CONTRATADO: Consórcio Intermunicipal de Saúde do Nordeste de Santa Catarina - CIS/AMUNESC

CNPJ: 03.222.337/0001-31

OBJETO: Constitui objeto deste contrato a execução dos serviços públicos de saúde de agendamento e realização de exames em auxílio diagnóstico e consultas médicas, terapias/tratamentos, procedimentos ambulatoriais e cirúrgicos, aquisição e distribuição de medicamentos e treinamentos de pessoal, em gestão associada, pelo CIS/AMUNESC, em favor do CONSORCIADO CONTRATANTE, que poderão ser desenvolvidos em qualquer um dos municípios integrantes CIS/AMUNESC, tendo por critério de escolha do local da realização dos serviços a distância de até duzentos quilômetros (200 Km) da sede do CIS/AMUNESC.

PREVISÃO LEGAL: Art. 241 da Constituição Federal, Lei n.º 11.107/05, arts. 4.º, inc. XI, e 13, Lei n.º 8.666/93, art. 24, inc. XXVI.

JUSTIFICATIVA: Conforme previsto no Art. 4 e Art. 13 da Lei n.º 11.107/2005, deverão ser constituídas e reguladas por contrato de programa, como condição de sua validade, as obrigações que um ente da Federação constituir para com outro ente da Federação ou para com consórcio público no âmbito de gestão associada em que haja a prestação de serviços públicos ou a transferência total ou parcial.

VALOR: R\$ 8.851,43 (Oito mil, oitocentos e cinquenta e um reais e quarenta e três centavos) por mês, totalizando um repasse anual da ordem de R\$106.217,14 (Cento e seis mil, duzentos e dezesseite reais e quatorze centavos).

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2012.

Joinville, 01 de janeiro de 2012.

VILMAR GROSSKOPF

Presidente do CIS/AMUNESC

Extrato de Contrato de Programa Nº 06/2012

CONTRATANTE: Município de GARUVA

CNPJ: 83.102.848/0001-59

CONTRATADO: Consórcio Intermunicipal de Saúde do Nordeste de Santa Catarina - CIS/AMUNESC

CNPJ: 03.222.337/0001-31

OBJETO: Constitui objeto deste contrato a execução dos serviços públicos de saúde de agendamento e realização de exames em auxílio diagnóstico e consultas médicas, terapias/tratamentos, procedimentos ambulatoriais e cirúrgicos, aquisição e distribuição de medicamentos e treinamentos de pessoal, em gestão associada, pelo CIS/AMUNESC, em favor do CONSORCIADO CONTRATANTE, que poderão ser desenvolvidos em qualquer um dos municípios integrantes CIS/AMUNESC, tendo por critério de escolha do local da realização dos serviços a distância de até duzentos quilômetros (200 Km) da sede do CIS/AMUNESC.

PREVISÃO LEGAL: Art. 241 da Constituição Federal, Lei n.º 11.107/05, arts. 4.º, inc. XI, e 13, Lei n.º 8.666/93, art. 24, inc. XXVI.

JUSTIFICATIVA: Conforme previsto no Art. 4 e Art. 13 da Lei n.º 11.107/2005, deverão ser constituídas e reguladas por contrato de programa, como condição de sua validade, as obrigações que um ente da Federação constituir para com outro ente da Federação ou para com consórcio público no âmbito de gestão associada em que haja a prestação de serviços públicos ou a transferência total ou parcial.

VALOR: R\$ 6.642,45 (Seis mil, seiscentos e quarenta e dois reais e quarenta e cinco centavos) por mês, totalizando um repasse anual da ordem de R\$79.709,40 (Setenta e nove mil, setecentos e nove reais e quarenta centavos).

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de

2012.

Joinville, 01 de janeiro de 2012.

VILMAR GROSSKOPF

Presidente do CIS/AMUNESC

 

Extrato de Contrato de Programa Nº 07/2012

CONTRATANTE: Município de GUARAMIRIM

CNPJ: 11.293.409/0001-60

CONTRATADO: Consórcio Intermunicipal de Saúde do Nordeste de Santa Catarina - CIS/AMUNESC

CNPJ: 03.222.337/0001-31

OBJETO: Constitui objeto deste contrato a execução dos serviços públicos de saúde de agendamento e realização de exames em auxílio diagnóstico e consultas médicas, terapias/tratamentos, procedimentos ambulatoriais e cirúrgicos, aquisição e distribuição de medicamentos e treinamentos de pessoal, em gestão associada, pelo CIS/AMUNESC, em favor do CONSORCIADO CONTRATANTE, que poderão ser desenvolvidos em qualquer um dos municípios integrantes CIS/AMUNESC, tendo por critério de escolha do local da realização dos serviços a distância de até duzentos quilômetros (200 Km) da sede do CIS/AMUNESC.

PREVISÃO LEGAL: Art. 241 da Constituição Federal, Lei n.º 11.107/05, arts. 4.º, inc. XI, e 13, Lei n.º 8.666/93, art. 24, inc. XXVI.

JUSTIFICATIVA: Conforme previsto no Art. 4 e Art. 13 da Lei n.º 11.107/2005, deverão ser constituídas e reguladas por contrato de programa, como condição de sua validade, as obrigações que um ente da Federação constituir para com outro ente da Federação ou para com consórcio público no âmbito de gestão associada em que haja a prestação de serviços públicos ou a transferência total ou parcial.

VALOR: R\$ 31.654,80 (Trinta e um mil, seiscentos e cinquenta e quatro reais e oitenta centavos), por mês totalizando um repasse anual da ordem de R\$379.857,60 (Trezentos e setenta e nove mil, oitocentos e cinquenta e sete reais e sessenta centavos).

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2012.

Joinville, 01 de janeiro de 2012.

VILMAR GROSSKOPF

Presidente do CIS/AMUNESC

Extrato de Contrato de Programa Nº 08/2012

CONTRATANTE: Município de ITAPOÁ

CNPJ: 81.140.303/0001-01

CONTRATADO: Consórcio Intermunicipal de Saúde do Nordeste de Santa Catarina - CIS/AMUNESC

CNPJ: 03.222.337/0001-31

OBJETO: Constitui objeto deste contrato a execução dos serviços públicos de saúde de agendamento e realização de exames em auxílio diagnóstico e consultas médicas, terapias/tratamentos, procedimentos ambulatoriais e cirúrgicos, aquisição e distribuição de medicamentos e treinamentos de pessoal, em gestão associada, pelo CIS/AMUNESC, em favor do CONSORCIADO CONTRATANTE, que poderão ser desenvolvidos em qualquer um dos municípios integrantes CIS/AMUNESC, tendo por critério de escolha do local da realização dos serviços a distância de até duzentos quilômetros (200 Km) da sede do CIS/AMUNESC.

PREVISÃO LEGAL: Art. 241 da Constituição Federal, Lei n.º 11.107/05, arts. 4.º, inc. XI, e 13, Lei n.º 8.666/93, art. 24, inc. XXVI.

JUSTIFICATIVA: Conforme previsto no Art. 4 e Art. 13 da Lei n.º 11.107/2005, deverão ser constituídas e reguladas por contrato de programa, como condição de sua validade, as obrigações que um ente da Federação constituir para com outro ente da Federação

ou para com consórcio público no âmbito de gestão associada em que haja a prestação de serviços públicos ou a transferência total ou parcial.

VALOR: R\$ 10.629,36 (Dez mil, seiscentos e vinte e nove reais e trinta e seis centavos) por mês, totalizando um repasse anual da ordem de R\$127.552,32 (Cento e vinte e sete mil, quinhentos e cinquenta e dois reais e trinta e dois centavos).

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2012.

Joinville, 01 de janeiro de 2012.

VILMAR GROSSKOPF

Presidente do CIS/AMUNESC

 

Extrato de Contrato de Programa Nº 09/2012

CONTRATANTE: Município de JARAGUA DO SUL

CNPJ: 83.102.459/0003-95

CONTRATADO: Consórcio Intermunicipal de Saúde do Nordeste de Santa Catarina - CIS/AMUNESC

CNPJ: 03.222.337/0001-31

OBJETO: Constitui objeto deste contrato a execução dos serviços públicos de saúde de agendamento e realização de exames em auxílio diagnóstico e consultas médicas, terapias/tratamentos, procedimentos ambulatoriais e cirúrgicos, aquisição e distribuição de medicamentos e treinamentos de pessoal, em gestão associada, pelo CIS/AMUNESC, em favor do CONSORCIADO CONTRATANTE, que poderão ser desenvolvidos em qualquer um dos municípios integrantes CIS/AMUNESC, tendo por critério de escolha do local da realização dos serviços a distância de até duzentos quilômetros (200 Km) da sede do CIS/AMUNESC.

PREVISÃO LEGAL: Art. 241 da Constituição Federal, Lei n.º 11.107/05, arts. 4.º, inc. XI, e 13, Lei n.º 8.666/93, art. 24, inc. XXVI.

JUSTIFICATIVA: Conforme previsto no Art. 4 e Art. 13 da Lei n.º 11.107/2005, deverão ser constituídas e reguladas por contrato de programa, como condição de sua validade, as obrigações que um ente da Federação constituir para com outro ente da Federação ou para com consórcio público no âmbito de gestão associada em que haja a prestação de serviços públicos ou a transferência total ou parcial.

VALOR: R\$ 64.405,35 (Sessenta e quatro mil, quatrocentos e cinco reais e trinta e cinco centavos), por mês, totalizando um repasse anual da ordem de R\$772.864,20 (Setecentos e setenta e dois mil, oitocentos e sessenta e quatro reais e vinte centavos).

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2012.

Joinville, 01 de janeiro de 2012.

VILMAR GROSSKOPF

Presidente do CIS/AMUNESC

Extrato de Contrato de Programa Nº 10/2012

CONTRATANTE: Município de JOINVILLE

CNPJ: 08.189.821/0001-37

CONTRATADO: Consórcio Intermunicipal de Saúde do Nordeste de Santa Catarina - CIS/AMUNESC

CNPJ: 03.222.337/0001-31

OBJETO: Constitui objeto deste contrato a execução dos serviços públicos de saúde de agendamento e realização de exames em auxílio diagnóstico e consultas médicas, terapias/tratamentos, procedimentos ambulatoriais e cirúrgicos, aquisição e distribuição de medicamentos e treinamentos de pessoal, em gestão associada, pelo CIS/AMUNESC, em favor do CONSORCIADO CONTRATANTE, que poderão ser desenvolvidos em qualquer um dos municípios integrantes CIS/AMUNESC, tendo por critério de escolha do local da realização dos serviços a distância de até duzentos quilômetros

(200 Km) da sede do CIS/AMUNESC.

PREVISÃO LEGAL: Art. 241 da Constituição Federal, Lei n.º 11.107/05, arts. 4.º, inc. XI, e 13, Lei n.º 8.666/93, art. 24, inc. XXVI.

JUSTIFICATIVA: Conforme previsto no Art. 4 e Art. 13 da Lei n.º 11.107/2005, deverão ser constituídas e reguladas por contrato de programa, como condição de sua validade, as obrigações que um ente da Federação constituir para com outro ente da Federação ou para com consórcio público no âmbito de gestão associada em que haja a prestação de serviços públicos ou a transferência total ou parcial.

VALOR: R\$ 231.879,60 (Duzentos e trinta e um mil, oitocentos e setenta e nove reais e sessenta centavos) por mês, totalizando um repasse anual da ordem de R\$2.782.555,20 (Dois milhões, setecentos e oitenta e dois mil, quinhentos e cinquenta e cinco reais e vinte centavos).

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2012.

Joinville, 01 de janeiro de 2012.

VILMAR GROSSKOPF

Presidente do CIS/AMUNESC

 

Extrato de Contrato de Programa Nº 11/2012

CONTRATANTE: Município de MASSARANDUBA

CNPJ: 83.102.483./0001-62

CONTRATADO: Consórcio Intermunicipal de Saúde do Nordeste de Santa Catarina - CIS/AMUNESC

CNPJ: 03.222.337/0001-31

OBJETO: Constitui objeto deste contrato a execução dos serviços públicos de saúde de agendamento e realização de exames em auxílio diagnóstico e consultas médicas, terapias/tratamentos, procedimentos ambulatoriais e cirúrgicos, aquisição e distribuição de medicamentos e treinamentos de pessoal, em gestão associada, pelo CIS/AMUNESC, em favor do CONSORCIADO CONTRATANTE, que poderão ser desenvolvidos em qualquer um dos municípios integrantes CIS/AMUNESC, tendo por critério de escolha do local da realização dos serviços a distância de até duzentos quilômetros (200 Km) da sede do CIS/AMUNESC.

PREVISÃO LEGAL: Art. 241 da Constituição Federal, Lei n.º 11.107/05, arts. 4.º, inc. XI, e 13, Lei n.º 8.666/93, art. 24, inc. XXVI.

JUSTIFICATIVA: Conforme previsto no Art. 4 e Art. 13 da Lei n.º 11.107/2005, deverão ser constituídas e reguladas por contrato de programa, como condição de sua validade, as obrigações que um ente da Federação constituir para com outro ente da Federação ou para com consórcio público no âmbito de gestão associada em que haja a prestação de serviços públicos ou a transferência total ou parcial.

VALOR: R\$7.923,96 (Sete mil, novecentos e vinte e três reais e noventa e seis centavos) por mês, totalizando um repasse anual da ordem de R\$95.087,52 (Noventa e cinco mil e oitenta e sete reais e cinquenta e dois centavos).

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2012.

Joinville, 01 de janeiro de 2012.

VILMAR GROSSKOPF

Presidente do CIS/AMUNESC

Extrato de Contrato de Programa Nº 12/2012

CONTRATANTE: Município de PIÊN

CNPJ: 76.002.666/0001-40

CONTRATADO: Consórcio Intermunicipal de Saúde do Nordeste de Santa Catarina - CIS/AMUNESC

CNPJ: 03.222.337/0001-31

OBJETO: Constitui objeto deste contrato a execução dos serviços

públicos de saúde de agendamento e realização de exames em auxílio diagnóstico e consultas médicas, terapias/tratamentos, procedimentos ambulatoriais e cirúrgicos, aquisição e distribuição de medicamentos e treinamentos de pessoal, em gestão associada, pelo CIS/AMUNESC, em favor do CONSORCIADO CONTRATANTE, que poderão ser desenvolvidos em qualquer um dos municípios integrantes CIS/AMUNESC, tendo por critério de escolha do local da realização dos serviços a distância de até duzentos quilômetros (200 Km) da sede do CIS/AMUNESC.

PREVISÃO LEGAL: Art. 241 da Constituição Federal, Lei n.º 11.107/05, arts. 4.º, inc. XI, e 13, Lei n.º 8.666/93, art. 24, inc. XXVI.

JUSTIFICATIVA: Conforme previsto no Art. 4 e Art. 13 da Lei n.º 11.107/2005, deverão ser constituídas e reguladas por contrato de programa, como condição de sua validade, as obrigações que um ente da Federação constituir para com outro ente da Federação ou para com consórcio público no âmbito de gestão associada em que haja a prestação de serviços públicos ou a transferência total ou parcial.

VALOR: R\$ 5.056,20 (Cinco mil e cinquenta e seis reais e vinte centavos) por mês, totalizando um repasse anual da ordem de R\$60.674,40 (Sessenta mil, seiscentos e setenta e quatro reais e quarenta centavos).

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2012.

Joinville, 01 de janeiro de 2012.

VILMAR GROSSKOPF

Presidente do CIS/AMUNESC

 

Extrato de Contrato de Programa Nº 13/2012

CONTRATANTE: Município de RIO NEGRINHO

CNPJ: 83.102.756/0001-79

CONTRATADO: Consórcio Intermunicipal de Saúde do Nordeste de Santa Catarina - CIS/AMUNESC

CNPJ: 03.222.337/0001-31

OBJETO: Constitui objeto deste contrato a execução dos serviços públicos de saúde de agendamento e realização de exames em auxílio diagnóstico e consultas médicas, terapias/tratamentos, procedimentos ambulatoriais e cirúrgicos, aquisição e distribuição de medicamentos e treinamentos de pessoal, em gestão associada, pelo CIS/AMUNESC, em favor do CONSORCIADO CONTRATANTE, que poderão ser desenvolvidos em qualquer um dos municípios integrantes CIS/AMUNESC, tendo por critério de escolha do local da realização dos serviços a distância de até duzentos quilômetros (200 Km) da sede do CIS/AMUNESC.

PREVISÃO LEGAL: Art. 241 da Constituição Federal, Lei n.º 11.107/05, arts. 4.º, inc. XI, e 13, Lei n.º 8.666/93, art. 24, inc. XXVI.

JUSTIFICATIVA: Conforme previsto no Art. 4 e Art. 13 da Lei n.º 11.107/2005, deverão ser constituídas e reguladas por contrato de programa, como condição de sua validade, as obrigações que um ente da Federação constituir para com outro ente da Federação ou para com consórcio público no âmbito de gestão associada em que haja a prestação de serviços públicos ou a transferência total ou parcial.

VALOR: R\$17.930,70 (Dezessete mil, novecentos e trinta reais e setenta centavos) por mês, totalizando um repasse anual da ordem de R\$215.168,40 (Duzentos e quinze mil, cento e sessenta e oito reais e quarenta centavos).

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2012.

Joinville, 01 de janeiro de 2012.

VILMAR GROSSKOPF

Presidente do CIS/AMUNESC

Extrato de Contrato de Programa Nº 14/2012

CONTRATANTE: Município de SÃO BENTO DO SUL

CNPJ: 08.281.643/0001-62

CONTRATADO: Consórcio Intermunicipal de Saúde do Nordeste de Santa Catarina - CIS/AMUNESC

CNPJ: 03.222.337/0001-31

OBJETO: Constitui objeto deste contrato a execução dos serviços públicos de saúde de agendamento e realização de exames em auxílio diagnóstico e consultas médicas, terapias/tratamentos, procedimentos ambulatoriais e cirúrgicos, aquisição e distribuição de medicamentos e treinamentos de pessoal, em gestão associada, pelo CIS/AMUNESC, em favor do CONSORCIADO CONTRATANTE, que poderão ser desenvolvidos em qualquer um dos municípios integrantes CIS/AMUNESC, tendo por critério de escolha do local da realização dos serviços a distância de até duzentos quilômetros (200 Km) da sede do CIS/AMUNESC.

PREVISÃO LEGAL: Art. 241 da Constituição Federal, Lei n.º 11.107/05, arts. 4.º, inc. XI, e 13, Lei n.º 8.666/93, art. 24, inc. XXVI.

JUSTIFICATIVA: Conforme previsto no Art. 4 e Art. 13 da Lei n.º 11.107/2005, deverão ser constituídas e reguladas por contrato de programa, como condição de sua validade, as obrigações que um ente da Federação constituir para com outro ente da Federação ou para com consórcio público no âmbito de gestão associada em que haja a prestação de serviços públicos ou a transferência total ou parcial.

VALOR: R\$ 33.660,45 (Trinta e três mil, seiscentos e sessenta reais e quarenta e cinco centavos) por mês, totalizando um repasse anual da ordem de R\$215.168,40 (Duzentos e quinze mil, cento e sessenta e oito reais e quarenta centavos).

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2012.

Joinville, 01 de janeiro de 2012.

VILMAR GROSSKOPF

Presidente do CIS/AMUNESC

 

Extrato de Contrato de Programa Nº 15/2012

CONTRATANTE: Município de SÃO FRANCISCO DO SUL

CNPJ: 83.102.269/0001-06

CONTRATADO: Consórcio Intermunicipal de Saúde do Nordeste de Santa Catarina - CIS/AMUNESC

CNPJ: 03.222.337/0001-31

OBJETO: Constitui objeto deste contrato a execução dos serviços públicos de saúde de agendamento e realização de exames em auxílio diagnóstico e consultas médicas, terapias/tratamentos, procedimentos ambulatoriais e cirúrgicos, aquisição e distribuição de medicamentos e treinamentos de pessoal, em gestão associada, pelo CIS/AMUNESC, em favor do CONSORCIADO CONTRATANTE, que poderão ser desenvolvidos em qualquer um dos municípios integrantes CIS/AMUNESC, tendo por critério de escolha do local da realização dos serviços a distância de até duzentos quilômetros (200 Km) da sede do CIS/AMUNESC.

PREVISÃO LEGAL: Art. 241 da Constituição Federal, Lei n.º 11.107/05, arts. 4.º, inc. XI, e 13, Lei n.º 8.666/93, art. 24, inc. XXVI.

JUSTIFICATIVA: Conforme previsto no Art. 4 e Art. 13 da Lei n.º 11.107/2005, deverão ser constituídas e reguladas por contrato de programa, como condição de sua validade, as obrigações que um ente da Federação constituir para com outro ente da Federação ou para com consórcio público no âmbito de gestão associada em que haja a prestação de serviços públicos ou a transferência total ou parcial.

VALOR: R\$ 30.614,40 (Trinta mil, seiscentos e quatorze reais e quarenta centavos) por mês, totalizando um repasse anual da ordem de R\$367.372,80 (Trezentos e sessenta e sete mil, trezentos

e setenta e dois reais e oitenta centavos).

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2012.

Joinville, 01 de janeiro de 2012.

VILMAR GROSSKOPF

Presidente do CIS/AMUNESC

Extrato de Contrato de Programa Nº 16/2012

CONTRATANTE: Município de SÃO JOÃO DO ITAPERIÚ

CNPJ: 95.954.442/0001-83

CONTRATADO: Consórcio Intermunicipal de Saúde do Nordeste de Santa Catarina - CIS/AMUNESC

CNPJ: 03.222.337/0001-31

OBJETO: Constitui objeto deste contrato a execução dos serviços públicos de saúde de agendamento e realização de exames em auxílio diagnóstico e consultas médicas, terapias/tratamentos, procedimentos ambulatoriais e cirúrgicos, aquisição e distribuição de medicamentos e treinamentos de pessoal, em gestão associada, pelo CIS/AMUNESC, em favor do CONSORCIADO CONTRATANTE, que poderão ser desenvolvidos em qualquer um dos municípios integrantes CIS/AMUNESC, tendo por critério de escolha do local da realização dos serviços a distância de até duzentos quilômetros (200 Km) da sede do CIS/AMUNESC.

PREVISÃO LEGAL: Art. 241 da Constituição Federal, Lei n.º 11.107/05, arts. 4.º, inc. XI, e 13, Lei n.º 8.666/93, art. 24, inc. XXVI.

JUSTIFICATIVA: Conforme previsto no Art. 4 e Art. 13 da Lei n.º 11.107/2005, deverão ser constituídas e reguladas por contrato de programa, como condição de sua validade, as obrigações que um ente da Federação constituir para com outro ente da Federação ou para com consórcio público no âmbito de gestão associada em que haja a prestação de serviços públicos ou a transferência total ou parcial.

VALOR: R\$ 2.473,20 (Dois mil, quatrocentos e setenta e três reais e vinte centavos), totalizando um repasse anual da ordem de R\$29.678,40 (Vinte e nove mil, seiscentos e setenta e oito reais e quarenta centavos).

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2012.

Joinville, 01 de janeiro de 2012.

VILMAR GROSSKOPF

Presidente do CIS/AMUNESC

 

Extrato de Contrato de Programa Nº 17/2012

CONTRATANTE: Município de SCHROEDER

CNPJ: 83.102.491/0001-09

CONTRATADO: Consórcio Intermunicipal de Saúde do Nordeste de Santa Catarina - CIS/AMUNESC

CNPJ: 03.222.337/0001-31

OBJETO: Constitui objeto deste contrato a execução dos serviços públicos de saúde de agendamento e realização de exames em auxílio diagnóstico e consultas médicas, terapias/tratamentos, procedimentos ambulatoriais e cirúrgicos, aquisição e distribuição de medicamentos e treinamentos de pessoal, em gestão associada, pelo CIS/AMUNESC, em favor do CONSORCIADO CONTRATANTE, que poderão ser desenvolvidos em qualquer um dos municípios integrantes CIS/AMUNESC, tendo por critério de escolha do local da realização dos serviços a distância de até duzentos quilômetros (200 Km) da sede do CIS/AMUNESC.

PREVISÃO LEGAL: Art. 241 da Constituição Federal, Lei n.º 11.107/05, arts. 4.º, inc. XI, e 13, Lei n.º 8.666/93, art. 24, inc. XXVI.

JUSTIFICATIVA: Conforme previsto no Art. 4 e Art. 13 da Lei n.º 11.107/2005, deverão ser constituídas e reguladas por contrato

de programa, como condição de sua validade, as obrigações que um ente da Federação constituir para com outro ente da Federação ou para com consórcio público no âmbito de gestão associada em que haja a prestação de serviços públicos ou a transferência total ou parcial.

VALOR: R\$ 2.473,20 (Dois mil, quatrocentos e setenta e três reais e vinte centavos) por mês, totalizando um repasse anual da ordem de R\$29.678,40 (Vinte e nove mil, seiscentos e setenta e oito reais e quarenta centavos).

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2012.

Joinville, 01 de janeiro de 2012.

VILMAR GROSSKOPF

Presidente do CIS/AMUNESC

Extratos de Contratos de Rateio

Extrato de Contrato de Rateio Nº 01/2012

CONTRATANTE: Município de ARAQUARI

CNPJ: 08.345.495/0001-00

CONTRATADO: Consórcio Intermunicipal de Saúde do Nordeste de Santa Catarina - CIS/AMUNESC

CNPJ: 03.222.337/0001-31

OBJETO: O presente contrato tem por objeto o repasse de recursos financeiros pelo CONSORCIADO ao CONSÓRCIO para a realização das despesas deste último, com base do art. 2º, VII, do Decreto Federal nº6.017/07, conforme tabela constante no Anexo do presente instrumento.

PREVISÃO LEGAL: Art. 241 da Constituição Federal, art. 8º, §§ 1º a 5º, da Lei Federal nº 11.107/05; art. 10, XV, da Lei Federal nº 8.429/92; arts. 2º, VII, 11, 13, §§ 1º a 4º, 14, Parágrafo único, 15, §§ 1º e 2º, 16 e 17 do Decreto Federal nº 6.017/07.

JUSTIFICATIVA: Conforme previsto no Art. 8º da Lei nº11.107/2005, os entes consorciados deverão entregar recursos ao consórcio público mediante contrato de rateio.

VALOR: R\$ 1.240,50 (Hum mil, duzentos e quarenta reais e cinquenta centavos) por mês, perfazendo um total anual de R\$14.886,00 (Quatorze mil, oitocentos e oitenta e seis reais).

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2012.

Joinville, 01 de janeiro de 2012.

VILMAR GROSSKOPF

Presidente do CIS/AMUNESC

Extrato de Contrato de Rateio Nº 02/2012

CONTRATANTE: Município de BALNEÁRIO BARRA DO SUL

CNPJ: 95.954.509/0001-80

CONTRATADO: Consórcio Intermunicipal de Saúde do Nordeste de Santa Catarina - CIS/AMUNESC

CNPJ: 03.222.337/0001-31

OBJETO: O presente contrato tem por objeto o repasse de recursos financeiros pelo CONSORCIADO ao CONSÓRCIO para a realização das despesas deste último, com base do art. 2º, VII, do Decreto Federal nº6.017/07, conforme tabela constante no Anexo do presente instrumento.

PREVISÃO LEGAL: Art. 241 da Constituição Federal, art. 8º, §§ 1º a 5º, da Lei Federal nº 11.107/05; art. 10, XV, da Lei Federal nº 8.429/92; arts. 2º, VII, 11, 13, §§ 1º a 4º, 14, Parágrafo único, 15, §§ 1º e 2º, 16 e 17 do Decreto Federal nº 6.017/07.

JUSTIFICATIVA: Conforme previsto no Art. 8º da Lei nº11.107/2005, os entes consorciados deverão entregar recursos ao consórcio público mediante contrato de rateio.

VALOR: R\$ 843,00 (Oitocentos e quarenta e três reais) por mês, perfazendo um total anual de R\$10.116,00 (Dez mil, cento e dezesseis reais).

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorá até 31 de dezembro de 2012.

Joinville, 01 de janeiro de 2012.
VILMAR GROSSKOPF
Presidente do CIS/AMUNESC

Extrato de Contrato de Rateio Nº 03/2012
CONTRATANTE: Município de BARRA VELHA
CNPJ: 83.102.830/0001-57
CONTRATADO: Consórcio Intermunicipal de Saúde do Nordeste de Santa Catarina - CIS/AMUNESC
CNPJ: 03.222.337/0001-31

OBJETO: O presente contrato tem por objeto o repasse de recursos financeiros pelo CONSORCIADO ao CONSÓRCIO para a realização das despesas deste último, com base do art. 2º, VII, do Decreto Federal nº6.017/07, conforme tabela constante no Anexo do presente instrumento.

PREVISÃO LEGAL: Art. 241 da Constituição Federal, art. 8º, §§ 1º a 5º, da Lei Federal nº 11.107/05; art. 10, XV, da Lei Federal nº 8.429/92; arts. 2º, VII, 11, 13, §§ 1º a 4º, 14, Parágrafo único, 15, §§ 1º e 2º, 16 e 17 do Decreto Federal nº 6.017/07.

JUSTIFICATIVA: Conforme previsto no Art. 8º da Lei nº11.107/2005, os entes consorciados deverão entregar recursos ao consórcio público mediante contrato de rateio.

VALOR: R\$ 2.238,60 (Dois mil, duzentos e trinta e oito reais e sessenta centavos) por mês, perfazendo um total anual de R\$ 26.863,20 (Vinte e seis mil, oitocentos e sessenta e três reais e vinte centavos).

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorá até 31 de dezembro de 2012.

Joinville, 01 de janeiro de 2012.
VILMAR GROSSKOPF
Presidente do CIS/AMUNESC

Extrato de Contrato de Rateio Nº 04/2012
CONTRATANTE: Município de CAMPO ALEGRE
CNPJ: 83.102.749/0001-77
CONTRATADO: Consórcio Intermunicipal de Saúde do Nordeste de Santa Catarina - CIS/AMUNESC
CNPJ: 03.222.337/0001-31

OBJETO: O presente contrato tem por objeto o repasse de recursos financeiros pelo CONSORCIADO ao CONSÓRCIO para a realização das despesas deste último, com base do art. 2º, VII, do Decreto Federal nº6.017/07, conforme tabela constante no Anexo do presente instrumento.

PREVISÃO LEGAL: Art. 241 da Constituição Federal, art. 8º, §§ 1º a 5º, da Lei Federal nº 11.107/05; art. 10, XV, da Lei Federal nº 8.429/92; arts. 2º, VII, 11, 13, §§ 1º a 4º, 14, Parágrafo único, 15, §§ 1º e 2º, 16 e 17 do Decreto Federal nº 6.017/07.

JUSTIFICATIVA: Conforme previsto no Art. 8º da Lei nº11.107/2005, os entes consorciados deverão entregar recursos ao consórcio público mediante contrato de rateio.

VALOR: R\$1.174,80 (Hum mil, cento e setenta e quatro reais e oitenta centavos) por mês, perfazendo um total anual de R\$ 14.097,60 (Quatorze mil e noventa e sete reais e sessenta centavos).

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorá até 31 de dezembro de 2012.

Joinville, 01 de janeiro de 2012.
VILMAR GROSSKOPF
Presidente do CIS/AMUNESC

Extrato de Contrato de Rateio Nº 05/2012
CONTRATANTE: Município de CORUPÁ
CNPJ: 83.102.467/0001-70
CONTRATADO: Consórcio Intermunicipal de Saúde do Nordeste

de Santa Catarina - CIS/AMUNESC
CNPJ: 03.222.337/0001-31

OBJETO: O presente contrato tem por objeto o repasse de recursos financeiros pelo CONSORCIADO ao CONSÓRCIO para a realização das despesas deste último, com base do art. 2º, VII, do Decreto Federal nº6.017/07, conforme tabela constante no Anexo do presente instrumento.

PREVISÃO LEGAL: Art. 241 da Constituição Federal, art. 8º, §§ 1º a 5º, da Lei Federal nº 11.107/05; art. 10, XV, da Lei Federal nº 8.429/92; arts. 2º, VII, 11, 13, §§ 1º a 4º, 14, Parágrafo único, 15, §§ 1º e 2º, 16 e 17 do Decreto Federal nº 6.017/07.

JUSTIFICATIVA: Conforme previsto no Art. 8º da Lei nº11.107/2005, os entes consorciados deverão entregar recursos ao consórcio público mediante contrato de rateio.

VALOR: R\$983,49 (Novecentos e oitenta e três reais e quarenta e nove centavos) por mês, perfazendo um total anual de R\$ 11.801,90 (Onze mil, oitocentos e um reais e noventa centavos).

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorá até 31 de dezembro de 2012.

Joinville, 01 de janeiro de 2012.
VILMAR GROSSKOPF
Presidente do CIS/AMUNESC

Extrato de Contrato de Rateio Nº 06/2012
CONTRATANTE: Município de GARUVA
CNPJ: 83.102.848/0001-59
CONTRATADO: Consórcio Intermunicipal de Saúde do Nordeste de Santa Catarina - CIS/AMUNESC
CNPJ: 03.222.337/0001-31

OBJETO: O presente contrato tem por objeto o repasse de recursos financeiros pelo CONSORCIADO ao CONSÓRCIO para a realização das despesas deste último, com base do art. 2º, VII, do Decreto Federal nº6.017/07, conforme tabela constante no Anexo do presente instrumento.

PREVISÃO LEGAL: Art. 241 da Constituição Federal, art. 8º, §§ 1º a 5º, da Lei Federal nº 11.107/05; art. 10, XV, da Lei Federal nº 8.429/92; arts. 2º, VII, 11, 13, §§ 1º a 4º, 14, Parágrafo único, 15, §§ 1º e 2º, 16 e 17 do Decreto Federal nº 6.017/07.

JUSTIFICATIVA: Conforme previsto no Art. 8º da Lei nº11.107/2005, os entes consorciados deverão entregar recursos ao consórcio público mediante contrato de rateio.

VALOR: R\$ 738,05 (Setecentos e trinta e oito reais e cinco centavos) por mês, perfazendo um total anual de R\$ 8.856,60 (Oito mil, oitocentos e cinquenta e seis reais e sessenta centavos)

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorá até 31 de dezembro de 2012.

Joinville, 01 de janeiro de 2012.
VILMAR GROSSKOPF
Presidente do CIS/AMUNESC

Extrato de Contrato de Rateio Nº 07/2012
CONTRATANTE: Município de GUARAMIRIM
CNPJ: 11.293.409/0001-60
CONTRATADO: Consórcio Intermunicipal de Saúde do Nordeste de Santa Catarina - CIS/AMUNESC
CNPJ: 03.222.337/0001-31

OBJETO: O presente contrato tem por objeto o repasse de recursos financeiros pelo CONSORCIADO ao CONSÓRCIO para a realização das despesas deste último, com base do art. 2º, VII, do Decreto Federal nº6.017/07, conforme tabela constante no Anexo do presente instrumento.

PREVISÃO LEGAL: Art. 241 da Constituição Federal, art. 8º, §§ 1º a 5º, da Lei Federal nº 11.107/05; art. 10, XV, da Lei Federal nº 8.429/92; arts. 2º, VII, 11, 13, §§ 1º a 4º, 14, Parágrafo único, 15,

§§ 1º e 2º, 16 e 17 do Decreto Federal nº 6.017/07.

JUSTIFICATIVA: Conforme previsto no Art. 8º da Lei nº 11.107/2005, os entes consorciados deverão entregar recursos ao consórcio público mediante contrato de rateio.

VALOR: R\$ 3.517,20 (Três mil, quinhentos e dezessete reais e vinte centavos) por mês, perfazendo um total anual de R\$ 42.206,40 (Quarenta e dois mil, duzentos e seis reais e quarenta centavos)

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2012.

Joinville, 01 de janeiro de 2012.

VILMAR GROSSKOPF

Presidente do CIS/AMUNESC

Extrato de Contrato de Rateio Nº 08/2012

CONTRATANTE: Município de ITAPOÁ

CNPJ: 81.140.303/0001-01

CONTRATADO: Consórcio Intermunicipal de Saúde do Nordeste de Santa Catarina - CIS/AMUNESC

CNPJ: 03.222.337/0001-31

OBJETO: O presente contrato tem por objeto o repasse de recursos financeiros pelo CONSORCIADO ao CONSÓRCIO para a realização das despesas deste último, com base do art. 2º, VII, do Decreto Federal nº 6.017/07, conforme tabela constante no Anexo do presente instrumento.

PREVISÃO LEGAL: Art. 241 da Constituição Federal, art. 8º, §§ 1º a 5º, da Lei Federal nº 11.107/05; art. 10, XV, da Lei Federal nº 8.429/92; arts. 2º, VII, 11, 13, §§ 1º a 4º, 14, Parágrafo único, 15, §§ 1º e 2º, 16 e 17 do Decreto Federal nº 6.017/07.

JUSTIFICATIVA: Conforme previsto no Art. 8º da Lei nº 11.107/2005, os entes consorciados deverão entregar recursos ao consórcio público mediante contrato de rateio.

VALOR: R\$ 1.181,04 (Hum mil, cento e oitenta e um reais e quatro centavos) por mês, perfazendo um total anual de R\$ 14.172,48 (Quatorze mil, cento e setenta e dois reais e quarenta e oito centavos)

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2012.

Joinville, 01 de janeiro de 2012.

VILMAR GROSSKOPF

Presidente do CIS/AMUNESC

Extrato de Contrato de Rateio Nº 09/2012

CONTRATANTE: Município de JARAGUÁ DO SUL

CNPJ: 83.102.459/0003-95

CONTRATADO: Consórcio Intermunicipal de Saúde do Nordeste de Santa Catarina - CIS/AMUNESC

CNPJ: 03.222.337/0001-31

OBJETO: O presente contrato tem por objeto o repasse de recursos financeiros pelo CONSORCIADO ao CONSÓRCIO para a realização das despesas deste último, com base do art. 2º, VII, do Decreto Federal nº 6.017/07, conforme tabela constante no Anexo do presente instrumento.

PREVISÃO LEGAL: Art. 241 da Constituição Federal, art. 8º, §§ 1º a 5º, da Lei Federal nº 11.107/05; art. 10, XV, da Lei Federal nº 8.429/92; arts. 2º, VII, 11, 13, §§ 1º a 4º, 14, Parágrafo único, 15, §§ 1º e 2º, 16 e 17 do Decreto Federal nº 6.017/07.

JUSTIFICATIVA: Conforme previsto no Art. 8º da Lei nº 11.107/2005, os entes consorciados deverão entregar recursos ao consórcio público mediante contrato de rateio.

VALOR: R\$ 7.156,15 (Sete mil, cento e cinquenta e seis reais e quinze centavos) por mês, perfazendo um total anual de R\$ 85.873,80 (Oitenta e cinco mil, oitocentos e setenta e três reais e oitenta centavos).

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2012.

Joinville, 01 de janeiro de 2012.

VILMAR GROSSKOPF

Presidente do CIS/AMUNESC

Extrato de Contrato de Rateio Nº 10/2012

CONTRATANTE: Município de JOINVILLE

CNPJ: 08.189.821/0001-37

CONTRATADO: Consórcio Intermunicipal de Saúde do Nordeste de Santa Catarina - CIS/AMUNESC

CNPJ: 03.222.337/0001-31

OBJETO: O presente contrato tem por objeto o repasse de recursos financeiros pelo CONSORCIADO ao CONSÓRCIO para a realização das despesas deste último, com base do art. 2º, VII, do Decreto Federal nº 6.017/07, conforme tabela constante no Anexo do presente instrumento.

PREVISÃO LEGAL: Art. 241 da Constituição Federal, art. 8º, §§ 1º a 5º, da Lei Federal nº 11.107/05; art. 10, XV, da Lei Federal nº 8.429/92; arts. 2º, VII, 11, 13, §§ 1º a 4º, 14, Parágrafo único, 15, §§ 1º e 2º, 16 e 17 do Decreto Federal nº 6.017/07.

JUSTIFICATIVA: Conforme previsto no Art. 8º da Lei nº 11.107/2005, os entes consorciados deverão entregar recursos ao consórcio público mediante contrato de rateio.

VALOR: R\$ 25.764,40 (Vinte e cinco mil, setecentos e sessenta e quatro reais e quarenta centavos) por mês, perfazendo um total anual de R\$ 309.172,80 (Trezentos e nove mil, cento e setenta e dois reais e oitenta centavos).

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2012.

Joinville, 01 de janeiro de 2012.

VILMAR GROSSKOPF

Presidente do CIS/AMUNESC

Extrato de Contrato de Rateio Nº 11/2012

CONTRATANTE: Município de MASSARANDUBA

CNPJ: 83.102.483/0001-62

CONTRATADO: Consórcio Intermunicipal de Saúde do Nordeste de Santa Catarina - CIS/AMUNESC

CNPJ: 03.222.337/0001-31

OBJETO: O presente contrato tem por objeto o repasse de recursos financeiros pelo CONSORCIADO ao CONSÓRCIO para a realização das despesas deste último, com base do art. 2º, VII, do Decreto Federal nº 6.017/07, conforme tabela constante no Anexo do presente instrumento.

PREVISÃO LEGAL: Art. 241 da Constituição Federal, art. 8º, §§ 1º a 5º, da Lei Federal nº 11.107/05; art. 10, XV, da Lei Federal nº 8.429/92; arts. 2º, VII, 11, 13, §§ 1º a 4º, 14, Parágrafo único, 15, §§ 1º e 2º, 16 e 17 do Decreto Federal nº 6.017/07.

JUSTIFICATIVA: Conforme previsto no Art. 8º da Lei nº 11.107/2005, os entes consorciados deverão entregar recursos ao consórcio público mediante contrato de rateio.

VALOR: R\$ 880,44 (Oitocentos e oitenta reais e quarenta e quatro centavos) por mês, perfazendo um total anual de R\$ 10.565,28 (Dez mil, quinhentos e sessenta e cinco reais e vinte e oito centavos)

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2012.

Joinville, 01 de janeiro de 2012.

VILMAR GROSSKOPF

Presidente do CIS/AMUNESC

Extrato de Contrato de Rateio Nº 12/2012

CONTRATANTE: Município de PIÊN

CNPJ: 76.002.666/0001-40

CONTRATADO: Consórcio Intermunicipal de Saúde do Nordeste de Santa Catarina - CIS/AMUNESC

CNPJ: 03.222.337/0001-31

OBJETO: O presente contrato tem por objeto o repasse de recursos financeiros pelo CONSORCIADO ao CONSÓRCIO para a realização das despesas deste último, com base do art. 2º, VII, do Decreto Federal nº6.017/07, conforme tabela constante no Anexo do presente instrumento.

PREVISÃO LEGAL: Art. 241 da Constituição Federal, art. 8º, §§ 1º a 5º, da Lei Federal nº 11.107/05; art. 10, XV, da Lei Federal nº 8.429/92; arts. 2º, VII, 11, 13, §§ 1º a 4º, 14, Parágrafo único, 15, §§ 1º e 2º, 16 e 17 do Decreto Federal nº 6.017/07.

JUSTIFICATIVA: Conforme previsto no Art. 8º da Lei nº11.107/2005, os entes consorciados deverão entregar recursos ao consórcio público mediante contrato de rateio.

VALOR: R\$ 561,80 (Quinhentos e sessenta e um reais e oitenta centavos) por mês, perfazendo um total anual de R\$ 6.741,60 (Seis mil, setecentos e quarenta e um reais e sessenta centavos).

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2012.

Joinville, 01 de janeiro de 2012.

VILMAR GROSSKOPF

Presidente do CIS/AMUNESC

Extrato de Contrato de Rateio Nº 13/2012

CONTRATANTE: Município de RIO NEGRINHO

CNPJ: 83.102.756/0001-79

CONTRATADO: Consórcio Intermunicipal de Saúde do Nordeste de Santa Catarina - CIS/AMUNESC

CNPJ: 03.222.337/0001-31

OBJETO: O presente contrato tem por objeto o repasse de recursos financeiros pelo CONSORCIADO ao CONSÓRCIO para a realização das despesas deste último, com base do art. 2º, VII, do Decreto Federal nº6.017/07, conforme tabela constante no Anexo do presente instrumento.

PREVISÃO LEGAL: Art. 241 da Constituição Federal, art. 8º, §§ 1º a 5º, da Lei Federal nº 11.107/05; art. 10, XV, da Lei Federal nº 8.429/92; arts. 2º, VII, 11, 13, §§ 1º a 4º, 14, Parágrafo único, 15, §§ 1º e 2º, 16 e 17 do Decreto Federal nº 6.017/07.

JUSTIFICATIVA: Conforme previsto no Art. 8º da Lei nº11.107/2005, os entes consorciados deverão entregar recursos ao consórcio público mediante contrato de rateio.

VALOR: R\$ 1.992,30 (Hum mil, novecentos e noventa e dois reais e trinta centavos) por mês, perfazendo um total anual de R\$ 23.907,60 (Vinte e três mil, novecentos e sete reais e sessenta centavos).

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2012.

Joinville, 01 de janeiro de 2012.

VILMAR GROSSKOPF

Presidente do CIS/AMUNESC

Extrato de Contrato de Rateio Nº 14/2012

CONTRATANTE: Município de SÃO BENTO DO SUL

CNPJ: 08.281.643/0001-62

CONTRATADO: Consórcio Intermunicipal de Saúde do Nordeste de Santa Catarina - CIS/AMUNESC

CNPJ: 03.222.337/0001-31

OBJETO: O presente contrato tem por objeto o repasse de recursos financeiros pelo CONSORCIADO ao CONSÓRCIO para a realização das despesas deste último, com base do art. 2º, VII, do Decreto Federal nº6.017/07, conforme tabela constante no Anexo do presente instrumento.

PREVISÃO LEGAL: Art. 241 da Constituição Federal, art. 8º, §§ 1º a 5º, da Lei Federal nº 11.107/05; art. 10, XV, da Lei Federal nº 8.429/92; arts. 2º, VII, 11, 13, §§ 1º a 4º, 14, Parágrafo único, 15,

§§ 1º e 2º, 16 e 17 do Decreto Federal nº 6.017/07.

JUSTIFICATIVA: Conforme previsto no Art. 8º da Lei nº11.107/2005, os entes consorciados deverão entregar recursos ao consórcio público mediante contrato de rateio.

VALOR: R\$ 3.740,05 (Três mil, setecentos e quarenta reais e cinco centavos) por mês, perfazendo um total anual de R\$ 44.880,60 (Quarenta e quatro mil, oitocentos e oitenta reais e sessenta centavos)

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2012.

Joinville, 01 de janeiro de 2012.

VILMAR GROSSKOPF

Presidente do CIS/AMUNESC

Extrato de Contrato de Rateio Nº 15/2012

CONTRATANTE: Município de SÃO FRANCISCO DO SUL

CNPJ: 83.102.269/0001-06

CONTRATADO: Consórcio Intermunicipal de Saúde do Nordeste de Santa Catarina - CIS/AMUNESC

CNPJ: 03.222.337/0001-31

OBJETO: O presente contrato tem por objeto o repasse de recursos financeiros pelo CONSORCIADO ao CONSÓRCIO para a realização das despesas deste último, com base do art. 2º, VII, do Decreto Federal nº6.017/07, conforme tabela constante no Anexo do presente instrumento.

PREVISÃO LEGAL: Art. 241 da Constituição Federal, art. 8º, §§ 1º a 5º, da Lei Federal nº 11.107/05; art. 10, XV, da Lei Federal nº 8.429/92; arts. 2º, VII, 11, 13, §§ 1º a 4º, 14, Parágrafo único, 15, §§ 1º e 2º, 16 e 17 do Decreto Federal nº 6.017/07.

JUSTIFICATIVA: Conforme previsto no Art. 8º da Lei nº11.107/2005, os entes consorciados deverão entregar recursos ao consórcio público mediante contrato de rateio.

VALOR: R\$ 3.401,60 (Três mil, quatrocentos e um reais e sessenta centavos) por mês, perfazendo um total anual de R\$40.819,20 (Quarenta mil, oitocentos e dezenove reais e vinte centavos).

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2012.

Joinville, 01 de janeiro de 2012.

VILMAR GROSSKOPF

Presidente do CIS/AMUNESC

Extrato de Contrato de Rateio Nº 16/2012

CONTRATANTE: Município de SÃO JOÃO DO ITAPERIÚ

CNPJ: 95.954.442/0001-83

CONTRATADO: Consórcio Intermunicipal de Saúde do Nordeste de Santa Catarina - CIS/AMUNESC

CNPJ: 03.222.337/0001-31

OBJETO: O presente contrato tem por objeto o repasse de recursos financeiros pelo CONSORCIADO ao CONSÓRCIO para a realização das despesas deste último, com base do art. 2º, VII, do Decreto Federal nº6.017/07, conforme tabela constante no Anexo do presente instrumento.

PREVISÃO LEGAL: Art. 241 da Constituição Federal, art. 8º, §§ 1º a 5º, da Lei Federal nº 11.107/05; art. 10, XV, da Lei Federal nº 8.429/92; arts. 2º, VII, 11, 13, §§ 1º a 4º, 14, Parágrafo único, 15, §§ 1º e 2º, 16 e 17 do Decreto Federal nº 6.017/07.

JUSTIFICATIVA: Conforme previsto no Art. 8º da Lei nº11.107/2005, os entes consorciados deverão entregar recursos ao consórcio público mediante contrato de rateio.

VALOR: R\$ 274,80 (Duzentos e setenta e quatro reais e oitenta centavos) por mês, perfazendo um total anual de R\$ 3.297,60 (Três mil, duzentos e noventa e sete reais e sessenta centavos)

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2012.

Joinville, 01 de janeiro de 2012.

VILMAR GROSSKOPF
Presidente do CIS/AMUNESC

Extrato de Contrato de Rateio Nº 17/2012
CONTRATANTE: Município de SCHROEDER
CNPJ: 83.102.491/0001-09
CONTRATADO: Consórcio Intermunicipal de Saúde do Nordeste de Santa Catarina - CIS/AMUNESC
CNPJ: 03.222.337/0001-31

OBJETO: O presente contrato tem por objeto o repasse de recursos financeiros pelo CONSORCIADO ao CONSÓRCIO para a realização das despesas deste último, com base do art. 2º, VII, do Decreto Federal nº6.017/07, conforme tabela constante no Anexo do presente instrumento.

PREVISÃO LEGAL: Art. 241 da Constituição Federal, art. 8º, §§ 1º a 5º, da Lei Federal nº 11.107/05; art. 10, XV, da Lei Federal nº 8.429/92; arts. 2º, VII, 11, 13, §§ 1º a 4º, 14, Parágrafo único, 15, §§ 1º e 2º, 16 e 17 do Decreto Federal nº 6.017/07.

JUSTIFICATIVA: Conforme previsto no Art. 8º da Lei nº11.107/2005, os entes consorciados deverão entregar recursos ao consórcio público mediante contrato de rateio.

VALOR: R\$ 918,96 (Novecentos e dezoito reais e noventa e seis centavos) por mês, perfazendo um total anual de R\$ 11.027,52 (Onze mil e vinte e sete reais e cinquenta e dois centavos)

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2012.

Joinville, 01 de janeiro de 2012.

VILMAR GROSSKOPF
Presidente do CIS/AMUNESC

CONSÓRCIO LAMBARI

Estatuto Social

ALTERAÇÃO DO ESTATUTO SOCIAL
DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE GESTÃO AMBIENTAL PARTICIPATIVA DO ALTO URUGUAI CATARINENSE - CONSÓRCIO LAMBARI, APROVADA NA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 16 DE DEZEMBRO DE 2009.
ESTATUTO SOCIAL

CAPÍTULO I

Da Denominação, Sede, Duração, Finalidade e Área de Atuação

Seção I
Da Denominação, sede e duração

Art. 1º O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE GESTÃO AMBIENTAL PARTICIPATIVA DO ALTO URUGUAI CATARINENSE é uma associação pública, com personalidade jurídica de direito público, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa, financeira e patrimonial, de duração indeterminada, tendo como sede e foro o Município de Concórdia, a Rua Atalípio Magarinos, 277, 2º andar, regendo-se pelo presente estatuto, pelas normas do Código Civil, pela Lei nº 11.107/2005, e demais legislações pertinentes a matéria.

Parágrafo único. A sociedade terá a denominação fantasia de "CONSÓRCIO LAMBARI".

Seção II
Da Finalidade

Art. 2º O CONSÓRCIO LAMBARI tem por finalidade estabelecer relações de cooperação federativa, inclusive a realização de objetivos de interesse comum, proporcionar melhoria nas condições

ambientais da região, da qualidade de vida da população e o desenvolvimento econômico e social dos municípios consorciados, buscando o envolvimento da comunidade regional, de forma participativa, através de ações permanentes de atividades sócio-ambientais, especialmente:

I - planejar e executar programas e projetos destinados à:

a) reduzir o impacto ambiental provocados pelas atividades rural e urbana;

b) conservar, recuperar e revitalizar os recursos ambientais da região;

c) recuperar as bacias hidrográficas da região;

d) apoiar as políticas públicas regionais, relacionadas ao meio ambiente;

e) promover educação ambiental.

II- desenvolver serviços e atividades de interesse dos municípios consorciados, de acordo com o programa de trabalho aprovado pelo Conselho de Prefeitos.

Art. 3º Para o cumprimento de suas finalidades, o CONSÓRCIO LAMBARI poderá:

I - adquirir bens e serviços necessários, os quais integrarão seu patrimônio;

II - firmar convênios, contratos, acordos e parcerias de qualquer natureza;

III - receber contribuições, auxílios e subvenções de municípios, de órgãos do Governo Estadual e Federal, de empresas públicas ou privadas e de organizações internacionais;

IV - solicitar a seus associados os serviços necessários, inclusive recursos humanos e materiais;

V - ser contratado pela administração direta ou indireta dos municípios consorciados, dispensada a licitação;

VI - mediante previsão em contrato de programa, promover desapropriações ou instituir servidões nos termos de declaração de utilidade ou necessidade pública, ou de interesse social.

VII - no caso de contratação de operação de crédito por parte do Consórcio Lambari, se sujeita aos limites e condições próprios estabelecidos pelo Senado Federal, de acordo com o disposto no art. 52, inciso VII, da Constituição Federal.

Seção III
Da Área de Atuação

Art. 4º A área de atuação do Consórcio Lambari será formada pela totalidade das superfícies dos municípios consorciados, constituindo uma unidade territorial, inexistindo limites intermunicipais para as finalidades a que se propõe.

CAPÍTULO II
Do Quadro Social, Ingresso de Novos Sócios, Direitos e Deveres

Seção I
Do Quadro Social

Art. 5º O CONSÓRCIO LAMBARI é constituído pelos seguintes municípios e autorizado pelas respectivas Leis:

I - Alto Bela Vista - Lei nº 448, de 09 de junho de 2009;

II - Arabutã - Lei nº 521, de 23 de junho de 2009;

III - Arvoredo - Lei nº 729, de 04 de agosto de 2009;

IV - Concórdia - Lei nº 4089, de 21 de agosto de 2009;

V - Ipira - Lei nº 785, de 27 de maio de 2009;

VI - Ipumirim - Lei nº 1582, de 29 de junho de 2009;

VII - Irani - Lei nº 1465, de 01 de julho de 2009;

VIII - Itá - Lei nº, de 04 de novembro de 2009.

IX - Jaborá - Lei nº 1277, de 15 de junho de 2009;

X - Lindóia do Sul - Lei nº 853, de 21 de agosto de 2009;

XI - Paial - Lei nº 430 de 19 de novembro de 2009;

XII - Peritiba - Lei nº 1726, de 26 de março de 2009;

XIII - Piratuba - Lei nº 1043, de 02 de setembro de 2009;

XIV - Presidente Castello Branco - Lei nº 1424, de 10 de junho de 2009;

XV - Seara - Lei nº 1568, de 05 de agosto de 2009 e;

XVI - Xavantina - Lei nº 1.101, de 05 de novembro de 2009.

Seção II Do Ingresso de Novos Sócios

Art. 6º A qualquer momento e a critério do Conselho de Prefeitos, é facultado o ingresso de novos sócios no CONSÓRCIO LAMBARI, através de termo aditivo, firmado entre o Presidente do Conselho de Prefeitos e o Prefeito do Município ingressante.

§ 1º Para o ingresso de novos sócios, os Municípios interessados devem obter autorização legislativa das respectivas Câmaras Municipais de Vereadores.

§ 2º Nas hipóteses de criação, fusão, incorporação ou desmembramento que atinjam municípios consorciados ou subscritores de protocolo de intenções, os novos municípios serão automaticamente tidos como consorciados.

Seção III Dos Direitos dos Associados

Art. 7º São direitos dos sócios do Consórcio Lambari, que estiverem em dia com suas obrigações:

I - votar e ser votado para os cargos eletivos;

II - tomar parte das reuniões do Conselho de Prefeitos;

III - exigir dos demais integrantes o pleno cumprimento das cláusulas do contrato estalecidas no Estatuto e nos contratos firmados; e

IV - se retirar da sociedade com prévia autorização da respectiva Câmara Municipal, desde que participe sua intenção com prazo nunca inferior a 90 (noventa) dias.

Parágrafo único. Fica a cargo do Conselho de Prefeitos, acertar os termos da redistribuição dos custos da execução dos programas ou projetos de que participa o retirante.

Seção IV Dos Deveres dos Associados

Art. 8º São deveres dos sócios:

I - cumprir as disposições estatutárias e regimentais; e

II - acatar as decisões do Conselho de Prefeitos.

CAPÍTULO III Da Administração

Art. 9º A administração do Consórcio Lambari será exercida por:

I- Conselho de Prefeitos;

II- Diretoria;

III- Conselho Fiscal; e

IV- Gerência Administrativa.

Seção I Do Conselho de Prefeitos

Art. 10. O Conselho de Prefeitos é órgão deliberativo que forma a Assembleia Geral, constituído pelos Prefeitos dos Municípios consorciados, tendo como suplentes os respectivos Vice-Prefeitos, que terão vez e voto na falta do titular.

§ 1º Para exercer o direito de voto o consorciado deverá estar quite com seus compromissos financeiros com o Consórcio e demais obrigações estatutárias.

§ 2º O voto de cada titular será singular, independentemente dos investimentos feitos no Consórcio.

Art. 11. Os membros do Conselho de Prefeitos não receberão remuneração a qualquer título.

Art. 12. Compete ao Conselho de Prefeitos:

I- deliberar sobre os assuntos gerais do Consórcio Lambari;

II- aprovar o plano de atividades, os programas de trabalho e as propostas orçamentárias anuais;

III- aprovar e fazer cumprir o Regimento Interno do Consórcio Lambari, bem como resolver e dispor sobre os casos omissos;

IV- definir as políticas patrimonial e financeira;

V- aprovar os programas de investimento;

VI- aprovar as contratações de serviços de terceiros e convênios com órgãos públicos e privados;

VII- escolher o Gerente Administrativo;

VIII - determinar o afastamento do Gerente Administrativo;

IX - aprovar o relatório anual das atividades;

X - apreciar, em fevereiro de cada ano, as contas do exercício anterior, prestadas pela Gerência Administrativa e analisadas pelo Conselho fiscal;

XI - estabelecer e informar aos municípios consorciados o valor da cota anual de contribuição;

XII - autorizar a alienação de bens, bem como oferecer em garantia de operações de créditos;

XIII - aprovar a solicitação de empregados de empresas públicas ou privadas, para prestarem serviços ao Consórcio;

XIV - deliberar sobre a exclusão de sócios, nos casos previstos neste estatuto;

XV - deliberar sobre as alterações do presente Estatuto;

XVI - autorizar a entrada de novos sócios;

XVII - definir, quando necessária, a contratação de auditoria externa independente; e

XVIII - deliberar sobre a mudança da sede.

Art. 13. O Conselho de Prefeitos se reunirá em assembléia geral por convocação de seu Presidente, sempre que houver pauta para deliberação e, extraordinariamente, quando convocado por no mínimo 1/5 (um quinto) de seus membros, sendo que:

I - a Assembleia Geral Ordinária deverá ser convocada com antecedência de no mínimo 3 (três) dias úteis;

II - a Assembleia Geral Extraordinária deverá ser convocada com antecedência mínima de 7 (sete) dias úteis, e publicada em jornal de circulação regional.

Art. 14. Poderão participar da assembleia geral os representantes do Conselho de Vereadores, da Câmara Técnica e dos Grupos Municipais de Trabalho - GTM, e demais convidados pela Diretoria, sem direito a voto.

Seção II Da Diretoria

Art. 15. A Diretoria do Consórcio Lambari será composta por Presidente, Primeiro Vice-Presidente e Segundo Vice-Presidente, eleita pelo Conselho de Prefeitos para mandato de 1 (um) ano, sendo permitida a re-eleição.

§ 1º A eleição será por escrutínio secreto e havendo apenas uma chapa poderá ocorrer por aclamação.

§ 2º No caso de empate será declarado eleito o mais idoso;

Art. 16. A eleição da Diretoria será realizada no mês de dezembro de cada ano, para o exercício seguinte, assumindo automaticamente em 1º de janeiro.

Seção III Da Competência da Presidência

Art. 17. Compete ao Presidente do Conselho de Prefeitos:

I - presidir as reuniões com voto de qualidade;

II - representar os municípios integrantes, em assuntos de interesse comum, perante quaisquer outras entidades de direito público ou privado, nacionais ou internacional.

III - representar o Consórcio Lambari ativa e passivamente, judicial ou extrajudicialmente, podendo firmar contratos e convênios, bem como constituir procuradores "ad negotia" e "ad iudicia", mediante decisão do Conselho de Prefeitos;

IV - movimentar, em conjunto com o Gerente Administrativo, as

contas bancárias e os recursos;

V - contratar auxiliares administrativos e técnicos; e

VI - prestar contas aos órgãos públicos ou privados, concessionários dos auxílios, subvenções e contribuições que o Consórcio Lambari venha a receber.

Art. 18. Compete ao Primeiro e Segundo Vice-Presidente:

I - auxiliar o Presidente no exercício de suas funções; e

II - substituir o Presidente em suas ausências ou impedimentos.

Seção IV Conselho Fiscal

Art. 19. O Conselho Fiscal é composto por três membros titulares e três membros suplentes, dentre os integrantes do Conselho de Prefeitos, eleitos na mesma data e critérios estabelecidos para eleição da Diretoria.

Art. 20. Compete ao Conselho Fiscal:

I - fiscalizar permanentemente a contabilidade do Consórcio Lambari;

II - acompanhar e fiscalizar, sempre que considerar oportuno, quaisquer operações econômicas ou financeiras da atividade;

III - exercer o controle de gestão e de finalidade do Consórcio Lambari;

IV - emitir parecer sobre o plano de atividades, propostas orçamentárias, balanços e relatórios de contas em geral, a serem submetidos ao Conselho de Prefeitos pela Gerência Administrativa;

V - emitir parecer sobre propostas de alterações do presente Estatuto.

Seção V Da Gerência Administrativa

Art. 21. A Gerência Administrativa é o órgão executivo do Consórcio Lambari, constituída por um Gerente e auxiliares.

Art. 22. Compete à Gerência Administrativa:

I - executar as deliberações do Conselho de Prefeitos e da Diretoria;

II - executar as atividades do Consórcio Lambari

III - movimentar, em conjunto com o Presidente do Conselho de Prefeitos, as contas bancárias e os recursos do Consórcio Lambari;

IV - promover as ações necessárias à captação de recursos para o Consórcio Lambari;

V - propor, ao Conselho de Prefeitos, a solicitação de funcionários de empresas públicas e privadas, para prestarem serviços ao Consórcio Lambari;

VI - fornecer, ao Conselho de Prefeitos, ao Conselho de Vereadores e/ou Fiscal, todas as informações que lhes sejam solicitadas;

VII - participar e auxiliar a Câmara Técnica e de Apoio;

VIII - apoiar e assessorar os Grupos Municipais de Trabalho;

IX - promover reuniões com os representantes dos Grupos Municipais de Trabalho;

X - elaborar o balanço e o relatório de atividades anuais a serem submetidos ao Conselho de Prefeitos;

XI - elaborar os balancetes, para a ciência do Conselho de Prefeitos;

XII - elaborar a prestação de contas dos auxílios e subvenções concedidas ao Consórcio Lambari, para ser apresentada pelo Conselho de Fiscal ao órgão concessor;

XIII - publicar anualmente, no jornal de maior circulação dos municípios consorciados ou no jornal de maior circulação na região, o balanço anual do Consórcio Lambari;

XIV - autenticar livros de atas e de registros do Consórcio;

XV - efetuar compras dentro dos limites de orçamento aprovado pelo Conselho de Prefeitos;

XVI - representar o Consórcio Lambari nos eventos de interesse deste;

XVII - responsabilizar-se pelo funcionamento administrativo do Consórcio.

CAPÍTULO IV DOS EMPREGADOS DO CONSÓRCIO

Seção I

O número, as formas de provimento e a remuneração dos empregados do Consórcio

Art. 23. O quadro de pessoal do Consórcio Lambari é composto pela gerência administrativa e auxiliares.

Parágrafo único. O Gerente Administrativo é um cargo de confiança da Diretoria, cuja escolha deve ser homologada pelo Conselho de Prefeitos.

Art. 24. O regime de trabalho dos empregados do Consórcio Lambari é o da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, que obedecerá a teste de seleção simplificado, de acordo com o Plano de Cargos e Salários e ao que determina o art. 6º, § 2º, da Lei 11.107, de 5 de abril de 2005.

Art. 25. O Plano de Cargos e Salários contendo o número de vagas e a remuneração dos empregados do Consórcio Lambari, bem como os casos de contratação temporária, será proposto pela Diretoria e submetido ao Conselho de Vereadores para deliberação em Assembleia Geral.

Parágrafo único. O número de vagas será limitado a demanda administrativa do Consórcio e, a remuneração, obedecerá a média paga pelos municípios consorciados aos cargos equivalentes.

Art. 26. Os empregados contratados antes da vigência do Decreto nº 6.017/2007, permanecem no quadro de pessoal do Consórcio nas condições em que foram contratados, e as substituições e novas contratações deverão obedecer as normas estabelecidas neste Estatuto.

Seção II

Dos casos de cedência de servidor pelos municípios consorciado e de contratação temporária.

Art. 27. Enquanto não houver Plano de Cargos e Salários, a Diretoria estabelecerá através de Resolução, os casos de excepcional interesse público para contratação de pessoal por tempo determinado, objetivando atender às necessidades temporárias, como por exemplo, a execução de estudos, projetos específicos, atendimento à obrigações assumidas por força de convênios, termos, acordos, bem como para substituições temporárias.

Art. 28. Os municípios consorciados ou os com eles conveniados, poderão ceder-lhe servidores, na forma e condições da legislação de cada um.

Art. 29. Os servidores cedidos permanecerão no seu regime originário, somente lhes sendo concedido adicionais ou gratificações nos termos e valores previstos no contrato de consórcio público.

Art. 30. O pagamento de adicionais ou gratificações não configura vínculo novo do servidor cedido, inclusive para a apuração de responsabilidade trabalhista ou previdenciária.

Art. 31. Na hipótese de o município consorciado assumir o ônus da cessão do servidor, tais pagamentos poderão ser contabilizados como créditos hábeis para operar compensação com obrigações previstas no contrato de rateio.

CAPÍTULO V DOS ÓRGÃOS DE APOIO E CONSULTIVOS

Art. 32. O Consórcio Lambari contará com os seguintes órgãos de Apoio e Consultivos:

I - Câmara Técnica e de Apoio;

II - Grupos Municipais de Trabalho; e

III - Conselho de Vereadores

Seção I

Da Câmara Técnica e de Apoio

Art. 33. A Câmara Técnica e de Apoio é composta, preferencialmente, por funcionários e/ou empregados das instituições públicas e privadas que participam do Consórcio Lambari, sendo coordenada por um de seus membros.

Art. 34. Compete à Câmara Técnica e de Apoio:

I - assessorar a Gerência Administrativa e aos Grupos Municipais de Trabalho.

II - elaborar as políticas, diretrizes e planos de atividades, programas de trabalhos, projetos executivos e propostas orçamentárias anuais e plurianuais, a serem submetidos ao Conselho de Prefeitos;

III - propor a contratação de serviços de terceiros, convênios e normas de relacionamento com órgãos dos Governos Federal, Estadual e Municipal e internacionais.

Seção II

Dos Grupos Municipais de Trabalho

Art. 35. Os Grupos Municipais de Trabalho são formados, em cada município, por representantes do Poder Público Municipal, Estadual ou Federal, da Sociedade Civil Organizada e da iniciativa privada.

Art. 36. Compete aos Grupos Municipais de Trabalho:

I - promover o Consórcio Lambari nas diversas comunidades municipais, urbanas e rurais;

II - identificar, em conjunto com as comunidades municipais, suas

realidades econômicas, sociais e ambientais;

III - propor, em conjunto com as comunidades municipais, formas de resolução de seus problemas;

IV - fornecer à Gerência Administrativa, as informações sobre a execução dos trabalhos;

V - fornecer ao Grupo Técnico do Consórcio, as informações necessárias ao bom desempenho de seu trabalho;

VI - executar, no âmbito municipal, as tarefas que forem definidas pela Câmara Técnica e de Apoio e pela Gerência Administrativa;

VII - participar da elaboração e implementação das propostas e projetos a serem executados nos municípios consorciados;

VIII - integrar e compatibilizar as ações do Consórcio Lambari, com as demais ações desenvolvidas nos municípios consorciados, pelas Prefeituras e outros órgãos.

Seção III Do Conselho de Vereadores

Art. 37. O Conselho de Vereadores é o órgão consultivo do Consórcio Lambari, constituído por 1 (um) membro titular e 1 (um) membro suplente, indicados por cada Câmara Municipal do respectivo município consorciado.

§ 1º O Conselho de Vereadores será presidido por uma Diretoria composta por Presidente, Vice-Presidente e Secretário, eleitos entre seus membros, por escrutínio secreto, para mandato de 1 (um) ano, sendo permitida a reeleição.

§ 2º Os membros do Conselho de Vereadores não receberão remuneração a qualquer título.

Art. 38. O Conselho de Vereadores, por decisão da maioria absoluta de seus integrantes, quando verificadas irregularidades na escrituração contábil, nos atos de gestão financeira ou patrimonial, ou ainda quando da inobservância das normas legais, estatutárias ou regimentais, poderá convocar o Conselho de Prefeitos, para esclarecimentos e providências necessárias.

Art. 39. A Diretoria do Conselho de Vereadores será eleita após definida a composição do Conselho de Prefeitos.

CAPÍTULO VI Do Patrimônio e dos Recursos Financeiros

Art. 40. O patrimônio do Consórcio Lambari será constituído:

I - pelos bens e direitos que vier adquirir a qualquer título;

II - pelos bens e direitos que lhes forem doados por entidades públicas ou particulares, nacionais ou internacionais.

Art. 41. Constituem recursos financeiros do Consórcio Lambari:

I - a cota de contribuição mensal dos municípios integrantes, aprovada pelo Conselho de Prefeitos; através de contrato de rateio firmado nos termos previstos neste estatuto;

II - remuneração dos serviços prestados;

III - os auxílios, contribuições e subvenções concedidos por entidades públicas ou particulares, nacionais ou internacionais;

IV - as advindas de seu patrimônio;

V - os saldos do exercício;

VI - as doações e legados;

VII - o produto da alienação de seus bens;

VIII - o produto de operações de crédito;

IX - as rendas eventuais, inclusive as resultantes de depósitos e aplicações de capital; e

X - recursos repassados pelos municípios para elaboração e execução de projetos específicos.

CAPÍTULO VII DA OPERACIONALIDADE DO CONSÓRCIO LAMBARI

Seção I Do Regime Contábil e Financeiro

Art. 42. A execução das receitas e das despesas do Consórcio Lambari deverá obedecer às normas de direito financeiro aplicáveis às entidades públicas.

Art. 43 O Consórcio Lambari está sujeito à fiscalização contábil, operacional e patrimonial pelo Tribunal de Contas, inclusive quanto à legalidade, legitimidade e economicidade das despesas, atos, contratos e renúncia de receitas, sem prejuízo do controle externo a ser exercido em razão de cada um dos contratos que os entes da Federação consorciados vierem a celebrar com o consórcio público.

Art. 44. O exercício social do Consórcio Lambari encerrar-se-á em 31 de dezembro de cada exercício.

Seção II Do Contrato de Rateio

Art. 45. Os entes consorciados somente entregarão recursos financeiros ao consórcio público mediante contrato de rateio.

Art. 46. O contrato de rateio será formalizado em cada exercício financeiro, com observância da legislação orçamentária e financeira do ente consorciado contratante e depende da previsão de recursos orçamentários que suportem o pagamento das obrigações contratadas.

Art. 47. Constitui ato de improbidade administrativa, nos termos do disposto no art. 10, inciso XV, da Lei no 8.429, de 2 de junho de 1992, celebrar contrato de rateio sem suficiente e prévia dotação orçamentária, ou sem observar as formalidades previstas em Lei.

Art. 48. As cláusulas do contrato de rateio não poderão conter disposição tendente a afastar, ou dificultar a fiscalização exercida pelos órgãos de controle interno e externo ou pela sociedade civil de qualquer dos entes da Federação consorciados.

Art. 49. Os entes consorciados, isolados ou em conjunto, bem como o Consórcio Lambari, são partes legítimas para exigir o cumprimento das obrigações previstas no contrato de rateio.

Art. 50. Havendo restrição na realização de despesas, de empenhos ou de movimentação financeira, ou qualquer outra derivada das normas de direito financeiro, o município consorciado, mediante notificação escrita, deverá informá-la ao Consórcio Lambari, apontando as medidas que tomou para regularizar a situação, de modo a garantir a contribuição prevista no contrato de rateio.

Art. 51. A eventual impossibilidade de o município consorciado cumprir obrigação orçamentária e financeira estabelecida em contrato de rateio obriga o Consórcio Lambari a adotar medidas para adaptar a execução orçamentária e financeira aos novos limites.

Art. 52. É vedada a aplicação dos recursos entregues por meio de contrato de rateio, inclusive os oriundos de transferências ou operações de crédito, para o atendimento de despesas classificadas como genéricas.

Art. 53. Entende-se por despesa genérica aquela em que a execução orçamentária se faz com modalidade de aplicação indefinida. Parágrafo único. Não se considera como genérica as despesas de

administração e planejamento, desde que previamente classificadas por meio de aplicação das normas de contabilidade pública.

Art. 54. O prazo de vigência do contrato de rateio não será superior ao de vigência das dotações que o suportam, com exceção dos que tenham por objeto exclusivamente projetos consistentes em programas e ações contemplados em plano plurianual.

Art. 55. Com o objetivo de permitir o atendimento dos dispositivos da Lei Complementar no 101, de 4 de maio de 2000, o Consórcio Lambari deve fornecer as informações financeiras necessárias para que sejam consolidadas, nas contas dos entes consorciados, todas as receitas e despesas realizadas, de forma a que possam ser contabilizadas nas contas de cada município na conformidade dos elementos econômicos e das atividades ou projetos atendidos.

Seção III

Da Contratação do Consórcio por Município

Art. 56. O Consórcio Lambari poderá ser contratado por município consorciado, ou por entidade que integra a administração indireta deste último, sendo dispensada a licitação nos termos do art. 2o, inciso III, da Lei no 11.107, de 2005.

Parágrafo único. O Contrato, preferencialmente, deverá ser celebrado sempre quando o consórcio fornecer bens ou prestar serviços para um determinado município consorciado, de forma a impedir que sejam eles custeados pelos demais.

Seção IV

Das Licitações Compartilhadas

Art. 57. O Consórcio Lambari poderá realizar licitação cujo edital preveja contratos a serem celebrados pela administração direta ou indireta dos municípios consorciados, nos termos do § 1o do art. 112 da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993.

Seção V

Contrato de gestão, termo de parceria e gestão associada de serviço público

Art. 58. O Consórcio Lambari poderá firmar contrato de gestão obedecendo, no que couber, os termos da Lei 9.649/1998, e celebrar termo de parceria, na forma da Lei nº 9.790/1999, ficando a cargo da Diretoria a elaboração dos mesmos, submetidos à apreciação da Assembleia Geral, especialmente convocada para tal finalidade.

Parágrafo único. Tanto o contrato de gestão como o termo de parceria, será considerado aprovado mediante voto favorável da maioria absoluta dos integrantes do Conselho de Prefeitos.

Art. 59. Mediante autorização legislativa dos municípios interessados, o Consórcio Lambari poderá realizar gestão associada de serviço público, devendo a Lei e o contrato estabelecer:

I - competências cuja execução será transferida ao Consórcio Lambari;

II - os serviços públicos objeto da gestão associada e a área em que serão prestados;

III - autorização para licitar e contratar concessões, permissão ou autorizar a prestação de serviços;

IV - as condições a que deve obedecer o contrato de programa, no caso de nele figurar como contratante o consórcio público; e

V - os critérios técnicos de cálculo do valor das tarifas e de outros preços públicos, bem como os critérios gerais a serem observados em seu reajuste ou revisão.

CAPÍTULO VIII

Do Regulamento dos Bens e Serviços dos Consorciados

Art. 60. O uso de bens como os de serviços serão regulamentados,

em cada caso, pelos respectivos usuários e pela Diretoria.

Art. 61. Respeitadas as respectivas legislações municipais, cada sócio pode colocar à disposição do Consórcio Lambari os bens de seu próprio patrimônio e os serviços de sua própria administração para uso comum, de acordo com a regulamentação que for acordada com os usuários.

CAPÍTULO IX

Das Disposições Gerais

Seção I

Da permanência de Município Consorciado

Art.62. Nenhum município poderá ser obrigado a permanecer consorciado, sendo que a retirada do município do Consórcio Lambari dependerá de ato formal de seu representante na assembléia geral, na forma previamente disciplinada neste Estatuto Social.

Art.63. Os bens destinados ao Consórcio Lambari pelo consorciado que se retira somente serão revertidos ou retrocedidos no caso de expressa previsão do contrato de consórcio público ou do instrumento de transferência ou de alienação.

Parágrafo único. A retirada não prejudicará as obrigações já constituídas entre o consorciado que se retira e o consórcio público.

Seção II

Da Exclusão de Município Consorciado

Art.64. A exclusão de município consorciado só é admissível havendo justa causa.

Art.65. Além das que sejam reconhecidas em procedimento específico é justa causa a não inclusão, pelo município consorciado, em sua lei orçamentária ou em créditos adicionais, de dotações suficientes para suportar as despesas que, nos termos do orçamento do consórcio público, prevê-se, devam ser assumidas por meio de contrato de rateio.

Art.66. A exclusão mencionada somente ocorrerá após prévia suspensão, período em que o município consorciado poderá se reabilitar.

Art.67. A exclusão de consorciado exige processo administrativo onde lhe seja assegurado o direito à ampla defesa e ao contraditório.

Art.68. O sócio excluído do Consórcio não poderá solicitar ressarcimento de eventuais prejuízos face a exclusão mencionada no caput deste artigo.

Seção III

Da alteração dos Estatutos

Art. 69. Os estatutos do Consórcio Lambari somente poderão ser alterados pelo voto de, no mínimo, 2/3 (dois terços) dos membros do Conselho de Prefeitos, em reunião extraordinária especialmente convocada para esta finalidade.

Seção IV

Da extinção ou dissolução do Consórcio Lambari

Art. 70. O Consórcio Lambari extinguir-se-á, após ouvido o Conselho de Prefeitos em Assembleia Geral Extraordinária convocada para tal finalidade, pelo voto de no mínimo 2/3 (dois terços) de seus membros, em pleno gozo dos seus direitos, nomeando, neste mesmo momento, o liquidante.

Art.71. São casos de extinção:

I - os bens, direitos, encargos e obrigações decorrentes da gestão associada de serviços públicos, custeados por tarifas ou outra

espécie de preço público, serão atribuídos aos titulares dos respectivos serviços;

II - até que haja decisão que indique os responsáveis por cada obrigação, os entes consorciados responderão solidariamente pelas obrigações remanescentes, garantido o direito de regresso em face dos entes beneficiados ou dos que deram causa à obrigação. Parágrafo único. Com a extinção, o pessoal cedido ao consórcio público retornará aos seus órgãos de origem, e os empregados públicos terão automaticamente rescindidos os seus contratos de trabalho com o consórcio.

Art. 72. Em caso de dissolução, o respectivo Patrimônio Líquido será transferido a outra pessoa jurídica, sem fins lucrativos, respeitados os casos previstos, compromissos e convênios firmados na legislação vigente, e, preferencialmente, que tenha o mesmo objeto social do Consórcio Lambari.

Seção V

Da responsabilidade dos Consorciados

Art. 73. Os consorciados respondem subsidiariamente pelas obrigações do consórcio público, sendo que seus dirigentes responderão pessoalmente pelas obrigações por eles contraídas, caso pratiquem atos em desconformidade com a lei, os estatutos ou decisão da assembleia geral.

CAPÍTULO X

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

O presente estatuto social produzirá seus efeitos mediante publicação na imprensa oficial, podendo ser de forma resumida, desde que a publicação indique o local e o sítio da rede mundial de computadores - internet, em que se poderá obter seu texto integral. Concórdia (SC), 16 de dezembro de 2009.

FRANCISCO M. M. DE AGUIAR

Prefeito Municipal de Ipira

Presidente

LACI GRIGOLO

Prefeita Municipal de Seara

1º Vice- Presidente

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal de Concórdia

2º Vice-Presidente

Visto: ROBERTO KURTZ PEREIRA

OAB/SC 22.519

Aprovado na Assembleia Geral Ordinária no dia 16 de dezembro de 2009, na cidade de Piratuba (SC), conforme edital de Convocação nº02.

